

ANAIS 11<sup>a</sup> EDIÇÃO

# SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINARIO DE  
DESENVOLVIMENTO  
DO ENSINO, PESQUISA  
E EXTENSÃO

# PROJETOS INTEGRADORES

REALIZAÇÃO:



# **ANAIS SEDEPEX 2020/1**

*PROJETOS INTEGRADORES*

*V.03, N.01 - Julho/2020  
Caçador-SC*

# EXPEDIENTE

## **Diretoria Executiva Funiarp**

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin  
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni  
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins  
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves  
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs  
Secretário: Claudinei Bertotto

## **Reitoria**

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins  
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:  
Prof.Dr. Jolmar Luis Hawerroth  
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis  
Secretaria Geral: Suzana Alves de Morais Franco  
Secretaria Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

## **Coordenação Geral do Sedepe 2020/1**

Me. Juciele Marta Baldissarelli

## **Bibliotecária**

Célia De Marco

## **Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX**

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)  
Profa. Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi  
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn  
Profa. Ma. Mariuci Auerbach;  
Profa. Ma. Talize Foppa;  
Prof. Me. Emry Hiago Bellaver;  
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura  
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo  
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves  
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zambonin  
Profa. Esp. Emilene Murer  
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferri  
Coordenadoria de Extensão, Cultura e  
Serviços Comunitários: Rosana Rachinski D'Agostini.

## **Editoração**

**Agecom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp**  
Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli  
Designer: Leonardo Passarin  
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

## **Conselho Editorial da EdiUniarp**

### **Editor-Chefe**

Prof. Dr. Levi Hülse

### **Membros**

Dr. Adelcio Machado dos Santos  
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins  
Dr. André Trevisan  
Dra. Ivanete Schneider Hahn  
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi  
Dr. Joel Haroldo Baade  
Dra. Marlene Zwierewicz  
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha  
Dr. Saturnino de la Torre  
Universidad de Barcelona – ES  
Dra. Maria Antonia Pujol Maura  
Universidad de Barcelona – ES  
Dr. Juan Miguel González Velasco  
Universidad Mayor de San Andres – BO

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

**Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador**

Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC

CEP: 89500-199

Tel.: (49) 3561-6200

**Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo**

Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC

CEP: 89580-000

Tel.: (49) 3561-6299

**FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC).** Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, julho de 2020. Volume III. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791

# SUMÁRIO

• ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO: A ARTE DA GUERRA .....	12
• LEIRURA INTERDISCIPLINAR: COMO FAZER AMIGOS E INFLUENCIAR PESSOAS.....	18
• RELATO TÉCNICO EM UMA EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC.....	22
• PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA EM SISTEMA ORGÂNICO .....	27
• OPÇÕES PARA O MANEJO DE PRAGAS NA PRODUÇÃO DE MILHO (ZEA MAYS) ORGÂNICO.....	33
• SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNDO ATUAL.....	37
• CONTROLE BIOLÓGICO DE LAGARTA-DA-SOJA COM A UTILIZAÇÃO DE BACULOVÍRUS (Baculovírus anticarsia).....	40
• LEITURA INTERDISCIPLINAR: PAPEL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
• SOBERANIA ALIMENTAR NACIONAL .....	49
• MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	51
• DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADO A TUTELA NO DIREITO À SAÚDE ..	57
• SUSTENTABILIDADE .....	60
• A FINALIDADE DO DIREITO É A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA .....	64
• A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA GUARDA DOS FILHOS EM TEMPO DE PANDEMIA .....	67
• EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM DETRIMENTO DAS ÁREAS INDÍGENAS.....	72
• PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR VÁRIAS DIVIDAS TRIBUTÁRIAS.....	78
• COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E DAS COMISSÕES DE EMPRESA.....	83

• MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO DIREITO PENAL: JUSTIÇA RESTAURATIVA .....	88
• DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS A TUTELA NO DIREITO À SAÚDE .....	93
• MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO: DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA RESTAURATIVA <sup>1</sup> .....	98
• BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	103
• ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA BUSCA DA EFICIÊNCIA .....	108
• EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO .....	114
• LEITURA INTERDISCIPLINAR DO LIVRO “O PROCESSO” DE FRANZ KAFKA <sup>1</sup> .....	119
• DIFICULDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM APLICAR AS DECISÕES, E COMO APLICAR NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO <sup>1</sup> .....	127
• O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL.....	133
• LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	138
• MANDADO DE SEGURANÇA .....	143
• O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E AS MEDIDAS TOMADAS EM PROL DELA PELA EMPRESA ADAMIS/A DE CAÇADOR/SC .....	147
• HABEAS CORPUS NA DIMENÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	152
• MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	155
• CONTRATO DE GESTÃO: A ESTRATÉGIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA BUSCA DA EFICIÊNCIA.....	160
• DEFICIÊNCIA DO ESTADO EM GARANTIR OS DIREITOS DO INFRATOR PRESO EM PRESÍDIOS.....	166
• SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS - UMA VISÃO DIFERENTE PARA FRAIBURGO.....	170
• DIREITOS DO CONSUMIDOR.....	175

• A AUTOTUTELA NO PROCESSO LICITATÓRIO E A JUDICIALIZAÇÃO.....	182
• DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS AÇÕES DE HABEAS DATA.....	187
• CONTRATO DE GESTÃO.....	192
• ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA COCA-COLA.....	202
• LEITURA INTERDISCIPLINAR MANIFESTAÇÕES PATOLOGIAS EXISTENTES NA PONTE RIO ROBERTO NA DIVISA DE LEBON RÉGIS E FRAIBURGO.....	207
• ANÁLISE E EMPORTÂNCIA DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO DE UMA ESCOLA EM CAÇADOR/SC.....	212
• LEITURA INTERDISCIPLINAR: PATOLOGIAS ENCONTRADAS NA RODOVIA KM 173 - CASTELHANO.....	216
• DOR MUSCULAR .....	221
• PRINCIPAIS ASPECTOS DA SÍNDROME METABÓLICA E SUA RELAÇÃO COM A OBESIDADE.....	225
• NÚMERO DE ACESSO DAS GESTANTES AO SERVIÇO ODONTOLÓGICO EM UMA UBS DE CAÇADOR,SC .....	230
• PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL AFERIDA EM CADA SEMESTRE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA .....	235
• COVID-19: MÉTODOS ALTERNATIVOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA RETARDAR A SUA PROLIFERAÇÃO .....	240
• SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO COLÉGIO APLICAÇÃO DE CAÇADOR-SC.....	245
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE SÍFILIS E HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA CATARINA.....	250
• COBERTURA DE EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	255
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO SETEMBRO DE 2019 A ABRIL DE 2020.....	260
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO SETEMBRO DE 2019 A ABRIL DE 2020 .....	266
• ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM GESTANTES EM ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	271

• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM A 1 <sup>ª</sup> CONSULTA DE PRÉ-NATAL ATÉ A 20 <sup>a</sup> SEMANA DE GESTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA .....	276
• ORIENTAÇÕES SOBRE A INSULINOTERAPIA COM A UTILIZAÇÃO DE INFOGRÁFICOS PARA AS REDES SOCIAIS .....	281
• A IMPORTÂNCIA DA UBS NO CUIDADO A HIPERTENÇÃO ARTERIAL SISTEMICA.....	286
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO EM UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA.....	291
• AVALIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE SÍFILIS E HIV EM GESTANTES DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO SETEMBRO\2019 A ABRIL\2020.....	295
• A SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: OS DESAFIOS FRENTE AO ATENDIMENTO A PACIENTES COM DOENÇAS MENTAIS OU PSICOLÓGICAS .....	300
• RINITE ALÉRGICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	310
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM PELO MENOS SEIS CONSULTAS PRÉNATAL REALIZADAS, SENDO A PRIMEIRA ATÉ A 20 <sup>a</sup> SEMANA DE GESTAÇÃO.....	320
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	325
• PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL AFERIDA EM CADA SEMESTRE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	330
• PROBLEMAS RELACIONADOS A AUTOMEDICAÇÃO.....	335
• TRÍPLICE VIRAL: A IMPORTÂNCIA DE MANTER A IMUNIDADE DE REBANHO NOS ACADÊMICOS DE MEDICINA.....	340
• PRÉ-NATAL: COMPLICAÇÕES RELACIONADAS A NEGLIGÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO.....	350
• FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES.....	355
• COBERTURA DO EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC.....	360
• LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE PRÉ-NATAL PRECONIZADO PELO SUS.....	365
• A IMPORTÂNCIA DA UBS NO CUIDADO A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTêmICA.....	370
• INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL E HÁBITOS DE VIDA NA PREVENÇÃO DA ATROSCLEROSE.....	375

• COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE INATIVADA E DE PENTAVALENTE.....	380
• COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE E PENTAVALENTE EM UMA ESF DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	386
• PERCENTUAL DE COBERTURA DO EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UNIDADE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA .....	391
• PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	396
• VACINAÇÃO: DESCONHECIMENTO OU DESCREnça.....	400
• EXAMES CITOPATOLOGICOS REALIZADOS EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE.....	405
• MOVIMENTO ANTIVACINA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC: FATORES QUE INFLUENCIAM NA RECUSA E HESITAÇÃO À VACINAÇÃO .....	410
• CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE OS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA DA UNIARP.....	415
• INCIDÊNCIA DE EXAMES CITOPATOLOGICOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.....	420
• COBERTURA DE EXAME CITOPATOLÓGICO, EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA.....	425
• PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL AFERIDA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019 ATÉ O MÊS DE ABRIL DE 2020 EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE .....	430
• ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL.....	436
• UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	441
• FATORES DE INFLUÊNCIA PARA A ALTA INCIDÊNCIA DO USO DE ANSOLÍTOCOS POR ACADÊMICOS DE ME- DICINA.....	446
• DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: VISÃO DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE EM CAÇADOR/SC.....	451
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	456
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	456

• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA.....	464
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	472
• PRINCIPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFANCIA.....	477
• PRINCIPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFANCIA.....	482
• PRINCIPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFANCIA.....	488
• OS CONCEITOS CIENTÍFICOS, HISTÓRICOS E PSICOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA DE 0 A 12 ANOS.....	500
• A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.....	508
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	512
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	515
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA .....	516
• EDUCACÃO AMBIENTAL NA ESCOLA .....	521
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	526
• PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA <sup>1</sup> .....	530
• DIREITO À PROPRIEDADE NO BRASIL: UM ESTUDO ACERCA DO EFEITO VINCULANTE DA DECISÃO EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE REFLETIDO NA AÇÃO DE USUCAPIÃO.....	536
• O IMPACTO E A APLICABILIDADE DA ALTERAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO NA VIDA CIVIL DO TRANSEXUAL APÓS A ADI 4275.....	541
• A DECISÃO EM CONTROLE CONCENTRADO DE INCONSTITUCIONALIDADE: SOBRE A DISCRIMINAÇÃO E A PROTEÇÃO DA SAÚDE NA DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMOSSEXUAIS....	546
• A LARANJA MECÂNICA E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO CONSTITUCIONAL.....	551

• A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO: UMA VISÃO A PARTIR DA OBRA DE ANTHONY BURGESS.....	556
• A EFICÁCIA DAS DECISÕES JUDICIAIS ABSTRATAS – LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	561
• SPA DE PÉS NA MELHORIA DA SÁUDE FÍSICA E MENTAL.....	571
• A UTILIZAÇÃO DA AROMATERAPIA NA MELHORA DO BEM-ESTAR FÍSICO E ÉMOCIONAL.....	574

## ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO: A ARTE DA GUERRA<sup>1</sup>

Roberta Goelzer<sup>2</sup>  
Franciele Tosatti<sup>3</sup>  
Letícia Cracco Kaziemarczah<sup>4</sup>  
Juciele Marta Baldissarelli<sup>5</sup>

### Análise:

O livro Arte da Guerra é uma obra literária do pensador chinês Sun Tzu escrito por volta do ano 500 a.C que funciona como um manual estratégico para conflitos armados. É um texto que remonta à turbulenta época dos Estados Guerreiros da China, há quase dois mil anos, chegou até nós trazendo as ideias de um filósofo estrategista que certamente comandou e venceu muitas batalhas. Sun Tzu disse: a guerra é de vital importância para o Estado, é o domínio da vida ou da morte, o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império, é preciso manejá-la bem.

Sun Tzu um filósofo que ensina a dominar “A Arte da Guerra” é que isso é fundamental para o Estado, conhecê-la bem é a questão de vida ou morte e que a diferença entre segurança e ruína jamais deve ser ignorada. A Arte da Guerra significa conhecer a si mesmo conhecer seu inimigo e ter os seus comandados sob disciplina total e saber todas as informações táticas necessárias para vencer a batalha.

O general Sun Tzu mostra a figura de um general super-homem, que as qualidades devem ser o segredo, a dissimulação, a astúcia e a surpresa, e que deve evitar cinco defeitos básicos: a precipitação, a hesitação, a irascibilidade, a preocupação com as aparências e a excessiva complacência. Para vencer, deve

---

<sup>1</sup> Atividade resultante do Projeto Integrador da 5<sup>a</sup> fase do curso de Administração da UNIARP - Caçador

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de administração da UNIARP. E-mail: ro\_goelzer@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de administração da UNIARP. E-mail: leticiacracco10@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de administração da UNIARP. E-mail: francieletosatti@gmail.com

<sup>5</sup> Doutoranda em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), formada em Comunicação Social - Licenciatura em Jornalismo. Professora da UNIARP. A pesquisadora agradece ao sistema de bolsas UNIEDU de Santa Catarina. E-mail: [jucielemarta\\_baldissarelli@hotmail.com](mailto:jucielemarta_baldissarelli@hotmail.com)

conhecer perfeitamente a terra (a geografia, o terreno) e os homens (tanto a si mesmo quanto o inimigo). O resto é uma questão de cálculo. Eis a arte da guerra.

Para iniciar a análise crítica, pode-se destacar a relevância em que uma disputa, seja ela governamental ou territorial, tem para uma nação, pois auxilia em diversas áreas como na parte estratégica, liderança, autoridade, visão individual e como um todo. Além disso, é apresentado cinco principais requisitos para desenrolar de um conflito em sua fase inicial, são eles: liderança de si mesmo (partindo de si próprio o desejo de enfrentamento dos desafios), a organização do tempo disponível (visando um maior aproveitamento de suas tarefas, obrigações e deveres), o ambiente em que se encontra (conhecer onde se é colocado e em que posições podem dar liberdade para uma funcionalidade específica), o desenvolvimento de suas qualidades e habilidades e o conhecimento das normas e limites.

Sun Tzu enfatiza em boa parte de seu livro a importância do conhecimento dos seus próprios obstáculos e dos pontos favoráveis de como pode potencializar-se ao desenvolver suas habilidades e qualidades fazendo assim uma trilha satisfatória para o caminho do sucesso, além disso, é importante ressaltar que os aspectos desfavoráveis de vem ser minimizados.

Ele nos mostra a importância de conhecer nossas “armas”, pontos fortes e fracos, conhecer a si mesmo primeiramente, porque se não se conhecer, não adianta tentar conhecer o outro, sempre devemos potencializar nossos pontos fortes e diminuir o impacto dos fracos, sempre tentando adquirir novas habilidades e qualidades. Vale a lição do livro: a primeira batalha que devemos travar é com nós mesmos. Sempre enfatizando a importância de conhecer a si mesmo e o inimigo, não devendo enxergá-lo como concorrente, mas reconhecendo que ele pode te impedir de agir, e perceberá que as respostas serão o conhecimento necessário para enfrentá-los. Capturar o estado inimigo intacto e não arruinado, é o objetivo da guerra, sem ter que lutar estragar estratégias dos inimigos assim rompendo alianças entre eles mesmos antes de atacar. Que o general deve saber a hora de atacar e à hora de se retirar. O general que seguir seus conselhos é certo que vencerá e deve ser mantido na liderança, o que ignorar, certamente será derrotado, e deverá ser afastado. O general deve procurar reinventar-se, surpreender a si mesmo e ao inimigo.

Sun Tzu diz: é de suprema importância na guerra atacar a estratégia do inimigo. Deve atacar sua estratégia na raiz, depois romper suas alianças, e em seguida, atacar o seu exército. Sempre estando atento, aproveitando as oportunidades e adaptando-se as circunstâncias. A garantia de nos tornarmos invencíveis está em nossas próprias mãos. Tornar o inimigo vulnerável só depende dele próprio. Conhecer os meios que asseguram a vitória não significa obtê-la.

Os generais sabiam que primeiramente o que deviam temer ou esperar, e então avançar ou recuar. Acreditando serem superiores, não hesitavam em tomar a iniciativa. Se sentindo inferiores, ficavam na defensiva. A invencibilidade está na defesa, a possibilidade de vitória, no ataque.

Aqueles que combatem devem elevar-se nas alturas, ou seja, devem combater de tal forma que o universo inteiro vibre com o estrépito de sua glória. Em ambos os casos, deve-se visar à própria integridade física. Conseguir vitórias por meio de combates é considerado algo bom pelo universo inteiro em todos os tempos. Os hábeis guerreiros agem de forma que vencem a batalha depois de terem criado as condições apropriadas. A vitória é uma decorrência natural de prever todas as eventualidades, conhecer a situação do inimigo, conhecer a sua força e a do inimigo e não ignorar o que podem fazer e até onde podem ir. Com segurança ousavam prever a vitória ou a derrota, antes mesmo de terem dado um passo para conquistar a primeira ou evitar a última.

Para nossos ancestrais nada era mais fácil do que vencer, não acreditavam que elogios fossem tributos de merecimento, eles atribuíam seu sucesso ao cuidado extremo de não cometer nenhum deslize. Não cometer erros significa, faça o que fizer, o general hábil conquistará a vitória e o inimigo já derrotado. Nos planos, jamais um deslocamento inútil, na estratégia, jamais um passo em vão.

Aqueles que zelam na arte da guerra aderem à sua doutrina, são capazes de formular políticas de vitória. Os generais não permitem que suas tropas mostrem confiança cega, uma confiança que degenera em presunção. Tropas que sonham com a vitória são tímidas e presunçosas, ao contrário, aquelas que, sem pensar a vitória, exigem o combate, são tropas destinadas a vencer.

Quem está no exército deve ser digno do ofício que exerce. Lembrar das regras de cálculo, considerar os efeitos da balança, a vitória é fruto de um cálculo exato. As considerações te conduzirão ao conhecimento do que a terra pode

oferecer de útil para ti, não irá ignorar os diferentes caminhos que terás que percorrer para atingir de forma segura o alvo. Pelo cálculo poderá estimar se o inimigo pode ser atacado e depois mobiliza a população e recruta as tropas a distribuir munições e provisões e também a nunca cair nos excessos do demais ou do muito pouco. Se tiverem em mente as vitórias obtidas em épocas remotas e todas as circunstâncias que acompanharam, não irá ignorar os diversos usos que serviram e saberão quais a vantagens e prejuízos trouxerem os próprios vencedores.

Sun Tzu diz: Comandar muitos é o mesmo que comandar poucos. Tudo é uma questão de organização. Controlar muitos ou poucos é uma mesma e única coisa. É apenas uma questão de formação e sinalizações. Generais devem anotar o talento e capacidade individualmente de cada um de sua tropa, para aproveitar o potencial de cada um quando surgir à oportunidade.

A certeza de sustentar o ataque do inimigo sem sofrer uma derrota baseia-se na combinação de forças diretas e indiretas. Forças diretas para desfazer batalhas, e indiretas para consolidá-las. Verdadeiramente possuem a arte de bem comandar os que souberam e sabem potencializar sua força, que adquiriram uma autoridade ilimitada, que não se deixam abater, mesmo quando surpreendidos, assim o ímpeto de quem é hábil na arte da guerra é irreprimível e seu ataque é regulado com precisão. Sabem conservar uma disciplina, fazem brotar força no meio da fraqueza, despertam a coragem e a determinação no meio da covardia. Mas saber manter uma ordem impecável, inclusive no meio da desordem, exige profunda reflexão sobre todos os acontecimentos que podem suceder.

A fraqueza sendo transformada em força, só é dado a aqueles que têm uma energia absoluta e uma autoridade ilimitada. Um comandante hábil busca a vitória baseada nas circunstâncias e não a exige de seus subordinados. Ele deve ter a arte de manipular o deslocamento dos seus inimigos, aqueles que dominam essa arte admirável, manipulam o inimigo sempre que julgarem apropriado. Sabem ser liberais quando convém, estão prestes a tudo. Aproveita-se de todas as oportunidades e circunstâncias, sempre desconfiados, vigiam seus subordinados, não desprezam de nenhum meio que possa ser útil para eles.

Sun Tzu diz: Uma das tarefas essenciais que deves realizar antes do combate é escolher criteriosamente o terreno do campo de batalha. Para isso, é preciso agir

rápido. Não permitas que o inimigo tome à dianteira. Ocupa o terreno antes que ele tenha tempo de te reconhecer, antes mesmo que ele possa estar ciente de tua marcha. Qualquer negligência nesse sentido pode ter consequências nefastas. Em geral, só há desvantagem em ocupar o terreno depois do adversário.

Comandantes não devem se fiar em ninguém para escolha de tal relevância, se o comandante for verdadeiramente hábil, escolherá tanto o próprio local do acampamento quanto controlará todos os movimentos do inimigo.

Quem consegue fazer com que o inimigo venha espontaneamente oferece-lhe alguma vantagem. Quem deseja impedi-lo, prejudica-o. Um grande general não é arrastado ao combate, ao contrário, sabe impô-lo ao inimigo. A grande sabedoria é obter do adversário tudo o que deseja, fazendo que seus atos, lhe tragam benefícios.

A obra, apesar de ter dois séculos e meio de existência, se mantém com muita lógica no cenário atual, com estratégias que parecem ter sido intactas durante estes séculos. Sabe-se que não vivemos mais nessa turbulenta época de guerra entre reinos, que nossos heróis mudaram, nossas ideias também e algumas estratégias já não são mais usadas, mas vivemos sim num momento em que a guerra dos negócios está em ascendência e os ensinamentos de Sun Tzu são muito relevantes nessa vitória que tanta buscamos.

Em síntese, o livro a arte da guerra consta comandos que admitem suas verdades em se tratando do contexto específico daquela época onde se tinha por determinação principal o fato de vencer e viver ou perder e morrer. Alguns desses comandos podem validar as formas comportamentais e situações prováveis no setor empresário, como por exemplo, a facilidade de enxergar novos caminhos, possibilidades favoráveis para o crescimento da empresa, o destaque na ação delegada.

## REFERÊNCIAS

**RESPOSITORIO.UFSC. A ARTE DA GUERRA: e as dez táticas mais eficazes da Antiguidade.** Disponível em:  
[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179254/A\\_Arte\\_da\\_Guerra\\_e\\_a\\_s\\_dez\\_t%C3%A1ticas\\_mais\\_eficazes\\_da\\_Antiguidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179254/A_Arte_da_Guerra_e_a_s_dez_t%C3%A1ticas_mais_eficazes_da_Antiguidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 jun. 2020.

**SEMANA ACADEMICA. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS X ARTE DA GUERRA.** Disponível em:  
<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigogestategico.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

**CULTURA GENIAL. Livro A Arte da Guerra, de Sun Tzu.** Disponível em:  
<https://www.culturagenial.com/livro-a-arte-da-guerra/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

**ADMINISTRADORES. Resenha comentada: os ensinamentos de Sun Tzu em a Arte da Guerra.** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/resenha-comentada-os-ensinamentos-de-sun-tzu-em-a-arte-da-guerra>. Acesso em: 14 jun. 2020.

## Leitura Interdisciplinar: Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas.

**Camila Rezende  
Nathalia Cristina dos Santos  
André Chiarani da Silva**

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, analisar de maneira crítica, a obra de Dale Carnegie, “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, publicado no ano de 1936 e entender como ele pode influenciar de forma positiva nos relacionamentos tanto pessoais quanto profissionais, através de princípios e exemplo para ajudar as pessoas a relacionar-se bem com os outros e influencia-las na vida cotidiana e nos contatos sociais. Esta análise trás, objetivamente, os pontos considerados cruciais para que se possa realizar uma leitura minuciosa e detalhada do livro em questão. Assim, de acordo com a opinião dos autores, encontra-se a ideia trazida por Dale Carnegie.

### Introdução

A leitura interdisciplinar, desenvolveu-se ao longo do primeiro semestre de 2020 através da terceira fase do curso de administração, da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe/UNIARP, por meio do livro “Como Fazer amigos e influenciar pessoas” de autoria do estadunidense, Dale Carnegie lançado em 1936, é até hoje um livro muito requisitado e recomendado. Um guia clássico e definitivo para relacionar-se com as pessoas. O presente trabalho procura relatar e analisar de modo geral como o livro pode ajudar e influenciar nos relacionamentos pessoais e profissionais.

A obra aborda, de maneira descomplicada e prática, recheada de exemplos e histórias interessantes, as principais regras de relações humanas que podem ser aprendidas e praticadas por qualquer pessoa, tanto na sua vida pessoal como em seu contexto profissional e, assim, melhorar suas relações pessoais e aumentar tanto seu poder de influência como de liderança, obtendo maior cooperação das pessoas.

Dale (1936, p. 29) afirma que: “O ser humano vive em grande parte dentro dos seus limites. Possui poderes de várias espécies, os quais habitualmente deixa de usar o único objetivo deste livro é ajudá-lo a descobrir, desenvolver e colher os benefícios dessas reservas adormecidas e não usadas.”

A obra em análise, tem por objetivo potencializar a habilidade de se relacionar com as pessoas. Também, acredita-se que seja possível contribuir para que as pessoas tenham mais conhecimento para poder desenvolver uma maior capacidade humana proporcionando um convívio efetivo e harmônico em sociedade, no ambiente de trabalho, familiar, social, entre amigos, colegas ou mesmo com um desconhecido que você acaba de conhecer no elevador. E também, buscar soluções para tornar o convívio social saudável e prazeroso, sem a presença de julgamentos, rótulos ou críticas.

## Resumo Geral da Obra

A razão de “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, de Dale Carnegie, ser tão requisitada até hoje é por explorar um ponto sensível no comportamento humano: a melhor maneira de se relacionar com as pessoas. Carnegie, defende uma abordagem das relações humanas analítica e proativa, indo além das exigências da civilidade, pensando antecipadamente sobre a outra pessoa. Parece simples, porque de fato é. Relacionamentos eficazes vêm simplesmente deter a capacidade de colocar as outras pessoas em primeiro lugar. Os lembretes e dicas no livro sobre como fazer isso na vida cotidiana foram os fatores que fizeram com que o livro ganhasse uma reputação como um dos livros de relacionamentos mais úteis de todo os tempos.

De maneira geral, a obra explora abstratamente, o comportamento humano, demonstrando as capacidades e habilidades de se conectar com os demais, que sendo desenvolvidas de maneira correta podem facilmente influenciar qualquer indivíduo a realizar ações sem que seja necessário demandar o desejo requisitado. Assim, temos uma habilidade, que como falar em público ou a se comunicar somente com uma pessoa, pode e deve ser aprendido, portanto a ideia de como pode-se “fazer amigos”.

A prerrogativa primordial da obra encontra-se inserida dentro do contexto da Gestão de Pessoas, no campo da Administração, que trata de conduzir os comportamentos internos e potencializar o capital humano.

O livro: “Como fazer amigos e influenciar pessoas” escrito por Dale, descrito como uma leitura moderada, é composto por quatro partes, divididas em princípios, que são regrinhas simples, que, quando seguidas, fazem com que você seja mais admirado e capaz de saber como influenciar pessoas e fazer amigos.

A primeira parte é: “Técnicas fundamentais para lidar com as pessoas”, que de modo geral, sugere que devemos refletir se nós temos o hábito de ver o pior no próximo e assim, fazer o uso da empatia, desfazendo completamente este costume. Nós também temos nossos defeitos, não é? Esse autoconhecimento é muito importante e pode ser treinado.

A segunda parte: “Seis maneiras de fazer as pessoas gostarem de você”, tratam-se de gestos simples a serem seguidos para que as pessoas gostem de você, elogiando, sendo generoso e gentil, demonstrando um sorriso. Afinal, um sorriso não custa nada a ninguém e deixa todos à sua volta mais felizes. Resumindo, quem demonstra felicidade acaba, de verdade, se sentindo mais feliz também.

A terceira parte: “Como conquistar as pessoas a pensarem do seu modo” explora uma área mais emocional das pessoas, fazendo com que as pessoas começem a aceitar que nem sempre estarão certas e que de maneira sutil podem dizer algo como “posso realmente estar errado, mas mesmo assim eu penso diferente de você”. Ou seja, podemos ser honestos consigo mesmos e com os outros. Isso é a empatia, “colocar-se” no lugar do outro, “sentir” como o próximo, desta forma, temos um dos princípios da inteligência emocional.

A quarta e última parte: “Seja um líder”. Mudar as pessoas sem ofendê-las, nem as deixar ressentidas demonstra como um líder pode agir em inúmeras situações em que terá que fazer críticas construtivas, como bem se sabe, a maior parte da população tem dificuldades em lidar com críticas, em sua maioria a sugestão acaba sendo levada para o lado pessoal, o que se quer evitar no ambiente de trabalho. Deste modo, Carnegie deixa implícito que começemos a ser mais indiretos no momento da

crítica, que devamos ser menos ríspidos e abraçar mais o lado sensível de cada um. O reconhecimento instiga o desenvolvimento.

## Apreciação Crítica

“Como fazer amigos e influenciar pessoas”, o título do livro o torna instigante. Afinal, de que modo se pode ‘fazer amigos’? Descrito deste modo, a primeira impressão não o faz mais positivo, manipulável? Assim, como os demais, a leitura é necessária para compreender de fato o seu real significado.

Tem-se como premissa a divisão de quatro partes descrita. Dale, enumera diversas maneiras de como conquistar as pessoas para o nosso modo de pensar. Todas estas ações contribuirão para influenciar positivamente as pessoas. A segunda parte do livro resume-se em 16 leis de sucesso para cultivar a personalidade agradável, sendo o primeiro princípio: torne-se verdadeiramente interessado na outra pessoa.

Com este livro, Dale Carnegie, se tornou um autor clássico. É impressionante como os princípios que o autor comenta durante todo o decorrer do livro, sobre a melhor forma de compreender as pessoas nas esferas pessoais e profissionais ainda se mantém atuais, mesmo depois de 83 anos da sua data de publicação.

Narrado por Carnegie, o livro relata experiências vividas pelo o próprio autor, além de dezenas de situações reais, importantes para a história americana. Inicialmente o texto foi escrito para servir como material didático de um curso de relacionamento pessoal ministrado pelo próprio Carnegie, o sucesso foi tão grande que em 1936 foi lançado como livro, vendendo três milhões de exemplares durante seu lançamento.

O livro de Dale Carnegie, mostra objetivamente, que devemos começar, discretamente, qualquer tentativa de alterar o comportamento de alguém, iniciando com um elogio e uma apreciação do comportamento anterior da pessoa, para retalhar qualquer reação negativa dela. Se for extremamente necessário fazer uma crítica, comente antes sobre os seus próprios erros e evite acanhar as pessoas na frente dos outros. Finalmente, sugere-se que devemos elogiar o menor progresso visível e também cada novo progresso das pessoas. Nas suas palavras: “seja caloroso em sua aprovação e generoso em seu elogio”.

Este livro, é de fato, um manual de como se relacionar com as pessoas em nosso dia a dia e no trabalho. Certamente ajudaria a transformar muitos profissionais competentes tecnicamente, também em pessoas bem-vistas dentro de suas organizações, impulsionando positivamente suas carreiras.

## Referências

CARNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. 45. ed. Nova York: Simon And Schuster, Inc, 1936. 291 p. Disponível em:  
[https://moodle.uniarp.edu.br/pluginfile.php/48134/mod\\_resource/content/2/CARNEGI E%20Dale%20Como%20Fazer%20Amigos%20e%20Influenciar%20Pessoas.pdf](https://moodle.uniarp.edu.br/pluginfile.php/48134/mod_resource/content/2/CARNEGI E%20Dale%20Como%20Fazer%20Amigos%20e%20Influenciar%20Pessoas.pdf). Acesso em: 25 jun. 2020.

FREITAS, Rodrigo Paes de. **Resenha crítica a obra "Como fazer amigos e influenciar pessoas" de Dale Carnegie**. 2019. Rodrigo Paes de Freitas. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/resenha-cr%C3%ADtica-obra-como-fazer-amigos-e-influenciar-de-paes-freitas>. Acesso em: 30 jun. 2020

GUILHERME. **Resenha de livro: Como fazer amigos e influenciar pessoas**. 2016. Guilherme. Disponível em: <https://hipervolatil.wordpress.com/2016/01/07/resenha-de-livro-como-fazer-amigos-e-influenciar-pessoas/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

JPFELIX7. **Resenha como fazer amigos e influenciar pessoas**. 2017. Disponível em: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Humanas/Administra%C3%A7%C3%A3o/Resenha-como-fazer-amigos-e-influenciar-pessoas-1294785.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MATOS, Odirley Schroeder de. **Resenha da Obra: Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas, de Dale Carnegie**. 2017. Odirley Schroeder de Matos. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/resenha-da-obra-como-fazer-amigos-e-influenciar-de-odirley>. Acesso em: 30 jun. 2020.

OLIVEIRA, Aleno. **Como fazer amigos e influenciar pessoas | 10 grandes ideias | Dale Carnegie | Resenha de livro**. 2019. Disponível em: <https://alenooliveira.com.br/como-fazer-amigos-e-influenciar-pessoas-10-grandes-ideias-dale-carnegie-resenha-de-livro/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PIMENTA, Marília. **Resumo do livro Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas, de Dale Carnegie**. 2018. Marília Pimenta. Disponível em: <https://blog.12min.com/br/resumo-do-livro-como-fazer-amigos-e-influenciar-pessoas/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

## **RELATO TÉCNICO EM UMA EMPRESA DOS RAMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC**

Eduarda dos Santos Ringwald  
Julia Abatti dos Santos  
Lucileidi Mendes Lara  
Márcia Kunze Bleicher  
Geneia Lucas dos Santos

### **RESUMO**

A empresa que tivemos a oportunidade de conhecer através de conversas com o proprietário é a Clinquer. A empresa está localizada no bairro Bom Sucesso na cidade de Caçador, sua área de atuação é a fabricação de elementos, como blocos de concreto, pavers, palanques de cimento além de outros para a construção civil. Uma microempresa que emprega em torno de 20 funcionários. A intervenção feita por nós foi uma sugestão de um vendedor externo para as cidades vizinhas, qual tivemos um feedback positivo em forma de agradecimento do proprietário da Clinquer, onde o mesmo apresentou interesse em implantar as medidas sugeridas a ele.

### **1 INTRODUÇÃO**

O problema que a empresa nos propôs a resolver é a falta de conhecimento da empresa e seus produtos na região onde ela está inserida. Um modo que achamos para a divulgação dos produtos da empresa são vendedores externos, que serão responsáveis por levar até os potenciais clientes os produtos da organização, além de buscar o relacionamento com os futuros clientes que a empresa almeja.

Segundo Churchill e Peter (2005) apud RIEG et al (2016, p. 3) por a venda pessoal é a venda que ocorre mediante a interação vendedor-cliente, face a face, por meio de telefone, internet, ou qualquer outro veículo que permita intercâmbio direta e pessoal entre vendedor e cliente.

Nosso trabalho mostrará a importância de um vendedor externo para a organização e como ele vai ajudar a empresa Clinquer para aumentar seus potenciais clientes. Teremos como principais embasamentos teóricos os autores Raimar Richers, Raimar Richers, Marisa da Cruz Oliveira et al. Acreditamos que nossas opiniões poderão ajudar a empresa a se desenvolver econômica e socialmente.

## 2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E DA ORGANIZAÇÃO

Segundo Castro e Neves (2008, apud OLIVEIRA 2017) o profissional de vendas precisa se concentrar em identificar os motivos das objeções e dar ênfase nos argumentos que promovem os benefícios diretamente relacionados às objeções.

Kotler (2003 apud OLIVEIRA, 2017) dizia:

Os vendedores devem evoluir de conselheiros para consultores. Os produtos de hoje são muito semelhantes, os vendedores que competem entre si precisam transmitir a mensagem de criar valor para o cliente, sempre o ajudando a ganhar ou economizar mais dinheiro.

Atualmente devemos pensar que um profissional de vendas externas deve estar muito bem treinado, pois é ele que está representando o produto e a empresa. São profissionais que devem cuidar da sua aparência e dos seus clientes principalmente, estando atualizado com qualquer produto da empresa e estar atento as propostas oferecidas pelos compradores.

É preciso pensar também todo o processo logístico, pois está todo conectado, por que um dos principais objetivos da logística é fornecer produtos ou serviços no local e momento esperado pelos clientes (BOWERSOX E CLOSS, 2001 apud OLIVEIRA, 2017).

OLIVEIRA (2017) conceitua basicamente o marketing como a razão da empresa existir para satisfazer as necessidades de seus consumidores. E que tais necessidades somente serão satisfeitas se a empresa ou seus profissionais consigam compreender as pessoas ou organizações que usarão seus produtos ou serviços, e que estes são melhores do que os oferecidos pelos seus concorrentes. Atualmente é comum em todos os segmentos de empresas uma constante reinvenção de conceitos para manter clientes e fornecedores ativos e melhorar a colocação e fidelização de seus produtos e serviços neste competitivo mercado.

## 3 RESULTADOS

Deve se cuidar com a segmentação geográfica (Zoneamento de vendas, o lugar onde seria a provável venda) é valioso instrumento de controle e também de redução de custos mercadológicas, esse é um método usado por várias empresas

que dependem de terceiros para suas vendas, e distribuem seus bens a clientelas localizadas em praças mais ou menos dispersas. Como é contratado terceiro e experiente ele saberá como conquistar a clientela, principalmente se o produto não for tão popular e não ser usado cotidianamente. (RICHERS, 1994 apud OLIVEIRA 2017).

deve-se seguir alguns passos para ter um melhor desempenho nessa função: 1. Levantamento de dados internos: saber o que já foi feito na sua região que deu certo e pode ser continuado, o que não deu certo e procurar entender e melhorar esse problema. 2. Levantamento de dados externos: deve ser feito pesquisas pelas empresas já existentes, acompanhar o desenvolvimento, o crescimento e a demanda, assim pode entender qual é a diferença do seu mercado e que consiga melhorar. 3. Determinação dos índices regionais: verificar todos os dados, tanto negativos quanto positivos e procurar entender a funcionalidade da empresa, como entradas e saídas, produção, entre outros.

O uso da informação ocorre quando o indivíduo processa informação que o leva a mudar sua capacidade de agir. Esse uso geralmente envolve responder uma pergunta, resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou criar significado para uma situação (BERGERON et al, 2006, apud RAMOS, JOIA E CARVALHO, 2020). Quando se amplia essa discussão do âmbito individual para o plano das organizações, Choo (2003) apud Ramos, Joia E Carvalho (2020) argumenta que elas fazem uso da informação em três arenas distintas: *sensemaking* (criação de significado), construção de conhecimento e tomada de decisão.

Apesar de geralmente tratados como processos organizacionais independentes, Choo (2003) apud Ramos, Joia E Carvalho (2020) acredita que as três atividades se alimentam mutuamente, permitindo visão holística do uso da informação. O *sensemaking* busca dar sentido às mudanças do ambiente externo num mundo dinâmico e incerto. A construção ou criação de conhecimento é a geração de novos conhecimentos por meio do aprendizado e da criação, organização e processamento das informações. Por fim, na tomada de decisão, as organizações avaliam as informações existentes para definir que rumos devem tomar.(RAMOS, JOIA E CARVALHO, 2020).

Considerando o que obtivemos de conhecimento á respeito da Clinquer percebemos que para conseguir atingir seus objetivos diante da falta de conhecimento e venda na região um vendedor externo ajudaria muito inclusive com o marketing e divulgação de seus produtos. De acordo com Castilho as vendas aumentaram

consideravelmente com a propaganda na rádio entendemos que isso é necessário o conhecimento da empresa e seus produtos.

#### 4 CONCLUSÃO

O vendedor externo seria uma pessoa de grande ajuda para a empresa Clinquer, pois para vender em regiões próximas, não seria necessário o empresário se dirigir ate a região e precisar tomar conta de todo o processo sozinho.

Ele levará o produto para conhecimento, e assim também sanar dúvidas que possa ocorrer, discutirá preços, quantidades e fará um bom marketing do material, ate mesmo por conhecer o processo e já saber se portar para futuros compradores.

O vendedor externo bem treinado e com o conhecimento em vendas e clientes em potencial pode levar o nome da Clinquer para todas as regiões gerando resultados positivos, pois vai mostrar ao consumidor as vantagens em adquirir um dos produtos produzido pela empresa.

Acredito que como conclusão depois de duas conversas com o dono da empresa, podemos ver que uma boa opção seria contratar um vendedor externo para visitar as cidades vizinhas para vender para construções, clientes finais, lojas, enfim todos que tiverem interesse em comprar seus produtos.

Porque como conversamos na aula, muitas vezes as pessoas pensam que por a Clinquer ser uma fábrica não vendem para consumidor final, apenas para as empresas, o vendedor externo também teria essa função de levar o conhecimento da empresa para a região.

#### REFERÊNCIAS

RIEG, D. L., SILVA, E. P., RUFINO, F. A., & SCRAMIM, F. C. Influência Da Atuação do Vendedor na decisão de compra dos consumidores no varejo de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. **Scielo**.2016

OLIVEIRA, Marisa da Cruz, et al: Representante Comercial versus Vendedor Externo: Um Estudo sobre a Diferenciação destes Profissionais em Empresas do Ramo Frigorífico. **XVII Mostra de iniciação científica**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/324020750\\_Representante\\_comercial\\_vs\\_vendedor\\_externo\\_Um\\_estudo\\_sobre\\_a\\_diferenciacao\\_destes\\_profissionais\\_em\\_empresas\\_do\\_ramo\\_frigorifico](https://www.researchgate.net/publication/324020750_Representante_comercial_vs_vendedor_externo_Um_estudo_sobre_a_diferenciacao_destes_profissionais_em_empresas_do_ramo_frigorifico)> Acesso em: 07/2020.

RAMOS, Rômulo Braga; JOIA, Luiz Antonio; CARVALHO, Rodrigo Baroni de. **Uso da informação por profissionais de vendas: estudo de caso em organização varejista brasileira de grande porte** Facebook Twitter *Perspectivas em Ciência da Informação* Dez 2018, Volume 23 Nº 4 Páginas 97 – 116 Print version ISSN 1413-9936 On-line version ISSN 1981-5344 **Perspect. ciênc. inf. vol.23 no.4 Belo Horizonte Oct./Dec. 2018** <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3304> Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362018000400097&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362018000400097&lang=pt) Acesso em: 07/2020.

## PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA EM SISTEMA ORGÂNICO

Giovani Leandro De Souza<sup>1</sup>, [giovanni.dijho@hotmail.com](mailto:giovanni.dijho@hotmail.com)

Diego Melo de Liz<sup>2</sup>, [diego.melo@uniarp.edu.br](mailto:diego.melo@uniarp.edu.br)

<sup>1</sup> Aluno de graduação em Agronomia

<sup>2</sup> Professor orientador

### Resumo

Um dos grandes desafios da pesquisa agropecuária é manter a produção agropecuária em níveis que abasteçam uma população em crescimento, sem contribuir para aumentar a degradação do meio ambiente. Tendo como meio de alternativa a produção orgânica de carne como uma opção para fazer frente a este Problema. A dificuldade está relacionada com a falta de conhecimento por parte dos consumidores e criadores da produção da carne orgânica, o que a torna pouco comercializada, tendo em vista que é possível produzir carne orgânica através de diferentes tecnologias desenvolvidas, adaptadas e validadas em diferentes biomas como o uso de manejo rotativo de pastagens e utilização de sistemas silvipastoris, além da suplementação volumosa de qualidade no período seco. Pode-se ter como por exemplo, o uso de insumos alternativos para fertilização destas pastagens como o pó de rocha, fosfato de rocha natural e uso de leguminosas para adubação verde, fixação biológica de nitrogênio, fungos micorrízicos para aumento da absorção de nutrientes pelas plantas, além da compostagem para incorporação de matéria orgânica nos solos.

**Palavras-chaves:** Pastagens. Fertilização. Ambiente

## INTRODUÇÃO

Hoje no Brasil os principais produtos orgânicos de origem animal produzidos anualmente são a carne de frango (550 mil cabeças), ovos (720 mil dúzias) e leite (6,8 Milhões de litros) (FIGUEIREDO E SOARES, 2012).

A produção de carne bovina orgânica especificamente difere pouco desta realidade com apenas 13,8 mil cabeças abatidas/ano. Os sistemas orgânicos de produção de carne bovina são modelos de produção sustentáveis de produção que preconizam práticas de manejo em preferência ao uso de insumos externos à propriedade.

Os maiores entraves para o desenvolvimento da produção orgânica de carne têm-se à produção de forragem e grãos para a alimentação animal. Para a alimentação a limitação se dá através da falta de rações orgânicas para os animais no período de seca, a falta de adubação verde e baixa fertilidade dos campos são fatores limitantes também (FIGUEIREDO E SOARES, 2012).

Em tempos atuais os consumidores estão se tornando mais exigentes, principalmente quando o produto adquirido para seu consumo trata-se de um item de sua alimentação, como a carne bovina de grande valor para o consumidor brasileiro e internacional, o que permite que haja questionamentos sobre sua qualidade, discussões sobre sua procedência e ainda, a observação dos reflexos que seu consumo poderá trazer à saúde do ser humano (LUCATI, 2009).

A produção de carne bovina alimenta várias regiões do Brasil assim desperta o interesse pelo estudo na pecuária orgânica, sendo um novo caminho ou um diferencial competitivo no mercado interno e externo, tendo em vista que a produção destaca-se por ser uma atividade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, característica essa que faz diferença em um mercado competitivo (LUCATI, 2009).

Como solução para esse problema, temos vários alimentos com características orgânicas que podem substituir e incrementar a alimentação desses animais, como é o caso da mandioca, feijões silvestres, farelo de arroz, farelo de trigo e cana-de-açúcar. Através disso teremos rotação de culturas e diversificação de produtos, melhorando estrutura de solo e fixando nitrogênio.

Nesta revisão serão enfocados alguns resultados de tecnologias que iram agregar no sistema orgânico de produção de pastagens tendo como objetivo a diminuição dos gargalos na atividade.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Tendo como base a adubação orgânica o manejo de pastagens se torna crucial, sendo que seguindo a legislação a adubação deve conter produtos naturais. Através de experimentos realizados pela agencia de pesquisa, a adubação natural (termosfato magnesiano e o termopotassio) como fontes de fósforo e potássio; para a adubação convencional, foram utilizados adubos nitrogenados e fosfatados como (uréia, super triplo e cloreto de potássio). No sistema convencional já se esperava uma diferença significativa pela liberação rápida dos formulados (SOARES, 2013).

Foram feitos diversos experimentos, como, época de seca e estação chuvosa, tendo como planta a ser avaliada a Brachiaria (*B. brizantha* cv. *Marandu*) tendo ela utilizada também em consorcio com Estilosantes (*S. guianensis* cv. *Bela*). Sendo que no consorcio ocorre a Fixação biológica de nitrogênio, sendo os resultados com maior quantidade de proteína bruta e suportando mais a época de seca. Os valores acumulados da produtividade de MS do consórcio observados em dois cortes durante o período avaliado para o manejo orgânico foram de 7811,29Kg/há-1, e para o manejo convencional de 13377,29Kg/há-1. No entanto, os resultados observados para consorcio no manejo orgânico mostram que a introdução de leguminosas pode aumentar o aporte de nitrogenio em sistemas consorciados, proporcionado transferência desse nitrogênio e aumento as produções de MS para gramíneas fazendo com que a quantidade de matéria orgânica com liberação de nitrogênio possa ser diminuída (SOARES, 2013).

Como ja era de se esperar as concentrações de % PB e produtividade de N sempre foram superiores para as leguminosas em relação à braquiária e o consórcio. No entanto, não houve diferença estatística para o manejo orgânico e convencional e testemunha para % PB e N da Brachiaria, Estilosantes e do consórcio entre ambos, no período das águas (SOARES, 2013).

Já no período seco foram observadas diferenças na % PB e produção de N sendo para o consórcio da Braquiária com o Estilosantes superior no manejo orgânico (8,48 % PB e 13,57 N g.Kg-1) em relação ao convencional (6,40 % PB e 10,24 N g.Kg-1). Tendo em vista que a % de matéria orgânica é maior no sistema orgânico, fazendo com que ele trabalhe como uma esponja, retendo e liberando essa água posteriormente (SOARES, 2013).

As vantagens do sistema orgânico de produção é o uso da rastreabilidade do produto, sendo que o acompanhamento dos animais se dá do nascimento até o processamento final (FONSECA, 2002).

Através deste sistema de rastreabilidade é possível ter informações de tal forma que é possível encontrar possíveis procedimentos realizados em cada animal. É possível ainda identificar também cada sistema de alimentação que o animal nutriu. Todo esse processo de rastreabilidade visa garantir saúde ao consumidor (CARRIJO; ROCHA, 2002).

O custo de produção da carne orgânica apresenta uma redução principalmente naqueles que envolvem medicamentos, manutenção das pastagens, ração e suplementação. Na comercialização com o frigorífico ganha um prêmio sobre a arroba, sendo de 10% para os machos e 18% para as fêmeas até quatro anos. Tendo a redução dos custos e o preço pago a mais pela arroba, os produtores passam a ter um maior lucro.

Como técnica para alcançar altas produtividades no sistema orgânico através desse artigo pode melhorar estrutura de solo e fazer mesmo que adubações que liberem o nutriente mais gradativamente, porém fazer essa adubação de base antes de instalar a cultura e posteriormente fazer adubações orgânicas para o mantimento da cultura e solo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos grandes desafios encarados pelo sistema de produção agropecuária é manter e aumentar os níveis de produção de alimento fazendo com que não aumente o desmatamento e degradação do meio ambiente. Um desses gargalos questionado no trabalho é a falta de tecnologias no momento de implantação de pastagens, tendo em vista um fator crucial na obtenção da produtividade.

A produção de carne orgânica é uma diversificação e agregação de valor ao produto melhorando a distribuição e agregação do produto em momentos de crise impostas pelo mercado, por agregar um mercado diferente de alimento.

Sabendo que a rastreabilidade da mercadoria é peça fundamental no processo, sendo ela a garantia de um produto de qualidade e que atenda as exigências do mercado, sendo elas no processo de pastagens, medicamentos, bem-estar e posteriormente o abate.

## REFERENCIAS

SOARES, João Paulo Guimaraes; NEVES, Daniel Lopes; CARVALHO, José Marcio; **PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA EM SISTEMA ORGÂNICO**. Bovinocultura de corte desafios e tecnologias. p. 2-22. 2013.

FIGUEIREDO, E. A. P. de; SOARES, J. P. G. **Sistemas orgânicos de produção animal: dimensões técnicas e econômicas**. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 49., 2012, Brasília. A produção animal no mundo em transformação: anais. Brasília, DF: SBZ, 2012. 1 CD-ROM.

LUCATI, Anaglis; PINEYRUA, Diego Gilberto Ferber; **Descrição do processo produtivo da carne orgânica: Pontos fortes e pontos fracos**. Revista da FAE, Curitiba, v.12, n.2, p.61-72, jul/dez. 2009.

FONSECA, M. F. **Certificação de sistemas de produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: história e perspectivas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.2, p.267-297, maio/ago. 2002.

CARRIJO, M. C. G. R.; ROCHA, H. J. **Carne orgânica: novos rumos para a pecuária de corte**. In: **CONFERÊNCIA VIRTUAL GLOBAL SOBRE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE BOVINOS DE CORTE, 1., 2002**. Anais eletrônicos... Embrapa, 2002. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congressovirtual/pdf/portugues/06pt02.pdf>.

Acesso em: 5 Maio 2020.

## OPÇÕES PARA O MANEJO DE PRAGAS NA PRODUÇÃO DE MILHO (*Zea mays*) ORGÂNICO

Thais Grazziotin, [thaisgrazziotin@hotmail.com](mailto:thaisgrazziotin@hotmail.com); Elizandro Fochesatto,  
[elizandro@uniarp.edu.br](mailto:elizandro@uniarp.edu.br)

**Resumo** – O controle biológico tem como foco controlar as pragas agrícolas e insetos transmissores de doenças a partir do uso de seus inimigos naturais que podem ser outros insetos benéficos, predadores e parasitoides. É um método de controle racional e sadio que tem como objetivo utilizar inimigos naturais que não deixam resíduos nos alimentos e não fazem mal a saúde e ao meio ambiente. A base do sucesso da produção orgânica é realizar o controle de pragas sem o uso de produtos químicos como fungicidas, herbicidas, inseticidas, etc. Este trabalho irá abordar o cultivo de milho orgânico e o controle da lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) através de inimigos naturais, como as vespinhas do gênero *Trichogramma* que parasitam os ovos de diversas espécies de inseto. É preciso tomar cuidado e ficar atento com o momento correto para iniciar as medidas de controle na lavoura. O uso do controle biológico ainda é pouco conhecido e de difícil acesso, pois a disponibilidade comercial é pequena e limita a utilização dos inimigos naturais no controle biológico.

**Palavras-chaves:** Controle biológico, Produção orgânica, Inimigos naturais, *Spodoptera frugiperda*

### INTRODUÇÃO

Atualmente a lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) é uma das pragas que mais ataca a cultura do milho, reduzindo significativamente o rendimento de grãos. No Brasil, o milho tem sido cultivado em aproximadamente 17 milhões de hectares, com produção de aproximadamente 99 milhões de toneladas por ano (CONAB, 2018). Carlos Thomaz Lopes, sócio-gerente da Grãos Orgânicos, afirma que a área plantada de milho orgânico no país está estimada em 3,3 mil hectares, o que representa apenas 0,018% das lavouras ocupadas pelo cereal no País. A lagarta-do-cartucho ataca as plantas em praticamente todo o período de desenvolvimento da cultura no campo, além de difícil o controle. Na produção orgânica o desafio é maior, pois as estratégias de controle são limitadas somente a formas naturais não sendo permitido o uso de produtos químicos, dificultando o controle. Atualmente o manejo desta praga na cultura do milho orgânico pode ser utilizado através de inimigos naturais e produtos homeopáticos. O melhor desempenho dos inimigos naturais ocorre nas fases iniciais do desenvolvimento das pragas, ovos e primeiros instares. Uma das limitações no uso de inimigos naturais para o controle biológico das pragas do milho é a disponibilidade comercial, atualmente apenas uma espécie está disponível comercialmente (CRUZ, 2002).

Neste sentido o trabalho tem por objetivo apontar alguns inimigos naturais para o manejo biológico da lagarta-do-cartucho na cultura do milho orgânico.

### DESENVOLVIMENTO

A produção de milho orgânico atende o mercado de produtos “*in natura*” ou minimamente processados, desponta como alternativa para pequenos e médios

produtores, que estejam dispostos a adaptar suas propriedades aos modelos de produção orgânica (ÂNGELA ALVES DE ALMEIDA, 2003).

Para uma propriedade rural produzir alimentos orgânicos é preciso cumprir alguns requisitos, que são normatizadas por empresas certificadoras (CASALI, 2002). Há dois modelos de certificação em vigor no Brasil: por auditoria e pelo sistema participativo. No primeiro, a certificação é realizada por uma empresa credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No segundo, a certificação é feita por meio de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (Opac), formado por agricultores, consumidores, comerciantes e organizações públicas ou privadas que atuam na produção orgânica (LUCIANO VELLEDA, 2017). Nas normas de certificação de produtos do sistema orgânico vários procedimentos são proibidos, como o uso de corretivos agrícolas sintéticos, agrotóxicos: fungicidas, herbicidas, inseticidas e adubos minerais industrializados. O uso de produtos naturais, extratos de plantas, tecnologias de controle biológico, preparados homeopáticos, produtos não poluentes sem efeitos residuais é permitido, possibilitando ao agricultor, manter a integridade da saúde de familiares, do meio ambiente e dos consumidores.

A produtividade do milho pode ser reduzida drasticamente em situações de alta incidência de pragas. A lagarta-do-cartucho *Spodoptera frugiperda*, é a principal praga da cultura do milho no Brasil. Ocorre em todas as regiões produtoras, tanto nos cultivos de verão, como nos de segunda safra, "safrinha". Este inseto ataca preferencialmente, o cartucho das plantas de milho, consumindo grande parte da área foliar antes das folhas se abrirem.

Os dois períodos críticos para o manejo de controle da lagarta-de-cartucho é da emergência das plântulas até 30 dias após a semeadura (Ve a V6), onde há grandes danos iniciais nas folhas e no colmo do milho e de uma semana antes até duas semanas após o florescimento (V15 a R2) onde ocorrem grandes perdas por danos na espiga. Nessas fases o agricultor precisa tomar muito cuidado e utilizar métodos eficazes para não comprometer a produção de sua roça.

Existem várias soluções para resolver os problemas da praga no cultivo orgânico de milho: o controle biológico é uma dessas soluções, que possui boa eficiência, havendo diversos parasitoides e predadores para o controle da lagarta-do-cartucho. O Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (CNPMS) enfatizou os seguintes: os parasitoides *Thichogramma* ssp. (Hymenoptera: Trichogrammatidae), *Telenomus* sp. (Hymenoptera: Scelionidae), *Chelonus insularis* (Hymenoptera: Branconidae) e *Campoletis flavigincta* (Hymenoptera: Ichneumonidae) e o predador *Doru luteipes* (Dermoptera: Forficulidae).

Esses insetos ocupam lugar destaque, devido a capacidade de busca e eliminação da praga antes que dano significativo seja causado a planta hospedeira. Dessa maneira, o uso desses inimigos naturais pode ser uma alternativa viável no controle de pragas em áreas cultivadas com milho orgânico, e tornando-se competitivos no mercado, devido ao preços competitivos, redução de custos e qualidade do produto final, ou seja, livre de agrotóxicos, atendendo o mercado consumidor mais exigente (IVAN CRUZ, 2014).

Um dos insetos utilizados no controle biológico da lagarta-do-cartucho na cultura do milho são as vespinhas do gênero *Trichogramma*, essas vespas parasitam os ovos de várias outras ordens de insetos (CRUZ et al., 1999; CRUZ; MONTEIRO, 2004; CRUZ, 2009). A fêmea adulta da vespinha (*Trichogramma*) coloca seus ovos no interior do ovo da lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) e todo o ciclo de vida do parasitoide é intralarval, e ocorre o impedimento do ciclo de vida da praga

(CHAVES, et al., 2012). Para tomar a decisão sobre o momento correto para iniciar as medidas de controle em uma lavoura de milho orgânico, deve-se levar em consideração, o nível de dano provocado pela praga a cultura, custo da medida de controle e o valor econômico da lavoura. Com base nessas importantes informações obtém-se o nível de dano econômico (NDE), quanto maior o valor econômico da produção e menor o custo de controle na safra, menor deve ser o nível de infestação da praga. Para chegar à tomada de decisão para o controle, muitos aspectos devem ser levados em consideração, principalmente o número de plantas atacadas (CHAVES, et al., 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de inimigos naturais no controle da lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) mostra-se viável para a produção de milho orgânico, reduzindo o uso de produtos químicos e diminuindo o impacto no meio ambiente. A lagarta-do-cartucho é uma praga de difícil controle, o uso do controle biológico é uma opção para controlar essa praga e diminuir os efeitos que ela pode causar, existem parasitoides e predadores que podem ser utilizados para realizar o controle. Para obter-se resultado com o uso do controle biológico é preciso saber a hora exata de colocar na lavoura os inimigos naturais para realizar o controle da praga.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Ângela Alves. et al, Preparos homeopáticos no controle de *Spodoptera frugiperda* (J. E. SMITH, 1797) (LEPIDOPTERA: NOCTUIDADE) EM MILHO. 2003. Disponível  
em:<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10304/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr 2020

CUNHA, Eurâimi de Queiroz et al, Sistemas de preparo do solo e culturas de cobertura na produção orgânica de feijão e milho. Rev. Bras. Ciênc. Solo vol. 35 no. 2 Viçosa Mar./Apr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-06832011000200028&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-06832011000200028&script=sci_arttext). Acesso em: 22 abr 2020

CRUZ, José Carlos et al, Produção de milho orgânico na agricultura familiar. Dezembro, 2006. Disponível em:  
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/490413/1/Circ81.pdf>  
Acesso em: 08 maio 2020

CRUZ, Ivan, Controle biológico como ferramenta para o manejo ecológico de pragas em sistema orgânico de produção de milho. 2014. Disponível em:  
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/33870/1/Palestra-Controle-biologico.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020

CHAVES, Fredson Ferreira. et al, Manejo Integrado da Lagarta-do-Cartucho (*Spodoptera frugiperda*) do Milho em Sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP). Agosto, 2012. Disponível em:  
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/932946/1/Manejointegrado.pdf>.  
Acesso em: 27 maio 2020

FIGUEIREDO, Maria L. et al, Controle biológico de *Spodoptera frugiperda* (Smith) através da liberação do parasitoide de ovos *Trichogramma pretiosum* em milho orgânico. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/29798/1/Controle-biologico.pdf>

Acesso em: 27 maio 2020

## SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNDO ATUAL

Autor(a), [mellorafaela10@gmail.com](mailto:mellorafaela10@gmail.com)

**Resumo –** O objetivo deste trabalho é argumentar sobre a soberania e sistema alimentar e seus objetivos e dificuldades. O moderno sistema alimentar transformou radicalmente a estrutura social, econômica, política e cultural das sociedades. Os objetivos estão centrados em uma economia para oferecer “mais por menos”, para o consumidor final. Quando a sua produção de alimentos era enraizada sua identidade era determinada pelas épocas de plantio e por ecossistemas particulares. Atualmente, a base de alimentação provém de um sistema de produção de distribuição em escala planetária. A tendência atual nas cadeias alimentares globais é a concentração em poucas transnacionais associadas a agroindústrias aos monocultivos, ao uso de agrotóxicos. Um dos grandes limitadores da promoção de uma alimentação de qualidade é a grande concentração de varejo que levou o surgimento de “desertos alimentares”. Deserto alimentar diz a respeito à ausência de alimentos que contribuam para a saúde e bem-estar na alimentação de uma pessoa. A pretexto de alimentar uma população global que cresce exponencialmente a abordagem foi buscar o aumento da produção total de alimentos. Com vistas a aumentar a disponibilidade alimentar, tem-se defendido um sistema de produção, distribuição e um consumo desigual, com fortes impactos na saúde pública. O capitalismo é intencional como modo de produção e consumo que une, o poder e a natureza na unidade dileta. Especialistas dizem que se reduzissem o desperdício de alimentos poderia aliviar parte das produções agrícolas. Quando se diz que os grandes volumes de alimentos são desperdiçados é uma falsa expectativa, pois estes fenômenos da natureza distinta não se conectam de forma direta, pois a condição de fomento resultado da incapacidade de acesso aos alimentos e não falta de bens.

**Palavras-chaves:** Economia. Alimentação. Desigualdade.

## **Introdução:**

O objetivo deste trabalho é argumentar sobre a soberania e sistema alimentar e seus objetivos e dificuldades. A soberania alimentar, é decidir o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos. A soberania alimentar coloca em primeiro lugar o direito efetivo à alimentação saudável e respeitadora do ambiente para todas as pessoas. Para concretizar este objetivo é preciso manter o controlo sobre os recursos naturais, em particular a terra, a água e as sementes, que são bens públicos e não devem, por isso, ser privatizados. O sistema alimentar está sofrendo, pois, muitas pessoas não tem alimento sobre a mesa e os que tem estão prejudicando por produtos de péssima qualidade que os varejos oferecem para ter mais quantidades e menos qualidade em suas mesas.

## **1 DESENVOLVIMENTO:**

O Problema está na falta de alimentos para a população mundial, o pretexto foi buscar o aumento de alimentos, para a população que cresce cada vez mais, pois no mundo a bastante desperdício de comida, e assim dizem que se não houvesse desperdício, não teriam pessoas que passassem fome, mas ai que vem o erro pois muitas pessoas não tem condições de comprar o seu próprio alimento.

Pressionam a agricultura para produzir alimentos e os comércios varejistas querem oferecer "mais por menos".

Mas o problema de os varejos quererem oferecer mais por menos é que são comidas de péssimas qualidades, fazendo com que as pessoas tenham mais problemas de saúde.

O respeito pelos produtores, pela saúde dos consumidores, pelo ambiente e pela boa gestão implica dar prioridade ao consumo de produtos locais e de época, pois assim se reconhece a responsabilidade dos agricultores, se dispensa o uso de conservantes e outros aditivos.

São sérias ameaças ao direito à alimentação, à saúde pública, às plantações endógenas e biológicas e à biodiversidade, por exemplo, o açaibramento de terras, o desenvolvimento e comercialização dos OGM que têm por base o patenteamento e controle privado de sementes artificialmente concebidas e o cultivo de agro combustíveis, só rentável em larga escala, que ocupa terrenos destinados à produção de bens alimentares, prejudica o ambiente e, ainda por cima, não obtém os resultados necessários na substituição dos combustíveis fósseis.

É preciso criar condições para não ceder às enormes e constantes pressões das grandes multinacionais e das indústrias agroalimentares, que baseiam a sua atividade no latifúndio, na monocultura, na exploração dos trabalhadores, no trabalho infantil e no uso indevido da tecnologia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Conclui-se que no mundo está faltando comida e a muita comida desperdiçada, mas muitas pessoas não tem a condição de comprar seu próprio alimento. Apesar de muitas caridades tentar ajudar os varejos oferecem mais comidas com menos qualidades, estão tendo várias ameaças em questão a saúde alimentar.

## **Referências**

DIAS, Sylmara G. Soberania alimentar no Brasil e no mundo: entre a abundância e o desperdício. Revista higiene alimentar, julho/agosto, 2015.

Soberania alimentar. Disponível em: <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/soberania-alimentar/>. Acesso em 05/07/2020.

## CONTROLE BIOLÓGICO DE LAGARTA-DA-SOJA COM A UTILIZAÇÃO DE BACULOVÍRUS (*Baculovírus anticarsia*)

Ronei Romeu Knob, [roneiknob@gmail.com](mailto:roneiknob@gmail.com), Elizandro Fochesatto,  
[elizandrofochesatto@hotmail.com](mailto:elizandrofochesatto@hotmail.com)

### Resumo

A cultura da soja sofre impacto com o ataque da lagarta-da-soja, *Anticarsia gemmatalis* (Lepidoptera: Noctuidae), inseto desfolhador de grande incidência no período vegetativo até o final da floração, causando danos áreas de cultivo orgânico e reduzindo o rendimento de grãos. Sendo assim, o objetivo do trabalho é demonstrar a eficiência do uso de *Baculovírus anticarsia* para o controle de lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) em soja orgânico, baseado em revisão de literatura. O métodos de controle biológico de pragas é a forma mais eficaz em sistema de produção orgânica de soja, dentre eles podemos destaca o *Baculovírus anticarsia*, um vírus contaminante que causa a infecção das lagartas, levando-as a morte. Estudos tem demonstrado a alta eficiência para o controle de lagarta-da-soja, e pode ser utilizado em sistemas de cultivo orgânico de soja no país, pois o controle da lagarta-da-soja variou de 86 a 98%. Baseado nestes resultados, podemos indicar o uso de *Baculovírus anticarsia*, para controle da *Anticarsia gemmatalis* em sistemas de cultivo orgânico de soja.

**Palavras-chaves:** *Glycine max*, *Anticarsia gemmatalis*, vírus

### INTRODUÇÃO

No Brasil a cultura da soja (*Glycinemax*) tem grande importância econômica, pois é o segundo maior produtor mundial de soja e com possibilidade de se tornar o primeiro (EMBRAPA, 2019). Para que isso ocorra é necessário aumento de área e rendimento de grãos. Um dos sistemas de produção de grãos que vem crescendo atualmente é a produção orgânica de soja (JAKOBY, 2008), devido a demanda do mercado consumidor por alimentos saudáveis. Além disso, existe uma forte pressão para a redução do uso de agroquímicos, dentre eles, os inseticidas e, aumento na utilização de produtos com base biológica, visando o manejo ecológico das pragas, preservando os demais insetos, mantendo a população de inimigos naturais e organismos não prejudiciais à cultura da soja. Assim estas estratégias poderão contribuir para redução da incidência e danos da lagarta-da-soja na agricultura moderna, contribuindo com o ecossistema local (SUJII et al., 2002).

Um dos maiores desafios da produção orgânica de soja, na atualidade, são as estratégias de manejo de pragas, doenças e plantas daninhas, pois são poucos os estudos nestas áreas do conhecimento (MOSCARDI, 1983).

No manejo de pragas na soja orgânica, o controle biológico é a principal estratégia, pois usa inimigos naturais no controle da população, dentro do ecossistema de produção. Esse método de manejo visa a proteção e preservação ambiental, pois o inimigo natural tem alta especificidade com a praga alvo, não interferindo nas demais espécies de insetos, plantas e animais presentes na área de cultivo (SUJII et al., 2002). Além disso, os grãos de soja são livres de agrotóxicos e as pessoas envolvidas na produção não estão expostas a contaminação por agroquímicos.

A lagarta-da-soja é um dos principais insetos desfolhadores da cultura da soja, exige do produtor um monitoramento constante da lavoura durante o ciclo da cultura, sua incidência ocorre do período vegetativo até o final da floração da cultura (MOSCARDI, 1983). Para que possa entrar com medidas de controle no momento exato, com a utilização do *Baculovirus anticarsia*, uma das formas de controle biológico que não interfere diretamente no ecossistema. O agente biológico citado, tem alto poder de controle específico, reduzindo a população da lagarta-da-soja, evitando assim, perdas de rendimento de grãos.

O objetivo do trabalho é demonstrar a eficiência do uso de *Baculovirus* (*Baculovirus anticarsia*) para o controle de lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) em soja orgânica, baseado em revisão de literatura.

## DESENVOLVIMENTO

Segundo Parra et al (2002) o controle biológico tem por objetivo regular populações existentes dentro de um ecossistema com a utilização de seus devidos inimigos naturais. As duas principais formas de controle promovidas são pelo parasitismo (associação entre seres vivos no qual apenas um se beneficia) e a predação (relação entre dois seres vivos no qual um é preso e outro predador), sobre isso, os produtos de controle biológico podem ser de origem microbiológicos (bactérias, fungos e vírus) e de origem macrobiológicos (parasitoides e predadores). A utilização desse método de controle proporciona melhora da qualidade do produto agrícola, diminui a poluição ambiental e altamente específico para a praga alvo. Pensando em agricultura orgânica, é o principal método de controle das pragas que atacam a cultura durante o ciclo de desenvolvimento, substituindo o uso do inseticida (SUJII et al., 2002).

O *Baculovirus* é um vírus específico para controle da lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*), pertence ao gênero *Nucleopolyhedrovirus* da família *Baculoviridae*, com ele se cria um modelo de virologia sobre a praga que consequentemente a leva à morte (CASTRO et al., 1999).

Segundo Savio e Pinotti (2008) após a ingestão do vírus pela lagarta-da-soja, os poliedros se dissolver no intestino médio da praga, havendo a liberação das partículas virais, onde penetra nas células epiteliais do intestino e multiplicam em seu núcleo. As partículas que se formam atravessam a membrana basal das células, assim atingindo a hemolinfa (sangue do inseto), causando infecção secundária ou sistêmica em vários tecidos. A partir da infecção a lagarta fica debilitada, perde gradativamente a capacidade de alimentação, movimentação e morre.

A lagarta morta recentemente pelo vírus apresenta corpo amarelo-esbranquiçado e mole e com o passar dos dias vai escurecendo degrada e rompe, liberando grande quantidade de vírus, fonte de inoculo para contaminação de novas lagartas que surgirão na área (MOSCARDI, 1983).

A utilização de *Baculovirus anticarsia* para o controle da lagarta-da-soja tem eficiente superior a 80% em estudo realizado por MOSCARDI (1983), com 4 dias da aplicação, evidenciaram nível de contaminação de 91% das lagartas e com 8 dias da aplicação evidenciou o nível de contaminação foi de 89%. A mortalidade também deferiu, em parcelas tratadas com *Baculovirus Anticarsia*, onde a mortalidade foi de 98%, das parcelas tratadas com inseticida (Triclorfom 400g i.a./ha) foi de 93% e na testemunha (sem controle) foi de 3%.

O uso de bioinseticida a base de *Baculovirus anticarsia* em dosagem de 20 g/ha, do vírus, para controle da lagarta-da-soja menores que 1,5 cm, mostrou-se

eficiente, a mortalidade foi de aproximadamente 76% das lagartas (SUJII et al., 2002). Ainda no mesmo estudo, foi realizada a aplicado aos 40 dias após semeadura, onde foi constatado primeiro pico de infestação na área, atingindo o nível de controle, os pesquisadores observaram eficiência no controle de 86% das lagartas-da-soja presente na área (SUJII et al., 2002).

O controle da lagarta-da-soja, utilizando-se o vírus, é recomendado quando se detecta no pano de batida um número médio de 40 lagartas pequenas (menores que 1,5 cm) ou 30 lagartas pequenas e 10 lagartas grandes por pano de batida (Embrapa, 1997).

A partir dos resultados de pesquisa, apresentados por Sujii et al (2002); Morscardi (1983), é possível afirmar a eficiência no uso de *Baculovirus* para o controle de lagarta-da-soja e, o emprego desta tecnologia deve ser recomendado em áreas de cultivo com soja orgânico e também em área de produção convencional. Vale ressaltar que essa tecnologia está disponível ao produtor, mas é subestimada na maioria das vezes, pelo uso de outros produtos, pela falta de conhecimento por parte dos técnico e produtores da eficácia, falta de incentivo e também devido a erros de posicionamento do produto nas lavouras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de *Baculovirus Anticarsia* para o controle da lagarta-da-soja é eficiente e pode ser recomendado para áreas de produção de soja orgânica.

São necessários estudos mais amplos avaliando o tempo de re-inoculação, a capacidade e a persistência do vírus pós morte da lagarta, permitindo assim, avaliar o potência de infecção do vírus já presente na área a necessidade de reentrada nas áreas para aplicação novas aplicações.

Por fim são necessários estudos atuais que demonstre a eficiência do *Baculovirus Anticarsia* e também estudar e eficácia em outras espécies de lagartas que atacam a cultura da soja.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Maria. Elita. Batista de et al. Biologia molecular de baculovírus e seu uso no controle biológico de pragas no brasil. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 10, n. 34, p. 1733-1761, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/pab/v34n10/7175.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

EMBRAPA. **Recomendações técnicas para a cultura da soja na região central do Brasil** 1997/98. Londrina: Embrapa Soja, 1997. 171 p. (Embrapa Soja.

Documentos, 106). Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPSO/15895/1/doc106.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

EMBRAPA. **Soja em números (safra 2018/19)**. Londrina: Embrapa Soja, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MOSCAROI, F. **Utilização de *Baculovirus anticarsia* no controle da lagarta da soja, *Anticarsia gemmatalis***. Londrina: EMBRAPA-CNPSO, 1983. 21 p. (EMBRAPA-CNPSO, Comunicado Técnico, 23). Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/445512>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PARRA, José Roberto P. et al. **Controle Biológico no Brasil**: parasitoides e predadores. Tamboré: Manole, 2002. 601 p. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=E3ePKui6-QkC&oi=fnd&pg=PA19&dq=controle+biol%C3%B3gico+parasitismo&ots=6bZWYIC3by&sig=jPmjHFTX-qJ1L\\_rMNfaRFIQQ-C8#v=onepage&q=controle%20biol%C3%B3gico%20parasitismo&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=E3ePKui6-QkC&oi=fnd&pg=PA19&dq=controle+biol%C3%B3gico+parasitismo&ots=6bZWYIC3by&sig=jPmjHFTX-qJ1L_rMNfaRFIQQ-C8#v=onepage&q=controle%20biol%C3%B3gico%20parasitismo&f=false). Acesso em: 16 jun. 2020.

SAVIO, Guilherme Montenegro; PINOTTI, Elvio Brasil. Controle biológico da lagarta-da-soja (Anticarsia gemmatalis) POR Baculovirus anticarsia. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, Garça, v. 13, n. 8, p. 1-7, 2008. Semestral. Disponível em:  
[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/ABQlbvMGaRe80QG\\_2013-5-3-15-24-32.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ABQlbvMGaRe80QG_2013-5-3-15-24-32.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

SUJII, Edison R. et al. CONTROLE BIOLÓGICO DE INSETOS-PRAGA NA SOJA ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 19, p. 299-312, 2002. Disponível em:  
<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8807/4949#>. Acesso em: 15 jun. 2020.

## LEITURA INTERDISCIPLINAR: PAPEL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fabrício Rech, fabricio-rech@hotmail.com  
Anderson Fernando Wanser, afwanser@hotmail.com

### Resumo

A agricultura é considerada uma antiga forma de intervenção humana no meio ambiente, porém, também é considerada uma atividade que gera importantes ganhos econômicos e sociais, pois além de ser o sustento de muitos produz os alimentos de que a população necessita. Deste modo, conciliar a produção agrícola com a preservação ambiental é um desafio ainda na atualidade, mas é importante a discussão sobre este tema. Por sua vez, o engenheiro agrônomo possui cada vez mais importância na elaboração de soluções que elevem a produtividade e os lucros do produtor rural e, ao mesmo tempo, reduzam os impactos ambientais. Assim sendo, este trabalho propõe-se situar e auxiliar a compreensão do papel da legislação ambiental e do engenheiro agrônomo nas propriedades rurais para que possa se tornar possível o desenvolvimento sustentável, a partir da leitura do artigo de Neumann e Loch (2002) e de informações disponíveis sobre o tema. Foi possível verificar que a legislação brasileira não atua em caráter de orientação, mas de controle e comando, punindo quem não cumpre as regras padronizadas para o meio ambiente mais diversificado do mundo, prejudicando o desenvolvimento sustentável e denotando a importância de ações conjuntas de produtores rurais, profissionais agrônomos e Estado.

**Palavras-chaves:** Meio Ambiente. Preservação. Legislação. Agrônomo. Desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

Sendo considerado o tema do momento, a questão ambiental ainda se apresenta como um importante tema de discussão. Isso ocorre por conta de dois fatores conflitantes quando abordado o tema ambiental: a possibilidade de transformar os rumos do desenvolvimento econômico para benefício das gerações futuras e, sob outra perspectiva, pode ser um fator determinante para o atraso deste mesmo desenvolvimento, pois não são fornecidos os mecanismos necessários para a realização de uma gestão ambiental eficiente.

Deste modo, a gestão ambiental no Brasil é alvo de várias incoerências, pois são utilizados, em sua maioria, padrões e regras gerais a serem seguidos que muitas vezes não atendem algumas particularidades regionais, além de atribuir penalidades a quem não os segue. Tais regras podem comprometer o desenvolvimento de pequenos agricultores, que se encontram pouco incentivados para continuarem realizando suas atividades produtivas.

Além da falta de incentivos, agricultores familiares sofrem com a diminuição da sua produção e de sua rentabilidade econômica, esta última afetada principalmente pela crescente demanda de mão de obra e pela taxação sobre a utilização de vários recursos pertinentes à manutenção das lavouras.

Propõe-se, através deste estudo, situar e compreender o papel da legislação na gestão ambiental das propriedades rurais, a fim de que se possa compreender o que é necessário para que o Estado, os agricultores familiares, profissionais do meio rural, engenheiros agrônomos e demais profissionais trabalhem em conjunto para a redução da degradação ambiental e para a evolução do desenvolvimento econômico e sustentável, não atuando em papéis conflitantes como se pode observar nos dias atuais.

O trabalho foi fundamentado na leitura do texto “Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas” de autoria de Pedro Selvino (Neumann) e Carlos (Loch). Além disso, foram utilizados outros artigos encontrados em revistas científicas e blogs que abrangem o tema abordado.

## 1 DESENVOLVIMENTO

### 1.1 Legislação Ambiental na Gestão Rural

Além de ser um tema muito discutido atualmente, as questões ambientais no Brasil são temas de políticas e legislações diversas. A importância do tema no país é percebida com a inclusão dele no principal instrumento legal brasileiro, a Constituição Federal de 1988, mais precisamente no artigo 225, que afirma que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado[...]” (LIMA, 2020; BRASIL, [2020]).

Desta forma, apresenta-se a ideia de que há o direito de se usufruir do meio ambiente como um bem público, porém, todos detém o dever de preservá-lo, atuando também como fiscalizadores. Entende-se também que no caso do Brasil, a gestão ambiental envolve o meio ambiente como um bem público, que somente poderia ser protegido de forma eficaz se houvessem ações mais incisivas por parte do Estado (LIMA, 2020; NEUMANN; LOCH, 2002).

Acredita-se que o Estado exerce com eficiência mecanismos de comando e controle na questão ambiental. No caso da gestão ambiental no ambiente rural, o Estado apresenta uma legislação padronizada que, em teoria, se aplica a toda e qualquer propriedade rural. A legislação padronizada ocorre porque o Estado entende o meio ambiente como um espaço homogêneo, desta forma permitindo a criação de uma legislação padronizada. Porém, de acordo com os autores Neumann e Loch (2002), as condições ecológicas, as características de cada empreendimento rural e as unidades produtoras são muito diferenciadas entre si. Deste modo, a legislação ambiental brasileira é compreendida como um conjunto de mecanismos de comando e controle, com regras e padrões a serem seguidos, que, se não cumpridos, podem resultar em penalidades (NEUMANN; LOCH, 2002). Neste caso, existem conflitos entre a legislação ambiental e o desenvolvimento rural, atrelados principalmente à legislação ambiental vigente, que é composta basicamente de instrumentos de fiscalização e proibição (CARMO, 2018).

Entende-se que as leis ambientais deveriam ser mais flexíveis e confeccionadas de modo a considerar as especificidades de cada local, sendo mais colaborativa com foco em negociação e diálogo, incentivando os produtores a aceitarem a ideia de sustentabilidade (CARMO, 2018).

## 1.2 Leis Ambientais X Pequenos Produtores

A chamada Revolução Verde, que incentivava a produção de mais em menos tempo, influenciando desta forma o emprego da tecnologia nas propriedades agrícolas visando maior produtividade, trouxe além de desenvolvimento, a ideia de que os recursos naturais eram inesgotáveis. Observou-se então um aumento visível da degradação ambiental, com efeitos na fertilidade de solos, clima, qualidade da água, entre outros. Desta forma, há um grande desafio: estimular o desenvolvimento do meio rural e reduzir os impactos ambientais, ao mesmo tempo (FRITSCH, 2016).

Deste modo, a legislação ambiental visa regular as atividades que ocorrem no meio agrícola para que resultem em um menor impacto ambiental. Porém, esta legislação atua de modo fiscalizatório e punitivo, de modo a não incentivar pequenos produtores a segui-la, causando prejuízos financeiros aos mesmos, devido às perdas de produtividade e aos custos relacionados ao cumprimento de leis ambientais (NEUMANN; LOCH, 2002).

Reconhece-se então a necessidade de se promover ações necessárias de apoio à comunidade agrícola, dando suporte especialmente a pequenos produtores, através das ofertas de crédito, financiamento, acesso a mercados, terras, saúde, treinamentos e máquinas ambientalmente adequadas (FRITSCH, 2016).

Defende-se então a complementaridade das políticas de regulamentação e punição com as políticas de incentivo econômico para o meio rural, de modo a incentivar os pequenos produtores a seguirem a legislação ambiental sem prejuízos financeiros ou perca de produtividade nas suas lavouras (NEUMANN; LOCH, 2002).

## 1.3 Papel do Agrônomo na Gestão Ambiental

Um dos profissionais mais requeridos no campo, o engenheiro agrônomo, foi muitas vezes confundido como vilão das leis ambientais e do desenvolvimento sustentável. Nas últimas décadas, a formação do engenheiro agrônomo no Brasil sofreu modificações: existe um grande foco na questão ambiental, principalmente nas questões de preservação, conservação da água e dos solos. Desta forma, este profissional passou a ter papel fundamental na implementação de técnicas para aumentar a produtividade e os lucros ao produtor, além de permitir o desenvolvimento rural de forma sustentável (AGROPRO, 2020).

Segundo o mesmo autor, o engenheiro agrônomo possui um importante papel ao analisar as necessidades da propriedade rural e demonstrar técnicas que podem ser utilizadas pelo produtor para aumentar sua produtividade e reduzir danos ambientais. Deste modo, é função do agrônomo tornar realidade o alcance de uma alta produtividade aliados a preservação do meio ambiente e a saúde alimentar.

O engenheiro agrônomo tem entre suas responsabilidades, propor soluções e serviços que visem orientar os produtores sobre as melhores técnicas e práticas que podem ser adotadas no campo para o uso racional dos recursos naturais, visando produção e sustentabilidade (BOHNE, 2020).

O papel do engenheiro agrônomo está se modificando ao longo dos anos, devido as transformações que a agricultura brasileira sempre sofre. Atualmente, está cada vez mais difícil atender às demandas tanto de produtores, como de consumidores que estão cada vez mais exigentes e seletivos (LAMAS, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental no Brasil ainda é e ainda será tema de muitos debates. Este fato ocorre por conta da falta de consideração da legislação ambiental brasileira quanto às especificidades de cada meio ambiente encontrado neste vasto território. Além disso, o Estado atua num caráter instintivamente punitivo, o que afasta produtores rurais de seguirem com prazer as suas normas.

Os produtores rurais de todo país enfrentam, além de problemas com as punições aplicadas, a falta de conhecimento sobre a legislação, a falta de orientação e a falta de incentivo econômico por parte do Estado para que consigam cumprir tantas exigências. Desde um pequeno cadastro que seja obrigatório até mudanças em suas terras, tudo gera um custo ao produtor.

Deste modo, é imprescindível que os profissionais que atuam no meio rural (como os engenheiros agrônomos), os produtores e o Estado atuem em conjunto para a redução da degradação ambiental, não transferindo esta responsabilidade somente ao produtor, mas sim ao conjunto, ao sistema como um todo.

É importante que o Estado invista na orientação dos produtores quanto às suas exigências e também os incentive economicamente, os isentando ou reduzindo os custos pertinentes ao cumprimento da legislação ambiental.

Com a leitura do artigo de Neumann e Loch (2002), pode-se compreender a atuação conflitante entre o Estado e os produtores rurais, estes últimos que se veem cada vez menos amparados e mais cheios de responsabilidades.

Conclui-se que o papel do engenheiro agrônomo na gestão ambiental é o de auxiliar os produtores rurais, orientando-os e implementando técnicas de manejo que sejam eficientes nos termos de produtividade e redução de impactos ambientais.

## REFERENCIAS

AGROPRO, Blog. **O papel do engenheiro agrônomo para a agricultura sustentável**. Disponível em: < <http://blog.agropro.com.br/engenheiro-agronomo-na-agricultura-sustentavel/> >. Acesso em 11 de junho de 2020.

BOHNE, Gerhard. **O novo perfil do engenheiro agrônomo**. Disponível em: < <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Newsletter.asp?id=22989&secao=Artigos%20Especiais#:~:text=Para%20atender%20a%20esta%20demanda,respons%C3%A1vel%20alimentos%20para%20atender%20a> >. Acesso em 11 de junho de 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.06.2019/art\\_225\\_.asp#:~:text=Do%20Meio%20Ambiente-,Art.,as%20presentes%20e%20futuras%20gera%C3%A7%C3%A7%C5%85es.](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp#:~:text=Do%20Meio%20Ambiente-,Art.,as%20presentes%20e%20futuras%20gera%C3%A7%C3%A7%C5%85es.) Acesso em 11 de junho de 2020.

CARMO, Wagner. **A legislação ambiental e o desenvolvimento rural**. Disponível em: < <https://emporiododireito.com.br/leitura/a-legislacao-ambiental-e-o-desenvolvimento-rural> >. Acesso em 11 de junho de 2020.

FRITSCH, Raquel Lorenzoni Camera. **Práticas e legislação ambiental em propriedades rurais no município de Ibirubá- RS.** 2016. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, 2016. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/Raquel-Lorenzoni-Camera-Fritsch-PR%C3%81TICAS-E-LEGISLA%C3%87%C3%83O-AMBIENTAL-EM-PROPRIEDADES-RURAIS-NO-MUNIC%C3%83O-DE-IBIRUB%C3%81-RS.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2020.

LAMAS, Fernando Mendes. **O papel do Engenheiro Agrônomo no mundo contemporâneo.** Disponível em: < <https://www.embrapa.br/agropecuaria-oeste/busca-de-noticias/-/noticia/29084546/artigo---o-papel-do-engenheiro-agronomo-no-mundo-contemporaneo>>. Acesso em 11 de junho de 2020.

LIMA, Carlos Eduardo Pacheco. **Política, legislação e gestão ambiental no meio rural.** Disponível em: < <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cenoura/arvore/CONT000gnhfy7h902wx5ok0edacxl65y0y2b.html#>>. Acesso em 11 de junho de 2020.

NEUMANN, Pedro Selvino; LOCH, Carlos. **Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas.** Ciência Rural, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 243-249, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-84782002000200010>.

## SOBERANIA ALIMENTAR NACIONAL

Felipe Coldebella, e-mail: felipecoldebella1@gmail.com<sup>1</sup>

<sup>1</sup>) Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

**Resumo:** Falar sobre soberania alimentar consiste em destacar a segurança, qualidade e como estes alimentos chegam ao consumidor, destacamos também o fator de como é a produção, se os produtores cuidam da degradação de seus solos para que futuras gerações consigam produzir em grande escala e mais importante ainda de maneira segura e responsável para que sempre haja um solo nutritivo e fértil mas também administração de recursos hídricos, que decrescem cada vez mais ao longo dos anos, ou seja nossa agricultura tem de se manter sustentável tanto para nossa população quanto a exportação para outros eixos do mundo e também a importação de recursos que não são produzidos em grande escala em nosso país.

**Palavras-chave:** Agricultura, sustentabilidade, soberania alimentar.

### INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos em um mundo onde milhões de pessoas ainda passam fome e mal tem refeições básicas para suprir suas necessidades e de suas famílias, isso se dá devido a vários problemas socioeconômicos que afetam diversas nações, e também o desperdício de alimentos é enorme e preocupante, no Brasil este índice é baixo, pois temos produção em larga escala de alimentos, muito se deve a agricultura familiar que desempenha papel fundamental na produção e abastecimento de mercados, muitas das vezes vendem seus produtos muito abaixo mesmo estando e ótimas condições para o consumo, mas também contamos com grandes produtores de grãos que abastecem nosso país mas também exportam esses produtos para o mundo, assim movimentando grande parte da economia Brasileira.

A alimentação é direto essencial do ser humano, mas a produção do mesmo tem se tornado cada vez mais difícil devido a altos valores dos insumos e baixo valor de venda final, muitos produtores pequenos acabam se endividando com os bancos e tendem a abandonar suas áreas de cultivo e indo para as cidades procurar outras fontes de renda, e assim sucessivamente acabam indo para lugares onde a infraestrutura é precária.

Hoje no mercado de insumos e defensivos agrícolas temos poucas grandes empresas fazendo a concorrência ficar entre eles e assim controlam os produtores com valores altos destes insumos, dificultando muitos agricultores de produzir alimento.

Tendo como base estes fatores citados acima o objetivo deste trabalho é desenvolver uma discussão sobre a soberania alimentar para termos um discernimento sobre o assunto e quais os impactos que pode causar ou já causam em nossa sociedade atualmente.

### REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, há mais de um século, existe, por parte dos governantes, uma preocupação com a alimentação da população, preocupação essa que, no século XX,

acabou por redundar em políticas públicas. Estas compreendiam diversos itens, entre os quais a política agrícola, os sistemas de abastecimento, o controle de preços e a distribuição de alimentos. (DOS SANTOS, 2009).

Outro aspecto importante desse conceito diz respeito à qualidade dos alimentos consumidos. Pois a alimentação disponível para a população não pode ocasionar qualquer tipo de risco por contaminação, por problemas de deterioração ou outros, como os decorrentes do vencimento do prazo de validade. A qualidade dos alimentos assegura, portanto, as populações o direito de consumi-los de forma digna. (DOS SANTOS, 2009).

O conceito de segurança alimentar surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir seu próprio alimento (BELIK, 2003).

A vida moderna, como sabemos, impõe alguns limites para que as pessoas se alimentem de acordo com suas preferências. Nem sempre encontramos nos mercados os produtos que seriam mais do nosso agrado, ou temos recursos para comprá-los; além disso, muitas vezes, não dispomos de tempo ou não temos infraestrutura para preparar a comida da forma que gostaríamos. Muitas vezes, as empresas agroalimentares nos induzem, por meio da publicidade direta e indireta, a abandonar velhos hábitos e a incorporar o consumo de determinados produtos que antes não faziam parte de nossa dieta. Assim como qualquer mercadoria, os alimentos e a forma como os consumimos dizem muito sobre nós como consumidores, por serem portadores também de símbolos e valores. (BELIK, 2009).

Assim, os conceitos atinentes à soberania alimentar remetem a um amplo conjunto de relações, com destaque para o direito que os povos têm de definir sua política agrária e alimentar, garantindo assim o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência de países mais capitalizados (MEIRELLES, 2004).

## CONCLUSAO

Desta forma concluímos que a questão alimentar nacional depende muito dos nossos políticos incentivarem a agricultura em geral para podermos assim ter a soberania e alimentar aqueles que ainda não tem suas refeições na mesa no dia a dia, mas sobretudo cabe aos produtores produzirem um alimento que seja seguro e de qualidade para o consumo também respeitando questões de desmatamento, gestão de recursos hídricos e fertilidade dos seus solos.

## REFERENCIAS

BELIK, Walter. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar: Segurança Alimentar e Hábitos de Consumo. **Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar**, [S. l.], p. 188-189, 2009.

DOS SANTOS, Francis. Agricultura e Sustentabilidade: PERSPECTIVA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR BRASILEIRA. **Agricultura e sustentabilidade**, [S. l.], p. 117-118, 2009.

Acadêmicos: Juliano Neves de Oliveira, Marlon D Aquino

## MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**RESUMO:** O presente artigo apresenta um estudo sobre a aplicação da mediação aos conflitos de natureza penal na fase pré-processual como meio adequado de pacificação social e solução alternativa ao processo penal. O objetivo consiste em analisar se a mediação é uma via apropriada para gerenciar conflitos que podem reverberar na seara criminal. Examina-se a utilização desse método auto compositivo em sede policial. Observa-se que a viabilização de um elo de comunicação entre os indivíduos para que estes possam juntos e voluntariamente construir o consenso por meio do diálogo, sobretudo, quando no início de uma querela, é um importante mecanismo extrajudicial que pode evitar a deflagração de processos-crime desgastantes e ineficientes que acabam por não reparar o mal causado a vítima, por não promover a pacificação social, e tampouco conseguem atender ao caráter transformador e restaurador de relacionamentos interpessoais. Palavras-chaves: Conflitos de natureza penal. Gerenciamento de conflitos. Mediação. Medidas alternativas de solução de conflitos. Pacificação social.

Palavras-chaves: Gerenciamento de conflitos na área penal. Mediação. Medidas alternativas de solução de conflitos. Pacificação social.

**ABSTRACT:** This article presents a study on the application of mediation to conflicts of a criminal nature in the pre-procedural phase as an adequate means of social pacification and an alternative solution to the criminal process. The objective is to analyze whether mediation is an appropriate way to manage conflicts that can reverberate in the criminal field. The use of this self-composing method in police headquarters is examined. It is observed that the feasibility of a communication link between individuals so that they can together and voluntarily build consensus through dialogue, especially when at the beginning of a dispute, it is an important extrajudicial mechanism that can prevent the outbreak of processes - exhausting and inefficient crimes that end up failing to repair the harm caused to the victim, for not promoting social pacification, nor can they meet the transformative and restorative character of interpersonal relationships. Keywords: Conflicts of a criminal nature. Conflict management. Mediation. Alternative conflict resolution measures. Social pacification.

Keywords: Conflict management in the penal area. Mediation. Alternative conflict resolution measures. Social pacification.

## INTRODUÇÃO

Se entende que os métodos alternativos para resolução de conflitos remontam às primeiras civilizações, diante das formas de composição de litígios, a autotutela é a primeira forma de resolução de conflitos utilizada pela humanidade. Forma utilizada pelos primórdios, na idade da pedra. Denomina-se autotutela essa forma parcial de resolução de conflitos de interesses, sendo solucionada pela força ou pela astúcia. A segunda forma de composição de litígios ao longo da história seria a autocomposição, mas os historiadores divergem sobre esse momento histórico, alguns consideram que a arbitragem veio antes da autocomposição. Sob o ponto de vista do nosso estudo, historicamente abordaremos a autocomposição antes de abordarmos a arbitragem. Com o passar do tempo, as comunidades foram passando de nômades para sedentárias, o homem deixa de ser nômade e começa a criar animais, dentre outras atividades. Nessa época a autocomposição já estaria presente, sendo uma forma parcial de solução de conflitos, onde a solução vem da vontade das partes, de comum acordo, onde ambos fazem concessões recíprocas, colocando fim ao conflito. Em um terceiro momento histórico, analisamos a arbitragem. Onde a solução não é mais parcial, e sim imparcial. Temos um terceiro estranho ao problema, o árbitro. Está entre as partes dando uma idéia de igualdade, isonomia. A arbitragem a princípio era facultativa, sendo sua função confiada ao ancião, a pessoa mais velha daquela comunidade, na qual se havia uma presunção de que fosse mais experiente, preparado para resolver o conflito. A figura do sacerdote também era vista como bom árbitro, possuindo a presunção de aspiração divina para melhor solucionar o conflito. Chega um momento em que o Estado alcança certo aparato bélico e econômico, conseguindo trazer para si a obrigação de resolver os conflitos de interesse, surgindo assim à Jurisdição, onde os conflitos devem ser submetidos ao Estado, que irá dirimir os conflitos e dará o veredito. Atualmente utiliza-se o termo Jurisconstrução, para especificar os meios de composição que não seja a jurisdição. A mediação é uma forma mais atual de resolução de conflitos, regulamentada no nosso ordenamento jurídico, especificadamente pelo Código de Processo Civil. O mediador também é um terceiro imparcial, mas diferente do árbitro, do juiz, que devem decidir de ordem parcial, o mediador não decide, é um interlocutor entre as partes. Outra forma de solução de litígios presente no ordenamento jurídico brasileiro é a conciliação, onde o conciliador, diferentemente do mediador, tem um papel mais ativo. Sendo indicada para dirimir os conflitos entre pessoas que não irão conviver. O ordenamento jurídico permite que o magistrado faça papel de conciliador, mas em regra, deve existir

a figura do conciliador nos juizados especiais, destarte, todas essas formas são aplicadas no Brasil atualmente, inclusive a autotutela, em situações excepcionais, sendo identificada no nosso ordenamento como autodefesa.

Diante disso, questiona-se se é apropriado utilizar a mediação no gerenciamento de conflitos de natureza penal na fase pré-processual, e, em quais situações é possível empregar a referida ferramenta como método adequado para tratar contendas que podem resvalar na seara criminal. Também aflora dessa discussão a indagação acerca de quais seriam as efetivas vantagens da utilização da mediação nesses tipos de conflitos. Este artigo apresenta estudo sobre a aplicação do instituto da mediação aos conflitos de natureza penal na fase pré-processual como meio adequado de pacificação social e solução alternativa ao processo penal. O objetivo geral consiste em analisar se a mediação é uma via apropriada para gerir conflitos que podem reverberar na seara criminal.

## **DESENVOLVIMENTO**

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, não garante somente o “acesso formal aos órgãos judiciários, mas sim o acesso à Justiça que propicie a efetiva e tempestiva proteção contra qualquer forma de denegação da justiça e também o acesso à ordem jurídica justa.” Trata-se, portanto, de uma meta, a qual ainda se mostra longe de ser alcançada, e, tendo em vista a “falibilidade do ser humano”, de certo, nunca será inteiramente materializada, a função da pena deve corresponder não apenas a prevenção de delitos, mas também a prevenção de punições injustas. Neste caso, a política criminal traz em sua essência uma utilidade, representando o aperfeiçoamento do Estado de Direito e tornando o direito penal mais eficaz para a sociedade. Quando o direito penal tem por base os ditames constitucionais há uma maior preservação de preceitos constitucionais, como a liberdade dos cidadãos. Historicamente, a atividade policial brasileira, desde a sociedade escravocrata do século XIX, se utilizava do castigo como forma de controle social na corte. A violência estava no “próprio cerne do sistema escravista.” Para o controle da mobilidade dos pobres livres foram adotados diversos expedientes arbitrários e antidemocráticos como: o “termo de bem viver”, a exigência de passaportes, atestados de boa conduta e o engajamento para as tropas de linha e certo que a efetivação de políticas para administrar os conflitos que emergem cotidianamente entre a população e os órgãos de segurança pública, visando “uma maior integração” com o fito de fortalecer a confiança da sociedade nas forças policiais, “tornando a população parceira na prevenção de delitos”. Nesse enredo, a polícia comunitária e a mediação em delegacias de polícia, são exemplo de práticas de uma polícia mais democrática e cidadã.

Os meios de solução de conflitos dividem-se em dois grupos: heterocomposição e autocomposição. As formas heterocompositivas são aquelas cujos conflitos são resolvidos por uma pessoa ou por um órgão, como a arbitragem e a jurisdição. Na autocomposição, as próprias partes buscam solucionar seus conflitos e cumprir o acordado, como a mediação e a conciliação. A mediação apresenta-se como um instrumento de comunicação e de construção de consenso entre as partes envolvidas em uma querela, revelando-se, pois, um importante mecanismo “inclusivo e participativo”, que estimula a busca por uma resolução adequada e mutuamente satisfatória, por intermédio do diálogo. A comunicação entre as partes é facilitada pelo mediador que atua como um terceiro imparcial. Portanto, o mediador deve ser devidamente capacitado na aplicação dessas técnicas. Tendo em vista que o poder de decisão depende das partes, o conflito real tem que ser identificado para que assim seja realmente solucionado.

A utilização de métodos autocompositivos de resolução de conflitos vem tornando-se uma prática cada vez mais comum no Brasil, especialmente, por conta da grande demanda processual que está em progressivo crescimento em todas as esferas do Poder Judiciário. Em virtude dessa sobrecarga processual, gerada, sobretudo, pela “explosão da litigiosidade”<sup>26</sup>, o acesso à justiça, por vezes, não é viabilizado como deveria, comprometendo o pleno exercício da cidadania e a efetivação dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente estabelecidos. As vias alternativas consensuais extrajudiciais, como a mediação, são comumente aplicáveis para resolver conflitos no âmbito privado. Já na seara criminal esse tipo de método de solução de controvérsias possui um caráter mais complexo e difícil, vez que o direito penal e o direito processual penal são predominantemente de ordem pública e, em regra, indisponíveis. Fica mais intrincado conceber o *jus puniendi* como objeto de autocomposição, especialmente, por conta do princípio da obrigatoriedade da ação penal, de outro lado, a atual política repressiva estatal, fundada numa cultura expansionista de criminalização de condutas e de encarceramento em massa, reflexo do atual Estado punitivo, vem fracassando em seus propósitos mais básicos. Não obstante o Brasil estar entre os países com a maior população carcerária do mundo, não consegue baixar os altos índices de violência, criminalidade e reincidência. Destaque-se que, nem toda contenda passível de reverberar na esfera penal pode ser objeto de autocomposição. A prática de um fato tipificado como infração penal, cuja natureza da ação, é, em tese, pública incondicionada, portanto, via de regra, indisponível, impõe, nos termos da legislação penal brasileira, a instauração do pertinente procedimento criminal tanto na fase policial quanto processual. Neste caso, a formalização do procedimento cabível independe da manifestação da vontade do ofendido ou de seu representante legal, vez que tais situações se regem pelo princípio da obrigatoriedade da ação penal.

O CPP, por meio de seu art. 24, preconiza que a ação penal nos crimes de ação pública deverá ser iniciada por meio de denúncia do Ministério Público, salvo no caso de exigência legal, em que só poderá ser promovida quando houver representação do ofendido ou de seu representante legal, ou de requisição do Ministro da Justiça. Existem também os crimes de ação penal privada, cujo inquérito policial, em conformidade com o § 5º, do art. 5º do CPP, somente poderá ser iniciado mediante requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la<sup>46</sup>. Em tal situação, a vítima tem a oportunidade de decidir, de acordo com sua conveniência, se deseja ou não que o Estado tutele direitos seus que foram violados, os quais são de livre disposição. É o chamado princípio da oportunidade ou conveniência. Alguns caminhos estão sendo trilhados no sentido de buscar mecanismos alternativos que inovem quanto ao modo de solucionar contendas criminais, especialmente visando melhor albergar a vítima que geralmente é a principal interessada na resolução das ocorrências criminais, mas que é relegada a um segundo plano, não conseguindo sentir que a justiça foi alcançada quanto ao seu dano patrimonial ou pessoal, pois a construção de consenso entre as partes, com vistas a pacificação social, deve ser fomentada como modo de prevenção da violência. É necessário que a cultura do consenso se sobreponha a cultura do litígio e do encarceramento e que o direito penal se volte mais para os delitos de maior gravidade.

Para que as vias alternativas conciliativas extrajudiciais sejam implementadas no âmbito pré-processual penal e tenham a devida validade, é necessário que haja interesse e atuação por parte Estado, vez que, além do planejamento e implementação de políticas públicas direcionadas para essa finalidade, é necessário também regulamentação específica, previsão orçamentária, treinamento, realização de convênios, etc. As vantagens da utilização desses meios alternativos de solução de conflitos não se encerram apenas na desobstrução do Judiciário, na economia de valores que seriam gastos nas longas demandas judiciais ou em virtude da maior celeridade na solução dos litígios, vai mais além. Por intermédio desses mecanismos, a vítima é empoderada de seus direitos, ao mesmo tempo em que é concedido ao infrator a oportunidade para que este se redima e repare o dano que causou, sem a necessidade de se recorrer a uma condenação criminal e encarceramento prisional. Visa-se a pacificação social por meio da construção de consenso e restauração das relações, bem como, a prevenção da prática de crimes graves.

## **CONCLUSÃO**

Por meio desta pesquisa de conclui que a aplicação da mediação de conflitos em sede policial, antes que se instaure formalmente um procedimento criminal, é uma alternativa possível e adequada para gerenciar alguns tipos de desavenças que podem reverberar na seara penal. Ademais, mostra-se pertinente e recomendável, quando cabível, vez que é uma forma eficaz de evitar a deflagração de processos crimes desgastantes e ineficientes que, ao final, acabam por não reparar o mal causado a vítima, tampouco conseguem atender ao caráter transformador e restaurador de relacionamentos interpessoais. A mediação de conflitos emerge como uma ferramenta que se encaixa perfeitamente nesse contexto como método apropriado para resolver contendas em que os interesses em discussão sejam disponíveis a fim de viabilizar o acesso à justiça de forma mais célere, efetiva e eficiente.

## **REFERÊNCIAS**

<https://www.jusbrasil.com.br/>

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>

## DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS A TUTELA NO DIREITO À SAÚDE

Bruna Sella Blaskowski

Mateus Lavendoski Balbinotti

Mariléia Fátima de Vargas

Claudeni Bezerra de Oliveira

Ana Leticia de Almeida

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a evolução dos direitos que os cidadãos brasileiros tem na área da saúde no sistema jurídico, delineando os direitos de primeira à quarta geração e o progresso histórico do direito à saúde nas Constituições Brasileiras, assim como a verificação histórica das tutelas jurisdicionais, seu conceito, sua eficácia e os requisitos para a sua concessão.

Por fim veremos o mecanismo da tutela antecipada aplicada na saúde, sendo esta tutela um direito fundamental, um dever do Estado em fornecer assistência médica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tutelas Jurisdicionais. Saúde. Direitos Fundamentais.

Objetiva-se descortinar as tutelas e a aplicabilidade das mesmas em relação ao direito à saúde no Brasil. Para se falar em direito a saúde, primeiramente necessário se faz abordar a evolução dos direitos fundamentais, haja vista o pertencimento do direito a saúde ao rol daqueles, apresentando os direitos de Primeira, Segunda, Terceira e de Quarta geração e a sua importância para a sociedade.

Sobre o conceito de direitos fundamentais, Pinho (2001, p.60) anuncia que “os direitos fundamentais são aqueles considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma vida digna”.

1ª Geração: Conforme Bobbio (1992, pg. 06), “a primeira geração corresponde ao direito de liberdade ou um não-agir do Estado”.

2<sup>a</sup> Geração: Bobbio (1992) preleciona que os direitos de segunda geração são aqueles que esmagadora maioria da humanidade não possui, que exigem uma intervenção do Estado para a sua efetivação.

3<sup>a</sup> Geração: Se protege, constitucionalmente, como direitos de terceira geração os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos (MORAES, 1998).

4<sup>a</sup> Geração: Conforme Bonavides (2004, pg. 571/572), “os direitos de quarta geração são o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo”.

Os direitos da quarta geração compendiam o futuro da cidadania e o porvir da liberdade de todos os povos. Somente com a chegada deles é que será possível a globalização da política.

Sobre o Direito à Saúde, muitas foram as idas e vindas desse direito em território brasileiro, consolidando-se, porém, apenas com o advento da CF/88.

Agora reconhecendo e classificando a Constituição Federal a saúde como direito fundamental, caso negado seu acesso, pelos órgãos governamentais, a responsabilidade em fazer prevalecer o direito constitucional estará a cargo do Poder Judiciário, que poderá fazer cumprir a norma constitucional, através de concessão de tutela jurisdicional, proferida em processos judiciais.

Acerca da Tutela Jurisdicional, ZAVASCKI a conceitua da seguinte maneira:

(...) tutela jurisdicional está relacionada com o da atividade propriamente dita de atuar a jurisdição e com o de resultado dessa atividade. Prestar tutela jurisdicional significa, formular juízo sobre a existência dos direitos reclamados e, mãos que isso, impor as medidas necessárias à manutenção ou reparar (ZAVASCKI, 1997, p.6).

Para exemplificarmos a aplicabilidade da tutela antecipada, nesses casos, vale citar o julgado do TRF-3 - AI: 7201 SP 0007201-67.2013.4.03.0000, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA, Data de Julgamento: 16/08/2013. Assim como vários outros tribunais do país, em julgamento de questão comparável à aqui discutida, vem decidindo favoravelmente acerca dos pedidos considerados urgentes, ou seja, os pertinentes à saúde.

Por fim, no presente estudo, abordamos acerca da importância que os Direitos Fundamentais tem para a sociedade, identificando os direitos de Primeira à Quarta gerações, a evolução do direito à saúde nas Constituições Brasileiras, o desenvolvimento das tutelas antecipadas, seus requisitos e sua efetividade.

Ainda, debatemos sobre o dever do Estado em relação à saúde, sobrevindo a omissão dos entes federados em dar todo o respaldo ao paciente, sendo a tutela o mecanismo que visa garantir o fornecimento de medicamentos para uma melhor qualidade de vida, podendo o juiz conceder de forma antecipada, visando, assim garantir o direito à saúde e a vida.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação de Tutela**. São Paulo: Saraiva, 1997.

## SUSTENTABILIDADE

Ana Letícia  
analeticiadealmeida@gmail.com  
Brenda rodrigues  
brendakryzrodrigues@gmail.com  
Jonathan Thibes dos Santos  
jonathanthibesdossantos@gmail.com  
Patricia Rech  
rechpati@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho trata-se sobre sustentabilidade empresarial que nada mais é do que o conjunto das ações e políticas das empresas, relacionada a forma de economia sustentável que nela será aplicada, e da mesma maneira a sua responsabilidade perante aos atos legais, impostas às operações e produtos de uma empresa. A sustentabilidade das empresas deve estar conectada ao desenvolvimento e crescimento das empresas e indústrias assim estabelecendo medidas que defendam os aspectos sociais, ambientais e econômicos. O objetivo geral da pesquisa é investigar sobre o significado de sustentabilidade, bem como, a sua aplicabilidade na área organizacional. Além disso, são objetivos específicos: pesquisar sobre a sustentabilidade e as diretrizes que as compõe; verificar o impacto da sustentabilidade no meio organizacional e suas vantagens. Para melhor compreensão, como resultado da pesquisa, será estudada a empresa YPÊ – Química Amparo fomenta a prática da sustentabilidade como política social dentro de uma empresa. Conclui-se que há muito tempo a humanidade tem consumido mais recursos naturais do que a Terra consegue repor, o que traz consequências catastróficas para a natureza até hoje. Felizmente, em contraponto, existe um grande número de pessoas que pensam em mudar mitigando os resultados desse processo através de ideias inovadoras e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Empresas. Desenvolvimento.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema principal a sustentabilidade, a qual teve surgimento em 1560, na Alemanha, tendo em vista que estavam buscando uma maneira de preservar o uso racional das florestas, de método que elas pudessem se recuperar, se mantendo estável. Desta forma teve o surgimento da palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que traduzida significa sustentabilidade. Contudo, foi em 1713, na Saxônia, que a palavra sustentabilidade, foi vista de forma estratégica, com o Capitão Hans Carl Von Carlowitz, tendo assim, o seu devido conceito, da maneira como conhecemos hoje em dia (PINHO, 2019).

Constata-se que com o crescimento excepcional da população, os recursos naturais estão sendo utilizados de forma errada pelas gerações, dito isso, nota-se que os recursos utilizados em excesso vem gerando contaminação e degradação ambiental, desta maneira nota-se que as sociedades possuem o poder de decisão

com as gerações futuras, tendo em vista que podem salvar ou ao mesmo tempo destruir os recursos naturais. Assim, é essencial que se adotem medidas que solucionem esses problemas, fazendo que desenvolvimento sustentável seja distribuído em igualdade, para garantir a ascensão econômica, respeitando os limites ecológicos e sua capacidade de permanecer no futuro (DIAS, 2015).

A pesquisa justifica-se devido ao desenvolvimento tecnológico e industrial, principalmente após o surgimento da internet, que impulsionou o consumo de vários dispositivos eletrônicos que são de difícil reutilização, os quais acabam sendo descartados em depósitos e aterros. Ainda há o grande número de utilização de embalagens que são jogadas em rios e oceanos pelo mundo. Assim é cediço que o progresso da sustentabilidade, sobretudo, organizacional venha a salutar para um mundo melhor.

O objetivo geral da pesquisa é pesquisar sobre o real significado de sustentabilidade, bem como, a sua aplicabilidade na seara organizacional. Outrossim, são objetivos específicos: a) investigar sobre a sustentabilidade e as diretrizes que a compõe; b) verificar o impacto da sustentabilidade no meio organizacional e suas vantagens para a sociedade e; c) Aplicação Da sustentabilidade pela empresa YPÊ – Química Amparo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 SUSTENTABILIDADE**

Tal termo se refere relativamente ao uso adequado dos recursos naturais, para que no futuro ainda se tenha grande parte desses recursos para serem utilizados. Sendo assim, esta palavra, apareceu com a finalidade de inserir as práticas e ações de preservar o meio ambiente, agregando maior qualidade de vida para a sociedade. Tendo em vista, que as ações de poluição do homem, como, acúmulo de resíduos não recicláveis jogados pelas ruas, queimadas, desmatamento, são atos cometidos sem pensar nas gerações futuras. Lembrando que se cada pessoa fazer a sua parte em casa, jogar o lixo em local adequado, separando o lixo reciclável do orgânico, andar de transporte público ou utilizar bicicletas, reduzir o consumo de água, são medidas de ajudar a preservar o meio ambiente (GUIMARÃES, 2019).

#### **2.1.1 SUSTENTABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

Sustentabilidade empresarial, nada mais é do que o conjunto das ações e políticas das empresas, relacionada a forma de economia sustentável que nela será aplicada, tendo como principal objetivo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Deste modo, para que uma empresa seja avaliada ambientalmente sustentável, ela deve tomar alguns posicionamentos éticos, de forma prática que visem seu desenvolvimento econômico para que possa continuar ativa, sem poluir o meio ambiente e também contribuir para o desenvolvimento da sociedade. (SILVEIRA, 2011).

## 2.1.2 EMPRESA YPÊ

A empresa Química Amparo é uma empresa 100% brasileira, criada em 06 de novembro de 1950, no interior de São Paulo, sendo realizada nessa comunidade, no percurso do “Círculo das Águas” paulista, o desenvolvimento da produção do tradicional Sabão em Barra Ypê. A empresa se desenvolveu sob a liderança do fundador Waldyr Beira, ganhando de vez o mercado nacional e também passou a exportar para outros países. Contudo nota-se que esta empresa, tem um papel enorme, quando se fala em sustentabilidade empresarial, haja vista que a empresa, possui diversos projetos sustentáveis, tais como gestão de resíduos sólidos, gestão de água, indicadores ambientais, dentre outros (BRASIL,2020).

## 3. METODOLOGIA

Para encetar a investigação adotou-se o método indutivo, operacionalizado com a pesquisa bibliográfica. No relato dos resultados da pesquisa adotou-se a produção descritiva com observância da Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UNIARP e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

## 4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conclui-se que há muito tempo a humanidade tem consumido mais recursos naturais do que a Terra consegue repor, o que traz consequências catastróficas para a natureza até hoje. Felizmente, em contraponto, existe um grande número de pessoas que pensam em mudar (ou pelo menos reduzir) os resultados desse processo através de ideias inovadoras e sustentáveis. É notório que a sustentabilidade vem conquistando cada vez mais importância no mundo contemporâneo. Além disso, se mantido o ritmo atual de produção e consumo, não haverá como garantir os recursos naturais suficientes para uma vida digna das gerações futuras.

Com base nos pilares do desenvolvimento sustentável, é possível desenvolver ações nos âmbitos pessoal, comunitário e global, sendo elas capazes de minimizar os impactos negativos provocados pelo homem. Nesse contexto, o desenvolvimento de programas educacionais voltados à educação ambiental é de extrema importância como o realizado pela empresa YPÊ, bem como as políticas adotada na mesma organização que serve de exemplo para demais empresas, qual seja, fomentar o desenvolvimento sustentável. Portanto, além de informar a sociedade sobre os graves problemas acerca da poluição no ambiente, também devem ser apresentadas soluções a essas questões, para que os aspectos ambiental, econômico e social sejam preservados e mantidos.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. YPÊ, **Nossa História. Ypê**. Disponível em <<https://www.ype.ind.br/>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade**: Origens e Fundamentos Educação e Governança Global Modelo de Desenvolvimento. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GUIMARÃES, Daniel. O que é sustentabilidade? **meio sustentável**. 2019. Disponível em: <<https://meiosustentavel.com.br/sustentabilidade/>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de, LEONETI, Alexandre, CEZARINO, Luciana. **Sustentabilidade: Princípios e Estratégias**. 1 ed. São Paulo: Manole, 2019.

PINHO, Inara de. Como surgiu o termo Desenvolvimento Sustentável? Cronologia da evolução da consciência ambiental no mundo. **Ibi Jus**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibijus.com/blog/302-como-surgiu-o-termo-desenvolvimento-sustentavel>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SILVEIRA, Maria do Carmo da Cunha. **Responsabilidade Social Empresarial e a Sustentabilidade**. 1 ed. Brasil: Annablume, 2011.

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP**  
**CURSO DE DIREITO**  
**XI SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E**  
**EXTENSÃO - SEDEPEX**

**AUTORES: ADELINO MARTINS VICENTE, BRUNO RICHARD, DIOGO ANGELINI, FELIPE STONA**

**DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE**

**“A FINALIDADE DO DIREITO É A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA”. (SERGIO CAVALIERI FILHO)**

**PALAVRAS-CHAVES**

Direito, justiça e sociedade.

**INTRUDUÇÃO**

Conhecer os aspectos jurídicos e integrar a vida social dos atores, ativos ou não, à dogmática e doutrinação, do que vem a ser a Justiça para todos, agregando a ela valores individuais e coletivos, incluindo o Direito para garantir a aplicação da justiça quando essa for solicitada.

**RESUMO**

Diz o autor Sergio Cavalieri Filho sobre o Direito, e inclui à sua conduta, estudos sobre o que vem a ser o Direito, unindo este com os fazedores das leis e consequentemente o ajuntamento com o que rege todo o sistema das sociedades, regiões e de seus aglomerados, - os indivíduos e suas vontades, que juntas, almejam a Justiça conforme o seu entendimento.

No texto uma normativa, que, segundo a interpretação de seu algoz, seus dizeres e saberes dentro das suas aprendizagens e crenças em uma abrangência maior e que não deixa de ser seus valores, mas, o que é a lei sem o povo que a permitiu existir, pois que sem o povo não seria possível se formar uma sociedade que pensa e muito menos leis para serem obedecidas, que dirá o Direito.

Bem ou mau nos disciplamentos descritos em seu texto, o autor se expressa em algures nem tão convincentes em certas questões de justiça para a sociedade. Bastando saber que a justiça integra-se ao valor máximo do direito, sendo que este ao seu valor textual se contradiz à disciplina, invertendo seus valores, pois que, ao que se sabe, é o Direito depois da Justiça.

Em contrapartida, o texto aproxima a sociedade, pois que mesmo o Direito e a sociedade juntas, não é possível uma “comunhão”. O autor, ao passo que tenta de várias formas introduzir o que é realmente o Direito, a Justiça e a Sociedade.

Segundo o autor, a sociedade julga os seus méritos como valores, mas não os tem como direitos e entende como agressivos os entendimentos jurídicos, por entender que é ela, a dona de todo o sistema, ou seja, é ela, a sociedade que administra a sua forma de entender, ver e administrar a vida dos seus integrantes.

O autor exalta a justiça; pensa ele de forma não comedida e por outro viés entende que nem a justiça e muito menos o direito tem valores acima das próprias prerrogativas, na criação de mecanismos que auxiliem a aplicabilidade de leis que agradem a sociedade.

Entende o autor que a sociedade criou seus métodos, e formula suas leis e as interpreta. E diz a sociedade, que foi traída e não mais tem o respaldo daquela que deveria ser fiel para os seus propósitos e interesses.

Nem as leis ou os operadores de Direito sabem a máxima que interfere na vida dos seus criadores, pois, Direito, Justiça e Sociedade estarão sempre na contramão do que é certo ou errado. Sem a presença da sociedade não há nem uma formação capaz de criar e gerir a justiça propriamente dita e, nem tampouco atribuir valores ao Direito, pois é o Direito o que a sociedade nomeou para interpelar e dar interpretação para as “Leis Naturais”. Estas sim conduzem o chamamento das diversas camadas sociais.

## ANÁLISE

No texto, dá para se observar a enorme dúvida sobre o que representa a legislatura quando se trata a explicar sua real função, ou para que finalidade foi criada, tendo em vista a vastidão de explicações e saberes populares que devem ser observados e ao qual o Direito cabe dar entendimento. A enorme deficiência jurídica passa a ser o incógnito modelo de atitudes e explicações que a sociedade não merece saber obrigatoriamente e muito menos entender, mas que pelo vasto comprometimento que as leis e suas interpretações julgam ser importantes, dever-se-ia também nomear o que é importante para o crescimento e a real aplicação da Justiça.

Quando se restringe a falácia aos juristas, ignora-se também os reais interesses comunitários, pois que de sua vez, não se espera a retórica acadêmica e longas falas em ideias que não corroboram no sentido de eficácia

e lealdade que a sociedade espera, a Justiça.

A sociedade criou seus mecanismos de defesa, mas, estes não contribuem com a sua criação. Por questões assim, a responsabilidade civil é denominada por quem pensa, mas, todos de certa maneira respondem pela irresponsabilidade de não participar de forma íntegra e que seja capaz de certa maneira mudar, fazendo com que diminuam as desigualdades.

## CONCLUSÃO

Mesmo sendo a Justiça a incorporadora natural de todo o ordenamento jurídico, esta deve prezar pelo senso comum, para reger a sua integridade na aplicação da faculdade de apaziguar ânimos descontentes e resolução de conflitos e também de fazer prevalecer sua essência que é o seu produto essencial, a Justiça propriamente dita.

## A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA GUARDA DOS FILHOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Adriana Pereira Benjamini

Francisco Assis Kosciow

Gilvana Aparecida Gonçalves

Rafael Barzotto

Samira Andressa Hanna Ribeiro

Profa. Orientadora Ms. Joice Luiza Flores de Matias

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp. Caçador/Brasil.

**Resumo:** A mediação como alternativa para solucionar conflitos pode ser usada na esfera familiar, em questões de guarda e visitações. A Covid-19 surpreendeu a todos, devido ao seu alto risco de contágio e letalidade, fazendo com que milhões de pessoas se isolassem socialmente. Diante desse fato, crianças e adolescentes que se encontravam em guarda compartilhada, passaram a não conviver com um dos seus genitores, em decorrência da possibilidade de contágio, o que ocasionou aos próprios genitores a buscarem o judiciário, através da mediação para assegurar o direito de convivência com os filhos.

**Palavras-chave:** mediação, guarda dos filhos, pandemia.

### Objetivo

Verificar a importância da técnica da mediação como ferramenta para a resolução dos conflitos referentes à guarda dos filhos, em tempo de pandemia, bem como, sua vasta interdisciplinaridade.

### Guarda unilateral e compartilhada

O Código Civil (2002) dispõe de um capítulo destinado, exclusivamente, a proteção da pessoa e dos filhos. Em seu art. 1.583 traz uma espécie de conceito sobre as formas de guarda, bem como, suas distinções. Em sendo assim, entende-se que a guarda unilateral é aquela que apenas um dos genitores têm as decisões e responsabilidades perante a vida dos filhos. Ao outro, é dado o direito da convivência e da obrigação ao pagamento da verba alimentícia. Enquanto que, a guarda compartilhada confere a ambos os pais a responsabilidade sobre a criação dos filhos, mesmo após a ruptura da vida conjugal, mantendo o elo e o convívio entre pais e filhos.

Para Caroline Ribas Sérgio (2017), a lei 13.058/2014, alterou dispositivos do Código Civil Brasileiro que regulamentam a guarda, estabelecendo o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispendo sobre sua aplicação.

Na visão de Flávio Tartuce (2015), um dos pontos mais importantes da referida norma foi a aplicação da guarda compartilhada como regra, na hipótese de não haver acordo entre os genitores quanto à guarda do filho, salvo se um deles declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor. Tal disposição legal outorgou poder de decisão e deveres de cuidado e proteção a ambos os genitores, outrora concedida apenas a um dos pais, na hipótese da guarda unilateral.

A lei ainda trouxe a possibilidade de consulta do juiz a especialistas ou a uma equipe interdisciplinar para auxiliar na decisão quanto às atribuições do pai e da mãe,

proporcionando uma decisão técnica e visando sempre o mais benéfico para a criança, além da necessidade da oitiva de ambos os pais para as decisões liminares sobre a guarda da criança. Constatase assim, que a guarda compartilhada é a melhor forma de atender aos interesses da criança, conforme preconiza atualmente o Código Civil Brasileiro.

## Conflitos relativos à guarda dos filhos menores no atual cenário

Isabel Doria (2020) faz uma importante consideração sobre a guarda compartilhada em tempos de pandemia de Covid-19. Menciona ela que, devido ao atual cenário, acordos de guarda compartilhada que costumavam estabelecer um regime de convivência equilibrada entre pais e filhos, estão impossibilitados de ocorrer, em decorrência das restrições e medidas de distanciamento, impostas pelo Estado, a fim de diminuir a propagação do vírus, observando-se assim, uma alteração na rotina familiar. Se para os adultos o isolamento apresenta grandes desafios e prejuízos, há de se imaginar que, os pequenos podem estar sofrendo ainda mais.

Após a suspensão das aulas presenciais, a Medida Provisória n. 934/2020, foi aprovada visando diminuir os impactos na educação durante a pandemia e flexibilizando o período de dias letivos. Implicando assim, em um maior investimento dos pais na educação dos filhos, que passa a ser à distância, bem como, disponibilidade e supervisão dos mesmos perante os menores, em uma vasta e atrativa rede midiática.

Em tempos de pandemia, a guarda compartilhada deve ser efetivada visando sempre o melhor interesse e a proteção integral das crianças e adolescentes, conforme previsto constitucionalmente e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (PONTES, 2020).

## A técnica da mediação

A mediação é uma maneira alternativa para resolver os conflitos entre as partes. Estas escolhem um mediador imparcial, conhecido como terceiro desinteressado, para ajudá-las a resolver os problemas de forma aceitável que contemple as necessidades e interesses de todos.

Segundo Daniele Ganancia (2001, p.13):

Bem mais que uma técnica, a mediação familiar é uma filosofia, um passo ético: ela coloca o diálogo, restituindo aos interessados seu poder de decisão, como ponto de partida de todas as soluções duradouras. Porque ela vai ao cerne do conflito para tratá-lo, ela constitui um instrumento privilegiado de pacificação.

Logo, a mediação é um dos meios mais eficazes, evitando conflitos expansivos que acabam indo à mesa de tribunais. Para Ana Paula Gimenez (2015, p.1) “a principal vantagem da mediação é que as próprias partes chegam a uma solução, não havendo perdedor e nem vencedor, todos ganham”.

A Lei 13.140/15, que trata da mediação, aduz que:

[...] a mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo. A urgência do momento indica a necessidade de expandir o acesso online como forma de efetivo acesso à ordem jurídica, considerando

que grande parte da população possui meios para utilizar a internet e domina um repertório mínimo de habilidades para lidar com essa ferramenta (CONJUR, 2020, p. 02).

Também nesta mesma linha, Oliveira (2017) ressalta que o elevado número de trabalhos nos quais se mostra necessária a intervenção do psicólogo, demonstra que não se pode mais desvincular a atuação deste profissional do meio digital.

### **A importância da mediação nos conflitos de guarda diante da pandemia do coronavírus**

Em tempos de covid-19, há uma grande discussão entre mães e pais sobre o que é melhor a fazer, para garantir a saúde das crianças. Uma situação que, muitas vezes, era decidida no Judiciário, mas que no atual cenário está tendo que ser de forma mais “amigável”, com o intuito de buscar soluções dialogadas e rápidas.

A lógica, pois, da mediação distingue-se do modo como o Judiciário resolve os conflitos, priorizando o diálogo entre os envolvidos na busca de uma pacificação entre as partes. Assim, a oralidade, o informalismo e a conciliação, presentes na mediação, são formas de concretização de novos direitos, viabilizando o exercício da cidadania das partes envolvidas. (FIGUEIREDO; MASCARENHAS, 2012). Eis então, a grande importância do mediador e sua forma eficiente de gerir os conflitos, trazendo uma solução amigável e plausível às partes envolvidas.

### **Metodologia**

Para realização deste trabalho, o estudo fez uso de pesquisa bibliográfica, artigos de lei e publicações, coligadas a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da UNIARP e Regulamento do SEDEPEX. O resultado foi comunicado ainda, em vídeo elaborado pelos integrantes do grupo e publicado em rede social.

### **Resultados e conclusões**

A pandemia que assola todo o país, trouxe grandes prejuízos às mais variadas esferas. No aludido tema deste trabalho, pode-se dizer que a estrutura familiar, pós separação dos pais, que já não era tão boa, ficou mais crítica com relação a responsabilidade de quem ficará com os filhos. Em contrapartida, uma técnica de resolução eficaz foi vista sob lentes diferentes.

A mediação que antes era adotada como um método duvidoso, pois ainda hoje, as pessoas gostam de judicializar seus processos, ganhou um importante destaque e os genitores começaram a buscar esse meio de resolução dos conflitos.

Em se tratando de um momento tão peculiar e delicado e, muito embora, o Código Civil e a Lei 13.058/14 afirmem que a regra é a guarda compartilhada, estes profissionais estão desenvolvendo um excelente trabalho, resolvendo as angústias dos pais de forma rápida e eficiente, seguindo as orientações governamentais, mas principalmente, atendendo o que delimita a Constituição Federal, quando trata que o interesse que deva prevalecer é aquele que atende às necessidades dos menores.

### **Limitações**

As limitações encontram-se na vasta interdisciplinaridade que o tema traz, impossibilitando assim, o esgotamento do assunto.



## Recomendações de estudo

Tendo em vista a amplitude do tema, recomenda-se a continuidade do estudo, focando no direito da família e suas relações.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucional/constitucional.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm).

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm).

\_\_\_\_\_. Lei n.13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm).

\_\_\_\_\_. Lei 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 934, de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>.

CURY, César; FERREIRA, Claudia. Pandemia da Covid-19 gera reflexão sobre resolução de conflitos online. **Revista Consultor Jurídico**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-27/opiniao-covid-19-gera-reflexao-resolucao-conflitos-online>.

DORIA, Isabel I. Z.. Guarda Compartilhada em tempos de pandemia de COVID-19. Artigo Jus.com.br, mar. 2020. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/80507/guarda-compartilhada-em-tempos-de-pandemia-de-covid-19>.

FIGUEIREDO, Marcela Rodrigues Souza; MASCARENHAS, Fabiana Alves; Construindo consensos: a importância da mediação nos conflitos familiares de guarda e visitação. **Publica Direito**. 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f91e24dfe80012e2>.

GANANCIA, Daniele. Justiça e mediação familiar: uma parceria a serviço da parentalidade. **Revista do Advogado**, São Paulo, n.62, mar. 2001.

GIMENEZ, Ana Paula. Mediação contribui para definição rápida e pacífica da guarda dos filhos. **Revista Consultor Jurídico**, 02 mai. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mai-02/ana-paula-gimenez-mediacao-ajuda-definir-guarda-filhos>.

HANNA, Samira *et all*. A importância da mediação na guarda dos filhos, em tempo de pandemia. Vídeo. Joice Luiza Flores de Matias (Coord.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V0uRnpRej44&feature=youtu.be>. Criação 15 jun. 2020

OLVEIRA, Raul. Psicologia na internet: orientação psicológica online e outros assuntos. **Portal Psico Online**, 07 nov. 2017. Disponível em: <https://psico.online/blog/psicologos/psicologia-na-internet/>.

PONTES, Felipe. Isolamento impõe desafios a pais separados com guarda compartilhada. **Agência Brasil**, 04 abr. 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/isolamento-impoe-desafios-pais-separados-com-guarda-compartilhada>.

SERGIO, Caroline Ribas. Aspectos relevantes sobre a guarda compartilhada: análise da Lei nº 13.058/14 e a aplicação perante os Tribunais. **Direito Net**, 09 ago. 2017. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10276/Aspectos-relevantes-sobre-a-guarda-compartilhada-analise-da-Lei-no-13058-14-e-a-aplicacao-perante-os-Tribunais>.

TARTUCE, Flávio. A lei da guarda compartilhada (ou alternada) obrigatória - análise crítica da lei 13.058/14 – Parte II. 26 mar. 2015. **Migalhas**. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/217877/a-lei-da-guarda-compartilhada-ou-alternada-obrigatoria-analise-critica-da-lei-13058-14-parte-ii#:~:text=A%20lei%2013.058%2F14%20alterou,n%C3%A3o%20deseja%20a%20guarda%20do>.

## Instituições Financiadoras e Apoiadoras

Recursos próprios dos acadêmicos.

## Agradecimentos

À professora orientadora deste projeto Prof. Ms. Joice Luiza Flores de Matias estendendo-se aos acadêmicos e coautores do Projeto Integrador da disciplina de Direito Civil da 6<sup>a</sup>. fase do Curso de Direito da UNIARP: Charles Couto, Ivan Felipe Payerl, Jaqueline Marcus, Julia Soupinski Ribeiro, Julya Roberta Kades Flexa, Laryssa Rottava Scolaro, Marcelo Fernando Schneider, Tiago Johann e Yasmin Smith Tesser.

## EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM DETRIMENTO DAS ÁREAS INDÍGENAS<sup>1</sup>

**Carlos Alberto Longo<sup>2</sup>**  
**Jislaine De Souza Furtado**  
**Karina Carvalho**  
**Matheus Borille**  
**Renata Domingues de Lima**  
**Ronaldo Audi Colussi**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil  
XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão –  
SEDEPEX,

**RESUMO:** o presente trabalho tem por objetivo o estudo redigido da expansão do agronegócio em detrimento das áreas indígenas na concepção da matéria de direitos das coisas, ou seja, a discussão desta expansão nos assuntos que envolve, a posse, propriedade, direitos reais sobre coisas alheias, usufruto, uso, habitação, rendas sobre imóveis, garantias/ penhor anticrese e hipoteca. A expansão das terras por qualquer uma das partes, em especial o agricultor que precisa produzir, trazem consequências jurídicas, políticas, sociais. Cabe aqui salientar que o estudo faz uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e observando as aulas esplanadas no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**PALAVRAS-CHAVE:** expansão agrária, invasão de terras indígenas, direito fundamental à propriedade.

**ABSTRACT:** The present work aims to study the expansion of agribusiness to the detriment of indigenous areas in the conception of the rights of things, that is, the discussion of this expansion in matters involving, possession, property, real rights over other people's things, usufruct, use, housing, rent on real estate, collateral / anticrese pledge and mortgage. The expansion of land by either party, especially the farmer who needs to produce, has legal, political, social and even criminal consequences. It should be noted here that the study makes use of the inductive method associated with bibliographic research and observing the classes outside the Law Course of the Alto Vale do Rio do Peixe University (UNIARP) and rules of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT).

**KEY-WORDS:** agrarian expansion, invasion of indigenous lands, fundamental right to property.

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota m2 referente ao projeto integrador

<sup>2</sup> Acadêmicos da 8ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Caçador-SC.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema a expansão do agronegócio em detrimento das áreas indígenas no Brasil levando em conta as consequências e reflexos jurídicos.

Para que seja criado uma sistemática é necessário abordar alguns temas com relação a expansão das terras, bem como o direito fundamental a propriedade, o qual se trata de direito fundamental previsto na Constituição Federal, a economia com análise ao agronegócio, as demarcações de terras indígenas, e por consequência os conflitos que envolvem os interesses de propriedade.

Dentro da legislação brasileira, existem alguns institutos jurídicos que resolvem conflitos de interesses deixando mais claro até que ponto o agricultor que pretende expandir suas terras possa chegar no limite de sua propriedade.

À vista disso, a pesquisa pauta-se no objetivo geral de analisar a aplicabilidade do direito fundamental a propriedade, sendo um dos maiores direitos conquistados na Constituição Federal Brasileira, questionando-se qual a sua correta aplicabilidade, leis e formas de solucionar o conflito sem que seja necessário um maior desgaste entre as partes.

A demais, tem por objetivo o escopo o estudo dirigido acerca do princípio do direito a propriedade, ou seja, até que ponto um terceiro “invade” sua terra e ter o direito de nela permanecer, mesmo com alguns institutos jurídicos permitem a sua premência.

## DIREITO FUNDAMENTAL A PROPRIEDADE

O direito fundamental a propriedade está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 5º inciso XXII, Nele, estão previstos direitos fundamentais, com objetivo de assegurar uma vida digna, livre e igualitária a todos os cidadãos do país. De forma resumida, pode-se pensar no direito de propriedade como o direito de uma pessoa, dentro dos limites da lei, de dispor e usufruir de um bem, e também de determinar o que é feito com ele. Ou seja, o direito de propriedade garante que qualquer cidadão tem direito de possuir (ou seja, ser dono de) bens. Mas não se engane, o direito de propriedade no Brasil não é incondicional! Isso significa que há limites impostos a ele, sendo o principal a função social da propriedade. (Motta, 2019)

Mas afinal o que é direito de propriedade? Em pesquisa podemos perceber que diversos autores divergem sobre o assunto, pois podem variar de acordo com a religião ou sistema político e econômico de cada lugar.

De acordo com a jurista brasileira Maria Helena Diniz, o direito de propriedade pode ser entendido como “o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo

ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha”. (apud Motta, 2019)

Ou seja, após análise crítica de alguns doutrinadores bem como a citação exposta acima chegamos a uma conclusão que o direito à propriedade é ter o direito de uso, gozo e de dispor desta, dessa forma o inciso XXII do artigo 5º reconhece como um direito fundamental a ser protegido pela Constituição brasileira.

## ECONOMIA – AGRONEGÓCIO

De certa forma o agronegócio é uma grande fonte de renda para o produto interno do Brasil, sendo muitas das vezes um grande exportador para outros países e também abastecendo uma grande demanda interna de insumos e grãos que são produzidos.

A importância do agronegócio para o Brasil é indiscutível: representa 25% do PIB nacional e é responsável pelo saldo positivo da balança comercial (R\$ 96 bilhões em 2017). Em 2019, o agronegócio brasileiro iniciou com perspectivas otimistas, mesmo com um cenário marcado por incertezas. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro deverá crescer 2% em relação a 2018. A projeção de crescimento é devida, especialmente, à demanda aquecida e às condições favoráveis da produção em geral. (Miori, 2019)

Há uma perspectiva do agronegócio brasileiro para o ano de 2019 no mercado de grãos, “A safra total de grãos do Brasil deve alcançar 233,28 milhões de toneladas em 2018/19, segundo dados divulgados em março pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Apesar da redução em relação à estimativa anterior, a safra total ainda será maior em relação ao ano anterior (227,7 milhões de toneladas), e a 2ª maior da história. Isso se deve principalmente à forte recuperação nas lavouras de milho, cuja produção totalizou 80,7 milhões de

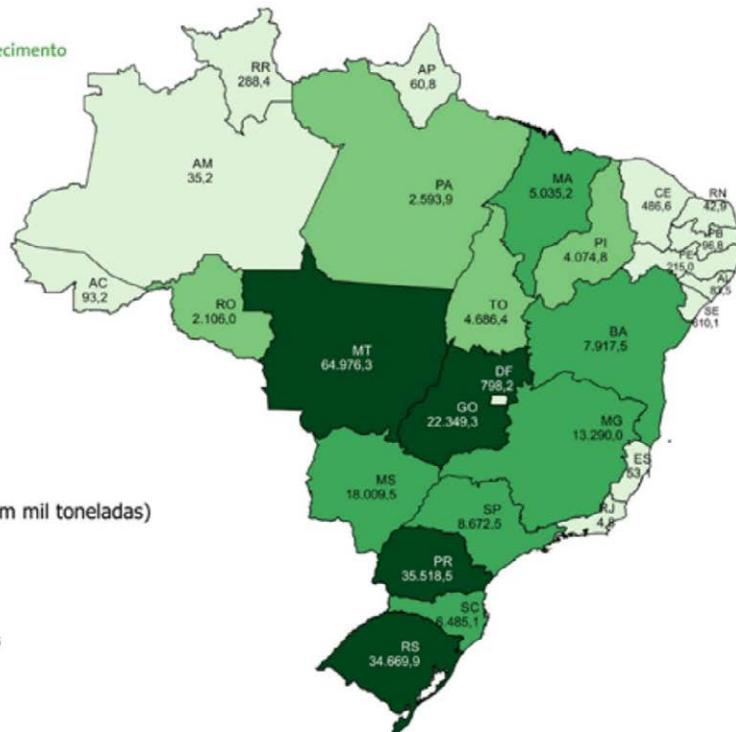


Companhia Nacional de Abastecimento

Produção total no Brasil (em mil toneladas)

- Sem produção
- Até 1.000 mil toneladas
- 1.000 - 5.000 mil toneladas
- 5.000 - 20.000 mil toneladas
- Acima de 20.000 mil toneladas

Fonte: Conab.



(Fonte: Conab)

Ao analisa o número do agronegócio percebemos que apesar do ano de 2018/2019 a economia estar fraca, a safra está maior que comparado aos outros anos, isso demonstra que a produção está cada vez maior e por consequência é maior o número de terras que está sendo cultivadas as culturas agrícolas no país. O estudo deste artigo tenta demonstrar que independentemente da tecnologia aplicada no campo da agricultura, os resultados não dependem somente desta novas tecnologia, e sim da expansão do agronegócio em detrimento de outras áreas.

## DEMARCAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

Ao abrancar o assunto, a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 67 refere-se que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. (Brasil, 2020)

Desta maneira as “terras indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas por um ou mais povos indígenas, sobre as quais a Constituição determina a demarcação, proteção e preservação. A Constituição estabelece aos índios o chamado “direito originário” sobre essas terras. Isso quer dizer que o texto constitucional considera os índios como os primeiros e naturais donos desse território. Portanto, a existência das chamadas terras indígenas decorre da ocupação tradicional”. (apud Salomão, 2019)

Diante da exposição dos termos de demarcação de terras, podemos observar que a muitos dos proprietários de terras que fazem divisão com áreas indígenas fazem a invasão e iniciam o plantio de suas culturas para a expansão dos resultados de sua safra, e ainda muito das vezes realizando crimes ambientais de desmatamento o qual por sua vez, os próprios índios não têm o conhecimento por se tratar de quantidade de terras muito grandes.

“O ano de 2019 inicia com uma intensificação das denúncias de invasão a terras indígenas no Brasil. Ao menos cinco terras demarcadas registraram roubo de madeira, derrubada de floresta para pastagens e, ainda mais grave, a abertura de picadas e estabelecimento de lotes para ocupação ilegal dos territórios tradicionais”. (apud Miotto, 2019)

## CONCLUSÃO

Diante de toda a exposição é possível concluir que a expansão do agronegócio em detrimento das áreas indígenas está ligada com o ritmo que se desenvolve o país, deixando claro que a falta de conhecimento jurídico e falta de apoio da Administração pública com relação as áreas indígenas demarcadas reflete da invasão dos agricultores para que possam aumentar sua produção de grãos, fazendo assim a cada ano um maior resultado das safras.

De outro modo, para fazer um paralelo é possível destacar o inverso da situação, o qual o índio por meios legais consegue usucapir “trecho de terra inferior a cinquenta hectares por dez anos consecutivos”, (Brasil, 1973) conforme requisitos do artigo 33 da Lei nº 6.001 de 193, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Por fim, é importante debater sobre a expansão do agronegócio em detrimento das áreas indígenas e suas consequências jurídica e sociais bem como, a situação inversa de que o índio consiga usucapir com o amparo da lei. Desta maneira voltamos a linha de pensamento que abriu este artigo que o direito à propriedade não está valendo acima de tudo?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucional/constitucional.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2020.p.23

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.)>. Acesso em: 10 jun. 2020. p.2

MIORI Paola, PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM 2019, 2019, Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/perspectivas-do-agronegocio-brasileiro-2019/>> Acesso em: 08 Jun. de 2020.p.1

MIOTTO, TIAGO Pelo menos seis terras indígenas sofrem com invasões e ameaças de invasão no início de 2019. Disponível em:<<https://cimi.org.br/2019/01/pelo-menos-seis-terrass-indigenas-sofrem-com-invasoes-e-e-ameacas-no-inicio-de-2019/>> acesso em: 08 Jun. de 2020.p.1

MOTTA, Eduarda Victoria, É garantido o direito de propriedade, 2019. Disponível em:<[https://www.politize.com.br/artigo-5/direito-de-propriedade/?gclid=CjwKCAjw2uf2BRBpEiwA31VZj2Jx7hanosvnWQnExB1IzwC2sW6qpwEfq636UvdrlmKbxhroaH1zuRoC6KcQAvD\\_BwE](https://www.politize.com.br/artigo-5/direito-de-propriedade/?gclid=CjwKCAjw2uf2BRBpEiwA31VZj2Jx7hanosvnWQnExB1IzwC2sW6qpwEfq636UvdrlmKbxhroaH1zuRoC6KcQAvD_BwE)> Acesso em: 08 Jun. de 2020.p.1

SALOMÃO, Lucas Entenda o processo de demarcação de terras indígenas criticado por Bolsonaro. 2019. <disponível em:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/08/entenda-o-processo-de-demarcacao-de-terrass-indigenas-criticado-por-bolsonaro.ghtml>> acesso em: 08 Jun. de 2020.p.1

## PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR VÁRIAS DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS

Felipe Kochinski (felipekochinski@gmail.com)

Altair A Xavier (taro.xavier@hotmail.com)

Antonio Pedro Tessaro (tessaro@gegnet.com.br)

Juliara Silveira (juliarasilveira@outlook.com)

Williams Medeiros Lobato (williams.ml07@hotmail.com)

Marta Melleck Donadel (marta.melleck@hotmail.com)

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

**Resumo:** O presente trabalho, cuida de em investigar as possibilidades da penhora do bem de família pelas dívidas tributárias decorrentes do devedor. A análise realizada, concentrou-se em demonstrar como os tribunais superiores aplicam sobre a penhorabilidade, cujo, há respaldo através da Lei 8.009/90, sendo este, destinado a impenhorabilidade do bem de família, salvo algumas exceções que serão tratadas no presente estudo.

**Palavras-chave:** Impenhorabilidade – Bem de família – Dívida tributária.

### Introdução

No modelo de Estado Fiscal, que é concebido como aquele que busca os recursos econômicos para fazer frente às despesas necessárias ao desempenho de suas funções na contribuição dos cidadãos, a maior parte de suas receitas advém do patrimônio particular de seus súditos, na medida em que estes são obrigados a proceder ao pagamento de tributos.

No entanto o Código Tributário Nacional procura cercar o crédito tributário de uma gama significativa de garantias, ao estabelecer em seu Art. 184 que “sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, executados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis” (BRASIL, 1966, p. 1).

Assim, o presente estudo, da impenhorabilidade do bem de família, procura estabelecer conceitualmente os limites físicos desta espécie de imóvel, bem como sugere uma interpretação garantista da regra de impenhorabilidade posta na Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 1).

### Objetivos

O projeto pauta-se no objetivo geral de expor a possibilidade da penhora do bem de família nas dívidas tributárias, bem como demonstrar a jurisprudência dos tribunais superiores acerca deste tema.

### Revisão da Doutrina e Jurisprudência

José Carlos Barbosa Moreira (2010, p. 237) conceitua penhora como sendo “o ato pelo qual se apreendem bens para empregá-los, de maneira direta ou indireta, na satisfação do crédito exequendo”.

O bem de família, segundo Maria Helena Diniz (2002, p. 192), assegura que trata de um “escopo para assegurar um lar a família ou meios para o seu sustento, pondo-a ao abrigo de penhoras por débitos posteriores a instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas condominiais”.

Já quanto ao conceito de dívida tributária, incide ao art. 201 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966, p.1) a descrição que “Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular”.

Com a dívida tributária constituída, instaura-se o processo administrativo e com isso, após a conclusão desse processo de controle de legalidade do lançamento, Segundo (2018, p. 405) aduz que “caso seja mantido, no todo ou em parte, o crédito tributário, este se considera, nos termos do CTN, ‘definitivamente constituído’”. Acrescentando (SEGUNDO, 2018, p. 405) ainda que, “deve ser feita, então, a chamada cobrança amigável, depois da qual, caso não haja a sua quitação, a quantia devida deve ser inscrita em dívida ativa e executada judicialmente”.

Pois bem, aduzindo esses conceitos com brevidade, põe-se a esteira o art. 3º, inciso IV da Lei 8.009/90 (BRASIL, 1990, p. 1), trazendo a análise de Rainer Czajkowski (1998, p. 25) que “Tomando em consideração tais dispositivos, cumpre então definir se a Lei nº 8.009/90 cria simplesmente uma restrição a esta subordinação patrimonial do devedor, excluindo o bem residencial da família e os bens móveis que o garnecem ou se, por instituir a impenhorabilidade quase como regra e não como exceção, representa violação a princípio basilar do ordenamento jurídico e, portanto, incompatível com a ordem constitucional”.

Ponderando, ainda, que (1998, p. 25), “se prevalecer o entendimento de que a instituição da impenhorabilidade, via de regra, compromete a exigibilidade geral das obrigações, porque transforma significativa parcela do patrimônio – que usualmente os indivíduos detém – em bem de família, a salvo das execuções por dívidas, estarse-á diante de uma lei inconstitucional. Tal vício será ainda mais flagrante por tutelar a inadimplência de segmentos substanciais da população, formados por pessoas que são proprietárias de apenas um imóvel residencial e daqueles outros devedores que, aproveitando-se da falta de objetividade textual da lei, concentram seu patrimônio em bens que sabem ser impenhoráveis”.

Assim, pode-se destacar, por diversos precedentes, exemplo do TJSC, AC: 03004094520188240092 (BRASIL, 2020, p. 1) e Resp n. 203629 (BRASIL, 1999, p. 167), que o inciso IV do art. 3º da Lei 8.009/90 (BRASIL, 1990, p. 1), é constitucional, pois “excepciona a regra da impenhorabilidade do bem de família, em razão da dívida decorrente de impostos predial e territorial, taxas e contribuições, em função do imóvel familiar”. Ou seja, pode ocorrer a penhora por se tratar de obrigações geradas pela própria coisa (*propter rem*), onde o próprio imóvel deve responder, como exemplos, podemos citar o IPTU as dívidas condominiais. Já, se a dívida versar sobre execução fiscal, não há que se falar em impenhorabilidade. E ademais, “a impenhorabilidade do bem de família, não impede o arrolamento fiscal” (REsp n. 1492211/PR) (BRASIL, 2014, p. 1).

Já, não sendo decorrente de imposto predial e territorial, a penhora de bens, merece referência o fato de que o STJ não tem admitido a constrição de bens

considerados impenhoráveis (imóvel que serve de residência ao devedor)<sup>1</sup>, mesmo quando a indicação desses bens é feita pelo próprio executado, e não voltada para a família, mas sim, para a pessoa, conforme o Resp 182.223/SP (BRASIL, 1998, p. 1). No julgamento do REsp 813.546 (BRASIL, 2007, p. 314), a Primeira Turma do STJ considerou, por maioria, que a “indicação do bem de família à penhora não implica renúncia ao benefício conferido pela Lei nº 8.009/1990 quanto a sua impenhorabilidade, máxime se tratar de norma cogente contendora de princípio de ordem pública, consoante a jurisprudência do STJ. Assim, essa indicação não produz efeito capaz de ilidir aquele benefício”.

E ainda, agindo o devedor em má-fé na execução fiscal, no entendimento do precedente do STJ (Resp 1139280/MG) (BRASIL, 2010, p. 1) que, afasta-se a impenhorabilidade do bem de família, após a citação da execução fiscal, quando abusado de seu direito na tentativa de fraudar a execução fiscal. Assim, admite-se a penhorabilidade do bem de família decorrente de dívidas tributárias quando na tentativa de fraudá-la.

Já quanto ao bem de família de propriedade rural, segundo consta em referida regra, é impenhorável a pequena propriedade rural, quando trabalhada pela família. E, ainda, mantém-se a impenhorabilidade mesmo quando o débito decorrer da atividade produtiva. Dois são, desta forma, os requisitos constitucionais da impenhorabilidade: (a) ser o imóvel uma pequena propriedade rural; (b) haver trabalho familiar (TJSC, AgIn 2011.085010-0/Turvo).

Assim sendo, há que se ter em mente o caráter social do tributo, visto como meio de obtenção de recurso para a concretização de política pública prevista na Constituição, por parte dos órgãos estatais, através de ações concretas que asseguram a criação de serviços de educação, saúde, habitação, subsídio de desemprego, dentre outros (art. 6º da CFRB/88) (BRASIL, 1988, p. 1).

E, como é por todos sabido, não existe direito absoluto, entendido como o direito sempre obrigatório, sejam quais forem as consequências. Assim, os direitos fundamentais não são absolutos nem ilimitados. Encontram limitações na necessidade de assegurar aos outros o exercício desses direitos, como têm ainda limites externos, decorrentes da necessidade de sua conciliação com as exigências da vida em sociedade, traduzidas na ordem pública, ética social, autoridade do Estado, dentre outras delimitações (BRASIL, 2010, p. 1).

## **Metodologia**

Para este estudo, utilizado uso da pesquisa bibliográfica, a partir de diversas obras, precedentes do STF, STJ e Tribunais Estaduais, para associação à produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

## **Resultados e Conclusões**

Do exposto, têm-se que a impenhorabilidade do bem de família, o único imóvel residencial próprio da entidade familiar é impenhorável e não responde nem mesmo por dívidas fiscais, exceto nos casos em que a dívida objeto da execução fiscal é relativa a imposto predial ou territorial, taxas e contribuições que se originaram da propriedade deste imóvel familiar (artigo 3º, IV, lei n. 8.009/1990).

---

<sup>1</sup> Observe-se, ainda em relação ao tema que, a teor da Súmula 364 do STJ, “o conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas”.

Assim, essa proteção não pode ser invocada para afastar a penhora do imóvel residencial quando esta foi realizada para o pagamento de dívida de Imposto Predial e Territorial Urbano ou taxa de coleta de lixo devida em função do próprio imóvel, por exemplo.

E por fim, admite-se a penhorabilidade do bem de família, decorrente de dívidas tributárias, quanto o devedor tenta fraudar a execução fiscal, agindo dessa forma, de má-fé.

### **Limitações**

As limitações encontradas para o desenvolvimento do estudo estão na natureza da técnica estudada, cuja natureza se limita à juridicidade, alcançando outras áreas de conhecimento.

### **Recomendações de Estudo**

Recomenda-se a continuidade do estudo sobre a possibilidade de penhorabilidade do bem de família nas execuções, por dívidas tributárias.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm)>. Acesso em: 19 de mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990. **Impenhorabilidade do bem de família**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8009.htm)>. Acesso em: 19 de mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no REsp n. 813546/DF. Relator: Ministro Francisco Falcão, Data de Julgamento: 10/04/2007, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 04/06/2007, vol. 55, p. 314. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8929492/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-813546-df-2006-0019218-8-stj/relatorio-e-voto-14093446>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 1139280/MG 2009/0082712-2, Relator: Ministra Eliana Calmon, Data de Julgamento: 18/03/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe 26/03/2010. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19150479/recurso-especial-resp-1139280-mg-2009-0082712-2-stj?ref=serp>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 1492211/PR 2014/0286492-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Publicação: DJ 26/11/2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153674332/recurso-especial-resp-1492211-pr-2014-0286492-0>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 182.223/SP, Relator: Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, 6<sup>a</sup> Turma, julgado em 19/08/1999, DJ 10/05/1999. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp>>. Acesso em: 08 de jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 203629, SP 1999/0011533-3, Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha, Data de Julgamento: 18/05/1999, Quarta Turma, Data de Publicação: DJ 21.06.1999, p. 167. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/420037/recurso-especial-resp-203629-sp-1999-0011533-3?ref=serp>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 364**. DJe de 03/11/2008, julgado em 15/10/2008. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Civil n. 03004094520188240092 Capital 0300409-45.2018.8.24.0092, Relator: Túlio Pinheiro, Data de Julgamento: 14/05/2020, Terceira Câmara de Direito Comercial. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/845940307/apelacao-civel-ac-3004094520188240092-capital-0300409-4520188240092/inteiro-teor-845940357?ref=serp>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. AgIn 2011.085010-0/Turvo. Relator: Robso Luz Varella, Data de Julgamento: 16/06/2014, Segunda Câmara de Direito Comercial. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25172331/agravo-1-art-557-do-cpc-em-agravo-de-instrumento-ag-20140051794-sc-2014005179-4-acordao-tjsc/inteiro-teor-25172332>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CZAJKOWSKI, Rainer. **A Impenhorabilidade do Bem de Família**: Comentários à Lei 8.009/90. 3<sup>a</sup> ed. Curitiba: Juruá Editora, 1998.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, 5<sup>º</sup> vol. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 28<sup>a</sup> ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Manual de direito tributário**. 10. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

## **Instituições Financiadoras e Apoiadoras**

Recursos próprios.

## **Agradecimentos**

Ao professor Leandro Quiarelo pela atenção e disponibilidade de sanar as dúvidas advindas deste trabalho, bem como, aos colegas do grupo de Direito Tributário II e acadêmicos da 8<sup>a</sup> fase do curso de Direito da Uniarp.

## COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E DAS COMISSÕES DE EMPRESA:

Bruna Selhorst de Oliveira  
Emilio Josué Padilha  
Gessica Caroline Adriano  
Hindyara Sinhorin  
Raquel Ferreira de Moraes  
Profº. Ma. Leandro de Souza

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

### Resumo:

Objetiva-se alcançar a paz social diariamente, através de programas educativos implantados em escolas, por exemplo, e claro, essa busca não se restringe apenas a um âmbito em específico. No Direito, tal meta é visada de forma que métodos alternativos sejam adotados para a resolução dos conflitos existentes ao nosso redor.

Trata-se daquilo que chamamos de Conciliação e Comissões de empresas, sendo estes também voltados ao Direito do Trabalho, conforme o Artigo 625-B, CLT e ss. O que a legislação supracitada nos permite entender, é justamente a ideia de que antes de algo ser levado ao setor judiciário, deve-se, previamente, apelar a tentar um resultado justo, entretanto, amigável.

Isso significa que, o Direito como instrumento mediador para resolução dos conflitos, é embasado no fato principal de que não há a necessidade de iniciar-se um litígio, e sim de discutir a situação para o melhor resultado entre as partes, alcançando assim, um nível superior de qualidade de vida, sem brigas ou discussões desnecessárias.

**Palavras-chave: Justiça. Conciliação. Mediação. Direito do Trabalho. Comissões.**

### Introdução

O estudo sobre as comissões de conciliação prévia e comissões de empresa possuem sem dúvidas uma grande importância para os trabalhadores na questão de conflitos internos, e que podem ser resolvidos de forma rápida e eficiente.

Quanto às comissões de Conciliação Prévia, a mesma foi instituída no ordenamento jurídico com o intuito de solucionar os conflitos individuais trabalhistas de forma célere, buscando a conciliação e oferecendo a possibilidade de composição da lide sem que os conflitantes tenham que buscar o Poder Judiciário.

Já nas comissões de empresa a ideia é a de haver uma instância intermediária que buscara solucionar os problemas ainda em sua nascente, com o dialogo entre empregador e empregado.

O presente trabalho se propõe a analisar a inserção destas comissões no ordenamento jurídico brasileiro além de trazer conhecimento sobre o determinado tema de forma didática e clara.

## Objetivos

O projeto pauta-se no objetivo geral de expor sobre as comissões de conciliação prévia e das comissões de empresas bem como demonstrar sua grande importância social principalmente ao direito trabalhista.

## Revisão da Literatura

O Brasil vem tentando se aperfeiçoar em busca de gerar e preservar empregos, assim com a modernização da legislação trabalhista, seguindo a linha de privilegiar o método negocial para a solução de conflitos entre o empregador e o empregado, podemos mencionar as comissões de conciliação prévia e as comissões de empresa, que fortalecem a redução de intervenção estatal nesses processos.

A criação de Comissões de Conciliação Prévia ocorreu com o intuito de diminuir os conflitos dentro da própria empresa, sendo uma forma extrajudicial de resolver as demandas trabalhistas sem a necessidade de acionar a Justiça do Trabalho.

A definição dada pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, é a seguinte: a Comissão de Conciliação Prévia é um “organismo de conciliação extrajudicial, de composição paritária, no âmbito das empresas ou grupo de empresas e no âmbito dos sindicatos, não possuindo qualquer relação administrativa ou jurisdicional com o Ministério do Trabalho e Emprego ou com a Justiça do Trabalho e não estando subordinados a qualquer registro ou reconhecimento de órgão públicos”.

A instituição das comissões não possui caráter impositivo e sim facultativo, tendo como objetivo principal a conciliação dos conflitos individuais do trabalho. Bom se tratando de como funciona a composição da mesma, a escolha de seus membros é similar ao da CIPA, o empregador indica seus membros e os trabalhadores os seus, com no mínimo dois e, no máximo dez membros.

Na Lei n. 5.452 de 01 de Maio de 1973, conhecida como Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 625-A menciona:

Art. 625-A. As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Parágrafo único. As Comissões referidas no caput deste artigo poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical. (Incluído pela Lei nº 9.958, de 12.1.2000), (CLT, 1943).

Assim, conforme visto poderão ser constituídas as comissões prévias por empresa, grupos de empresas, por sindicato ou ter caráter intersindical. A conciliação prévia é sem dúvida uma grande ferramenta para os trabalhadores e empresas resolverem seus conflitos de forma agil, barata e eficiente. O judiciário Trabalhista prestigia o assunto em uma corrente majoritária.

Muito se tem falado que a Lei n. 13.467 de 2017 trouxe grandes mudanças de paradigma no Direito do Trabalho, buscando deixar seu caráter tutelar, com grande número de normas intervencionistas do Estado, e buscando um tratamento igualitário entre as partes, tendo como foco a autonomia de vontade. Levando em conta que a mesma possui muitas falhas quanto a isso não podemos deixar de mencionar que um aspecto positivo da reforma é a criação da Comissão de Empregados, prevista no art. 510-A.

A comissão de empresas artigo 510 CLT nada mais é que mais um método

de resolução de conflitos extrajudicial, no sentido que o representante dos trabalhadores escolhido através de eleição por seus próprios colegas, disporá de estabilidade provisória até um ano após término de seu mandato, para que se sinta seguro no momento de tentar a resolução de conflitos na relação trabalhista e em contato direto com o empregador.

O artigo 510-B da CLT atribuiu algumas funções ao representante, dentre elas destacamos:

1. Melhorar relacionamento entre empregados e empregadores sempre com boa fé e respeito mútuo.
2. A prevenção de conflitos.
3. A representação dos empregados.
4. Buscar solução para os conflitos na relação de trabalho.

O consenso de que a representação da classe trabalhadora no contexto interno das organizações é consequência da evolução da liberdade sindical. (MORAIS, 2018)

Em que pese à representação sindical tenha o condão da representatividade dos empregados, não sobra dúvida que no ambiente das grandes empresas há a necessidade de tal comissão a fim de intermediar tais conflitos que por ventura venham a surgir.

“É de extrema relevância que as empresas observem essas novas disposições, uma vez que os requisitos relacionados ao escopo sindical são frequentemente auditados pelo Ministério do Trabalho e denunciados ao Ministério Público do Trabalho.” (MORAIS, 2018)

O entendimento é de que a existência da comissão é um direito dos empregados e não uma obrigação legal da empresa, uma vez que o art. 11 da Constituição Federal e o art. 510-A da CLT dispõem ser assegurada a eleição da comissão, no sentido de ser garantido, ser possível, e não de ser obrigatória. Assim, caberá aos empregados a efetivação da comissão, a organização das eleições, não sendo possível a interferência da empresa e do sindicato no processo eleitoral. (ORSI, 2019)

Cabe ressaltar que, a participação na comissão não deverá interferir nas atividades para as quais os empregados foram contratados, já que o contrato de trabalho não será suspenso ou interrompido durante o mandato, razão pela qual o empregador poderá punir os empregados que descumprirem com a sua obrigação perante o contrato de trabalho. (ORSI, 2019)

## Metodologia

Para a investigação e relato, o estudo fez uso de pesquisas no meio da internet, associado à produção descritiva e observando a normalização dos trabalhos acadêmicos da Universidade Alto Vale do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

## Resultados e Conclusões

Conclui-se que as comissões de conciliação prévia e as comissões de empresas são essenciais ao ramo do direito, bem como busca a maior igualdade entre as partes, quais sejam, trabalhadores e empregadores, com o intuito de diminuir as desigualdades entre eles, com o objetivo de desafogar a justiça do trabalho.

Como esclarecida na apresentação do trabalho as comissões possuem forma facultativa, uma vez que não pode obstar o acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, para uma tentativa de conciliação extrajudicial do conflito individual trabalhista.

Conforme o Artigo da CLT 625-A as empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, para evitar conflitos e assim com as comissões prévias as empresa, grupos de empresas, por sindicato ou de caráter intersindical, podem utilizar essa grande ferramenta que chegou para uma forma lúpido, móda e capaz para resolver e concluir as questões com maior celeridade.

Podemos observar que no artigo 510 da CLT na representação dessas interrogações é escolhido através dos trabalhadores por uma simples eleição dos próprios colegas, com a mesma metodologia usada pela a CIPA, apenas, disporá de estabilidade provisória até um ano após término de seu mandato, para que se sinta seguro no momento de tentar a resolução de conflitos na relação trabalhista, com evolução para solver soberania de averiguar fundamentos e não irá afetar os empregados que forem contratados não será suspenso ou interrompido durante o mandato, e que o empregador poderá punir os empregados que infringir com as devidas responsabilidade e obrigações, perante o contrato de trabalho.

A existência de um representante dos empregados no próprio local de trabalho é indispensável para que se tenha um diálogo permanente entre os empregados e seus empregadores, diante de que por mais que se tenha a representação sindical à mesma não cumpre bem esse papel, uma vez que, não podem estar presentes constantemente nas empresas.

Conclui-se com a evidência de que as comissões de conciliação prévia e as comissões de empresa são métodos eficazes de solução de conflitos entre empregador e empregado diante da modernidade atual.

## **Limitações**

As limitações encontradas para o desenvolvimento do estudo estão na natureza da técnica estudada, levando em conta que os assuntos foram implantados há pouco tempo, houve a hipossuficiência de material para pesquisa. Além do que a simplicidade do conceito e a prática são totalmente diferentes.

## **Recomendações de Estudo**

Recomenda-se a continuidade do estudo sobre as comissões de conciliação prévia nos artigos 625-A e 625-B da CLT, além da súmula nº 002 do TRT de São Paulo e a RA nº 08/2002-DJE 12/11/02, 19/11/02, 10/11/02 e 13/12/02. Referente as comissões de empresas a melhor modo de estudá-la nos artigos 510-A, 510-B e 510-D da CLT.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL, Lei n. 5.452 de 01 de Maio de 1943. Dispõem sobre Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm).

Comissão de conciliação prévia. Disponível em:  
<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-42/comissao-de-conciliacao-previa/>.

MORAIS, Carlos Eduardo. Comissão Interna de Representantes dos Trabalhadores instituída pela Reforma Trabalhista. Disponível em:

<https://www.verdeghaia.com.br/blog/comissao-interna-trabalhadores/#:~:text=510%2DD%2C%20%C2%A7%201%C2%BA%2C,o%20fim%20do%20respectivo%20mandato.>

ORSI, Janes. Comissão de Representantes dos Empregados. Disponível em:  
<https://zna.adv.br/comissao-de-representantes-dos-empregados/>.

## **Instituições Financiadoras e Apoiadoras**

Recursos Próprios

## **Agradecimentos**

Aos Professores e Colegas da equipe de Direito Trabalhista do Projeto Integrador “Conciliação” da 6<sup>a</sup>. fase do Curso de Direito da UNIARP 2020.

## MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO DIREITO

### PENAL: JUSTIÇA RESTAURATIVA

Alanduardo Bellaver Dall' Agnol  
Eduarda da Silva Rosa

#### RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar conceitos gerais sobre a justiça restaurativa e as diferenças existentes entre justiça penal tradicional aplicada no Brasil (retributiva) e os conceitos de justiça restaurativa em sentido amplo. Destaca-se ainda que o tema a ser abordado referem-se aos exemplos mais próximos da Justiça Restaurativa presentes no nosso ordenamento jurídico brasileiro sem que, deste modo, se entre no mérito de quais crimes se aplicariam mas com a intenção de assimilar os pontos comuns presentes ao conceito de Justiça Restaurativa e seus institutos.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa, Transação Penal, Acordo, Restauração de danos, Acordo de não Persecução Penal;

#### JUSTIÇA RESTAURATIVA

A justiça restaurativa tem como base restaurar o mais próximo do status quo de todos os envolvidos após a prática do delito, assim como nos instrui Cesar Godoy em artigo publicado:

[...] tem suas raízes na Europa e, busca, substancialmente, como meio de aplicação da política penal que é, a readaptação social do ofensor, a reparação dos danos causados à vítima e a solução da origem dos conflitos que redundam na prática de determinados delitos. Essa solução se busca retirando ofensor e vítima da condição de meros espectadores do processo penal para que passem a ser protagonistas, com a oportunidade de expor as razões, motivos, angústias e sentimentos que acabam por levar às partes ao litígio.(GODOY, 2019)

Ou seja, não meramente trazer o agente ativo do delito ao juízo e aplicar uma pena à ele, como forma de puni-lo pelo mal causado a alguém, mas, ao quando o mesmo entender toda a situação, fazer com que todos os envolvidos achem um denominador comum para a pacificação. De certa forma, a justiça restaurativa traz para o processo todas as partes prejudicadas afim de compreender de modo geral toda a situação que culminou no ato delituoso, e a vítima, acusado e comunidade serem os protagonistas do próprio processo, e não meros expectadores.

Buscando o sentido e o objetivo da justiça restaurativa definida de forma exemplar por Pedro Scura:

[...] fazer justiça do ponto de vista restaurativo significa dar resposta sistemática às infrações e a suas consequências, enfatizando a cura das feridas sofridas pela sensibilidade, pela dignidade ou reputação, destacando a dor, a mágoa, o dano, a ofensa, o agravo causados pelo malfeito, contando para isso com a participação de todos os envolvidos (vítima, infrator, comunidade) na resolução dos problemas (conflitos) criados por determinados

incidentes. Práticas de justiça com objetivos restaurativos identificam os males infligidos e influem na sua reparação, envolvendo as pessoas e transformando suas atitudes e perspectivas em relação convencional com sistema de Justiça, significando, assim, trabalhar para restaurar, reconstituir, reconstruir; de sorte que todos os envolvidos e afetados por um crime ou infração devem ter, se quiserem, a oportunidade de participar do processo restaurativo, sendo papel do poder público é preservar a ordem social, assim como à comunidade cabe a construção e manutenção de uma ordem social justa (SCURO,2000)

Conceituamos ainda que o ideal de justiça restaurativa é mais amplo e profundo do que a simples penalização do indivíduo ativo do delito, mas sim, fazer com que se compreenda o mal que causou a vítima, conscientizando o mesmo a não praticar novamente o delito, que, através de acordo, restitui a condição anterior da vítima. Da perspectiva da vítima, ser parte ativa do processo, e de alguma forma ver sua condição ser restaurada, tanto materialmente como emocionalmente e assim reconstituir seu status quo, dando à ela sensação de ter realmente alcançado a justiça.

Na mesma ideia surge o pensamento de Delano Brandão sobre o objetivo e o conceito de crime da justiça em questão:

A prática restaurativa tem como premissa maior reparar o mal causado pela prática do ilícito, que não é visto, *a priori*, como um fato jurídico contrário à norma positiva imposta pelo Estado, mas sim como um fato ofensivo à pessoa da vítima e que quebra o pacto de cidadania reinante na comunidade. Portanto, o crime, para a justiça restaurativa, não é apenas uma conduta típica e antijurídica que atenta contra bens e interesses penalmente tutelados, mas, antes disso, é uma violação nas relações entre infrator, a vítima e a comunidade, cumprindo, por isso, à Justiça Restaurativa identificar as necessidades e obrigações oriundas dessa relação e do trauma causado e que deve ser restaurado. (BRANDÃO, 2010)

Ainda nesse sentido, Pedro Scuro publica no Manual de Sociologia Geral e Jurídica:

O paradigma da Justiça Restaurativa não representa uma panacéia, um remédio para todos os males do modelo retributivo, mas introduz novas e boas idéias, como a necessidade de a Justiça assumir o compromisso de reparar o mal causado às vítimas, famílias e comunidades, em vez de se preocupar apenas com punir proporcionalmente os culpados (SCURO, 2000)

E assim traz uma nova perspectiva de justiça penal, que objetiva a reparar o dano suportado pelas vítimas, quando possível, e não somente a aplicação da pena ao infrator.

Através disso, podemos chegar à conclusão de que o Justiça Restaurativa é um conceito novo para o Brasil, e que não existe nenhum instituto que se assemelhe com o seu ideal, porém temos alguns que de certa forma trazem traços de restituição e de formulação de acordos entre o acusado e o órgão acusador.

## **INSTITUTOS PROCESSUAIS PENAIS BRASILEIROS COM TRAÇOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

No processo penal brasileiro, como já supracitado, não existe nenhum instituto que tenha muitas características da Justiça restaurativa no seu aspecto integral, porém, existem dois que serão abordados superficialmente, os quais assemelham na parte da restituição ou da reparação da condição anterior da vítima. Dentre eles estão a Transação Penal e o Acordo de não Percussão Penal.

## Transação Penal

A Transação Penal é um instituto descriminalizador instituído pela Lei 9099 de Setembro de 1995, o qual em poucas palavras, define-se como um acordo entre o acusado de ter cometido crime de menor potencial ofensivo ou contravenção penal, e que, atingido os requisitos da lei pode firmar acordo com o ministério público para aquele não enfrentar um processo na justiça criminal, como nos diz Guilherme de Souza Nutti:

[...] a transação envolve um acordo entre o órgão acusatório, na hipótese enunciada no art. 76 da Lei 9.099/95, e o autor do fato, visando à imposição de pena de multa ou restritiva de direitos, imediatamente, sem a necessidade do devido processo legal, evitando-se, pois, a discussão acerca da culpa e os males trazidos, por consequência, pelo litígio na esfera criminal [...] (NUCCI, 2017)

Analizando a citação acima, se observa expressamente a consequência desriminalizadora do instituto em questão mas também que o acordo firmado é entre o órgão acusador e acusado, caso que não é o ideal quando se fala do modelo de justiça restaurativa, pois nesse modelo o acordo ocorreria entre causador do dano e a vítima.

Não obstante, nesse título, analisamos os institutos brasileiros com traços desse modelo ideal de Justiça Restaurativa, portanto, temos que observar que na Transação Penal está presente o traço da negociação, mesmo sendo nos moldes explicados acima, e outro traço observado é a substituição da pena privativa de liberdade com penas mais benéficas ao réu e em muitos casos como parte da pena o dever de reparar o dano causado a vítima, como no caso apresentado a seguir:

CRIME AMBIENTAL - REPARAÇÃO DO DANO E TRANSAÇÃO PENAL - CONDIÇÕES ACEITAS E CUMPRIDAS - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA-ARQUIVAMENTO.

(TJ-SC - TC: 107676 SC 2004.010767-6, Relator: Irineu João da Silva, Data de Julgamento: 10/05/2005, Segunda Câmara Criminal, Data de Publicação: Termo circunstanciado n. 2004.010767-6, de Joaçaba.) (TJSC, 2004, online)

A ementa trata de jurisprudência proferida pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a qual extinguiu a punibilidade do investigado depois de ter cumprido com as obrigações firmadas em Transação Penal, trata-se de crime ambiental, a qual após a investigação por termo circunstanciado verificou a existência de crime ambiental praticado pelo prefeito da cidade. Após acordo com o Ministério Público, o acusado se comprometeu em pagar a multa, desenvolver projeto para recuperar a área e a doar um computador à Polícia ambiental.

Podemos observar que realmente existiu uma negociação, a qual foi benéfica a sociedade que no caso em questão era a parte prejudicada (vítima), como também, benefícios ao acusado, principalmente na evidência de responder a um processo criminal e receber uma sentença penal condenatória com todas as suas consequências.

Através desse exemplo, se observa a aplicação de algumas características da justiça restaurativa, pois a comunidade teve seu dano reparado, sendo esse, um princípio fundamental do modelo estudado.

## **Acordo de não Persecução Penal.**

Instituto este muito parecido com a transação penal, porém mais abrangente, instituído pela Lei nº. 13.964 de 2019, mais conhecido como pacote anticrime, que incrementou o artigo 28-A ao Código de Processo Penal. Um ponto diferente do instituto trabalhado anteriormente é a ampliação de dois para quatro anos a pena mínima como requisito para homologação do acordo, assim, atingindo uma gama muito maior de crimes, incluindo o furto e peculato. Outro ponto, é a penalização, essa que deve ser digna de reprovação e prevenção de futuros crimes, porém o mais importante aqui, é analisar o inciso I do artigo em questão pois nele está presente o tema central da Justiça Restaurativa, que é a reparação do dano a vítima ou a sua restituição.

Eis então o foco central do trabalho: a maior tentativa do legislador e do poder político de implementar medidas diferentes de resolução de conflitos na área penal e se aproximar mais do consentimento da conciliação já existente no processo civil assim desafogando o sistema judiciário de infinitos processos e dando maior celeridade as resoluções de conflitos trazendo a satisfação, tanto das vítimas, dos acusados que serão beneficiados e também da sociedade.

Porém vale ressaltar novamente, que o acordo de não persecução penal é legítimo do Ministério Público e que se atingido os requisitos, parte dele a voluntariedade de implementação, diferentemente da Justiça Restaurativa como ideal, porém, um grande avanço rumo a esse modelo.

## **3 CONCLUSÃO**

Embora a Justiça Restaurativa tenha grande valor no mundo atual entendemos que aplicá-la de forma integral em seu modelo ideal à situação atual do Brasil, é utópica. Diversas barreiras para sua aplicação surgem em nosso cotidiano, como: falta de legislação específica, falta de estrutura, falta de conscientização popular sobre métodos alternativos que não sejam a jurisdição e até mesmo a cultura do litígio.

A justiça restaurativa tem como fundamento a restituição de, no máximo possível o status quo, ou seja, restaurar tanto materialmente, emocionalmente a vítima e a sociedade, porém, o conceito é ainda mais amplo pois em sua concepção integral, esse método de justiça busca colocar frente a frente vítima, comunidade e agressor, e, entre eles buscar a restauração dessa condição anterior. Além do mais, tem o dever de entender porque ocorreu esse ato delituoso, com a intenção de a própria comunidade prevenir novos crimes semelhantes, por isso se diz que sua aplicação é utópica, visto que, muitas barreiras existem em nossa sociedade.

Acreditamos que ela não deve ser, pelo menos hoje em dia, uma alternativa para a resolução dos conflitos penais mas sim uma forma complementar, portanto, a restauração da condição da vítima, o pedido de desculpa, a reparação emocional e reparação à sociedade será, de certa forma, aplicada como complemento às penas já existentes e essas serão amenizadas se cumpridas as partes do acordo, podendo observar assim, condições melhores tanto ao criminoso quanto as vítimas.

Por fim, reenfatizando que a mescla entre a justiça retributiva e a justiça restaurativa já existente no Brasil com suas limitações e peculiaridades, é um bom começo para maior sensação de justiça da sociedade como um todo, como também de humanidade e respeito ao não correto, nem por isso menos humano, apenado.

## REFERENCIAS

BRANDÃO Delano Câncio. Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos. 20019. Site: Âmbito Jurídico. Disponível em < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-77/justica-restaurativa-no-brasil-conceito-criticas-e-vantagens-de-um-modelo-alternativo-de-resolucao-de-conflitos/>> acesso em: 16 de junho de 2020

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del3689compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del3689compilado.htm)>. Acesso em: 17 de Junho de 2020

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Termo Circunstanciado n. 2004.010767-6, de Joaçaba. Relator: Irineu João da Silva, Data de Julgamento: 10/05/2005, Segunda Câmara Criminal. Disponível em: <<https://tjsc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5348419/termo-circunstanciado-tc-107676-sc2004010767-6/inteiro-teor-11680343?ref=juris-tabs>> . acesso em: 14 de Junho de 2020

BRASIL. Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) APL: 00437168920188030001 AP, Relator: Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 11/10/2019. Disponível em: <<https://tjap.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/781476420/apelacao-apl-437168920188030001ap/inteiro-teor-781476427?ref=juris-tabs>> acesso em: 17 de junho de 2020.

GODOY, Cesar, Justiça restaurativa e a mediação penal como meio de resolução de conflitos. 2019. Site: Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72113/justica-restaurativa-e-a-mediacao-penal-como-meio-de-resolucao-de-conflitos#:~:text=Desta%20feita%20como%20n%C3%A3o%20h%C3%A1,%20por%C3%A9m%20ainda%20forma%20t%C3%ADpida.>>

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas - v. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. P 76

SCURO NETO, Pedro. A Justiça como Fator de Transformação de Conflitos: Princípios e Implementação. 2000. disponível em <[http://www.restorativejustice.org/rj3/Full-text/brazil/EJRenato%20\\_Nest\\_.pdf](http://www.restorativejustice.org/rj3/Full-text/brazil/EJRenato%20_Nest_.pdf)>

SCURO NETO, Pedro. Manual de Sociologia Geral e Jurídica, São Paulo, Ed. Saraiva, 4a ed. 2000., p.102

## DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS A TUTELA NO DIREITO À SAÚDE

**Ana Paula Borges**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

**Eduarda Luhrs Casagrande**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

**Katiane Valéria Vicente Pereira**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

**Larissa Raquel Tavares Lima**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

**Thays Boeira Fischer**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

**Resumo:** O presente trabalho visa abordar a respeito dos direitos humanos e fundamentais relacionados a tutela no direito à saúde, abordando algumas pesquisas relacionadas aos direitos e garantias, bem como os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira e quarta dimensão, e alguns de seus princípios, mais à adiante, direito a saúde como direito fundamental, com fundamentos legais, ainda uma breve pesquisa sobre tutela jurisdicional no direito à saúde, abordando a tutela jurisdicional como exercício de atividade do Estado, e a aplicabilidade da tutela de urgência antecipada na judicialização da saúde.

**PALAVRAS CHAVES;** Direitos humanos, fundamentais, direito a saúde como direito fundamental, tutela jurisdicional

### Introdução

Com a evolução da sociedade foi crescendo os direitos, dentre eles os direitos humanos, que refletem garantia e liberdade a cada pessoa, esses direitos foram consolidados em nosso ordenamento jurídico com base sobretudo no princípio da dignidade da pessoa humana, com o objetivo de garantir o mínimo para uma vida digna, os direitos fundamentais se dividem em quatro tipos de gerações, a primeira visa os direitos individuais, garantindo este o direito de se impor o homem contra o Estado. O de segunda geração são os direitos sócias e de igualdade, já o de terceira geração são ligados destinados a proteção do indivíduo, e por último o de quarta geração se refere aos direitos à cidadania.

Ademais surgiu com base nesses direitos o direito a saúde como direito fundamental, adotado em nosso ordenamento jurídico em 1988 com a Constituição Federal, encontrado no título II, título específico dos direitos e garantias fundamentais, n qual implantou o direito a saúde como um direito social, além de garantir mais direitos referente a saúde em seu artigo 194, que trata da seguridade

social. A saúde é direito de todos, e é dever do estado em assegurar a cada cidadão, criando assim políticas públicas com objetivo de promover a proteção ao direito de saúde, criou então o sus (sistema único de saúde), entretanto o mesmo apresenta falhas e não atende as necessidades da população.

A falta de efetividade em prestar esse direito a sociedade, acarreta em grande parte da população civil socorrer-se, com êxito, das tutelas de saúde para a efetivação do seu tratamento médico, através de provimentos judiciais liminares, fenômeno esse que veio a ser denominado de “judicialização” da Saúde”, judicialização esta que busca o judiciário por meio de tutela de jurisdicional, com o objetivo de conseguir o direito tutelado, e o bem da vida.

### **Direitos Humanos**

Em nosso ordenamento jurídico brasileiro os direitos humanos foram consolidados, com base, sobretudo, no princípio da dignidade humana estabelecido como fundamento o art. 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988, demonstrando, dessa forma, que o Estado Brasileiro tem o ser humano e a sua dignidade como norte.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III — a dignidade da pessoa humana.

“Os direitos humanos, em geral, fazem referência ao conjunto de direitos e garantias inerentes aos seres humanos, mas estabelecidos em nível internacional” (BASTOS, 2018).

Desta forma, os direitos humanos tratam de valores essências referentes a dignidade humana, estando plenamente interligado aos nossos direitos fundamentais, pois este está inspirados nos pactos e acordos de direitos humanos.

### **Direitos Fundamentais**

“A Constituição Federal de 1988, trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais” (SILVA, 2006).

“Constituição Federal de 1988, possuem um histórico de evoluções e de bases que remetem ao século XVIII. A existência dos direitos fundamentais está muito atrelada à criação dos Direitos Humanos como um todo” (FACHINI, 2020).

Assegurando uns dos principais aspectos do ser humano como: a pessoa natural ou física; membro da sociedade civil; membro da sociedade política.

“O conceito de direitos fundamentais pode ser definido como direitos inerentes à pessoa humana e essenciais à vida digna. Ainda, deve-se ressaltar que é dever do Estado protegê-los” (BASTOS, 2018).

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que os direitos fundamentais são os direitos de proteção, que garantem o mínimo imprescindível para que um indivíduo exista de maneira digna dentro de uma sociedade.

São, portanto, as características dos direitos fundamentais: Inalienabilidade; Imprescritibilidade; Irrenunciabilidade; Universalidade; Limitabilidade. Historicidade; Inviolabilidade; Concorrência; Complementaridade.

A classificação das gerações dos direitos fundamentais varia de acordo com a doutrina. Alguns doutrinadores chegam a incluir uma quarta ou quinta geração (BASTOS, 2018).

Atualmente doutrinadores estão dividindo as gerações ou dimensões dos direitos fundamentais em 4 classificações, não se contendo apenas em classificar somente 3 (três) gerações. Sendo de suma importância estuda-las e aprofunda-las nos próximos tópicos.

### **Saúde um direito fundamental**

A Constituição Federal de 1988 adotou, no título de direitos sociais, um conjunto de direitos fundamentais pelo Título II da Constituição Federal. O direito à saúde se tornou um dos direitos sociais, sendo então, um direito universal que deve ser garantido pelo Estado. Implantou o direito à saúde como um direito social, art. 6º, entre os direitos e garantias fundamentais, o artigo 194 também inclui a saúde no sistema de seguridade social do país, ao lado dos artigos 196 a 201 da Constituição Federal que, trazem uma ampla estrutura para o sistema de saúde brasileiro.

Um capítulo próprio para o direito à saúde, mostra o cuidado com que os legisladores tiveram com esse direito. O direito à saúde, por estar associado ao direito à vida, declara a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana.

A saúde é de suma importância para a qualidade de vida e bem estar de todo e qualquer ser humano, somente com ela o cidadão pode usufruir dos demais direitos, bem como, no que diz respeito a efetivação de uma vida digna.

O direito à saúde está presente na Segunda Dimensão de direitos fundamentais, pois está inserido nos direitos sociais e como tal deve ser preservado

a todas as pessoas. Sem a concretização do direito à saúde, diversos outros direitos são transgredidos.

### **Tutela jurisdicional no direito à saúde**

A tutela jurisdicional é o exercício de atividade do Estado, no qual busca dirimir e resolver determinados conflitos bem como pacifica-los, seguindo um procedimento de leis juntamente com o devido processo legal, de forma a buscar a decisão mais justa às partes.

O Estado protege os direitos existentes através da tutela jurisdicional, bem como previsto e amparado pela constituição Federal em seu artigo 5º inciso XXXV, que diz;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. (BRASIL 1988)

Neste mesmo sentido referente ao poder judiciário em seu artigo 5º, comentou CARDOSO 2017, “A jurisdição pode, assim, ser entendida em linhas gerais como função que o Estado exerce para compor processualmente conflitos litigiosos, na busca de dar ao detentor do direito objetivo aquilo que é seu, atribuída ao Poder Judiciário”. Encontra-se ainda no Código de processo Civil do artigo 294 ao 311, fundamentando-se em tutela provisória de urgência ou evidência.

### **Considerações finais**

O presente artigo aludiu os direitos humanos, bem como a importância que os Direitos Fundamentais tem para a sociedade, identificou os direitos de Primeira à Quarta gerações. Abordou também a evolução do direito a saúde na Constituição Brasileira, por último demonstrou a relação da tutela jurisdicional no direito à saúde.

Por fim concluímos, que os direitos humanos e direitos fundamentais estão interligados, pois buscam a dignidade da pessoa humana através da Declaração de Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988. Encontrando-se nessa busca um dos principais direitos fundamentais, ou seja, o direito a saúde. Deste modo, a procura de seus direitos a uma saúde digna, como tratamentos e medicamentos, faz com que indivíduos tutelem contra o estado.

### **Referências**

ANDRÉ, Ordacgy da Silva, (2007). Disponível em: <<http://www.ceap-rs.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Direito-Humano-a-saude-oupublica>>.. Acesso em 19 de junho de 2020.

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas; VIERO, Guérula Mello. **Direitos humanos.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ACHOCHE, Munif Saliba. A garantia constitucionalmente assegurada do direito à saúde e o cumprimento das decisões judiciais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2102, 3 abr. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12578>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

BASTOS, Athena. **Direitos e garantias fundamentais: o que são e quais as particularidades**. SAJ ADV, 17 de dezembro, de 2018. Disponível em:<<https://blog.sajadv.com.br/direitos-e-garantias-fundamentais/>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro, de 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

BONTEMPO, Alessandra Gotti. **Direitos Sociais**: eficácia e açãoabilidade à luz da Constituição de 1988. Curitiba: Juruá, 2005.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil** : volume único. 5. Ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609130/>>. Acesso em: 24 Junho 2020

**MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DIREITO  
FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA<sup>1</sup>**

**Alessandro Moraes Rosa<sup>2</sup>**

**Amanda Gomes**

**João Lucas Rodrigues**

**Lucas Schaitel**

**Marcos Dalpiaz**

**Matheus Borille**

**RESUMO:** O presente trabalho tem como incumbência o aprendizado direcionado sobre métodos alternativos de resolução de conflitos, especificamente sobre justiça restaurativa, o qual se caracteriza por ser a construção de um sistema que tem sua influência no processo pela busca de alternativas capazes de promover a reparação dos danos ou “cura” das feridas causadas pela situação danosa, com enfoque em todas as partes afetadas, ou seja, em vítima, ofensor e comunidade, outrossim, em corolário disso, concretiza na busca da atenuação de demandas judiciais no ordenamento jurídico brasileiro. Por derradeiro, outro fator o qual convém salientar, é que o estudo concretizou a partir da análise de casos concretos e confirmados dessa realidade, deste modo, podendo assim concluir que, a justiça restaurativa apresenta-se como uma alternativa para resolução mais eficiente das demandas judiciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** métodos alternativos de resolução de conflitos, justiça restaurativa, demanda judicial.

**ABSTRACT:** The present work is responsible for learning about alternative methods of conflict resolution, specifically about restorative justice, which is characterized by the construction of a system that has its influence in the process by searching for alternatives capable of promoting the repair of damage or “cure” of the wounds caused by the harmful situation, focusing on all affected parties, that is, on the victim, the offender and the community, as a corollary of this, it materializes in the search for the

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota M2 referente à leitura interdisciplinar.

<sup>2</sup> Acadêmicos da 7ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alvo Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC.

mitigation of judicial demands in the Brazilian legal system. Finally, another factor that should be noted is that the study made concrete from the analysis of concrete and confirmed cases of this reality, thus, being able to conclude that, restorative justice presents itself as an alternative for more efficient resolution of judicial demands.

**KEY WORDS:** alternative methods of conflict resolution, restorative justice, judicial demand.

## **1. REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS:**

A presente pesquisa científica, tem como incumbência, abordar sobre os métodos de resolução de conflitos, buscando explanar os pontos que demostram sua aplicabilidade que torna-se eficiente nos vários casos que hoje tramitam no Judiciário aguardando uma solução a qual podem ser solucionados de forma pacífica.

Deste modo, na contemporaneidade, os meios alternativos de resolução de conflitos conseguem atingir resultados que por si só contribuem para o revigoramento e bem como para a melhoria da distribuição de justiça.

Ademais, coadjuvam o acesso à justiça, e assim, de tal maneira, atenuam de forma positiva os conflitos no sistema jurisdicional. Em detrimento a isso, a Justiça Restaurativa, sendo uma das modalidades de heterocomposição, indubitavelmente, merece total atenção, pois, torna-se um importante instrumento para a construção de uma justiça participativa que opere real transformação, em corolário a isso, concretizando soluções melhor aceitas a quem esta litigando, bem como promovendo a paz social baseado na dignidade da pessoa humana.

Diante deste quadro, é imprescindível pensar formas alternativas e complementares para solução e resolução de conflitos. A Justiça Restaurativa apresenta-se como um modelo complementar de resolução de conflitos e que tem a qualidade de poder ser aplicado, a princípio, tanto dentro da estrutura do Poder Judiciário quanto fora dela.

## **2. MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA:**

Muito se têm discutido na contemporaneidade, o direito de acesso à justiça o qual se constitui como elemento de direito indispensável ao cidadão e em detrimento disso, os meios de resolução de conflitos.

É de conhecimento de muitos que há tempos estamos vivenciando uma crise no sistema de justiça penal. Ao se deparar com uma crescente demanda por Justiça, especialmente após a promulgação da Carta Federativa Brasileira de 1988, o Estado movimentou-se na procura de formas alternativas de solução dos conflitos devido ao método tradicional de ajuizamento de processos judiciais.

Não raro, torna-se ao conhecimento de muitos a Carta Federativa de 1988, não é omissa sobre a busca da tutela jurisdicional aos necessitados. Deste modo, no Art. 5º inciso XXXV, nos remete ao seguinte esclarecimento:

Art. 5º - [...]

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito<sup>3</sup>;

Deste modo, resta claro o entendimento que indubitavelmente não está garantido apenas o direito a busca da tutela jurisdicional, mais sim, a busca da função social o qual implicitamente todo o ordenamento jurídico possa estabelecer (LOPES - 2008).

Em corolário disso, o modelo vigente de justiça, mostra-se um tanto quanto ineficiente, deste modo, não apresenta resultados satisfatórios na resolução de conflitos criminais. Desta forma, tornou-se imprescindível a criação de alguns meios alternativos, com a finalidade de promover uma nova resposta ao crime, outrossim, delineando precipuamente minimizar a taxa de reincidência, bem como a ocorrência de atos atentatórios a ordem pública.

Luiz Flávio Gomes (2009) faz menção à justiça restaurativa como meio de resolução de conflitos judiciais como algo o qual apresenta quatro espécies: (a) justiça reparatória (que se faz por meio da conciliação e da reparação dos danos); (b) justiça restaurativa (que exige um mediador, distinto do juiz; visa a solução do conflito, que é distinta de uma mera decisão); (c) justiça negociada (que se faz pelo plea bargaining, tal como nos EUA); (d) justiça colaborativa.

Em conformidade a estes aspectos, importante torna-se, mencionar que a Justiça Restaurativa refere-se ao processo de resolução do crime focando em uma nova interpretação do dano causado às vítimas, considerando os ofensores responsáveis por suas ações e, ademais, engajando a comunidade na resolução desse conflito. A participação das partes é uma parte essencial do processo que enfatiza a construção do relacionamento, a reconciliação e o desenvolvimento de acordos concernentes a um

---

<sup>3</sup> BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 de junho de 2020.

resultado almejado entre vítima e ofensor. (...) Através deles, a vítima, o ofensor e a comunidade recuperam controle sobre o processo. Além disso, o processo em si pode, frequentemente, transformar o relacionamento entre a comunidade e o sistema de justiça como um todo (Massali – 2015).

Levando em consideração essa análise, percebe-se que, ante as lentes da Justiça Restaurativa o crime não é concebido como um evento que viola o Estado, a sociedade, mas, sim, como lesão às pessoas e às suas relações intrínsecas.

Imprescindível ao conhecimento de todos, que, na contemporaneidade, há meio de resolução de conflitos que se mostram cada vez mais eficientes, pois, para que possamos viver de forma socialmente harmoniosa, as partes litigantes deverão abrir mão de parte do seu interesse para que assim a busca da resolução de forma pacífica seja alcançada, ademais, sem deixar que o resultado final não seja almejado (FERREIRA, 2014).

Nesse esteio, a proposta da Justiça Restaurativa é a construção de um sistema que trabalhe no processo de busca de alternativas capazes de promover a reparação dos danos ou “cura” das feridas causadas pela situação danosa, com enfoque em todas as partes afetadas, ou seja, em vítima, ofensor e comunidade.

Sica (2007, p.191) preconiza em relação a Justiça Restaurativa, um método que tenha como finalidade precípua a interpretação do que é justiça de modo que o indivíduo entenda que há responsabilidade não só por aquele que cometeu tal ato, e sim por aquele que busca a tutela jurisdicional.

Pela observação de todos esses aspectos apresentados, perfaz-se que, é imprescindível que todos se conscientizem que as partes envolvidas em qualquer tipo de conflito, são partes fundamentais para construir uma solução mais pacífica por intermédio da justiça restaurativa, o qual, consiga atender as necessidades de quem a procura.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por derradeiro, conclui-se que a justiça restaurativa procura de algum modo, devolver a expectativa à vítima ao dar-lhes um papel ativo para determinar suas necessidades bem como a maneira de satisfazê-las. Deste modo, não interessa o grau de intensidade tenha sido o delito, é sempre exequível para a sociedade responder de maneira a transmitir energias para quem está sofrendo.

Em suma, restam aos homens, entender que o ato não procura meramente reprimir ações criminais passadas, mas também, abordar insuficiências na contemporaneidade.

Desta forma, o processo restaurativo como métodos alternativos de resolução de conflitos, tem um significativo papel no que diz respeito a ferramentas auxiliar do ordenamento jurídico, em que a vítima e o infrator, participam coletiva e ativamente na construção de soluções dos traumas e perdas causados pelo crime, e em corolário a isso, contribuindo de certa forma para a restauração da ordem pública.

#### **4. REFERÊNCIAS**

MASSALI, Wilson Euclides Guazzi. **Princípio da litigiosidade mínima: Ciências Jurídicas: Direito.** 2015.

FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. **Dos princípios processuais constitucionais implícitos decorrentes do devido processo legal.** 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/dos-principios-processuais-constitucionais-implicitos-decorrentes-do-devido-processo-legal/>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

UNITED NATIONS. **Office on Drugs and Crimes. Handbook of Restorative Justice Programmes.** Criminal Justice Handbooks Series. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=71def22ecb636394>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 de junho de 2020.

SICA, Leonardo. **Justiça restaurativa e mediação penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

GOMES, Luiz Flávio; **Consenso: essa é a saída para a justiça criminal brasileira.** Disponível em: <https://silveiradias.adv.br/a-nova-sistematica-da-execucao-penal-consensual/>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

LOPES, João Batista; LOPES Maria Elizabeth de Castro. **Princípio da Efetividade.** P. 243. Princípios processuais civis na Constituição. Ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2008. P. 241/253;

## BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bruna Maria Bogoni (brumbogoni@gmail.com)  
 Cidnei Antonio Serighelli (serighellicidneiantonio@hotmail.com)  
 Isaías Leffer Tomchak (isaiastomchak1999@hotmail.com)  
 Lucas Eduardo Kojikoski (lukinhas\_kojikoski@hotmail.com)  
 Rafaela Domingues de Lima (rafaela.domingueslima@gmail.com)  
 Renata Domingues de Lima (renata.domingueslima@gmail.com)

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

**Resumo:** O presente estudo tem como base apresentar a mediação como uma forma eficaz e rápida de solucionar litígios, tornando uma alternativa satisfatória para deliberar sobre diversos processos. O envolvimento da mediação na administração permite aos particulares uma posição menos litigiosa de conflitos, vinculando os próprios a solução amigável. Além do mais, gera uma flexibilidade processual, isto porque, as partes possuem o condão de decidir os termos aos quais será aplicado aos mesmos.

**Palavras- chave:** mediação. administração pública. Conflito. Eficiência. Mediador. legalidade.

### Introdução

Litígios de diversas naturezas são causadores de um crescimento acelerado de processos no Poder Judiciário, tal processo desencadeia nas partes um certo desapontamento e expectativa por conta da demora processual. Com a evolução do direito, a mediação se tornou uma forma mais frequente de solucionar a lide.

Informativos doutrinários e jurisprudências descreveram a mediação como um método alternativo consensual, ao qual diminui a demanda, permitindo assim, um prazo razoável para solucionar o conflito.

A mediação tem sido base de estudos no âmbito da Administração Pública principalmente depois da Resolução CNJ nº 125/2010, do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e da Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) que institui a autocomposição de conflitos no âmbito da mesma, é considerada uma técnica econômica para o bem jurídico. A utilização da mediação deve seguir os Princípios constitucionais, preceituados no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

### Objetivos

O projeto pauta-se no objetivo geral de expor a técnica mediativa no direito, bem como demonstrar a possibilidade e os benefícios da sua aplicação na esfera da Administração Pública.

### Revisão da Literatura

A mediação é uma forma de autocomposição em que um terceiro desinteressado na lide facilita o diálogo entre os litigantes, aconselhado em conflitos onde há vínculo duradouro. Fazendo com que as partes cheguem a um consenso (CNJ, 2020, p. 1).

A mediação possui como características formas de solucionar conflitos de maneira pacífica, objetivando uma diminuição de processos no ordenamento jurídico e de acordo com alguns doutrinadores começou muito antes da história escrita, essa solução de conflito é muito antiga, podendo ter sido realizada antes mesmo da existência dos grupos sociais, tendo conforme a evolução histórica percorrido diversos países do mundo, cada um utilizando a mediação de acordo com os seus períodos, locais e costumes.

Fernanda Tartuce (2016 apud De Souza, 2018, p.1), diz que:

Não há como especificar o início da mediação no mundo, por ser muito antiga, eis que o antagonismo e a discussão sempre existiram, assim como seus métodos de solução, em consonância com o período, local e costumes.

De acordo com (ANDRADE, 2009 apud FERREIRA, 2013): “A Mediação ingressou no território norte-americano com a chegada dos primeiros imigrantes (judeus, na costa leste e chineses, na costa oeste). Percebe-se, assim, que a mediação é tão antiga quanto a própria existência dos grupos sociais”.

Destarte, com o passar do tempo a mediação foi sofrendo várias transformações, sendo aplicada em várias áreas do direito, permitindo assim uma forma mais rápida e eficaz de resolver litígios.

A mediação apesar de não estar expressamente prevista na legislação Brasileira, possui natureza contratual, pois é compactuado de acordo com a vontade entre as partes.

Nesse sentido, Rosane da Rosa Cachapuz (2003, p.1 apud DA SILVA, 2014, p.1), diz que a mediação:

“É firmada na soberania da vontade das partes, criando, extinguindo ou modificando direitos, devendo constituir-se de objeto lícito e não defeso em lei, razão pela qual estão presentes os elementos formadores do contrato, tem como objeto o comportamento humano, pois sua finalidade é a resolução dos conflitos relativos à interação do ser na sociedade”.

Outrossim, a mediação acontece com a presença do mediador, buscando que as partes entrem em consenso, solucionando de uma vez por todas o litígio existente.

Tendo em vista o aumento das demandas judiciais, atualmente, envolvendo a administração pública, os meios de solução de conflitos ganham espaço e estão sendo utilizados como forma de minimizar esses litígios, em especial, destaca-se a mediação. Outrossim, a mediação está inserida no Código de Processo Civil, especificamente, no artigo 165, o qual prevê a criação, pelos tribunais, de centros judiciais de solução de conflitos, onde são realizadas audiências de conciliação e de mediação, bem como na Lei 13.140/2015 (DI PIETRO, 2019).

Já o artigo 174 do mesmo código, dispõe a possibilidade do uso da mediação na esfera administrativa, onde a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras, com a finalidade de promover a solução consensual de conflitos no âmbito administrativo, utilizando tanto da mediação como da conciliação (DI PIETRO, 2019).

Conforme ensina Di Pietro (2019, p. 1879), “na mediação, as partes socorrem-se da ajuda de terceiro em que confiam para chegarem a acordo que ponha fim ao litígio. O mediador não decide, apenas auxiliar as partes em conflito na busca pelo consenso”. Além disso, no tocante ao artigo 174 do CPC, citado anteriormente, há muitas críticas, pois esse dispositivo incluiu norma de processo administrativo, que é de competência de cada ente federativo. Salienta-se, ainda, a mediação pode versar sobre direitos disponíveis e indisponíveis e deve ser homologado em juízo, com prévia manifestação do Ministério Público (DI PIETRO, 2019).

Não obstante, a mediação ser uma forma de solução consensual dos conflitos, não deve ser confundida com a autocomposição. A principal diferença entre essas duas formas, está em que a mediação preocupa-se nas causas do conflitos e não necessariamente no conflito em si. Do mesmo modo, o mediador apenas conduz a comunicação entre as partes, para que, elas próprias encontrem uma solução adequada (NEVES, 2020).

Isto posto, “o mediador deve atuar preferencialmente nos casos em que tiver havido liame anterior entre as partes” (NEVES, 2020, p. 426).

A mediação tem guarida na Lei n.13140/15, e sua escolha traz: flexibilidade processual, haja vista que as partes possuem o condão de decidir os termos os quais será aplicado aos mesmos; celeridade, tal tópico remete a sobrecarga do judiciário na prestação jurisdicional, fazendo com que esta forma de autocomposição seja o meio mais célere possível, não precisando necessariamente estar perante a um juiz; e Economia processual, ajuste às alterações tecnológicas (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, é notório que a administração pública sustenta-se pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, sempre buscando o interesse coletivo, sem deixar de dar a celeridade necessária os litígios. Razão pela qual, a mediação proporciona ao ente público melhor controle das ações, pois permite aos cidadãos maior transparência dos seus atos (DE SOUZA, 2018).

De mesmo modo, observa-se benefícios quando esses meios alternativos de resolução de conflitos são utilizados pela administração públicas, como a celeridade nos resultados e vantagens econômicas e tecnológicas, possibilitando à administração pública uma comunicação eficaz, buscando solução do conflito, inclusive a viabilidade de envolver ainda mais a população na gestão pública, principalmente, em relação a administração da justiça (DE SOUZA, 2018).

Não obstante a mediação beneficiar a própria coletividade, ela também beneficia, como citado acima, a administração pública, já que possibilita rápida e efetiva solução dos conflitos. Assim, a administração deve difundir o hábito da autocomposição também na via administrativa, e por meio da adoção desses métodos consensuais, vai melhor ainda mais o serviço prestado à população, inclusive contribuir para pacificação social (CRUZ, 2017).

Outrossim, Diego de Figueiredo Moreira Neto (2017 *apud* CUÉLLAR; MOREIRA, 2017, p. 4) cita:

[...] no âmbito do Direito Administrativo jamais se cogita de negociar o interesse público, mas de negociar os modos de atingi-lo com maior eficiência”. E, logo a seguir: É que coexiste, com o interesse público deduzido no conflito, o interesse público, não menos importante, de compô-lo. Esse interesse de dirimir o conflito, e retomar a normalidade nas relações sujeitas à disciplina administrativa, é indubitavelmente da maior importância, tanto na esfera social como na econômica, justificando que sejam encontrados modos alternativos de atendimento ao interesse público envolvido, que não aqueles que deveriam ser unilateralmente aplicados pelo Poder Público.

Diante disso, a utilização de métodos de solução de conflitos que envolvem o ente público caracteriza também a observância ao Estado Democrático de Direito, pois obriga a comunicação entre o ente e o particular, em um mesmo nível, de modo público e impessoal.

## Metodologia

O estudo principal do tema do projeto será levado a efeito tomando como pressuposto o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva.

Serão utilizados como fontes de pesquisa estudos recentes que abordam o problema objeto desta pesquisa como artigos, doutrinas e jurisprudências, observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

## Resultados e Conclusões

Percebe-se que operadores do Direito estão buscando a solução consensual de conflitos de forma legal que não delimita e nem exclui a jurisdição do Estado. Diante do exposto, verifica-se o benefício que a autocomposição gera entre as partes, uma cooperação que busca a melhor solução dos envolvidos como uma rápida resolução da sua controvérsia, além de evitar que o Poder Público tenha novas ações judiciais, mantendo, para que assim, uma boa relação com a sociedade gera uma eficiência nos resultados.

A resolução do conflito por meio da mediação permite ao indivíduo a popularmente sonhada justiça plena, sendo ela rápida, segura e eficiente.

## Limitações

As limitações encontradas para o desenvolvimento do estudo estão na natureza da técnica estudada, cuja natureza não se limita à juridicidade, alcançando outras áreas de conhecimento

## Recomendações de Estudo

O projeto apresenta-se a partir dos entendimentos sobre a mediação na administração pública. Portanto, recomenda-se a continuidade dos estudos acerca do tema em questão, com a finalidade de garantir a celeridade processual no que envolve a resolução dos conflitos.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em 18 jun. 2020.

BRASIL. Lei 13.140 de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)>. Acesso em 18 jun. 2020.

BRASIL. CNJ. **Conciliação e Mediação.** Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>>. Acesso em 18 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 18 jun. 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, Perla. **Importância da mediação e da conciliação no setor público**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/268656/a-importancia-da-mediacao-e-da-conciliacao-no-setor-publico>>. Acesso em 24 jun. 2020

CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Administração Pública e mediação: notas fundamentais. Curitiba: 2017.

DA SILVA, Jalbair Pacheco da Silva. **Conciliação e mediação. Solução alternativas para a resolução dos conflitos**. Disponível: <<https://jus.com.br/artigos/26895/conciliacao-e-mediacao-solucoes-alternativas-para-resolucao-dos-conflitos#:~:text=Nesse%20sentido%C2%A9%20o%C2%A9magist%C3%A9rio,do%20contrato%C2%A9tem%20como%20objeto>>. Acesso 18 jun. 2020.

DANTAS, Tiago. **Administração Pública**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/politica/administracao-publica.htm> . Acesso em 18 de jun. 2020.

DE SOUZA, Thaís Salame. **Benefícios da Mediação Aplicados na Administração Pública**. Disponível em: <<https://thsalame.jusbrasil.com.br/artigos/545744463/beneficios-da-mediacao-aplicados-na-administracao-publica>>. Acesso 18 jun. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FERREIRA, Victor Barros Leal de Carvalho. **Mediação de conflitos**. Editora Justiça e Cidadania. Disponível em: <<https://www.editorajc.com.br/mediacao-de-conflitos#:~:text=Hist%C3%B3rico%20da%20Media%C3%A7%C3%A3o%20de%20Conflitos&text=Significa%C2%A9%20ent%C3%A3o%2C%20intervir%20de%20maneira,de%20origem%20ao%20termo%20media%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso 18 jun. 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de processo coletivo**: volume único. 4 ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

## **Instituições Financiadoras e Apoiadoras**

Recursos Próprios

## **Agradecimentos**

A todos os colegas e professores da 6ª. Fase do Curso de Direito, que contribuíram para o resultado do Projeto Integrador.

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE**  
**Disciplina: Teoria Geral do Processo**  
**Atividade: Elaboração de *Short Paper***  
**Aluno: Gabriela Martins dos Santos, Marcelo Alves, Eduardo Bernardo de Souza, Eduardo Eger e David Betineli.**

**Título:** Administração Pública na busca da eficiência

**Princípios Constitucionais da Administração Pública.**

Esta pesquisa tem como objetivo de apresentar um breve apanhado acerca dos princípios constitucionais na administração pública elencados na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 37 estabelecendo cinco princípios basilares os quais a administração pública direta e indireta são submetidos,

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Salientando os princípios em foco do trabalho, o princípio da legalidade e o princípio da eficiência, pois os serviços prestados pela Administração Pública sempre estão em foco nos debates e discussões e, a atividade desenvolvida pelo Estado, sob o regime de Direito Público, destina-se a atender de modo direto e imediato, as necessidades concretas da coletividade.

Consoante os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles (1998, p.67);

“à legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

Em outras palavras segundo Silva (2015, p.1), o princípio da legalidade é o principal conceito para a configuração do regime jurídico-administrativo, pois segundo ele, a administração pública só poderá ser exercida quando estiver em conformidade com a lei. Segundo o princípio em análise, todo ato que não possuir embasamento legal, é ilícito. “O administrador não pode agir, nem mesmo deixar de agir, senão de acordo com o que dispõe a lei”. Como vemos em dias atuais alguns Administradores públicos tomando decisões que ferem o princípio da legalidade, decisões essas que são tomadas por achismo ou simplesmente para demonstrar o poder que o administrador possui em mãos.

Meirelles (2000, p. 82) explana que “na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. [...]. A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’”.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública tem um papel de suma importância para a gerência, planejamento de todo o serviço público para a população, com a incumbência de conservar o bem estar da sociedade. Bächtold (2008, p. 26) “administração pública é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando o bem comum”. Já Meirelles: “Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Silva (2015 p.1) demonstra que “a administração pública é a atividade do Estado exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das atribuições públicas, em outras palavras é o conjunto de órgãos e funções instituídos e necessários para a obtenção dos objetivos do governo”.

“A administração pública é o conjunto de normas, lei e funções desempenhadas para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, (Art. 37 CF, 1988).

Administração pública pode ainda ser definida como um “complexo de órgãos aos quais se confiam funções administrativas, sendo a soma das ações manifestadas da vontade do Estado, submetidas à direção do Chefe de Estado” (CRETELLA JÚNIOR, 1966). Sendo que “as funções administrativas devem ser exercidas pelo Poder Executivo e seus auxiliares, e em certos casos, por órgãos de outros Poderes.” (MELLO, 2008).

### O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE AGINDO SOB O ADMINISTRADOR.

O Brasil atualmente se predomina um Estado Democrático de Direito, como foi observado por Galvão Pinto (2008), é um sistema político que tem como objetivo instituir harmonia entre os direitos das pessoas e os direitos da sociedade, liberdade e a soberania, sendo que o povo governa a si mesmo, diretamente, ou por meio de representes eleitos para gerir negócios públicos e elaborar leis. Portanto, atualmente todo os direitos dos cidadãos são protegidos por meio da lei, e os deveres do Estado são dados também pela lei.

Na administração pública para que o direito de todos, administrados e administradores, sejam respeitados, torna-se necessário obedecer os seguintes princípios constitucionais que são explicados por Reale apud Garcia e Araújo (2012) como “verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade”, presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 art. 37, com o destaque no princípio da legalidade;

Legalidade, onde o administrador deve fazer somente aquilo que a lei

permite, Meirelles (2000, p.82) defende que na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal, Silva (2015, p.1) afirma que “para que a administração possa atuar, não basta à inexistência de proibição legal, é necessário tanto a existência de determinação ou autorização da atuação administrativa na lei”;

Destaque o princípio da legalidade, que segundo Silva (2015), a administração só poderá ser exercida quando estiver em conformidade com a lei. Logo, qualquer ato do administrador no meio público que não possuir embasamento em lei, torna-se nulo, ilícito. Ou seja, o alicerce da administração pública é a legalidade de seus atos. Mesmo que agindo em favor do interesse público, o administrador não possui liberdade para agir, é o que defende Meirelles: “Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “poder fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim” (2000, p.82).

O princípio da Legalidade, ao limitar a atuação da Administração Pública naquilo que é permitido por lei e direito, de acordo com os meios e formas que por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos, confere ao Estado um caráter democrático, traduzindo-se numa expressão de direito, revelando-se um elemento de garantia e segurança jurídicas. A legalidade não se subsume apenas à observância da lei, mas sim a todo o sistema jurídico, ou ao Direito.

## O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública no desenvolvimento de suas atividades tem como fundamento o regime jurídico administrativo para estabelecer o interesse público remetendo aos seus entes uma prodigalidade de imposições previstas em lei, juntamente com seus deveres sendo eles balizados por princípios. Sendo um deles o princípio da eficiência.

Para abordar o tema dos princípios, podemos aproveitar a preciosa lição de Celso Antônio Bandeira de Mello (2000, p. 747-748) que nos dá o seguinte conceito:

“é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes de um todo unitário que há por nome de sistema jurídico positivo. Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos.”

Hely Lopes Meirelles (1996, p. 90-91) já citava a eficiência como

“o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos, para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.”

Completando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2002, p. 83) afirma que uma administração eficiente pressupõe qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo, em termos de administração pública, um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos.

E ainda, ressalta autora que o princípio da eficiência

“apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

Embora a Administração Pública não conviva com a competitividade, onde o serviço mal prestado não implica em perda de mercado, como ocorre com a iniciativa privada, não pode descuidar da eficiência no exercício de suas funções, pois, conforme Alexandre de Moraes (1999, p. 30), “o poder público somente cuida daquilo que é essencial e fundamental para a coletividade, e que, portanto, deve ser bom, eficaz e eficiente”, de forma a justificar os recursos gastos. Nesse sentido o princípio da eficiência, para o autor,

“impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Nota-se que não se trata de consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação de serviços essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum.”

## CONCLUSÃO

Por fim e considerando que, diferentemente do particular, a Administração Pública não pode desempenhar suas atividades sem se preocupar com o interesse da coletividade., seu principal desafio é concretizar o princípio da eficiência sem descuidar da observância do princípio da legalidade.

Embora possamos verificar que ao longo do tempo, por várias vezes ocorreram reformas e contra reformas para dar novo direcionamento à Administração Pública, que passou a ter diferentes perfis, todas estas reformas não conseguiram dotar o Estado-administração de credibilidade, sendo visto sempre como ineficiente e burocrático.

Um passo importante na concretização de um novo perfil estatal-administrativo é, sem dúvida, a inclusão do princípio constitucional da eficiência através da EC nº 19/98, pois, é chegada a hora de o Estado ser administrado de forma eficiente, não apenas em alguns setores, mas na totalidade, primando pela qualidade e produtividade na prestação dos serviços de sua responsabilidade. Não significa, todavia, que o Estado deva ter a liberdade que tem a iniciativa privada para atuar, sendo necessário o respeito aos limites impostos pelo ordenamento jurídico pátrio. Mas é necessário que o Estado tenha em mente o cidadão, pois é em razão deste cidadão que foi criado pelo poder delegado pelo povo.

**BIBLIOGRAFIA:**

BÄCHTOLD, Ciro. Noções de Administração Pública. – Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008. 110p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

GAVIÃO PINTO, Alexandre Guimarães. Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo. Revista da EMERJ v. 11, nº 42, p. 130 -141, 2008

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MORAES, Alexandre de. Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, Bruno Tulim. Noções de Direito Administrativo. NOVA, 2015. Disponível em:  
<  
<http://www.novaconcursos.com.br/media/wysiwyg/7%20%20Noc%CC%A7o%CC%83es%20de%20Direito%20Administrativo%20-%20tecnico%20adm.pdf>

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/o-princípio-constitucional-da-eficiencia-na-administracao-publica/>

[https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/administracao-publica-o-princípio-da-legalidade-influenciando-as-decisões-do-administrador/#\\_ftn1](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/administracao-publica-o-princípio-da-legalidade-influenciando-as-decisões-do-administrador/#_ftn1)

<http://www.arcos.org.br/artigos/o-princípio-da-legalidade-na-administracao-publica/>

<https://douglasr.jusbrasil.com.br/artigos/134963299/principios-do-direito-administrativo#:~:text=Princ%C3%ADpio%20da%20legalidade,-Como%20o%20pr%C3%B3prio&text=Assim%2C%20o%20mais%20importante%20%C3%A9,gen%C3%A9rico%2C%20que%20vale%20para%20todos.&text=No%20Direito%20Administrativo%2C%20esse%20princ%C3%ADpio,legal%2C%20nada%20pode%20ser%20feito.>

<http://genjuridico.com.br/2017/11/22/fontes-direito-administrativo-princípio-da-legalidade/>

<https://luanmesan.jusbrasil.com.br/artigos/501072613/revisão-de-direito-administrativo-i-1-bimestre>

## EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

**André Lucas Gwiggner Drun<sup>2</sup>**  
**Attila Augusto Santos**  
**Flaviana Constantino**  
**Jaíne Thibes Alves**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil  
XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão –  
SEDEPEX,

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo entender o princípio da dignidade da pessoa humana, recebendo amparo por nossa magna carta (1988) e pela Lei 7.210/84 (Lei de execução penal), gerando assim a ressocialização como direito do interno recluso em presídios. Com o intuito principal de objetivar a justiça e igualdade na busca de seus direitos. Salienta-se que o estudo faz uso do método indutivo conexo à pesquisa bibliográfica juntamente com as aulas aplicadas no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) observando-se as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**PALAVRAS-CHAVE:** dignidade, ressocialização, justiça, direitos.

**ABSTRACT:** This work aims to understand the principle of human dignity, receiving support from our great letter (1988) and by Law 7,210 / 84 (Law of criminal execution), thus generating resocialization as a right of prison inmates. With the main purpose of objectifying justice and equality in the pursuit of their rights. It should be noted that the study makes use of the inductive method connected to bibliographic research together with the classes applied in the Law Course of the Alto Vale do Rio do Peixe University (UNIARP) observing the rules of the Brazilian Technical Standards Association (ABNT).

**KEY-WORDS:** dignity, resocialization, justice, rights.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tópicos de estudo: O Princípio da dignidade da pessoa humana e sua aplicação ao sistema prisional; A dignidade humana na lei de execuções penais; A ressocialização como direito do interno recluso em presídios.

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota m2 referente ao projeto integrador

<sup>2</sup> Acadêmicos da 8ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Caçador-SC.

O princípio da dignidade da pessoa humana, faz com que o ser humano seja merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade. Diante disso, preserva a liberdade individual e a personalidade, sendo este um princípio fundamental alicerce de todo o ordenamento jurídico.

Já a ressocialização como iremos ver, trata-se da reeducação do apenado, este sendo dividido em dois processos: durante e depois do cumprimento da pena.

## **O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO AO SISTEMA PRISIONAL**

A Declaração de Direitos Humanos prevê as garantias fundamentais da pessoa humana, sendo os princípios de igualdade entre todos os homens, além de liberdade, paz e justiça. O art. 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirma que todos os indivíduos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, mas a segurança pessoal não é garantida nos termos dos direitos fundamentais.

Segundo Silva traz seu entendimento acerca das inovações da nova Constituição:

É um texto moderno, com inovações de relevante importância para o constitucionalismo brasileiro e até mundial. Bem examinada, a Constituição Federal, de 1988, constitui, hoje, um documento de grande importância para o constitucionalismo em geral. (SILVA, 2007).

A Constituição de 1988 tem como principal objetivo alcançar a igualdade, a justiça social, e ainda os direitos e garantias individuais através da dignidade da pessoa humana, para que não volte a era dos anos de chumbo. (NUNES, 2002) Hoje com essa Constituição qualquer atividade do Estado é sempre visando a proteção da dignidade da pessoa humana, objetivando sempre a justiça, igualdade, busca de seus direitos, e sendo considerado como algo indissociável de usufruto. (KUMAGAI; MARTA, 2017)

## **A DIGNIDADE HUMANA NA LEI DE EXECUÇÕES PENais**

Quando ocorre a harmonia entre a Lei de Execuções Penais com a Constituição Federal, e o Direito Penal, com a ideia de que o homem esteja pronto a ser ressocializado independente do crime praticado pelo apenado,

(NERYS, 2018), a execução penal tem como principal objetivo buscar sempre a ressocialização e reeducação, tendo como principal elemento o respeito à dignidade da pessoa humana no cárcere privado (CAPEZ, 2007)

Quanto à importância da observação ao princípio da legalidade na execução penal, afirma Roberto Lyra que:

O princípio da legalidade abrange, também, a execução penal, sendo que a própria margem, deixada à discreção da autoridade administrativa, há de conter-se nos limites dos regulamentos e das instruções. Não se comprehende que, na fase mais grave e mais importante da atuação da justiça, está abandone os homens que mandou ao cárcere e degrade a função pública da pena. (LYRA, 1944).

A LEP protege o direito dos detentos e reinseri-lo na sociedade. A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões um ambiente favorável à propagação de epidemias a falta de estrutura física adequada, de médicos, de tratamentos psicológicos, de higiene, de segurança, de alimentação adequada (JUNIOR; SIQUEIRA; 2018) acarretam um sistema cruel de violência ferindo a dignidade da pessoa humana explicitamente (ASSIS, 2007).

### **A RESSOCIALIZAÇÃO COMO DIREITO DO INTERNO RECLUSO EM PRESÍDIOS**

O entendimento do sentido de ressocialização na área penal remete ao esclarecimento de alguns pontos, e o início é pela etimologia do termo. A noção etimológica do termo Ressocialização recobre um amplo campo semântico: reabilitação, recuperação, readaptação, reinserção, entre outros léxicos correlatos (BECHARA, 2004 apud FILHO 2015).

O processo de ressocialização demanda ações e métodos associados ao Estado, a família e do próprio preso, para que a execução penal a partir da prisão já tome parte também da recuperação social do apenado. Segundo Nery Junior e Nery (2006, p.164), “tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social”.

Além de políticas carcerárias, surge a família como suporte essencial na ressocialização do preso, haja vista, que a ligação afetiva familiar auxilia o apenado a superar desafios, principalmente de natureza emocional. Após o cumprimento da pena, o detento precisa encontrar suporte psicossocial e material para retomar a vida, e as medidas de ressocialização constituem mecanismo

importante para a restituição de direitos e de vida social do sentenciado (VEIRA, 2011).

## CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto conclui-se que a dignidade da pessoa humana, através da ordem jurídica encontra seu próprio sentido, sendo seu ponto de partida e de chegada, este princípio fundamental do ordenamento pátrio, o qual garante uma existência digna. (SANTANA 2010).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população carcerária saltou de 90.000 presos para 748.000, entre os anos de 1990 e 2019, evidenciando que o sistema não consegue cumprir seu papel de educar. Por exemplo, o mesmo estudo aponta, que entre os crimes contra o patrimônio, a taxa de reincidência no último ano foi de 20,96%.

Todavia, após o apontamento de algumas críticas impostas ao sistema carcerário brasileiro, que não consegue cumprir com o mínimo para manter a dignidade dos presidiários, realmente é necessário repensar a sua atuação e como e porque esses objetivos não tem sido alcançados.

Diante do desrespeito à dignidade das pessoas que se encontram privados da sua liberdade, é necessário repensar todo o sistema prisional brasileiro, para que seja efetivada de fato a função de ressocialização do apenado, recuperando-o e reintegrando-o ao convívio em sociedade. (JUNIOR; SIQUEIRA; 2018)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei n.7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 10 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Justiça e de Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen#:~:text=Sobre%20o%20Levantamento%20Nacional,penais%20e%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20Prisional>. Acesso em 07 jun.2020.

FILHO, Eleones Rodrigues Monteiro. O sistema penal e a ressocialização do preso no Brasil. Jus Navigandi. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41528/o-sistema-penal-e-a-ressocializacao-do-preso-no-brasil>. Acesso em 08 jun. 2020.

NERY JUNIOR, Nelson ; NERY, Rosa Maria de Andrade. Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. São Paulo: RT, 2008.

NERYS, Thalanti Renata. O Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana E A Crise No Sistema Carcerário Brasileiro. Orientadora: Prof. M.S Katia Rubia da Silva Paz. Tese (Monografia em Direito) - Uni Evangélica, Anápolis, 2018 apud SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007. Acesso em: 10 jun. 2020

NERYS, Thalanti Renata. O Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana E A Crise No Sistema Carcerário Brasileiro. Orientadora: Prof. M.S Katia Rubia da Silva Paz. Tese (Monografia em Direito) - Uni Evangélica, Anápolis, 2018 apud CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. Acesso em: 10 jun. 2020

NERYS, Thalanti Renata. O Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana E A Crise No Sistema Carcerário Brasileiro. Orientadora: Prof. M.S Katia Rubia da Silva Paz. Tese (Monografia em Direito) - Uni Evangélica, Anápolis, 2018 apud LYRA, Roberto. Comentários ao Código de Processo Penal. Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense, 1944. Acesso em: 10 de jun. 2020

SANTANA, Raquel Santos de. A dignidade da pessoa humana como princípio absoluto.2010. Disponível em [www.direito.net.com.br/artigos](http://www.direito.net.com.br/artigos). Acesso em 07 jun.2020.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. O discurso constitucional da dignidade da pessoa humana: uma proposta de concretização do direito justo no pós-positivismo brasileiro. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10500>. Acesso em 05 jun. 2020. Salvador, 2008.

VIEIRA, Jair Lot. Código de Hamurabi: Lei das XII Tábuas. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2011.

## LEITURA INTERDISCIPLINAR DO LIVRO “O PROCESSO” DE FRANZ KAFKA<sup>1</sup>

ANDRESSA MARIAN DE SOUZA<sup>2</sup>

FLAVIANA CONSTANTINO

MARIA DARLEI MANFIOLETTI

STEFANI CARDOSO BUENO DOS REIS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Fraiburgo, Brasil  
XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão – SEDEPEX

**RESUMO:** O presente trabalho relata a obra escrita por Franz Kafka, conta história de Josef K, que foi processado injustamente pelo crime de suborno, sendo julgado e condenado por um tribunal misterioso, em que muitos ficam em dúvida sobre a realidade dos fatos. Envolvendo o poder judiciário e a arbitrariedade, vivemos em um sistema falho e vulnerável. Sendo feita também uma abordagem ao princípio do contraditório e uma análise crucial das emoções e o sentido que vida proporciona ao autor no âmbito jurídico.

**PALAVRA-CHAVE:** Judiciário, Leitura Interdisciplinar, Direitos, Justiça.

**ABSTRACT:** The present work reports the work written by Franz Kafka, tells the story of Josef K, who was unjustly prosecuted for the crime of bribery, being tried and convicted by a mysterious court, in which many are in doubt about the reality of the facts. Involving the judiciary and arbitrariness, we live in a flawed and vulnerable system. There will also be an approach to the principle of contradiction and a crucial analysis of emotions and the meaning that life provides the author in the legal field.

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota m2 referente ao projeto integrador

<sup>2</sup> Acadêmicos da 7<sup>a</sup> fase do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Fraiburgo-SC

**Keyword:** Judiciary, Interdisciplinary Reading, Rights, Justice

## INTRODUÇÃO

O livro inicia com o protagonista Josef K sendo surpreendido com policiais em seu quarto na manhã do dia de seu aniversário, os mesmos o acusavam de algo que ninguém sabia o que era, nem mesmo eles. A trama gira em torno da luta de Josef K em tentar descobrir o porquê de estar sendo processado, buscando maneiras de se defender e provar a sua inocência, se vê a frente de um Tribunal de Justiça precário, duvidoso e estranho, com funcionários que constantemente se mostram autoritários e não conduzem seu processo da maneira legal, não respeitando os princípios processuais e os direitos do acusado. O processo de Josef K vai contra os princípios constitucionais processuais existentes para a condução de um processo, não respeitando principalmente o Princípio do Contraditório, Princípio da Ampla Defesa, Princípio da Isonomia, Princípio da Imparcialidade e tampouco informando a Josef K o motivo e o porquê de estar sendo acusado, sendo seu direito e defendido na legislação.

Durante a leitura o autor nos mostra o desrespeito ao princípio da isonomia e da imparcialidade no processo de Josef K por meio dos juízes e autoridades que comandavam as acusações, conforme art. 7º do novo Código de Processo Civil:

Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório. (BRASIL, 2015)

A obra mostra o judiciário agindo por conveniência e sendo influenciados conforme a pessoa ou situação, indo contra vários princípios, principalmente da isonomia.

### 1. DIREITO AO PROCESSO JUSTO

No mundo jurídico, mais especificamente na área processual, há princípios que devem ser respeitados, para a melhor garantia e respeito às partes em uma sentença justa e eficaz. As garantias constitucionais devem estar presentes em todo

o ordenamento jurídico. Não é diferente com o processo civil, que igualmente deve ser analisado sob a perspectiva dos direitos fundamentais e princípios constitucionais.

Na leitura do livro “O Processo” nada disso é respeitado. O personagem Josef K é acusado e se vê injustiçado por um Tribunal tão perdido quanto ele, que o acusa, mas nem sequer eles sabem o real motivo.

Todo cidadão, sem distinção de qualquer natureza, faz jus a um processo justo. A Carta Magna inglesa no ano de 1215, estipulava que:

“Nenhum homem livre será preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora da lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra.” (CARTA MAGNA, 1215)

Segundo Marinoni (2008, p.55 apud CANSI, 2016 p.06):

O processo é um instrumento para o exercício da jurisdição, podendo ser definido como o procedimento que, observando os mandamentos constitucionais, permite que o juiz exerça sua função jurisdicional. (MARINONI, 2008, p.55; CANSI, 2016, p.06)

Por meio do devido processo legal, é que teremos uma sentença proferida com base em um processo justo.

## 2. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

Os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa possuem elementos indissociáveis. Nas palavras do Filho (1996, p.90 apud DOBARRO, 2016, p.157)

“O contraditório se efetiva assegurando-se os seguintes elementos: a) o conhecimento da demanda por meio de ato formal de citação; b) a oportunidade, em prazo razoável, de se contrariar o pedido inicial; c) a oportunidade de produzir prova e se manifestar sobre a prova produzida pelo adversário; d) a oportunidade de estar presente a todos os atos processuais orais, fazendo consignar as observações que desejar; e) a oportunidade de recorrer da decisão desfavorável” (FILHO, 1996, p. 90, *apud* DOBARRO, 2016, P.157)

Para que ocorra o devido processo legal, é necessário que o decorrer do processo obedeça, alguns princípios fundamentais sendo eles, a isonomia, o

contraditório a ampla defesa, imparcialidade do magistrado, o direito em exercer a produção de provas, bem como ter acesso a elas. Com o objetivo de ter um processo justo.

Embora as relações processuais são conflitantes, as partes pleiteiam pelo mesmo direito, conflitos qualificados por uma pretensão ora resistida, imputando ao Estado o poder de decisão.

Neste sentido, conforme Enrico Tullio Liebman (2001 apud MARCATO, 1980, p. 111):

A garantia fundamental da Justiça e regra essencial do processo é o princípio do contraditório, segundo este princípio, todas as partes devem ser postas em posição de expor ao juiz as suas razões antes que ele profira a decisão. As partes devem poder desenvolver suas defesas de maneira plena sem limitações arbitrárias, qualquer disposição legal que contraste com essa regra deve ser considerada inconstitucional e por isso inválida. (MARCATO; 1980 apud LIEBMAN; 2001)

Contudo, compete ao magistrado exercer seu papel, buscando a melhor forma de informar as partes, para eventual intervenção. O novo Código de Processo Civil, incluiu na legislação vigente, alguns cuidados básicos para a tramitação legal do processo, conforme Lei 13105/2015 do Código de Processo Civil, dispõe no artigo 10 as acepções a seguir:

**Art. 10.** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. (PLANALTO, 2015)

O processo histórico de evolução do princípio do contraditório, possui base sólida na Constituição Federal, sendo norma fundamental elencadas pelo legislador infraconstitucional, garantindo o direito essencial do indivíduo, disposto no artigo 5º, LIV, Constituição Federal “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” a exemplo do direito ao juiz natural, o direito a defesa e o direito a prova (BRASIL, 2015)

Ocorre que o legislador preocupou-se em reproduzir do texto constitucional, normas pontuadas como relevantes para a vida em sociedade. Destacando a importância da construção de um processo justo.

Neste sentido, dispõe o artigo 1º, do Código de Processo Civil:

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos no Brasil, observando-se as disposições deste Código (BRASIL, 2015)

### **3. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL NO PROCESSO CIVIL GARANTIA CONTRA DECISÕES SURPRESA**

O novo código de Processo Civil, assim como os demais códigos vigentes, visam regulamentar os conflitos jurídicos, resguardando direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, desse modo observa-se que o artigo 1º do Código de Processo Civil, que prescreve princípios constitucionais a serem seguidos, no devido processo legal, assim como já aludido, pelo artigo em tela. O direito ao contraditório, está emanado há outras garantias fundamentais a qual o exímio legislador institui.

No entanto, cabe ressaltar a necessidade, do contraditório substancial, pretendendo que os procedimentos decorrentes dos atos processuais fossem justos, como também as decisões judiciais, não fossem surpresas. Neste sentido, surge a expressão contraditório substancial.

Em síntese, a definição básica referente ao contraditório substancial, é perfeitamente explicada por Wambier:

“É sabido que o juiz demonstra a sua participação no diálogo que se travou entre as partes, no relatório e na fundamentação da sentença” (WAMBIER, 2008, p. 83).

Portanto, o contraditório substancial é garantia de que os sujeitos do processo, terão participação ativa, no que se refere aos atos, do magistrado, influenciando em determinações judiciais. Neste contexto está o artigo 7º do Código de Processo Civil.

Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório. (BRASIL, 2015)

Em outros termos, através da exposição de todos os fatos e fundamentos no processo, sendo ele acolhido ou rejeitado, em cada questão arguida, verifica-se a influência, nesta lógica surge o aspecto do contraditório, analisado em sua perspectiva substancial.

Tão logo, ratifica o artigo 489 do Código de Processo Civil:

**Art. 489.** São elementos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

**§ 1º** Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

**§ 2º** No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

**§ 3º** A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.(BRASIL,2015)

#### 4. CONCLUSÃO

A obra *O processo* é uma crítica direta do sistema judiciário despótico, demonstrando a impotência de um cidadão comum frente à burocracia judiciária tão falha. Durante a leitura o autor nos mostra o desrespeito ao princípio da isonomia e da imparcialidade no processo de Josef K por meio dos juízes e autoridades que comandavam as acusações, visto que agiam por conveniência e eram influenciados conforme a pessoa ou situação, indo contra a igualdade que o princípio da isonomia propõe e a justiça que o princípio da imparcialidade tenta prevalecer.

E de modo mais amplo, fica-se a sensação de que as leis são um sistema antigo feito por peritos para peritos entenderem, criando uma estratificação da sociedade entre “juristas” e “leigos”, e mesmo sendo considerado “leigo” você é obrigado a respeitar uma lei que muitas vezes você não entende.

Vivemos em um sistema doutrinador e que a todo o momento lançam informações, regras, leis, e devemos aceitar sem pretensões.

JK pagou caro por uma calúnia, e ninguém está ileso, no fundo todos somos JK, seu fim foi triste e desolador, mas fica a lição “Quando não temos bons profissionais no poder, com vontade de buscar a justiça, haverá ainda mais injustiça contra o cidadão de bem”.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Decreto-lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em 02 de jul. 2020

CANSI, Francine. **Direito ao processo justo e à tutela jurisdicional adequada e efetiva**. Revista **Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4633, 8 mar. 2016. *Apud* MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de Conhecimento**. 7º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47112> Acesso em: 02 jul. 2020.

DOBARRO, Sergio Leandro Carmo. A desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor e o reflexo na pessoa física e jurídica. São Paulo: Editora Barauna. Ano 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=0pyDQAAQBAJ&pg=PA157&lpg=PA157&dq=%E2%80%9C O+contradit%C3%B3rio+se+efetiva+assegurando.com.br> *apud* GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 2.º Volume. 11.ª Edição atualizada. Editora Saraiva. São Paulo, 1996. p. 90. Acesso em 02 de jul. 2020

DIDIER, Fredie Junior. **Curso de direito processual civil.v1.11**. Editora: Juspodivm, Salvador, ano 2009. Acesso em 02 de jul. 2020

GONÇALVES Helena de Toledo Coelho. **Contraditório e ampla defesa**. Curitiba/Juruá, ano 2010. Acesso em 02 de jul. 2020

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro. **Garantia do Contraditório. Em: garantias Constitucionais do Processo civil**. São Paulo: RT.1999. (Sá, MARIA, 2005, p. 91). Acesso em 02 de jul. 2020

COELHO, Marcus Aurelio Furtado. **O contraditório cooperativo no novo Código de Processo Civil**. Brasília. n.190, p. 46, jun, 2011. *Apud* LIEBMAN, Enrico Tullio. In: MARCATO, Antônio Carlos. **Preclusões: limitação ao contraditório**. Revista de Processo, São Paulo, ano 5, n. 17, p. 111, 1980. disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/48/190/ril\\_v48\\_n190\\_t2\\_p45.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/48/190/ril_v48_n190_t2_p45.pdf). acesso em 02 de jul de 2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 02 de julho de 2020.

## **DIFICULDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM APLICAR AS DECISÕES, E COMO APLICAR NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO<sup>1</sup>**

**Dalton João Atanásio de Farias<sup>2</sup>**  
**Elycia Jenniffer Inácio**  
**Flaviana Constantino**  
**Gabriela Lopes da Silva**  
**Liceia Rinaldi Ramos**  
**Maria Darlei Mafioletti**  
**Nelson Albino Lopes**  
**Sonia Aparecida Friebel**  
**Heitor Cofferi<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo relatar como age a administração pública na aplicação de suas decisões, quais os princípios que estão interligados a ela, e como esses ajudam para que essa execução seja transparente e legal, permitindo a população um entendimento claro e conciso. Também relacionando está ao contexto tributário, onde se encontram algumas dessas decisões. A aplicabilidade desses tributos pelo Poder Legislativo e os conflitos gerados, quando essa não atender aos fins destinados.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por finalidade mostrar que o Estado, instituição administrativa e política do país precisa captar recursos para manter sua estrutura e disponibilizar ao contribuinte os serviços essenciais.

As limitações ao poder de tributar constituem-se, portanto, em normas legitimadas pela Constituição Federal que não conferem competências positivas para

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota m2 referente ao projeto integrador

<sup>2</sup> Acadêmicos da 8ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alvo Vale do Rio do Peixe – Fraiburgo-SC

tributar, mas em dispositivos que visam impedir as situações por elas descritas, ou seja, que sejam utilizadas pela força tributária do Estado.

O tributo é uma forma incontestável de limitação legal à liberdade e à propriedade privada, sendo campo de atuação restrito ao Poder Legislativo, criar, modificar ou extinguir a espécie tributária.

## **2 LEGALIDADE TRIBUTÁRIA (PRINCÍPIO)**

Previsto na Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso II, a ideia deste princípio, que determina um ato onde “ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Voltando-se especificamente a área tributária neste quesito, vemos também que no art. 150, I, da CF/88, é disposta a proibição aos entes federados de “exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. Vemos que o poder de tributar, é uma consequência inevitável da soberania que o Estado exerce sobre as pessoas de seu território, que dele necessitam algo, então consequentemente deverá haver esta contrapartida.

Ao falarmos de tributos, imaginamos que estes devem primeiramente obedecer às leis. Vemos então que estas leis, em sentido formal, seriam defendidas e seguidas em seu inteiro teor, por todo e qualquer ato oriundo do órgão que detém a competência constitucional para legislar. A lei então, em sentido mais amplo, seria toda e qualquer manifestação escrita de atos normativos, ainda que estes não sejam oriundos do Poder Legislativo. Ao se impetrar ações que gerem conflitos de interesses entre Estado e cidadãos é então, a primeira função do Direito Tributário, como disciplina jurídica das relações entre o Estado (na qualidade de Fisco), e os cidadãos (como contribuintes).

No direito tributário, o princípio da legalidade o reforça quanto à sua aplicação, já que não se satisfez o legislador com a disposição do art. 5º, II, indo além no detalhamento característico dos temas constitucionais tributários e formulando, através do art. 150, I, exigência de lei para a instituição ou majoração de matéria relacionada aos tributos.

### **2.1 Aplicação do Direito Tributário da Legalidade**

A legalidade tributária tem origem na antiga ideia de auto tributação: a partir do século XI, viu-se concretizar-se entre os povos a ideia de que aqueles que toleraram a carga tributária devem com ela permitir, ainda que o façam indiretamente, por meio de seus representantes, nascendo assim a legalidade tributária da necessidade de manifestação de consentimento popular em relação às imposições financeiras que os Estados porventura pretendessem instituir.

Em verdade, para que se possa considerar um Estado como de Direito, imprescindível sua subordinação à lei, e esta, compreendida sempre como ato por meio do qual se manifesta o consentimento popular e se limita o poder estatal.

Entender o princípio da legalidade tributária passa, necessariamente, pelo entendimento da ideia da anuência e da primazia da lei (esta concebida em sentido formal) que dele decorre, trazendo maior tranquilidade e - por que não dizer - segurança aos cidadãos, protegendo-os de possíveis abusos da administração pública, valendo-se então, de uma justa relação jurídica.

O princípio da legalidade, significa que a tributação deve ser decidida não pelo chefe do governo, mas pelos representantes do povo, que são livremente eleitos para fazer leis claras, que foram anteriormente discutidas, postas em votação para somente ao finalizado um processo de total verificação, fossem efetivamente instituídas.

Importante aqui mencionar que medidas provisórias não são leis. Impossível, concordarmos com a tese segundo a qual seriam as medidas provisórias instrumentos que poderiam instituir tributos, sob pena de se ferir o princípio da legalidade tributária, que, não comporta exceções desta natureza.

### **3 POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL DAS DECISÕES CONTRARIAS A FAZENDA PÚBLICA (PROCESSO TRIBUTÁRIO).**

Vimos durante o estudo sobre estas possibilidades, que a elaboração do parecer PGFN/CRJ nº1.087/2004 e a também a edição da Portaria PGFN nº 820/2004, definem que todas as decisões administrativas contrárias ao fisco que tiverem valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e tratarem de matéria dessa relevância ou que possam causar grave lesão ao patrimônio público caracterizados por ilegalidade e constitucionalidade. O efeito das decisões finais contrárias ao Fisco no processo administrativo é exatamente a

extinção do crédito tributário, na forma do art. 156, IX do CTN, as eventuais sentenças judiciais que as anulassem consistiriam em verdadeiro lançamento tributário, tal ato é de competência privativa da autoridade administrativa. (VIERA, 2008).

#### **4 A TRANSPARÊNCIA COMO DESDOBRAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PUBLICIDADE NA ATUAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

Nota-se, que a função principal dos princípios, é a de embasar um sistema e garantir sua validade, buscando uma compreensão do conceito de princípio, à luz dos ensinamentos. O art.37, caput, da Constituição da República de 1988, dispõe que: “A administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Observemos a seguir, alguns dos princípios destacados individualmente:**

**Princípio Da Moralidade:** garantia de ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade.

**Princípio Da Publicidade:** O princípio da publicidade refere-se à vedação de atividade ou atos sigilosos, que buscam atender um interesse maior.

**Princípio Da Eficiência:** O princípio da eficiência orienta que haja à concretização de atividades obtendo o melhor resultado com o menor custo.

**Princípio Da Impessoalidade:** Denota que os atos da Administração não são imputáveis a quem os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa competente.

Resumindo então, vemos que ao cumprir uma lei, todos os abrangidos por ela hão de receber tratamento pacificado, sendo certo, ainda, que ao próprio ditame legal teria disciplina diversa para situações mesmo que equivalentes. Cinco os princípios constitucionais expressos que são os pilares da Administração Pública.

#### **5 CONCLUSÃO**

Conclui-se que é de extrema importância o direito a informação dos atos e organizações praticados pela administração Pública, sendo feito sempre com atitudes legais.

Se trata de uma instituição cheia de princípios, porém, o princípio da publicidade é um dos principais institutos do Direito Administrativo, buscando interação da sociedade em se tratando dos anseios dela. Assim, diminuindo e tentando combater a corrupção e danos causados a sociedade.

A publicidade traz segurança jurídica aos indivíduos e geram organização a sociedade, por isso da sua importância e relevância perante o Estado.

## REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. Medida Provisória e tributos. RDT, Ano 13, jan-março - 1989, v. 47. Seminário realizado do Auditório do Ministério da Fazenda, em 17/10/88.

BRASIL. Lei nº 5.172, 25 de outubro de 1966. Sistema Tributário. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm)>. Acesso em 11 de jun de 2020

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo: Lejus, 2002.

Constituição Federal de 1988

Código Nacional Tributário Nº 5.172, de 25 DE Outubro de 1966

DE SANTI, Eurico Marcos Diniz (coordenador). Curso de Especialização em Direito Tributário – Estudos Analíticos em Homenagem a Paulo de Barros Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Direito Tributário – Fundamentos Jurídicos da Incidência. 3a. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FREITAS, Vladimir Passos de (coordenador). Código Tributário Nacional Comentado. 2a. ed. São Paulo: RT, 2004.

FONSECA, Larissa, A (im)possibilidade da extinção da punibilidade pelo parcelamento do crédito tributário, 2018. <http://www.stf.jus.br/portal/> <https://ambitojuridico.com.br/> / <http://www.conjur.com.br>

RHUAN, Felipe Lima Nunes. **O princípio da publicidade na Administração Pública**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28626/o-princípio-da-publicidade-na-administração-pública>. Acesso em 04 de jun de 2020.

SILVA, Daniel Sa. **Processo Administrativo Tributário: da possibilidade de questionamento judicial das decisões contrárias à Fazenda Pública**. Disponível em: <https://danielsdsv.jusbrasil.com.br/artigos/111573834/processo-administrativo-tributário-da-possibilidade-de-questionamento-judicial-das-decisões-contrárias-a-fazenda-pública>. Acesso em 11 de jun 2020.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em:  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=312917>

VIEIRA, Rodrigo de Carvalho. **A Impossibilidade De Questionamento Judicial, Pela Administração Pública, Da Decisão Final Proferida No Âmbito Do Processo Administrativo Fiscal**. Disponível em: <https://www.ibet.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Rodrigo-de-Carvalho-Vieira-A-impossibilidade-de-questionamento-judicial-pela-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%A9%C3%BAblica-da-decis%C3%A3o-final-proferida-no-%C3%A2mbito-do-processo-administrativo-fiscal.pdf>. Acesso em 11 de jun 2020.

NUNES, Rhuan Felipe Lima. O princípio da publicidade na Administração Pública. São Paulo, 2014.

## O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Alana Sara do Prado Walder (alana-prado22@hotmail.com)  
Jacqueline Goes (jakquegoes\_08@hotmail.com)  
Junior Correa de Mello (juniorcorreamello1@gmail.com)  
Maria Eduarda Krieger Faé (duda13fae@hotmail.com)  
Patricia de Paula Heller (patty-heller@hotmail.com)

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

**Resumo:** A Constituição Federal de 1988, elencou a defesa do consumidor, como um direito fundamental, sendo em uma cláusula pétreia. O presente artigo, irá analisar e explicar sobre o Direito do Consumidor, como um direito fundamental, tendo em vista que com o passar dos anos e da modernidade a sociedade de consumo foi aumentando cada vez mais, pois as necessidades básicas do ser humano estão aumentando com o passar dos dias, por isso, a sociedade de consumo tem mudado sua visão com relação aos seus direitos e estão cada vez mais cientes sobre eles. No presente artigo, iremos explanar um pouco sobre tal assunto.

**Palavras-chave:** Consumidor, sociedade, direito

**Abstract:** With the Federal Constitution of 1988, it listed a defense for the consumer, as a fundamental right, being a stone clause. This article will analyze and explain Consumer Law, as a fundamental right, considering that, over the years and modernizing a consumer society, it has been used more and more, since human use statistics are being used with the As the days go by, a consumer society changes its view of its rights and is increasingly aware of them. In this article, we will explain a little about the subject.

**Keyword:** Consumer, society, law

### Introdução

A Constituição Federal de 1988, trouxe a proteção do direito do consumidor como uma garantia fundamental, elencada no art. 5º, inciso XXXII, tratando-se de cláusula pétreia, ou seja, que não pode ser alterada. Com o passar do tempo e aperfeiçoamento das relações de consumo, surge a necessidade de se criar uma forma de proteção, regulamentada através de lei, para que essas relações sejam saudáveis para todos os envolvidos. Nasce então o Código de Defesa do Consumidor, que é o elo mais fraco nessas relações, necessitando de maior atenção e proteção. Tal código foi instituído com base em princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a ordem econômica, os valores sociais do trabalho e a justiça Social (FERREIRA, 2018).

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei 8.078/90, constitui uma norma de proteção a vulneráveis. Como norma vigente, o nosso CDC situa-se na especialidade, segunda parte da isonomia constitucional, retirada do art. 5º, caput da CF, ou seja, é uma garantia fundamental (TARTUCE, 2020, p. 02).

Nas Palavras de Tartuce (2020, p. 07), “o Código de Defesa do Consumidor é tido pela doutrina como uma norma principiológica, diante da proteção constitucional dos consumidores, que consta, especialmente, do art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal de 1988, ao enunciar que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

O Direito do Consumidor, é compreendido e também analisado com a visão da legislação infraconstitucional, não havendo a faculdade de que a Constituição Federal de 1988, previu a proteção do consumidor como um direito fundamental.

É de suma importância analisar a defesa do consumidor no Brasil, com a visão constitucional, a fim de verificar os fundamentos constitucionais perante o Direito do Consumidor, para que assim, tenha uma compreensão adequada da legislação infraconstitucional.

Nota-se que pelo fato de a relação jurídica ser de forma desigual entre as partes, por isso o Direito do Consumidor alcança a forma igual do Direito Fundamental, para que as partes, possam ser tratadas de forma mais correta possível perante a legislação.

## Objetivo

O presente projeto, tem como objetivo geral, apresentar o direito do consumidor como garantia fundamental, bem como, demonstrar sua aplicação na legislação brasileira.

## Revisão da Leitura

De tal modo, após fixar a importância dos direitos fundamentais no atual momento vivido pelo Direito Constitucional, oportuno compreender os contornos dessas normas na atuação do Estado face aos indivíduos e sua aplicabilidade nas relações privadas de forma a garantir a liberdade e a isonomia entre as pessoas. Contudo, em consonância com pacífico entendimento doutrinário, são direitos inicialmente consagrados para proteger o indivíduo contra os arbítrios estatais. Assim, cabe pontuar em que medida e em que intensidade os direitos fundamentais serão aplicados nas atividades particulares. (FILHO, 2015)

A Constituição da República Federativa do Brasil, dentre os direitos fundamentais positivados, consagrou a defesa do consumidor como um dever do Estado. Ademais, revelando a importância e a publicitação da matéria, outros dispositivos constitucionais também foram direcionados ao Direito do Consumidor, o qual, diferentemente do direito privado clássico pautado na igualdade formal e na extensa liberdade individual, passou a acolher normas de ordem pública e de interesse social. (FILHO, 2015)

Foi nesse cenário que, reconhecendo os riscos e o desequilíbrio em que está inserido a figura do consumidor, o Estado passou a intervir em uma relação essencialmente protagonizado por particulares para exigir, entre eles, a

obediência aos direitos fundamentais. Assim, houve uma relativização da autonomia da vontade viabilizando a coexistência de outros valores essenciais como a dignidade da pessoa humana. (FILHO, 2015)

O Direito do Consumidor pode ser considerado como um Direito Social de 2ª Geração e o Direito do Consumidor encontra sua previsão fundamental na Constituição Federal. Passo seguinte, é necessário analisar e ponderar qual a consequência de a proteção ao consumidor ter sido alçada ao patamar constitucional como um direito fundamental e se a proteção ao consumidor pode ser considerada uma cláusula pétrea. (SIMÃO, 2016)

Por certo, a proteção ao consumidor é prevista como um direito individual fundamental do cidadão brasileiro (artigo 5º, inciso XXXII) e também é alçada como princípio geral da atividade econômica (artigo 170, inciso V), sendo que a sua aplicação e interpretação devem ocorrer de forma sistematizada com os demais princípios e normas que regulam a ordem econômica, sob pena de se criar aparente contradição princípio lógica que possa inviabilizar ou comprometer o livre exercício da atividade econômica. (SIMÃO, 2016)

A constitucionalização ou publicitação do direito privado tem consequências importantes na proteção do consumidor e, segundo palavras de Claudia Lima Marques, “certos estão aqueles que consideram a Constituição Federal de 1988 como o centro irradiador e o marco de reconstrução de um direito privado brasileiro mais social e preocupado com os vulneráveis de nossa sociedade, um direito privado solidário. Em outras palavras, a Constituição seria a garantia (de existência e de proibição de retrocesso) e o limite (limite-guia e limite-função) de um direito privado construído sob seu sistema de valores e incluindo a defesa do consumidor como princípio geral”. (BOLZAN, apud, BENJAMIN, 2018)

Sobre o tema, vale lembrar de Konrad Hesse e a força normativa da Constituição. Pedro Lenza observa que dentro “da ideia de força normativa (Konrad Hesse), pode-se afirmar que a norma constitucional tem status de norma jurídica, sendo dotada de imperatividade, com as consequências de seu descumprimento (assim como acontece com as normas jurídicas), permitindo o seu cumprimento forçado”. (BOLZAN, apud, LENZA, 2018)

Logo, o amparo constitucional que possui o Direito do Consumidor traz uma conotação imperativa no mandamento de ser do Estado a responsabilidade de promover a defesa do vulnerável da relação jurídica de consumo. (BOLZAN, 2018)

Ademais, ao longo do tempo muito se falou em eficácia vertical dos Direitos Fundamentais — respeito pela Administração dos Direitos Fundamentais de seus administrados. Nas relações entre Administração e administrado é evidente a supremacia daquela em razão da natureza do interesse tutelado, qual seja: o interesse público. (BOLZAN, 2018)

Como o advento do Direito do Consumidor foi alçado ao patamar constitucional, é possível tratar na atualidade da eficácia horizontal dos direitos ora em estudo, ou seja, mesmo sem a existência de hierarquia entre as partes envolvidas na relação, como ocorre entre fornecedor e consumidor, o respeito aos Direitos Fundamentais também se faz necessário. (BOLZAN, 2018)

O mercado é uma ficção econômica, mas também é uma realidade concreta. Como dissemos, ele pertence à sociedade. Não é de propriedade, posse ou uso de ninguém em particular e também não é exclusividade de

nenhum grupo específico. A existência do mercado é confirmada por sua exploração diuturna concreta e histórica. Mas essa exploração não pode ser tal que possa prejudicar o próprio mercado ou a sociedade. (PEREIRA, RAMOS, LUNDGREN, apud, NUNES, 2014)

Neste sentido, citemos a nossa Constituição Federal que tem como um de seus fundamentos “os valores sociais e da livre iniciativa, objetivando, construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Isto como consequência de um Estado Democrático de Direito. E ainda, no artigo 170, ela define como princípios gerais da atividade econômica a “livre concorrência”, e no mesmo patamar, a “defesa do consumidor”. (PEREIRA, RAMOS, LUNDGREN, 2014)

Não queremos, todavia, afirmar que os direitos individuais sejam apenas egoísticos, pois o desenvolvimento dos direitos fundamentais deu segurança jurídica aos detentores do direito subjetivo. O direito à propriedade talvez seja um dos direitos que mais tenha a marca da individualidade do homem, ou seja, é o assenhoramento de alguém sobre alguma coisa, torna a coisa sua posse. Mas até neste direito, há algum tempo falasse em função social da propriedade, que na realidade, é a temperança entre a benesse de se possuir algo e a preocupação de não ofender a coletividade. (PEREIRA, RAMOS, LUNDGREN, 2014)

Como exemplo de interesses individuais homogêneos, suponhamos os compradores de veículos produzidos com o mesmo defeito de série. Sem dúvida, há uma relação jurídica comum subjacente entre esses consumidores, mas o que os liga no prejuízo sofrido não é a relação jurídica em si (diversamente, pois, do que ocorreria quando se tratasse de interesses coletivos, como uma ação civil pública que visasse a combater uma cláusula abusiva em contrato de adesão), mas sim é antes o fato de que compraram carros do mesmo lote produzido com o defeito em série (interesses individuais homogêneos). (PEREIRA, RAMOS, LUNDGREN, apud, MAZZILLI, 2014)

O direito do consumidor exige um tratamento jurídico diferenciado, com normas específicas e aptas a assegurar as garantias sociais consumeristas, sem olvidar o desenvolvimento econômico, o que justifica sua inclusão e defesa como direito fundamental. (PEREIRA, RAMOS, LUNDGREN, 2014)

## Metodologia

Para o presente estudo de pesquisa bibliográfica, a partir da obra de Fabrício Almeida (2018), bem como, de mais autores relacionados ao assunto associado à produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX

## Resultados e Conclusões

Com o presente projeto de pesquisa e resultados obtidos, podemos concluir que o Código de Defesa do Consumidor é uma ferramenta de suma importância em nossas vidas.

O consumidor é considerado a parte mais fraca nas relações de consumo que existem nos dias de hoje, por isso é necessário que se estabeleçam direitos

que assegurem sua proteção e evitem arbitrariedades que possam prejudicar os consumidores.

Este é o papel que o CDC representa, apesar de sua aplicação em nossa sociedade não ser perfeita, eles ainda conseguem de muitas formas proteger os direitos das pessoas, ainda mais aliado com outras normas que possam ampliar sua abrangência e eficácia.

## Referências Bibliográficas

**BOLZAN**, de Almeida, Fabrício Direito do consumidor esquematizado/ Fabrício Bolzan de Almeida ; coordenação de Pedro Lenza. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019. Acesso em 05 de junho de 2020.

**FILHO**, Eujecio Coutrim Lima. A defesa do consumidor como um direito fundamental. **Revista Jus**. Acesso em 05 de junho de 2020. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/40894/a-defesa-do-consumidor-como-um-direito-fundamental>>

**PEREIRA**, Henrique Mioranza Koppe; **RAMOS**, Maurício; E. **LUNDGREN**, Ana Paula. O direito do consumidor como direito fundamental: os princípios constitucionais e os interesses jurídicos como elementos sustentadores das garantias sociais consumerista. **Online Unisc**. Acesso em 05 de junho de 2020. Disponível em <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11714/1578>>

**SIMÃO**, Lucas Pinto. Fundamentos constitucionais do direito do consumidor. **Âmbito Jurídico**. Acesso em 05 de junho de 2020. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-149/fundamentos-constitucionais-do-direito-do-consumidor/>

**TARTUCE**, Flávio; **NEVES**, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 9 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Método, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989712/cfi/6/10!/4/6/2@0:100>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

## LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ailson Davi Alves da Silva (ailsondavialves@hotmail.com)  
Alessandra de Souza Gomes (alessandra\_sc\_2@hotmail.com)  
Cláudia Adriana S. da Silva (claudia.adriana0209@hotmail.com)  
Cleide de Oliveira da Silva (cleidesantana2010@hotmail.com)  
Cleberson S Pereira (clebermega@hotmail.com)  
Camila Polawski Larenchuki (camilapolawskiiarenchuki@gmail.com)  
Daiana Camargo (daianecamargo81@yahoo.com.br)  
Fabiana Karolainy dos Santos (fabykero23@gmail.com)  
Jeferson Koggi (koggijeferson013@gmail.com)  
Matheus Pereira (matheus.pereita\_1995@hotmail.com)  
Tainá Anchau (anchautaina@gmail.com)  
Yasmin Smith Tesser (secretaria@gomesepionezzer.adv.br)  
Prof. Esp. Claudio Sanches (sanches@uniarp.edu.br)

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

**Resumo:** A lei Nº 8.666/93 de licitações, coloca todos os seus conceitos dentro da lei, assim como o processo administrativo e seletivo. As normas em geral são aplicáveis aos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o presente artigo apresentará o conceito da licitação suas classificações, bem como os princípios, fundamentos e objetos, assuntos envolvidos nas Leis 8.666/93 (Lei de Licitações). Trata-se de um assunto de extrema importância dentro da organização da sociedade, visto que o Procedimento Licitatório é uma ferramenta fundamental dentro da gestão pública, com consequências diretas em todas as áreas dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

**Palavras-chave:** licitação. administração pública. contratos.

### Introdução

Neste artigo veremos a Lei de Licitações e Contratos a (Lei 8666/93) é um importante instrumento da Administração Pública. Ela estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Será abordado os principais artigos, suas classificações, no entanto é necessário ter-se em mente, que as obrigatoriedades é decorrência genérica, regulada pelo artigo 37, XXI ou decorrência específica pelo artigo 175 ambos da Constituição Federal.

## Objetivos

Objetivo deste artigo é descrever a legislação e os princípios a serem seguidos pelos gestores, as características e as classificações dos artigos, bem como seus aspectos criminais e contratos.

## Revisão da Literatura

A lei Nº 8.666/93 de licitações, temos como exemplo as empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, além disso algumas dessas entidades, muitas vezes estão dispensadas de licitar e em outras tantas a licitação é para elas inexigível ou mesmo vedada. (JUNQUEIRA,2014)

A licitação também é tida como efeito para encontrar uma melhor proposta, embora não seja o mesmo para os grupos de obrigados a licitar, pessoas públicas e pessoas governamentais, é regulado pelo Direito Administrativo. (JUNQUEIRA,2014)

A Câmara de Vereadores, por exemplo, por lei, é obrigada a fazer parte desse processo. No entanto é necessário, ter-se em mente, que essa obrigatoriedade é decorrência genérica, regulada pelo artigo 37, XXI ou decorrência específica, regulada pelo artigo 175, ambos da Constituição Federal. (JUNQUEIRA,2014)

De outra forma, a necessidade de sua realização pode estar ligada a um contrato, que pode ser de alienação, aquisição e locação de bens ou à execução de serviços e obras, por exemplo, ou mesmo a um ato (permissão de uso de bem público) que se deseja celebrar. Em resumo, a promoção desse procedimento pode ser vinculada a qualquer negócio desejado pela entidade obrigada a buscar a melhor proposta, desde que possa ser atendida por mais de um interessado. (JUNQUEIRA,2014)

O artigo 90 da Lei 8.666/93, cita que qualquer que seja, o ato de combinar, ajustar ou outro tipo de fraude, já estarão as partes “negociando” os valores da licitação, violando assim, o objetivo da mesma, além de violar os seus princípios acima destacados. Portanto, não necessita obter a consumação ou o resultado naturalístico, cujo, é a vantagem na preferência para a celebração do contrato, pois trata-se de um delito formal, ou seja, de mera conduta. (MANASFI, 2015).

Conforme o artigo 91 da lei 8666/93 da LLC: "Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa". (BRASIL,2019)

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade Com pena de detenção, de dois a quatro anos, e multa, tanto para o servidor que concorreu para o resultado quanto para o contratado que contribuiu para o ato de manipulação mediante vantagem indevida

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, trazido também pelo código penal em seu art. 335, com mesmas penas, mais pena correspondente violência. A conduta é o que está previsto no próprio artigo, o objeto da ação é o próprio ato licitatório, se admite consumação e tentativa. (BRASIL,2019)

O artigo 94 da lei 9666/93 traz a importância do sigilo das propostas apresentadas pelos licitantes até ser feita a análise destas para que seja feita verificação de viabilidade ou execução da contratação, ou seja, é indispensável o sigilo para que haja igualdade entre os licitantes, atinge frontalmente o princípio da isonomia, motivando nepotismo entre os licitantes.(BRASIL,2018)

Observa que o crime cometido no artigo 95 não pode ser confundido com o do art. 90, pois no art. 95 se chega a conduta praticada inteiramente perante terceiro. Já no art. 90 esse ajuste é desconhecido pelo terceiro, cuja eliminação obtém-se mediante ajuste, acordo ou outro recurso. (Filho ,2010, p.870)

Art. 96. A conduta fraudulenta só pode ocorrer em licitação instaurada ou em contrato celebrado, e desde que verse sobre aquisição ou venda de bens ou mercadorias. É nesse “descumprimento contratual” que repousa a fraude. (BRASIL,2020)

Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (BRASIL,2020)

No Art.98 ressalta mais no semi-imputabilidade, previstos no parágrafo único do art. 26 do CP, o juiz poderá reduzir a pena de um a dois terços ou substitui-la por medida de segurança, conforme entenda que o sujeito era imputável ou semi-imputável a época da prática da infração penal. (BRASIL,2019)

Art. 99. A pena de multa combinada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente. § 2º O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal. (BRASIL,2020)

## **Metodologia**

Para a investigação e relato, o estudo fez uso da pesquisa bibliográfica, da lei 8.666/93 que trata especificamente das licitações e contratos da administração pública. Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

## **Resultados e Conclusões**

Podemos concluir que os contratos administrativos buscam, na maioria das vezes, a satisfação do interesse público, são dotados de cláusulas exorbitantes e contêm em seu bojo cláusulas de cunho obrigatório. Os contratos administrativos não podem ser considerados mera formalidade, devendo ser rigorosamente cumpridos e formalmente editados pelos órgãos da Administração Pública.

Portanto, a Lei 8666/93 visa garantir que o dever do agente público seja cumprido. E, assim, que os princípios da Administração Pública sejam perseguidos, na efetivação, sobretudo, dos interesses sociais, gerando, desse modo, a resposta adequada na relação entre necessidades e gastos públicos.

Por fim, cabe a sociedade e administradores, exercer uma fiscalização habitual, capaz de proporcionar alterações no quadro de gestão do dinheiro público, de forma a impulsionar os administradores a utilizarem à licitação de forma contida.

## Referências Bibliográficas

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 . Disponível em :<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10628361/artigo-98-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acessado em 11 de Junho de 2020 as 09:00hrs.

CRUZ, Jamil Manasfi ,et al ,Uma análise dos crimes de licitação e de suas penas conforme seção III da Lei Nº 8.666/93Disponível em <https://admjamil.jusbrasil.com.br/artigos/259417931/uma-analise-dos-crimes-de-licitacao-e-de-suas-penas-conforme-secao-iii-da-lei-n-8666-93>, acesso em 21 maio.2020.

DA CRUZ,Jamil Manasfi; BITTENCOURT Marcus Vinicius Corrêa; Roberto JÚNIOR Azevedo Andrade; DE OLIVEIRA Simone Zanotello; Uma análise dos crimes de licitação e de suas penas conforme seção III da Lei Nº 8.666/93 Acessado em 06 de junho de 2020.

DALMO DALLARI, Previdência e Dignidade Humana", In: Previdência ou Imprevidência, Porto Alegre: AJURIS, 2001.Disponível em :<<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/92.pdf>>. Acessado em 11 de junho de 2020 as 09:00hrs.

DOMINGUES, Fernanda. Crimes na Licitação Pública Jurídico Certol,2015. Disponível em: < <https://juridicocerto.com/p/fernandadomingues/artigos/crimes-na-licitacao-publica> 1103#:~:text=97%20da%20Lei%20de%20Llicita%C3%A7%C3%A3o,pela%20mera%20conduta%20declarada%20inid%C3%B4nea. Acesso em: 13 de Junho de 2020.

GRECO FILHO, Vicente. Dos Crimes da Lei de Licitações. São Paulo: Saraiva, 1994.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. - 27. Ed.- São Paulo: Atlas, 2015.

<http://www.osbrasil.org.br> Livro; LEIS PENais ESPECIAIS COMENTADAS POR FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO, ROBERTO DELMANTO JUNIOR. Acessado em 30 de maio de 2020.

JUMQUEIRA, Daniela Cerri. Revista Âmbito Jurídico licitações e contratos da administração pública São Paulo, 2014.Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoadministrativo/licitacoes-e-contratos-da-administracao-publica/> acesso em 26 maio.2020.

JUSTEM, filho, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos administrativos, 8<sup>a</sup>ed., SP, Dialética, 2001, p. 630.

MANASFI, Jamil. Uma análise dos crimes de licitação e de suas penas conforme seção III da Lei Nº 8.666/93. Jusbrasil,2015. Disponível em: <[admjamil.jusbrasil.com.br/artigos/259417931/uma-analise-dos-crimes-de-licitacao-e-de-suas-penas-conforme-secao-iii-da-lei-n-8666-93](https://admjamil.jusbrasil.com.br/artigos/259417931/uma-analise-dos-crimes-de-licitacao-e-de-suas-penas-conforme-secao-iii-da-lei-n-8666-93)> Acesso em: 27 de maio de 2020.

## MANDADO DE SEGURANÇA

Daiana Camargo, Taina Anchau, Thayler Bernardi<sup>1</sup>  
Cassio Furlan<sup>2</sup>

### Resumo

O presente resumo aborda a aplicação do mandado de segurança com o escopo de garantir a efetivação e a concretização dos direitos fundamentais. Para tanto, busca-se mostrar os fundamentos e o fulcro constitucional do mandado de segurança, analisando a relevância dos direitos fundamentais no âmbito social, de forma a evidenciar a importância de sua concretização no dia a dia dos cidadãos, a qual pode ser feita por esse remédio constitucional.

**Palavras-chave:** Mandado de Segurança. Direitos Fundamentais. Acesso à justiça. Efetivação dos direitos fundamentais. Mínimo existencial.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo realizar um breve estudo sobre como o mandado de segurança pode ser utilizado na efetivação de direitos constitucionais, principalmente dos direitos fundamentais, mostrando como e qual é a posição dos julgados dos tribunais superiores que tiveram como objeto esse tema, além de, por meio de uma perspectiva sociológico-jurídica, explorar a importância do acesso à justiça nesses processos.

Por meio de pesquisas de natureza bibliográfica e jurisprudencial, procurou-se adotar as obras mais relevantes e atualizadas em relação ao tema proposto, assim como a leitura de documentos, artigos científicos e pesquisas na área, além da consulta de julgados, tanto da segunda instância como dos tribunais supremos.

É uma ação constitucional de viés civil, independente da natureza do ato impugnado, seja ele administrativo, jurisdicional, criminal, eleitoral ou trabalhista. Possui por escopo a proteção de direitos líquidos e certos contra ato de autoridade ou de quem exerce funções públicas.

Neste presente resumo buscamos demonstrar a adequação ou não da liminar no mandado de segurança, assim como a existência de liquidez e certeza como pressuposto para sua impetração. Será delimitado o conceito, prazo, objeto, coisa julgada e sua extensão, conforme a CRFB/88 e a LMS e o novo Código Civil.

## 2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E DA ORGANIZAÇÃO

Mandado de segurança, é uma ação de rito sumaríssimo, com status de remédio constitucional, onde a pessoa que sofrer ilegalidade ou abuso de poder ou receio de sofrê-la, oriundo de autoridade pública ou nos casos em que se é delegado a terceiros, não amparado por habeas corpus ou habeas data, para proteger o direito líquido.

Para Hely Lopes Meirelles (1996, p. 17), o mandado de segurança é o meio constitucional “à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, para a proteção do direito individual líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça”.

Tal conceito foi posteriormente positivado no artigo 5º, LXIX, da Constituição de 1988, consagrando que o mandado de segurança deve “proteger direito líquido e certo, não amparado por ‘habeas-corpus’ ou ‘habeas-data’, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

Maria da Sylvia Zanella De Pietro assim conceitua, o mandado de segurança é a ação civil de rito sumaríssimo pela qual a pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, não amparado por Habeas Corpus nem Habeas Data, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella / Direito Administrativo. 1999, p. 612).

Sendo regulado ulteriormente na Lei nº 12.016/09, mais conhecida como “nova lei do mandado de segurança”, acrescentando-se que tal remédio constitucional pode ser utilizado “sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.”

### 3 RESULTADOS

Diante do exposto, pode-se perceber que o mandado de segurança é uma ação civil individual ou coletiva, de caráter constitucional, que fornece meios para garantir a tutela de lesões e ameaças a direito líquido e certo, podendo os direitos fundamentais ser abrangidos entre esses. Assim, esse remédio constitucional oferece meios para que ocorra a dupla efetivação constitucional, isto é, efetivação dos direitos fundamentais e, como consequência, o princípio da dignidade da pessoa humana.

O mandado de segurança é uma criação do direito brasileiro, em que pesa opinião em constitucionais e legais. Atua contra atos e abusos da autoridade pública ou daquelas que exercem função pública contrário. É um instrumento eficaz de segurança jurídica e de cumprimento dos preceitos.

A efetivação dos direitos fundamentais deve ser feita espontaneamente por parte do agente público, não podendo justificar a teoria da “reserva do possível”, tendo em vista que esses direitos constituem e são protegidos pela garantia do “mínimo existencial”, assegurado na Constituição.

### 4 CONCLUSÃO

Contudo, mesmo assim, em diversos casos, o Estado não cumpre as promessas constitucionais. Nesse momento, o Poder Judiciário pode intervir nessas situações, exigindo que o gestor público efetive o direito fundamental, de forma adequada e justa, não possuindo o Poder Executivo discricionariedade para descumprir tal ordem, ou seja, a decisão deixa de ser política para ser jurídica. Cumpre salientar que o Poder Judiciário não ofende o princípio da separação dos poderes, nessas situações, pois o próprio texto constitucional de 1988 legitima tal papel do judiciário em situações que o Estado seja inerte à efetivação constitucional, sendo este inerente à sua função social e jurisdicional.

O fortalecimento do direito constitucional consagrou uma maior proteção dos direitos e garantias individuais. Propiciou-se com as garantias uma maior liberdade individual em oposição à supremacia do poder estatal.

A ausência dos pressupostos autorizadores da medida, ou seja, prova inequívoca documentalmente juntada aos autos, que assegure e demonstre o direito líquido e certo do impetrante, dá ensejo à improcedência da ação constitucional e, com isso denegação do pedido.

A Lei 12.016/2009, veio a regulamentar a aplicação do Mandado de Segurança, já que como tendo caráter de ação faz coisa julgada material ou simplesmente formal.

Portanto, inegável a contribuição do Mandado de Segurança para a concretização efetiva dos direitos dos cidadãos perante o ente público, rompendo-se com a inércia das reparações de danos e consolidando um Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo código de processo civil anotado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALMEIDA, Gustavo Barçante de AZEVEDO, Eder Marques de; PORTES, Paola Alvarenga. **O mito da teoria da reserva do possível: os impasses do orçamento público para o desenvolvimento dos direitos sociais**. João Pessoa, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional. Revista ampliada e atualizada**. São Paulo, 2000.

## ACESSOS

FEDERAL, Senado. **Lei nº 12.016/2009: Mandado de segurança**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm). Acessado em 23 de Junho de 2020.

LEITE, Gisele. Mandado de segurança e o CPC/2015. Disponível em: <http://giseleleite2.jusbrasil.com.br/artigos/291594601/mandado-de-segurancaeo-cpc-2015>. Acessado em 23 de Junho de 2020.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/mandado-de-seguranca-aspectos-constitucionais-e-lei-12016-2009/> Acessado em 29 de junho de 2020.

## O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E AS MEDIDAS TOMADAS EM PROL DELA PELA EMPRESA ADAMI S/A DE CAÇADOR/SC

Amanda Baseggio, Ademir Luís Lanzarini Junior, Gabriel Piaty, Gabriel Ivaldo Guedes Varela, Lucas Zanotto Vieira e Willian Antunes de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas que corriqueiramente são debatidos nos mais variados setores do país, ante que, com o passar do tempo, o mundo como um todo tem demonstrado um grande avanço, em todas as áreas, o que interfere de forma direta no presente e no futuro do ambiente em que a sociedade está inserida. Diante desta problemática, afim de evitar impactos relevantes no cenário atual e decorrente, se faz cada vez mais imprescindível a criação e aplicação de medidas preventivas capazes de satisfazerem as necessidades da presente geração sem prejudicar as da futura geração, permitindo que seja possível o desenvolvimento de forma sustentável, em prol da sociedade e do meio ambiente. Portanto, a partir desta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar a aplicação dessas medidas na prática, em especial em relação a empresa Adami S/A, considerada uma principais empresas no segmento madeireiro da cidade de Caçador/SC, a qual, todos os anos, tem demonstrado realizar diversos planos e atividades capazes de promover o desenvolvimento sustentável, afim de manejar a sustentabilidade da melhor maneira possível, permitindo que a evolução do planeta seja composta por atividades inofensivas e incapazes de gerar impactos degradantes ao meio ambiente.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Geração. Sociedade. Meio Ambiente.

### 1. OBJETIVOS

O presente estudo possuiu o condão de analisar brevemente o conceito de sustentabilidade e suas nuances, bem como a sua aplicabilidade prática, sob o ponto de vista das ações adotadas pela empresa Adami S/A, a qual encontra-se localizada no Meio Oeste Catarinense, mais precisamente na cidade de Caçador/SC.

### 2. REVISÃO DA LITERATURA

#### 2.1. DA SUSTENTABILIDADE

A palavra sustentabilidade sem dúvida alguma vem ganhando maior importância nos últimos tempos, sendo fato corriqueiro nos mais diversos discursos, seja das organizações privadas ou não governamentais, ou até mesmo por parte do governo (OLIVEIRA; CEZARINO; LEONETI, 2019).

Sendo assim, inicialmente, no intuito de embasar o estudo, cabe a nós entender o conceito de sustentabilidade, bem como a sua aplicação prática nos dias atuais. Neste sentido, afirma Magalhães (2018) que a sustentabilidade é a capacidade de sustentação ou conservação de um determinado sistema ou

<sup>1</sup> Acadêmicos da 9ª fase do Curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Peixe.

processo. Já no Dicio (2020), retiramos que sustentabilidade é a capacidade de suprir as necessidades do presente, sem que isso afete as gerações futuras, relacionando para tanto os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Ainda nesta esteira, Hülse (2018 apud FREITAS, 2011) afirma que, a sustentabilidade é um princípio constitucional, o qual possuiu eficácia direta e imediata, responsabilizando assim o Estado e a sua sociedade pela construção de um desenvolvimento material e imaterial, que seja socialmente inclusivo, durável e igualitário, bem como, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, sempre no intuito de garantir a qualidade de vida no presente e no futuro. Para Dias (2015), falar sobre sustentabilidade é nos perguntar como as ações tomadas no presente podem afetar a econômica, o meio ambiente, a saúde e o bem-estar das pessoas no futuro. Por este motivo, entende ainda o autor, que sustentabilidade se trata de um processo com começo, todavia, sem fim.

Como bem relaciona Magalhães (2018) a sustentabilidade está alicerçada em um tripé, o qual consiste em três princípios, o social, o ambiental e o econômico. Desta forma, para realmente se garantir a sustentabilidade, necessário se fez a integração destes três fatores, do contrário, não há sustentabilidade garantida.

Sendo assim, pode conceituar sustentabilidade social da seguinte maneira:

A Dimensão social atua desde a proteção da diversidade cultural até a garantia real do exercício dos direitos humanos para eliminar qualquer tipo de discriminação ou o acesso à educação, todos recaindo sob essa rubrica. Na perspectiva social, busca-se conseguir uma sociedade mais homogênea e melhor governada, com acesso à saúde e à educação, combate à discriminação e à exclusão social. Os direitos humanos se apresentam como tentativa de concretizar essa dimensão (HÜLSE, 2018, p. 15 apud SOUZA, 2016).

Para Magalhães (2018) a sustentabilidade social engloba as pessoas, bem como as suas condições de vida, incluindo assim, a qualidade da educação, da saúde, da segurança, do lazer, entre outros diversos aspectos, buscando sempre a igualdade entre os indivíduos. Sendo assim, pode-se dizer que a sustentabilidade social está intimamente ligada ao crescimento estável da economia e a melhor distribuição de renda na população, no intuito de diminuir as desigualdades sociais (OLIVEIRA; CEZARINO; LEONETI, 2019 apud SACHS, 2000).

Já no tocante a sustentabilidade ambiental, Magalhães (2018) ressalta que se trata dos recursos naturais e a sua utilização pela comunidade, a qual deverá buscar sempre a conservação e manutenção dos recursos naturais. Para Hülse (2018) a sustentabilidade ambiental é observada na proteção ao meio ambiente, e por consequência no direito ambiental, uma vez que este visa garantir a sobrevivência do planeta mediante a preservação e crescimento dos elementos pertinentes ao meio ambiente, buscando sempre uma melhor qualidade de vida.

Pode-se dizer assim, que a sustentabilidade ambiental visa garantir a existência de condições ecológicas mínimas para assegurar a vida humana por um determinado período e ao longo das gerações futuras (OLIVEIRA; CEZARINO; LEONETI, 2019 apud LELE, 1991).

Por fim, a sustentabilidade econômica, pode ser conceituada da seguinte forma:

Já a Sustentabilidade Econômica consiste, essencialmente, em resolver o desafio de aumentar a geração de riqueza, de maneira ambientalmente sustentável, e de encontrar os mecanismos a uma distribuição mais justa e homogênea (HÜLSE, 2018, p. 218).

Sendo assim, a sustentabilidade econômica está infimamente vinculada à capacidade e utilização do meio ambiente na busca por atingir os objetivos econômicos (OLIVEIRA; CEZARINO; LEONETI, 2019 apud NASCIMENTO, 2012).

Desta forma, ciente da conceituação, bem como das demais nuances da sustentabilidade, passaremos no próximo capítulo a verificação das ações efetuadas em prol desta pela empresa caçadorense ADAMI S/A.

## 2.2 DA PREOCUPAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE EXERCIDA PELA EMPRESA ADAMI S/A

A Adami S/A iniciou suas atividades no ano de 1942 no ramo madeireiro (ADAMI S/A MADEIRAS, 2018), apresentando como ideologia a missão de cultivar florestas, beneficiar madeiras, produzir papel, embalagem e energia, com o fim de gerar riqueza diretamente ligada ao equilíbrio ambiental e ao desenvolvimento social (ADAMI, 2019).

Com o considerável crescimento da empresa e a verticalização de suas produções, consequentemente, desencadeou uma preocupação com a responsabilidade ambiental. Para tanto, a empresa Adami S/A mantém vários projetos objetivando a preservação do meio ambiente (ADAMI S/A MADEIRAS, 2018).

Atualmente a Adami S/A conta com várias unidades, sendo elas: Negócio Florestal, Madeireira, Pasta químico-mecânica, Papel, Embalagem, Energia Elétrica Setor de Portas Vert, Papel (ADAMI S/A, 2017).

Desta forma, tanto a responsabilidade ambiental, quanto a preocupação com a sustentabilidade, abrange todas as unidades da empresa. Para tal fim, a Adami S/A (2018) exerce inúmeras medidas que demonstram sua preocupação sustentável, vejamos:

A Adami mantém em prática vários projetos sobre preservação do meio ambiente, construiu um novo aterro industrial para o correto descarte dos resíduos industriais e conta atualmente com uma moderna estação de tratamento de efluentes, ambos aprovados e fiscalizados pelos órgãos ambientais oficiais. Além de se tratar de uma empresa que apresenta um elevado índice de reciclagem de papel, ao consumir grande parte de aparas produzidas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, etc.

A Adami reutiliza boa parte dos resíduos gerados na Unidade Madeireira para a geração de energia em suas caldeiras da Unidade de Papel e Embalagem. O vapor é gerado a partir do calor provocado pela combustão da mistura cavaco/ar dentro da fornalha.

Cerca de 50% do cavaco utilizado nas caldeiras é reutilizado do próprio processo produtivo da Adami. Além de dar utilidade a um resíduo, a geração de energia por meio dessa biomassa substitui a utilização de combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo, que agride mais o meio ambiente, no processo de geração de vapor nas indústrias, além de ser um combustível mais barato e renovável.

Na área social, a Adami investe de forma permanente no bem-estar de seus colaboradores ao oferecer atendimento em saúde ocupacional com médico do trabalho e atendimento odontológico no próprio parque fabril, além de manter campanhas preventivas sobre tabagismo, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, diabetes, obesidade, câncer de mama e próstata, entre outras. Possui uma sede social que se destina ao lazer e outras atividades sociais e esportivas que envolvem seus colaboradores e familiares. Ao manter a escola – CEP (Centro de Educação Pierina Adami), que visa proporcionar Educação Regular e complementar ao seu

quadro de colaboradores, a empresa reforça sua preocupação com o ensino, pois acredita que somente por meio da educação poderá alcançar um nível cada vez maior de qualidade.

Ademais, por exemplo, a Unidade de Negócio Florestal, de acordo com as exigências da legislação ambiental, conta, inclusive, com o plantio e manutenção das Florestas, possuindo o chamado “Selo Verde”, ou seja, Selo FSC (*Forest Stewardship Council*) (ADAMI S/A, 2017).

Este Selo comprova o comprometimento da empresa frente à sustentabilidade, uma vez retrata os três tipos de sustentabilidade que são: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. Isso significa dizer que as atividades exercidas pela unidade da empresa são ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis (ADAMI S/A, 2017).

Com isso, resta evidente que a empresa Adami S/A desenvolve voluntariamente práticas capazes de promover o bem-estar interno e externo, procurando sempre o benefício da coletividade, procurando o crescimento econômico, contudo, sempre procurando meios responsáveis de garantir a sustentabilidade das futuras gerações (ADAMI S/A, 2018).

### **3. METODOLOGIA**

O estudo proposto será levado a efeito tomando como pressuposto o método indutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva.

Serão utilizados como fontes de pesquisa estudos recentes que abordam o problema objeto desta pesquisa.

Os dados da pesquisa serão organizados em fichas e posteriormente analisados confrontando-os e buscando interpretar seu significado, no sentido de indicar os resultados relevantes que provierem.

### **4. RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A partir do que restou evidenciado no presente estudo, tem-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas de suma importância no meio em que se vive, motivo pelo qual se fazem claramente inseridos nas atividades cotidianas empenhadas pela empresa madeireira Adami S/A, objeto do presente estudo e pesquisa.

Conforme explanado, a empresa supracitada emite diversos relatórios anuais contendo informações referentes a planos efetivamente exercidos em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, podendo extrair destes, a realização de diversas atividades preventivas capazes de resguardar aspectos econômicos, sociais e do meio ambiente, o famoso tripé mencionado por Magalhães.

A título de conclusão e destaque, vale mencionar novamente alguns planos realizados pela empresa, tais como a construção de novos aterros industriais para o correto descarte dos resíduos industriais, o investimento de forma permanente no bem-estar de seus colaboradores, oferecendo atendimento em saúde ocupacional com médico do trabalho e atendimento odontológico no próprio parque fabril, o fato de possuir uma sede social que se destina ao lazer e outras atividades sociais e

esportivas que envolvem seus colaboradores e familiares e, também, pelo fato de se tratar de empresa com elevado índice de reciclagem de papel.

Diante do exposto e apresentado, pode-se concluir que a empresa Adami S/A desenvolve voluntariamente práticas capazes de promover o bem-estar interno e externo, procurando suprir as necessidades inerentes a toda a coletividade, ao interesse público, permitindo crescer economicamente de forma responsável, ou seja, sem causar danos/impactos relevantes e negativos as presentes e futuras gerações, exercendo, portanto, as suas atividades em consonância com os padrões queridos a mercê da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI S/A. Institucional Adami S/A 2017. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgHiMZyyESQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Sobre a Adami S/A. 2018. Disponível em: <http://www.adami.com.br/adami/empresa/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Relatório de Sustentabilidade 2018. 2019. Disponível em: [https://issuu.com/adami4/docs/rs\\_2018\\_-\\_web\\_pag\\_sep/](https://issuu.com/adami4/docs/rs_2018_-_web_pag_sep/). Acesso em: 30 jun. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade**: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HÜLSE, Levi. A contribuição do associativismo para a sustentabilidade ambiental, econômica e social: análise da experiência brasileira e estrangeira. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018.

MAGALHÃES, Lana. Sustentabilidade. **Toda Matéria**, 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/sustentabilidade/#:~:text=Sustentabilidade%20%C3%A9%20a%20capacidade%20de,agir%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20natureza>. Acesso em: 30 jun 2020.

OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de; CEZARINO, Luciana Orages; LEONETI, Alexandre. Sustentabilidade: princípios e estratégias. 1. ed. São Paulo: Manole. 2019.

SUSTENTABILIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 30 jun 2020.

## HABEAS CORPUS NA DIMENSÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Carlos Alexandre Meireles  
Emanoeli Neriz da Cruz  
Luiz Davi Pinto Gomes  
Thabyta Dias Gioppo

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

### RESUMO

O habeas corpus é um remédio constitucional que resguarda o direito ambulatorial em consonância com as liberdades negativas, toda vez que alguém sofrer ou estiver na iminência de sofrer ameaça em sua locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. O habeas corpus é uma ação penal que surgiu na legislação brasileira no Código de Processo Criminal, em 1832 e atualmente encontra-se na Constituição da República Federativa de 1988. Conceituando e abordando a temática deste remédio tem-se no objetivo da pesquisa a explanação sobre a referida ação e sua aplicação no âmbito do Direito Constitucional e Processual Penal em conformidade com os direitos fundamentais. Assim o objetivo da pesquisa é buscar a conexão entre a ação de habeas corpus e a garantia de direitos, sobretudo os de liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habeas Corpus, Remédio Constitucional, Liberdade e Direitos Fundamentais.

### OBJETIVOS

O projeto objetiva enfatizar a aplicabilidade da ação de habeas corpus para salvaguarda de direitos de primeira geração a fim de evitar arbítrios contra a liberdade individual.

### REVISÃO DA LITERATURA

Sobre os direitos fundamentais ensina Moraes (2003) que “o povo escolhe seus representantes, que, agindo como mandatários, decidem os destinos da nação. O poder delegado pelo povo a seus representantes, porém não é absoluto, conhecendo várias limitações, inclusive com a previsão de direitos e garantias individuais e coletivas, do cidadão relativamente aos demais cidadãos e ao próprio estado.” Assim os Direitos e garantias individuais funcionam como limite ao poder delegado.

Moraes (2003) leciona que a doutrina nos apresenta divisão entre três dimensões de direitos fundamentais, compreendendo as liberdades clássicas como os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos). Os de segunda geração correspondem os direitos sociais, econômicos e culturais. A terceira geração desses direitos está

relacionada aos poderes de titularidade coletiva, tendo afinidade com os valores de fraternidade. De acordo com ALEXANDRINO & PAULO (2009) os direitos fundamentais foram positivados a partir da Revolução Francesa.

Exigem no primeiro, um não fazer do Estado frente às liberdades individuais, destarte compreendem-se como direitos negativos ou direitos de defesa. Para a proteção desses direitos fundamentais existem, remédios constitucionais, instrumentos hábeis a fim de garantir sua validação frente ao Estado afirma ALEXANDRINO & PAULO (2009).

A Constituição da República Federativa de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXVIII, no Título II, define a ação de habeas corpus, considerando-a como meio de evitar a coação arbitrária: “- conceder-seá habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;”. A primeira menção histórica ao Habeas Corpus surgiu no Direito Romano com uma garantia chamada interdictum de homine libero exhibendo, onde era dada uma ordem pelo pretor para que apresentasse o cidadão livre de qualquer constrangimento, com o intuito de verificar a legalidade da prisão. O autor afirma que posteriormente, por volta do ano 1215, o Rei João Sem Terra (Inglaterra) instituiu a Magna Carta que não admitia a prisão dos barões sem o julgamento dos seus pares (SIQUEIRA JR. 2017).

No Brasil com a Constituição Federal de 1988, o instituto ganha força tendo previsão no rol de direitos e garantias de cada cidadão brasileiro ou estrangeiro residente no país. Tem-se no habeas corpus uma garantia à disposição do indivíduo a fim de salvaguardar seus direitos contra ilegalidade ou abuso de poder cometidos pelo estado (ALEXANDRINO & PAULO, 2009). Ou seja, qualquer indivíduo pode utilizar-se de instrumento a fim de limitar o poder do estado.

Para Moraes (2003) o habeas corpus é ordem dada pelo magistrado ou tribunal, a fim de fazer cessar ameaça de liberdade ou a coação dela – o direito ambulatorial. E não pode ser utilizado senão como meio idôneo para garantir a locomoção. Tem caráter penal e isenta de custas o impetrante, submetido a procedimento especial. Embora esteja em capítulo próprio de recursos no Código de Processo Penal, é de suma importância frisar que o remédio é na ação e não um recurso.

(ALEXANDRINO & PAULO, 2009) assevera que a ação protege pessoa natural, não podendo ser impetrado a favor de pessoa jurídica. Deste modo uma pessoa jurídica não pode ingressar em juízo na condição de paciente. De seu turno a pessoa física pode ingressar repressivamente sempre que estiver preso ilegalmente ou preventivamente, no caso de desrespeito iminente a sua locomoção. Nessa perspectiva, o *habeas corpus* representa um remédio constitucional utilizado de forma preventiva, liberatória e também de ofício. Moraes (2003) ensina que o instrumento pode ser utilizado para resguardar a liberdade de estrangeiros, exigindo, porém que seja redigido em português. Pode ser inclusive impetrado em favor de terceiro.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que os direitos fundamentais são garantias constitucionais que versão sobre preceitos de normas criadas para a preservação a dignidade da pessoa humana, toda via estes direitos são imprescindíveis para a manutenção da ordem pública.

Nesta temática o trabalho mostrou de forma sucinta e objetiva que o habeas corpus é um remédio constitucional, sendo previsto no rol de direitos da Magna Carta de 1988, do Brasil, tais direitos estão atrelados a garantia de cada cidadão brasileiro ou estrangeiro residente no país.

Para findar a obra é pertinente destacar com o decorrer do desenvolvimento da sociedade os direitos fundamentais sofreram grande alteração, partindo do pressuposto que em outros séculos os mesmos eram reprimidos em meio ao poder moderador. Vale ressaltar que o feito mostrou que o habeas corpus é uma medida cabível contra ato autoritário de reprimir direito ou em virtude de sua iminência, referente a liberdade de locomoção do bem tutelado pelo Estado.

## Referências Bibliográficas

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado.** 7º edição. São Paulo: Método, 2009.

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo Discursivo.** Org./Trad. Luís Afonso Heck. 3. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p.55. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/o-reconhecimento-formal-dos-direitos-fundamentais-analise-da-garantia-do-habeas-corpus-no-ambito-da-constitucionalidade-1988>. Acesso em: 14 de junho de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal.** 22 de setembro de 1988. DF 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10 de junho de 2020.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2003.

SIQUEIRA Jr., Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional.** 7º ed. São Paulo. Saraiva: 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70694/a-viabilidade-da-utilizacao-do-habeas-corpus-como-meio-de-defesa-na-execucao-de-alimentos/3>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

## MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fabiana Karolainy dos Santos - ([fabykero23@gmail.com](mailto:fabykero23@gmail.com))  
Nataliane Aparecida Moraes de Oliveira- ([nataliane.oliveira@hotmail.com](mailto:nataliane.oliveira@hotmail.com))  
Maic Sandro Rodrigues – ([maicsandro32@hotmail.com](mailto:maicsandro32@hotmail.com))  
Vanessa Marçal da Cruz- ([nessa.tg.marcal@hotmail.com](mailto:nessa.tg.marcal@hotmail.com))  
Prof. Esp. Roselaine de Almeida Périco ([roseperico2@gmail.com](mailto:roseperico2@gmail.com))

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador, Brasil

**Resumo:** A mediação começou como uma importante técnica para solução rápida e pacífica de conflitos nas esferas judiciais e extrajudiciais, a partir da legislação brasileira de mediação, lei nº13.104/15 e do novo Código de Processo Civil de 2015, encontramos várias mudanças feitas para a introdução da mediação na administração pública, trazendo inúmeros benefícios com os mecanismos Autocompositivos para resolução consensual de conflitos buscando a efetividade dos processos, dando o igual acesso à justiça ao cidadão.

**Palavras-chave:** mediação. administração pública. conflitos. autocomposição.

### Introdução

A mediação tem como objetivo a resolução de conflitos por meio de um terceiro, sem vínculo nenhum com as partes e sem interesse no resultado, destaca-se como Mediador, e auxilia no diálogo entre as partes para a melhor resolução, trazendo a frente interpretações e soluções para determinado problema. Afim de ajudar a encontrar o melhor para ambos. Com isso a lei cria mecanismos facilitadores de acesso a justiça e evita as demandas atrasadas de processos sem resolução, sem contar que ensina as partes a resolver suas necessidades através de diálogo.

O tema apresentado vai trazer à tona a utilização das normas de mediação em processos administrativos públicos, que dá livre acesso a administração de resolver controvérsias com base legal nos conflitos interpostos a ela, diretamente com a parte interessada sem que interfira nos princípios constitucionais.

### Objetivos

O projeto pauta-se no objetivo geral de expor a técnica mediativa no direito, bem como demonstrar a possibilidade e os benefícios da sua aplicação na esfera da Administração Pública.

### Revisão da Literatura

O aumento das demandas de processos acaba gerando um congestionamento na resolução desses conflitos no poder judiciário, e para facilitar e tentar resolver com mais agilidade é criado a mediação, procedimento capaz de chegar em acordos mediante diálogo.

A Lei de Mediação 13.140/2015 aprova em seu Art. 1º que é possível que a Administração Pública solucione problemas, conflitos e controvérsias por meio de mecanismos de Autocompositivos. Vale destacar que não se valera apenas por

diálogos, terá procedimentos baseados nas alterações legislativas de políticas pelo estado fixados em leis próprias.

Pode-se destacar que a administração Pública é respaldada por princípios que devem ser observados, terá um aperfeiçoamento dos mecanismos administrativos consensual para resolver de forma célere e eficaz.

A Constituição Federal, em seu art. 37, apresenta os 5 princípios básicos aos quais estão submetidas a administração pública direta e indireta, quais sejam:

- ✓ **Legalidade:** a Administração Pública só pode fazer o que estiver disposto em lei, se por um acaso acontecer excesso ou algo ilegal o ato será nulo.
- ✓ **Impessoalidade:** Aqui se refere que os atos administrativos devem ser imparciais, ou seja, sem nenhum tipo de privilégio, discriminações e interesses. Aqui também assegura a defesa do interesse público sobre o privado.
- ✓ **Moralidade:** é um conjunto de regras que existe dentro da Adm. Pública. Pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o cumprimento da estrita legalidade, ele deverá respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça, pois a moralidade constitui pressuposto de validade de todo ato administrativo praticado (MORAES, 2005, p. 296).
- ✓ **Publicidade:** É o princípio que exige que a administração pública divulgue seus atos, com transparência como tipificado em lei. A divulgação é necessária.
- ✓ **Eficiência:** Como o nome já diz, esse princípio zela pela boa administração, para que a administração atenda os pedidos da sociedade de modo positivo e eficiente. A eficiência é uma característica que faz com que o agente público consiga atingir resultados positivos, garantindo à sociedade uma real efetivação dos propósitos necessários, como por exemplo, saúde, qualidade de vida, educação, etc.

Os métodos autocompositivos destacam-se como meios alternativos de acesso a jurisdição e possibilitam um mecanismo importante para resolver os conflitos na administração pública e visam simplificar, desburocratizar e informalizar os relacionamentos sociais e jurídicos.

O Brasil ainda está englobado num novo paradigma jurídico que se apresenta para o século XXI: mais informal, negocial e participativo.

Partindo dessa ideia a administração pública terá um novo desafio que seria o de REGULAMENTAR as causas autocompositivas de acordo com as peculiaridades e ainda escolher os mediadores que seriam responsáveis para a atuar na autocomposição.

Alguns doutrinadores dizem, que deverão compor o quadro de mediadores os servidores públicos, outros dizem que precisam ser devidamente capacitados e que o poder público possa recorrer as decisões. Além desse impasse há outro passo que os brasileiros acabam enfrentando quando se trata de facilitação da justiça o “de onde virão os recursos para pagar pelos serviços de mediação quando mediadores já não sejam servidores remunerados pelos cofres públicos para tal fim, bem como pagar por eventuais estudos técnicos.

Seguindo a ordem da explicação, já resolvido a parte de quem serão os mediadores e em qual órgão se dará a resolução, partem para analisar a situação de conflito, busca-se o diálogo e reestabelecer a comunicação das partes.

O art. 174 do Código de Processo Civil preve a possibilidade da criação das Câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas a solução de

conflictos, e a Lei n. 13.140/2015 institui o mecanismo de resolução de conflitos envolvendo entes públicos, chamado de Autocomposição.

As câmaras de mediação funcionarão dentro dos órgãos da Advocacia Pública, e os mediadores deverão compor dentro da Advocacia-Geral da União, ou Procuradores dos estados ou Municípios, no caso de empresas públicas um assistente jurídico ou um ocupante de função equivalente, poderá instaurar o procedimento de ofício mediante provocação, conforme disposição do art. 33 parágrafo único, da lei n. 13.140/2015.

Pode-se citar como situações suscetíveis de serem resolvidas por mediação na esfera da Administração Pública:

1. Conflitos relativos à implementação de políticas públicas, especialmente com o Ministério Público, no bojo de uma ação civil pública (obrigações, metas, prazos, qualidade do serviço público prestado).
2. Reintegração de posse de áreas públicas, especialmente quando ocupadas por famílias sem moradia (prazos, contrapartidas).
3. Negociação com entidades de classe de servidores públicos a respeito de política salarial e outros direitos dos representados.

Todos esses exemplos vão em busca de um único propósito, a solução consensual dos conflitos, que tem como objetivos: dirimir conflitos no âmbito administrativo, avaliar a admissibilidade dos pedidos de resoluções de conflitos por meio de composição sendo o caso de controvérsia entre o particular e a pessoa jurídica.

## Metodologia

Para a investigação e relato, o estudo fez uso da pesquisa bibliográfica, associado à produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX.

## Resultados e Conclusões

Em virtude do que foi mencionado, a mediação na administração pública como método de resolução conflito deixa claro que necessita existir um vínculo anterior entre as partes, e um mediador sem nenhum interesse no resultado, essa forma de mediação busca a desobstrução do poder judiciário já previsto no novo código.

Em síntese, os responsáveis pela mediação precisam ser profissionais devidamente habilitados, contudo, sabemos que não é bem o que acontece na administração pública, geralmente formada por funcionários públicos que consequentemente acabam comprometendo a situação e evitando soluções satisfatórias para o conflito.

O assunto aludido adentra a possibilidade da mediação como forma de Autocomposição na administração para garantir a possibilidade de uns dos princípios constitucionais, o acesso a justiça a todos.

## Limitações

As limitações encontradas para o desenvolvimento do estudo estão na natureza da técnica estudada, cuja natureza não se limita à juridicidade, alcançando outras áreas de conhecimento.

## Recomendações de Estudo

Recomenda-se a continuidade do estudo sobre as possibilidades de aplicação de técnicas de autocomposição na Administração Pública, na busca por se restabelecer a comunicação social, prevenindo conflitos litigiosos, e promovendo a inclusão e pacificação social.

## Referências Bibliográficas

**BORFE, Debora Camila. RODRIGUES, Alexsandra Gato. A mediação como alternativa na resolução de conflitos decorrentes da Administração Pública.** V Seminário internacional de Direitos humanos e democracia, V amostra de trabalhos Científicos, 2017.

**BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 19 out. 2019.

**DIAS, Luciano Souto. FARIA, Kamila Cardoso. A mediação e a conciliação no contexto do novo código de processo civil de 2015.** Revista constituição e garantia de direitos. Disponível em:  
<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosdemocracia/article/view/8996/7700>. Acesso em 09.06.2020.

**LEITE, Gisele. Mediação na Administração Pública.** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/media%C3%A7%C3%A3o-na-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%A9-Ablica> acesso em 09.06.2020.

**LIMA, Anderson Quirino Oliveira de. REFLEXÕES TÉCNICAS SOBRE A APLICAÇÃO DE MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MPSP. dez 2018.**  
Disponível em:  
<[http://www.mppsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-Eletronica-Jur-Inst-MP-RN\\_n.12.01.pdf](http://www.mppsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Eletronica-Jur-Inst-MP-RN_n.12.01.pdf)> Acesso em: 14 jun 2020. p. 2

SCHMIDT, Gustavo da Rocha. **Arbitragem na Administração Pública.** Curitiba: Juruá, 2018.

SOUZA, Luciane Moessa de. **Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo Entes Públicos:** negociação, mediação e conciliação na esfera administrativa e judicial. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis.** 4 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas.** 5 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

## **Instituições Financiadoras e Apoiadoras**

Recursos Próprios

## **Agradecimentos**

A todos os colegas e professores da 6<sup>a</sup>. Fase do Curso de Direito, que contribuíram para o resultado do Projeto Integrador.

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE****Disciplina: Teoria Geral do Processo****Atividade: Elaboração de *Short Paper*****Aluno: Alex, Igor Guesser, Allan Fantin, Larissa Naomy e Thifani Laiza.****Tema:** Contrato de Gestão: A estratégia da Administração Pública na busca da eficiência**Ética e moral na gestão da coisa pública e o dever de probidade**

Podemos certificar que ética é uma peculiaridade essencial da pessoa e sua principal finalidade é identificar as determinações que precisam comandar a conduta delas. Todas as decisões éticas são conduzidas pelos valores de cada ser humano. Valores são princípios de boas maneiras, como, por exemplo, honestidade, responsabilidade, cumprir promessas, busca de excelência, justiça, lealdade integridade, entre outros. A maioria dos seres humanos estão de acordo que todos esses valores compõem linhas de conduta admiráveis. No entanto, a ética torna-se um assunto complexo posto que a situação exige que um valor preceda os outros. Deste modo, ética é o sistema de regras que governa a ordenação de valores. (BUENO, 2016)

A moral comum está vinculada com a consciência de cada pessoa, é um critério de avaliação pessoal dos fatos e atos da vida julgando como bons ou ruins. Desta forma, a definição de moral comum é determinada pela vontade interna das pessoas e vinculado a valores próprios de cada indivíduo, sendo que, a priori, não obriga terceiros, pois estão despidos de coercibilidade estatal. A moralidade qualificada como moralidade administrativa, definição jurídica indeterminada, não se relaciona só ao certo ou errado no plano da consciência dos agentes públicos. A moralidade administrativa, é o comportamento do administrador que corresponda com o cargo de gestor da coisa pública e obedeça os princípios específicos que regram a atuação estatal (art. 37, CF/1988), administrando da melhor forma possível em conformidade com o princípio da eficiência. Deste modo, uma moral institucional que transcende a legalidade estrita. (BUENO, 2014)

O encargo de probidade administrativa é um princípio profundamente relacionado à moralidade administrativa, que é a obrigação do agente público desempenhar atos conforme as regras éticas, para garantir sempre uma boa administração voltada para os interesses públicos. Os agentes públicos, em especial os servidores públicos, que ficam sujeitos à égide do dever de probidade constante na Lei 8.429/1992. (KOTSIFAS, 2016)

A probidade administrativa é um meio de moralidade administrativa que

requereu consideração especial da Constituição, que condena o burlador com a suspensão de direitos políticos (art. 37, § 4.º). A probidade administrativa consiste na obrigação de o funcionário exercer a Administração com honestidade, atuando no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer. (KOTSIFAS, 2016)

**Na lei 8666/93 art 89º99 são os crimes e penas nos contratos com a administração pública abaixo estão os artigos e as penas.**

É conhecido como a lei de licitações e contratos a lei 8666/93, art 89 a 99, são os crimes e penas nos contratos com a administração pública. O engenheiro e ex deputado Luiz Roberto Pontes, foi o autor do projeto que deu origem à lei das licitações, a sessão 3 começa no artigo 89 e termina no 99.

A maioria das condutas delituosas dos agentes públicos e/ou privados contra a Administração Pública, o que inclui aqueles que participam do procedimento licitatório e posteriormente das contratações com a Administração, já haviam sido tipificadas no código Penal em especial no título XI (Dos Crimes Contra a Administração Pública).

Porém, com o aumento da participação de interessados nos processos licitatórios na Administração Pública brasileira passou a exigir maior correção na condução desses processos de contratação. Código penal, com seus artigos, já não mais conseguia tutelar, de modo satisfatório, os interesses que se almejava resguardar com a realização dos processos licitatórios foram previstos de forma inovadora os artigos 89 a 98. ( MANASFI). A pena de multa dos artigos 89 a 98 desta lei, é o pagamento do valor estipulado na sentença que é calculado na base sobre os benefícios obtidos de forma irregular, às penas podem ter detenção de 6 meses a 6 anos dependendo a gravidade do crime.

### **Contrato de Gestão na Constituição Federal Art. 37 e seus aspectos históricos**

Ao longo dos anos a Gestão Pública vem sofrendo diversas modificações em especial nas relações com a sociedade em que está inserida. Para Nicole Belloubet-Frier o Estado precisa trabalhar de acordo com a diversidade social baseada no diálogo. Na Franca, em 1970, surgem os primeiros contratos entre o Poder Público e as empresas Privadas, também vemos a expressão “governar por contrato” (MENDONÇA, apud, OLIVEIRA, 2008), seria uma forma de o Governo criar vínculos mais concretos com a sociedade.

Em meados de 1979 surge a Reforma Administrativa no Reino Unido, visando a eficiência do serviço público. Na França surge a iniciativa de gerenciamento financeiro e posteriormente a reforma administrativa Britânica que se baseava na divulgação de informações e fixação de responsabilidades das autoridades e dos agentes, por fim figuras importantes foram criadas como marcos as agências executivas, que visaram conferir maior liberdade e autonomia a determinados serviços (MENDONÇA, 2019).

Ainda conforme Mendonça, na Itália surgem os “acordos de programa” muito parecidos com os Contratos de Gestão brasileiros, o sistema Público Italiano passou por uma grande reforma de competências do sistema Executivo através da descentralização para entes locais. Outro ponto importante da reforma Italiana se deu pelo fato da agilização de processos administrativos pela da desburocratização da administração.

Os Estados Unidos da América passaram por uma forte reforma em 1993 comandada pelo ex-presidente Bill Clinton que implantou e melhorou as ações de controle do gasto público e políticas fiscais severas, nascendo ali a ideia do empreendedorismo público (MENDONÇA, apud DI PIETRO, 2011).

O surgimento de contratos na gestão Pública e consequentemente a Governança Pública tem o objetivo de aproximar as pessoas formadoras da sociedade com o poder público. E manter de certa forma a eficiência na administração dos recursos públicos. Por exemplo, sempre que o Poder Público precisa adquirir bens ou serviços da sociedade privada o faz por meio de contrato.

Conforme Mendonça, apud OLIVEIRA, 2008, o Brasil não poderia ficar inerte aos acontecimentos mundiais e começou a vislumbrar atitudes para constituir maior prática e eficácia na em relação à Gestão Pública, desde 1991 vários Decretos foram instituídos visando contratos de gestão, dentre eles o nr 137, Programa de Gestão de Empresas Estatais, que envolvia as empresas públicas: Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobras e o Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais.

### **A Autotutela nos contratos de gestão na esfera pública**

É determinado a Administração Pública que a autotutela dispõem a competência vistoriar as suas próprias ações, assim, excluindo-os quando ilegais ou anulando-os quando inconvenientes ou inoportunos, deste modo, essa Administração sem tal necessidade para recorrer ao Poder Judiciário com destino a corrigir os seus atos, sendo capaz realizar diretamente (COELHO, 2016). Administração pública: União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas (ALMEIDA, 2016).

Na atribuição do regime jurídico-administrativo tem conhecimento de autotutela e ela é concebida, tradicionalmente, como um princípio informador da atuação da Administração Pública, paralelamente a outras proposições básicas, como a legalidade, a supremacia do interesse público, a impessoalidade entre outras. Para sua formulação teórica, parte-se do pressuposto inquestionável de que o Poder Público está submetido à lei (OLIVEIRA, 2012).

Por conseguinte, essa atuação expõe a uma autoridade de legalidade, assim como, quando é exercido pela própria administração, sobre os seus exclusivos atos, é titulado como autotutela. Essa Administração pode reconhecer e declarar a nulidade dos seus próprios atos. (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963) (OLIVEIRA, 2012).

Toda via, tal poder tem o dever que seja de índole constitucional, seu exercício não pode se dar de forma absoluta e irrestrita, porquanto a invalidação de atos administrativos não garante, ela só, a restauração da ordem jurídica. Não sendo a noção de autotutela ilimitada, questões de ordem objetiva, como o decorrer do tempo, ou subjetiva, como a boa-fé dos destinatários, restringem o exercício desse poder-dever. Um desses fundamentos com maior controversos na limitação da autotutela decorre do princípio da segurança jurídica e das hipóteses que dele advêm (OLIVEIRA, 2012).

Refere-se de uma origem infraconstitucional que transcorre da supremacia da importância e interesse público, pretendendo uma maior rapidez na formação da ordem jurídica abalada pelo ato ilegal, tal como, procurando dar mais prontidão à proteção do interesse público, quando violado pelo ato administrativo inconveniente. Os interesses públicos prevalecem sobre o interesse do particular. No Direito Administrativo, vigora a verticalidade entre Administração Pública e o particular, sendo autorizada inclusive a sacrificar o direito do particular, como por exemplo a desapropriação (ALMEIDA, 2016).

## Referência:

ALMEIDA, Ivanildo. Princípios, **Ato Administrativo e Poder da Administração Pública**. Publicado em 2016, Disponível em: <<https://fivanceiro.jusbrasil.com.br/artigos/321462191/principios-ato-administrativo-e-poder-da-administracao-publica>>. Acesso em: 01/06/2020

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa, Artigo Contratos de Gestão.

Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/contratos-de-gestao>>. Acesso em 23 mai. 2020.

**BUENO, Jorge Arbex. Princípio da moralidade administrativa, probidade e improbidade administrativa.** Publicado em 11/2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34275/principio-da-moralidade-administrativa-probidade-e-improbidade-administrativa>.

COELHO, Ana Izabel Miranda , CUNHA, Drissana Emilia da Silva, CASTRO Gustavo Marques da Silva, JUNIOR, Marcos De Oliveira Vasconcelos, PATRIOTA, Caio César Soares Ribeiro. **O princípio da autotutela no ordenamento jurídico brasileiro.** Publicado em 12/2016 Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54418/o-principio-da-autotutela-no-ordenamento-juridico-brasileiro>> Acesso em: 16/05/2020

**Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.06.2019/ind.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/ind.asp)>. Acesso em 23 mai. 2020.

COELHO, Ana Izabel Miranda , CUNHA, Drissana Emilia da Silva, CASTRO Gustavo Marques da Silva, JUNIOR, Marcos De Oliveira Vasconcelos, PATRIOTA, Caio César Soares Ribeiro. **O princípio da autotutela no ordenamento jurídico brasileiro.** Publicado em 12/2016 Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54418/o-principio-da-autotutela-no-ordenamento-juridico-brasileiro>> Acesso em: 16/05/2020

**JUNIOR, Marcos De Oliveira Vasconcelos. Autotutela Administrativa e Alguns Limites Decorrentes da Segurança Jurídica,** Publicado em 12 de novembro de 2012, Disponível em: <[http://www.sintese.com/doutrina\\_integra.asp?id=1237](http://www.sintese.com/doutrina_integra.asp?id=1237)>. Acesso em: 16/05/2020

**KOTSIFAS, Isabella Maia. Análise simplificada do dever de probidade dos agentes públicos.** Publicado em 08/2016. Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/51260/analise-simplificada-do-dever-de-probidade-dos-agentes-publicos>.

**Lei 8429 de 2 de Junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no**

**exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências..**  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm)>. Acesso em 23 mai. 2020.

MENDONÇA, Nícolas Cainã Medeiros de, **Monografia em Direito Administrativo**. Disponível em:  
<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53127/contratos-de-gestao-eficiencia-na-administracao-publica>>. Acesso em 23 mai. 2020.  
\_\_\_\_\_. Vade Mecum: 2015. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BECKER, CARMEM (Organização). 6º Ed. NITEROI, RJ: Impetus, 2015.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)

MANASFI, Jair, **Uma análise dos crimes de licitação e de suas penas conforme seção III da Lei Nº 8.666/93**. Publicado em: 2015. Disponível em:  
<<https://admjamil.jusbrasil.com.br/artigos/259417931/uma-analise-dos-crimes-delicitacao-e-de-suas-penas-conforme-secao-iii-da-lei-n-8666-93>>. Acesso em: 30/05/2020

## **DEFICIÊNCIA DO ESTADO EM GARANTIR OS DIREITOS DO INFRATOR PRESO EM PRESÍDIOS**

**Carneiro, Francislaine Scheffmacher<sup>1</sup>**  
**Massaneiro, Nathalia Stefani<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho busca, não apenas entender o sistema prisional brasileiro, mas também ter a percepção de como é tratado o egresso, seus direitos, suas motivações e o verdadeiro reflexo social que os mesmos estão sujeitos. O que podemos constatar foi que muitos são os fatores que contribuem para a falta de dignidade para a pessoa humana. Percebe-se que infelizmente o que está acontecendo é a tentativa de resolver as consequências da superlotação, do descaso, da falta de estrutura, da falta de respeito, e ninguém atenta de tentar resolver o que realmente provoca tais situações.

**PALAVRAS CHAVES:** Princípios. Dignidade Humana. Sistema Prisional do Brasil.

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é destacar a desestruturação do sistema prisional brasileiro, a ineficácia, as aflições e o descaso presente nos presídios superlotados e abandonados pelo poder público. Diante desta realidade impactante propõe-se a análise da dignidade da pessoa humana frente ao sistema prisional na atualidade para perceber que a barbárie continua e que a pessoa humana é esquecida e violada quando está no cárcere sob a tutela estatal.

A investigação pretende esclarecer que o princípio da dignidade da pessoa humana garante, de modo obrigatório, o respeito, a identidade e a integridade de todo ser humano, exige que todos sejam tratados com respeito. O Estado tem como uma das suas finalidades oferecer condições para que as pessoas se tornem dignas.

A Declaração de Direitos Humanos prevê as garantias fundamentais da pessoa humana, em seu Preâmbulo, traz os princípios de igualdade entre todos os homens, além de liberdade, paz e justiça. O art. 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirma que todos têm o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; no entanto, em contradição com este normativo, temos outra realidade, em que a segurança pessoal não é garantida.

<sup>1</sup> Acadêmicas do Curso de Direito da Disciplina de Direito Penal III, 8º Fase na UNIARP, Campus Caçador.

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Direito da Disciplina de Direito Penal III, 8º Fase na UNIARP, Campus Caçador.

Assim, a pesquisa busca verificar além das garantias fundamentais, o sistema prisional brasileiro e o público carcerário que está crescendo com o passar do tempo sem a conscientização da sociedade para a importância dos valores do ser humano.

## 1. PROBLEMAS NA APLICAÇÃO

Os presos estão sujeitos às piores condições de vida e subsistência, humilhações e agressões. Essas pessoas estão literalmente sendo amontoadas em presídios em números muito maiores do que a capacidade do local, sendo a superlotação um problema comum que tem como efeito imediato a violação a normas e princípios constitucionais, trazendo como consequência aquele que foi submetido a uma pena privativa de liberdade.

Outro tipo de pena, uma vez que a convivência no presídio trará uma angustia maior do que a própria sanção imposta, e, mesmo que seja uma visão utópica para a melhoria do sistema, será em longo prazo, tentando evitar o crescimento do número de egressos, utilizando a educação como meta prioritária, visando principalmente, as regiões mais carentes onde o crime organizado se aproveita da fragilidade social e a falta de presença do estado, para impor sua lei.

Um dos fatores que ocasionam a reincidência é o ambiente da prisão, contudo, o trabalho sistematizado com o egresso visa minimizar os efeitos aviltantes por ele sofridos durante o cárcere e facilitar a sua readaptação social. 49 Por sua vez tanto a sociedade quanto as autoridades deveriam se cientificar de que para a solução do problema da reincidência, seria necessário uma política de apoio ao egresso, pois o ex-detento sem assistência de hoje continuará sendo o criminoso de amanhã (ASSIS, 2007).

Beccaria (2000), conclui que para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser de modo essencial pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcionada ao delito e determinada pela lei.

## 2. SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL

A LEP não só visa proteger o direito dos detentos, mas como também a integridade do ser humano com principal fim de reinseri-lo na sociedade e para combater a criminalidade de forma humana.

A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões um ambiente favorável à propagação de epidemias e ao contágio de doenças (ASSIS, 2007, p.45)

O sistema prisional brasileiro encontra-se em situação inimaginável. O público carcerário cresce e poucos presídios são construídos para atender a demanda das condenações. A defasagem no número de presídios e de celas para atender a população carcerária é fator preocupante para a manutenção do sistema.

É indubitável que os problemas do sistema penitenciário brasileiro fica mais evidente quando se analisa os regimes prisionais. Nucci (2011) ressalta que na maioria das cidades, onde existem, são inviáveis, o que acarreta o descrédito do Estado, na sua função de promover o bem estar de todos os brasileiros, garantindo a reeducação dos condenados por crimes.

A megapopulação nos presídios representa uma afronta aos direitos fundamentais, tornou-se um problema comum, e é tratada com naturalidade sem condições de viver com um mínimo de dignidade. Além de estar abarrotado, ainda há casos de violência física empregada pelos próprios presos uns contra os outros, através por uma disputa de poder e território entre eles individualmente ou entre facções criminosas.

Segundo Sarlet (2001, p.60), tal situação chega ao ponto de gerar motins, rebeliões, fugas e o crescente aumento da criminalidade e da violência dos presos, motivadas pelas precárias condições a que são submetidos os presos, ou seja, resultados que geram uma situação degradante que se encontra o sistema carcerário brasileiro, que viola os direitos fundamentais da pessoa humana em todo país, e apesar de algumas medidas serem tomadas, pode-se dizer que não chegam nem mesmo amenizar a questão, que tomou proporções assustadoras.

Neste sentido, basta citar o art.5º, XLIX, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a qual assegura os presos o respeito à integridade física e moral, bem como lembrar que a dignidade da pessoa humana é um dos princípios essenciais da Constituição. De acordo com os artigos 88 e 85 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984), a Lei de Execução Penal, estabelece que o condenado seja alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório, com área mínima de seis metros quadrados, do mesmo modo que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação.

O sistema está evidentemente falido, a dignidade do preso é constantemente violada, e nem se cogite a ideia de que o preso não possui dignidade, afinal, poderia se pensar que em função de serem autores dos mais diversos crimes, sua dignidade estaria comprometida. Este é um típico pensamento que deve ser repudiado, vez que a dignidade da pessoa humana é qualidade intrínseca a todas as pessoas, independentemente do indivíduo ser autor de um delito. Ou seja, “a dignidade de todas as pessoas, mesmo daquelas que cometem as ações mais indignas e infames, não poderá ser objeto de desconsideração” (SARLET, 2001, p.52).

A estrutura física, isoladamente, na maioria dos casos, encontra-se em péssimas condições de conservação e manutenção, igualmente, as instalações são precárias e insalubres, como consequência, a falta de higiene é nítida, o que ajuda na disseminação de doenças. A tuberculose e a Aids são exemplos típicos de doenças que se proliferam nos presídios brasileiros.

## REFERÊNCIAS

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana Inserido no Sistema Prisional do Brasil. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-inserido-no-sistema-prisional-do-brasil/> Acesso em: 05 de julho de 2020

Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c932714a29aa065c> Acesso em: 05 de julho de 2020

## SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS – UMA VISÃO DIFERENTE PARA FRAIBURGO

Akira Yamaguchi<sup>1</sup>

Bruna Geovanna Gatti Moreira<sup>2</sup>

Eduarda Flesch<sup>3</sup>

Levi Hulse<sup>4</sup>

Júlio Cesar Legnani Junior<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explanar o serviço voltado para a sustentabilidade desempenhado pela empresa Trombini no município de Fraiburgo, a qual hoje é uma das maiores empresas na área de produção de caixa de papelão ondulado e sacos de papel multifoliados do Brasil, estando localizado nos estados do Paraná, Santa Catarina e também do Rio Grande do Sul. Diante disso, busca-se encetar a pesquisa trazendo o conceito do tópico em questão adentrando no mérito empresarial, a história de fundação da fábrica e o papel que a empresa desempenha na cidade. Ademais expõe os certificados e prêmios ganhos no decorrer dos anos e acentua as questões pertinentes ao reflorestamento, o qual a empresa é modelo para toda a região do oeste de Santa Catarina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade; Trombini; Fraiburgo; Santa Catarina; Empresa.

### ABSTRACT

The present work aims to explain the service focused on sustainability performed by the company Trombini in the municipality of Fraiburgo, which today is one of the largest companies in the production of corrugated box and multifoliate paper bags in Brazil, being located in states of Paraná, Santa Catarina and also of Rio Grande do Sul. Therefore, we seek to start the research bringing the concept of the topic in question into the business merit, the history of the plant's foundation and the role that the company plays in the city. In addition, it exposes the certificates and awards won over the years and highlights the issues pertaining to reforestation, which the company is a model for throughout the western region of Santa Catarina.

**KEYWORDS:** Sustainability; Trombini; Fraiburgo; Santa Catarina; Company.

<sup>1</sup> Graduando no Curso de Direito (9º fase) na UNIARP. E-mail: [akira@hbinfo.com.br](mailto:akira@hbinfo.com.br)

<sup>2</sup> Graduanda no Curso de Direito (9º fase) na UNIARP. E-mail: [brunageovannagatti@gmail.com](mailto:brunageovannagatti@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda no Curso de Direito (9º fase) na UNIARP. E-mail: [eflesch1@hotmail.com](mailto:eflesch1@hotmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Editor da Revista Ponto de Vista Jurídico (UNIARP). E-mail: [levi@uniarp.edu.br](mailto:levi@uniarp.edu.br)

<sup>5</sup> Graduando no Curso de Direito (9º fase) na UNIARP. E-mail: [juniorlegnani08@gmail.com](mailto:juniorlegnani08@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é realizado na modalidade de projeto integrador pelos acadêmicos do nono semestre do curso de direito. Tem como objetivo elencar os projetos de sustentabilidade da empresa Trombini S/A, a qual produz papel ondulado para vários tipos de embalagens, está situada na cidade de Fraiburgo – SC, tendo unidades em Curitiba- PR, Londrina – PR, Farroupilha - RS, Blumenau – SC e São Paulo – SP. A Trombini foi fundada em 1941 por Mirtillo Trombini, e somente em 1945, seus irmãos começaram a ajudar nos negócios da empresa a expandir até que em 1962 construíram um grupo industrial com máquinas de fabricação de papel.

A política de gestão da empresa é baseada na fabricação de embalagens de alta qualidade sempre visando satisfazer os clientes, manter os colaboradores capacitados, preservar a saúde e a segurança dos colaboradores, prestadores de serviços e visitantes e por fim, prevenir a poluição e tratar os impactos significativos ao meio ambiente.

Para Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega e que atuou como presidente de uma comissão da Organização das Nações Unidas. Ela publicou um livro (Our Common Future) onde escreveu em partes: “Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades”.

Ao longo da história da humanidade, viu-se o homem como um detentor da natureza, pois o mesmo acreditava que ela estaria disponível somente para o seu bem-estar, para servir ao desenvolvimento econômico, extraír, produzir, vender, utilizar e descartar, sem se preocupar com a natureza e com as futuras gerações, como se os recursos naturais não tivessem fim.

Portanto a empresa Trombini tem um modo diferente de gestão visando à sustentabilidade, uma vez que a empresa durante de 40 anos que matéria-prima utilizada para os produtos são retirados de áreas florestais replantadas. E também o retorno do produto desenvolvido com base na matéria-prima utilizada – papel, ou papelão ondulado – acontece através do processo de reciclagem.

O reflorestamento e a reciclagem são passos inaugurais, mas que se mostram fundamentais dentro do panorama da sustentabilidade empresarial, alcançando não só produtos, mas também processos. Dessa forma, é possível vislumbrarmos as alternativas viáveis para um futuro em que as próximas gerações não sejam

prejudicadas, e que o nosso planeta continue existindo com toda a sua beleza, abundância e diversidade.

## 2. FLORESTA E RECICLAGEM

O planeta sofre transformações voltadas aos ciclos naturais causados pelas intervenções dos seres humanos o que consequentemente acarretaram ao longo de vários anos de exploração consequências, como a diminuição significativa dos recursos naturais e biodiversidade. Para inverter e estimular o equilíbrio ecológico em face à extração a Trombini preocupa-se com o reflorestamento aliado a reciclagem.

Juntamente com o incentivo mundial as ações de sustentabilidade e reflorestamento foram intensificadas nos últimos anos, resultando em aproximadamente 3000 hectares reflorestados com plantios de *Pinus Taeda* e *Eucalipto sp*, localizadas na região de Fraiburgo em um raio de 150km de uma das sedes da empresa. Tais medidas influem diretamente no meio ambiente exercendo a sustentabilidade e da mesma com a comunidade local onde pequenos produtores recebem empregos e geram renda, juntamente com trabalhadores e operários.

Outras medidas geradas pela preocupação do meio ambiente são a reciclagem praticada pela empresa em seus produtos, a destinação correta de descarte de material e desenvolvimento de produtos sustentáveis e biodegradáveis.

## 3. CERTIFICAÇÕES E PRÊMIOS

Pelas ações sustentáveis da empresa Trombini, a mesma recebeu vários prêmios e certificações. Primeiramente pode-se citar o **Selo FSC® - Forest Stewardship Council**, este selo certifica que as unidades da empresa Trombini possam utilizar em suas embalagens o selo FSC®. O objetivo desta organização é garantir o uso sustentável das florestas de todo o mundo garantindo que estejam disponíveis para as gerações futuras. Para receber o selo há uma série de requisitos voltados à direitos sociais, ecológicos e econômicos quanto ao uso das florestas, tais exigências cumpridas pela Trombini.

Outro prêmio de grande relevância é certificado **Comerc – Sinerconsult De Energia renovável**, onde demonstra mais uma vez a preocupação com os procedimentos sustentáveis da empresa. Este certificado atesta quanto a quantidade de emissão de gás de efeito estufa evitada pela utilização de energia renovável. Esta energia renovável é proveniente de diversas fontes. O cálculo para obter a certificação

deve estar de acordo com a rubrica do GHP Protocol Corporate Standard. Além destas certificações a empresa possui a recomendação do American Institute of Baking, referente a qualidade e segurança da produção das embalagens que armazena alimentos e a Certificação **ISO 9001** voltada à padronização dos processos e fornecimentos de soluções de embalagem entregues aos clientes.

#### **4. PERSPECTIVAS EM 2020**

No início do ano o otimismo tomou conta de todos da empresa pois esperava-se um ano de luxo, mesmo com o Brasil sendo um país conturbado politicamente, a empresa visava o crescimento sustentado, não imaginando que que poderia vir pela frente uma crise tão grande, o que fez com que todos os planejamentos fossem repensados, e ainda tentando retomar o caminho correto.

Direcionando para as possibilidades de venda de médio prazo, tanto de papel ondulado como de sacos de papel, o desempenho será distinto, devido à crise no mundo, alguns materiais até chegarão a um nível próximo da normalidade, sendo estes, segmentos alimentícios, higiene e limpeza, pois é uma necessidade primária não sofrendo assim tanta alteração, contudo, nos planejamentos de bens não primários e duráveis, serão abalados e terão quedas importantes nas produções planejadas da empresa. Um exemplo são os sacos de papéis pois com o mercado da construção civil em baixa, desencadeará quedas expressivas, pois o setor não voltará a normalidade de maneira célere, e o produto depende muito deste setor.

Porém, a empresa a tanto tempo no mercado, tem que obter planejamentos e formas de estar preparadas para estes imprevistos, talvez não 100% eficaz para uma crise tão relevante, pois uma crise desta deixará muitas iniciativas empresariais pelo caminho, mas a empresa Trombini deverá encontrar uma forma para sobreviver, várias opções estão sendo avaliadas, desde novos mercados, novos produtos, novos canais de vendas, e outras demasiadas alternativas para fragilizar os efeitos da queda, buscando estas opções para os impactos serem os menores possíveis.

A empresa com a crise buscou se fortificar ainda mais, pois, acredita no potencial que tem, e com o auxílio e força dos produtos e determinação das pessoas que fazem parte desta equipe, sairão da crise ainda mais fortes, e irão ocupar o

espaço deixados por outros que não tiveram forças para chegarem ao fim da crise, pois esta é uma empresa nascida e criada para o sucesso, e este tipo de desafio motivam e fazem parte da trajetória de vencedores.

**DIREITOS DO CONSUMIDOR****Consumer Law**

Alessandra de Freitas Pereira

Natiele da Silva Lorena

Patricia Rech

Ruan Zanotto

Prof. Letícia

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP. CAÇADOR, BRASIL****RESUMO**

O Direito do Consumidor, tem por objetivo proteger o consumidor, que é a parte vulnerável na relação de consumo, pretendendo, assim, a estabilidade da relação jurídica entre fornecedor e consumidor, constantemente desigual. Deste modo, para o estudo deste artigo fez-se uma pesquisa através dos métodos bibliográficos e documental sobre o referido tema apresentando-se uma busca sobre a relação de consumo, sem perder a objetividade necessária à compreensão dos institutos, bem como, de forma indispensável analisa-se os princípios fundamentais desta matéria, especialmente no que se refere aos direitos básicos do consumidor. Destarte, a partir desta justificação, poderá constatar-se qual a natureza principiológica do Direito do Consumidor, destacando as normas de defesa e proteção do consumidor.

**PALAVRAS CHAVES:** Direito do Consumidor. Relação de Consumo. Vulnerabilidade. Princípios. Defesa do Consumidor.

**ABSTRACT**

Consumer Law aims to protect the consumer, who is the vulnerable part of the consumer relationship, thus aiming for the stability of the legal relationship between supplier and consumer, which is constantly uneven. Thus, for the study of this article, a search was made through bibliographic and documentary methods on the referred topic, presenting a search on the consumption relationship, without losing the objectivity necessary to understand the institutes, as well as, in an indispensable way the fundamental principles of this matter are analyzed, especially with regard to basic consumer rights. Thus, based on this justification, it will be possible to verify the principle nature of Consumer Law, highlighting the rules of consumer protection and protection.

**KEYWORDS:** Consumer Law. Consumer Relationship. Vulnerability. Principles. Consumer Defense.

**SUMÁRIO: INTRODUÇÃO;** 1 ORIGEM CONSTITUCIONAL DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR; 2 RELAÇÃO DE CONSUMO; 3 PRINCÍPIOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR; 4 DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR; **CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.**

## INTRODUÇÃO

A pesquisa em pauta é resultado do interesse em desenvolver uma análise sobre o direito do consumidor. Contudo, inicialmente, cumpre introduzir que com a criação da Constituição, elaborou-se os princípios fundamentais, que instituem os direitos e garantias individuais, conforme dispõe seu artigo 5º.

Assim, o artigo 1º, III da CF, especifica a proteção da dignidade humana, a qual acabou se tornando um tipo de superprincípio, a predominar, sobre toda a estrutura jurídica e social do país, bem como seu art. 3º, III, elencou a solidariedade social, ao procurar erradicar a miséria, as desigualdades e qualquer forma de discriminação (BRASIL, 1988).

Dessa forma, verifica-se a criação de um sistema principiológico que facilita a prática da justiça. Assim, convém admitir, porque Ulysses Guimarães, denominou-a de Constituição Cidadã, um delimitador de águas entre o passado e o futuro (SOUZA, 2018).

Isto posto, objetiva-se com este estudo sintetizar a respeito da vulnerabilidade do consumidor, demonstrando a objetividade do Código do Consumidor, suas origens constitucionais, seus princípios e os direitos básicos dos quais ele protege. Usou-se nesta análise a metodologia referencial bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos e da legislação brasileira a qua trata do tema ora estudado (BRASIL, 1988).

## 1 ORIGEM CONSTITUCIONAL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Com a preocupação de proteger o consumidor, que é a parte vulnerável na relação de consumo, a Constituição Federal (CF) criou o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Assim, logo em seu artigo 5º, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos, determinou-se que o Estado propiciará, na forma da lei, a defesa do consumidor (SOUZA, 2018).

Dessa maneira, a proteção do consumidor passa de direito fundamental, para ser incluído nos princípios gerais da atividade econômica. Ao regularizá-la, a Constituição incluiu normas de proteção e defesa do consumidor, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII; art. 170, V, estabelecendo a defesa do consumidor como sendo intrínseco à existência digna, segundo as regras da justiça social e art. 48 de suas Disposições Transitórias (SOUZA, 2018).

Contudo, para que estas providências não sumissem com a burocracia legislativa, o constituinte ordenou, em seu artigo 48, a elaboração do código de defesa do consumidor, o qual transformou-se na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (FRANCISCO NETO, 2018).

Vale ressaltar o artigo 24, o qual dispõe sobre a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar, entre outros temas, sobre a responsabilidade por dano ao consumidor (inciso VIII). Também, o artigo 175, § único, também garante que a Lei estabelecerá os direitos dos usuários, ao tratar de prestação de serviços públicos (inciso II) (BRASIL, 1988).

Desta feita, conforme dispõe Nery Júnior (1999, p. 432 apud SOUZA, 2018), o CDC é uma lei principiológica porque contém preceitos gerais, que fixa os princípios fundamentais das relações de consumo, submetendo a esses critérios, demais leis que venha regularizar certos setores das relações de consumo.

## 2 RELAÇÃO DE CONSUMO

Com a finalidade de identificar uma relação de consumo, avocando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, é preciso ter: 1) subjetivo: os sujeitos da relação, consumidor e fornecedor; 2) objetivo: sobre o qual recai a relação jurídica, o produto ou serviço; 3) finalístico: a finalidade com a qual o consumidor obtém produto ou contratação do serviço como destinatário final (FRANCISCO NETO, 2018).

O consumidor, segundo dispõe o art. 2º do CDC, é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final (BRASIL, 1990). Apesar de controvérsias doutrinárias, a pessoa jurídica em dadas circunstâncias, pode sim ser enquadrada como consumidora (PAVIONE, 2019).

De outro vértice, o fornecedor, segundo o artigo 3º do CDC, foi definido como “toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços” (BRASIL, 1990).

Outrossim, fornecedor é o gênero, do qual são espécies todos aqueles que de forma direta ou indireta coloca produtos ou presta serviços no mercado de consumo (FRANCISCO NETO, 2018).

Em relação ao produto, de acordo com art. 3º do CDC, pode-se dizer que se trata de qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial (programas de

computador), os quais possuem um valor econômico, sendo suscetível de apropriação, não se sendo necessário contraprestação em dinheiro (quando se trata de amostra grátis), ou seja, a responsabilização continua sendo do fornecedor, e conforme artigo 26, I, II, pode ser durável ou não durável (FRANCISCO NETO, 2018).

O serviço, conforme art. 3º, §2º, CDC, é “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração (...).” Seu conceito é amplo, agasalha qualquer atividade fornecida no meio consumirista. Vale frisar que não se aplica o CDC, nas locações de imóveis; em condomínio e seus condôminos e; nem em franqueador e franqueados nos contratos de franquia (BRASIL, 1990).

Já, o Serviço Público, segundo Bolzan (2018, p. 189), prestado por órgão público ou suas empresas e concessionárias, também se submetem a tutela do CDC, desde que remunerados por tarifa/preço publico, firmado facultativamente, excluindo-se, portanto, os impostos (PAVIONE, 2019).

### **3 PRINCÍPIOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR**

Os propósitos da Política Nacional de Relações de Consumo, consoante art. 4º do CDC, são: a) provimento das necessidades dos consumidores; b) cumprimento de respeito à integridade, saúde e segurança dos consumidores; c) tutela das inclinações econômicas dos consumidores; d) melhoria de condição de vida dos consumidores; e) clareza e consonância das relações de consumo (BRASIL, 1990).

Dessa forma, para se atingir as finalidades estabelecidas na Política Nacional de Relações de Consumo devem ser considerados os seguintes princípios orientadores do Código de Defesa do Consumidor (art. 4º) (BRASIL, 1990):

a) Princípio da Vulnerabilidade, sendo o consumidor a parte mais frágil na relação de consumo e o fornecedor o possuidor dos meios de produção, a tutela serve para garantir igualdade material. Contudo, apesar da vulnerabilidade ser absoluta, ela precisa ser comprovada para que ocorra a aplicação do CDC. A doutrina e a jurisprudência admitem a figura dos consumidores hipervulneráveis, caracterizados pelos idosos, crianças, gestantes, pessoas portadoras de necessidades especiais e enfermos.

b) Princípio da Intervenção do Estado, trata-se de uma ação governamental de salvaguardar de fato o consumidor por iniciativa direta, promovendo à formação de associações representativas, pela participação do Estado no mercado de consumo e assegurando produtos e serviços com medidas adequadas de qualidade e segurança, tendo em vista os princípios previstos no art. 170 da CF.

c) Boa-fé objetiva, consiste numa regra de comportamento na qual as partes devem agir com lealdade, para obterem equilíbrio na relação e verem atendidos seus legítimos interesses e expectativas decorrentes da relação jurídica firmada.

Nas lições de Nunes (2011, p. 659 apud SOUZA, 2018):

Quando se fala em boa-fé objetiva, pensa-se em comportamento fiel, leal. Na atuação de cada uma das partes contratantes a fim de garantir respeito à outra. É um princípio que visa garantir a ação sem abuso, sem obstrução, sem causar lesão a ninguém, cooperando sempre para atingir o fim colimado no contrato, realizando o interesse das partes.

Assim, o princípio da boa-fé objetiva importa na admissão de um direito a exercer em favor do titular passivo da obrigação.

d) Harmonia dos interesses, equivale ao equilíbrio da relação de consumo compatibilizando a proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico (art. 170, CF), sempre com base na boa-fé.

e) Educação e informação, traduz-se na conscientização dos fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres, reduzindo os conflitos entre si.

f) Controle de qualidade e segurança e solução de conflitos como mecanismos alternativos, resume-se em estimular à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços como o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo, como os Juizados Especiais Cíveis ou a arbitragem.

g) Coibição e repressão dos abusos, concerne a um meio eficiente de coibir abusos utilizados no mercado de consumo, como concorrência desleal e aplicação indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais.

h) Racionalização e melhoria dos serviços públicos, representa o dever do Estado de racionalizar e melhorar os serviços públicos prestados, tais como água, energia elétrica, telefonia, gás, etc.

i) Estudo constante das modificações do mercado de consumo, refere-se a avaliação contínua do mercado de consumo e suas modificações para que a lei consumerista esteja sempre vigente acompanhando a evolução social.

Pausa para destacar o Decreto 7.962, de 15 de março de 2013, o qual normalizou o CDC para ordenar sobre os contratos envolvendo o comércio eletrônico, tão comum na atualidade.

j) Execução da Política Nacional das Relações de Consumo, para o andamento da política nacional das relações de consumo, o Poder Público conta com: I- manutenção

de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente; II – instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Pùblico; III - criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo; IV – concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990).

#### **4 DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR**

Precipuamente, sintetiza-se os direitos básicos do consumidor, aqueles elencados no artigo 6º, do referido Diploma Legal, contudo, salienta-se que existem outros resultantes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas habilitadas, bem como dos que advenham dos princípios gerais do direito, similitude, costumes e equidade (art. 7º) (SANTANA, 2018):

I) Direito à proteção da vida, saúde e segurança, conforme dispõe art. 8º, 9º e 10 do CDC, a tutela do consumidor processa-se não apenas quando existir danos efetivos à sua incolumidade física, mas também quando sujeitado aos riscos derivados das condutas comerciais

II) Direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado, assegura ao consumidor a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

III) Direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

IV) Direito à proteção contra práticas abusivas, como a publicidade enganosa, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

V) Direito à modificação ou revisão de cláusulas contratuais desproporcionais, que as tornem excessivamente onerosas.

VI) Direito à efetiva prevenção e reparos de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos, obrigando o fornecedor a adotar providências a fim de evitar a concretização de qualquer prejuízo que a ele possa ser causado pelo serviço ou produto ofertado no mercado de consumo.

Por fim, admite expressamente o dano moral coletivo, e de acordo com as súmulas do STJ, é admissível acumular mais de uma indenização: por dano moral ou material advindas do mesmo fato (Súmula 37) e por dano moral e estético (Súmula

387), bem como, a pessoa jurídica também pode sofrer dano moral (Súmula 227) (BRASIL, 1988).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o Código de Defesa do Consumidor, está intimamente ligado ao conteúdo da Constituição Federal, já que possui evidente status de princípio constitucional e teve sua reprodução categoricamente por ela estabelecida.

Outrossim, sendo o consumidor a parte vulnerável da relação, ele está asseguradamente protegido pela Política Nacional de Relação de Consumo, bem como, se necessário, este fará jus à satisfação absoluta do dano patrimonial e moral. Sendo indenizado integralmente pelos danos emergentes e pelos lucros cessantes (o que deixou de lucrar), não se tolerando qualquer tipo de tarifas, preços tabelados previstos em lei, contrato, jurisprudência, etc., para conter o valor da indenização

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Código de Defesa do Consumidor.** Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm). Acesso em: 01 jul. de 2020.

FRANCISCO NETO, Ernesto José. **Obsolescência programada:** prática abusiva em desconformidade com a legislação e princípios consumeristas. Artigo científico, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70751/obsolescencia-programada-pratica-abusiva-em-desconformidade-com-a-legislacao-e-principios-consumeristas>. Acesso em 03 de jul. de 2020.

PAVIONE, Lucas. Exame da OAB: **Direito do Consumidor.** 11 ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. Juspodvm, 2019.

SANTANA, Gustavo, **Direito do Consumidor.** 2018, São Paulo -SP, SAGAH EDUCAÇÃO S.A.

SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme Vasi; NEVES, Thiago Cardoso. **Direito do consumidor** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981273/cfi/6/10!/4/22/2@0:100>. Acesso em: 01 de jul. de 2020.

## A autotutela no processo licitatório e a judicialização

BRUNO RENATO DOS SANTOS<sup>1</sup>  
DARISSA GARCIA GODINHO RIBEIRO<sup>2</sup>  
FRANCIS SIQUEIRA MICHALSKI<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Administração Pública em sua desenvoltura na busca pelo método de eficiência e segurança dos direitos e deveres garantidos pelo Estado em sua legislação vigente, havendo ilustres interesses individuais, coletivo, público e privado. Quanto às competências dos gestores governamentais que de maneira geral devem agir com diligência para garantir direitos e deveres dos cidadãos em sua sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Estudos doutrinários e jurisprudenciais serviram de base para artigo. Com a pesquisa desenvolvida neste trabalho acadêmico, buscou-se situar o leitor acerca do princípio da Autotutela elencado na administração pública e dar garantia de segurança jurídica para envolvidos com os procedimentos licitatórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** administração pública, princípio da autotutela, processo licitatório e judicialização.

### 1. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar como decorre o Princípio da Autotutela nos processos licitatórios e a posterior necessidade de se utilizar o Poder Judiciário para resolver conflitos inerentes ao assunto.

São objetivos específicos:

Abordar brevemente sobre o Princípio da Autotutela no direito administrativo;  
Analisar alguns aspectos sobre a Lei 8.666/1993 (Lei de licitações e contratos da Administração Pública); e  
Expor sobre a judicialização e suas nuances no Brasil.

### 2. REVISÃO DA LITERATURA

O tema da pesquisa bibliográfica é o estudo da administração pública juntamente com o princípio da autotutela e a sua interferência no processo licitatório. Serão abordados:

As súmulas e as leis correspondentes a esses assuntos;  
As licitações e seus princípios;  
A judicialização e suas definições no Brasil.

<sup>1</sup> Bacharelando no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador/SC, Brasil. E-mail: brunorenato\_@hotmail.com;

<sup>2</sup> Bacharelanda no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Caçador/SC, Brasil. E-mail: darissa\_godinho@hotmail.com;

<sup>3</sup> Bacharelando no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador/SC, Brasil. E-mail: francismichalski81@gmail.com;

### **3. METODOLOGIA**

O estudo proposto foi levado a efeito tomando como pressuposto o método indutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva (Pasold, 2015). Foram utilizadas como fontes de pesquisa estudos recentes que abordam o problema objeto desta pesquisa.

Os dados da pesquisa foram organizados em fichas e posteriormente analisados confrontando-os e buscando interpretar seu significado, no sentido de indicar os resultados relevantes que provierem.

### **4. DESENVOLVIMENTO**

Tutelar funda-se em proteger e zelar algo. Em via de regra a busca pela tutela de direitos se dá através do Poder Judiciário. Porém, ao outorgar o direito-dever de autotutela ao Poder Administrativo, dispensa-se a obrigatoriedade da intervenção judicial, havendo assim, a proteção dos interesses públicos pela própria Administração (MAZZA, 2014).

Segundo o art. 53 da Lei 9.784/1999: A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. (Lei 9.784/1999)

A súmula 473 do Supremo Tribunal Federal é uma importante ferramenta quando o assunto é autotutela. Ela diz que a administração deve anular seus atos desde que eles contenham algum vício de ilegalidade. Da mesma maneira, a administração pública vai poder revogá-los por conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos, ressalvados sempre a apreciação judicial.

É possível verificar o princípio da autotutela no art. 49 da Lei 8.666/1993: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. (Lei 8.666/1993)

Para tanto, em qualquer momento, a administração pública pode anular um processo licitatório se existir causas ilegais. O excesso de formalismo e de uniformidade de procedimentos desta Lei leva a uma demora excessiva para a realização de qualquer processo de compra além de se apresentar como uma forma de controle burocrático de eficácia duvidosa (PIMENTA, 1998). O que reforça a necessidade de que os processos licitatórios sejam elaborados de forma correta, diminuindo as chances de atrasos.

A finalidade da licitação se resume na contratação mais vantajosa para a Administração, assegurando aos licitantes a igualdade de participação/contratação (MELLO, 2011).

É indispensável indicar com precisão e clareza o objeto pretendido pela Administração, pois assim a avaliação da proposta não será baseada apenas no menor preço, mas também aos requisitos do edital. (FERNANDES, 2011)

Não configura atentado ao princípio da isonomia entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação no edital ou convite, porque a Administração pode e deve fixá-los sempre que necessário à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público. (MEIRELLES, 2011)

Ocorre que está havendo demandas judiciais a fim de anular ou mudar o resultado dos processos licitatórios, ignorando que o poder judiciário só irá analisar a legalidade do processo de licitação que o ente público elaborou.

A judicialização é um termo ainda em vias de definição do Brasil, podendo ser utilizada como equivalente da expressão coloquial “entrar na justiça”, isto é, a proposição de uma demanda de decisão judicial perante o sistema de Justiça.

É o poder-dever conferido ao Estado de revelar o direito incidente sobre determinada situação concreta trazida a seu exame, efetivando a solução jurídica encontrada a respeito. Sendo manifestação do *imperium* inerente ao Estado, que se funda diretamente na soberania, outro atributo estatal, a jurisdição tem como instrumento próprio de agir a coerção, utilizável frente a resistências descabidas de seu exercício regular. (DELGADO, 2002)

A jurisdição como função, poder e atividade do Estado por intermédio da qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação de determinado conflito por meio de critérios justos, impondo imperativamente determinadas decisões. (AZEVEDO, 2004)

Atualmente, a atuação do Poder Judiciário tem sido objeto de grandes polêmicas, divididas entre aqueles que defendem sua intervenção livre e sem limites e aqueles que defendem a sua auto delimitação.

Há que se admitir que diante da celeuma política que se encontra nosso país a intervenção do Poder Judiciário por algumas vezes faz-se imprescindível diante da omissão e da abstenção manifesta dos Poderes Legislativos e Executivo. Entretanto, é tênu e perigosa a linha que divide estes poderes, que apesar de possuir funções aparentemente bem delimitadas, devem trabalhar de maneira conjunta e cooperativa, coexistindo de forma harmônica e independente (BARROSO, 2015).

## 5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a pesquisa realizada foi possível perceber que o princípio da autotutela é extremamente importante, pois com ele é possível anular os próprios atos da Administração Pública, tanto nos processos licitatórios como em outros que o Poder Executivo atua.

A administração pública possui o princípio da autotutela, que é o poder de controlar os próprios atos, anulando quando ilegais ou revogando quando ilícitos ou impróprios. Deste modo, a Administração não precisa questionar ao Poder Judiciário para ajustar os seus atos, podendo fazê-lo diretamente.

A autotutela, assim como os princípios elencados no Art.37 da Constituição Federal, deve ser aplicada também às licitações.

As licitações são processos da administração pública que estão regidas pela Lei 8.666/1993 a qual estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quando da análise do ato quanto à sua legalidade, a decisão administrativa pode ser no sentido de sua conformidade com a ordem jurídica, caso em que o ato terá confirmada sua validade, ou pela sua desconformidade, quando o ato será anulado.

Porém, algumas adversidades relacionadas às licitações como, por exemplo, fraudes licitatórias, irregularidades nos editais e corrupções em contratações públicas

vão além da apreciação da autoridade administrativa, e, desse modo, devem ser analisadas pelo Poder Judiciário.

O judiciário por sua vez deve trabalhar analisando de forma imparcial a legalidade do processo de licitação que o ente público elaborou, resolvendo o conflito e buscando a pacificação. Assim, deve existir independência e harmonia entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário para que a sociedade brasileira tenha seus direitos garantidos pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Gomma. **Perspectivas deontológicas do exercício profissional da magistratura: apontamentos sobre a administração de processos autocompositivos**. Revista CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça, n. 24, março/2004, Brasília

BARROSO, Luis Roberto. **Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5498>. Acesso em 02/07/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

BRASIL. Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro de 1999. **Regulamenta o art. 53, Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jan. 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro**. Revista LTr, v. 66, n. 6, jun. 2002. São Paulo.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lei 8.666/93 Licitações e contratos e outras normas pertinentes**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2011

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2012.

PIMENTA, Carlos César. **Texto para Discussão nº 25: Desafios e oportunidade no setor de compras governamentais na América Latina e Caribe: o caso brasileiro**. Brasília: ENAP, 1998.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS AÇÕES DE HABEAS DATA

JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER  
JULIA SOUPINKI RIBEIRO  
YASMIN SMITH TESSER  
ROSANA APARECIDA SCHMIDT  
UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os direitos fundamentais nas ações de habeas data, descrevendo sobre os direitos fundamentais, seu conceito, evolução histórica, suas gerações, dando ênfase no direito à dignidade da pessoa. Por fim o habeas data, delineando suas principais características e a forma de concessão. Os direitos fundamentais surgiram como forma de garantir a liberdade, sendo indispensáveis à pessoa humana, todos devem ter vida digna, livre e igualitária. O direito e garantias fundamentais possuem proteção constitucional de forma individual e coletiva. O habeas data é um remédio constitucional que pode ser impetrado por qualquer pessoa, é o meio pelo qual o impetrante terá acesso a diversos registros de seu interesse.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais, Dignidade da pessoa humana, Habeas data.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um artigo sobre habeas data, mais concretamente discorrendo sobre os Direitos Fundamentais nas Ações de Habeas Data no processo constitucional, como já descrito visando os “direitos fundamentais”.

Com o decorrer do trabalho será abordado os seguintes temas: os direitos fundamentais, habeas data e direitos fundamentais nas ações de habeas data.

Foi devidamente organizado em subtítulos para que ao entrarmos no tema principal se tenha um maior entendimento sobre o assunto de uma maneira mais ampla e aprofundada.

Sobre os direitos fundamentais, é de conhecimento geral que esse assunto faz parte da nossa Constituição, sendo que esses direitos limitam o poder estatal dando maior segurança e liberdade pública.

Os direitos fundamentais já na antiguidade eram considerados uma referência de direito superior, como que se fosse dado e estabelecido pelos deuses.

É nesses direitos que se estabeleceu a garantia e a liberdade de ir e vir, a propriedade privada, a graduação da pena à importância do delito. A finalidade é proteger os direitos do Homem contra os atos do Governo, sendo que a menção específica é ao Poder Legislativo e ao Poder executivo.

Através disso se instrui ao indivíduo de seus direitos fundamentais, relembrando-os sempre, para que os cidadãos não se deixem enganar e saibam também de seus poderes e direitos assegurados por lei.

O habeas data foi criado em 1988 sendo que os próprios constituintes se motivaram a cria-lo, por terem sido vítimas de abuso de poder. Então o habeas data

é considerado um dos diversos remédios constitucionais previstos pela Constituição Federal.

Como já mencionado, foi o uso, e contudo o abuso do poder na utilização de informações, onde diferentes mecanismos organizacionais armazenavam dados sobre as pessoas que então surgiu a concepção de se criar uma segurança do Estado e para o Estado, englobando consequentemente questões políticas.

Já na junção de habeas data com os direitos fundamentais veremos os limites em que a lei e esses direitos se deparam e em qual momento um termina para que o outro comece, ou se eles se complementam, já que ele é considerado um remédio jurídico e apresentado como garantia.

Foi utilizado para entendimento mais amplo, pesquisas bibliográficas e outros materiais de grande saber inquestionável, como autores renomados e também nossa própria legislação.

## 2. DIREITOS FUNDAMENTAIS

Tratando - se de Direitos Fundamentais. O autor Dimoulis (2007, p. 26), entende que:

Para falar nestes respectivos direitos, há que se estar presente três elementos sendo eles, o Estado, indivíduo e texto normativo regulador da relação entre Estado e indivíduos. “Tais condições apresentaram-se reunidas somente na segunda metade do século XVIII”. Ainda sustenta que, sem a existência do Estado, esses direitos não poderiam ser garantidos e cumpridos.

Com o passar do tempo o indivíduo, passou a ser considerado um ser moral, independente e autônomo, o que possibilitou o reconhecimento de direitos individuais, tais como a liberdade, a igualdade e a propriedade (FIGUEIREDO, 2019).

Entre o Estado e os Indivíduos é exercido pela Constituição, que declara e, ao mesmo tempo, garantem determinados direitos fundamentais, que são eles Inalienabilidade, Imprescritibilidade, Irrenunciabilidade, Universalidade, Imutabilidade, Historicidade, Inviolabilidade, Concorrência, Complementaridade (FIGUEIREDO, 2019).

Desta forma, decorrem de uma construção histórica. Além de irrenunciáveis, ou seja, ninguém pode recusá-los, na medida em que são inerentes, também são inalienáveis e invioláveis. Isto é, não podem ser vendidos, trocados, disponibilizados ou violados, sob o risco de punição do Estado, sendo também imprescritíveis (FIGUEIREDO, 2019).

Em ênfase podemos relacionar os Direitos Fundamentais com os Direitos Humanos onde cabe ressaltar a Dignidade da Pessoa Humana qual faz parte da criação constitucional, mas foi alçada como valor supremo do Estado Democrático de Direito pela Carta Constitucional Brasileira de 1988 (FIGUEIREDO, 2019).

O art. 1º introduz os fundamentos pautados na segurança do exercício dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça. E o Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988).

Em 1988, tivemos uma grande revolução no Brasil onde as pessoas ganharam os seus direitos e entre eles vale salientar que estão os Direitos civis e políticos que

foram os primeiros direitos conquistados e incluem o direito ao voto e as liberdades civis, como a liberdade religiosa os direitos sociais e coletivos que conquistados pelos movimentos sociais, incluem, sobretudo, o direito à igualdade e a positivação de outros direitos humanos e os direitos transindividuais quais se referem a direitos mais amplos e recentes, como o direito ao meio ambiente e a preocupação crescente com a infância e a juventude (FIGUEIREDO, 2019).

Conclui-se que a influência entre esses dois quesitos de direitos, são claras e com o mesmo objetivo, garantir sempre o melhor para as pessoas. Sendo que “Os direitos fundamentais estão positivados no ordenamento constitucional de uma nação, e os direitos humanos estão além das fronteiras, supranacionais, independentemente de positivação constitucional” (FIGUEIREDO, 2019, p. 1).

### **3. HABEAS DATA**

O habeas data é um remédio constitucional, sendo meio pelo qual o impetrante terá acesso a diversos registros de seu interesse. Ainda, poderá somente ser impetrado se o respectivo interessado apresentar a negativa de tal autoridade administrativa que procurou ou requerimento administrativo, não tendo a necessidade de apresentar justificativa para tal solicitação (PAULO, ALEXANDRINO, 2012).

Padilha (2018, p.310), conceitua o habeas corpus da seguinte forma:

É o instrumento constitucional mediante o qual todo interessado pode exigir o conhecimento do conteúdo de registro de dados relativos a sua pessoa, a retificação, quando as informações não conferirem com a verdade, estiverem ultrapassadas ou implicarem discriminação ou, ainda, a anotação, em assentamento, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Desta forma, o habeas data está previsto no art. 5º inciso LXXII da Constituição Federal (Brasil, 1988) da seguinte forma:

LXXII- Conceder-se á habeas data:

- a) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- c) Para anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro ou administrativo, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Contudo, o habeas data poderá ser ajuizado por qualquer pessoa, até mesmo por uma pessoa jurídica ou estrangeira. Mas a pessoa impetrante somente poderá ter acesso aos seus próprios dados, não podendo ajuizar em nome de terceiro (PAULO, ALEXANDRINO, 2012).

Ainda, de acordo com Paulo e Alexandrino (2012, p.237) as entidades de polo passivo do habeas data podem ser da administração pública direta e indireta, sendo que:

[...] O aspecto que determinará o cabimento da ação será o fato de o banco de dados ser de caráter público. Assim, por exemplo, o Serviço de Proteção ao crédito – SPC, entidade privada, pode figurar no polo passivo de habeas data, para que forneça informações constantes de seu banco de dados. Anote-se que, nesse caso, a entidade é de natureza privada, mas o seu banco de dados é de caráter público (as informações sobre os consumidores podem ser acessadas por terceiros).

O habeas data é regido pela lei nº 9.507 de 12 de novembro de 1997, foi criada com o objetivo de regular o direito de acesso a informações e disciplinar o rito processual do habeas data (BRASIL, 1997). Sendo que no art. 8º descreve que:

**Art. 8º** A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos arts. 282 a 285 do Código de Processo Civil, será apresentada em duas vias, e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda.

**Parágrafo único.** A petição inicial deverá ser instruída com prova:

I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão;

II - da recusa em fazer-se a retificação ou do decurso de mais de quinze dias, sem decisão; ou

III - da recusa em fazer-se a anotação a que se refere o § 2º do art. 4º ou do decurso de mais de quinze dias sem decisão.

A impetração do habeas data não prevê prazo decadencial e prescricional, mas possui a necessidade de advogado para o ajuizamento. A ação é totalmente gratuita e não possui ônus de sucumbência (PAULO, ALEXANDRINO, 2012). Devendo ser julgado conforme o art. 20 da lei 9.507/97 (BRASIL, 1997):

a)Pelo Supremo Tribunal Federal, contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

b)Pelo Superior Tribunal de Justiça, contra atos de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;

c)Pelos Tribunais Regionais Federais, contra atos do próprio Tribunal ou de juiz federal;

d)Pelo juiz federal, contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

e)Pelos tribunais estaduais, segundo o disposto na Constituição do Estado;

f)Pelo juiz estadual, nos demais casos.

II –Em grau de recurso, compete:

a)Ao Supremo Tribunal Federal, quando a decisão denegatória for proferida em única instância pelos Tribunais Superiores;

b)Ao Superior Tribunal de Justiça, quando a decisão for proferida em única instância pelos Tribunais Regionais Federais;

c)Aos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão for proferida por juiz federal;

d)Aos Tribunais Estaduais e ao do Distrito Federal e Territórios, conforme dispuserem a respectiva Constituição e a lei que organizar a Justiça do Distrito Federal.

III –mediante recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, nos casos previstos na Constituição.

Portanto, o habeas data poderá ser impetrado após uma recusa administrativa, sendo que a petição deverá obedecer aos requisitos previsto no Código de Processo Civil, e a sua decisão terá caráter preventivo e cunho mandamental podendo até mesmo retificação de dados (PAULO, ALEXANDRINO, 2012).

### 3. CONCLUSÃO

Levando em consideração esses aspectos, conclui-se que o habeas data é indispensável à garantia do direito a informação. Os direitos fundamentais nas ações de habeas data, visam garantir a uma pessoa, o acesso a suas informações que façam parte de arquivos ou bancos de dados de entidades governamentais ou públicas, podendo também solicitar a correção de dados incorretos.

Ressalta-se que somente é possível impetrar o habeas data, se houver por parte da via administrativa, recusa ao acesso à informação, onde somente o impetrante pode requerer informações ou retificações relacionadas a seu respeito.

“Não cabe o habeas data (CF, Art. 5º, LXXII, letra a) se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.”

Impetra-se habeas data através de um advogado, por meio de uma petição inicial, que deve incluir provas, sendo entregue em duas vias ao tribunal. O órgão coator recebe uma dessas vias e tem 10 dias para prestar esclarecimentos, após esse prazo o Ministério Público deve se manifestar em cinco dias e por fim, o juiz terá outros cinco dias para proferir a sentença. Se aceito o pedido de habeas data, o juiz marcará uma data para que o órgão coator disponibilize os dados ao cidadão.

## REFERENCIAS

BRASIL. [Vide Emenda Constitucional nº 106, de 2020](#). Constituição Federal 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Habeas data. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm). Acesso em: 29 de junho de 2020.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: revista dos tribunais, 2007.

FIGUEIREDO, Stephanie. **O que um advogado precisa saber sobre os direitos fundamentais**. Blog da Aurum, 2019. Disponível em : <https://www.aurum.com.br/blog/direitos-fundamentais/>. Acesso em : 02 de julh de 2020.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: método, 2018.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 8. ed. São Paulo, 2012.

## CONTRATO DE GESTÃO

**ARIELI GRANEMANN FELIX; CARLA JOSIANE PAZ; DIEGO TELES; FÁBIO MIOLA; LUIZA DE PARIS; TABATA SAMANTA WUNDERLICH E WELLINGTON DOS SANTOS FRAGOSO**

### 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O objetivo central deste estudo é analisar a importância do contrato de gestão como instrumento de objetividade, descentralização e economicidade para a Administração Pública. Através da lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998 o Programa Nacional de Publicização – PNP, houve a regulamentação do contrato de gestão para atividades de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional, que outrora administradas pelo estado passariam a gestão da iniciativa privada. Este contrato, foi introduzindo no direito Brasileiro pela emenda constitucional 19/98. (MAZZA,2018)

Também está previsto na Lei 13.934/2019 o mesmo tem sido uma forma de ajuste entre a administração pública direta e a administração indireta, ou entidades privadas e paraestatais, sua celebração passou a ser também com órgãos da própria administração direta. (BRASIL, 2019).

O objetivo é assegurar autonomia gerencial, financeira e orçamentária a órgãos e entidades metas serão fixadas para a entidade e em contraprestação a mesma obter algum benefício outorgado pelo poder público, o contrato possui tempo determinado e a entidade fica sujeita a controle de resultado para análise das metas estabelecidas, por fim sua maior importância é a eficiência um princípio constitucional previsto o artigo 37. (BRASIL, 2019).

Estes contratos devem conter basicamente a forma de autonomia que será exercida, metas, prazo, controle de resultado para verificação do cumprimento das metas. (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella,2019).

**PALAVRAS CHAVE:** contrato de gestão, contrato de desempenho, reforma do estado, reaparelhamento do estado, administração pública, desburocratização da gestão pública.

## **CONTRATO DE GESTÃO**

Trabalho realizado para obtenção parcial de nota na disciplina de Direito Civil III da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, orientado pela professora Thiara Zen.

**CAÇADOR**

**2020**

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O objetivo central deste estudo é analisar a importância do contrato de gestão como instrumento de objetividade, descentralização e economicidade para a Administração Pública. Através da lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998 o Programa Nacional de Publicização – PNP, houve a regulamentação do contrato de gestão para atividades de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional, que outrora administradas pelo estado passariam a gestão da iniciativa privada. Este contrato, foi introduzindo no direito Brasileiro pela emenda constitucional 19/98. (MAZZA,2018)

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

Justifica-se o presente trabalho para o conhecimento sobre o contrato de gestão, bem como suas modalidades e finalidades, cujo conhecimento é de suma importância para conhecer como o Estado atua na prestação de seus serviços à coletividade e para sua própria administração.

### **1.3 OBJETIVOS**

#### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Demonstrar a viabilidade do contrato de gestão no ordenamento jurídico brasileiro.

### 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.3.2.1 Discutir o conceito de contrato de gestão e suas modalidades;
- 1.3.2.2 Discorrer acerca das cláusulas do contrato de gestão;
- 1.3.2.3 Demonstrar a viabilidade do contrato de gestão diante da reforma do reaparelhamento do Estado.

## 2 CONCEITO DE CONTRATO DE GESTÃO

Os contratos de gestão são importantes instrumentos de contratualização com o poder público utilizados com o fim de se alcançar a eficiência administrativa, tanto com entidades da Administração indireta, como com organizações sociais. Ele serve para estabelecer objetivos estratégicos, metas e prazos a serem cumpridos pelas instituições que celebram esse tipo de compromisso e tem como objetivo disponibilizar indicadores que se permitam avaliar o desempenho dessas instituições na consecução dos compromissos pactuados de forma a descentralizar as atividades do Estado. ([Murilo Bernardes de Almeida](#) 2014).

José dos Santos Carvalho Filho em se tratando de contrato de gestão, faz ver que:

“Trata-se de verdadeiro contrato de gerenciamento, constituindo objeto do ajuste o exercício de funções diretivas por técnicos especializados, fato que poderá ensejar uma administração mais eficiente e menos dispendiosa dos órgãos e pessoas da Administração”. (Carvalho Filho,2019, p.677)

### 2.1. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

- Consensual (bilateral)

Se refere a um tipo de contrato que depende exclusivamente do consenso entre as partes para que se tornem perfeitos. “Os contratos são consensuais quando se aperfeiçoam pelo mero consentimento, manifestação de vontade contratual, seja esta formal ou não” (VENOSA, 2020, p.71)

- Formal

Os contratos formais possuem uma forma preestabelecida em lei.

Desse modo, serão formais os contratos cuja validade depender da observância de uma forma preestabelecida pela lei. Aqui, há uma distinção de importância, qual seja, os contratos cuja forma é exigida pela lei ad probationem e aqueles cuja formalidade tem caráter constitutivo ou solene. Assim, nos contratos que são, além de formais, solenes, se não obedecidas as formalidades, o negócio carece de efeito, [...] (VENOSA, 2020, p.72)

## 2.1.2 CLASSIFICAÇÃO

Diante desse panorama, pode-se separar três situações distintas frente ao instituto contrato de gestão: contrato entre o Poder Público e entidades da Administração Indireta; “contrato” entre órgãos; contrato entre o Poder Público e “organizações sociais”. (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt, 2005).

### 2.1.2.2 Contrato entre o Poder Público e Entidades da Administração Indireta

Conforme prevê o art. 37, § 8º da Constituição, as entidades da Administração Indireta poderão celebrar contrato de gestão com o Estado. Neste contrato de gestão, devem ser estabelecidas metas a serem cumpridas pelo ente administrativo e, em contrapartida, este receberá maior autonomia no desempenho de suas funções. (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt, 2005).

### 2.1.2.3 Contrato entre Órgãos

Como é sabido, os órgãos são centros de competências que não possuem personalidade jurídica e, logo, não têm vontade própria para exercer direitos e contrair obrigações. A capacidade de ser titular de direitos e

obrigações pertence apenas às pessoas, físicas ou jurídicas. (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt, 2005).

#### **2.1.2.4 Contrato entre o Poder Público e as “Organizações Sociais”**

Existe a possibilidade de celebração de um contrato de gestão do Poder Público com entidades privadas sem fins lucrativos que exercem atividade de interesse público. Contrato de gestão, neste caso, seria um ajuste entre o Estado e a entidade qualificada como organização social, com o intuito de formar uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, cultura, saúde e preservação do meio ambiente, conforme se apreende da Lei nº 9.637/98 (art. 1º e art. 5º).

### **2.1.3 VIABILIDADE DOS CONTRATOS DE GESTÃO**

A viabilidade do contrato deve ser analisada por objetivo e ser estudada a viabilidade do plano em três níveis: o econômico, o político e o institucional. A viabilidade de uma gestão por objetivos no Estado tendo o contrato de gestão, previsto nos Incisos I, II e II do § 8º, art. 37 da CF/88, como instrumento deve ser examinada considerando as qualidades essenciais a um sistema de planejamento e controle governamental, o sistema existente no país e suas tendências. (DI PIETRO, Maria Zanella, 20190).

“É necessária cautela para não criar confusão entre o instrumento do contrato de gestão e o seu eventual mau uso. É certo que a aplicação prática do modelo tem revelado distorções que devem merecer a atenção redobrada dos órgãos de controle”. Fonte: Acórdão 2057/2016– TCU Plenário.

Então vemos que para ser viável o contrato de gestão carece de um melhor entendimento, maior comprometimento da administração pública para

correção de rumos, correta fiscalização, precisa de coragem e lucidez para aperfeiçoamento contínuo, bem como de uma implantação fiel aos ideais preconizados. (ANDRÉ, Maristela Afonso de, 1994).

### **3 LEI 13.934/2019**

Ressalta-se, inicialmente, que o contrato de gestão foi introduzido na Constituição Federal brasileira através da Emenda Constitucional n. 19/98 e que teve o modelo gerencial como modelo característico (MAZZA, 2020). Nesse sentido, o texto constitucional, em seu Art. 37, § 8º (BRASIL, 1988), efetiva a possibilidade desse contrato entre órgãos da administração direta e indireta, fornecendo-lhes autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

Esta seção busca tratar do contrato de gestão interno, mais especificamente a recente Lei 13.934/2019, que regulamentou o contrato no âmbito da administração pública federal de qualquer dos poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais, dando-lhe, inclusive, uma nova nomenclatura, qual seja contrato de desempenho.

#### **3.1 CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DO CONTRATO DE GESTÃO**

O contrato de gestão foi idealizado no direito francês como meio de controle administrativo ou em suas tutelas sobre as suas empresas estatais. Mas, porém, o contrato de gestão já era utilizado como um meio de vincular os programas governamentais em determinadas empresas privadas que recebia de alguma forma algum tipo de auxílio por parte do Estado. Mas recentemente, os contratos de gestão passaram a ser celebradas com os próprios da Administração Direta, portanto, com entes sem personalidade jurídica própria: são os chamados **centros de responsabilidade** que se comprometem, por meio do contrato de gestão, a atingir determinados objetivos institucionais, fixados em consonância com **programa de qualidade** proposto pelo órgão interessado e aprovado pela autoridade competente, em troca, também, de maior autonomia de gestão. (Di Pietro. Contrato de Gestão,2019)

## PLANO DIRETO DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentado em novembro de 1995 procurou orientar a política de gestão das entidades da administração pública direta ou indireta, enquadradas em uma tipologia facultando lhe associar instituições executoras diversas funções do Estado e diversas formas de propriedade que a corresponde a forma de administração. O Plano se estendeu ao instituto da implantação da administração pública gerencial e a todas as funções do Estado, de acordo com o quadro abaixo. (André. 1999. Downloads.contrato.de.gestão.PDF, fls 47)

	Forma de propriedade			Forma de administração	
	Estatal	Pública não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
<b>Núcleo estratégico</b> Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Forças Armadas, Ministério Público	○				○
<b>Atividades exclusivas</b> Regulamentação, Controle, Fiscalização, Fomento	○				○
<b>Serviços não exclusivos</b> Educação, Saúde, Pesquisa Científica e Tecnológica, Cultura, Proteção e Preservação do Meio Ambiente		→ Publicização	○		○
<b>Produção para o mercado</b> Empresas estatal		→ Privatização	○		○

Quadro 1 – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, MARE, 1995 <sup>2</sup>

## 4 CONCLUSÃO

Com isso, conclui-se que os contratos de gestão são importante instrumento de contratualização com o Poder Público utilizados com o fim de se alcançar a eficiência administrativa, tanto com entidades da Administração Indireta, como com organizações sociais, mas desde que sejam criados meios eficientes para que se fiscalize a correta execução desses contratos.

## 5 REFERENCIAS

ALEXANDRE, R.; DEUS, J. de. Direito Administrativo esquematizado. São Paulo: Método, 2015.

ANASTASIA, A. Presidência sanciona mais uma lei de Anastasia, para implantar modelo gerencial na administração pública. Disponível em: <<http://anastasia.com.br/presidencia-sanciona-mais-uma-lei-de-anastasia-para-implantar-modelo-gerencial-na-administracao-publica/>>. Acesso em 04 de junho de 2020.

ANDRÉ, Maristela Afonso de. *Subsídios para a Reforma do Estado*: contratos de gestão. Brasília: IPEA/ENAP/IBAM, 1994. v.4.

ANDRÉ, Maristela Afonso de. *Contrato de gestão*: orientação para a formulação, monitoramento e avaliação da execução. Brasília, nov. 1996.

ANDRÉ, Maristela de Afonso “A efetividade dos contratos de gestão na reforma do estado” Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-39-num-3-ano-1999-nid-46194/> Acesso em: 25 maio. 2020.

Almeida, Murilo Bernardes de, “Contratos de gestão conceito, origem, natureza jurídica, objetivos e características” Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/33672/contratos-de-gestao#:~:text=Para%20ela%20o%20contrato%20de,celebram%20esse%20tipo%20de%20acordo.&text=Ou%20seja%2C%20o%20contrato%20de,das%20partes%20tenha%20fins%20especulativos.>> Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 maio. 2020.

BRASIL. Lei 13.934/2019, de 11 de dezembro de 2019. Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13934.htm). Acesso em: 24 maio. 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo – 33. ed. São Paulo: Atlas,2019.

CAVALCANTE, M. Lei 13.934/2019: regulamenta o contrato de desempenho, previsto no § 8º do art. 37 da Constituição Federal. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2019/12/lei-139342019-regulamenta-o-contrato-de.html>>. Acesso em 04 de junho de 2020.

DI PIETRO, Maria Zanella “DIREITO ADMINISTRATIVO” 32 ed. – Rio de Janeiro, 2019

MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo: Malheiros, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

ZOLET, Rachel: “O contrato de gestão entre o poder público e organizações sociais como instrumento de fuga do regime jurídico administrativo” Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18550/o-contrato-de-gestao-entre-o-poder-publico-e-organizacoes-sociais-como-instrumento-de-fuga-do-regime-juridico-administrativo>> Acesso em: 24 maio. 2020.

## ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA COCA-COLA

Attila Augusto Santos<sup>1</sup>  
Cláudio Antônio Klaus Júnior<sup>2</sup>  
Denise Alves Lucas<sup>3</sup>  
Karolina Kowalczki Carneiro<sup>4</sup>  
Katiane Valéria Vicente Pereira<sup>5</sup>  
Lucyene Cangâne Silva<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa básica sobre o modelo de sustentabilidade da Coca-Cola, tanto Coca-Cola Brasil quanto a organização internacional, analisando as suas ações em prol da sustentabilidade em seus três pilares: ambiental, econômico e social. Para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente aborda-se a temática da sustentabilidade, para, a seguir, examinar as práticas em prol da sustentabilidade da marca.

**Palavras-chave:** Coca-cola. Sustentabilidade. Responsabilidade social.

### OBJETIVOS

#### Objetivo principal

O objetivo deste estudo é verificar as ações da Coca-Cola como empresa e em prol da Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Econômica e Sustentabilidade Social.

#### Objetivos específicos

- Conceituar sustentabilidade;
- Apresentar a função social das empresas;
- Analisar os três pontos do tripé da sustentabilidade: Ambiental, Econômico e Social;
- Examinar práticas de sustentabilidade da marca.

### REVISÃO DE LITERATURA

Na Terra, existem bens que são comuns a todos e esses devem ser usados com cuidado. A necessidade de falar-se sobre o tema da sustentabilidade deu-se com a necessidade aparente. Até o início da década de 70, pouco se falava ou se estudava sobre o tema da Sustentabilidade. A sociedade não tinha qualquer preocupação com as riquezas naturais, tão pouco imaginava que um dia pudesse haver um colapso. Assevera-se que, para a vida na Terra manter-se, é necessário haver o gerenciamento de recursos. (HULSE, 2018)

<sup>1</sup> Bacharelando em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, attila.asantos@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharelando em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, juniorklaus8@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharelanda em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, denisellucas@hotmail.com

<sup>4</sup> Bacharelanda em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, kakacarneiro@outlook.com.br

<sup>5</sup> Bacharelanda em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe,

katianevaleriavicentepercereira@hotmail.com

<sup>6</sup> Bacharelanda em Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, lucyenemara@yahoo.com.br

O assunto sustentabilidade teve sua discussão iniciada em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de Estocolmo, na qual o tema central era necessidade de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação dos recursos naturais. (HULSE, 2018)

A Sustentabilidade vem sendo estudada em três dimensões. O Relatório de Brundtland elenca três pilares do Desenvolvimento Sustentável: o Crescimento Econômico, a Proteção Ambiental e a Igualdade Social. (HULSE, 2018)

O autor Hulse sobre o tema do desenvolvimento sustentável menciona:

O Desenvolvimento Sustentável é um contraponto ao modelo econômico vigente, por isso, é um conceito que tem encontrado dificuldade em se expandir. Para que as proposições que abarcam tais discussões sejam exitosas seria necessário implementar um modelo econômico no qual muitas pessoas venham a pagar a conta e poucas pessoas venham a lucrar (HULSE, 2019).

Sendo assim, é evidente que existe uma necessidade de cuidado com o ambiente, permitindo que os recursos se renovem.

Além das ações de indivíduos é necessário que existam iniciativas institucionais e empresariais para a promoção da sustentabilidade e cumprimento da função social das companhias.

Uma empresa cumpre seu papel na sociedade e colabora para o desenvolvimento social se consegue realizar a geração de empregos, tem uma atuação ativa na preservação do meio ambiente e promovem melhorias à comunidade. Mais do que ações voluntárias benéficas, a função social da empresa será cumprida se os seus produtos tiverem uma relação com os interesses da comunidade, tanto na produção como na distribuição, fazendo circular capital. (JUSBRASIL, 2019)

A The Coca-Cola Company é uma multinacional estadunidense, com sede em Atlanta, Geórgia. Em 1886, farmacêutico John Pemberton criou um xarope, que se transformou no produto mais popular da empresa: a Coca-Cola. A fórmula e a marca foram compradas em 1889 por Asa Griggs Candler, fundando a companhia em 1892. O capital inicial era de US\$ 100 mil.

Em 1919, um grupo de investidores, liderados por Ernest Woodruff e W. C. Bradley, comprou a The Coca-Cola Company por US\$ 25 milhões. A empresa, por causa de incentivos fiscais, manteve sua sede operacional em Atlanta, mas mudou-se da Georgia e passou a ter uma corporação de Delaware. Quinhentas mil ações ordinárias foram vendidas publicamente por US\$ 40 cada, na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 1926, foi criado o Departamento Internacional, que, em 1930, tornou-se uma empresa subsidiária da The Coca-Cola Company, chamada Coca-Cola Export Corporation. O Decreto nº 85.313, de 31 de Outubro de 1980, concedeu a empresa COCA-COLA BRAZIL LIMITADA, INC., autorização para funcionar na República Federativa do Brasil e também autorizou a nacionalização da empresa, com a denominação de COCA-COLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

LTDA é a abreviação de "limitada" e vem de sociedade limitada, sociedade empresarial limitada ou ainda sociedades de responsabilidade limitada. O nome

vem justamente porque, nela, a responsabilidade dos sócios é “limitada” ao quanto investiram no negócio. O artigo 1.052 do Código Civil: “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”

Em um LTDA, em caso de falência, o patrimônio pessoal de cada sócio fica “protegido” porque a sua responsabilidade é limitada ao capital social. Os bens da empresa (pessoa jurídica) não podem ser confundidos com os dos sócios, e vice-versa. De acordo com o SEBRAE, é a sociedade empresária mais adotada no país, por ser mais simples e também porque protege o patrimônio pessoal dos sócios.

Segundo o Código Civil Brasileiro, as pessoas jurídica se classificam em: de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Gonçalves as define da seguinte maneira:

“Consiste num conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para a consecução de fins comuns. Pode-se afirmar, pois, que pessoas jurídicas são entidades a que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações. A sua principal característica é a de que atuam na vida jurídica com personalidade diversa da dos indivíduos que as compõem.” (GONÇALVES ,2012, p. 203).

As pessoas jurídicas de Direito privado, de acordo com o art. 40 do Código Civil:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:  
I – as associações;  
II – as sociedades;  
III – as fundações;  
IV – as organizações religiosas;  
V – os partidos políticos.  
VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

De acordo com Silvio Venosa, as associações e sociedades, podem ou não, ter lucro como objetivo, enquanto as fundações se destinam a fim altruísta.or definição, na lei, aqueles que celebram contrato de sociedade, as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. A Coca-Cola Brasil, com sede no Rio de Janeiro (RJ), atua como uma companhia de natureza jurídica limitada (Ltda.), é uma subsidiária da The Coca-Cola Company com atuação por meio de uma divisão nacional, chamada Divisão Brasil. De acordo com o autor HULSE, 2018, a sustentabilidade pode ser analisada em 3 diferentes aspectos: Ambiental, social e econômico. O presente trabalho relata as ações da companhia. Na questão gestão ambiental, a Coca-Cola prioriza a ecoeficiência definida pelo Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável como “a produção de bens e serviços a preços competitivos, que tragam satisfação e qualidade de vida ao consumidor, ao mesmo tempo em que reduz a geração de poluentes e o uso de

recursos, considerando todo o seu ciclo de vida, em um nível que seja no mínimo o que se estima ser suportado pela Terra”.

Com isso, vem conquistando metas, em toda sua cadeia produtiva, com a economia de recursos, recuperação de insumos, diminuição das perdas e atribuição de maior valor agregado ao processo. Ações que promovem cidadania, com o controle de fontes de poluição e preservação do meio ambiente, apoiando instituições e projetos sociais, além disso gera empregos e fontes alternativas de renda para populações carentes. O resultado vai além da preservação com o meio ambiente. Um cuidado social, econômico e cultural. No Brasil, a Coca-Cola possui vários programas ambientais, dentre eles, o Programa Água Limpa, constitui no uso racional da água, que é fundamental para a fabricação de refrigerantes e no processamento de frutas. Assegurando a qualidade da água (afluentes e efluentes) e o uso e reuso deste recurso natural. Tal projeto foi criado em 1995 e promove ações para conservação dos recursos hídricos, cujas fábricas a desenvolvem projetos que ajudam a reduzir o consumo de água e diminuir as descargas de efluentes.

O Programa de Conservação de Energia, implementado em 1997 com estratégias do Procel (Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica), criado pela Eletrobrás para a indústria, junto a Furnas Centrais Elétricas e Cepel (Centro de Pesquisas da Eletrobrás). Tais estratégias minimizaram em até 20% os gastos com energia de produção. Através de equipamentos que consomem menos energia e usam tecnologias limpas – como transformadores a seco (sem o uso de óleo ascarel) e ar-condicionado sem CFC, automação do sistema central de refrigeração e dos elevadores.

Em 2005 o sistema Coca-Cola Brasil conquistou a “Woodruff Cup” por ter a operação de melhor desempenho da The Coca-Cola Company no mundo, segundo critérios de mercado e práticas de sustentabilidade desenvolvidas em todos os níveis da sociedade. Já o Instituto Coca-Cola Brasil ganhou destaque atuando no tripé Educação, Meio Ambiente e Vida Saudável.

Em 2010 a Coca-Cola lançou no Brasil a PlantBottle, a primeira garrafa PET (politereftalato de etileno) da América do Sul com matéria-prima de origem vegetal. Sua fabricação deixa de lado parte do uso dos derivados do petróleo, que foi substituído pelo etanol da cana-de-açúcar. Na mesma onda de 2010, em 2011 tornou-se pioneira no uso de materiais reciclados em suas embalagens com o lançamento da Bottle-to-Bottle, uma embalagem PET produzida parcialmente com garrafas PET recicladas após o consumo.

O atual sistema linear de produção, no qual a equação predominante é extrair, fabricar, consumir e eliminar, a chamada economia circular propõe reutilizar, reciclar e reabastecer. É colocada em prática a expressão “nada se perde, tudo se transforma”; um modelo em que não há desperdício: todos os materiais e bens da cadeia de produção servem para alimentar outros ciclos de uso e produção, e assim sucessivamente.

A Coca-Cola acredita firmemente que, além de uma necessidade, ingressar na economia circular é uma oportunidade para se tornar protagonista da mudança em direção a um modelo sustentável e lucrativo. A sua responsabilidade é também usar a sua visibilidade e a força das suas marcas para fazer com que outras empresas e consumidores lancem com se unam e avancem também com esta transformação.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, A. C. P. – **Desenvolvimento de uma Metodologia de Reprojeto de Produto para o Meio Ambiente** – Florianópolis, Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Mecânica, 2001.

BONSIEPE, G. (coordenador) – **Metodologia Experimental: Desenho Industrial** – Brasília, CNPq Brasília. Documentos Básicos. Brasília: Secretaria do meio ambiente / IBAMA, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em 06 de junho de 2020.

BRÖHAN, Torsten & BERG, Thomas. **Avant-garde Design: 1880-1930**. Taschen, 1994. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

COCA-COLA BRASIL. **Linha do tempo: conheça a história da Coca-Cola Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.cocacolabrasil.com.br/sobre-a-coca-cola-brasil/a-historia-da-coca-cola-brasil>>. Acesso em: 23/05/2020.

COCA-COLA BRASIL. **Nossas Fábricas no Brasil**. Disponível em: <https://www.cocacolabrasil.com.br/nossos-fabricante>. Acesso em: 04/06/2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, volume 4: Responsabilidade Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HULSE, L. **A CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA**. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica). Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI. Itajaí-SC, 2018.

HULSE, L.; PASOLD, C. Práticas associativas em prol da sustentabilidade em Caçador, Santa Catarina, Brasil | Associative practices for sustainability in the city of Caçador, Santa Catarina, Brazil. **Revista Justiça do Direito**, v. 32, n. 1, p. 170-187, 15 maio 2018.

LIMA, Larissa Ariel. **História da Coca-Cola - Sucesso, estratégias e curiosidades. 2020** Disponível em: <<https://segredosdomundo.r7.com/historia-da-coca-cola/>>. Acesso em: 23/05/2020.

RODRIGUES, A. M. (Org.). **Meio ambiente: ecos da eco**. Campinas: IFCH – Unicamp, 1993.

SCHARF, R. **Coca-Cola já recuperou 8 toneladas de alumínio**. Gazeta Mercantil, 9 jul. 1999.

THE COCA-COLA COMPANY. **History of Bottling**. Disponível em: <https://www.coca-colacompany.com/company/history>. Acesso em: 04/06/2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil interpretado** / Sílvio de Salvo Venosa; coautora Cláudia Rodrigues. – 4. ed., – São Paulo: Atlas, 2019.

## LEITURA INTERDISCIPLINAR

### MANIFESTAÇÕES PATOLOGIAS EXISTENTES NA PONTE RIO ROBERTO NA DIVISA DE LEBON RÉGIS E FRAIBURGO

Chislaine Lourenço Balansin, chislaine\_l\_1@hotmail.com

Karen Zago Ribeiro, karenzagoribeiro@gmail.com

Michele Paola de Lima, mpaolalima@gmail.com

#### Resumo

No presente trabalho são realizadas análises sobre as patologias existentes na rodovia SC 453, e na ponte Rio Roberto que liga Lebon Régis-SC e Fraiburgo-SC. Em se tratando de rodovias, o país conta com uma vasta extensão territorial, o que se torna de extrema importância, pois é o principal modal de transporte. Contudo, muitas dessas rodovias apresentam diversas anomalias em sua estrutura, causadas pelo intenso tráfego de veículos pesados como caminhões e carretas, além de questões climáticas. Ainda, as pontes em concreto armado também estão sujeitas a diversas ações, que ocasionam sua deterioração, comprometendo a sua estrutura e funcionalidade. Dessa forma, esse estudo objetivou apresentar através de levantamento de dados essas alterações, suas causas, com o propósito de assegurar o correto funcionamento da infraestrutura para os meios de transporte, a preservação do patrimônio público e a segurança para o usuário.

A partir do estudo de caso, ficou evidente que a ponte e a rodovia analisada, necessitam de manutenção para que possam ter uma maior vida útil.

**Palavras-chaves:** Patologia. Ponte. Recuperação. Rodovia.

#### INTRODUÇÃO

As pontes e a malha rodoviária são fundamentais para o desenvolvimento do país, são destinadas ao tráfego de veículos, as quais possibilitam a ligação de destinos, além de serem de extrema importância para o transporte de pessoas, produções e cargas. Dessa forma, essas estruturas devem apresentar condições adequadas, garantindo conforto e segurança, com finalidade de evitar acidentes. Entretanto, com o passar dos anos, essas estruturas sofrem danificações pelo excesso de deslocamento de veículos, mudanças climáticas e deficiência no gerenciamento de conservação das mesmas. Ainda pode-se afirmar que a falta de manutenção nas pontes e pavimentação asfáltica geram consequências para os usuários e, também reduzem a vida útil dessas estruturas.

Nesse contexto, com o desenvolvimento tecnológico na construção civil tem-se o estudo de patologias em estruturas, determinando suas origens, formas de manifestações e consequências. As possíveis soluções para as anomalias, envolve tanto a recuperação, a qual é a correção dos devidos problemas com objetivo de reconstruir sua forma e desempenho inicial, e o reforço estrutural, destinado a

aumentar a resistência de determinada estrutura. As análises e diagnósticos dessas alterações, auxiliam no entendimento sobre as falhas de projetos, execução e utilização dessas estruturas.

Dessa forma, o presente projeto de pesquisa busca apontar através de uma avaliação estrutural as manifestações patológicas existentes na rodovia SC 453 e na ponte Rio Roberto, identificando a extensão dessas anomalias, determinando sua necessidade de manutenção e propondo possíveis soluções com base nas normas e procedimentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

### **Problematização:**

As vias de tráfego e as pontes são construídas a partir de planejamentos, mesmo sendo bem projetadas, necessitam de manutenção para que apresentem bons desempenhos e segurança aos usuários. Dessa forma, quais seriam as patologias presentes em pontes e rodovias? E quais as medidas de manutenção e reestruturação das mesmas?

### **Justificativa:**

Com o passar dos anos as estruturas de pontes e de pavimentação asfáltica sofrem degaste devido a fatores como intempéries, sobrecarga e falhas no processo de implantação. Além disso, com a variação climática os materiais que compõem o revestimento asfáltico também perdem suas características e resistência.

De acordo com o exposto o projeto de pesquisa irá proporcionar uma avaliação técnica referente as alterações existentes em uma rodovia e uma ponte, detalhando o grau de deterioração em que elas se encontram, ainda a partir dos diagnósticos e análises, serão determinadas as possíveis soluções para essas patologias.

### **Objetivo:**

O presente trabalho tem como finalidade a identificação e a descrição das manifestações patológicas encontradas em determinada ponte e pavimento asfáltico, detalhando as causas e as formas de recuperação.

### **Metodologia:**

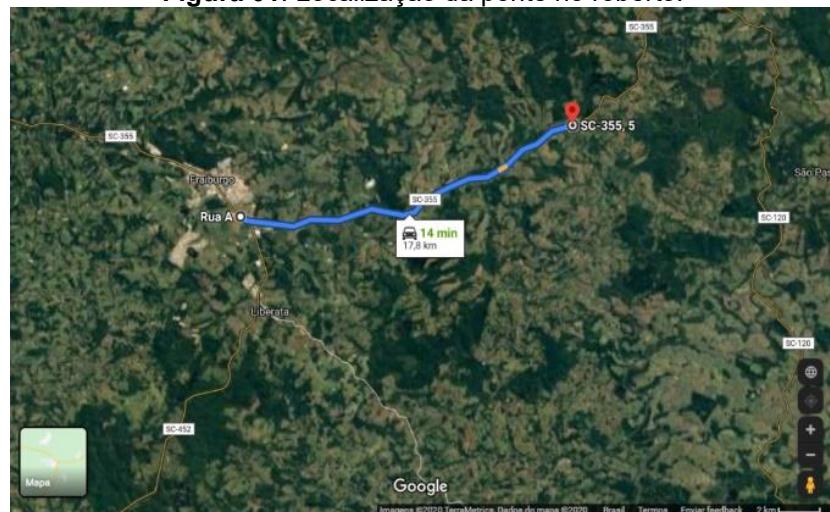
Para a elaboração desse estudo, primeiramente foi realizado o levantamento de dados feitos in loco, no qual analisou-se o aparecimento de irregularidades e imperfeições, tanto na pavimentação asfáltica como na ponte, o que consequentemente torna-se prejudicial a segurança e conforto dos meios de transportes que nelas circulam.

Através das informações obtidas, a partir da conjunta análise das imagens, normas técnicas e com pesquisas bibliográficas em livros e artigos, foi possível realizar a identificação e diagnósticos dos diferentes tipos e origens das manifestações patológicas em rodovias e pontes de concreto armado, além das técnicas de recuperação desses problemas.

## 1 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo realizado se localizada na divisa dos municípios de Fraiburgo e Lebon Régis, tendo o intuito comparativo das manifestações patológicas do trecho da ponte rio Roberto na via SC-355 aproximadamente 27,8 km de Fraiburgo até a ponte.

**Figura 01:** Localização da ponte rio roberto.



**Fonte:** Google Maps

### 1.2 AS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E RODOVIAS

Conforme mencionado por Chequer et al (2010) manifestações patológicas são degradações identificadas na edificação, as quais podem ser geradas durante o período de execução da obra, ou na própria elaboração do projeto e pode ser ainda adquirida ao longo do tempo pela utilização da construção e os fatores da natureza. No trecho analisado em nosso trabalho podemos ver inúmeras manifestações, conforme mostram as figuras abaixo.

**Figura 02:** Manifestações encontradas no trecho de pesquisa.



**Fonte:** Próprios Autores

**Figura 03:** Manifestações encontradas no trecho de pesquisa.



**Fonte:** Próprios Autores

A pavimentação possibilita qualidade de vida, pois ela proporcionou a população conforto, melhorias nas condições de limpeza, contribuiu para a saúde pública e conseguiu proporcionar segurança, velocidade e economia no que se trata de transporte de pessoas e mercadorias. Para SOUZA (1980), Pavimento é uma estrutura construída após a terraplanagem por meio de camadas de vários materiais de diferentes características de resistência e deformabilidade. Essa estrutura citada por Souza, é de extrema importância para nossa comodidade.

Com indício de início de manifestações significa que a estrutura está perdendo a sua durabilidade e também seu nível de segurança, comprometendo assim sua utilização, e pondo em risco a vida de quem a utiliza. Para França et al (2011) “uma manifestação patológica é a expressão resultante de um mecanismo de degradação, e a patologia é uma ciência [...] que serve para esclarecer este mecanismo”.

Os defeitos na pavimentação são de fácil identificação, que podem ser deformações na massa asfáltica, trincas, formação de panelas e pontos de degradação nas juntas de dilatação da estrutura. O desgaste na pavimentação da ponte pode pôr em risco a segurança e o conforto dos usuários que trafegam pelas vias (CICHINELLI, 2014).

As pontes, como qualquer outra edificação, também se deterioram com o passar do tempo e requerem cuidados para não se debilitarem e tornarem-se vulneráveis às ações de agentes ambientais endógenos ou exógenos. Os agentes ambientais internos ou endógenos são aqueles agentes de transformação do relevo, que surgem de dentro da Terra (CHEQUER et al, 2010). Os trechos em que fizemos a atual pesquisa, precisam de reparos, para não se tornarem inutilizáveis, ou como já mencionado anteriormente, para que não se tornem um perigo para quem os trafega.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o descrito, conclui-se que as rodovias e as pontes são fundamentais para economia do país, com isso, a grande utilização do transporte de cargas e passageiros, necessita de uma infraestrutura de transporte mais adequada.

O projeto de pesquisa apresentou patologias decorrentes pela falha de projeto, má execução da obra, falta de manutenção e de restauração nas estruturas. Através do

levantamento fotográfico e de dados, observou-se que a rodovia e a ponte não estavam em perfeitas condições e apresentavam diversas patologias identificadas facilmente.

A partir do exposto, em se tratando da rodovia, como ela encontra-se em uma situação grave de deterioração, não adianta somente reparos nas camadas superficiais, recomenda-se então a execução de uma nova pavimentação seguindo a todos os procedimentos das normas técnicas.

Ainda para a recuperação da ponte é de fundamental importância o conhecimento das condições de estabilidade da mesma, de modo a permitir a melhor escolha possível dos métodos que serão adotados para garantir as condições de segurança e funcionalidade dessa estrutura.

Conclui-se então, que medidas preventivas são as melhores alternativas para evitar as manifestações patológicas, ou seja, um bom planejamento, execução do projeto com qualidade e principalmente um programa de manutenção estrutural, tornam-se essenciais para as estruturas, facilitando as verificações dos estados de danificação estrutural e reduzindo assim custos adicionais.

## REFERENCIAS

CHEQUER, Chequer Jabour. et al. **MANUAL DE RECUPERAÇÃO DE PONTES E VIADUTOS RODOVIÁRIOS**. Publicação IPR 744 - Rio de Janeiro. Disponível em: [http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/744\\_manual\\_recuperacaoPontes\\_viadutos.pdf](http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/744_manual_recuperacaoPontes_viadutos.pdf).

Acesso em: 11 jun. 2020.

CICHINELLI, Gisele. **Recuperação e reforço de pavimentos. Infraestrutura urbana: projetos, custos e construção.** 37 ed., mar. 2014. Disponível em: <https://newroads.com.br/recuperacao-e-reforco-de-pavimentos/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRANÇA, Alessandra A. V.; MARCONDES, Carlos Gustavo N.; ROCHA, Francielle C. da; MEDEIROS, Marcelo Henrique Farias de; HELENE, Paulo R. L. **Patologia das construções: uma especialidade na engenharia civil.** Téchne, São Paulo, v. 19, n. 174, p. 72-77, 2011.

SOUZA, Ruiter da Silva. **Terraplanagem e Pavimentação.** Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17735/material/Aula%202%20-%20Defini%C3%A7%C3%A3o%20e%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pavimento.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

## **ANÁLISE E IMPORTÂNCIA DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO DE UMA ESCOLA EM CAÇADOR SC**

Renata Huhn, [renata\\_huhn@hotmail.com](mailto:renata_huhn@hotmail.com)

### **Resumo**

A engenharia civil e a arquitetura desenvolvem projetos para construção de estruturas com inúmeras usabilidades. Nessa etapa de criação, contemplam projeto arquitetônico, projeto estrutural e ainda os complementares como projeto elétrico e hidrossanitário, e quando uma edificação possui alta circulação de pessoas e determinada metragem, também é exigido o projeto preventivo contra incêndio. Esse tipo de projeto é realizado por profissionais capacitados para elaborar o mesmo de forma segura e de acordo com as exigências tanto do Corpo de Bombeiros Militar como da legislação em geral. A escola Paulo Schieffler, objeto de estudo, não possui sistemas eficientes contra incêndio, e por este motivo, faz-se necessário um projeto revisado e de total acordo com as Instruções Normativas pertinentes para garantir segurança aos usuários da edificação. O principal objetivo deste estudo é apresentar a importância dos sistemas preventivos contra incêndio para uma escola e os seus usuários.

**Palavras-chaves:** Projeto; Incêndio; Sistemas preventivos.

### **INTRODUÇÃO**

Uma edificação deve estar devidamente preparada para incidentes que possam vir a ocorrer, afim de assegurar principalmente vidas. O projeto tem por sua finalidade prevenir os possíveis riscos de incêndio e acidentes. De acordo com Ono (2007) na prática é impossível a isenção total de riscos, entende-se que a segurança contra incêndio é um conjunto de medidas de proteção que devem estar compatibilizadas e racionalmente integradas.

## 1 DESENVOLVIMENTO

“É intrínseco ao ser humano exigir segurança em seu local de moradia e trabalho. Eis por que a segurança contra incêndio é atualmente considerada no projeto hidráulico, elétrico e arquitetônico” (SILVA, 2012 p. 24). Como o próprio autor afirmou, as medidas de segurança já devem ser pensadas durante a elaboração dos projetos complementares, incluindo esses itens na edificação com máxima eficácia. Pode-se observar nesse capítulo o progresso da concepção de segurança contra incêndio, a trajetória histórica e evolução de procedimentos até os dias atuais. Para isto, existe na legislação, como o autor Silva (2012, p.17) diz “o objetivo das regulamentações modernas de segurança contra incêndio é proteger a vida e evitar que os incêndios, caso se iniciem, se propaguem para fora de um compartimento do edifício”.

“A importância do planejamento nesta área é medida pelos sinistros evitados e não pelos incêndios extintos” (LUZ NETO, 1995, p.11) e com essa afirmação, pode-se entender que o projeto preventivo contra incêndio é um elemento indispensável, um instrumento que evita que desastres ocorram.

As medidas de segurança contra incêndio tem um certo custo, tanto na implementação à construção como durante seu uso. Contudo, se as medidas já são incorporadas na fase de concepção do projeto, além de se tornarem mais efetivas, elas também acabam tendo um custo consideravelmente menor, diz Ono (2007). A autora (Ono, 2007, p. 98) complementa: “[...] o projetista tem responsabilidade civil sobre seu projeto, e qualquer prejuízo ao usuário gerado como possível consequência de erro ou negligência de projeto poderá ser contestado”.

Miranda (2019) evidencia que a elaboração do projeto preventivo inicia-se ao implantar os sistemas preventivos no projeto arquitetônico, sendo esse último elaborado com as devidas características que um projeto preventivo requer, como materiais de acabamento que interferem diretamente em casos de pânico, um exemplo disso é o tipo de piso utilizado na rota de fuga da edificação. A compatibilização entre os projetos complementares e o projeto preventivo contra incêndio também deve ser efetuada, assim como o projeto elétrico deve atender as normas quanto à circuito específico para iluminação de emergência.

O Auto de Fiscalização emitido pelo CBMSC em 2016 declara como natureza das irregularidades na escola a falta de apresentação, para a análise, do projeto preventivo contra incêndio e pânico. Ainda estabelece as ações a serem executadas:

- Apresentar projeto preventivo contra incêndio;
- Solicitar vistoria para habite-se;
- Solicitar vistoria para funcionamento;
- Executar sistema preventivo por extintores;
- Executar sistema hidráulico preventivo;
- Executar instalações de gás combustível;
- Executar sistema de saída de emergência;
- Executar sistema de proteção contra descargas atmosféricas
- Executar sistema de iluminação de emergência;
- Executar sistema de alarme e detecção de incêndio;
- Executar sinalização para abandono de local;
- Executar sistema de chuveiros automáticos (sprinklers);
- Executar controle de materiais de revestimento e acabamento;
- Implantar brigada de incêndio;
- Implantar plano de emergência.

Como essa solicitação das medidas a serem executadas foi emitida a 4 anos atrás, e considerando que as instruções normativas obtiveram modificações recentes, faz-se necessário uma nova análise das necessidades atuais da edificação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que o estudo seja finalizado, será necessário um estudo aprofundado do imóvel, visando suas características particulares para dimensionar os sistemas de prevenção e combate a incêndio, enquadrando-se como edificação existente, atentando-se que para isso, algumas normas poderão ser adequadas a estrutura do imóvel. Este estudo torna-se como base a importância do dimensionamento correto do PPCI, bem como a importância de seu funcionamento quando necessário para a segurança da população que frequenta estes espaços.

## REFERENCIAS

LUZ NETO, Manoel Altivo da. Condições de segurança contra incêndio. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Assistência à Saúde. **Textos de Apoio à Programação Física dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde**. Brasília, 1995. p. 107. (Série Saúde & Tecnologia). Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1740583-Condicoes-de-seguranca-contra-incendio-manoel-altivo-da-luz-neto.html>>. Acesso em 12 mar. 2020.

MIRANDA, Juliana Dutra. **Análise do sistema preventivo contra incêndio do centro de cultura e eventos da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2019. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ONO, Rosaria. **Parâmetros para garantia da qualidade do projeto de segurança contra incêndio em edifícios altos**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.101. 2007.

SILVA, Valdir Pignatta. **Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio: conforme ABNT NBR 15200:2012**. São Paulo: Blucher, 2012.

## LEITURA INTERDISCIPLINAR: PATOLOGIAS ENCONTRADAS NA RODOVIA KM 173 - CASTELHANO

Renata Huhn, [renata\\_huhn@hotmail.com](mailto:renata_huhn@hotmail.com)

Tainara Ribeiro de Freitas, [tainarafreitas1008@gmail.com](mailto:tainarafreitas1008@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho apresenta as manifestações patológicas encontradas no trecho Km 173 na comunidade do Castelhano, município de Caçador- SC, cujo objetivo principal é mostrar o estado em que se encontra a rodovia, a ponte e todo entorno deste trecho que possui grande movimentação, pois na proximidade encontra-se as maiores indústrias do município, além de interligar as cidades de Lebon Régis e Caçador. Será apresentado imagens das patologias encontradas, e posteriormente, decorrentes classificações. Anexo a estas imagens referenciais teóricos para melhor entendimento do que ocorre na rodovia e embasamento técnico segundo normas previstas.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem uma significativa relevância social, uma vez que as manifestações patológicas impactam diretamente tanto na qualidade quanto na durabilidade das rodovias, como no bem-estar do motorista e pedestre.

Apresenta-se um estudo de caso de um trecho entre a cidade de Caçador e Lebon Régis. Nesse contexto, será abordado manifestações patológicas encontradas na rodovia e no pontilhão na comunidade Castelhano afim de apontar possíveis soluções, seguindo as normas correspondentes.

**Problematização:** o trecho delimitado possui manifestações patológicas e irregularidades.

**Justificativa:** por se tratar de um trecho usado com frequência e com estragos que merecem devida atenção, também há características que precisam ser analisadas e

atualizadas urgentemente como medidas de segurança para população que se utiliza do caminho percorrido.

**Objetivo:** o objeto de estudo é o trecho da Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro, no km 173, no município de Caçador, que para análise foi delimitado a 1,3 km de extensão.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS DEFEITOS NO PAVIMENTO ASFÁLTICO

Os defeitos patológicos que ocorrem em pavimentos asfálticos têm termos técnicos designados para classificar o tipo, espessura e padronizar a linguagem adotada por profissionais ao realizar laudos técnicos entre outras funções.

Algumas definições são essenciais para o entendimento das falhas encontradas na rodovia e serão apresentadas a seguir. Uma fenda pode ser definida como “qualquer descontinuidade na superfície do pavimento que conduza a aberturas [...]” (DNIT, 2003, p. 2). Uma trinca é composta por fendas facilmente visível a vista desarmada, com abertura superior à da fissura, e pode ser encontrada na forma de trinca interligada ou trinca isolada, como mostra a Figura 02.

A ondulação, como o próprio nome já sugere, é uma deformação caracterizada por corrugações. O escorregamento é o “deslocamento do revestimento em relação à camada subjacente do pavimento, com aparecimento de fendas [...]” (DNIT, 2003, p. 3). A panela ou também chamado de buraco, é uma cavidade que se forma devido a desagregação das camadas do pavimento, gerado por diversas causas. As figuras 01, 02, 03 e 04 apresentam as manifestações patológicas no trecho escolhido e no título sua classificação conforme o defeito na via.

Figura 02 – Trincas e fissuras



Fonte: Os autores (2020).

Figura 03 – Trincas JE/FC-3



Fonte: Os autores (2020).

Figura 04 – Afundamento ALP



Fonte: Os autores (2020).

Figura 05 – Classificação RS



Fonte: Os autores (2020).

## 2.2 SOLUÇÕES

Quando o pavimento se aproxima do fim de sua vida útil, há a necessidade de manutenção e reparos com maior frequência. É, sobretudo, preciso fazer o diagnóstico das patologias dos pavimentos asfálticos, determinando os defeitos e suas prováveis causas, buscando a partir deste levantamento determinar as possíveis soluções e qual dessas medidas é a mais viável (ROCHA, 2010).

### 2.2.1 TRINCAS - REMENDOS

Os remendos superficiais são executados para selar, provisoriamente, as trincas superficiais, evitando a penetração da umidade no interior do pavimento, impedindo maiores degradações podendo ser executado através da aplicação de capa selante ou de uma fina camada de material asfáltico, misturados em usina, quando as trincas não apresentam uma largura superior a 3mm deve ser aplicado uma capa selante nos segmentos (DNIT, 2010).

### 2.2.2 AFUNDAMENTOS – DEGRADAÇÃO

No caso dos afundamentos é necessário, demarcar os perímetros das áreas degradadas a serem abertas, de modo que apresentem configuração de quadriláteros, posteriormente corta-se o revestimento existente, formando uma vila em torno da área degradada, a fim de proporcionar bordas verticais formando os limites da área a ser reparada.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo de caso foi extremamente necessário neste trecho, visto que a ponte se encontra em estado lamentável de descuido e descaso por parte dos órgãos competentes. Estudos como este ajudam a divulgar o estado de conservação dos pavimentos asfálticos assim como a consciência com a segurança da população que utiliza esta rota para circulação. Pode-se efetuar pesquisa com perímetro mais abrangente afim de identificar mais defeitos nas vias de trânsito.

Além de proporcionar conhecimento mais aprofundado sobre o tema, foi encontrado soluções para as manifestações patológicas encontradas, e as consequências causadas pelas mesmas no trecho escolhido.

## REFERENCIAS

ABNT NBR 14718. **Guarda-corpos para edificação**, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2001.

ABNT NBR 6118. **Projeto de estruturas de concreto - Procedimento**, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES. DNIT 109/2009-PRO: obras complementares – segurança no tráfego rodoviário – projeto de barreiras de concreto – procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES. DNIT 154/2010-ES: pavimentação asfáltica – recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos – especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES. DNIT 005/2003-TER: defeitos nos pavimentos flexíveis e semi-rígidos – terminologia. Rio de Janeiro: IPR, 2003.

PINTO, I.E. Estudo das características físicas e mecânicas de misturas recicladas com espuma de asfalto. 2002. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

REIS, Nuno Filipe dos Santos. Análise estrutural de pavimentos rodoviários: Aplicação a um pavimento reforçado com malha de aço. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395139414347/Tese\\_FINAL.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395139414347/Tese_FINAL.pdf). Acesso em: 20 set. 2016.

ROCHA, R.S. **Patologias de pavimentos asfálticos e suas recuperações**: estudo de caso da Avenida Pinto de Aguiar. Salvador, 2010.

RODRIGUES, José Luís Azevedo. Conceção de Pavimentos Rígidos. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Feup, Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63481/1/000149988.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto**. 1<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Pini Ltda, 2009. 257 p.

## DOR MUSCULAR

Fabiola Luara Pelentir - fabiola.luara@hotmail.com  
 Leyza Paloschi de Oliveira – leyza@uniarp.edu.br

### Resumo

A Dor Muscular é derivada de um problema inflamatório com duração de 8 a 12 horas atingindo seu pico 24 a 48 horas após exercícios físicos. O objetivo da pesquisa foi investigar como a dor muscular surge, bem como conhecer as terapêuticas para prevenção da dor muscular, como acupuntura e eletroacupuntura.. A metodologia utilizada foi o estudo retrospectivo, descritivo, explorativo por meio de pesquisas bibliográficas em artigos indexados nas principais bases de dados eletrônicos *Google Acadêmico* e *Scielo*, publicados em língua inglesa e portuguesa. A dor muscular é um mecanismo ainda não definido na literatura, todavia o que se sabe é que é ocasionada na maioria das vezes por atividades físicas, ou seja, são microlesões nas fibras musculares. Os danos às fibras musculares podem ser localizadas ou disseminadas por todo o corpo. As causas podem ser diversas, como trauma ou choque, reumatismo, contusões, mudança de temperatura, excesso de sobrecarga muscular, esforço físico intenso. A acupuntura tem sido utilizada para alívio de dor muscular.

**Palavras-chave:** Acupuntura. Eletroacupuntura. Fibromialgia.

### 1 Objetivos

O objetivo do presente artigo foi analisar como surge a dor muscular bem como terapêuticas para prevenção da dor muscular, como acupuntura e eletroacupuntura.

### 2 Revisão Literária

A dor muscular pode aparecer em pacientes sedentários que iniciaram atividades físicas, ou em atletas de alto nível que mudaram o padrão das atividades que o corpo já estava acostumado. A dor pode ter início em até oito horas após o início dos exercícios praticados, podendo aumentar a intensidade no período de 24 a 48 horas, essa dor pode acalmar num período de até 72 horas após os exercícios (NASCIMENTO; ARRUDA; BACURAU; NAVARRO, 2007).

Pessoas com dores exibem quadro médico frustrante e muitos diagnósticos físicos, dor, com abordagens invasivas, idas ao médico repetidas vezes e uso de medicamentos frequentes, tudo isso gerando um alto gasto econômico (MOLINA, 2011).

A dor aparece principalmente em exercícios com predominância de contrações, e apresenta os seguintes sintomas, rigidez muscular, local sensível

ao toque, impossibilidade de realizar força máxima. Com a presença de proteínas intramusculares na corrente sanguínea, e de citocinas no sangue e no tecido lesionado, e a migração de leucócitos para o local lesionado, confirmam a hipótese de que, lesões na membrana plasmática e microlesões à estrutura muscular levam a uma resposta inflamatória responsável pela dor. A intensidade da dor pode variar de acordo com a intensidade das atividades realizadas, e a dor é um mecanismo de proteção do corpo que indica se o mecanismo das atividades está sendo nocivo ao organismo. Os músculos lesionados com atividade física tendem a ficar rígidos e sensíveis, mas existe a hipótese que o músculo tem capacidade de gerar força máxima, mas o paciente fica repressivo de realizar força máxima devido a dor (NASCIMENTO; ARRUDA; BACURAU; NAVARRO, 2007).

A dor muscular, bem como o dano muscular ocasionado pelo exercício físico acontece em diferentes dimensões, conforme o tipo de contração, porém com destaque nas ações musculares excêntricas (FOSCHINI, PRESTES, CHARRO, 2007).

Com o processo da dor muscular podemos afirmar que existe uma inflamação devido aos seus sintomas característicos, como edema, rubor, dos calões e perca de funções, no nível de microscopia a inflamação tem sua confirmação devido ao movimento característico dos fluidos de proteínas plasmáticas e de leucócitos no local lesionado. Os neutrófilos são os primeiros a se infiltrarem no tecido lesionado sendo importante para o processo de limpeza do tecido, já os monócitos se transformam em macrófagos e são direcionados para o tecido danificado fazendo a remoção do tecido que necrosou pelo processo da fagocitose. A sensação que a dor muscular apresenta entre 24 e 48 horas após os exercícios está relacionada ao processo de inflamação, onde a presença dos macrófagos que liberam prostaglandinas que sensibilizam os receptores da dor, explicaria a intensidade dos estímulos dolorosos (NASCIMENTO; ARRUDA; BACURAU; NAVARRO, 2007).

Uma das práticas utilizadas para o alívio da dor muscular é a eletroacupuntura. A Acupuntura tem sido utilizada como uma alternativa para o tratamento convencional da dor muscular, o que a define como a estimulação de locais determinados do corpo pela manipulação de agulhas e tem objetivo de atingir resultados desejados, enquanto a eletroacupuntura é a passagem de uma pequena corrente elétrica com baixa frequência e alta intensidade de natureza analgésica (ARANHA, 2010).

A fibromialgia é um tipo de doença crônica e sistêmica, que é designada por dores musculares disseminadas, enfermidades do sono, rigidez articular, fadiga muscular, mudanças psicológicas com baixa tolerância ao esforço físico. Não tem origem inflamatória, a dor não tem degeneração e também não é progressiva, pode ocorrer de maneira isolada ou com outras doenças reumáticas. Ocorre em mulheres na idade produtiva, mas pode ocorrer em crianças, adolescentes e idosos. Embora possa ocorrer em muitas pessoas no mundo todo sua incidência é de 2%, e sua fisiopatologia ainda é incerta. Causas sociais, emocionais e familiares é uma das maiores respostas aos incentivos dolorosos (BATISTA; BORGES; WIBLINGER, 2012).

### 3 Metodologia

Estudo retrospectivo, descritivo, explorativo por meio de pesquisas bibliográficas em artigos indexados nas principais bases de dados eletrônicos *Google Acadêmico* e *National library of medicine (Medline, USA)*, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, publicados em língua inglesa e portuguesa.

### 4 Resultados e conclusões

A dor muscular é ocasionada na maioria das vezes por atividades físicas, podendo ocasionar danos às fibras musculares, ficando localizadas ou disseminadas por todo o corpo. As causas podem ser diversas, como trauma ou choque, reumatismo, contusões, mudança de temperatura, excesso de sobrecarga muscular, esforço físico intenso, etc.

Ela se manifesta por meio de uma sensação desagradável concebida na topografia de um ou mais grupos musculares.

A Organização Mundial da Saúde identifica acupuntura de forma eficaz contra várias patologias, entre elas, a dor muscular, lombalgia, cervicalgia, artrite, artrose e a fibromialgia.

Percebe-se, ainda, que a fibromialgia é a segunda doença mais frequente na reumatologia, a prevalência na população fica em torno de 2,5%, sendo a maioria mulheres e aproximadamente na faixa etária entre 35-44 anos de idade.

### 5 Limitações

Dificuldade em encontrar revisões a respeito de Práticas Integrativas que auxiliem o farmacêutico nos cuidados da dor muscular.

### 6 Recomendações de estudos

Sugerimos o seguimento do estudo visto a grande relevância das informações, para que o farmacêutico possa se amparar nas informações e aconselhar de maneira eficaz o paciente que apresente dor muscular.

### 7 Referências bibliográficas

Aranha, Maria Fernanda Montans. "O efeito da eletroacupuntura no tratamento da dor muscular." (2010).

Almeida, Cíntia Estevam, and Cinira Assad Simão Haddad. "DOR LOMBAR." *UNILUS Ensino e Pesquisa* 11.22 (2014): 101-104.

Batista, J. S., Borges, A. M., & Wibeling, L. M. (2012). **Tratamento fisioterapêutico na síndrome da dor miofascial e fibromialgia.** *Revista Dor*, 13(2), 170-174.

Boton, Luane de Moraes, et al. **"Dor muscular em cabeça e pescoço e medidas vocais acústicas de fonte glótica."** *Revista CEFAC* 14.1 (2012): 104-113.

Boton, L. D. M., Morisso, M. F., Silva, A. M. T. D., & Cielo, C. A. (2012). **Dor muscular em cabeça e pescoço e medidas vocais acústicas de fonte glótica.** *Revista CEFAC*, 14(1), 104-113.

Ferracini, Renato. **"O treinamento energético e técnico do ator."** *ILINX-Revista do LUME* 1.1 (2012)

Molina, Omar Franklin, et al. **"Antidepressant use, pain severity and pain at multiple sites in patients with bruxism."** *Revista Pan-Amazônica de Saúde* 2.3 (2011): 11-17.

Molina, O. F., Santos, Z. C., Simião, B. R. H., Eid, N. L. M., Corrêa, M. B., & Gama, K. R. (2011). **Antidepressant use, pain severity and pain at multiple sites in patients with bruxism.** *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 2(3), 11-17.

MANESCO, C.; ALVES, SILVIA CRISTINA CREPALDI. **Fisiologia da dor muscular tardia.** 2010.

Nascimento, Cláudia Roberta Vilela, et al. **"Dor muscular tardia: etiologia e tratamento."** *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)* 1.2 (2007): 10.

Pestana, Tainá Santos, et al. **"ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME DE DOR FEMOROPATELAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA."** *Revista Saúde UniToledo* 2.1 (2018).

Pestana, T. S., Martins, J. V. C., de Souza Mitidieri, A. M., & Pulzatto, F. (2018). **ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME DE DOR FEMOROPATELAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.** *Revista Saúde UniToledo*, 2(1).

## 8 Agradecimentos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ao curso de Farmácia e aos professores envolvidos no projeto.

## PRINCIPAIS ASPECTOS DA SÍNDROME METABÓLICA E SUA RELAÇÃO COM A OBESIDADE

Nei Carlos Santin, [neicarlos@gmail.com](mailto:neicarlos@gmail.com)  
Andressa Gorny, [andressagorny@hotmail.com](mailto:andressagorny@hotmail.com)  
Jéssica Favretto, [jessica.favreto@hotmail.com](mailto:jessica.favreto@hotmail.com)  
Lara Letícia Guckert, [laralgukeert@gmail.com](mailto:laralgukeert@gmail.com)  
Neuro Hilton Wolschick, [neuro@uniarp.edu.br](mailto:neuro@uniarp.edu.br)

### RESUMO

A síndrome metabólica corresponde a um conjunto de sinais e sintomas de caráter metabólico, intimamente relacionados à obesidade. É um problema diretamente vinculado ao sedentarismo e alimentação rica em produtos de alto valor energético, resultando em várias patologias, como hipertensão arterial, resistência à insulina e diabetes tipo 2, hipertrigliceridemia e hipercolesterolemia, todas associadas a doenças cardiovasculares. Além de poder levar à síndrome metabólica, a obesidade interfere na autoestima, potencializando o desenvolvimento de ansiedade e depressão; provoca distúrbios circulatórios, lesões articulares e, consequentemente, dificuldades de locomoção. O tratamento da síndrome metabólica e da obesidade é de alta complexidade, pois envolve mudanças de hábitos de vida, que são de baixa adesão, devido aos fatores socioeconômicos e culturais da população brasileira.

**Palavras-chave:** Diabetes tipo 2. Hipercolesterolemia. Hipertrigliceridemia. Doenças cardiovasculares.

### INTRODUÇÃO

A obesidade apresenta elevada morbidade, pois predispõe a uma série de outras doenças. Além da quantidade de gordura corporal, sua distribuição tem importância clínica, pois o acúmulo de gordura na região abdominal – central ou androide – está diretamente ligada ao diabetes melitus tipo 2 e outras patologias, como dislipidemia, hipertensão arterial e doença aterosclerótica. De acordo com Costa e Paula (2006), essa complexidade de alterações metabólicas caracteriza a síndrome metabólica, associada à alta taxa de morbi-mortalidade. Para Penalva (2020), a síndrome metabólica pode ser definida como um grupo de fatores de risco inter-relacionados, de origem metabólica, que contribuem diretamente para o desenvolvimento de doença cardiovascular e/ou diabetes tipo 2. São considerados como fatores de risco metabólicos: dislipidemia aterogênica - hipertrigliceridemia, níveis elevados de apolipoproteína B e lipoproteína de baixa densidade-colesterol (LDL-colesterol), níveis baixos de lipoproteína de alta densidade-colesterol (HDL-colesterol) -, hipertensão arterial, hiperglycemia e um estado pró-inflamatório e pró-trombótico. A obesidade abdominal e a resistência à insulina contribuem na gênese desta síndrome.

No diagnóstico, o quadro clínico de síndrome metabólica geralmente está associado a diversas complicações médicas e a transtornos psicológicos e sociais, entre eles: doenças cardíacas e respiratórias, doenças ósseas (osteoporose,

artrose), insônia, diabetes, ansiedade, depressão, baixa autoestima, transtornos de imagem corporal, isolamento social, sensação recorrente de exclusão e baixa qualidade de vida (MENSÓRIO, 2016).

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), especialmente as doenças do aparelho circulatório, são responsáveis por cerca de 17 milhões de mortes por ano em todo o mundo. Para Lobo (2017), fatores de risco como obesidade, menor acesso às condições materiais e sociais, estresse e pressões relacionadas ao trabalho aumentam o risco de doenças.

O excesso de peso é o principal fator de risco para o desenvolvimento da síndrome metabólica. A obesidade contribui para a hipertensão, níveis elevados de colesterol total e hiperglicemia, que por si próprios estão associados a um risco elevado de doença cardiovascular. A obesidade abdominal tem correlação com fatores de risco metabólicos, pois o excesso de tecido adiposo libera substâncias que exacerbavam este risco (PENALVA, 2020).

## MÉTODOS

Realizou-se revisão bibliográfica da literatura e a questão em estudo foi a associação entre síndrome metabólica e obesidade. Foram consultadas bases de dados Medline, LILACS e Scielo, a partir do ano de 2006. Os descritores utilizados foram: síndrome metabólica, obesidade, dislipidemia, hipertensão arterial sistêmica, hiperglicemia, diabetes e resistência à insulina, para a identificação de estudos sobre os efeitos da síndrome metabólica na qualidade de vida. A seleção dos trabalhos publicados incluiu os que apresentavam pesquisas com adultos de ambos os sexos e os de publicação em língua portuguesa, sendo excluídos aqueles que não apresentavam no mínimo dois sinais de síndrome metabólica e os que relatavam casos de pessoas que haviam sido submetidas à cirurgia bariátrica. Os artigos foram analisados a partir da sua leitura integral, selecionando-se aqueles originais que mostrassem alguma evidência em relação ao tema escolhido, ou seja, uma provável associação entre síndrome metabólica e obesidade.

## RESULTADOS

Estudo realizado por SANTOS e colaboradores (2013), no município de Vitória de Santo Antão (PE), com 293 indivíduos obesos, mostrou predomínio de síndrome metabólica em adultos na faixa etária de 20-59 anos (220 indivíduos), com prevalência da síndrome na população estudada de 67,7 % (65,9 % nas mulheres e 78,4 % nos homens). Além disso, no que se refere aos outros indicadores de risco cardiovascular analisados, verificou-se que todos os indivíduos apresentavam pelo menos um indicador positivo. Do total de pacientes, 37,3% tinham a razão triglicerídios/HDL  $\geq 3,8$ ; e 100,0% apresentavam a razão cintura/estatura  $\geq 0,52$  para homens e  $\geq 0,53$  para mulheres. Os autores concluíram que a população de obesos estudada apresentou elevada prevalência de síndrome metabólica, confirmando a íntima relação entre síndrome metabólica e obesidade.

De acordo com SOUZA et al. (2020), em estudo sobre o perfil de obesidade de 619 pacientes frequentadores de um parque na cidade de Recife (PE), observou-

se que 45% deles estavam com sobrepeso e 20,7% apresentavam obesidade grau I, totalizando, entre sobrepeso e obesidade grau I, aproximadamente 65% da população pesquisada. O percentual de indivíduos com níveis pressóricos acima do normal (estágios I, II e III de hipertensão) foi de aproximadamente 18%. Os autores concluíram que há alta prevalência de sobrepeso e obesidade na população estudada, com 4,3% apresentando síndrome metabólica, apesar de 70% deles relatarem praticar atividade física regularmente.

Estudo realizado por Silva-Júnior e colaboradores (2018), com participantes do grupo Hiperdia de um centro de saúde da cidade de Jequié (BA), com 100 pacientes selecionados, de ambos os sexos e com idade superior a 40 anos, identificou que 43% dos participantes apresentavam síndrome metabólica, sendo que a hiperglicemia foi a alteração com maior prevalência (69%), seguida de hipertensão (59%) e HDL baixo (35%). A alta taxa de triglicerídos foi identificada em 55% dos indivíduos, circunferência abdominal aumentada em 40%, e quanto ao IMC, 70% deles estavam com sobrepeso, 22% com obesidade grau I (IMC entre 30 e 34,9 kg/m<sup>2</sup>), 11% com obesidade grau II (IMC entre 35 e 39,9 kg/m<sup>2</sup>) e 1% com obesidade grau III (IMC acima de 40 kg/m<sup>2</sup>), sendo que 67% dos portadores de síndrome metabólica pertenciam ao grupo de maiores de 60 anos.

Leitão e Martins (2012) realizaram estudo com usuários de duas Unidades Básicas de Saúde da cidade de São Paulo - Jardim Comercial (UBS1) e Jardim Germânia (UBS2) -, totalizando 452 pessoas. Como resultados, identificaram que na UBS1 o percentual de síndrome metabólica foi de 56,1% e, na UBS2, de 34,0%. A maioria dos participantes eram do sexo feminino (62%), 42% não praticavam atividades físicas regularmente (sedentários); 65% relataram sofrer com estresse; antecedentes familiares de doença cardíaca, hipertensão e diabetes mellitus foram detectados em 45,8%, 63,5% e 49,6%, respectivamente. A escolaridade apresentou associação inversa: morar no bairro de menor nível socioeconômico aumentou a chance de síndrome metabólica.

Ibiapina e colaboradores (2015) investigaram a prevalência de síndrome metabólica em idosos que frequentavam o Centro de Convivência para Idosos, em Teresina/PI. Participaram 148 idosos e a prevalência da síndrome metabólica foi de 45,45%. Os fatores de risco identificados, mais frequentes para síndrome metabólica, foram: hipertensão arterial (97,5%), baixos níveis de HDL-colesterol (95,0%), circunferência da cintura aumentada (87,5%), triglicerídos elevados (45%) e aumento da glicemia de jejum (30,0%).

Morais e Burgos (2014) realizaram um estudo no Ambulatório de Nutrição/Diabetes do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, em 79 indivíduos com síndrome metabólica. Como resultados, com predominância do gênero feminino na pesquisa (69,6%), constataram que a hipertensão arterial sistêmica foi o componente da síndrome metabólica mais prevalente (93,7%). A alteração da circunferência abdominal (acima do normal) foi de 81%; alteração da glicemia de jejum foi identificada em 81% dos indivíduos, além níveis de HDL colesterol abaixo dos padrões em 21,5% e triglicerídos acima do normal em 62% dos participantes. A média de IMC foi de 30,73 kg/m<sup>2</sup> (obesidade grau I), glicemia (de jejum) média de 153,34 mg/dL.

O tratamento para a obesidade e para a síndrome metabólica é complexo, envolvendo alterações do estilo de vida, com exercícios físicos regulares, modificação de hábitos alimentares - menor ingestão calórica, de sal, lipídios e carboidratos refinados, aumento no consumo de fibras -, para auxiliar na redução de

peso, com consequente melhoria na qualidade do sono e melhor controle de lipídios plasmáticos. Medicamentos podem ser utilizados, a critério médico, para tratamento sintomático das morbidades associadas à obesidade, como os anti-hipertensivos, antiglicêmicos e anti-hiperlipêmicos (FERRARI, 2007).

## CONCLUSÃO

A partir dos trabalhos publicados utilizados como base para a revisão bibliográfica, foi possível observar que a síndrome metabólica está intimamente relacionada à obesidade, com prevalência de alterações no metabolismo lipídico (dislipidemia) e glicêmico, aumento da gordura abdominal, hipertensão arterial, todos associados à falta de atividade física regular e alimentação de má qualidade nutricional, ou seja, rica em produtos com altos teores de carboidratos simples e gorduras saturadas. Somam-se a esses fatores, os desequilíbrios de cunho emocional, principalmente ligados ao estresse e ansiedade.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Mônica Barros; PAULA, Rogério Baumgratz de. Aspectos fisiopatológicos da síndrome metabólica. **Rev Med Minas Gerais**, v. 4, n. 15, p. 242-245, 2006. Disponível em: <<http://rmmg.org/exportar-pdf/1387/v15n4a09.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020

FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. Atualização: Fisiopatologia e Clínica da Síndrome Metabólica. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 36, n. 1, p. 90-95, 2007. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/acm/revista/pdf/artigos/525.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBIAPINA, Daniela Fortes Neves et al. Prevalência da síndrome metabólica em idosos. **Revista de enfermagem UFPE online**, v. 9 (Supl. 9), 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/10794/11954>>. Acessos em: 15 jun. 2020.

LEITÃO, Maria Paula Carvalho; MARTINS, Ignez Salas. Prevalência e fatores associados à síndrome metabólica em usuários de unidades básicas de saúde em São Paulo – SP. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.58, n.1, São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302012000100016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000100016)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LOBO, Larissa Aline Carneiro, et al. Tendência temporal da prevalência de hipertensão arterial sistêmica no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 33, n. 6, 2017. <Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n6/e00035316/pt/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MENSORIO, Marina Simões; JUNIOR, Áderson Luiz Costa. Obesidade e estratégias de enfrentamento: o quê destaca a literatura? **Revista Psicologia, Saúde e**

**Doença**, v.17, n. 3, 2016. Disponível em:  
<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862016000300013](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862016000300013)>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MORAIS, Caroline Neves de; BURGOS, Maria Goretti Pessoa de Araújo. Prevalência de fatores associados à síndrome metabólica em uma população diabética. **Rev Bras Nutr Clin**, v. 29, n. 4, p. 304-8, 2014. Disponível em: <<http://www.braspen.com.br/home/wp-content/uploads/2016/11/05-Prevalencia-de-fatores-associados.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PENALVA, D. Síndrome metabólica: diagnóstico e tratamento. **Revista de Medicina**, v. 87, n. 4, p. 245-250, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/59086/62072>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SANTOS, Hilda Carla Moura dos et al. Síndrome metabólica e outros fatores de risco para doença cardiovascular em população de obesos. **Rev Bras Cardiol**, v. 26, n. 6, p. 442-9, 2013. Disponível em: <<http://www.onlineijcs.org/english/sumario/26/pdf/v26n6a05.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SILVA-JÚNIOR, Antônio do Carmo et al. Repercussões da prevalência da síndrome metabólica em adultos e idosos no contexto da atenção primária. **Rev. Salud Pública**, v. 20, n. 6, p 735-740, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v20n6/0124-0064-rsap-20-06-735.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOUZA, Maíra Danielle Gomes de et al. Prevalência de obesidade e síndrome metabólica em frequentadores de um parque. **ABCD, arq. bras. cir. dig.**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. 31-35, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-67202015000600031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-67202015000600031&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

## NÚMERO DE ACESSO DAS GESTANTES AO SERVIÇO ODONTOLÓGICO EM UMA UBS DE CAÇADOR, SC.

Rafaela Medeiros, [rafaelamedeirosgil@gmail.com](mailto:rafaelamedeirosgil@gmail.com)<sup>1</sup>

Ana Paula Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>3</sup>

Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>4</sup>

Talita Czekster, [talita.czeksster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czeksster@uniarp.edu.br)<sup>5</sup>

### RESUMO

O atendimento odontológico durante a gestação é de fundamental importância para a saúde da mãe e do bebê. Além de prevenção de doenças possibilita atenção a patologias já instaladas e que se não forem tratadas podem levar a desfechos desfavoráveis como prematuridade e baixo peso ao nascer. Dessa forma, o pré-natal odontológico não deve ser negligenciado, devendo inclusive ser estimulado por meio de campanhas e buscas ativas, quebrando paradigmas existentes e mitos de que gestantes não devem consultar com o odontólogo. A Portaria nº 2979 de 12 de novembro de 2019 (Previne Brasil) estabelece um novo modelo de financiamento a partir de metas e indicadores a serem atingidos. Um desses indicadores é o acesso das gestantes ao serviço odontológico, cuja meta é de 60% de acesso das gestantes à consulta odontológica. Após análise dos dados, verificou-se que o acesso das gestantes foi de 54,8%, e destas mais de 64% recebeu três consultas ou mais, conforme recomenda o programa PREVINE BRASIL. Acredita-se que com mais campanhas e busca ativa, a meta de 60% será facilmente atingida no próximo quadrimestre.

**Palavras-chaves:** gestante; odontologia; cirurgião-dentista; atenção básica; Previne Brasil.

### INTRODUÇÃO

As consultas odontológicas durante a gestação são essenciais à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Prematuridade e baixo peso ao nascer são alguns dos desfechos desfavoráveis que as patologias bucais podem ocasionar (LOPES, 2002). As gestantes constituem pacientes de temporário risco odontológico devido às mudanças psicológicas, físicas e hormonais, que criam condições adversas no meio bucal (GONÇALVES, 2009).

<sup>1</sup> Acadêmica de Medicina na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>2</sup> Professora na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>3</sup> Professora na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>4</sup> Professor e Coordenador do curso de Medicina na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>5</sup> Professora na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

O pré-natal odontológico é algo relativamente novo na Odontologia. Possui uma riqueza de detalhes que não devem ser negligenciados pelo clínico e que são constituídos por palestras de educação em saúde bucal, anamnese detalhada e quebra de paradigmas existentes na paciente, como mitos e adágios populares (POLETTI, 2008; MARTINS, 2013; BASTIANI, 2010).

No eixo das diretrizes de Saúde Pública no Brasil, é possível e necessário trabalhar a promoção de saúde aliada ao preceito odontológico como parte da integração de saúde da família por meio de orientação, educação e prevenção (MARTINS, 2013).

As alterações hormonais e fisiológicas próprias da gravidez, bem como o aumento no consumo de alimentos cariogênicos e a frequência insuficiente de escovação dental podem predispor ou agravar doenças bucais. Os altos níveis do hormônio estrógeno podem levar à uma inflamação periodontal, edema, alta sensibilidade e tendência ao sangramento e aumento da profundidade de sondagem gengival, possibilitando que uma gengivite pré-existente evolua para uma infecção mais grave (KONZEN JÚNIOR, 2019).

Além disso, o aumento do volume uterino, durante a gestação, comprime o estômago levando ao aumento no número de refeições. Este fator, somado à falta de cuidados com a higiene dentária e das mucosas bucais, aumentam, consideravelmente, a probabilidade de desenvolvimento de cárie dentária e outras complicações, como tratamentos endodônticos e doenças periodontais (MARTINS, 2013).

Não obstante, nos Estados Unidos apenas 35% das gestantes consultaram com cirurgião-dentista (MARCHI, 2010), na Austrália apenas 30% (GEORGE, 2013) e na região metropolitana de Vitória, apenas 21% (IBGE, 2015). Há poucos estudos sobre o padrão de utilização de serviços odontológicos entre gestantes no Brasil e, em especial no estado de SC (SCIELO e PUBMED, junho de 2020).

É atribuição do cirurgião dentista a realização de consulta odontológica de pré-natal de gestação de baixo risco. Essa consulta inclui procedimentos como: adequação do meio bucal e realização do controle de placa, cujas práticas constituem boas condutas odontológicas preventivas e podem ser indicadas, garantindo conforto à gestante e a continuidade do tratamento após a gravidez (Cadernos de Atenção Básica, n. 32). O estado da saúde bucal apresentado durante a gravidez tem relação com a saúde geral da gestante e pode influenciar a saúde geral e bucal do bebê. Portanto, é de extrema importância que os serviços de saúde estabeleçam como rotina a busca ativa das gestantes (Cadernos de Atenção Básica, n. 17).

O novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), o Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 tem por objetivo ampliar o acesso, melhorar a qualidade e trazer mais equidade para APS no país. A oferta de atenção de qualidade e pela equidade é um dos pilares do Previne Brasil e inova ao premiar e reconhecer eficiência e efetividade, sem deixar de primar pelo acesso. Para tanto, apresenta como componentes a captação ponderada, o pagamento por desempenho, e incentivos para ações estratégicas. A portaria prevê a avaliação de alguns indicadores e metas para o repasse do financiamento. No âmbito das gestantes, a meta é que se realizem seis consultas de pré-natal, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação. Em relação ao atendimento odontológico, se preconiza a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

O indicador nº 3 com o título “Proporção de Gestantes com atendimento odontológico realizado” refere-se ao objetivo de mensurar quantas gestantes realizam o atendimento odontológico, em relação a quantidade estimada de gestantes que o município possui (utilizando para isso o SINASC) no intuito de incentivar o registro correto de todos os usuários da APS mesmo que possa afetar o resultado do indicador. A atenção odontológica à gestante compreende a realização de avaliação diagnóstica, restaurações e cirurgias, quando indicadas, considerando-se o período da gestação. A meta é que pelo menos 60% das gestantes recebam as consultas odontológicas de pré-natal, além disso espera-se a ocorrência de, no mínimo, uma avaliação odontológica a cada trimestre de gestação (BRASIL, 2019).

Ademais, recomenda-se busca ativa das gestantes na área de abrangência da equipe, por meio de visitas domiciliares regulares, para cadastramento e início precoce do pré-natal, bem como: atualização periódica dos dados referentes ao cadastro de gestantes e ao início do pré-natal, capacitação de todos os profissionais das equipes, dentro de suas competências específicas, para melhorar o acesso e a qualidade das ações de pré-natal e a alimentação do sistema de informação para a atenção básica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

O presente estudo teve por objetivo avaliar o acesso das gestantes à consulta odontológica em uma unidade básica em uma cidade do meio oeste catarinense, no período de janeiro a abril de 2020, buscando avaliar o indicador de acesso da gestante às consultas odontológicas.

## **METODOLOGIA**

Estudo quantitativo a partir de relatórios disponibilizados pela secretaria municipal de saúde de um município do meio oeste catarinense por meio do Sistema Informatizado do Município, que exporta mensalmente os dados da atenção primária ao e-SUS, no período de setembro de 2019 a abril de 2020. Analisou-se relatórios com informações sobre gestantes cadastradas e acompanhadas em uma unidade básica de saúde a fim de levantar dados da proporção de gestantes que acessaram o serviço odontológico no período citado acima.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Entre os dias 01/09/2019 a 30/04/2020, o total de gestantes cadastradas na UBS foram 31 mulheres. Em relação às idades: três gestantes estavam com 21 anos; duas gestantes com 22 anos; uma gestante com 26 anos; seis gestantes com 29 anos; 17 gestantes com 31 anos e duas gestantes com 34 anos. Destas 31 mulheres cadastradas, 18 consultaram com o odontólogo durante a gestação, atingindo a cobertura de 58,06% de atendimento odontológico de pré-natal para a gestante.

O total de procedimentos odontológicos neste período contabilizou em 57, distribuídos em 55 consultas de pré-natal com o cirurgião-dentista. Deste total de consultas, apenas duas gestantes consultaram uma única vez com o cirurgião-dentista (possivelmente por terem agendado na fase final de gestação ou por não possuírem tratamentos a serem realizados). Não obstante, a grande maioria das mulheres consultou mais de uma vez: cinco gestantes consultaram duas vezes; quatro gestantes consultaram três vezes; seis gestantes consultaram quatro vezes e uma gestante consultou sete vezes. Esse dado nos mostra que na maior parte dos casos (11 entre as 18 gestantes), obtiveram acesso a três consultas durante a gravidez conforme recomenda o PREVINE BRASIL: uma avaliação odontológica a cada trimestre de gestação.

## CONCLUSÕES

Após a análise de dados, conclui-se que apesar desta UBS não ter atingido a meta de 60% de alcance para as consultas odontológicas em gestantes, os valores estão muito bons (58,06%) e consideravelmente próximos para se atingir o valor esperado. Se apenas mais uma gestante tivesse tido acesso ao serviço odontológico, a meta já teria sido alcançada. Ademais, das 18 gestantes atendidas, 11 tiveram três ou mais consultas odontológicas, seguindo as recomendações do PREVINE BRASIL. Possivelmente, por meio de campanhas, grupos de gestantes e busca ativa a meta de 60% será tranquilamente atingida no próximo quadrimestre.

## REFERÊNCIAS

BASTIANI C. et al. Conhecimentos da gestante sobre alterações bucais e tratamento odontológico durante a gravidez. **Odontol Clín Cient**. 2010 abr-jun;9(2):155-160. Disponível em: <http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads/gestantes.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 2019. p. 97.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2008. 92 p. (Cadernos de Atenção Básica; 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2012. 318 p. (Cadernos de Atenção Básica, nº 32) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

GEORGE, A. et al. The oral health status, practices and knowledge of pregnant women in south-western Sydney. **Aust Dent J** 2013; 58(1):26-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/adj.12024>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GONÇALVES, L. S. T. **Análise das condições bucais das gestantes no PSF Júlio Gamboa Padre Paraíso – MG**. Monografia. Padre Paraíso– MG: UFMG; 2009; 26p. Especialização

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos / Informações completas**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|in fograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 19 jun. 2020.

KONZEN JÚNIOR, D. J.; MARMITT, L. P.; ALMEIDA, C. J. Não realização de consulta odontológica entre gestantes no extremo sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 24, n. 10, p. 3889-3896, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

LOPES, F.F. et al. Conhecimentos e práticas de saúde bucal de gestantes usuárias dos serviços de saúde em São Luís, Maranhão, 2007-2008. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 819-826, out. 2016. Instituto Evandro Chagas.

MARTINS, L. O. et al. Assistência odontológica à gestante: percepção do cirurgião-dentista. **Revista Pan-amazônica de Saúde**, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 11-18, dez. 2013. Instituto Evandro Chagas.

MARCHI, K.S. et al. Most pregnant women in California do not receive dental care: findings from a population-based study. **Public Health Rep** 2010; 125(6):831-842.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde define o valor per capita para APS da Saúde define o valor per capita para APS**. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/7136>. Acesso em: 02 jun. 2020.

POLETTI, V. C. et al. Atendimento odontológico em gestantes: uma revisão de literatura. **Rev Stomatos**. 2008 jan-jun;14(26):64-75. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/850/85012264009.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP, à Coordenação do curso de Medicina, à Secretaria Municipal de Saúde do município e principalmente às professoras Ana Paula Pinculini, Dayane Carla Borille, Solange de Bortoli Beal e Talita Czekster que tanto se dedicaram na correção e no auxílio deste e de todos os demais projetos da Turma da terceira fase de Medicina da UNIARP.

**PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL  
AFERIDA EM CADA SEMESTRE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UM  
MUNICÍPIO DA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA**

Bruna Barbieri Agnoletto [bruna-agnoletto@hotmail.com](mailto:bruna-agnoletto@hotmail.com)<sup>1</sup>

Filipe de Matias Wagner [Mwfilipe@hotmail.com](mailto:Mwfilipe@hotmail.com)<sup>1</sup>

Ana Paula Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane Carla Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Solange de Bortoli Beal [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster [talita.czektar@uniarp.edu.br](mailto:talita.czektar@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

## Resumo

A hipertensão arterial (HA) é uma das principais patologias que acometem a população brasileira e mundial. Apresenta múltiplos fatores de risco associados e é uma das principais causas de diversas doenças, principalmente cardiovasculares. Este estudo avaliou o percentual de indivíduos que apresentam hipertensão arterial e que fazem a aferição da pressão arterial em uma Unidade Básica de Saúde de um município da região do meio oeste de Santa Catarina. Os dados foram colhidos por meio dos relatórios da secretaria de saúde municipal do Sistema Informatizado do município, o qual, seus dados são exportados mensalmente ao e-SUS. Os dados coletados foram referentes ao percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida regularmente, compreendendo o período de setembro de 2019 a abril de 2020. Resultados principais apontaram que cerca de 11% da população dessa região (561) é hipertensa, destas, apenas 407 fizeram acompanhamento da PA em consultas médicas. Ademais, nota-se que há um maior índice de hipertensão entre as mulheres (60%), além de haver uma maior prevalência de hipertensão em indivíduos que se encontram na faixa etária dos 50 aos 69 anos (55%). Nesse sentido, nota-se a importância de ampliar as redes de apoio às pessoas hipertensas.

**Palavras-chaves:** Hipertensão Arterial. Pressão Arterial. Fatores de Risco.

## INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) representam um problema de saúde global e são consideradas a principal causa de morte no Brasil e no mundo (PEREIRA, 2019). As DCNT alcançam especialmente adultos de meia idade e idosos, ocasionando gastos com relação às internações hospitalares no sistema de saúde brasileiro. Nesse âmbito, destaca-se a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), com aproximadamente 18 milhões de casos diagnosticados no país e com um percentual elevado de pessoas que não aderem ao tratamento, o que aumenta seriamente o risco de acidente vascular cerebral (AVC), doenças cardiovasculares e renais (PEREIRA, 2019).

A pressão arterial (PA) é a força que o sangue exerce nas paredes da artéria durante a contração do coração, sendo, portanto, uma doença crônico-degenerativa de múltiplas causas, como: hereditariedade, obesidade, estresse, tabagismo, consumo excessivo de sódio e lipídios, etnia; com maior prevalência em negros e asiáticos, diabetes, doenças renais, entre outras. No início, na maioria dos casos é assintomática e tem evolução lenta, porém progressivamente, acaba danificando o equilíbrio cardiovascular aumentando assim a pressão e levando a diversas

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>2</sup> Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

consequências graves como: lesões em olhos, coração, cérebro e rins. Pode ser detectada através de exames laboratoriais e aferição frequente da PA, porém deve ser sempre diagnosticada por médicos responsáveis (CAMARGO, 2019).

Hipertensão arterial (HA) é condição clínica multifatorial caracterizada por elevação sustentada dos níveis pressóricos  $\geq 140$  e/ou  $90$  mmHg. Frequentemente se associa a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, sendo agravada pela presença de outros fatores de risco (FR), como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes melito (DM) (MALACHIAS, 2020).

No Brasil, a HA atinge 32,5% (36 milhões) de indivíduos adultos, mais de 60% dos idosos, contribuindo direta ou indiretamente para 50% das mortes por doença cardiovascular (DCV). Junto com DM, suas complicações (cardíacas, renais e AVE) têm impacto elevado na perda da produtividade do trabalho e da renda familiar, estimada em US\$ 4,18 bilhões entre 2006 e 2015 (MALACHIAS, 2020).

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) tem consequências negativas, como o desenvolvimento de complicações cardiovasculares graves, incluindo insuficiência renal crônica, doença arterial coronariana (DAC) e acidente vascular cerebral. Mais recentemente, os pesquisadores examinaram o impacto da HAS na cognição, especialmente em tarefas associadas à o conceito de funções executivas (EF) (MORAES; APRAHAMIAN; YASSUDA, 2019).

Outros estudos sugerem que a combinação de idade avançada e a HAS promove interações multifacetadas nas vias fisiopatológicas, levando, por exemplo, danos a pequenos vasos, regulação alterada do fluxo sanguíneo e presença de sinais de hiperintensidade na substância branca. Estima-se que nesses cérebros atingidos pelas modificações decorrentes da HAS é possível notar um impacto negativo no desempenho das tarefas associadas as funções cognitivas (MORAES; APRAHAMIAN; YASSUDA, 2019).

Cabe destacar que a HAS é um agravio controlável, no sentido de manter os níveis pressóricos dentro dos limites de normalidades e é possível evitar complicações, mediante cuidado continuado, realizado preferencialmente por equipe de saúde multiprofissional. Porém, estudos apontam que as taxas de controle dos níveis pressóricos são baixas, variando de 19% a 39%. Na Alemanha e nos Estados Unidos cerca de 18,5% dos portadores apresentam controle adequado da pressão arterial enquanto que a média europeia é de 8%. Já na África e América Latina essa taxa varia de 1% a 15% (TANAKA, 2019).

No Brasil, a HAS acomete de 24,3% a 32,5% dos adultos (SOUSA, 2019). Estudos comprovam que a prevalência da HA aumenta à medida em que se muda a faixa etária analisada. A Pesquisa Nacional de Saúde apontou uma prevalência de 44,4% de HA dos 60 aos 64; 52,7% dos 65 aos 74 e de 55,5% para aqueles com 75 anos ou mais da população brasileira (CHAGAS, 2019).

Assim, evidencia-se a necessidade de análises detalhadas da situação de saúde da população hipertensa, que fomentem as ações de prevenção e promoção da saúde, bem como subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas de saúde, já que hipertensão arterial é uma das doenças crônicas mais prevalentes no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O acompanhamento efetivo das pessoas vivendo com HAS, deve ser realizado preferencialmente pela Atenção Básica. Para garantir a integralidade do cuidado, é necessário ainda, algum tipo de apoio especializado em particular do cardiologista, de apoio diagnóstico e terapêutico de manejo deste agravio, como eletrocardiograma (ECG), teste ergométrico, ecocardiograma, holter e Monitoramento Ambulatorial da

Pressão Arterial (MAPA). Entende-se que a produção e utilização desses procedimentos propiciam a realização da integralidade da atenção às pessoas com HAS, por meio concretização da linha de cuidado delineada para o seu cuidado (TANAKA, 2019).

Com o devido acompanhamento da aferição e controle da pressão arterial pela Atenção Básica, serão gerados dados e informações de fundamental importância, os quais serão avaliados pelo Programa Previne Brasil, com o intuito de ampliação do acesso da população aos serviços de Atenção Primária à Saúde a fim de garantir a universalidade do SUS.

## OBJETIVOS

Este estudo buscou determinar o número de hipertensos cadastrados e uma unidade básica de saúde de um município da região do meio oeste de Santa Catarina. O estudo pretendeu, ainda, determinar o percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre, o número de hipertensos por sexo e o número de hipertensos por faixa etária.

## METODOLOGIA

O estudo foi realizado com uma abordagem quantitativa e de caráter descritivo. Realizado em uma Unidade Básica de Saúde em um município da região do meio oeste do estado de Santa Catarina.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi por meio dos relatórios da secretaria de saúde municipal do Sistema Informatizado do município, o qual, seus dados são exportados mensalmente ao e-SUS. Os dados coletados foram referentes ao percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida regularmente, compreendendo o período de setembro de 2019 a abril de 2020.

Após levantamento os mesmos foram à análise descritiva e estatística dos dados.

## RESULTADOS E CONCLUSÃO

Resultados apontaram que, da população residente na área de abrangência da UBS (4.968), aproximadamente 11% (561) é hipertensa.

Destas, 407 pessoas aferiram a PA em consulta médica. Além disso tem-se que foram realizadas 925 aferições, onde a maioria dos hipertensos que constam na lista aferiu a pressão na UBS uma ou duas vezes nesse período de 8 meses (68%), ou seja, a maioria dos hipertensos que constam na lista do período aferiram a pressão arterial no máximo 1 vez a cada 105 dias na Unidade Básica de Saúde.

**Gráfico 1 – Aferições de PA em consulta médica x Número de pessoas.**



Fonte: Os autores (2020).

No que tange os dados sobre a faixa etária da amostra dos indivíduos hipertensos, 2% encontravam-se na faixa de 20 a 29 anos, 6% entre 30 e 39 anos, 17% entre 40 e 49 anos, 29% entre 50 e 59 anos, 26% entre 60 e 69 anos, 14% entre 70 e 79 anos, 4% entre 80 e 89 anos e 1% acima de 90 anos.

Quanto à classificação da população amostral discriminada por sexo, observou-se uma maior quantidade de hipertensas mulheres (60%), ao compararmos com os hipertensos homens (40%). Estes números estão em conformidade ao verificado também em outros estudos (ESPERANDIO, 2013; MENEZES, 2016; OLIVEIRA; PEREIRA, 2019). O maior diagnóstico feminino pode se dar, entre outros fatores, em função da maior procura das mulheres por atendimentos nas unidades de saúde (SANTIMARIA et al., 2019).

No que diz respeito aos hipertensos pela faixa etária, tais resultados são proeminentes, pois existe relação direta e linear entre envelhecimento e prevalência da HAS (DIRETRIZES BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2016), mesmo que a porcentagem de idosos a partir dos 80 anos tenha diminuído, já que a população saudável dessa idade também é menor na área pesquisada.

Nesse sentido, nota-se a importância de ampliar as redes de apoio às pessoas hipertensas, com o intuito de melhor informá-las sobre a doença e as consequências que a doença pode acarretar ao longo do tempo. Ademais, é fundamental um melhor controle da pressão arterial desses indivíduos.

## LIMITAÇÕES

No que tange às limitações deste trabalho, é possível citar o fato de os dados não serem coletados diretamente na unidade básica de saúde, já que foram colhidos com o auxílio de terceiros. Resultados mais satisfatórios poderiam ser demonstrados se não houvessem divergências no registro das atividades na unidade de saúde, visto que o sistema pode tornar-se complexo, necessitando de atualização constante dos profissionais que o operam.

## RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

Sugere-se que mais estudos na área sejam realizados, que possam abranger o estabelecimento de causa e efeito entre as variáveis estudadas. Recomenda-se estudos longitudinais que possa haver um acompanhamento individual da população hipertensa, com avaliações periódicas de saúde. Além disso, novos estudos devem investigar o impacto do comprometimento associado à HAS nos componentes da FE na vida cotidiana, avaliando mudanças sutis nas atividades da vida diária entre indivíduos com hipertensão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Ana Caroline Alcântara et al. Hipertensão arterial sistêmica: um problema de saúde pública. **Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, p. 19, 2019.

CHAGAS, Cristiane Alvarenga et al. Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00206818, 2019.

ESPERANDIO, E. M. et al. Prevalência e fatores associados à hipertensão arterial em idosos de municípios da Amazônia Legal, MT. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 3, p. 481-493, 2013.

MALACHIAS, MVB et al. 7<sup>a</sup> Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1 - Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arquivo Brasileiro Cardiologia**, São Paulo, v. 107, n. 3, supl. 3, p. 1-6, 2016.

MENEZES, T. N. et al. Prevalência e controle da hipertensão arterial em idosos: um estudo populacional. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 117-124, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. 2013.

MORAES, Natália Cristina; APRAHAMIAN, Ivan; YASSUDA, Mônica Sanches. Executive function in systemic arterial hypertension: A systematic review. **Dement neuropsychol.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 284-292, 2019.

OLIVEIRA, A. K. A; Pereira, M. H. Q. Investigação da relação entre insegurança alimentar e hipertensão arterial sistêmica em idosos residentes no município de Barreiras/Ba. **Pesquisare - A Revista Eletrônica da UFOB**, v. 3, n. 1, p. 53-53, 2019.

PEREIRA, Déborah Santana et al. Prevalência e fatores associados à hipertensão arterial em idosos de um município do interior do nordeste brasileiro. **Essentia-Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da UVA**, v. 20, n. 2, 2019.

RODRIGUES, M., SANTANA, L., & GALVÃO, I. (2017). Fatores de risco modificáveis e não modificáveis do AVC isquêmico: uma abordagem descritiva. **Revista de Medicina**, v. 96, n. 3, p. 187-192.

SOUZA, Ana Luiza Lima et al. Prevalência, tratamento e controle da hipertensão arterial em idosos de uma capital brasileira. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v. 112, n. 3, p. 271-278, 2019.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi et al. Hipertensão arterial como condição traçadora para avaliação do acesso na atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 963-972, 2019.

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador.

## **AGRADECIMENTOS**

Agrademos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC.

## COVID-19: MÉTODOS ALTERNATIVOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA RETARDAR A SUA PROLIFERAÇÃO

Andriele Alba<sup>1</sup>  
Lucas Figueiredo de Lima<sup>2</sup>  
Vinícius de Lima Oliveira<sup>3</sup>  
Neuro Hilton Wolschick<sup>4</sup>

### RESUMO

COVID-19 é uma patologia causada pelo coronavírus Sars-CoV-2 e suas evidências clínicas oscilam de infecção assintomática a doenças graves no trato respiratório, além do mais, é bastante transmissível, considerando que o contágio ocorre facilmente entre as pessoas por meio do ar, através das gotículas expelidas pela a boca ou, ainda, através de objetos contaminados. Objetivou-se nesta revisão de literatura apresentar estratégias para conter o cenário de Pandemia por Covid-19, aspirando esclarecer as táticas de prevenção mais efetivas para impedir a contaminação pelo vírus, através de intervenções não farmacológicas, que se apresentaram as mais eficientes, e medidas individuais que compreendem a etiqueta respiratória, o distanciamento social e a higienização das mãos. Assim, foi possível concluir que as medidas citadas são eficazes para o controle de quantidade de indivíduos infectados, tendo em vista a não sobrecarga do sistema de saúde, evitando ocasionar uma superlotação nos hospitais.

**Palavras-chaves:** Novo Coronavírus. Epidemiologia. Intervenções não farmacológicas. Prevenção. Etiqueta respiratória.

### INTRODUÇÃO

As pandemias modelaram parte da história mundial e afetaram inúmeros indivíduos com diversas moléstias. Doenças, quando atingem um nível global, ou seja, contaminam dois ou mais continentes, são classificadas como pandemia. Muitas dessas doenças foram causadas por bactérias, como a Tuberculose, Cólera e Peste Bubônica, por exemplo, contudo, nas últimas décadas, os vírus são majoritariamente responsáveis por tais surtos generalizados.

No final do ano de 2019 a OMS (Organização Mundial da Saúde) foi notificada de um surto epidemiológico, na China. Após análises, foi identificado o agente etiológico, Sars-CoV-2, conhecido, popularmente, como Novo Coronavírus. No dia 11 março de 2020 foi pronunciado pela OMS estado de pandemia para o Covid-19, infecção provocada pelo Novo Coronavírus.

Após três meses, essa pandemia ainda está ocasionando diversas infecções e mortes, visto que ainda não se tem uma vacina para o vírus. Como resultado, a

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: andrialba2@hotmail.com;

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: lucasfigueiredodelima@gmail.com;

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: viniciussoliveira@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor orientador, Doutor em Ciência do Solo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: neuro@uniarp.edu.br

demandas por medidas preventivas como o uso de equipamento de proteção individual, o distanciamento social e outras intervenções não farmacológicas, como a utilização do álcool em gel, a limpeza de objetos, a higienização das mãos com água e sabão, por exemplo, cresceu muito.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura sobre recomendação para diminuir a proliferação do Sars-cov-2. A pesquisa de bibliografia deu-se com publicações científicas entre os anos de 2012 a 2020, publicadas em bases de dados científicos como Scielo, MedIND e fontes governamentais sendo considerados artigos e literaturas oficiais públicas em língua portuguesa e inglesa.

Neste estudo foram incluídas literaturas mencionando o Novo Coronavírus e maneiras de prevenção, além de bibliografias que tratavam de pandemias posteriores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da inalação de gotículas respiratórias infectadas pode ocorrer a transmissão do COVID-19, especialmente, quando a distância de exposição das gotículas é de cerca de 2 metros. Além disso, estudos demonstram que outro Coronavírus, o Sars-CoV, pode sobreviver por 42 horas fora do hospedeiro, portanto, atualmente, são feitas suposições semelhantes para o Sars-CoV (ZUCCO et al., 2020).

Em função desta forma de transmissão reitera-se a importância da utilização de intervenções não farmacológicas (INF), visando a prevenção da doença. As intervenções não farmacológicas têm como consequência alcance comunitário, ambiental e individual, incluem o distanciamento social, a etiqueta respiratória e as medidas de higiene como, por exemplo, a lavagem das mãos e/ou uso de álcool gel 70% p/p., sendo que a principal finalidade do isolamento social é inibir o agrupamento de pessoas em lugares (GARCIA; DUARTE, 2020).

Segundo a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2020a) a estratégia mais efetiva na atenuação do risco de contaminação e transmissão do Novo Coronavírus é a lavagem das mãos. É indicado que ela ocorra com regularidade, especialmente, após de: a) tossir, espirrar, friccionar ou assoar o nariz; b) coçar ou tocar os olhos e a boca; c) manipular alimentos crus como carne, vegetais e frutas; d) utilizar celular, dinheiro, maçanetas, corrimãos, lixo, chaves, entre outros utensílios; d) Ir ao sanitário.

O uso do álcool em gel 70% p/p é sugerido de maneira complementar a limpeza das mãos. Não existe restrições para o uso desse produto, porém, é mais indicado a lavagem das mãos, pode ser usado quando não é possível a limpeza com água e sabão (BRASIL, 2020a).

Cuidados especiais com a higiene pessoal também são fundamentais como a higiene de objetos pessoais, por exemplo, que podem contribuir para o acúmulo da sujidade nas mãos, como brincos, relógios, anéis e pulseiras (BRASIL, 2020a). A intervenção de limpeza dos equipamentos com álcool a 70% p/p pode atenuar o volume microbiano dos objetos e superfícies em mais de 90% e, portanto, decrescer as possibilidades de contaminação (TANKHIWALE et al., 2012).

Outra medida fundamental é uso de máscaras cirúrgicas e de proteção respiratória que atuam no controle da dissipação do vírus e foram consideradas um excelente e acessível método para tal. Porém, é fundamental recordar que, mesmo o indivíduo usando uma máscara, a manutenção da distância de mais de 1 metro é particularmente importante para atenuar o risco de transmissão (FRANCO et al., 2020).

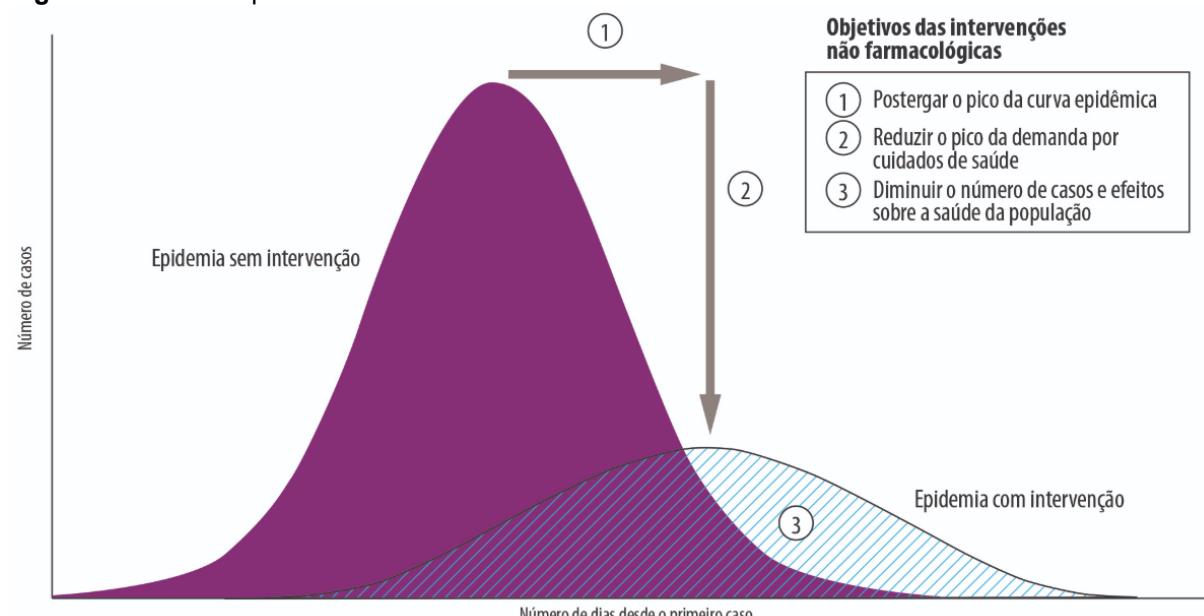
Foi divulgado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020c) uma nota informativa enunciando que as máscaras caseiras impedem a passagem de gotículas expelidas da boca ou do nariz do indivíduo, fazendo com que as máscaras criem uma barreira física prevenindo que não ocorra a disseminação do vírus (AQUINO et al., 2020).

O objetivo do distanciamento social é diminuir a interação da população podendo conter pessoas contaminadas que ainda não foram identificadas e, logo, não estão isoladas. É por gotículas respiratórias que ocorre a transmissão do novo Coronavírus, com isso, uma certa proximidade física é necessária para que aconteça o contágio (AQUINO et al., 2020). Conforme o alastramento do vírus se encontra em um estágio de transmissão comunitária, o distanciamento se torna eficaz, porém, há necessidade de adoção de hábito da população em geral, não apenas casos suspeitos ou grupos de risco (AQUINO et al., 2020).

Na atualidade ainda não foi desenvolvida uma vacina para o novo vírus. As vacinas que se encontra em fase de desenvolvimento podem levar entre 12 a 18 meses até de que sejam disponibilizadas no mercado e distribuídas para a população. No entanto, é importante que as pessoas tenham a carteira de vacinação em dia, em especial, a vacina da *Influenza* para os respectivos grupos de risco, pois a infecção desta doença causa os mesmos sintomas do novo vírus, podendo ser confundida e causar um agravo para o indivíduo (BRASIL, 2020b).

De acordo com Garcia e Duarte (2020) o gráfico abaixo demonstra, de forma hipotética, o motivo de praticar as medidas de controle da proliferação do Sars-CoV-2. Quando não há medidas que evitam o controle do vírus (em roxo) o número de casos ultrapassa a capacidade dos leitos dos hospitais acarretando uma superlotação e evidenciando que é ideal que ocorra a intervenção para que indivíduos possuam acesso aos equipamentos indispensáveis.

**Figura 1 - Gráfico hipotético**



**Fonte:** Garcia; Duarte (2020).

Assim, Garcia e Duarte (2020) afirmam a importância do SUS (Sistema Único de Saúde) e dos sistemas privados de saúde. A compreensão da população sobre o uso das intervenções não farmacológicas auxiliaria na diminuição do risco de contaminação. As decisões sobre a prevenção e tratamentos devem ser baseadas nas melhores evidências disponíveis utilizando a comunicação de forma transparente para que a população sinta confiança. É muito importante que as autoridades orientem e garantam a adesão das pessoas ao uso das INF, pois são essas atitudes que vão garantir a diminuição de casos do novo coronavírus.

Além disso, vale frisar que o objetivo do distanciamento social não é impedir a transmissão do vírus, mas sim diminuir a velocidade de transmissão (BRASIL, 2020d). Dessa maneira, o sistema de saúde terá tempo para atender todos com uma boa infraestrutura, com recursos humanos e equipamentos capacitados para todos que necessitarem.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que o uso de interferências não farmacológicas é considerado a forma mais segurada e efetiva no combate à propagação do Novo Coronavírus, visto que ainda não há uma vacina para o vírus e que a prevenção é a melhor forma de evitar a sobrecarga do sistema de saúde.

Ademais, a adoção de medidas redobradas de higiene como a higienização das mãos com sabão e/ou o uso do álcool gel 70% p/p são fundamentais para diminuir as chances de um possível contágio quando em contato com agente causador da doença, assim como medidas de etiquetas respiratórias e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, jun., 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica nº 18/2020/SEI/GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020a. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NT+18.2020+-+Boas+Pr%C3%A1ticas+e+Covid+19/78300ec1-ab80-47fc-ae0a-4d929306e38b>. Acesso em: 30 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para diagnóstico e tratamento da COVID-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/08/Diretriz-Covid19-v4-07-05.20h05m.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020c. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/04/1586014047102-Nota-Informativa.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.

**Boletim Epidemiológico nº 07: Doença pelo Coronavírus 2019.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020d. Disponível em:  
<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FRANCO, Amanda Gonçalves et al. Máscaras cirúrgicas em tempos de coronavírus. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, p. 1-2, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.73>. Acesso em: 09 jun. 2020.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Eliseete. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009>. Acesso em: 29 mai. 2020.

TANKHIWALE, Nilima et al. Nosocomial hazards of doctor's mobile phones. **Indian Medical Gazette**, p. 283-285, 2012. Disponível em:  
<http://medind.nic.in/ice/t12/i7/icet12i7p283.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

ZUCCO, Liana et al. **Considerações perioperatórias para o novo coronavírus 2019 (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://saesp.org.br/wp-content/uploads/apsf-covid-article-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

## SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO COLÉGIO APLICAÇÃO DE CAÇADOR – SC

Claudia Strassburger, [claustrassburger@gmail.com](mailto:claustrassburger@gmail.com)  
Paola Patrícia Dias, [paopdias@gmail.com](mailto:paopdias@gmail.com)

Orientador: Neuro Hilton Wolschick, [neuro@uniarp.edu.br](mailto:neuro@uniarp.edu.br)

### RESUMO

A Síndrome de Burnout é uma categoria de estresse de caráter ocupacional que atinge profissionais diretamente envolvidos com todo tipo de cuidado onde há uma relação de atenção direta, ininterrupta e emocionalmente envolvente. O estudo teve por objetivo investigar as condições de saúde mental tornando possível detectar sintomas iniciais de Burnout nos professores do Colégio Aplicação Caçador, SC. Foi realizada uma pesquisa com o corpo docente do ensino médio e fundamental, que teve por base a aplicação de um questionário MBI reformado, através da plataforma Google Forms, onde se trabalha com pontuações para posterior somatória e conclusão de diferentes estágios de estresse ocupacional. Os resultados obtidos evidenciaram que mais de 40% dos entrevistados apresentaram níveis de estresse compatíveis com a fase inicial de Burnout, enquanto 20,5% desses apresentaram a possibilidade de desenvolver a patologia, 20,5% ainda, apresentaram um estágio mais avançado de estresse ocupacional, onde já se considera a instalação da síndrome, e 13% apresentaram uma fase considerável da Burnout. Portanto, conclui-se que o meio docente é extremamente estressante sendo indispensável à atenção à saúde mental.

**Palavras-chave:** síndrome de burnout, estresse ocupacional, esgotamento emocional, docência.

### INTRODUÇÃO

Levando em conta o que foi anteriormente dito pelo filósofo e sociólogo Émile Durkheim, sabe-se que o meio influencia diretamente no comportamento e estado de cada indivíduo, assim como, o âmbito trabalhista pode ser considerado como um fator potencializado da qualidade de vida do indivíduo como também pode interferir na fragilização psicológica desses, atuando diretamente na saúde mental dos trabalhadores, pois, considerado como algo fundamental a vida do ser humano, traz consequências para a integridade física, psíquica e social da pessoa à medida que, de um lado, ao constituir-se como uma atividade produtiva, ontológica do ser humano, tem o papel de assegurar a saúde, de outro, o contexto do trabalho, se for caracterizado por condições precárias e importunidades de desenvolvimento profissional, contribui para o adoecimento (MENDES; CRUZ, 2004 apud GIBERT; CURY, 2009).

Essa situação se torna relevante no que tange à docência, porque o meio em que a profissão é inserida é considerado um dos mais estressantes e possivelmente patogênicos. Entre os principais transtornos decorrentes do estresse no meio de trabalho, é encontrada a Síndrome de Burnout, que é caracterizada como uma forma de estresse ocupacional que tem acometido profissionais que estão envolvidos com

todo tipo de cuidado onde há uma relação de atenção direta, ininterrupta e emocionalmente envolvente (MASLACH; JACKSON, 1981; 1986; LEITER; MASLACH, 1988, MASLACH, 1993; VANDERBERGHE; HUBERMAN, 1999; MASLACH; LEITER, 1999), apresentando como sintomas prevalentes o estresse, a ansiedade, o cansaço, a indisposição e o esgotamento mental, os professores exprimem burnout quando usam muito de seu tempo desabonando alunos, queixando-se da administração, lamentando-se de sua escolha profissional e planificando opções novas de trabalho (EDELWICH & BRODSKY, 1980).

Esse projeto contou com a participação de parte dos professores que lecionam no Colégio Aplicação, que responderam o questionário proposto voluntariamente, de modo a avaliar sua satisfação com o trabalho e os valores atribuídos à própria profissão, enfatizando possíveis danos à saúde mental ao longo do tempo de docência.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do projeto foi utilizado um **questionário editado por Chafic Jbeili (2011), inspirado no Maslach Burnout Inventário - MBI** - que tem por forma de avaliação a somatória de pontos, classificando os possíveis estágios de síndrome de Burnout. O questionário foi proposto de forma digital aos professores do colégio aplicação, sendo enviado um link para um grupo privado dos professores do aplicativo WhatsApp, redirecionando de forma digital por meio da plataforma Google Forms para que fosse possível a realização da coleta de dados.

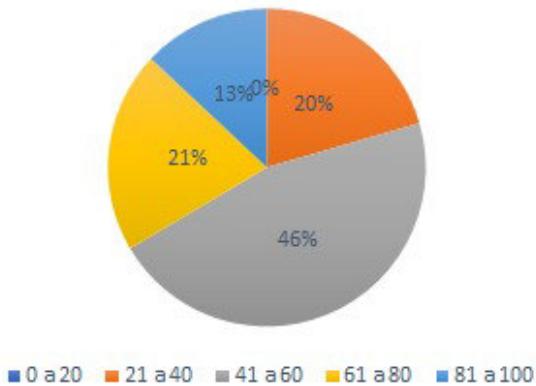
## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados perante questionário digital MBI sobre o corpo docente do ensino fundamental e médio do Colégio Aplicação Caçador

Denota-se que 46% dos entrevistados apresentaram níveis de estresse compatíveis com a fase inicial de Burnout, indicando-se ajuda profissional para debelar os sintomas e garantir, assim, a qualidade no seu desempenho profissional e a sua qualidade de vida. Enquanto 20,5% desses apresentaram a possibilidade de desenvolver a patologia, indicando-se trabalhar com a ideia de prevenção, e outros 20,5% apresentaram um estágio mais avançado de estresse ocupacional, onde já se considera a instalação da síndrome, indicando-se ajuda profissional para o não agravamento dos sintomas. Ainda, 13% apresentaram uma fase considerável da Burnout, indicando-se ajuda profissional adequada com auxílio do tratamento.

Nenhum dos entrevistados foi classificado sem indícios de Burnout.

### Respostas dos entrevistados (questionário MBI)



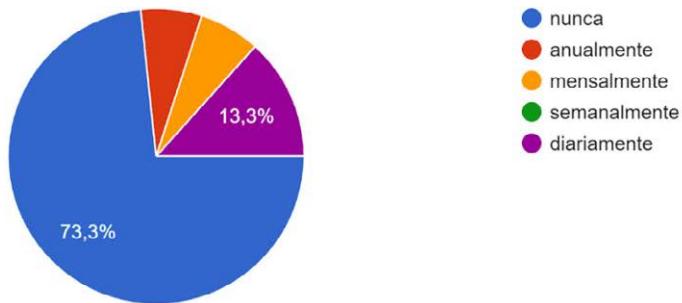
Esses dados, em comparação aos resultados obtidos em um projeto realizado em 2016, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (PEIXOTO, P. D. S., 2014), mostram que a realidade extenuante da docência não diz respeito apenas ao Colégio Aplicação, onde aplicamos nossa pesquisa. Os resultados em ambas pesquisas enaltecem a baixa valorização enquanto profissional, a falta de apoio advindo das instituições e, ainda, altos níveis de vulnerabilidade. Vale ainda ressaltar, que o excesso de atividades a serem realizadas em casa, após o turno de trabalho, e a longa jornada de trabalho, de até sessenta horas semanais influenciam diretamente na qualidade de vida e saúde. (RAUPP; JUSTIN, 2016.)

Convém destacar ainda, apesar de já então o Burnout se salientar no resultado final do questionário, que para determinadas questões quando analisadas de forma individual tiveram um cunho positivo em relação à saúde mental dos professores com 73,3% dos entrevistados respondendo *never* para “*Sinto que não acredito mais na profissão que exerço*” (Gráfico 1.a). Uma vez que a credibilidade é de extrema importância para o bom desempenho do trabalho. Assim como 53,3% dos entrevistados responderam *never* para “*Sinto que as pessoas me culpam pelos seus problemas*” (Gráfico 1.b), apresentando um bom aspecto à um dos sintomas de Burnout que é a importância dada em relação ao feedback de outro. E, ainda, 73,3% dos entrevistados responderam *never* para “*Sinto que estou no emprego apenas por causa salário*” (Gráfico 1.c), o que torna coerente que a maioria do percentual tenha respondido, uma vez que o retorno financeiro não deve ser a única motivação profissional.

Em outra ocasião, (RAUPP; JUSTIN, 2016) pesquisando na mesma temática identificaram fortes ideais ligados à escolha da profissão, que podem ser percebidos em discursos como: “*Resolvi ser professor por sempre ter ideais de uma sociedade melhor*”, “*Tornei-me professora, pois achava fascinante o fato de transmitir aquilo que gosto, pelo contato com os alunos e por acompanhar o crescimento intelectual deles*”; ou ainda “*Eu queria ser significativo de alguma forma*”. É perceptível que as motivações e intenções advindas da profissão docente são boas desde a sua precedência, todavia, em tempos, o ambiente hostil de trabalho e as adversidades do dia a dia, acabam diminuindo o glamour da profissão e tornando-a por vezes extremamente extenuante.

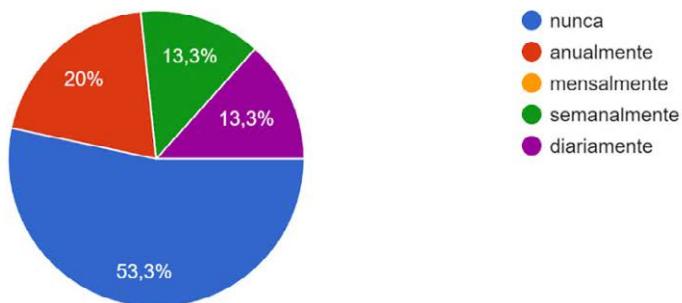
**Gráfico 1.a**

Sinto que não acredito mais na profissão que exerço  
 15 respostas



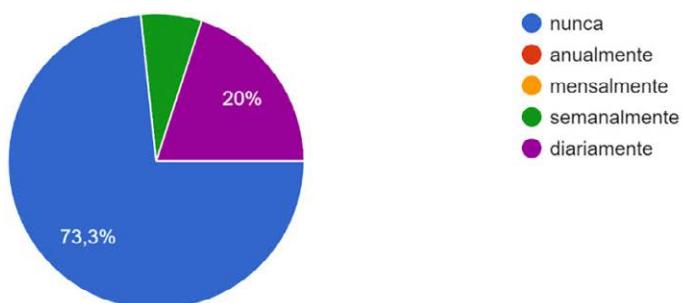
**Gráfico 1.b**

Sinto que as pessoas me culpam pelos seus problemas  
 15 respostas



**Gráfico 1.c**

Sinto que estou no emprego apenas por causa do salário  
 15 respostas



Fonte: respostas da aplicação do questionário MBI  
 Autoras: Claudia Strassburger e Paola Patrícia Dias

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o meio de atuação docente é um dos mais estressantes e exaustivos. Tendo em vista que mais de 40% dos professores apresentaram um possível estágio inicial de Burnout, 20% apresentaram sintomas compatíveis com Burnout em estágio inicial, e 13% apresentaram sintomas de estágios intermediários, que já requerem tratamento médico, demonstrando, dessa forma que o cuidado com a saúde mental de professores tem se tornado cada vez mais necessário e indispensável.

## REFERÊNCIAS

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000100005>. Acesso em: 24 mai. 2020.

EDELWICH, Jerry; BRODSKY, Archie. Burnout: estágios de desilusão nas profissões de ajuda. 1980. **Human Sciences Press**, New York, v. 26, p. 262. 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sw/26.3.262-b>. Acesso em: 23 mai. 2020.

JBEILI, C. Burnout em professores. Questionário. 2008. Disponível em: <http://www.chafic.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MENDES, Thamiris Christine. **Profissional docente: o ser e o manter-se na docencia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

PEIXOTO, Priscila dos Santos. Trabalho docente e saúde mental: um estudo de caso em três escolas de Santa Maria-RS. 2014. **Manancial - Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/801>. Acesso em: 02 mai. 2020.

RAUPP, Luciane Marques; JUSTIN, Douglas Eliesler Justen Eliesler. Síndrome de Bournout em professores do ensino médio: um estudo qualitativo baseado no modelo biográfico de Kelchtermans. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 46, p. 81-97, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-868755>. Acesso em: 02 mai. 2020.

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE SÍFILIS E HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA CATARINA.

Herick Lucas dos Santos [hericklucas.hls@gmail.com](mailto:hericklucas.hls@gmail.com)<sup>1</sup>

Joacir Ferreira Junior [dr.joacirjr@outlook.com](mailto:dr.joacirjr@outlook.com)<sup>1</sup>

Paula Zapelini Zanette [paulahzapp@hotmail.com](mailto:paulahzapp@hotmail.com)<sup>1</sup>

Ana Paula G. Pinculini. [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane C. Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP

<sup>2</sup> Professor do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP

### Resumo

Infecções sexualmente transmissíveis atingem uma grande parte da população brasileira, entre elas sífilis e HIV. A realização de sorologias e testes rápidos para sífilis e HIV, durante o pré-natal, mostra-se um fator decisivo para o diagnóstico e o tratamento precoces da gestante e para a adoção de medidas de intervenção que impactem na redução da transmissão vertical das doenças. Sendo assim essa pesquisa teve intuito de verificar se o trabalho preventivo em gestantes está sendo executado como o preconizado na garantia da saúde do bebe e da mãe, de acordo os indicadores da Portaria Previne Brasil N° 3.222 de 2019. O estudo foi feito por meio de dados fornecidos pela Secretaria Municipal da cidade e por uma unidade básica saúde escolhida para a pesquisa. De acordo com os dados, verificou-se um desacordo entre os dados a respeito do número de gestantes que realizaram os exames preventivos para Sífilis e HIV no período de 01/09/2019 a 30/04/2020. Segundo os dados analisados, conforme os dados apresentados pela Unidade básica de Saúde constatou-se que 100% das gestantes realizaram os testes para sífilis e HIV, e 31%, segundo dados apresentados pelo sistema E- sus informado pela Secretaria da Saúde.

**Palavras-chaves.** Sífilis, HIV. Gestantes, Indicadores

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a taxa de detecção de AIDS se apresenta em 2,9 gestantes a cada mil em 2019 segundo o Boletim Epidemiológico de HIV e Aids, apresentado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2019). Apesar do número baixo a aids ainda deve ser encarada como uma doença séria que precisa ser tratada. Até porque, com o vírus mantido sob controle, é possível levar uma vida normal. Com o tratamento adequado, ele não evolui para a síndrome que leva à perda da imunidade, causada pela queda dos linfócitos CD4, espécie de equipe de segurança do corpo. Com a defesa baixa, a infecção serve como porta de entrada para doenças oportunistas, como tuberculose,

pneumonia, meningite e toxoplasmose. Até mesmo infecções normalmente inofensivas, como a candidíase, podem se transformar em doenças perigosas no organismo do portador da aids. (BRASIL, 2007)

Uma das melhores formas de combater é fazendo o pré-natal, que é obrigatório por lei que toda gestante faça o teste de HIV logo nas primeiras consultas. Se negativo, o teste é repetido no terceiro trimestre de gestação. Assim, se a gestante descobrir que tem o HIV, pode ser encaminhada a um local apropriado, como uma das unidades dos Serviços de Atendimento Especializado (SAE) do Ministério da Saúde (MONTEFUSCO, 2015)

Tendo descoberto a presença do vírus no pré-natal ou antes dele, a gestante segue com os exames normais, como ultrassonografias periódicas. Realizados o acolhimento e a orientação da gestante, é preciso se certificar de que a gravidez ocorrerá normalmente e de que o bebê não será contaminado. Para isso, é feita a negatização da carga viral da mulher. Quanto menor for essa carga, menor o risco de contaminação da criança. O Ministério da Saúde preconiza que seja de, no máximo, mil cópias do vírus por mililitro de sangue. A carga viral é baixada com medicamentos antirretrovirais que não tenham contraindicação para grávidas (MONTEFUSCO, 2015).

Outra doença que deve ser monitorada durante o período gestacional é a Sífilis, causada pela bactéria *Treponema pallidum*, uma doença infecciosa e sistêmica que apresenta um período de incubação entre 10 e 90 dias.

Sua transmissão ocorre principalmente pela via sexual e vertical, podendo ser também por contato com as lesões ou por transfusão sanguínea. Se adquirida durante a gestação, pode causar abortamento, óbito fetal infecções assintomáticas ou sintomáticas nos recém-nascidos (LAFETA, 2016).

De acordo com o Boletim Epidemiológico de Sífilis, no Brasil, foram notificados no Sinan 324.321 casos de sífilis em gestantes, no período de 2005 a junho de 2019. Somente em 2018 foram notificados 62.599 casos, representando um aumento significativo se comparado ao ano anterior. O Ministério da Saúde atribui esse aumento do número de notificações, em parte, à mudança no critério de definição de casos que, desde outubro de 2017, passou a considerar a notificação durante o pré-natal, parto e puerpério. (BRASIL, 2019)

Em relação a idade gestacional de detecção de sífilis em gestantes, 39,0% das mulheres foram diagnosticadas ainda no primeiro trimestre, enquanto 25,2% foram diagnosticadas no segundo e trimestre e 29,6% no terceiro trimestre. (BRASIL, 2019).

## **JUSTIFICATIVA**

Considerando aumento do número de casos de Sífilis conforme o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2019) sobre Sífilis e a importância de fazer os exames de HIV para garantir a saúde do bebê. Faz-se necessário um estudo baseado em explicações científicas, com intuito de comprovar a necessidade se ter o perfil desses indicadores conforme consta na Portaria n 3.222 de 10 de dezembro de 2019 que se trata de proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV. Portanto a relevância da pesquisa trará dados para que se possa realizar medidas efetivas na prevenção dessas doenças.

## OBJETIVOS

Quantificar gestantes que realizaram o exame para Sífilis e HIV em uma Unidade básica de uma cidade do Meio Oeste Catarinense correlacionando com indicadores da Portaria Previne Brasil Nº 3.222 de 10 de dezembro de 2019, através dos dados da secretaria municipal do número de gestantes cadastradas no período de 01/09/2019 a 30/04/2020.

## METODOLOGIA

Estudo de análise quantitativa de dados secundários coletados por meio de sistema eletrônico do município que exporta informações ao sistema e-Sus mensalmente. Neste consta informações referentes a um dos indicadores de 2020 conforme Portaria n 3.222 de 10 de dezembro de 2019 que se trata de proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV. O período de coleta das informações foi entre setembro de 2019 a abril de 2020. Os dados foram analisados através de ferramentas básicas como Word e Excel.

## RESULTADOS

Diante das pesquisas realizadas e dados obtidos pelo Sistema informatizado do município a respeito do indicador 2 que se trata de Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV no período de 01/09/2019 a 30/04/2020 obteve-se o quantitativo de 14 gestantes que realizaram o teste para HIV e 14 gestantes que realizaram o teste para Sífilis, em um total de 45 gestantes cadastradas no período.

Tabela 1. Quantidade de procedimentos realizados em gestantes cadastradas em uma Unidade Básica de Saúde de Caçador entre 01/09/2019 e 30/04/2020. Dados apresentados pela Secretaria de Saúde.

Indicador	Quantidade
<i>Teste rápido para detecção de HIV na gestante ou parceiro</i>	14
<i>Teste rápido para sífilis na gestante ou parceiro</i>	14

Fonte: Os autores (2020)

Trabalhando inicialmente com os dados disponibilizados pela secretaria, sendo estes repassados ao e-SUS para fomentação financeira da unidade, pode-se perceber que há um quantitativo de 31% de gestantes que realizaram os testes aqui em questão. Esse quantitativo está muito abaixo do previsto nas fichas de qualificação dos indicadores de pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil, 2020 conforme preconiza a portaria 2.979 de 10/12/2019, em que traz como meta a obtenção de 60% de cobertura para esses testes em um período de quatro meses. Esse indicador tem por objetivo mensurar quantas gestantes realizam esse exame, em relação a quantidade estimada de gestantes que o município possui, no intuito de incentivar o registro correto de todos os usuários da APS mesmo que possa afetar o resultado do indicado.

Vale ressaltar que os testes devem ser realizados ao menos no primeiro e terceiro trimestre da gestação. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000).

Porém o informado pela unidade básica de saúde em registros próprios, no total de 33 gestantes cadastradas neste período, todas realizaram os testes de pré-natal para HIV, sífilis, hepatite B e C, totalizando cobertura de 100%.

Tabela 2. Quantidade de gestantes cadastradas em uma Unidade Básica de Saúde de Caçador e quantidade de procedimentos realizados no período entre 01/09/209 e 30/04/2020. Dados apresentados pela enfermeira responsável pela ESF.

Indicador	Quantidade
<i>Número de gestantes cadastradas na Unidade</i>	33
<i>Número de gestantes que realizaram testes rápidos de sífilis e HIV</i>	33

Fonte: Os autores (2020)

O que se pode perceber é uma inconsistência de registros, deixando a pesquisa sem dados confiáveis. Uma vez que estes testes são muito importantes para saúde do bebe e da mãe, e com estes parâmetros poderia ser traçado um perfil epidemiológico com medidas efetivas para prevenção destas doenças.

Outra questão também seria o comprometimento do repasse de verbas para as equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde realizado por meio de desempenho, conforme previsto na Portaria nº 2.979/GM/MS, de 2019. Fato comprovado pela porcentagem encontrada estar abaixo a da meta estabelecida. Neste caso com os dados controversos o repasse seria prejudicado.

## CONCLUSÕES

Considerando o exposto, conclui-se que a porcentagem de gestantes cadastradas naquela Unidade Básica de Saúde (UBS) que realizaram testes para sífilis e HIV durante o pré-natal possuem dois resultados possíveis, sendo 100%, segundo os dados apresentados pela UBS, e 31%, segundo dados apresentados pela Secretaria da Saúde.

Podemos então sugerir algumas possíveis causas dessa inconsistência de dados: a má alimentação dos dados no sistema devido à falta de treinamento ou entendimento das equipes de saúde, ou até mesmo alguma falha no sistema utilizado; Devido ao perfil populacional da unidade é possível pensar na realização do pré-natal particular, mesmo com o cadastro da gestante na unidade e pode-se pensar ainda na falta de busca ativa dessas mulheres durante o puerpério para a baixa correta dos seus dados no sistema. Independentemente do resultado considerado, as medidas epidemiológicas tanto preventivas quanto curativas, ficam comprometidas, pois não se tem números confiáveis para embasamento ao elaborar tais medidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis: manual de bolso. 2007. Disponível em:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\\_prevencao\\_transmissao\\_vertic\\_ahivsifilis\\_manualbolso.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_prevencao_transmissao_vertic_ahivsifilis_manualbolso.pdf). Acesso em: 01 jun. 2020.

MONTEFUSCO, Paula. HIV na gestação: os riscos que o vírus oferece para a mãe e o bebê. 2015. Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/parto-e-pos-parto/hiv-na-gestacao-os-riscos-que-o-virus-oferece-para-a-mae-e-o-bebe/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de HIV e Aids**. 2019. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019>. Acesso em: 01 jun. 2020.

LAFETA, Kátia Regina Gandra et al . Sífilis materna e congênita, subnotificação e difícil controle. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 63-74, Mar. 2016 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2016000100063&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000100063&lng=en&nrm=iso). Acesso em 02 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da mulher .2000** Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04\\_11.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf). Acesso em 11jun.2020.

## COBERTURA DE EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Mayele Weber, [mayele.weber@hotmail.com](mailto:mayele.weber@hotmail.com)<sup>1</sup>

Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane C. Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Solange De Bortoli Beal, [Solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:Solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster, [talita.czекster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czекster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Peixe

<sup>2</sup> Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Peixe

<sup>3</sup> Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Peixe

### RESUMO

O câncer de colo de útero é considerado um sério problema na saúde pública feminina, por isso foi necessário adotar medidas de prevenção e detecção precoce, como o exame citopatológico, oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde às mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos ou que já tiveram relações sexuais, como recomenda o Ministério da Saúde. O objetivo do trabalho é analisar a cobertura do exame citopatológico na UBS estudada, comparando-a com a meta estabelecida pelo Programa Previne Brasil. Essa pesquisa utilizou dados ofertados pela Secretaria Municipal da Saúde, os quais incluem o número de mulheres cadastradas na UBS estudada, bem como o número de exames citopatológicos coletados no período de 09/2019 a 04/2020, na faixa etária recomendada pelo Ministério da Saúde. Analisando a cobertura do Exame Citopatológico no período de 09/2019 a 04/2020 obteve-se 9,01%, resultado considerado baixo, sendo que o programa Previne Brasil estipula como meta uma cobertura de 40%.

**Palavras-chaves:** Neoplasias do Colo do útero. Assistência Integral à Saúde. Saúde da Mulher. Teste de Papanicolau.

### INTRODUÇÃO

O câncer de colo de útero (CCU), tem se mostrado um sério problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (2020), sua magnitude é de aproximadamente 570 mil casos novos por ano no mundo, sendo o quarto tipo de câncer que mais atinge as mulheres e é considerado responsável por 311 mil óbitos ao ano. Estima-se que em 2020 o Brasil terá 16.590 casos novos, ou seja, 12,6 casos a cada 100 mil mulheres.

O carcinoma epidermoide é a neoplasia mais comum nos achados do exame citopatológico, em segundo lugar há o adenocarcinoma, que é considerado mais grave. (UGHINI, 2016)

Na literatura é encontrada uma maior prevalência de adenocarcinoma endocervical em mulheres com mais de 50 anos de idade, baixo nível socioeconômico, mais de um parceiro sexual, início precoce da atividade sexual,

mais de um filho, tabagistas e recorrentes infecções no trato genital (CAMBRUZZI, 2005)

Devido ao câncer de colo de útero ser uma neoplasia causada principalmente pelo Papilomavírus Humano (HPV), a realização do exame citopatológico do colo do útero, também chamado de Papanicolau, colpocitopatológico ou oncocitológico é considerado um método eficaz de prevenção, levando em consideração que faz o diagnóstico de manifestações de CCU ainda nas fases iniciais. Os achados de lesões precocemente no colo do útero reduzem em até 90% as taxas de incidência de câncer cervical invasor (NASCIMENTO et al., 2015).

Esse método de rastreamento do câncer de colo de útero deve ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde às mulheres com idades entre 25 e 64 anos que já tiveram atividade sexual, a cada três anos, caso os dois primeiros exames anuais forem normais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). No entanto, apesar da relevância de sua realização, o Ministério da Saúde (2016), também estima que 12% a 20% das brasileiras entre 25 e 64 anos nunca realizaram o exame citopatológico. Dito isso, percebe-se a importância de uma boa cobertura desse exame.

O número de mortes por câncer de colo de útero diminuiu mais de 80% entre 1930 e 2012 nos países desenvolvidos, essa diminuição é associada ao aumento do exame Papanicolau. Todavia, nos países em desenvolvimento ainda não foram alcançadas as metas de redução do número. (Rocha, 2016, apud Siegal et al. 2014). Segundo o INCA (2016), as primeiras iniciativas de controle do câncer do colo de útero tiveram início apenas no ano de 1940.

O câncer de colo de útero está ligeiramente ligado a condições de vida precárias, baixos índices de desenvolvimento humano, falta de ações que visam a prevenção comunitária. Assim, a prevalência do câncer de colo de útero é maior em países pouco desenvolvidos, nos países em desenvolvimento os casos são encontrados em estágios mais avançados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A Atenção Básica, em especial a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é imprescindível para o rastreamento e busca ativa das mulheres que vivem na comunidade. Ela é responsável por prestar um cuidado integral, desenvolvendo ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce, e ainda, acompanhar todo o tratamento nos demais níveis de atenção, diante de um exame citopatológico com alterações (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Em 2019, o Ministério da Saúde instituiu a Portaria nº 2979, Previne Brasil, que visa estruturar um modelo de financiamento, onde os gestores e profissionais da saúde precisam cumprir as metas propostas de acordo com os indicadores contidos nessa portaria, dentre eles, está a Cobertura do Exame Citopatológico em mulheres de 24 a 69 anos. Segundo o Ministério da Saúde, a cobertura ideal para que a UBS tenha o incentivo financeiro proposto pela portaria é de 40%.

## OBJETIVOS

Avaliar a cobertura do exame citopatológico do colo uterino, em uma Unidade Básica de Saúde, pertencente a um município do meio Oeste catarinense; Identificar o número de mulheres, com idade entre 25 e 64 anos cadastradas na Unidade Básica de Saúde analisada; Identificar o número de coletas de exames citopatológicos realizados; e relacionar o número de mulheres que realizam o exame citopatológico e compará-los com as metas estabelecidas pelo Programa Previne Brasil;

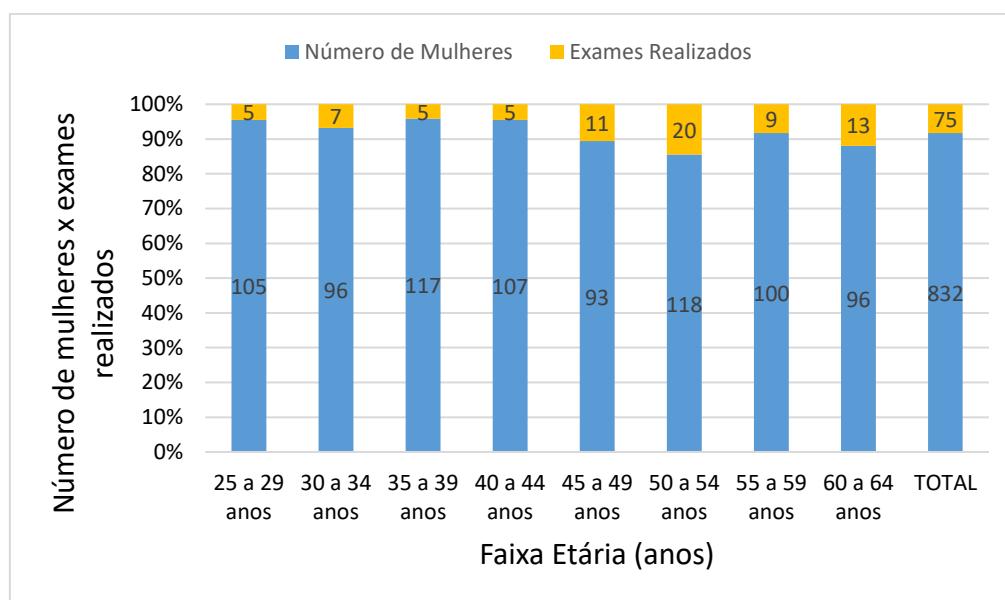
## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo realizado através de relatórios disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de um município do estado de Santa Catarina, através do sistema informatizado utilizado pelo município, o qual é alimentado na atenção básica e os dados são devidamente exportados mensalmente ao e-SUS. Os dados são referentes as mulheres em idade de 25 e 64 anos, cadastradas na unidade estudada, que tenham realizado a coleta de exame preventivo de câncer de colo uterino durante o período de setembro de 2019 a abril de 2020.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

O gráfico 1 apresenta uma comparação do número de mulheres por faixa etária com o número de exames do colo uterino realizados de acordo com as idades.

Gráfico 1. Proporção de mulheres frente ao número de exames realizados.



Fonte: A autora (2020)

Percebe-se que a faixa etária que mais realizou exames de prevenção citopatológica foi a de 55 a 59 anos.

Tabela 1. Porcentagem de realização de exame citopatológico dentro do período de 09/2019 a 04/2020 segundo faixa etária e número de coletas.

Cobertura de Exame Citopatológico			
Período: 09/2019 a 04/2020			
Faixa etária	Número de Mulheres	Exames citopatológicos do colo do útero realizados	Taxa de exames realizados (%)
25 a 29 anos	105	5	4,76%
30 a 34 anos	96	7	7,29%
35 a 39 anos	117	5	4,27%
40 a 44 anos	107	5	4,67%
45 a 49 anos	93	11	11,83%
50 a 54 anos	118	20	16,95%
55 a 59 anos	100	9	9,00%
60 a 64 anos	96	13	13,54%
<b>TOTAL</b>	<b>832</b>	<b>75</b>	<b>9,01%</b>

Fonte: A autora (2020)

A tabela acima apresenta os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de um município do estado de Santa Catarina acerca do número de mulheres cadastradas na UBS estudada e o número de exames citopatológicos realizados no período de setembro de 2019 a abril de 2020, o qual apresenta um total de 832 mulheres cadastradas e 75 exames citopatológicos realizados.

Segundo o programa Previne Brasil, o indicador que avalia a cobertura do exame citopatológico impõe como meta 40% de cobertura, onde são levados em consideração exames preventivos realizados em mulheres na faixa etária de 24 a 69 anos.

A partir das informações expostas efetuaram-se os cálculos, e concluiu-se que a cobertura de coleta do exame citopatológico no período foi de 9,01%. Diante disso, foi encontrada uma cobertura baixa, quando comparada com a meta preconizada pelo programa Previne Brasil. Todavia, é preciso levar em consideração que no ano de 2020 a pandemia de Covid-19 pode ter influenciado nessa baixa cobertura.

Diante disso, há necessidade de uma melhora na cobertura do exame citopatológico na UBS estudada, para que os índices sejam compatíveis com os valores indicados pelo Ministério da Saúde. Todavia, deve ser levado em consideração que se obteve como limitação a falta de dados de um ano completo e recomenda-se para os próximos estudos verificar a influência da pandemia de Covid-19 na cobertura de exames citopatológicos.

Por fim, conclui-se que o rastreamento periódico é uma importante ferramenta para a promoção e prevenção de doenças citopatológicas, levando em consideração que o exame detecta o câncer do colo uterino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização**

**de Rede. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero.**  
– 2. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2016.

Brasil. Ministério da Saúde. **Controle dos cânceres de colo de útero e de mama: Cadernos de Atenção Básica.** Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica de Saúde, Ministério da Saúde; 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Rede câncer: câncer do colo do útero [Internet]. Rio de Janeiro: INCA; 2020 [citado em 2020 jun 02]. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-uter/o/conceito-e-magnitude>

CAMBRUZZI, Eduardo; ZETTLER, Cláudio Galleano; PEREIRA, Cláudio Alexandre Osmar. **Adenocarcinoma endocervical em Porto Alegre e região metropolitana: morfologia e prevalência.** Rev. AMRIGS, p. 27-33, 2005.

DA ROCHA, Sílvia Maria Machado; DE OLIVEIRA BAHIA, Marcelo; DA ROCHA, Carlos Alberto Machado. **Perfil dos exames citopatológicos do colo do útero realizados na Casa da Mulher, Estado do Pará, Brasil.** Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 7, n. 3, p. 5-5, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel Winston de Carvalho et al. **Cobertura do exame citopatológico do colo do útero no Estado de Minas Gerais, Brasil, no período entre 2000-2010: um estudo a partir dos dados do Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero (SISCOLO).** Cadernos Saúde Coletiva, v. 23, n. 3, p. 253-260, 2015.

UGHINI, Sílvia Fischmann Osorio. **Importância da qualidade da coleta do exame preventivo para o diagnóstico das neoplasias glandulares endocervicais e endometriais.** RBAC, v. 48, n. 1, p. 39-45, 2016.

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

## **AGRADECIMENTO**

A UNIARP, pela oportunidade da realização desse projeto. Ainda, agradeço as professoras de IESC, pelas orientações. Agradeço ao Curso de Medicina e também a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC pelos dados disponibilizados.

**PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO  
REALIZADO DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE  
NO PERÍODO SETEMBRO DE 2019 A ABRIL DE 2020**

Humberto Castro Schneider, [humbertomedicina@outlook.com.br](mailto:humbertomedicina@outlook.com.br)

Jakson Carlos Isoton, [jaksoncarlos@hotmail.com](mailto:jaksoncarlos@hotmail.com)

Ana Paula G. Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)

Dayane C. Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)

Solange De Bortoli Beal [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)

Talita Czekster [talita.czekster@uniar.edu.br](mailto:talita.czekster@uniar.edu.br)

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica baseada em 1 dos 7 indicadores que fazem parte do pacto de desempenho Previne Brasil. Tendo como base os dados extraídos de uma estratégia de saúde da família (ESF) de um município do meio oeste catarinense em um período de setembro de 2019 a abril de 2020. O mesmo tem o objetivo de realizar um levantamento de dados que possibilitem aferir a quantidade de gestantes que tem realizado os acompanhamentos odontológicos preconizados para o período pré-natal de uma estratégia de saúde da família de um município do meio oeste catarinense em um período de 01/09/19 a 30/04/20. Para tal foi realizada uma pesquisa baseada em buscas no sistema informatizado do município, com dados exportados mensalmente ao e-SUS, dos dados lançados no DATASUS e nas informações sobre atendimento e busca ativa do Cirurgião Dentista da unidade Santa Catarina. Foram realizados 170 procedimentos odontológicos entre as idades de 16 a 42 anos. O maior índice de procedimentos foi aos 24 anos, com 28 procedimentos realizados. Conclui-se que as informações aqui obtidas poderão ser utilizadas como base para uma estratégia de intervenção, visando aumentar a procura por atendimentos odontológicos pelas gestantes.

**Palavras-chave:** gestantes, atendimento odontológico.

## INTRODUÇÃO

O atendimento odontológico durante a gestação é um assunto bastante controverso, principalmente em função dos mitos amparados em crenças antigas sem fundamentação científica, tanto por parte da gestante quanto por parte de alguns cirurgiões-dentistas que não se sentem seguros ao atendê-las (DA SILVA; ROSELL; JÚNIOR, 2006; SILVA; STUANI; QUEIROZ, 2006; VIEIRA; ZOCRATTO, 2007; POLETTI; STONA; WEBER, 2008).

A gestação é tida como um estado singular e valioso no ciclo de vida da mulher. As mesmas constituem pacientes de temporário risco odontológico devido às mudanças psicológicas, físicas e hormonais, que criam condições adversas ao meio bucal durante a gestação (SILVA; STUANI; QUEIROZ, 2006; VIEIRA; ZOCRATTO, 2007; MOIMAZ; ROCHA; SALIBA, 2007; POLETTI; STONA; WEBER, 2008; GONÇALVES, 2009).

No período gestacional o corpo da mulher passa por mudanças incríveis em todo seu metabolismo. Há evidências de que essas alterações também afetam a saúde bucal das futuras mamães; um exemplo disso é a diminuição da saliva, que propicia a proliferação de bactérias em volta dos dentes. Posto isso, sugere-se que infecções podem ser consideradas um dos fatores etiológicos do parto pré-termo espontâneo (NOMURA; PASSINI JR.; OLIVEIRA, 2005; PERRONI; BITTAR; ZUGAIB, 2006).

Outros problemas muito comuns às gestantes são os enjoos, que levam ácido gástrico à boca, e a higienização correta dos dentes, uma vez que a gestante come bem mais e em mais horários do que costumava comer. Todos esses fatores propiciam o surgimento de doenças periodontais e na gengiva, os quais podem afetar o desenvolvimento correto do bebê (EBRAHIM *et al.*, 2014; MORETTI *et al.*, 2017).

Anormalidades como hiperemia, edema e uma pré-disposição ao sangramento gengival têm sido classificadas como gengivite gravídica (RABER-DURLACHER *et al.*, 1994). A prevalência dessa alteração varia entre 35 e 100%, tendo sua severidade gradualmente aumentada até a 36<sup>a</sup> semana de gestação (LOEE; SILNESS, 1963). É cada vez mais unânime a teoria de que o brusco aumento dos hormônios femininos circulantes durante a gestação é responsável pela exacerbação da reação inflamatória gengival, principalmente por sua ação vasodilatadora. Apesar de a gestação intensificar a reação inflamatória no tecido gengival, o biofilme dentário – acúmulo de bactérias no dente –, é de fundamental importância para o desenvolvimento desta afecção, sendo que seu controle por meio de escovação apropriada parece evitar inflamação e sangramento (HUGOSON, 1971).

É aí que entra o pré-natal odontológico; apesar de recente obrigatoriedade, é de indiscutível importância na prevenção de partos prematuros e até mesmo más formações fetais; há cada vez mais evidências da relação entre enfermidades bucais e recém nascidos pré-termo (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Além de todas as consultas com obstetras e enfermeiros, as gestantes recebem orientações e tratamento do profissional dentista, que mantém o acompanhamento até o parto e pode até intervir em procedimentos como frenotomia ou frenéctomia no recém-nascido. Alguns estudos tem demonstrado que a frenotomia além de contribuir para a melhora na pega também ajuda para a manutenção do aleitamento materno exclusivo do recém-nascido (ALMEIDA *et al.* 2018).

Percebe-se, portanto, a importância do acompanhamento odontológico às gestantes durante toda a gestação. No que tange ao Sistema Único de Saúde-SUS, em novembro de 2019, houve uma alteração nos regimentos e que tem influência direta sobre esse aspecto. O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, instituiu o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde - APS no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Com ela, o financiamento federal de custeio da APS será constituído por: I - captação ponderada; II - pagamento por desempenho; e III - incentivo para ações estratégicas (BRASIL, 2019a).

No que se refere ao pagamento por desempenho, leva-se em consideração inicialmente sete indicadores de pagamento por custeio dentre os quais o terceiro indicador é justamente a “Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado” o qual mede a proporção de gestantes que realizaram atendimento odontológico no curso do pré-natal na APS. Compreende o registro de consulta odontológica realizada pelo cirurgião-dentista às gestantes da APS, visando, principalmente, prevenir agravos de saúde bucal que possam comprometer a

gestação e o bem-estar da gestante. O objetivo desse indicador é mensurar quantas gestantes realizam o atendimento odontológico, em relação a quantidade estimada de gestantes que o município possui, no intuito de incentivar o registro correto de todos os usuários da APS mesmo que possa afetar o resultado do indicador (BRASIL, 2019b). Dessa forma, fica implícita a importância de se realizarem estudos acerca desses novos parâmetros a serem implementados no nosso sistema de saúde pública.

## OBJETIVOS

Realizar um levantamento de dados que possibilitem aferir a quantidade de gestantes que tem realizado os acompanhamentos odontológicos preconizados para o período pré-natal de uma estratégia de saúde da família de um município do meio oeste catarinense em um período de setembro de 2019 a abril de 2020

Elaborar um projeto com base nos dados coletados através do presente trabalho para que possa ser implementado de forma a contribuir para o aumento da adesão das gestantes às consultas odontológicas na mesma ESF

## MATERIAL E MÉTODOS

O projeto “Proporção de gestantes com atendimento odontológico a ser realizado” inclui meios descritivos e quantitativos de pesquisa baseados em buscas no sistema informatizado do município, com dados exportados mensalmente ao e-SUS, dos dados lançados no DATASUS e nas informações sobre atendimento e busca ativa do Cirurgião Dentista da unidade Santa Catarina.

Para efeito de organização serão utilizados dados referentes às gestantes dentro do período de 01/09/2019 a 30/04/2020.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da coleta de dados, obteve-se que a unidade de saúde, objeto deste estudo, apresentou no período de setembro de 2019 a abril de 2020 um número de 207 consultas gestacionais/pré-natal, correspondentes a um total de 91 gestantes. As mesmas gestantes encontravam-se no primeiro, segundo e terceiro semestres de gestação.

Sabe-se da importância que tem o incentivo ao tratamento odontológico durante a gestação, no entanto, essa pesquisa não possibilitou que fosse aferida a prevalência de consultas odontológicas naquela unidade básica de saúde do meio oeste catarinense, uma vez que os dados obtidos não foram consistentes para tal. Estudos recentes têm comprovado que as gestantes que são submetidas a procedimentos periodontais e com saúde gengival satisfatória apresentam menor risco de prematuridade ou baixo peso ao nascer. Também tem se relacionada a incidência desses fatores com a qualidade da saúde bucal materna (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Outro fator analisado foi a idade das gestantes que realizaram tratamento odontológico no período citado. Foram realizados 170 procedimentos odontológicos nesse tempo, conforme descrito na tabela 1, os quais foram compreendidos entre a faixa etária de 16 a 42 anos. Segundo a interpretação dos dados, a idade que demonstrou maior frequência de atendimentos foi a de 24 anos, com um total de 28

procedimentos odontológicos realizados, seguido de 17 anos, com 24 procedimentos e por fim 20 anos com 18 procedimentos.

<b>Procedimentos odontológicos em gestantes entre 01/09/19 a 30/04/2020</b>	
<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>
16 – 16 anos completos	9
17 – 17 anos completos	24
18 – 18 anos completos	6
19 – 19 anos completos	9
20 – 20 anos completos	18
21 – 21 anos completos	4
22 – 22 anos completos	12
24 – 24 anos completos	28
25 – 25 anos completos	15
29 – 29 anos completos	3
31 – 31 anos completos	12
32 – 32 anos completos	3
35 – 35 anos completos	3
36 – 36 anos completos	11
37 – 37 anos completos	11
42 – 42 anos completos	2
<b>Total</b>	<b>170</b>

Fonte: Autoral, criado a partir de dados extraídos via sistema referentes à UBS analisada.

Não foi possível definir quantas gestantes exatamente passaram por esses procedimentos, mas tem-se uma ideia de concentração de atendimentos em as idades de 17 a 24 anos. Contudo, é apropriado esclarecer que devido à pandemia a nossa coleta de dados foi prejudicada, pois a mesma havia sido realizada de forma secundária, sendo assim, impossível de se atingir todos os objetivos previamente traçados.

Sabe-se que o estado fisiológico da gestante altera de acordo com o seu período gestacional, em vista disso, os profissionais de saúde, incluindo o cirurgião dentista, devem conhecer as alterações fisiológicas de cada período para que possam definir um plano de tratamento adequado à situação e preferencialmente que seja seguro. Há que se atentar também ao esclarecimento de dúvidas à essas mães, visto que muitas recusam ao tratamento odontológico por medo gerado através de mitos e crenças populares. Quando o profissional trata sua paciente de forma correta e a mesma demonstra cooperação, os resultados são positivos, obtendo-se assim uma boa saúde bucal, fato que está intimamente conectado à saúde geral da mãe e da criança. (EBRAHIM *et al.*, 2014; MORETTI *et al.*, 2017)

Em posse disto, fica evidente a importância de se implementar estratégias que visem incentivar a assim aumentar a proporção de gestantes que fazem acompanhamento odontológico durante a gravidez. Esse estudo não permitiu que se obtivesse a taxa de adesão às consultas odontológicas pelas gestantes da referida unidade, mas quando comparados à média de procedimentos odontológicos da população brasileira verificada em alguns estudos de 0,5 procedimentos por indivíduo (PIMENTEL *et al.*, 2014) e comparada com a média de 1,86 procedimentos encontrada nas gestantes desse estudo, dá a entender que as condições de saúde bucal dessa população está aquém do encontrado em outras regiões do território nacional ou que não fora atingido o percentual indicado pelo Previne Brasil para a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado durante o pré-natal.

Reforça-se então, a necessidade de medidas a serem implementadas para melhorar esses índices em questão.

Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas para a execução do presente trabalho e dos vieses criados a partir disso, ainda assim, as informações aqui obtidas poderão ser utilizadas como base para uma estratégia de intervenção, visando aumentar a procura por atendimentos odontológicos pelas gestantes, afim de prevenir e conscientizar sobre os agravos decorrentes do desconhecimento da importância desse cuidado. Salienta-se que esse trabalho terá seguimento futuro e que mais estudos acerca do tema deverão ser realizados afim de elucidar melhor sobre o assunto e possibilitar que as melhores abordagens sejam tomadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, K. R., LEAL, T. P., KUBE, H., CASTRO, T. E. S., ORTOLANI, C. L. F. Frenotomia lingual em recém-nascido, do diagnóstico à cirurgia: relato de caso. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 258-262, Apr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, Edição: 220, Seção: 1, Página: 9713 de nov. de 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Edição: 239, Seção: 1, Página: 172. 11 de dez de 2019b.

DA SILVA, S. R. C., ROSELL, F. L., JÚNIOR, A. V. Percepção das condições de saúde bucal por gestantes atendidas em uma unidade de saúde no município de Araraquara, São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* 2006; 6 (4): 405-10.

EBRAHIM, Z.F, OLIVEIRA, M.C.Q., PERES, M.P.S.M., FRANCO, J.B. Tratamento Odontológico em Gestantes. *Science in Health*, São Paulo, v.5, n.1, p.32-44, jan-abr. 2014.

GONÇALVES, L. S. T. Análise das condições bucais das gestantes no PSF Júlio Gamboá Padre Paraíso – MG. Monografia. Padre Paraíso – MG: UFMG; 2009; 26p. Especialização.

HUGOSON, A. Gingivitis in pregnant women. A longitudinal clinical study. *Odontol Revy.* 1971;22(1):65-84.

LOEE H, SILNESS J. Periodontal disease in pregnancy. I. Prevalence and severity. *Acta Odontol Scand.* 1963; 21:533-51.

MOIMAZ, S. A. S., ROCHA, N. B., SALIBA, O. et al. O acesso de gestantes ao tratamento odontológico. *Rev. odontol. Univ. Cid. São Paulo.* 2007; 19 (1): 39-45.

MORETTI, A.S, GARCIA, V.B, CRUZ, M.C.C., ROLIM, V.C.B., SAKASHITA, M.S. A importância do atendimento odontológico em gestantes. *Archives Health Investigation*, Fernandópolis, v.6, n.1, p.17, ago. 2017.

NOMURA ML, PASSINI JUNIOR R, OLIVEIRA UM. Group B streptococcus colonization in preterm labor and preterm premature rupture of membranes. *Int J Gynaecol Obstet*. 2005.

OLIVEIRA, D. W. D., CELESTINO, C.G.C., CORRÊA, G. V., ALENCAR, B. M., FLECHA, O. D., FERNANDES, D. R. F., GONÇALVES, P. F. Saúde bucal materna associada ao parto prétermo e baixo peso dos recém-nascidos: um estudo transversal. *Arq. Odontol.* [online]. 2014, vol.50, n.2, pp. 78-85.

PERRONI AG, BITTAR RE, ZUGAIB M. Corioamnionite como causa de trabalho de parto prematuro espontâneo. *Femina*. 2006;34(1):67-71.

PIMENTEL, F.C., DE ALBUQUERQUE, P. C., MARTELLI, P. J. L., ACIOLI, R. R. L., SOUZA, W. V. Analysis of oral health indicators of Pernambuco: performance of cities according to size population, population enrolled in the Information System for Primary Care and proportion in the Family Health Strategy. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 54-61, Mar. 2014.

POLETTI, V. C., STONA, P., WEBER, J. B. B. et al. Atendimento odontológico em gestantes: uma revisão de literatura. *Stomatos*. 2008; 14 (26): 64-75.

RABER-DURLACHER JE, VAN STEENBERGEN TJ, VAN DER VELDEN U, DE GRAAFF J, ABRAHAM-INPIJN L. Experimental gingivitis during pregnancy and post-partum: clinical, endocrinological, and microbiological aspects. *J Clin Periodontol*. 1994;

SILVA, F. W. G. P., STUANI, A. S., QUEIROZ, A. L. Atendimento odontológico a gestante – parte 2: A consulta. *R. Fac. Odontol. Porto Alegre*. 2006; 47 (3): 5-9. VIEIRA, G. F., ZOCRATTO, K. B. F. Percepção das gestantes quanto a sua saúde bucal. *RFO*. 2007; 12 (2): 27-31.

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO SETEMBRO DE 2019 A ABRIL DE 2020

Humberto Castro Schneider, [humbertomedicina@outlook.com.br](mailto:humbertomedicina@outlook.com.br)<sup>1</sup>

Jakson Carlos Isoton, [jaksoncarlos@hotmail.com](mailto:jaksoncarlos@hotmail.com)<sup>1</sup>

Ana Paula G. Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane C. Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Solange De Bortoli Beal [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Academicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>2</sup>Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

### RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica baseada em 1 dos 7 indicadores que fazem parte do pacto de desempenho Previne Brasil. Tendo como base os dados extraídos de uma estratégia de saúde da família (ESF) de um município do meio oeste catarinense. O mesmo tem o objetivo de realizar um levantamento de dados que possibilitem aferir a quantidade de gestantes que tem realizado os acompanhamentos odontológicos preconizados durante o pré-natal da ESF referida no período de 01/09/19 a 30/04/20. Foi realizada uma pesquisa baseada em buscas no sistema informatizado do município, com dados exportados mensalmente ao e-SUS, dos dados lançados no DATASUS e nas informações sobre atendimentos odontológicos da unidade. Verificou-se que foram realizados 170 procedimentos odontológicos entre as idades de 16 a 42 anos. O maior índice de procedimentos foi aos 24 anos, com 28 procedimentos realizados. Conclui-se que as informações aqui obtidas poderão ser utilizadas como base para uma estratégia de intervenção, visando aumentar a procura por atendimentos odontológicos pelas gestantes.

**Palavras-chave:** gestantes, atendimento odontológico.

### INTRODUÇÃO

O atendimento odontológico durante a gestação é um assunto bastante controverso, principalmente em função dos mitos amparados em crenças antigas sem fundamentação científica, tanto por parte da gestante quanto por parte de alguns cirurgiões-dentistas que não se sentem seguros ao atendê-las (DA SILVA; ROSELL; JÚNIOR, 2006; SILVA; STUANI; QUEIROZ, 2006; VIEIRA; ZOCRATTO, 2007; POLETTI; STONA; WEBER, 2008).

A gestação é tida como um estado singular e valioso no ciclo de vida da mulher. As mesmas constituem pacientes de temporário risco odontológico devido às mudanças psicológicas, físicas e hormonais, que criam condições adversas ao meio bucal durante a gestação (SILVA; STUANI; QUEIROZ, 2006; VIEIRA; ZOCRATTO, 2007; MOIMAZ; ROCHA; SALIBA, 2007; POLETTI; STONA; WEBER, 2008; GONÇALVES, 2009).

No período gestacional o corpo da mulher passa por mudanças incríveis em todo seu metabolismo. Há evidências de que essas alterações também afetam a

saúde bucal das futuras mamães; um exemplo disso é a diminuição da saliva, que propicia a proliferação de bactérias em volta dos dentes. Posto isso, sugere-se que infecções podem ser consideradas um dos fatores etiológicos do parto pré-termo espontâneo (NOMURA; PASSINI JR.; OLIVEIRA, 2005; PERRONI; BITTAR; ZUGAIB, 2006).

Outros problemas muito comuns às gestantes são os enjoos, que levam ácido gástrico à boca, e a higienização correta dos dentes, uma vez que a gestante come bem mais e em mais horários do que costumava comer. Todos esses fatores propiciam o surgimento de doenças periodontais e na gengiva, os quais podem afetar o desenvolvimento correto do bebê (EBRAHIM *et al.*, 2014; MORETTI *et al.*, 2017).

É aí que entra o pré-natal odontológico; apesar de recente obrigatoriedade, é de indiscutível importância na prevenção de partos prematuros e até mesmo más formações fetais; há cada vez mais evidências da relação entre enfermidades bucais e recém nascidos pré-termo (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Percebe-se, portanto, a importância do acompanhamento odontológico às gestantes durante toda a gestação. No que tange ao Sistema Único de Saúde-SUS, em novembro de 2019, houve uma alteração nos regimentos e que tem influência direta sobre esse aspecto. O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, instituiu o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde - APS no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Com ela, o financiamento federal de custeio da APS será constituído por: I - captação ponderada; II - pagamento por desempenho; e III - incentivo para ações estratégicas (BRASIL, 2019a).

No que se refere ao pagamento por desempenho, leva-se em consideração inicialmente sete indicadores de pagamento por custeio dentre os quais o terceiro indicador é justamente a “Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado” o qual mede a proporção de gestantes que realizaram atendimento odontológico no curso do pré-natal na APS. Compreende o registro de consulta odontológica realizada pelo cirurgião-dentista às gestantes da APS, visando, principalmente, prevenir agravos de saúde bucal que possam comprometer a gestação e o bem-estar da gestante. O objetivo desse indicador é mensurar quantas gestantes realizam o atendimento odontológico, em relação a quantidade estimada de gestantes que o município possui, no intuito de incentivar o registro correto de todos os usuários da APS mesmo que possa afetar o resultado do indicador (BRASIL, 2019b). Dessa forma, fica implícita a importância de se realizarem estudos acerca desses novos parâmetros a serem implementados no nosso sistema de saúde pública.

## OBJETIVOS

Realizar um levantamento de dados que possibilitem aferir a quantidade de gestantes que tem realizado os acompanhamentos odontológicos preconizados para o período pré-natal de uma estratégia de saúde da família de um município do meio oeste catarinense em um período de setembro de 2019 a abril de 2020

Elaborar um projeto com base nos dados coletados através do presente trabalho para que possa ser implementado de forma a contribuir para o aumento da adesão das gestantes às consultas odontológicas na mesma ESF

## MATERIAL E MÉTODOS

O projeto “Proporção de gestantes com atendimento odontológico a ser realizado” inclui meios descritivos e quantitativos de pesquisa baseados em buscas no sistema informatizado do município, com dados exportados mensalmente ao e-SUS, dos dados lançados no DATASUS e nas informações sobre atendimento e busca ativa do Cirurgião Dentista da unidade em questão.

Para efeito de organização serão utilizados dados referentes às gestantes dentro do período de 01/09/2019 a 30/04/2020.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da coleta de dados, obteve-se que a unidade de saúde, objeto deste estudo, apresentou no período de setembro de 2019 a abril de 2020 um número de 207 consultas gestacionais/pré-natal, correspondentes a um total de 91 gestantes. As mesmas gestantes encontravam-se no primeiro, segundo e terceiro semestres de gestação.

Sabe-se da importância que tem o incentivo ao tratamento odontológico durante a gestação, no entanto, essa pesquisa não possibilitou que fosse aferida a prevalência de consultas odontológicas naquela unidade básica de saúde do meio oeste catarinense, uma vez que os dados obtidos não foram consistentes para tal. Estudos recentes têm comprovado que as gestantes que são submetidas a procedimentos periodontais e com saúde gengival satisfatória apresentam menor risco de prematuridade ou baixo peso ao nascer. Também tem se relacionada a incidência desses fatores com a qualidade da saúde bucal materna (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Outro fator analisado foi a idade das gestantes que realizaram tratamento odontológico no período citado. Foram realizados 170 procedimentos odontológicos nesse tempo, conforme descrito na tabela 1, os quais foram compreendidos entre a faixa etária de 16 a 42 anos. Segundo a interpretação dos dados, a idade que demonstrou maior frequência de atendimentos foi a de 24 anos, com um total de 28 procedimentos odontológicos realizados, seguido de 17 anos, com 24 procedimentos e por fim 20 anos com 18 procedimentos.

<b>Procedimentos odontológicos em gestantes entre 01/09/19 a 30/04/2020</b>	
<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>
16 – 16 anos completos	9
17 – 17 anos completos	24
18 – 18 anos completos	6
19 – 19 anos completos	9
20 – 20 anos completos	18
21 – 21 anos completos	4
22 – 22 anos completos	12
24 – 24 anos completos	28
25 – 25 anos completos	15
29 – 29 anos completos	3
31 – 31 anos completos	12
32 – 32 anos completos	3
35 – 35 anos completos	3
36 – 36 anos completos	11
37 – 37 anos completos	11
42 – 42 anos completos	2
<b>Total</b>	<b>170</b>

Fonte: Autoral, criado a partir de dados extraídos via sistema referentes à UBS analisada.

Não foi possível definir quantas gestantes exatamente passaram por esses procedimentos, mas tem-se uma ideia de concentração de atendimentos em as idades de 17 a 24 anos. Contudo, é apropriado esclarecer que devido à pandemia a nossa coleta de dados foi prejudicada, pois a mesma havia sido realizada de forma secundária, sendo assim, impossível de se atingir todos os objetivos previamente traçados.

Sabe-se que o estado fisiológico da gestante altera de acordo com o seu período gestacional, em vista disso, os profissionais de saúde, incluindo o cirurgião dentista, devem conhecer as alterações fisiológicas de cada período para que possam definir um plano de tratamento adequado à situação e preferencialmente que seja seguro. Há que se atentar também ao esclarecimento de dúvidas à essas mães, visto que muitas recusam ao tratamento odontológico por medo gerado através de mitos e crenças populares. Quando o profissional trata sua paciente de forma correta e a mesma demonstra cooperação, os resultados são positivos, obtendo-se assim uma boa saúde bucal, fato que está intimamente conectado à saúde geral da mãe e da criança. (EBRAHIM *et al.*, 2014; MORETTI *et al.*, 2017)

Em posse disto, fica evidente a importância de se implementar estratégias que visem incentivar a assim aumentar a proporção de gestantes que fazem acompanhamento odontológico durante a gravidez. Esse estudo não permitiu que se obtivesse a taxa de adesão às consultas odontológicas pelas gestantes da referida unidade, mas quando comparados à média de procedimentos odontológicos da população brasileira verificada em alguns estudos de 0,5 procedimentos por indivíduo (PIMENTEL *et al.*, 2014) e comparada com a média de 1,86 procedimentos encontrada nas gestantes desse estudo, dá a entender que as condições de saúde bucal dessa população está aquém do encontrado em outras regiões do território nacional ou que não fora atingido o percentual indicado pelo Previne Brasil para a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado durante o pré-natal. Reforça-se então, a necessidade de medidas a serem implementadas para melhorar esses índices em questão.

Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas para a execução do presente trabalho e dos vieses criados a partir disso, ainda assim, as informações aqui obtidas poderão ser utilizadas como base para uma estratégia de intervenção, visando aumentar a procura por atendimentos odontológicos pelas gestantes, afim de prevenir e conscientizar sobre os agravos decorrentes do desconhecimento da importância desse cuidado. Salienta-se que esse trabalho terá seguimento futuro e que mais estudos acerca do tema deverão ser realizados afim de elucidar melhor sobre o assunto e possibilitar que as melhores abordagens sejam tomadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, Edição: 220, Seção: 1, Página: 9713 de nov. de 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no

âmbito do Programa Previne Brasil. Edição: 239, Seção: 1, Página: 172. 11 de dez de 2019b.

DA SILVA, S. R. C., ROSELL, F. L., JÚNIOR, A. V. Percepção das condições de saúde bucal por gestantes atendidas em uma unidade de saúde no município de Araraquara, São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* 2006; 6 (4): 405-10.

EBRAHIM, Z.F, OLIVEIRA, M.C.Q., PERES, M.P.S.M., FRANCO, J.B. Tratamento Odontológico em Gestantes. *Science in Health*, São Paulo, v.5, n.1, p.32-44, jan-abr. 2014.

GONÇALVES, L. S. T. Análise das condições bucais das gestantes no PSF Júlio Gamboa Padre Paraíso – MG. Monografia. Padre Paraíso – MG: UFMG; 2009; 26p. Especialização.

MOIMAZ, S. A. S., ROCHA, N. B., SALIBA, O. et al. O acesso de gestantes ao tratamento odontológico. *Rev. odontol. Univ. Cid. São Paulo*. 2007; 19 (1): 39-45.

MORETTI, A.S, GARCIA, V.B, CRUZ, M.C.C., ROLIM, V.C.B., SAKASHITA, M.S. A importância do atendimento odontológico em gestantes. *Archives Health Investigation*, Fernandópolis, v.6, n.1, p.17, ago. 2017.

NOMURA ML, PASSINI JUNIOR R, OLIVEIRA UM. Group B streptococcus colonization in preterm labor and preterm premature rupture of membranes. *Int J Gynaecol Obstet*. 2005.

OLIVEIRA, D. W. D., CELESTINO, C.G.C., CORRÊA, G. V., ALENCAR, B. M., FLECHA, O. D., FERNANDES, D. R. F., GONÇALVES, P. F. Saúde bucal materna associada ao parto prétermo e baixo peso dos recém-nascidos: um estudo transversal. *Arq. Odontol. [online]*. 2014, vol.50, n.2, pp. 78-85.

PERRONI AG, BITTAR RE, ZUGAIB M. Corioamnionite como causa de trabalho de parto prematuro espontâneo. *Femina*. 2006;34(1):67-71.

PIMENTEL, F.C., DE ALBUQUERQUE, P. C., MARTELLI, P. J. L., ACIOLI, R. R. L., SOUZA, W. V. Analysis of oral health indicators of Pernambuco: performance of cities according to size population, population enrolled in the Information System for Primary Care and proportion in the Family Health Strategy. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 54-61, Mar. 2014.

POLETTO, V. C., STONA, P., WEBER, J. B. B. et al. Atendimento odontológico em gestantes: uma revisão de literatura. *Stomatos*. 2008; 14 (26): 64-75.

SILVA, F. W. G. P., STUANI, A. S., QUEIROZ, A. L. Atendimento odontológico a gestante – parte 2: A consulta. *R. Fac. Odontol. Porto Alegre*. 2006; 47 (3): 5-9. VIEIRA, G. F., ZOCRATTO, K. B. F. Percepção das gestantes quanto a sua saúde bucal. *RFO*. 2007; 12 (2): 27-31.

## ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM GESTANTES EM ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE

Ana Paula Pucculin, [anapaulapinculin@gmail.com](mailto:anapaulapinculin@gmail.com)(\*)

Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)(\*)

Luciane Fabricio Zanotto, [lucianezanotto1@hotmail.com](mailto:lucianezanotto1@hotmail.com)(\*\*)

Maria Eduarda de Miranda Martins, [dudaportfolio@gmail.com](mailto:dudaportfolio@gmail.com)(\*\*)

Solange de Bortoli Beal, [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)(\*)

Talita Czekster, [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)(\*)

### RESUMO

A gestação compreende um período de transformações no corpo da mulher. Nessa fase, o acompanhamento por profissionais de saúde é essencial para garantir a qualidade de vida da gestante. Esse acompanhamento, realizado pela Rede Cegonha e denominado Pré-Natal, integra uma série de elementos de saúde que buscam promover uma gestação segura e diminuir os riscos de complicações. A saúde bucal é um dos elementos que devem ser trabalhados, visto que a falta de cuidado odontológico tem implicações na saúde do binômio mãe-feto. Nesse âmbito, o Programa Previne Brasil utiliza como um de seus Indicadores de Pagamento por Desempenho, a avaliação da proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado, estabelecendo a meta de 60% das gestantes cadastradas. Objetivou-se neste resumo expandido analisar esse parâmetro em uma Unidade Básica de Saúde de um município do Estado de Santa Catarina, durante o período de Setembro/2019 à Abril/2020. Os dados obtidos apresentaram discordância quanto a meta proposta, apontando a necessidade de estudo direcionado às causas dessa variação.

**Palavras-chave:** Gestação, saúde bucal, consulta odontológica, pré-natal, Programa Previne Brasil.

### INTRODUÇÃO

Ao descobrir a gravidez, a gestante deve iniciar o acompanhamento pré-natal, que tem por objetivo avaliar o desenvolvimento do bebê, garantindo a saúde do binômio mãe-bebê e um parto seguro. A partir do momento que a gestante é acolhida na atenção básica, cabe a equipe de saúde da família a integralidade do cuidado dessa usuária. Posto isto, garantir uma saúde geral adequada significa incorporar a saúde bucal no cuidado à gestante, portanto é essencial o acompanhamento odontológico desse grupo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A gestação é um período de mudanças físicas extremas e alterações hormonais. Essa situação impõe aos profissionais de saúde a necessidade de uma abordagem diferenciada e integral. Portanto, é indispensável que os profissionais da saúde bucal trabalhem em sincronia com os demais profissionais da equipe de saúde, e estabeleçam como rotina a busca ativa das gestantes de sua área de abrangência (BRASIL, 2006).

As alterações bucais que ocorrem durante a gestação, são provenientes, principalmente, da elevação das taxas hormonais de estrogênio e progesterona que

(\*) Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

(\*\*) Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

promovem aumento da vascularização e da permeabilidade, tornando a gengiva inflamada e sensível. Dessa forma, a resposta inflamatória da gengiva amplia-se na presença de bactérias (LAMPERT e BAVARESCO, 2017).

De acordo com Machado (2003) a gengivite é um processo inflamatório causado pela placa bacteriana (biofilme), iniciando-se próximo à gengiva marginal e papilar, sendo a doença bucal mais comum em gestantes. Além da gengivite, no período gestacional, regularmente, encontram-se problemas como cárie dentária, a erosão no esmalte dentário, a mobilidade dentária e a periodontite.

A cárie é uma doença de natureza infectocontagiosa, que ocorre em virtude de interações entre um conjunto de fatores primários (dieta, microorganismos, hospedeiro, tempo); secundários (saliva, flúor, higiene bucal) e terciários (sexo, idade, raça e nível socioeconômico) (RODRIGUES, 2002). As mulheres grávidas possuem maior risco de apresentar essa patologia devido ao aumento da acidez bucal, a elevação da frequência da ingestão de alimentos e por causa da pouca atenção dada para essa esfera da saúde (HEY-HADAVI, 2002). Os bebês de mães com elevados níveis de cáries são mais propensos a manifestar esta doença (BERKOWITZ, 2003).

Durante a gravidez, a presença de uma infecção ou inflamação, decorrentes de doenças orais, aumenta, ainda, o risco de complicações obstétricas como o parto prematuro, neonato de baixo peso ao nascimento, pré-eclâmpsia e diabetes gestacional (ARMITAGE, 2013). Assim, uma visão centrada na prevenção em odontologia aumentaria a qualidade de vida das futuras mamães e de suas famílias, além de evitar possíveis complicações derivadas de uma má saúde bucal materna (CARVALHO et al., 2019).

Desde o início da gestação, a grávida deve procurar o dentista para orientação e prevenção (ROCHA et al, 2015). Segundo Sigle (1997), o período ideal e mais seguro para o tratamento odontológico é durante o segundo trimestre da gestação, ainda que casos que necessitem de tratamento de urgência devam ser solucionados independentemente do período gestacional. Assim, embora certos procedimentos não sejam indicados durante algumas fases da gestação, o acompanhamento deve ser frequente durante todos os trimestres gestacionais, estabelecendo a prevenção e promoção da saúde da grávida e do bebê.

A Rede Cegonha é uma rede de cuidados do Sistema Único de Saúde que garante a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. A recomendação do pré-natal odontológico, foi uma grande conquista para a saúde bucal das gestantes, sendo essa assistência integrada entre os diferentes níveis de cuidado, para assegurar a resolutividade e integralidade do cuidado à saúde da gestante (PEREIRA et al, 2018). Os atendimentos realizados durante o pré-natal devem ser registrados na Caderneta da Gestante, elaborada pelo Ministério da Saúde (2018) em conjunto com as Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, no espaço dedicado para o controle das consultas odontológicas.

De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (2004), uma consulta odontológica deve incluir, ao menos, orientação sobre possibilidade de atendimento durante o período gestacional, exame de tecidos moles e identificação de risco à saúde bucal, diagnóstico de lesões de cárie, gengivite ou doença periodontal crônica e necessidade de tratamento, orientações sobre hábitos alimentares (ingestão de açúcares) e higiene bucal, além de sempre respeitar a vontade da gestante. A execução dessas orientações garante o cuidado do binômio mãe-feto e diminui a probabilidade de ocorrência dos problemas causados pela falta de acompanhamento da saúde bucal materna.

Através dessa análise e da observação dos indicadores de pagamento por desempenho, propostos pelo Programa Previne Brasil (2019), torna-se evidente a necessidade de avaliação do cumprimento de metas referentes a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na Rede de Saúde Pública.

## OBJETIVOS

Analizar o número de gestantes cadastradas e comparar o número de atendimentos odontológicos realizados.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar a quantidade de gestantes usuárias da Unidade Básica de Saúde que fazem acompanhamento pré-natal;

Identificar a realização de pelo menos um atendimento odontológico por trimestre da gestação; e

Relacionar e comparar os dados obtidos às metas estabelecidas para 2020 pelo Ministério da Saúde através do Programa Previne Brasil.

## MATERIAL E MÉTODOS

Análise quantitativa de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de um município do meio oeste catarinense, coletados através do sistema informatizado do município o qual exporta essas informações mensalmente ao e-SUS, com gestantes cadastradas e acompanhadas em uma Unidade Básica de Saúde de um município do Estado de Santa Catarina, no período de Setembro/2019 à Abril/2020 em atendimento odontológico no mesmo período.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Previne Brasil foi oficializado pela Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que estabelece um novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). O financiamento federal passou por mudanças sendo, agora, constituído por: 1) captação ponderada; 2) pagamento por desempenho; e 3) incentivo para ações estratégicas. Dentre esses, o parâmetro de pagamento por desempenho contará com a utilização de indicadores, que serão coletados quadrimensalmente e terão seus resultados divulgados no endereço eletrônico do Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

O indicador Proporção de Gestantes com Atendimento Odontológico Realizado, avaliado pelo Programa Previne Brasil, mede a proporção de gestantes que realizaram atendimento odontológico no curso do pré-natal na Atenção Primária à Saúde (APS), através da utilização de dados cadastrados no Sistema de Informações em Saúde para a Atenção Básica - SISAB e no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC. O objetivo do indicador é avaliar o número de gestantes que realizam atendimento odontológico, em relação a quantidade estimada de gestantes que residem no município. Espera-se a ocorrência de, no mínimo, uma avaliação odontológica a cada trimestre gestacional, sendo admitidos parâmetro  $\geq 90\%$  e meta de 60% (BRASIL, 2019).

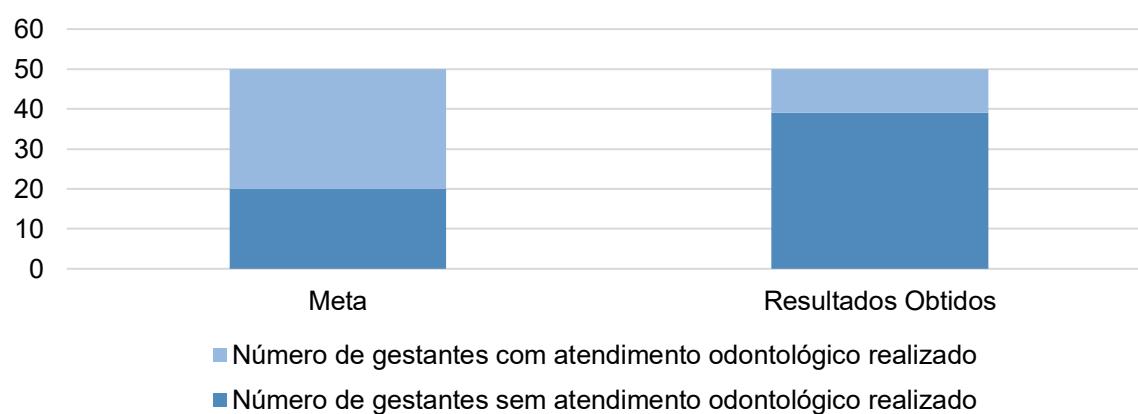
Levando em consideração a necessidade de avaliação desse indicador, foram coletados, através do programa e-SUS, dados referentes às consultas de pré-natal com enfermeira e consultas odontológicas realizadas entre as gestantes cadastradas na Unidade Básica de Saúde (UBS) estudada. Durante o período de setembro/2019 à abril/2020, 50 gestantes foram atendidas e cadastradas no sistema de pré-natal da Rede Cegonha na UBS em questão. Dentre essas gestantes, foram realizadas 205 consultas de pré-natal pela enfermeira responsável. Já, o número total de atendimentos odontológicos, 97, foi distribuído entre 11 gestantes, de faixas etárias apresentadas na Tabela 1. A proporção dessas gestantes com e sem atendimento odontológico pode ser observada no Gráfico 1.

**Tabela 1** – Relação da faixa etária das gestantes cadastradas com atendimento odontológico realizado

Idade	Número de Gestantes com Atendimento Odontológico Realizado
19 anos completos	1
24 a 26 anos completos	3
31 a 34 anos completos	5
36 anos completos	1
45 anos completos	1

**Fonte:** As autoras (2020)

**Gráfico 1** – Comparação entre a meta e os dados obtidos da proporção do número de gestantes com e sem atendimento odontológico realizado



**Fonte:** As autoras (2020)

## CONCLUSÃO

Mediante os dados expostos, nota-se uma discrepância entre os valores esperados pelo Programa Previne Brasil e os obtidos quanto a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado. Esse indicador, que possui parâmetro  $\geq 90\%$  e meta de 60%, não foi atingido na Unidade Básica de Saúde durante o quadrimestre estudado, sendo alcançada a razão de 20%. Posto isto, faz-se necessário um maior aprofundamento acerca dos possíveis motivos que levaram a baixa proporção de atendimentos odontológicos nas gestantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Edição 220, p.97, 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Edição 239, p.172, 11 dez. 2019.

CARVALHO, G. M. de et al. Saúde Bucal na gestação e suas implicações para a gestante e feto: perspectivas do enfermeiro durante o pré-natal. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 4345 – 4361, Setembro/Outubro 2019.

Disponível em:

<<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/3677/3484>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal.

**Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**, Brasília, Janeiro 2004. Disponível em:

<[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_brasil\\_soridente.htm](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_soridente.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. NOTA TÉCNICA Nº 5/2020-DESF/SAPS/MS: Indicadores de pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil (2020). Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. **Cadernos de Atenção Básica nº 32**, Editora do Ministério da Saúde, Brasília - DF, p. 143 – 146, 2013. Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2020.

NASCIMENTO, E. P. et al. Gestantes frente ao tratamento odontológico. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, Junho 2012. ISSN 1984-3747. Disponível em:<<http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rbo/v69n1/a28v69n1.pdf>>. Acesso em 31 mai. 2020.

PEREIRA, N. C. et al. Saúde Bucal na Rede Cegonha. In: FERNANDÓPOLIS, U. B. . C. (Ed.). **X Jornada Odontológica da Universidade Brasil**. Fernandópolis - SP, Agosto, 2018. v. 7. ISSN 2317-3009. Disponível em:  
<<http://www.archhealthinvestigation.com.br/ArchI/article/view/3780>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

ROCHA, J. S. et al. **Cartilha da gestante**: cuidados com a saúde bucal.

Universidade Estadual de Ponta Grossa–Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Ponta Grossa, 2015. Disponível em:

<<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhadaGestante.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM A 1ª CONSULTA DE PRÉ-NATAL ATÉ A 20ª SEMANA DE GESTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA.

Ana Luiza Backi, [analuiza.backi@hotmail.com](mailto:analuiza.backi@hotmail.com)

Kassandra Eggers, [kassandraeggers@icloud.com](mailto:kassandraeggers@icloud.com)

Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)

Solange De Bortoli Beal, [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)

Ana Paula Gonçalves Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)

### Resumo

A Atenção à Saúde da Mulher, principalmente no período gestacional, implica em uma assistência qualificada e humanizada. Com base nessa importância, o programa Previne Brasil descreve o indicador da proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação. O trabalho busca identificar o número de gestantes que realizaram a primeira consulta pré-natal até a vigésima semana de gestação, verificar a proporção de gestantes com início precoce e tardio do pré-natal e o número de consultas realizadas por todas as gestantes. Para isso, foi realizado um estudo descritivo quantitativo, através de uma avaliação no sistema informatizado do município quanto as consultas realizadas em uma Estratégia Saúde da Família do Meio Oeste Catarinense entre 01/09/2019 à 30/04/2020. Os resultados obtidos foram que 90% das gestantes realizaram o pré-natal antes das 20º semana de gestação e que apenas 7% das gestantes realizaram o pré-natal tardio. Os indicadores utilizados e desenvolvidos para a avaliação de processo identificaram que o serviço está dentro dos parâmetros, mas ainda apresenta obstáculos a ser melhorado para aprimorar e aperfeiçoar este indicador.

**Palavras-chaves:** Cuidado Pré-Natal, Gestantes, Período Pós-Parto, Indicadores Básicos de Saúde e Saúde da Mulher

### INTRODUÇÃO

A Atenção à Saúde da mulher, principalmente no período gestacional, implica em uma assistência qualificada e humanizada. Dessa forma, é necessário atender na sua integralidade, singularidade e multidimensionalidade, considerando, também, o ambiente em que ela se encontra e valorizando as suas peculiaridades. (ALMEIDA, 2019).

A atenção pré-natal e o início precoce do pré-natal permitem o acesso a métodos diagnósticos e terapêuticos para a prevenção das possíveis complicações gestacionais, além disso permite o monitoramento do crescimento e fundamenta a tomada de decisão clínica relacionada ao desenvolvimento e desfecho da gestação (ANDREUCCI; CECATI, 2011).

A recomendação do Ministério da Saúde é de no mínimo seis consultas de pré-natal, com a realização das vacinas, testes diagnósticos e exames laboratoriais de rotina, oferta de suplementos, tratamentos medicamentosos e assistência em

qualquer intercorrência. Todos os procedimentos devem ser registrados na Caderneta da Gestante, a qual é importante para a referência e a contrarreferência no momento do parto ao situar os profissionais de saúde no melhor acompanhamento da paciente (LEAL, 2020).

As consultas de pré-natal, segundo a 3º edição da Caderneta da gestante do Ministério da Saúde (2016), são realizadas tanto por médicos quanto por enfermeiros na atenção básica de saúde em gestação de baixo e médio risco. Já os grupos de educação em saúde para gestantes podem ser realizados por qualquer profissional de saúde. É importante que todos os profissionais façam parte do cuidado durante o pré-natal, como agente comunitário de saúde, técnico de enfermagem, dentista e, se necessário, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, entre outros. As consultas devem ser realizadas conforme este cronograma: até a 28ª semana-mensalmente; da 28ª até a 36ª semana- quinzenalmente; da 36ª até a 41ª semana – semanalmente.

O Caráter preventivo do pré-natal é fundamental para diminuir os índices de mortalidade materna e perinatal, pois um pré-natal bem feito previne malformações, patologias (como anemias e doenças hipertensivas gestacionais) e também favorece o preparo psicológico para o parto, além de garantir a perfeita estruturação do organismo fetal, prevenção do abortamento, o risco de parto prematuro e óbito perinatal, índices esses importantíssimos ao país, pois estão relacionados ao aumento do índice de desenvolvimento humano (RAMALHO, 2014).

Em conjunto a toda essa importância do pré-natal, o Ministério da Saúde divulgou o programa Previne Brasil, que contém novas medidas de financiamento para a atenção primária no SUS. O programa promove novas diretrizes para o funcionamento do SUS, reformulando estratégias de gestão. Parte da distribuição dos recursos se dará com base na métrica de desempenho (BRASIL, 2019). Neste trabalho retrataremos acerca de um desses indicadores que é a proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação. Um indicador de suma importância e que servira de parâmetro de gestão e de melhoria, de forma a cobrir as principais linhas de cuidado já em andamento: pré-natal, puericultura e saúde da mulher.

## OBJETIVOS

- Identificar o número de gestantes que realizaram a primeira consulta pré-natal até a vigésima semana de gestação.
- Verificar a proporção de gestantes com início precoce e tardio do pré-natal
- O número de consultas realizadas por todas as gestantes da unidade de saúde

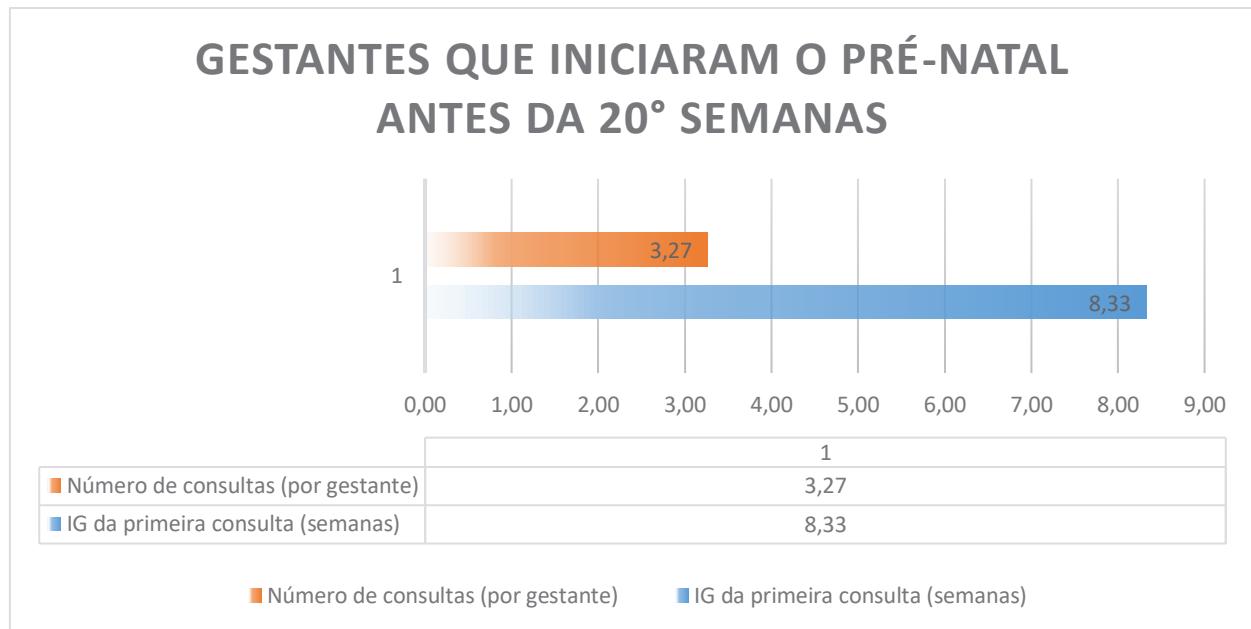
## METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo quantitativo, inicialmente resgatando elementos sobre a importância das consultas do pré-natal, realizada uma avaliação no sistema informatizado do município quanto as consultas realizadas em uma Estratégia Saúde da Família do Meio Oeste Catarinense. Para a avaliação dos dados quantitativos, verificou-se os relatórios das consultas no sistema informatizado do município, entre os dias 01/09/2019 até a data 30/04/2020, de uma Unidade Básica de Saúde a qual possui uma Estratégia da saúde da família. Nesta são realizadas consultas de pré-natais com a equipe de enfermagem e médica.

## CONCLUSÃO

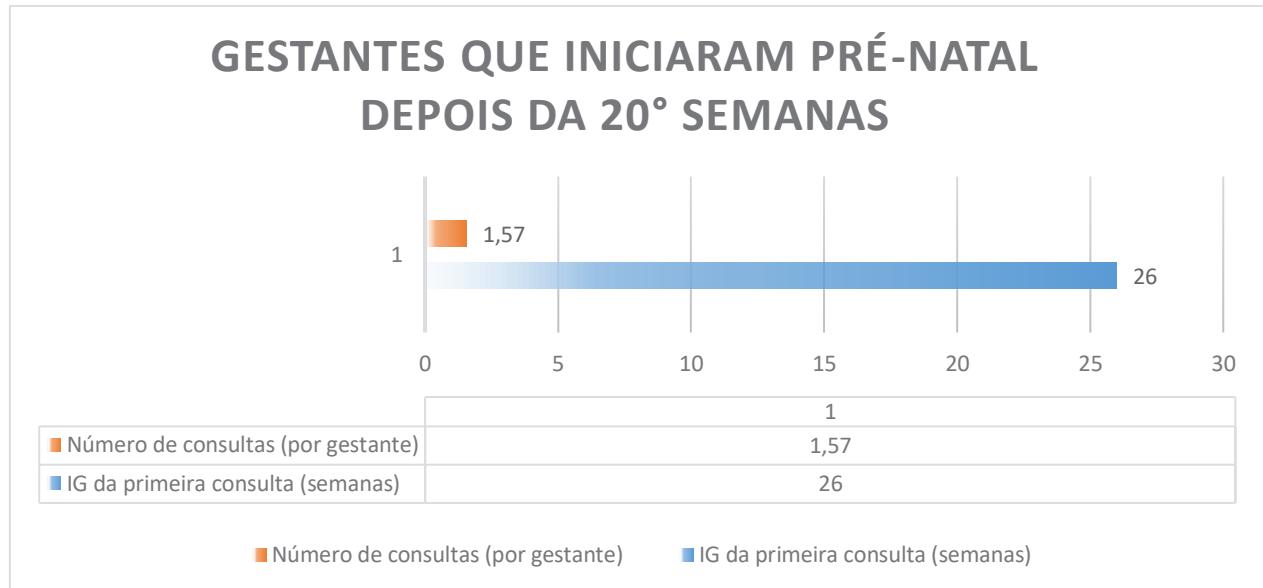
Os gráficos a seguir representam o número médio de consultas realizadas por gestantes e a idade gestacional média da primeira consulta realizada.

Gráfico: 1 - Gestantes que iniciaram o pré-natal antes das 20º semana



Fonte: As autoras (2020)

Gráfico: 2 - Gestantes que iniciaram o pré-natal depois das 20º semana



Fonte: As autoras (2020)

Para o resultado deste trabalho foi realizado um levantamento de dados no total de 100 gestantes abordadas no período de 01/09/2019 até a data 30/04/2020, sendo que destas, 90 (90%) gestantes realizaram a consulta de pré-natal antes da 20ª semana, contendo idade gestacional média da primeira consulta de 8,33 semanas e realizaram, em média, por gestante, o número de 3,27 consultas neste período. Desta

forma, a Estratégia de Saúde analisada superou os parâmetros e metas do indicador de desempenho pactuado para o ano de 2020 do Programa Previne Brasil do Ministério da Saúde. Ademais, esse indicador possui como meta 60% e como parâmetro maior ou igual a 80%, na qual, a partir dos resultados obtidos a ESF avaliada está adequada ao parâmetro do indicador.

Dos 10% restantes dos dados, 7 gestantes realizaram pré-natal tardio, ou seja, após a 20<sup>a</sup> semana, contendo idade gestacional média da primeira consulta de 26 semanas de gestação e com o número de 1,57 consultas por gestante em média. Por fim, 3 gestantes dos dados abordados não foram consideradas válidas para a nossa pesquisa pois não foi informado o número da idade gestacional da primeira consulta de pré-natal. Assim, esses 10% de gestantes não entram no indicador preconizado do Ministério da saúde.

Em comparação com o estudo realizado em um Hospital Universitário de Maringá – PR, na qual apresentou que 44,5% gestantes iniciaram tarde o pré-natal, mostrando que na ESF apresentada por esse trabalho possui uma maior eficácia nesse âmbito. Entretanto, o número médio de 9,8 consultas por gestante em Maringá foi superior a ESF pesquisada e até mesmo aos parâmetros nacionais recomendados (NAGAHAMA, 2006), mostrando a necessidade de melhoria nessa ESF no número de consultas realizadas durante a gestação, uma vez que o Ministério da saúde através da portaria N° 570, de 1º de junho de 2000 preconiza o mínimo de 6 consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre da gestação.

Houve dificuldades no desenvolvimento do trabalho devido à pandemia do COVID-19, dificultando o acesso a unidade básica de saúde e ao sistema que contém os dados referente as consultas de pré-natal.

Recomenda-se que seja elaborado ações e cartilhas informativas reforçando a importância da consulta de pré-natal e do cuidado durante a gestação para que cada vez mais as mulheres e as crianças tenham o melhor acompanhamento e manutenção da saúde.

## INSTITUIÇÃO FINANCIADORA E AGRADECIMENTOS

Agradecemos a oportunidade que a universidade Alto Vale do Rio do Peixe oferece através da matéria IESC-CAMPO, para o desenvolvimento do projeto. Agradecemos também as professoras orientadoras prof. Ana Paula Gonçalves Pinculini, prof. Dayane Carla Borille, prof. Solange De Bortoli Beal e prof. Talita Czekster pela disponibilidade e assistência na execução do presente trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosângela Nunes et al. Atenção integral à saúde da mulher no pré-natal: Interfaces com o direito à saúde. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 2, p. 41-47, 2019.

ANDREUCCI, C. B.; CECATI, J. G. Desempenho de indicadores de processo do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento no Brasil: uma revisão sistemática. **Cad Saude Publica[INTERNET]**, v.27, n.6, p. 1053-1064, 2011.

BRASIL, Cadernos de Atenção Básica: Atenção ao pré-natal de baixo risco. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Básica/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**, 2019.

LEAL, Maria do Carmo et al. Assistência pré-natal na rede pública do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 08, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta da Gestante**. BRASIL, Brasília, 2014.

NAGAHAMA, Elizabeth Eriko Ishida; SANTIAGO, Silvia Maria. O cuidado pré-natal em hospital universitário: uma avaliação de processo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 173-179, Jan. 2006.

RAMALHO, Thaís Silva. Intervenção do enfermeiro frente ao pré-natal tardio na Estratégia de Saúde da Família. **Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade federal de minas gerais**. Santo Antônio do Mucuri-Malacacheta/MG. 2014

## ORIENTAÇÕES SOBRE A INSULINOTERAPIA COM A UTILIZAÇÃO DE INFOGRÁFICOS PARA AS REDES SOCIAIS.

Kassandra Eggers – [kassandraeggers@icloud.com](mailto:kassandraeggers@icloud.com)  
 Juliângela Ribeiro dos Santos – [juliangela@uniarp.edu.br](mailto:juliangela@uniarp.edu.br)

### RESUMO

Diabetes *Mellitus* tipo 1 (DM1) é uma doença crônica caracterizada pela destruição parcial ou total das células beta das ilhotas de Langerhans do pâncreas. Nota-se uma enorme necessidade de informação quanto ao uso correto das técnicas insulínicas, para que estes problemas sejam atenuados, aumentando a eficácia do tratamento, aumentando a qualidade de vida dos pacientes e diminuindo os custos referentes a internações de pacientes diabéticos. O projeto pretende orientar a população através das redes sociais por meio de infográficos na utilização, armazenamento, homogeneização e prazo de validade das insulinas e para as possíveis flutuações de glicemia decorrentes de perda de efetividade da insulina após a abertura dos frascos.

**Palavras-chaves:** Diabetes Mellitus, Insulina, Glicemia, Automonitorização da Glicemia, Índice Glicêmico, Hiperglicemia e Hipoglicemia

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2014), o Diabetes *Mellitus* tipo 1 (DM1) é uma doença crônica caracterizada pela destruição parcial ou total das células beta das ilhotas de Langerhans do pâncreas, que resulta na incapacidade progressiva de produzir insulina, dessa forma o seu tratamento é necessariamente feito com insulina. A função principal da insulina é promover a entrada de glicose para as células do organismo de forma que ela possa ser aproveitada para as diversas atividades das células.

A falta da insulina ou um defeito na sua ação resulta, portanto, em acúmulo de glicose sanguíneo, o que denominamos de hiperglicemia. Como a insulina é destruída por via oral, então, é obrigatório fazer uso da via parentérica (SOUZA, 2000).

Desta forma foi realizada uma pesquisa sobre a estabilidade física e química de frascos de insulina pelo SUS do Município de Caçador, apresentaram descompensação, comparando os 15 primeiros dias para os 30 dias de uso do frasco de insulina, o que pode ser sugerido devido ao tempo de uso do medicamento ou ao seu mau uso (GOTTERT et al., 2012).

Nota-se uma enorme necessidade de informação quanto ao uso correto das técnicas insulínicas, para que estes problemas sejam atenuados, aumentando a eficácia do tratamento, aumentando a qualidade de vida dos pacientes e diminuindo os custos referentes a internações de pacientes diabéticos (SIQUEIRA, 2018).

### 2 OBJETIVOS

O projeto pretende orientar a população através das redes sociais por meio de infográficos na utilização, armazenamento, homogeneização e prazo de validade das insulinas e para as possíveis flutuações de glicemia decorrentes de perda de efetividade da insulina após a abertura dos frascos.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

Didaticamente, a patogenia da diabetes é subdividida em estágios desde a suscetibilidade genética, ativação do sistema imunológico desencadeada por fatores precipitantes ambientais até a falência total ou quase total das células-β. É classificado pela *American Diabetes Association Expert Committee* em tipo 1A como auto-imune ou imunemediado e o tipo 1B não autoimune ou idiopático (GROSS, 2002).

O tratamento intensivo clássico para DM1 é a que utiliza duas doses de *neutral protamine Hagedorn* (NPH) (antes do café da manhã e antes de dormir), com três doses de insulina regular (antes do café da manhã, do almoço e do jantar). Porém, com o surgimento das insulinas ultrarrápidas (lispro e asparte) vê-se, com vantagens, substituir a insulina regular por esses análogos (HANAS et al., 2007; DCCT, 1995; DCT/EDIC, 2005).

O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM 2) se caracteriza por dois defeitos fisiopatológicos principais: a resistência à insulina, que resulta em um aumento da produção hepática de glicose e redução da sua utilização periférica; e o comprometimento da função secretora da célula beta pancreáticas. Isto está relacionado com diversos fatores, tanto com o estilo de vida quanto com o tipo de medicação prescrita (GUELHO et al., 2013).

Existem três tipos principais de insulina disponíveis no mercado, que são caracterizadas quanto ao seu tempo de ação, início, pico e duração em horas (animal, humana e análogos de insulina) (BOAS et al., 2014). A insulina humana tende a ser de absorção rápida e de período de ação curto, mas com picos de ações imprevisíveis. É importante analisar que na prática, estas diferenças não são tão significantes quando a insulina humana é usada com estratégias terapêuticas corretas (PIRES; CHACRA, 2008).

Um aspecto a ser levado em consideração é que quando se faz uso de insulina regular é que ela demora em torno de 30 minutos para começar a agir no organismo, mas os pacientes tendem a aplicá-la no momento da refeição. Isso contribui para hiperglicemias pós-prandiais e hipoglicemias no período entre as refeições, uma vez que a regular atingirá seu pico no horário em que a alimentação já foi metabolizada. É importante ressaltar que, segundo a American Diabetes Association (1998), o início, pico e duração da atividade da insulina variam de acordo com o seu tipo e espécie, a técnica de injeção, presença de anticorpos de insulina, local da injeção e a resposta individual do paciente (SIQUEIRA, 2018).

O termo estabilidade é definido como a capacidade da insulina não sofrer transformação em produtos secundários, nomeadamente agregados covalentes (Rêgo (2013). Por isso, é imprescindível a utilização e armazenamento correto da insulina para sua devida eficiência.

### 4 METODOLOGIA

A elaboração dos infográficos foi realizada com base na problemática apresentada, buscando orientar corretamente sobre as técnicas corretas do uso da insulina. Para isso foi necessária uma revisão da literatura acerca das técnicas da insulinoterapia. A busca dos artigos foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que hospeda bases de dados reconhecidas, dentre elas a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Para a busca dos artigos, foram utilizados descritores como indexadores da busca, em português, selecionados mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Diabetes Mellitus, Insulina, Glicemia,

Automonitorização da Glicemia, Índice Glicêmico, Hiperglicemia e Hipoglicemia. Esses descritores foram submetidos a cruzamentos entre si na tentativa de encontrar a produção científica correspondente. A coleta dos dados ocorreu no período de março a maio de 2020.

## 5 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A elaboração dos infográficos foi pautada na revisão da literatura acerca do tema: cuidados na utilização da insulina. O infográfico foi produzido no domínio online: [www.canva.com](http://www.canva.com) com intuito de ter um texto de fácil entendimento a qualquer público, objetivo e visual para que chamasse a atenção e prendesse a atenção do leitor.



Figura 1 - infográfico - cuidados na utilização da insulina

Fonte: Autor (2020)

## 6 LIMITAÇÕES

Devido à pandemia do COVID-19 as ações propostas foram limitadas e prosseguidas de forma online para evitar o contato físico.

## 7 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

A partir dos estudos analisados e com base na realidade da existência de muitos pacientes diabéticos descompensados, fazem-se necessárias ainda mais pesquisas que possam corroborar com o conhecimento referente à correta técnica da insulinoterapia e suas possíveis variações.

## 8 INSTITUIÇÃO FINANCIADORA E AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade que a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe oferece através do Programa de Apoio à Extensão e Cultura – PAEC, para o desenvolvimento do projeto. Agradecimento também à professora orientadora prof. Juliângela Mariane S.R. dos Santos pela disponibilidade e assistência na execução do presente projeto.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAS, Lilian Cristiane Gomes-Villas; FOSS-FREITAS, Maria Cristina; PACE, Ana Emilia. Adesão de pessoas com diabetes mellitus tipo 2 ao tratamento medicamentoso. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 67, n. 2, p. 268-273, Apr. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672014000200268&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672014000200268&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 July 2020. <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140036>.

DCCT Research Group. The relationship of glycemic exposure (HbA1c) to the risk of development and progression of retinopathy in the diabetes control and complications trial. **Diabetes**, 1995.

GOTTERT, A. C. et al. Variabilidade do controle glicêmico em pacientes com *diabetes mellitus* tipo 2 e relação com o tempo de uso do frasco de insulina NPH. **Revista de Diabetes Clinica, Revista Multidisciplinar do Diabetes, Obesidade e das Patologias Associadas**. v. 3 mai/jun 2012.

GROSS, Jorge L. et al . Diabetes Melito: Diagnóstico, Classificação e Avaliação do Controle Glicêmico. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo , v. 46, n. 1, p. 16-26, Feb. 2002 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-27302002000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302002000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S0004-27302002000100004>.

GUELHO, D.; PAIVA, I.; CARVALHEIRO, M. Diabetes mellitus—um «continuum» fisiopatológico. **Revista Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes E Metabolismo**, v. 8, n. 1, p. 44-49, 2013.

HANAS R, et al. ISPAD Clinical Practice Consensus Guidelines 2006-2007. **Insulin treatment. Pediatric Diabetes**. 2007.

PIRES, C.A; CHACRA, R. A. A evolução da insulinoterapia no diabetes melito tipo 1. **Arq Bras Endocrinol Metab**, 2008.

RÊGO, A. M. D. **Estabilidade e estrutura das cadeias A e B da molécula de insulina**. 2013. Tese de Doutorado.

SBD. Posicionamentos Oficiais da Sociedade Brasileira de Diabetes (Indicações de análogos de insulina de ação rápida e prolongada e de insulina inalável no tratamento do diabetes tipo 1 e tipo 2). **Revista Brasileira de Medicina** - Suplemento Especial número 2, 2014.

SIQUEIRA, E. et al. INSULINA: FORMAS ALTERNATIVAS DE ADMINISTRAÇÃO. **Revista UNIANDRADE**, v. 19, n. 1, p. 1-12, 2018

SOUZA, C. R.; ZANETTI, M. L. Administração de insulina: uma abordagem fundamental na educação em diabetes. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 34, n. 3, p. 264-270, Sept. 2000. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/228603150\\_Administracao\\_de\\_insulina\\_um\\_a\\_abordagem\\_fundamental\\_na\\_educacao\\_em\\_diabetes](https://www.researchgate.net/publication/228603150_Administracao_de_insulina_um_a_abordagem_fundamental_na_educacao_em_diabetes)>

The Diabetes Control and Complications Trial/Epidemiology of Diabetes Interventions and Complication (DCT/EDIC) Study Group. Intensive diabetes treatment and cardiovascular disease in patients with type 1 diabetes. **N Engl J Med**, 2005.

Diabetes Care. **American Diabetes Association**, v. 21, n. Supplement 1, p. S1 LP-S1, 1998. Disponível em:  
<[http://care.diabetesjournals.org/content/21/Supplement\\_1/S1.abstract](http://care.diabetesjournals.org/content/21/Supplement_1/S1.abstract)>.

## A IMPORTÂNCIA DA UBS NO CUIDADO A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Lucas Emanuel Santos Da Silveira, [lucasessilveira@gmail.com](mailto:lucasessilveira@gmail.com)<sup>1</sup>

Henrique Garcia Brod Lino, [henriqueelino03@gmail.com](mailto:henriqueelino03@gmail.com)<sup>1</sup>

Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster, [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP

<sup>2</sup>Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP

<sup>3</sup>Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP

### RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica atinge grande parte da população brasileira, então por meio deste trabalho exemplificamos os riscos de quando esta não é tratada com a devida seriedade, acentuando os pontos importantes para que haja um melhor aproveitamento da consulta, visando a importância da estratégia de saúde da família (ESF) na vida desses pacientes. Tendo em vista essa preocupação o principal objetivo é verificar o número de hipertensos em uma ESF em determinado município de Santa Catarina. Trata-se de um estudo quantitativo realizado com hipertensos cadastrados em uma UBS no meio oeste catarinense, e para a coleta de dados foi utilizado o sistema de informação de dados do município. Em análise dos dados podemos observar quantitativamente que a idade do foco hipertensivo é entre 50 a 80 anos incompletos, totalizando 414 pessoas do total de 570 pessoas hipertensas cadastradas na UBS. A natureza da realização dos atendimentos é predominantemente na UBS quando comparamos com os atendimentos domiciliares. Entre os 570 pacientes hipertensos foram realizadas 379 consultas por profissionais de saúde. Por fim podemos reconhecer os pontos assertivos e as dificuldades apresentadas no atendimento a essa clientela da ESF no período de 8 meses.

**Palavras-chaves:** hipertensão arterial sistêmica; pressão arterial; saúde; atenção básica de saúde; assistência.

### INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição multifatorial, caracterizada por níveis elevados de pressão arterial (PA), maior ou igual a 140x90 mmHg, associa-se às alterações fisiológicas e anatômicas dos órgãos, sendo eles coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos. Os fatores de risco para desenvolvimento da HAS são idade, sexo e etnia, excesso de peso e obesidade, ingestão de sal, ingestão de álcool, sedentarismo, fatores socioeconômicos e genéticos. A associação da HAS a outros fatores de risco como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes mellitus, podem agravar a condição crônica da doença, aumentando o risco de eventos cardiovasculares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Ao se atender um paciente hipertenso, deve-se fazer uma avaliação inicial, confirmado o diagnóstico e investigado as possíveis causas secundárias da doença, e avaliação do risco dos órgãos-alvo e possível associação com outras patologias. Durante o exame físico é de suma importância realizar a palpação das artérias braquial e femoral e aferir a pressão de ambos os membros superiores, para avaliar o estado do paciente e também a simetria da PA, comparando os dados obtidos com os dados das consultas previamente realizadas, tendo assim um meio para avaliar a eficácia do tratamento realizado. A ausculta possibilita a avaliação sonora das bulhas cardíacas, identificação do ritmo e frequência cardíaca, possíveis sopros, ruídos (atraito pericárdico, pericardite e murmúrios venosos), cliques e estalidos, avaliando assim as condições patológicas e fisiológicas do coração e grandes vasos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016).

Outras características importantes a serem avaliadas nesses pacientes são: peso, altura, índice de massa corporal (IMC), presença de algum déficit neurológico (motores ou sensoriais), fundoscopia para avaliação da retina (extremamente importante em pacientes diabéticos devido a retinopatia diabética), palpação abdominal e palpação renal, o exame deve ser o mais completo possível dependendo da disponibilidade dos equipamentos. A avaliação em sua integralidade evita condições piores como morte súbita, acidente vascular encefálico (AVE), infarto agudo do miocárdio (IAM), insuficiência cardíaca (IC), doença arterial periférica (DAP) e doença renal crônica (DRC) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016).

A HAS é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Tendo isso em vista o Ministério da Saúde embasado nos princípios da lei nº 8080 lançou a Portaria/GM nº 16, de 03/01/2002 propondo o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, onde consta uma melhor organização da assistência, prevenção e promoção, vinculação a rede e educação permanente em hipertensão arterial e diabetes mellitus. Essa estratégia propôs o Hiperdia, um dia destinado a receber pacientes portadores dessas condições na unidade básica de saúde (UBS) que abrange a região de suas moradias (BRASIL, 2002).

A participação no Hiperdia demonstra a vinculação do paciente a UBS, onde é proporcionado uma educação contínua sobre a situação desses pacientes; por meio de palestras e reuniões que exemplificarão a patologia, será aferida a PA, aferição da glicemia e por fim passarão pela consulta médica onde poderão renovar as receitas ou adequar o tratamento. Esse modelo de participação, promove a interação social de um grupo, otimizando também a assistência dos profissionais da saúde (BRASIL, 2002).

Desse modo, observa-se que a UBS fornece o cuidado integral para pacientes portadores de HAS, envolvendo uma equipe multiprofissional no tratamento, retirando assim o foco no tratamento apenas medicamentoso. A avaliação integral da condição do paciente, sendo ele idoso, obeso, criança ou gestante, prevê a consulta com uma nutricionista para averiguar seus hábitos alimentares, programas de saúde física com um educador físico proporcionando exercícios corporais na medida das limitações e consulta geral com profissional odontológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O controle da PA é serviço essencial ofertado gratuitamente pela Atenção Básica de Saúde. Por fim, nota-se a extrema importância no controle e cuidado com a PA, para a saúde das pessoas acometidas por este agravio. Os usuários devem

aproveitar esse atendimento, tanto no segmento de tratamento como de prevenção, visto que é gratuito e rápido, podendo fazer toda a diferença no cuidado com a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Reconhecendo a gravidade da doença supracitada, pode-se perceber durante as aulas práticas do IESC nas UBS do município, que nem todos os doentes têm feito o acompanhamento correto do seu quadro, alguns por falta de informação sobre a doença ou por indisponibilidade de acompanhá-la corretamente o que pode levar à hospitalização e às consequências mais graves na saúde.

Em 2019 o Ministério da Saúde lançou o Programa Previne Brasil, que se baseia na avaliação de indicadores de pagamento por desempenho. Estes indicadores, traçados para o ano de 2020, contemplam o percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre.

Assim esta pesquisa tem o objetivo de verificar o número de hipertensos em uma estratégia de saúde da família em um município de Santa Catarina. Sendo a meta traçada pelo Ministério da Saúde o cadastro de 90 % de pessoas hipertensas e acompanhamento quadrimestral de pelo menos 50% destes. Desta maneira para melhor desenvolvimento da pesquisa os objetivos específicos propostos foram: Observar o quantitativo de hipertensos que realizaram aferição de pressão na unidade; Comparar o quantitativo de hipertensos atendidos no período de análise com o numero de hipertensos total; Verificar quantos pacientes usufruíram de atendimento em domicílio; Verificar o retorno desses pacientes no período analisado.

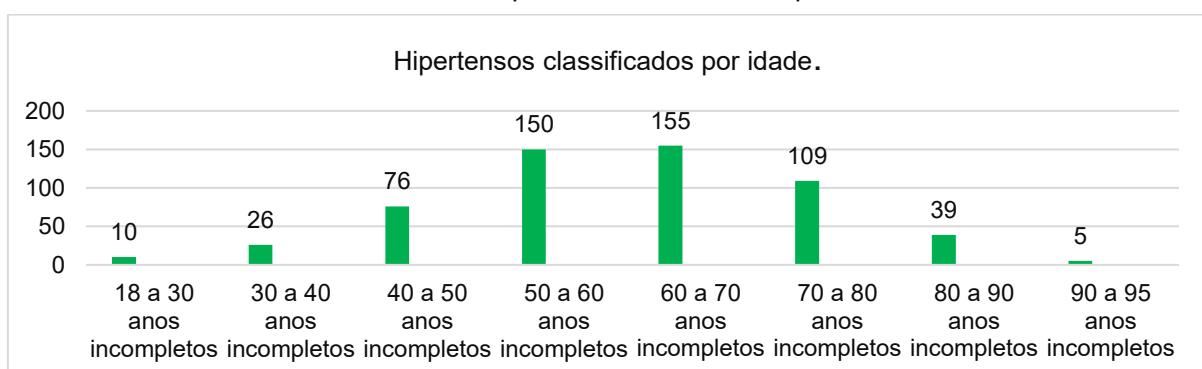
## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo realizado com hipertensos cadastrados em uma Estratégia da Saúde da Família da área de abrangência de uma unidade básica de saúde (UBS), em uma cidade do meio oeste catarinense, no período de setembro de 2019 a abril de 2020. Para a coleta de dados, foi utilizado o sistema de informação de dados do município, que produz relatórios de produção da UBS, exportados ao e-sus mensalmente. Os dados serão analisados mediante estatística simples.

## DISCUSSÃO

Primeiramente numa análise das informações, podemos perceber que o número de hipertensos total é 570, desta maneira organizaremos os pacientes hipertensos por faixa etária, dispondo então das seguintes informações:

Gráfico 1: Demonstra o número total de hipertensos classificados por idade.



Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

Conforme o gráfico 1 podemos observar, que a idade mais acometida pela HAS está concentrada entre 50 a 80 anos incompletos, com 409 pacientes. Esses dados demonstram epidemiologicamente que o foco hipertensivo se manifesta principalmente em idosos, mas também atinge adultos dando enfoque aos adultos no período de transição, entre 50 a 60 anos incompletos.

Podemos realizar uma classificação em relação a natureza dos atendimentos, os quais se apresentam da seguinte maneira: o atendimento na UBS; e em casos específicos, quando o paciente não consegue se locomover até lá e se enquadra nas características necessárias ele então recebe o atendimento domiciliar.

GRÁFICO 2: Classificação dos atendimentos na UBS, conforme natureza, sendo 1769 os na UBS e 623 os domiciliares, totalizando 2392 atendimentos.

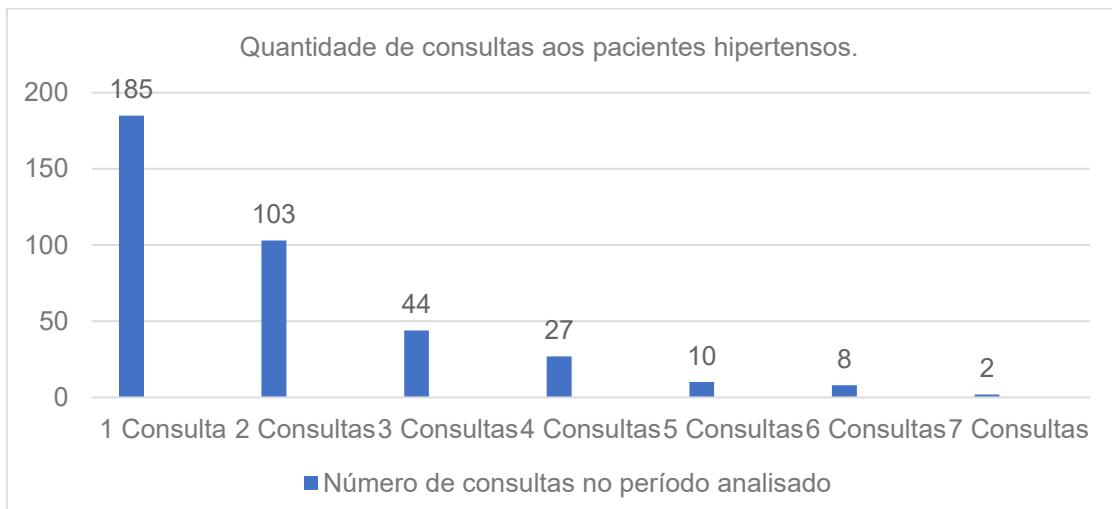


Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

A análise do gráfico 2 permite uma avaliação no que diz respeito ao alto número de atendimentos domiciliares em proporção aos atendimentos realizados na UBS, elencando assim a grande competência dos profissionais de saúde em tratar e avaliar seus pacientes, independente de onde o atendimento será realizado.

Outra análise cabível é a frequência com que os pacientes procuram o atendimento na UBS, tendo em vista que o padrão estabelecido pelo "Caderno de Atenção Básica 37- Hipertensão Arterial Sistêmica", o qual exclama que o paciente hipertenso sem qualquer agravo a sua condição, deve comparecer no mínimo em uma consulta médica a cada seis meses.

Grafico 3: Demonstra a quantidade de consultas aos pacientes portadores de HAS, no período analisado.



Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

Conforme a análise do gráfico 3, percebe-se que do total de 570 pacientes a UBS realizou o atendimento com consulta profissional de 379 portadores de HAS. Evidencia-se que no período do levantamento de dados, temos 194 retornos de pacientes previamente atendidos. Podemos concluir então que 191 pacientes não procuraram atendimento, ou não foram atendidos no período de análise. O que denota não atendimento de 33,5% dos hipertensos.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o número total de hipertensos (570) temos registrados 379 atendimentos em consultas, o que em análise estatística é equivalente a 66,5%, para 8 meses de análise. Sendo que o Programa Previne Brasil preconiza o cadastro de 90 % de pessoas hipertensas e acompanhamento quadrimestral de pelo menos 50% destes.

Podemos concluir então que a UBS analisada está acima da porcentagem indicada, o que resulta de um bom esforço dos profissionais, e a eficiência dos programas propostos, o que fica comprovado pela porcentagem de atendimentos em domicílio.

Percebemos também a falta de retorno ao acompanhamento médico de alguns usuários, esse fator, que sofre interferência de muitas variantes como, não adesão ao tratamento e agenda médica lotada.

Juntamente a isso temos 33,5% dos pacientes que não foram atendidos no período de análise, demonstrando a necessidade de um cuidado maior. Por fim, nota-se que os dois últimos pontos supracitados precisam ser trabalhados e melhorados.

## REFERÊNCIAS

CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA 37, Hipertensão Arterial Sistêmica, Brasília: **Ministério da saúde**, 2013. Disponível em:  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_37.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf) acessado em 03 jun. 2020.

7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, Rio de Janeiro, **Sociedade Brasileira de Cardiologia**, 2016. Disponível em:  
[http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf) acessado em 03 jun. 2020.

PORTRARIA Nº 371, DE 04 DE MARÇO DE 2002, Brasília: **Ministério da saúde**, 2002. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0371\\_04\\_03\\_2002\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0371_04_03_2002_rep.html) acessado em 03 jun. 2020.

## Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado em um município de Santa Catarina

Breno dos Reis Fernandes, [brenofernandesctbmf@hotmail.com](mailto:brenofernandesctbmf@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Darah Ligia Marchiori, [darahligiamarchiori@gmail.com](mailto:darahligiamarchiori@gmail.com)<sup>1</sup>  
Solange de Bortoli Beal, [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>  
Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Talita Czekster, [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>  
Dayane C. Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Alunos do curso de medicina da Universidade do Vale do Peixe – UNIARP

<sup>2</sup> Professores do curso de medicina da Universidade do Vale do Peixe - UNIARP

### RESUMO

A manutenção da saúde bucal durante a gestação é parte indissociável da saúde feminina. Estudos científicos apontam que a atenção odontológica durante a gestação é indicada, pois, muitas mulheres apresentam perturbações orais decorrentes das alterações hormonais. O presente estudo teve como objetivo avaliar os atendimentos odontológicos prestados as gestantes de um município de Santa Catarina, durante setembro de 2019 à abril de 2020. Trata-se de um estudo descritivo com avaliação de dados secundários, analisados quantitativamente e apresentados em frequência relativa absoluta. Os indicadores em saúde bucal foram obtidos apartir de sistema informatizado do município referentes à setembro de 2019 à abril de 2020 em relação ao: número de gestantes no bairro e número de gestantes que realizaram atendimento odontológicos. O número total de gestantes de setembro de 2019 à abril de 2020 que realizaram consultas de pré natal foram de 169, sendo que o número de atendimentos odontológicos a gestantes foi de apenas 17, totalizando 10,05 %. A meta sugerida pelo Programa Previne Brasil é de 60%. Na análise dos dados percebeu-se uma baixa adesão das gestantes em relação à consultas odontológicas. É necessário novos estudos para melhor análise e estimular projetos de intervenção e orientações a esse grupo.

**Palavras-chave:** Saúde bucal. Cuidados no pré-natal. Gravidez. Gestantes. Atenção odontológica no pré-natal.

### INTRODUÇÃO

O atendimento odontológico as gestantes é de extrema importância para que se possa assegurar boas condições de saúde para mães e bebês, possibilitando o desenvolvimento adequado da gestação sem as intercorrências que podem advir da falta de cuidados bucais. Portanto, monitorar a procura pelos atendimentos disponibilizados a fim de evitar que a falta deste atendimento leve a complicações de saúde é imperioso (MAEDA et al. 2001)

Apesar disso, sabe-se que muitas mulheres em período gestacional evitam os atendimentos odontológicos devido a medos, traumas e desconhecimento da necessidade de acompanhamento, portanto espera-se que o número de gestantes que buscam os serviços de saúde a procura de atendimento odontológico durante este período seja menor do que o número de mulheres em acompanhamento pré-natal (MAMELUQUE et al. 2005). Assim sendo, muitas mulheres desconhecem a possibilidade de cuidados especiais neste período tão importante de suas vidas, que deveriam ser ofertados de forma prioritária (MEDEIROS et al. 2000).

O período gestacional é um estado único e valioso no ciclo de vida da mulher. Ele é bastante favorável para o desenvolvimento de ações visando à promoção de saúde bucal. Isto ocorre pela oportunidade de um acompanhamento em conjunto com o pré-natal ou até mesmo porque é um momento que faz aflorar uma série de dúvidas, que podem funcionar como estímulo para que a gestante busque informações e adquira melhores práticas de saúde (MAEDA et al. 2001).

O atendimento odontológico durante a gestação pode e deve ser realizado. Contudo, para que se possa prestar uma atenção em saúde bucal à gestante de maneira bem sucedida, é indispensável que existam conhecimento e responsabilidade profissional da equipe de saúde (RITZEL et al. 2002).

Este artigo tem por objetivo analisar os dados de gestantes que realizaram consultas odontológicas em uma UBS em um município de Santa Catarina e realizar uma comparação com parâmetro mínimo aconselhado pelo programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de um estudo quantitativo descritivo em que dados foram analisados e apresentados em frequência relativa absoluta.

Os dados do número de gestantes de uma Estratégia de Saúde da Família de um município do estado de Santa Catarina, foram obtidos a partir de sistema informatizado do município, que são exportados mensalmente ao e-sus. Foram obtidos os números de gestantes em atendimentos odontológicos e número total de gestantes que realizaram consultas pré natal na UBS do bairro referentes à setembro de 2019 à abril de 2020 foram obtidos

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número total de gestantes que realizaram consultas pré natal em uma UBS de um município de Santa Catarina, referentes à setembro de 2019 à abril de 2020 foi no total de 169, sendo que apenas 17 gestantes, equivalente a 10,05%, realizaram consultas odontológicas, tendo em vista que o parâmetro mínimo aconselhado pelo programa Previne Brasil sugere que 60 % das gestantes realizem consultas odontológicas.

Nesse nosso estudo foram identificadas gestantes de faixas etárias variáveis de 18 a 43 anos. Entre essa faixa etária, aque mais realizou consultas odontológicas foi de 24 anos (totalizando 14 consultas) e a faixa etária que menos realizou consultas odontológicas foi de 18 anos 20 anos e 34 anos (totalizando 2 consultas para cada).

O medo do tratamento odontológico, se já existe, só se agrava com a preocupação da gestante em relação ao seu filho, o que muitas vezes dificulta esta terapêutica. A maioria dos medos, embora sem suporte científico, contribuem para o afastamento da gestante da atenção odontológica. O medo pode ser fruto de alguma experiência desagradável anterior ou comentários negativos de familiares e também pode estar associado à antipatia com o profissional (ALBUQUERQUE et al. 2004).

Altos níveis de ansiedade associados com a gravidez podem intensificar o estresse com a consulta odontológica, consultas curtas, evitando prolongadas posições supinas, instrução de higiene oral e dieta, e uso judicioso de radiografias podem ser suficientes para facilitar o atendimento. A cronometragem do tratamento dentário e modificações no tratamento durante a gravidez são importantes agentes farmacológicos, radiológicos e influências ambientais, todas precisam ser avaliadas e consideradas durante a gravidez (SILVA et al. 2006). Na gestação o organismo da mulher sofre uma série de alterações, que têm como objetivo desenvolver o feto e preparar o corpo da gestante para o parto e amamentação. As mudanças fisiológicas que ocorrem durante a gravidez incluem transformações e vão atuar sobre todo o organismo, inclusive sobre a cavidade bucal e na fisiologia oral ocorrem aumento da salivação, náuseas e enjôos, alterações sobre o periodonto, ganho de peso exagerado, hipotensão postural, aumento da urina, restrição da função respiratória, potencial de hipoglicemias, diminuição ou aumento dos batimentos cardíacos e síncope. Tais alterações demonstram um desequilíbrio na atividade metabólica decorrentes das taxas hormonais, muitas vezes desconhecidos pela Equipe de Saúde

## CONCLUSÃO

O atendimento odontológico de gestantes é um assunto bastante controverso, sobretudo em função dos mitos que existem acerca do tratamento, tanto por parte das gestantes como por parte dos odontólogos que não se sentem seguros em atendê-las, por isso é sempre um desafio este atendimento. Com o resultado do estudo podemos concluir que a unidade básica estudada houve pouca adesão das gestantes em relação ao tratamento e consultas odontológicas, necessitando de programas que possam estimular esse grupo a realizar consultas odontológicas. O estudo houve algumas limitações como a dificuldade para recolhimento dos dados de fontes secundárias, sendo necessários novos estudos para realização de novos projetos de intervenção e orientações a esse grupo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, O. R.; ABEGG, C.; RODRIGUES, C. S. **Percepção de gestantes do Programa Saúde da Família em relação a barreiras no atendimento odontológico em Pernambuco, Brasil.** Cad. Saúde Pública, v. 20, n. 3, jun., 2004.

MAEDA, F. H. I.; TOLEDO, L. P.; PANDOL FI, M. **A visão das gestantes quanto às condusutas odontológicas na cidade de Franca (SP).** Res. Odontol. Vitória, v. 3, n. 2, p. 8-14, jul./dez. 2001.

MAMELUQUE, S.; SOUZA JÚNIOR, E. B.; REZENDE, J. C.; COSTA, C. C. G.; VANHAM, I. M.; JOSIANE M. OLIVEIRA, J. M.; ROCHA; M. V.; TAILLY, D. A. S. AMARAL, T. S.; CARVALHO, W. A. L. Dossiê a integralidade na formação e atenção em saúde – **Abordagem integral no atendimento odontológico à gestante.** Revista Unimontes Científica, v.7, n.1, jan./jun. 2005.

MEDEIROS U. V, ZEVALLOS E. F. P, ROSIANGELA K. **Promoção da saúde bucal da gestante: garantia de sucesso no futuro.** Rev. Cient. do CRO-RJ, v. 2, p.47-57, 2000.

RITZEL, I. F.; GUARENTI, D. GUIMA RÃES, A. SARTORI, C. et al. **Primeiro atendimento odontológico na gestação. Conversas Interdisciplinares-** Revista de divulgação Científica da ULBRA. Torres. RS, 2002.

SILVA, F. W. G. P.; STUANI, A.S.; QUEIROZ, A.M. **Atendimento odontológico à gestante. Parte 2: Cuidados durante a consulta.** R. Fac. Odontol. P. Alegre, v.47, n.3, p.5-9, 2006b.

## AVALIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE SÍFILIS E HIV EM GESTANTES DE UMA ESF DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO SETEMBRO\2019 A ABRIL\2020

Jennifer Maria Moschen, [jennifermoschem@hotmail.com](mailto:jennifermoschem@hotmail.com)

Maria Carolina Vieceli Guzzi, [carollinnav@gmail.com](mailto:carollinnav@gmail.com)

Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)

Dayane C. Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)

Solange De Bortoli Beal, [Solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:Solange.bortoli@uniarp.edu.br)

Talita Czekster, [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)

### RESUMO

O presente estudo trata da avaliação da realização de exames de sífilis e HIV em gestantes entre setembro/2019 a abril/2020 com o objetivo de discutir a quantidade de exames realizados em relação ao número de pré-natais em andamento durante este período. Este artigo apresenta uma discussão teórica baseada em 1 dos 7 indicadores que fazem parte do pacto de desempenho Previne Brasil, no caso o indicador 2( dois), Proporção de Gestantes com Realização de Exames de Sífilis e HIV, tendo como base os dados terapêuticos de uma estratégia de saúde da família (ESF) de um município do meio oeste catarinense em um período de setembro de 2019 a abril de 2020. O trabalho possibilita identificar a realização dos exames durante a gestação e correlacionar com o andamento do pré-natal. Obteve-se como resultado que apenas 41,75% das gestantes realizaram os testes, caracterizando um dado preocupante já que há baixa abrangência dos exames em relação à população referente.

**Palavras-chave:** Sífilis, HIV, gestantes, avaliação.

### INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde (2015), todas as gestantes devem realizar o teste rápido diagnóstico anti-HIV e/ou a sorologia anti-HIV na primeira consulta do pré-natal, e repeti-los no terceiro trimestre gestacional. Nos casos de positividade ocorre o aconselhamento pós-teste e a gestante é encaminhada para seguir o pré-natal no serviço de atenção especializada em DST/aids de referência.

Já em relação à sífilis, segundo o MS, o teste rápido para a triagem da sífilis (Veneral Disease Research Laboratory – VDRL) também é realizado durante a primeira consulta pré-natal (ou no primeiro trimestre), no terceiro trimestre e no parto. Em caso de positividade há o tratamento da gestante e do parceiro com penicilina benzatina e a realização de exame mensal para controle de cura (ARAÚJO, MONTE & HABER, 2018).

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), agente etiológico da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), pode realizar a transmissão vertical durante os três períodos da gestação: intrauterino, no nascimento (intraparto) ou pós-parto (FRIEDRICH, et al. 2016).

Durante o período intrauterino é transmitido pelo transporte celular transplacentário, através de infecção progressiva dos trofoblastos da placenta até que atingir a circulação fetal ou devido a rupturas na barreira placentária, sendo que essa

transmissão mais comum durante o 3º trimestre devido a integridade vascular da placenta consideravelmente reduzida, especialmente nas semanas que precedem o parto. Já durante o parto a transmissão ocorre pelo contato com secreções infectadas da mãe quando o bebê passa pelo canal vaginal, esta constitui a principal forma de transmissão vertical atingindo 65% dos casos de infecções. A terceira forma se dá durante a amamentação. Nesse contexto, estima-se que metade das crianças que sofrem transmissão vertical e não recebem tratamento morrem antes de completar 2 anos (FRIEDRICH, et al. 2016).

Ao todo cerca de 1.600.000 gestações em todo o mundo são afetadas pelo HIV, sendo que dessas estima-se que em cerca de 31% ocorre a transmissão vertical quando não é realizado um tratamento, portanto, a OMS preconiza aconselhamento pré-natal, testagem e a profilaxia com zidovudina durante a gestação com a finalidade de diminuir o grau de contágio da doença e prevenir o aumento de casos de crianças infectadas por HIV (FRIEDRICH, et al. 2016).

A Sífilis Congênita (SC) caracteriza-se pela disseminação por via placentária ou durante o parto do *Treponema pallidum* da gestante infectada não tratada ou inadequadamente tratada para ao feto. É possível de ser prevenida com identificação e tratamento oportuno da gestante e parceiro sexual, no entanto continua sendo um desafio para a saúde pública (FEITOSA, ROCHA, & COSTA, 2016).

Os desfechos dessa contaminação podem ser aborto, natimorto, prematuridade, baixo peso ao nascer e sífilis congênita (HAWKES et al., 2011). As manifestações clínicas da doença vão classificá-la em sífilis congênita precoce e tardia, de acordo com o seu aparecimento antes ou depois dos dois primeiros anos de vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Apesar da sífilis possuir meios de rastreamento simples, tratamento acessível e de baixo custo, ainda há uma alta prevalência dessa doença na população, constituindo um grave problema de saúde pública. Nesse contexto, os principais fatores de risco que contribuem para essa prevalência são a, a baixa renda econômica, a baixa escolaridade e a promiscuidade sexual e principalmente a falta de assistência pré-natal adequada, ou seja, falhas dos serviços de saúde (GUIMARÃES, et al. 2018).

A sífilis pode ser transmitida ao feto através da via transplacentária ou na passagem pelo canal do parto, sendo que esta transmissão pode ocorrer em qualquer fase gestacional e depende diretamente do estágio que a sífilis se encontra na mãe e de quanta exposição o feto sofreu. Há um risco de transmissão vertical de 70 a 100% nas gestantes não tratadas, já quando são tratadas esse risco cai para 1 a 2%. Nesse contexto a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 1,5 milhão de gestantes contraem sífilis anualmente, sendo que apenas metade delas são tratadas. Dentre os casos em que não é realizado tratamento cerca de 30% deles evoluem para óbito fetal, 10% para óbito neonatal e 40% para retardo mental. Consequentemente, a sífilis durante a gestação demanda uma intervenção urgente com fins de reduzir a probabilidade de uma transmissão vertical (GUIMARÃES, et al. 2018).

Diante do exposto torna-se relevante conhecer os níveis de abrangência dos exames de sífilis e HIV em gestantes na região afim de elucidar a eficácia das atuais estratégias de prevenção utilizadas para solucionar este grave problema de saúde pública. Outra justificativa é a publicação da Portaria Previne Brasil que define indicadores de pagamento por desempenho e entre os sete indicadores está o Indicador 2: Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV que deve ser realizado pelos municípios (BRASIL, 2019a).

## OBJETIVOS

Identificar a realização de exames de sífilis e HIV em gestantes entre setembro de 2019 a abril de 2020 correlacionando o número de pré-natais em andamento durante o período.

## METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado a partir de um estudo quantitativo com base nos dados de exames coletados em uma ESF de um município do meio oeste catarinense.

Os dados foram obtidos por meio de relatórios da Secretaria de Saúde Municipal por via de um sistema informatizado do município, esse sistema permite que os dados sejam exportados mensalmente na plataforma online do Sistema Único de Saúde, o e-sus.

O período de análise foi do mês de setembro do ano de 2019 até o mês de abril do ano de 2020, se tratando de uma pesquisa que possibilite avaliar a relação de eficiência de detecção de doenças infectocontagiosas no pré-natal.

## APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente estudo na unidade em questão identificou 207 consultas gestacionais realizadas no período de setembro de 2019 a abril de 2020, sendo ao todo 91 gestantes, seja no primeiro, segundo ou terceiro trimestre de gestação, cadastradas no pré-natal na Unidade de Saúde.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de testes realizados na UBS.

Tabela1. Testes Realizados de Setembro de 2019 a abril 2020

TESTES REALIZADOS	QUANTIDADE
Testes Rápidos para Detecção de HIV na Gestante ou Parceiro	38
Testes Rápidos para Detecção de Infecção pelo HIV	1
Testes Rápidos para Sífilis na Gestante ou Pai/Parceiro	37
Total	76

FONTE: As autoras (2020).

Nesse período verificou-se a realização de 38 Testes Rápidos para Detecção de HIV na Gestante ou Parceiro, 1 Testes Rápidos para Detecção de Infecção pelo HIV e 37 Testes Rápidos para Sífilis na Gestante ou Pai/Parceiro, totalizando 76 testes realizados na Unidade entre setembro e abril. Dessa forma tem-se que somente 41,75 % do público alvo realizou os testes rápidos.

Para o Ministério da Saúde o teste rápido para a sífilis deve ser realizado em todas as Unidades Básicas de Saúde com a finalidade de triagem, sendo preconizada do exame realização durante a primeira consulta do pré-natal. Assim se o resultado for positivo tanto o tratamento quanto o acompanhamento podem ser iniciados mais rapidamente diminuindo de forma drástica as chances de uma transmissão vertical (Ministério da Saúde, 2012).

Já o Programa Nacional de IST\ AIDS orienta o ato de fazer o teste anti-HIV com acompanhamento e permissão para todas as grávidas na primeira consulta do pré-natal (SILVA, et al. 2008).

Além disso, também é importante repetir o exame pelo menos mais uma vez durante o restante da gravidez. A partir disso tem-se que a efetuação da recomendação e oferta da verificação do exame anti-HIV no pré-natal são primordiais na garantia do direito da mulher de obter a informação e adquirir o tratamento necessário, assim como as medicações antirretrovirais, impedindo consideravelmente a transmissão vertical do HIV (SILVA, et al. 2008).

No entanto, ainda que o Ministério da Saúde priorize a realização desses exames e haja quase que um consenso entre os profissionais de saúde acerca da relevância dos testes, é possível perceber a partir dos resultados da pesquisa que os testes não são realizados tanto quanto deveriam, sendo que os exames conseguiram abranger apenas 41,75% do público alvo configurando uma porcentagem muito baixa que demonstra que a população adscrita da Unidade Básica de Saúde se encontram mais propensa ao desenvolvimento de casos de sífilis ou HIV congênitos.

Nesse contexto se torna pertinente analisar quais fatores podem estar ocasionando o baixo número de testes rápidos sendo realizados em relação ao número de gestantes, dentre eles é possível citar dois principais, a falta de tempo para submeter os dados ao sistema e dificuldades com o manuseio do sistema que se torna complexo e trabalhoso aos profissionais com grande demanda.

Em vista do exposto, acerca da importância do teste, pode-se ter o entendimento de que para muitas dessas gestantes o pré-natal garantido pelo SUS é a única chance de conseguirem fazer o teste, seja por falta de oferta anterior, por preconceito e vergonha de solicitar a realização, ou desconhecimento. Ademais, é uma ótima oportunidade para tirarem suas dúvidas com um profissional de saúde instruído. (SILVA, et al. 2008)

Dessa forma se torna imprescindível a realização dos testes rápidos para sífilis e HIV durante a gestação, independente de fatores que tornem a prática do exame demorada ou mais complicada, os testes são necessários e de imensa relevância pois impactam diretamente na melhora da qualidade de vida da população.

## **CONCLUSÃO**

Por fim é possível concluir que apesar de todos os incentivos à iniciativa dos testes rápidos, por vezes ainda pode ocorrer uma baixa adesão a ela, assim é preciso uma reformulação do sistema de dados afim de que não demore tanto para preenche-lo, além de maior divulgação dos benefícios dos exames, pois dessa maneira é possível garantir uma maior adesão à realização de testes rápidos. Consequentemente corroborando com a Portaria Previne Brasil que define indicadores de pagamento por desempenho. (BRASIL, 2019)

A partir do exposto nota-se a necessidade atuações integradas que envolvam gestores do sistema de saúde afim de agir na prevenção de transmissão mãe-feto, com atos de orientação e ajuda. Somando-se a isso, a parceria com a vigilância epidemiológica e identificação do parceiro são condições que exercem papel fundamental preventivo na transmissão da sífilis e do HIV durante a gestação, como já comentado. Dessa forma, se o pré-natal não for realizado, ou realizado de forma errônea ou incompleta pode levar a ocorrência de Sífilis congênita ou HIV (FIGUEIRÓ-FILHO et al. 2012).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAUJO, Eliete da Cunha; MONTE, Paula Carolina Brabo; HABER, Aranda Nazaré Costa de Almeida. Avaliação do pré-natal quanto à detecção de sífilis e HIV em gestantes atendidas em uma área rural do estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde** [Internet], v. 1, p. 33-39, mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Edição: 239, Seção: 1, Página: 172. 11 de dez de 2019b.

FEITOSA, José Antonio da Silva; ROCHA, Carlos Henrique Roriz da; COSTA, Fernanda Salustiano. Artigo de revisão: Sífilis congênita. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, Brasília, v.5 n. 2, p. 286-297, mai. 2016.

FIGUEIRÓ-FILHO, E.A.; FREIRE, S.S.A.; SOUZA, B.A.; AGUENA, G.S.; MAEDO, C.M. Sífilis e gestação: estudo comparativo de dois períodos (2006 e 2011) em população de puérperas. **DST J Bras Doenças Sex Transm.**; vol.24(1), 2012.

FRIEDRICH, L.; MENEGOTTO, M.; MAGDALENO, A. M.; SILVA, C. L. O. Transmissão vertical do HIV: uma revisão sobre o tema. **Boletim Científico de Pediatria**-Vol, v. 5, n. 3, 2016.

GUIMARÃES, T. A.; ALENCAR, L. C. R.; FONSECA, L.M.B.; GONÇALVES, M.M.C.; SILVA, M.P. Sífilis em gestantes e sífilis congênita no Maranhão. **Revista Arquivos de Ciências da Saúde**, Rio de Janeiro v. 25, n. 2, p. 24-30, jul. 2018

HAWKES, S.; MATIN, N.; BROUTET; N. LOW, N. Effectiveness of interventions to improve screening for syphilis in pregnancy: a systematic review and meta-analysis. **Lancet Infect. Dis.** v.11 n.9, p.684–691, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Diretrizes para o Controle da Sífilis Congênita-Manual de Bolso. **Coleção DST.aids-Série Manuais 24**, Brasília, 2 ed., 2006

SILVA, Roberta Maria de Oliveira; ARAUJO, Carla Luzia França; PAZ, Fatima Maria Trigo da. A realização do teste anti-hiv no pré-natal: os significados para a gestante. **Esc. Anna Nery Rev. Enf.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 630-636, dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Técnica Conjunta nº391/2012/SAS/SVS/MS, de 02 de outubro de 2012. Realização do teste rápido da sífilis na Atenção Básica no âmbito da Rede Cegonha. **Brasília: [Ministério da Saúde]**, 2012.

## A SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: OS DESAFIOS FRENTE AO ATENDIMENTO A PACIENTES COM DOENÇAS MENTAIS OU PSICOLÓGICAS

Ana Clara Simon, [ana\\_clara.simon@hotmail.com](mailto:ana_clara.simon@hotmail.com)  
Eder Ricardo Haag, [ederhaag@gmail.com](mailto:ederhaag@gmail.com)

### RESUMO

Caracteriza-se por Saúde Mental o estado de bem-estar do indivíduo, sentimento de ser capaz de realizar suas tarefas e manter relações pessoais saudáveis, além de lidar de maneira equilibrada com os impasses diários. Diante do conceito, observa-se a importância da Saúde Mental para a população e a notoriedade de seu cuidado na Atenção Básica, a exemplo do Transtorno Mental Comum, que representa de um terço a 50% da demanda da Atenção Básica. Esta breve revisão teve por objetivo identificar os principais desafios enfrentados no atendimento a pacientes portadores de doenças mentais na Atenção Básica através da busca de artigos científicos em base de dados, são elas: Scielo, BVS e revistas como PEPSIC. Foram escolhidos artigos com título correspondente ao objetivo da pesquisa, após essa seleção, realizou-se uma leitura das bibliografias encontradas, e, desta forma, foram selecionados aqueles que estavam aptos para fazer parte da pesquisa bibliográfica, por corresponderem ao objetivo do estudo. A principal prática utilizada na Atenção Básica é o Apoio Matricial, que visa qualificar o atendimento e promover assistência do cuidado, através de uma equipe que conduz o caso. Porém, existem diversos desafios enfrentados pela equipe e pelo paciente, que torna o atendimento e acompanhamento da doença improváveis.

**Palavras-chave:** Estratégia de Saúde da Família. Apoio Matricial. Médicos. Transtorno Mental.

### INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a Reforma da Assistência Psiquiátrica, que ocorreu no Brasil através da III Conferência Nacional de Saúde Mental em 2001, realizada após a aprovação da Lei nº 10.216/01 (BRASIL, 2001), consolidou o fato no que diz respeito a uma nova abordagem psiquiátrica, conferindo ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) o valor estratégico para a mudança do modelo assistencial. Este novo formato tem trazido contribuições importantes para a melhora da atenção em saúde no país. Ambas defendem os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) e sugerem uma mudança no modelo de assistência à saúde, privilegiando a descentralização e a abordagem comunitária/familiar em detrimento do modelo tradicional, centralizador e voltado para o hospital.

Estimativas internacionais e do Ministério da Saúde do Brasil (2008) apontam que 3% da população necessita de cuidados contínuos em Saúde Mental devido a transtornos mentais graves e persistentes. Outros 9% necessitam de atendimentos eventuais em função de problemas menores, como o Transtorno Mental Comum, que pode representar de um terço a 50% da demanda da Atenção Básica.

O presente estudo teve como pretensão investigar como é realizado o atendimento à saúde mental nas Redes de Atenção Básica no Brasil, por meio de uma revisão bibliográfica. A principal finalidade consiste em analisar os desafios

encontrados pelos profissionais da área em se tratando da saúde mental da população das comunidades.

## METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza básica. A revisão narrativa da literatura inclui documentos das seguintes bases de dados: Scielo, BVS e revistas como PEPSIC. Os descritores de busca utilizados no portal Biblioteca Virtual em Saúde foram: "Saúde Mental" e "Estratégia de Saúde da Família", utilizando o operador booleano "AND", além de utilizar os filtros: texto completo e idioma português e espanhol para compor a busca. A partir disso, foram escolhidos artigos com título correspondente ao objetivo da pesquisa. Após essa seleção, realizou-se uma leitura das bibliografias encontradas, e, desta forma, foram selecionados aqueles que estavam aptos para fazer parte da pesquisa bibliográfica, por corresponderem ao objetivo do estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aosani e Nunes (2013), ao observarem a maneira como os pacientes de saúde mental são atendidos no país, constataram que o procedimento padrão é o encaminhamento dos casos para internação psiquiátrica em hospitais credenciados. Já as ocorrências mais graves, ao retornarem para a atenção básica, obtinham como atendimento prestado pela equipe da ESF o fornecimento e o domínio das medicações. Para os outros casos, procedia-se à entrega de medicação, avaliação médica e assistência psicológica, isso, quando havia os profissionais contratados. Tais dados divergem entre as ações preconizadas pelo Ministério da Saúde (MS). De acordo com o Ministério da Saúde (2003), municípios com menos de 20.000 habitantes devem possuir uma equipe composta por um médico generalista capacitado em saúde mental e um técnico de saúde mental que possua ensino superior e que desenvolva o apoio matricial (AM).

Grysche e Pinto (2015) caracterizam como desafio da Atenção Básica abandonar as práticas focadas em ações medicamentosas, feitas de forma automática, e buscar conceder atendimentos que explorem o acolhimento e a escuta qualificada, mantendo a lógica assistencialista e tratamento medicamentoso prescrito, além de técnicas clínicas para estimular a introversão e mudanças comportamentais. Esta é uma importante ferramenta para a melhoria dos atendimentos em Saúde Mental na Atenção Básica, o Apoio Matricial, que, através de visitas domiciliares (que ocorrem em maior frequência quando o indivíduo se encontra em vulnerabilidade ou crise) e reuniões de equipes de saúde permitem a capacitação horizontal e reflexões teóricas e práticas. Podem ocorrer, ainda, visitas conjuntas com profissionais de várias equipes para discussão, entendimento e, assim, um melhor tratamento do caso.

Para os médicos pesquisados por Pereira e Andrade (2017) a principal adversidade da Atenção Básica no atendimento é a falta de interesse de parte significativa dos profissionais na aquisição de competências não farmacológicas. Para esses médicos, discutir impasses intrafamiliares, utilizar técnicas não farmacológicas tanto individuais quanto grupais, abordar problemas psicológicos e sociais, se relacionar, conversar e acolher o paciente, abordar reações cotidianas que causam estresse e problemas de relacionamento familiar, são ferramentas

clínicas de grande valia para a prática da medicina familiar e comunitária. Além disso, os médicos dos grupos focais alegaram o sentimento de despreparo para utilizar recursos não farmacológicos de tratamento, como a atitude de escuta ativa ou a elaboração de um projeto de cuidados, considerando-se que atribuições não farmacológicas devem ser instruídas à qualificação dos médicos, por ser de vasta utilização pela comunidade e também como Práticas Integrativas e Complementares (PIC's) à exemplo: terapia comunitária, massoterapia, alcoólatras anônimos (AA), grupo de autoajuda para familiares de dependentes químicos, grupo de caminhadas, entre outros.

Estudos como de Arce e Sousa (2010), relatam pontos favoráveis existentes no serviço prestado pela Atenção básica como, por exemplo, o vínculo dos profissionais da saúde com o paciente, ferramenta necessária para obter sucesso no tratamento, o conhecimento acerca da realidade sócio sanitária dos usuários e a existência de ações de Prevenção e Promoção da Saúde. A inserção de cuidados da Saúde Mental na Atenção Básica é de suma importância para todos, traz acessibilidade a população, facilita a prestação de cuidado, e diminui a saturação de hospitais.

Em contrapartida, Fernandes et al. (2017), relatam que para o acontecimento de tais ações aconteçam de maneira qualificada, faz-se necessário que os profissionais estejam em qualificação e aprendizagem contínua, a existência de um serviço de consultoria, a presença de uma equipe multidisciplinar com formação em saúde mental na comunidade constituída por vários profissionais como psicólogo, enfermeiro, assistente social, etc. e a criação de uma plataforma de comunicação que permita a partilha de informação. Com isso, os profissionais estarão aptos para trabalhar em equipe, o que promoverá melhores cuidados aos pacientes.

Para Pereira, Costa e Megale (2012) a capacitação em saúde mental de profissionais da saúde que trabalham na Atenção Básica, em particular na Estratégia da Saúde da Família (ESF), se manifesta com uma enorme relevância. O concorrente Ministério da Saúde reconhece que a configuração de uma política de formação de recursos humanos para a área da saúde mental é fundamental para que se consolide a Reforma da Assistência Psiquiátrica no Brasil.

A maior parte dos profissionais de formação psiquiátrica localiza-se nos grandes centros urbanos. Os programas de capacitação e treinamento são raros e, quando existem, estão centralizados geograficamente. Não há estruturas de vigilância continuada ou de estabelecimento de psiquiatras no interior, não existe oferta de cuidados para situações clínicas graves e os usuários são, por conseguinte, conduzidos para internações em cidades grandes, onde frequentemente se aglutinam os hospitais psiquiátricos (PEREIRA; COSTA; MEGALE, 2012).

O empecilho predominante é o despreparo profissional para lidar com impasses intrafamiliares e da Saúde Mental e a restrição do tratamento a atendimentos médico-ambulatoriais, utilizando-se a medicação como recurso prevalecente para aliviar o sofrimento. Encontra-se ainda, a aversão do profissional da saúde ao portador de transtornos mentais que evidencia a formação acadêmica falha e precária e dificulta o acesso de outros pacientes ao serviço (ARCE; SOUSA, 2010).

De acordo com a extensa revisão de experiências europeias conduzida por Tylee (1998), existem evidências de que os programas de formação em saúde mental orientados para médicos da atenção primária necessitam ser implementados

com zelosa cooperação desses profissionais, com óptica centralizada no acadêmico, baseado em práticas autodirigidas e perante o monitoramento de tutores capacitados para tal função. Ao mesmo tempo, existem evidências crescentes de que o espaço mais propício para a efetivação da formação profissional é a unidade de saúde, pois é lá que ocorrem as adversidades do dia a dia, de caráter clínico ou não, pertinentes ao trabalho em grupo e o arranjo da assistência em saúde.

Em concordância com Pereira, Costa e Megale (2012), no âmbito da formação em saúde mental de profissionais da saúde, as instituições universitárias têm praticado insuficiente ênfase nessa tônica. As cargas horárias curriculares atribuídas as disciplinas de saúde mental nos cursos de graduação e pós-graduação são, na maioria das vezes, precárias, de caráter predominantemente teórico, sem a oportunidade de estágios práticos com supervisão apropriada, existindo a predominância do modelo biomédico e centrado no atendimento hospitalar em detrimento dos aspectos psicossociais e comunitários.

Pesquisas, que examinaram as ações de saúde mental por parte de equipes da ESF no estado do Ceará, e outras duas investigações conduzidas no Sudeste do País, deixaram nítidas as necessidades de treinamento e capacitação em saúde mental por parte desses profissionais da saúde (PEREIRA; COSTA; MEGALE, 2012).

Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, PNAB (2017), se o número da população adscrita por Unidade Básica de Saúde é de 2.000 a 3.500, supondo que a UBS "X" do município "X" atenda 2.500 moradores na "X" comunidade, isso significa que, no mínimo, 833 moradores necessitam de cuidados em Saúde Mental.

## CONCLUSÃO

O principal desafio frente aos atendimentos à Saúde Mental na Atenção Básica é a falta de capacitação do profissional para lidar com o paciente portador de problemas psicológicos, advinda da ausência de disciplinas práticas monitoradas durante a formação acadêmica, pesquisa e busca pelo conhecimento de doenças mentais. Isso faz com que o acolhimento à pacientes com transtornos mentais torne-se uma tarefa difícil para profissionais despreparados e, em casos de relação médico-paciente, deficitária.

A busca pela melhoria nos atendimentos é de suma importância, sabendo-se que de um terço a 50% da demanda na Atenção Básica é Saúde Mental. Para isso, o Apoio Matricial deve exercer sua função em todas suas configurações. Além disso, tal mudança nos atendimentos trará melhor qualidade de vida às pessoas e diminuirá o número de trabalhadores incapacitados por transtornos mentais e com menos necessidade de auxílio previdenciário, impactando positivamente, também, na economia da comunidade.

## REFERÊNCIAS

AOSANI, Tânia Regina; NUNES, Karla Gomes. A saúde mental na atenção básica: a percepção dos profissionais de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 5, n. 2, 2013.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v5n2/v5n2a02.pdf>. Acesso em 10 abr. 2020.

ARCE, Vladimir Andrei Rodrigues; SOUSA, Maria Fátima de. Práticas de Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família: uma revisão das potencialidades e dos limites para a construção de um cuidado integrado. **Revista Tempus Acta Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 31-37, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial Eletrônico**, Brasília, DF, 09 abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Diretrizes Assistenciais em Saúde Mental na Saúde Suplementar**. Rio de Janeiro: ANS, 2008

FERNANDES, Liliana et al. Saúde Mental em Medicina Geral Familiar—obstáculos e expectativas percecionados pelos Médicos de Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, p. 797-805, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n3/1413-8123-csc-22-03-0797.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

GRYSCHEK, Guilherme; PINTO, Adriana Avanzi Marques. Saúde Mental: como as equipes de Saúde da Família podem integrar esse cuidado na Atenção Básica? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3255-3262, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015001003255](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001003255). Acesso em: 09 abr. 2020.

PEREIRA, Alexandre de Araújo; ANDRADE, Daniela Correia Leite. Estratégia educacional em saúde mental para médicos da atenção básica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 4, p. 478-486, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010055022017000400478&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010055022017000400478&lng=es&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 09 abr. 2020.

PEREIRA, Alexandre de Araújo; COSTA, Albert Nilo da; MEGALE, Raquel de Faria. Saúde mental para médicos que atuam na estratégia saúde da família: uma contribuição sobre o processo de formação em serviço. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 2, p. 269-279, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n2/17.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

TYLEE A. Programas de entrenamiento en salud mental para los médicos de atención primaria. In: Vazquez-Barquero J.L. (Ed.). **Psiquiatría en Atención Primaria**. Madrid: Grupo Aula Médica; 1998.

## RINITE ALÉRGICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabela Lara Marcondes, [belinhamarc@hotmail.com](mailto:belinhamarc@hotmail.com)

### RESUMO

A rinite alérgica é a alergia respiratória mais recorrente no Brasil, é definida como uma doença inflamatória das mucosas nasais, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. Essa doença possui impactos negativos na vida das crianças e adolescentes, pois sintomas como obstrução nasal, coriza e espirros diminuem a qualidade de vida dos mesmos, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. Por isso, tornam-se necessárias medidas que sejam capazes de gerar mudança nesse quadro. Dessa forma, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca da maneira como a rinite alérgica influencia a vida desse público e quais as formas de diminuição desses impactos. Contudo, obteve-se que é possível retardar os efeitos da rinite alérgica e transformar a qualidade de vida dos indivíduos portadores da doença, por meio do controle ambiental, associado ao uso de medicamentos e, em casos mais persistentes, com o uso de imunoterapia.

**Palavras-chave:** Sintomas. Impactos. Qualidade de vida. Tratamento.

### INTRODUÇÃO

A alergia respiratória mais recorrente entre as crianças e adolescentes é a rinite alérgica (RA), a qual se caracteriza como uma doença inflamatória das mucosas do nariz, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. A rinite alérgica tem características hereditárias, porém, mesmo que os pais não apresentem o distúrbio, ela ainda pode se manifestar. A RA é diagnosticada, normalmente, durante a infância, a partir de 1 ano de idade, a investigação acontece quando a criança começa a apresentar os sintomas característicos da doença, ou seja, o diagnóstico inicial é clínico. Ainda assim, os sintomas podem aparecer mais tarde, sendo os mais comuns a obstrução nasal, coriza hialina, espirros e prurido nasal que iniciam após a exposição aos alérgenos como poeira, ácaros, pólen, pelos de animais, poluentes ambientais (como fumaça de cigarro) e entre outros (ABORL-CCF, 2017).

Esses sintomas influenciam na qualidade de vida desse público, a qual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), envolve o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, ou seja, a qualidade de vida está relacionada com a satisfação individual de cada um. Por isso, a inibição da qualidade de vida de uma pessoa se torna algo tão preocupante (BVS, 2013).

Fato que ocorre quando o indivíduo possui rinite alérgica, a qual possui influência na vida cotidiana das pessoas, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. De forma geral, os pacientes se sentem incomodados pela obstrução nasal, coriza e espirros, além de se sentirem cansados durante o dia em prol da noite mal dormida. Também vivenciam sintomas não nasais, como sede, baixa concentração e cefaleia. Por isso, apresentam limitações em suas atividades diárias. Os adolescentes, em particular, manifestam maior dificuldade com a concentração (NUNES et al., 2009).

Conforme o Protocolo de Rinite Alérgica de Belo Horizonte (2012), a qualidade de vida dos portadores é classificada de acordo com a duração e a gravidade dos sintomas. Os classificados como intermitentes apresentam sintomas leves e com uma

frequência de menos de quatro dias na semana e por menos de quatro semanas consecutivas no ano. Já os classificados como alérgicos persistentes apresentam sintomas considerados mais graves e mais frequentes. Essa classificação é considerada importante, visto que ela ajuda o médico no acompanhamento e tratamento dos pacientes com RA.

Objetivou-se com esse resumo realizar uma revisão bibliográfica sobre a RA e as consequências negativas que ela provoca na vida de crianças e adolescentes, para que, assim, torne-se possível encontrar maneiras de melhorar a qualidade de vida desse público, por meio do tratamento adequado da doença.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca da rinite alérgica, bem como suas consequências na vida dos portadores da doença e as formas de diminuí-las. A pesquisa foi realizada com o uso de fontes de caráter confiável, ou seja, através de artigos científicos, periódicos, livros e websites. A pesquisa foi desenvolvida de forma a gerar entendimento com facilidade, objetividade e clareza, organizando os trabalhos consultados de forma a integrar os conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida utilizando duas bases de dados, a Scielo e o Google acadêmico, uma ferramenta de pesquisa que permite encontrar trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Foram incluídos nesse estudo literaturas que faziam menção a relação da rinite alérgica com a qualidade de vida dos indivíduos, apresentando dados estatísticos acerca dos malefícios da doença, que exploravam as formas de tratamento e bibliografias que tratavam de alergias respiratórias em geral.

Foram selecionados artigos publicados entre 2005 a 2020, escritos em português. Optou-se pela busca por termos livres, sem o uso de vocabulário controlado (descritores). Os critérios de inclusão e exclusão foram baseados na relevância científica e social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As alergias respiratórias se caracterizam por uma reação de hipersensibilidade tipo I, pois resultam de uma resposta imunológica à alérgenos. São doenças multifatoriais causadas pela interação de fatores genéticos e exposição a fatores ambientais. As alergias respiratórias que comumente acometem a população brasileira são a sinusite, a asma e a rinite alérgica. A hipersensibilidade se refere as respostas imunes exageradas ou inadequadas, causadoras de reação inflamatória e/ou dano tecidual (GALVÃO, 2005).

A rinite alérgica é a manifestação de hipersensibilidade mais comum, atingindo, de acordo com a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (2017), cerca de 20 a 30% da população, enquanto que a asma atinge aproximadamente 10%.

Segundo a Instituição Oncoguia (2017), o nariz é composto por mucosas que têm como função umedecer, aquecer e filtrar os componentes do ar que respiramos, impedindo que partículas grandes ultrapassem as vias respiratórias e cheguem até os pulmões. A rinite acontece quando ocorre a inflamação dessas mucosas nasais. Ela pode ser classificada como rinite alérgica, crônica ou infecciosa. A rinite é chamada crônica quando o indivíduo não consegue se recuperar da inflamação, apresentando os sintomas por três meses ou mais, já na rinite infecciosa os sintomas podem durar

de 7 a 10 dias e, por último, a rinite alérgica, na qual a inflamação é decorrente do contato com substâncias alérgicas.

De acordo com a Sociedade de Pediatria Brasileira (2017), a rinite alérgica é a alergia respiratória que mais afeta a população brasileira, diminuindo a qualidade de vida e afetando o desempenho escolar e social de crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos). De acordo com os dados do ISAAC – *The International Study of Asthma and Allergies in Childhood* 29,6% dos adolescentes e 25,7% das crianças brasileiras apresentam manifestações sintomáticas de RA. Além disso, o estudo também concluiu que o Brasil está entre os países que possuem o maior número de pessoas com rinite ou asma no mundo. Questão de saúde pública visto que pessoas que têm rinite alérgica possuem distúrbios do sono, devido a obstrução nasal e a coriza que prejudicam a respiração.

O sono é de suma importância para a saúde dos indivíduos. É durante o sono que o nosso corpo se recupera das atividades diárias e repõe as energias para uma nova jornada, entre outras funções que são vitais para o bom funcionamento do organismo, como a consolidação da memória. Por isso, uma noite de sono de qualidade se torna de suma importância, contando com, no mínimo, 6 horas por dia sem interrupções (FUNCHAL, 2020).

Em estudo realizado por Nunes et al. (2009) com indivíduos que possuem RA, 68% dos que manifestavam RA perene e 48% daqueles com RA sazonal relataram que a doença interferia no sono. Além disso, evidências mostram que, na adolescência, a interrupção do sono, ainda que parcial, prejudica o desempenho cognitivo, levando a maior frequência de doenças do aprendizado, do comportamento e da atenção, além de possuir um efeito sobre a saúde mental, podendo ocasionar doenças psiquiátricas, depressão e ansiedade.

Fato preocupante, visto que durante a fase escolar o indivíduo se desenvolve cognitivamente de forma a ingressar no ensino superior e, posteriormente, seguir para o mercado de trabalho. Se a capacidade de aprendizado do estudante está prejudicada, isso está prejudicando também sua capacidade de evoluir social e economicamente, repercutindo em todas as áreas da vida do portador de RA (Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2005).

Outro impacto da rinite alérgica está no fato de que evitar o contato com alérgenos impede que os portadores da doença participem de atividades do dia a dia, como acampamentos e entre outros. Assim, sua habilidade de integração fica prejudicada e podem surgir distúrbios emocionais. Em um estudo feito por Nunes et al. (2009) com 1948 indivíduos, os parâmetros que foram apontados como os de maior influência na perspectiva social foram: embaraço (70%), frustração (72%) e problemas práticos (98%). Os problemas práticos citados foram a inconveniência de carregar lenços, a necessidade de "esfregar" o nariz ou os olhos e de assoar o nariz repetidamente, em público.

Dessa forma, o Ministério da Saúde (2015) enfatiza a necessidade de medidas que diminuam ou extingam as consequências da RA no dia a dia do jovem e do adolescente. Toda terapia que alivie os sintomas da rinite alérgica pode obter resultado de melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Mesmo que se faça um controle ambiental, ou seja, evitar o contato com o alérgeno, ainda se torna necessário o uso de farmacoterapia. Para o caso de não ser possível evitar o contato com o alérgeno ou caso não se obtenha resultado com o uso de medicamentos, usa-se a imunoterapia que consiste na aplicação de injeções ou gotas sublinguais com doses controladas da substância, com o objetivo de tornar o organismo menos hiper-reactivo a ela.

Na maioria das vezes, as causas da rinite alérgica estão dentro de casa. Esse fato só ganhou importância após a identificação dos alérgenos domiciliares, como os ácaros. Por isso, médicos recomendam a adoção de medidas de controle ambiental até mesmo quando não forem totalmente eficazes, pois podem, de maneira geral, melhorar a qualidade de vida do paciente. Além disso, é válido saber que, mesmo que o alérgeno seja removido, o benefício pode demorar de semanas a meses para ser notado (GALVÃO, 2005).

De acordo com o IV Consenso Brasileiro sobre Rinites, as medidas para controle ambiental na casa do paciente são a localização, que deve ser longe de fábricas ou oficinas, evitar o fumo e animais de estimação. Já as medidas para o quarto do paciente são forrar colchões e travesseiro com capas apropriadas e laváveis e sempre que possível expô-los ao sol, evitar colchões de penas, as roupas de cama devem ser lavadas com água quente ( $> 70^{\circ}\text{C}$ ), usar somente edredom, não manter no dormitório objetos que facilitem o acúmulo de pó, manter o mínimo de mobília necessária e, se possível, não utilizar cortinas.

Os fármacos mais utilizados para alívio dos sintomas da rinite alérgica são os anti-histamínicos administrados por via oral, com ou sem associação com descongestionantes e os anticolinérgicos (principalmente a coriza). Para o controle do quadro entre as crises são utilizados os corticosteroides tópicos nasais que são a principal escolha para o tratamento crônico da doença. Em casos mais graves, os corticosteroides sistêmicos podem ser prescritos (GALVÃO, 2005).

Para o tratamento da RA é recomendado os anti-histamínicos de segunda geração, pois reduzem de maneira eficiente os sintomas nasais, exceto pela obstrução nasal. Já os corticosteroides intranasais possuem ação sobre a obstrução nasal, dessa forma, é indicado como mais eficaz que os anti-histamínicos (ABORL-CCF, 2017).

## CONCLUSÃO

A rinite alérgica possui consequências negativas na vida das crianças e adolescentes, repercutindo em quase todas as áreas de ação do indivíduo como no seu sono, aprendizado, vida social e econômica e até em sua produtividade. Felizmente, o uso de anti-histamínicos associados ao uso de descongestionantes nasais ou o uso de corticosteroides intranasais são considerados seguros e eficazes no tratamento dos sintomas da rinite alérgica, pois possuem grande potencial de resolutividade quando usados da forma correta. Além disso, intervenções como o controle ambiental e a imunoterapia são de fundamental importância para reduzir o sofrimento do indivíduo, promovendo sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OTORRINOLARINGOLOGIA E CIRURGIA CÉRVIDO-FACIAL. IV CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINITES. **Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial**, 2017. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Consenso\\_Rinite\\_9\\_-27-11-2017\\_Final.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Prevalência e gravidade de asma, rinite e eczema entre crianças e adolescentes de Feira de Santana, BA, por questionário do International Study of Asthma and Allergies in

Childhood (ISAAC). **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2013. Disponível em: <[http://aaai-asbai.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=638](http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=638)>. Acesso em: 12 maio. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Controle ambiental é uma das saídas para quem tem rinite alérgica. **Associação Brasileira de Alergia e Imunologia**, 2017. Disponível em: <<http://asbai.org.br/controle-ambiental-e-uma-das-saidas-para-quem-tem-rinite-alergica/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Qualidade de vida em 5 passos. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260\\_qualidade\\_de\\_vida.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CAMELO-NUNES, Inês Cristina; SOLÉ, Dirceu. Rinite alérgica: indicadores de qualidade de vida. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, 18 set. 2009.

SOCIEDADE AMERICANA DE CANCER. A Cavidade Nasal. **Equipe Oncoguia**, 2017. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/a-cavidade-nasal/2806/501/#:~:text=A%20cavidade%20nasal%20e%20os,Dar%20resson%C3%A2ncia%20%C3%A0%20voz>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

FUNCHAL, Bruno. A influência do sono na qualidade de vida. **Hospital Santa Paula**, 2020. Disponível em: <<https://www.santapaula.com.br/a-influencia-do-sono-na-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GALVÃO, Clóvis Eduardo Santos; CASTRO, Fábio F. Morato. As alergias respiratórias. **Revista de Medicina**, São Paulo, 26 mar. 2005.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Protocolo da Rinite Alérgica. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 2012. Disponível em: <[http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica\\_13022015.pdf](http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica_13022015.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças respiratórias crônicas - rinite. **Ministério da saúde**, 2015. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/35312-doencas-respiratorias-cronicas-rinite>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rinite alérgica. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, 29 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/noticias/nid/rinitealergica/#:~:text=A%20rinite%20al%C3%A9rgica%20%C3%A9%20a,maior%20na%20sa%C3%BAde%20das%20crian%C3%A7as>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SPARTA, Mônica; GOMES, Willian. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005.

## RINITE ALÉRGICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabela Lara Marcondes, [belinhamarc@hotmail.com](mailto:belinhamarc@hotmail.com)

### RESUMO

A rinite alérgica é a alergia respiratória mais recorrente no Brasil, é definida como uma doença inflamatória das mucosas nasais, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. Essa doença possui impactos negativos na vida das crianças e adolescentes, pois sintomas como obstrução nasal, coriza e espirros diminuem a qualidade de vida dos mesmos, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. Por isso, tornam-se necessárias medidas que sejam capazes de gerar mudança nesse quadro. Dessa forma, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca da maneira como a rinite alérgica influencia a vida desse público e quais as formas de diminuição desses impactos. Contudo, obteve-se que é possível retardar os efeitos da rinite alérgica e transformar a qualidade de vida dos indivíduos portadores da doença, por meio do controle ambiental, associado ao uso de medicamentos e, em casos mais persistentes, com o uso de imunoterapia.

**Palavras-chave:** Sintomas. Impactos. Qualidade de vida. Tratamento.

### INTRODUÇÃO

A alergia respiratória mais recorrente entre as crianças e adolescentes é a rinite alérgica (RA), a qual se caracteriza como uma doença inflamatória das mucosas do nariz, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. A rinite alérgica tem características hereditárias, porém, mesmo que os pais não apresentem o distúrbio, ela ainda pode se manifestar. A RA é diagnosticada, normalmente, durante a infância, a partir de 1 ano de idade, a investigação acontece quando a criança começa a apresentar os sintomas característicos da doença, ou seja, o diagnóstico inicial é clínico. Ainda assim, os sintomas podem aparecer mais tarde, sendo os mais comuns a obstrução nasal, coriza hialina, espirros e prurido nasal que iniciam após a exposição aos alérgenos como poeira, ácaros, pólen, pelos de animais, poluentes ambientais (como fumaça de cigarro) e entre outros (ABORL-CCF, 2017).

Esses sintomas influenciam na qualidade de vida desse público, a qual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), envolve o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, ou seja, a qualidade de vida está relacionada com a satisfação individual de cada um. Por isso, a inibição da qualidade de vida de uma pessoa se torna algo tão preocupante (BVS, 2013).

Fato que ocorre quando o indivíduo possui rinite alérgica, a qual possui influência na vida cotidiana das pessoas, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. De forma geral, os pacientes se sentem incomodados pela obstrução nasal, coriza e espirros, além de se sentirem cansados durante o dia em prol da noite mal dormida. Também vivenciam sintomas não nasais, como sede, baixa concentração e cefaleia. Por isso, apresentam limitações em suas atividades diárias. Os adolescentes, em particular, manifestam maior dificuldade com a concentração (NUNES et al., 2009).

Conforme o Protocolo de Rinite Alérgica de Belo Horizonte (2012), a qualidade de vida dos portadores é classificada de acordo com a duração e a gravidade dos sintomas. Os classificados como intermitentes apresentam sintomas leves e com uma

frequência de menos de quatro dias na semana e por menos de quatro semanas consecutivas no ano. Já os classificados como alérgicos persistentes apresentam sintomas considerados mais graves e mais frequentes. Essa classificação é considerada importante, visto que ela ajuda o médico no acompanhamento e tratamento dos pacientes com RA.

Objetivou-se com esse resumo realizar uma revisão bibliográfica sobre a RA e as consequências negativas que ela provoca na vida de crianças e adolescentes, para que, assim, torne-se possível encontrar maneiras de melhorar a qualidade de vida desse público, por meio do tratamento adequado da doença.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca da rinite alérgica, bem como suas consequências na vida dos portadores da doença e as formas de diminuí-las. A pesquisa foi realizada com o uso de fontes de caráter confiável, ou seja, através de artigos científicos, periódicos, livros e websites. A pesquisa foi desenvolvida de forma a gerar entendimento com facilidade, objetividade e clareza, organizando os trabalhos consultados de forma a integrar os conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida utilizando duas bases de dados, a Scielo e o Google acadêmico, uma ferramenta de pesquisa que permite encontrar trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Foram incluídos nesse estudo literaturas que faziam menção a relação da rinite alérgica com a qualidade de vida dos indivíduos, apresentando dados estatísticos acerca dos malefícios da doença, que exploravam as formas de tratamento e bibliografias que tratavam de alergias respiratórias em geral.

Foram selecionados artigos publicados entre 2005 a 2020, escritos em português. Optou-se pela busca por termos livres, sem o uso de vocabulário controlado (descritores). Os critérios de inclusão e exclusão foram baseados na relevância científica e social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As alergias respiratórias se caracterizam por uma reação de hipersensibilidade tipo I, pois resultam de uma resposta imunológica à alérgenos. São doenças multifatoriais causadas pela interação de fatores genéticos e exposição a fatores ambientais. As alergias respiratórias que comumente acometem a população brasileira são a sinusite, a asma e a rinite alérgica. A hipersensibilidade se refere as respostas imunes exageradas ou inadequadas, causadoras de reação inflamatória e/ou dano tecidual (GALVÃO, 2005).

A rinite alérgica é a manifestação de hipersensibilidade mais comum, atingindo, de acordo com a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (2017), cerca de 20 a 30% da população, enquanto que a asma atinge aproximadamente 10%.

Segundo a Instituição Oncoguia (2017), o nariz é composto por mucosas que têm como função umedecer, aquecer e filtrar os componentes do ar que respiramos, impedindo que partículas grandes ultrapassem as vias respiratórias e cheguem até os pulmões. A rinite acontece quando ocorre a inflamação dessas mucosas nasais. Ela pode ser classificada como rinite alérgica, crônica ou infecciosa. A rinite é chamada crônica quando o indivíduo não consegue se recuperar da inflamação, apresentando os sintomas por três meses ou mais, já na rinite infecciosa os sintomas podem durar

de 7 a 10 dias e, por último, a rinite alérgica, na qual a inflamação é decorrente do contato com substâncias alérgicas.

De acordo com a Sociedade de Pediatria Brasileira (2017), a rinite alérgica é a alergia respiratória que mais afeta a população brasileira, diminuindo a qualidade de vida e afetando o desempenho escolar e social de crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos). De acordo com os dados do ISAAC – *The International Study of Asthma and Allergies in Childhood* 29,6% dos adolescentes e 25,7% das crianças brasileiras apresentam manifestações sintomáticas de RA. Além disso, o estudo também concluiu que o Brasil está entre os países que possuem o maior número de pessoas com rinite ou asma no mundo. Questão de saúde pública visto que pessoas que têm rinite alérgica possuem distúrbios do sono, devido a obstrução nasal e a coriza que prejudicam a respiração.

O sono é de suma importância para a saúde dos indivíduos. É durante o sono que o nosso corpo se recupera das atividades diárias e repõe as energias para uma nova jornada, entre outras funções que são vitais para o bom funcionamento do organismo, como a consolidação da memória. Por isso, uma noite de sono de qualidade se torna de suma importância, contando com, no mínimo, 6 horas por dia sem interrupções (FUNCHAL, 2020).

Em estudo realizado por Nunes et al. (2009) com indivíduos que possuem RA, 68% dos que manifestavam RA perene e 48% daqueles com RA sazonal relataram que a doença interferia no sono. Além disso, evidências mostram que, na adolescência, a interrupção do sono, ainda que parcial, prejudica o desempenho cognitivo, levando a maior frequência de doenças do aprendizado, do comportamento e da atenção, além de possuir um efeito sobre a saúde mental, podendo ocasionar doenças psiquiátricas, depressão e ansiedade.

Fato preocupante, visto que durante a fase escolar o indivíduo se desenvolve cognitivamente de forma a ingressar no ensino superior e, posteriormente, seguir para o mercado de trabalho. Se a capacidade de aprendizado do estudante está prejudicada, isso está prejudicando também sua capacidade de evoluir social e economicamente, repercutindo em todas as áreas da vida do portador de RA (Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2005).

Outro impacto da rinite alérgica está no fato de que evitar o contato com alérgenos impede que os portadores da doença participem de atividades do dia a dia, como acampamentos e entre outros. Assim, sua habilidade de integração fica prejudicada e podem surgir distúrbios emocionais. Em um estudo feito por Nunes et al. (2009) com 1948 indivíduos, os parâmetros que foram apontados como os de maior influência na perspectiva social foram: embaraço (70%), frustração (72%) e problemas práticos (98%). Os problemas práticos citados foram a inconveniência de carregar lenços, a necessidade de "esfregar" o nariz ou os olhos e de assoar o nariz repetidamente, em público.

Dessa forma, o Ministério da Saúde (2015) enfatiza a necessidade de medidas que diminuam ou extingam as consequências da RA no dia a dia do jovem e do adolescente. Toda terapia que alivie os sintomas da rinite alérgica pode obter resultado de melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Mesmo que se faça um controle ambiental, ou seja, evitar o contato com o alérgeno, ainda se torna necessário o uso de farmacoterapia. Para o caso de não ser possível evitar o contato com o alérgeno ou caso não se obtenha resultado com o uso de medicamentos, usa-se a imunoterapia que consiste na aplicação de injeções ou gotas sublinguais com doses controladas da substância, com o objetivo de tornar o organismo menos hiper-reactivo a ela.

Na maioria das vezes, as causas da rinite alérgica estão dentro de casa. Esse fato só ganhou importância após a identificação dos alérgenos domiciliares, como os ácaros. Por isso, médicos recomendam a adoção de medidas de controle ambiental até mesmo quando não forem totalmente eficazes, pois podem, de maneira geral, melhorar a qualidade de vida do paciente. Além disso, é válido saber que, mesmo que o alérgeno seja removido, o benefício pode demorar de semanas a meses para ser notado (GALVÃO, 2005).

De acordo com o IV Consenso Brasileiro sobre Rinites, as medidas para controle ambiental na casa do paciente são a localização, que deve ser longe de fábricas ou oficinas, evitar o fumo e animais de estimação. Já as medidas para o quarto do paciente são forrar colchões e travesseiro com capas apropriadas e laváveis e sempre que possível expô-los ao sol, evitar colchões de penas, as roupas de cama devem ser lavadas com água quente ( $> 70^{\circ}\text{C}$ ), usar somente edredom, não manter no dormitório objetos que facilitem o acúmulo de pó, manter o mínimo de mobília necessária e, se possível, não utilizar cortinas.

Os fármacos mais utilizados para alívio dos sintomas da rinite alérgica são os anti-histamínicos administrados por via oral, com ou sem associação com descongestionantes e os anticolinérgicos (principalmente a coriza). Para o controle do quadro entre as crises são utilizados os corticosteroides tópicos nasais que são a principal escolha para o tratamento crônico da doença. Em casos mais graves, os corticosteroides sistêmicos podem ser prescritos (GALVÃO, 2005).

Para o tratamento da RA é recomendado os anti-histamínicos de segunda geração, pois reduzem de maneira eficiente os sintomas nasais, exceto pela obstrução nasal. Já os corticosteroides intranasais possuem ação sobre a obstrução nasal, dessa forma, é indicado como mais eficaz que os anti-histamínicos (ABORL-CCF, 2017).

## CONCLUSÃO

A rinite alérgica possui consequências negativas na vida das crianças e adolescentes, repercutindo em quase todas as áreas de ação do indivíduo como no seu sono, aprendizado, vida social e econômica e até em sua produtividade. Felizmente, o uso de anti-histamínicos associados ao uso de descongestionantes nasais ou o uso de corticosteroides intranasais são considerados seguros e eficazes no tratamento dos sintomas da rinite alérgica, pois possuem grande potencial de resolutividade quando usados da forma correta. Além disso, intervenções como o controle ambiental e a imunoterapia são de fundamental importância para reduzir o sofrimento do indivíduo, promovendo sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OTORRINOLARINGOLOGIA E CIRURGIA CÉRVIDO-FACIAL. IV CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINITES. **Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial**, 2017. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Consenso\\_Rinite\\_9\\_-27-11-2017\\_Final.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Prevalência e gravidade de asma, rinite e eczema entre crianças e adolescentes de Feira de Santana, BA, por questionário do International Study of Asthma and Allergies in

Childhood (ISAAC). **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2013. Disponível em: <[http://aaai-asbai.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=638](http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=638)>. Acesso em: 12 maio. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Controle ambiental é uma das saídas para quem tem rinite alérgica. **Associação Brasileira de Alergia e Imunologia**, 2017. Disponível em: <<http://asbai.org.br/controle-ambiental-e-uma-das-saidas-para-quem-tem-rinite-alergica/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Qualidade de vida em 5 passos. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260\\_qualidade\\_de\\_vida.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CAMELO-NUNES, Inês Cristina; SOLÉ, Dirceu. Rinite alérgica: indicadores de qualidade de vida. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, 18 set. 2009.

SOCIEDADE AMERICANA DE CANCER. A Cavidade Nasal. **Equipe Oncoguia**, 2017. Disponível em: <[http://www.oncoguia.org.br/conteudo/a-cavidade-nasal/2806/501/#:~:text=A%20cavidade%20nasal%20e%20os,Dar%20resson%C3%A3ncia%20%C3%A0%20voz](http://www.oncoguia.org.br/conteudo/a-cavidade-nasal/2806/501/#:~:text=A%20cavidade%20nasal%20e%20os,Dar%20resson%C3%A2ncia%20%C3%A0%20voz)>. Acesso em: 01 abr. 2020.

FUNCHAL, Bruno. A influência do sono na qualidade de vida. **Hospital Santa Paula**, 2020. Disponível em: <<https://www.santapaula.com.br/a-influencia-do-sono-na-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GALVÃO, Clóvis Eduardo Santos; CASTRO, Fábio F. Morato. As alergias respiratórias. **Revista de Medicina**, São Paulo, 26 mar. 2005.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Protocolo da Rinite Alérgica. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 2012. Disponível em: <[http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica\\_13022015.pdf](http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica_13022015.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças respiratórias crônicas - rinite. **Ministério da saúde**, 2015. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/35312-doencas-respiratorias-cronicas-rinite>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rinite alérgica. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, 29 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/noticias/nid/rinitealergica/#:~:text=A%20rinite%20al%C3%A9rgica%20%C3%A9%20a,maior%20na%20sa%C3%BAde%20das%20crian%C3%A7as>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SPARTA, Mônica; GOMES, Willian. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005.

## RINITE ALÉRGICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabela Lara Marcondes, [belinhamarc@hotmail.com](mailto:belinhamarc@hotmail.com)

### RESUMO

A rinite alérgica é a alergia respiratória mais recorrente no Brasil, é definida como uma doença inflamatória das mucosas nasais, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. Essa doença possui impactos negativos na vida das crianças e adolescentes, pois sintomas como obstrução nasal, coriza e espirros diminuem a qualidade de vida dos mesmos, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. Por isso, tornam-se necessárias medidas que sejam capazes de gerar mudança nesse quadro. Dessa forma, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca da maneira como a rinite alérgica influencia a vida desse público e quais as formas de diminuição desses impactos. Contudo, obteve-se que é possível retardar os efeitos da rinite alérgica e transformar a qualidade de vida dos indivíduos portadores da doença, por meio do controle ambiental, associado ao uso de medicamentos e, em casos mais persistentes, com o uso de imunoterapia.

**Palavras-chave:** Sintomas. Impactos. Qualidade de vida. Tratamento.

### INTRODUÇÃO

A alergia respiratória mais recorrente entre as crianças e adolescentes é a rinite alérgica (RA), a qual se caracteriza como uma doença inflamatória das mucosas do nariz, que acontece em reação a algum alérgeno, como ácaros ou poeira. A rinite alérgica tem características hereditárias, porém, mesmo que os pais não apresentem o distúrbio, ela ainda pode se manifestar. A RA é diagnosticada, normalmente, durante a infância, a partir de 1 ano de idade, a investigação acontece quando a criança começa a apresentar os sintomas característicos da doença, ou seja, o diagnóstico inicial é clínico. Ainda assim, os sintomas podem aparecer mais tarde, sendo os mais comuns a obstrução nasal, coriza hialina, espirros e prurido nasal que iniciam após a exposição aos alérgenos como poeira, ácaros, pólen, pelos de animais, poluentes ambientais (como fumaça de cigarro) e entre outros (ABORL-CCF, 2017).

Esses sintomas influenciam na qualidade de vida desse público, a qual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), envolve o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, ou seja, a qualidade de vida está relacionada com a satisfação individual de cada um. Por isso, a inibição da qualidade de vida de uma pessoa se torna algo tão preocupante (BVS, 2013).

Fato que ocorre quando o indivíduo possui rinite alérgica, a qual possui influência na vida cotidiana das pessoas, repercutindo em sua produtividade, no seu sono, em seu aprendizado e em sua vida social. De forma geral, os pacientes se sentem incomodados pela obstrução nasal, coriza e espirros, além de se sentirem cansados durante o dia em prol da noite mal dormida. Também vivenciam sintomas não nasais, como sede, baixa concentração e cefaleia. Por isso, apresentam limitações em suas atividades diárias. Os adolescentes, em particular, manifestam maior dificuldade com a concentração (NUNES et al., 2009).

Conforme o Protocolo de Rinite Alérgica de Belo Horizonte (2012), a qualidade de vida dos portadores é classificada de acordo com a duração e a gravidade dos sintomas. Os classificados como intermitentes apresentam sintomas leves e com uma

frequência de menos de quatro dias na semana e por menos de quatro semanas consecutivas no ano. Já os classificados como alérgicos persistentes apresentam sintomas considerados mais graves e mais frequentes. Essa classificação é considerada importante, visto que ela ajuda o médico no acompanhamento e tratamento dos pacientes com RA.

Objetivou-se com esse resumo realizar uma revisão bibliográfica sobre a RA e as consequências negativas que ela provoca na vida de crianças e adolescentes, para que, assim, torne-se possível encontrar maneiras de melhorar a qualidade de vida desse público, por meio do tratamento adequado da doença.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca da rinite alérgica, bem como suas consequências na vida dos portadores da doença e as formas de diminuí-las. A pesquisa foi realizada com o uso de fontes de caráter confiável, ou seja, através de artigos científicos, periódicos, livros e websites. A pesquisa foi desenvolvida de forma a gerar entendimento com facilidade, objetividade e clareza, organizando os trabalhos consultados de forma a integrar os conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida utilizando duas bases de dados, a Scielo e o Google acadêmico, uma ferramenta de pesquisa que permite encontrar trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Foram incluídos nesse estudo literaturas que faziam menção a relação da rinite alérgica com a qualidade de vida dos indivíduos, apresentando dados estatísticos acerca dos malefícios da doença, que exploravam as formas de tratamento e bibliografias que tratavam de alergias respiratórias em geral.

Foram selecionados artigos publicados entre 2005 a 2020, escritos em português. Optou-se pela busca por termos livres, sem o uso de vocabulário controlado (descritores). Os critérios de inclusão e exclusão foram baseados na relevância científica e social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As alergias respiratórias se caracterizam por uma reação de hipersensibilidade tipo I, pois resultam de uma resposta imunológica à alérgenos. São doenças multifatoriais causadas pela interação de fatores genéticos e exposição a fatores ambientais. As alergias respiratórias que comumente acometem a população brasileira são a sinusite, a asma e a rinite alérgica. A hipersensibilidade se refere as respostas imunes exageradas ou inadequadas, causadoras de reação inflamatória e/ou dano tecidual (GALVÃO, 2005).

A rinite alérgica é a manifestação de hipersensibilidade mais comum, atingindo, de acordo com a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (2017), cerca de 20 a 30% da população, enquanto que a asma atinge aproximadamente 10%.

Segundo a Instituição Oncoguia (2017), o nariz é composto por mucosas que têm como função umedecer, aquecer e filtrar os componentes do ar que respiramos, impedindo que partículas grandes ultrapassem as vias respiratórias e cheguem até os pulmões. A rinite acontece quando ocorre a inflamação dessas mucosas nasais. Ela pode ser classificada como rinite alérgica, crônica ou infecciosa. A rinite é chamada crônica quando o indivíduo não consegue se recuperar da inflamação, apresentando os sintomas por três meses ou mais, já na rinite infecciosa os sintomas podem durar

de 7 a 10 dias e, por último, a rinite alérgica, na qual a inflamação é decorrente do contato com substâncias alérgicas.

De acordo com a Sociedade de Pediatria Brasileira (2017), a rinite alérgica é a alergia respiratória que mais afeta a população brasileira, diminuindo a qualidade de vida e afetando o desempenho escolar e social de crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos). De acordo com os dados do ISAAC – *The International Study of Asthma and Allergies in Childhood* 29,6% dos adolescentes e 25,7% das crianças brasileiras apresentam manifestações sintomáticas de RA. Além disso, o estudo também concluiu que o Brasil está entre os países que possuem o maior número de pessoas com rinite ou asma no mundo. Questão de saúde pública visto que pessoas que têm rinite alérgica possuem distúrbios do sono, devido a obstrução nasal e a coriza que prejudicam a respiração.

O sono é de suma importância para a saúde dos indivíduos. É durante o sono que o nosso corpo se recupera das atividades diárias e repõe as energias para uma nova jornada, entre outras funções que são vitais para o bom funcionamento do organismo, como a consolidação da memória. Por isso, uma noite de sono de qualidade se torna de suma importância, contando com, no mínimo, 6 horas por dia sem interrupções (FUNCHAL, 2020).

Em estudo realizado por Nunes et al. (2009) com indivíduos que possuem RA, 68% dos que manifestavam RA perene e 48% daqueles com RA sazonal relataram que a doença interferia no sono. Além disso, evidências mostram que, na adolescência, a interrupção do sono, ainda que parcial, prejudica o desempenho cognitivo, levando a maior frequência de doenças do aprendizado, do comportamento e da atenção, além de possuir um efeito sobre a saúde mental, podendo ocasionar doenças psiquiátricas, depressão e ansiedade.

Fato preocupante, visto que durante a fase escolar o indivíduo se desenvolve cognitivamente de forma a ingressar no ensino superior e, posteriormente, seguir para o mercado de trabalho. Se a capacidade de aprendizado do estudante está prejudicada, isso está prejudicando também sua capacidade de evoluir social e economicamente, repercutindo em todas as áreas da vida do portador de RA (Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2005).

Outro impacto da rinite alérgica está no fato de que evitar o contato com alérgenos impede que os portadores da doença participem de atividades do dia a dia, como acampamentos e entre outros. Assim, sua habilidade de integração fica prejudicada e podem surgir distúrbios emocionais. Em um estudo feito por Nunes et al. (2009) com 1948 indivíduos, os parâmetros que foram apontados como os de maior influência na perspectiva social foram: embaraço (70%), frustração (72%) e problemas práticos (98%). Os problemas práticos citados foram a inconveniência de carregar lenços, a necessidade de "esfregar" o nariz ou os olhos e de assoar o nariz repetidamente, em público.

Dessa forma, o Ministério da Saúde (2015) enfatiza a necessidade de medidas que diminuam ou extingam as consequências da RA no dia a dia do jovem e do adolescente. Toda terapia que alivie os sintomas da rinite alérgica pode obter resultado de melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Mesmo que se faça um controle ambiental, ou seja, evitar o contato com o alérgeno, ainda se torna necessário o uso de farmacoterapia. Para o caso de não ser possível evitar o contato com o alérgeno ou caso não se obtenha resultado com o uso de medicamentos, usa-se a imunoterapia que consiste na aplicação de injeções ou gotas sublinguais com doses controladas da substância, com o objetivo de tornar o organismo menos hiper-reactivo a ela.

Na maioria das vezes, as causas da rinite alérgica estão dentro de casa. Esse fato só ganhou importância após a identificação dos alérgenos domiciliares, como os ácaros. Por isso, médicos recomendam a adoção de medidas de controle ambiental até mesmo quando não forem totalmente eficazes, pois podem, de maneira geral, melhorar a qualidade de vida do paciente. Além disso, é válido saber que, mesmo que o alérgeno seja removido, o benefício pode demorar de semanas a meses para ser notado (GALVÃO, 2005).

De acordo com o IV Consenso Brasileiro sobre Rinites, as medidas para controle ambiental na casa do paciente são a localização, que deve ser longe de fábricas ou oficinas, evitar o fumo e animais de estimação. Já as medidas para o quarto do paciente são forrar colchões e travesseiro com capas apropriadas e laváveis e sempre que possível expô-los ao sol, evitar colchões de penas, as roupas de cama devem ser lavadas com água quente ( $> 70^{\circ}\text{C}$ ), usar somente edredom, não manter no dormitório objetos que facilitem o acúmulo de pó, manter o mínimo de mobília necessária e, se possível, não utilizar cortinas.

Os fármacos mais utilizados para alívio dos sintomas da rinite alérgica são os anti-histamínicos administrados por via oral, com ou sem associação com descongestionantes e os anticolinérgicos (principalmente a coriza). Para o controle do quadro entre as crises são utilizados os corticosteroides tópicos nasais que são a principal escolha para o tratamento crônico da doença. Em casos mais graves, os corticosteroides sistêmicos podem ser prescritos (GALVÃO, 2005).

Para o tratamento da RA é recomendado os anti-histamínicos de segunda geração, pois reduzem de maneira eficiente os sintomas nasais, exceto pela obstrução nasal. Já os corticosteroides intranasais possuem ação sobre a obstrução nasal, dessa forma, é indicado como mais eficaz que os anti-histamínicos (ABORL-CCF, 2017).

## CONCLUSÃO

A rinite alérgica possui consequências negativas na vida das crianças e adolescentes, repercutindo em quase todas as áreas de ação do indivíduo como no seu sono, aprendizado, vida social e econômica e até em sua produtividade. Felizmente, o uso de anti-histamínicos associados ao uso de descongestionantes nasais ou o uso de corticosteroides intranasais são considerados seguros e eficazes no tratamento dos sintomas da rinite alérgica, pois possuem grande potencial de resolutividade quando usados da forma correta. Além disso, intervenções como o controle ambiental e a imunoterapia são de fundamental importância para reduzir o sofrimento do indivíduo, promovendo sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OTORRINOLARINGOLOGIA E CIRURGIA CÉRVIDO-FACIAL. IV CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINITES. **Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial**, 2017. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Consenso\\_Rinite\\_9\\_-27-11-2017\\_Final.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Prevalência e gravidade de asma, rinite e eczema entre crianças e adolescentes de Feira de Santana, BA, por questionário do International Study of Asthma and Allergies in

Childhood (ISAAC). **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2013. Disponível em: <[http://aaai-asbai.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=638](http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=638)>. Acesso em: 12 maio. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA. Controle ambiental é uma das saídas para quem tem rinite alérgica. **Associação Brasileira de Alergia e Imunologia**, 2017. Disponível em: <<http://asbai.org.br/controle-ambiental-e-uma-das-saidas-para-quem-tem-rinite-alergica/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Qualidade de vida em 5 passos. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260\\_qualidade\\_de\\_vida.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CAMELO-NUNES, Inês Cristina; SOLÉ, Dirceu. Rinite alérgica: indicadores de qualidade de vida. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, 18 set. 2009.

SOCIEDADE AMERICANA DE CANCER. A Cavidade Nasal. **Equipe Oncoguia**, 2017. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/a-cavidade-nasal/2806/501/#:~:text=A%20cavidade%20nasal%20e%20os,Dar%20resson%C3%A2ncia%20%C3%A0%20voz>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

FUNCHAL, Bruno. A influência do sono na qualidade de vida. **Hospital Santa Paula**, 2020. Disponível em: <<https://www.santapaula.com.br/a-influencia-do-sono-na-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GALVÃO, Clóvis Eduardo Santos; CASTRO, Fábio F. Morato. As alergias respiratórias. **Revista de Medicina**, São Paulo, 26 mar. 2005.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Protocolo da Rinite Alérgica. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 2012. Disponível em: <[http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica\\_13022015.pdf](http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica_13022015.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças respiratórias crônicas - rinite. **Ministério da saúde**, 2015. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/35312-doencas-respiratorias-cronicas-rinite>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rinite alérgica. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, 29 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/noticias/nid/rinitealergica/#:~:text=A%20rinite%20al%C3%A9rgica%20%C3%A9%20a,maior%20na%20sa%C3%BAde%20das%20crian%C3%A7as>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SPARTA, Mônica; GOMES, Willian. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005.

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM PELO MENOS SEIS CONSULTAS PRÉ-NATAL REALIZADAS, SENDO A PRIMEIRA ATÉ A 20ª SEMANA DE GESTAÇÃO

Ana Carolina Pasquali Roncaglio, [anacarolpr23@gmail.com](mailto:anacarolpr23@gmail.com)<sup>1</sup>  
Gabriela Souza Matos, [gabrielasouzamatatos1609@gmail.com](mailto:gabrielasouzamatatos1609@gmail.com)<sup>1</sup>  
Ana Paula Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Dayane Carla Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>  
Solange de Bortoli Beal [Solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:Solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>  
Talita Czekster [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

- 1- Alunos do curso de medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe
- 2- Professores do curso de medicina da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe

### RESUMO

A gestação é um período de modificação fisiológica que envolve os fatores biopsicossociais da família que vai receber a criança, por isso um atendimento integral por parte da equipe de atenção básica é relevante. O Sistema Único de Saúde (SUS) preconiza no mínimo seis consultas de pré-natal durante toda a gravidez. A importância de realizar a primeira consulta até a vigésima semana garante uma captação precoce da gestante, evitando possíveis complicações, bem como tratar adequadamente as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e minimizar os agravos como diabetes e hipertensão gestacional. Este estudo avalia a proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação em uma unidade básica de um município do meio oeste do estado de Santa Catarina. Os dados foram colhidos do sistema informatizado do município no período de setembro de 2019 a abril de 2020, de acordo com a Portaria nº 3.222/2019 e analisados mediante estatística simples. Dessa maneira, a partir dos dados epidemiológicos obtidos das 35 gestantes cadastradas, 30 realizaram a primeira consulta até a 20ª semana de gestação, porém apenas uma usuária se enquadra no quesito de no mínimo seis consultas de pré-natal preconizado pelo SUS.

**Palavras-chave:** pré-natal; consulta; gestantes; gestação; Unidade Básica de Saúde (UBS); Sistema Único de Saúde (SUS);

### INTRODUÇÃO

A unidade básica de saúde (UBS) é considerada a porta de entrada no sistema de saúde. É ponto de atenção estratégico que acolhe também as necessidades das gestantes, inclusive proporcionando um acompanhamento longitudinal e continuado, durante a gravidez (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O acolhimento da gestante na atenção básica implica a integralidade do cuidado, a partir da recepção da usuária, do favorecimento do vínculo por meio de uma escuta qualificada e da avaliação de vulnerabilidades de acordo com o seu contexto social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

No pré-natal de baixo risco o atendimento é realizado pela equipe de saúde da área de abrangência, por meio de consultas alternadas com médico e enfermeiro. Sempre incluir o companheiro da gestante nas consultas e monitorar os retornos. As visitas domiciliares devem acontecer pelos agentes comunitários de saúde (ACS) e pela equipe mensalmente, se necessário. A equipe multidisciplinar é responsável por identificar o hospital de emergência de baixo risco para o parto e agendar a consulta de puerpério (para a mãe e o recém-nascido) para a primeira semana pós-parto. Em uma gestação de alto risco o pré-natal ocorre por meio de um serviço referenciado e especializado para esse tipo de gestação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A gestação é um acontecimento fisiológico e relevante na vida da mulher. É um período que envolve mudanças dinâmicas do olhar físico, social e emocional das gestantes e que deve ter um bom acompanhamento por parte dos profissionais que compõe a UBS durante o Pré-natal (SAMPAIO; ROCHA; LEAL, 2016).

De acordo com, Ballsels et al. (2018), no Brasil, a assistência do Pré-natal engloba principalmente os aspectos psicossociais, atividades educativas e preventivas, visando um nascimento saudável e assim um menor impacto negativo para saúde materna e fetal.

Segundo Krause et al. (2017), o Sistema Único de Saúde (SUS) preconiza no mínimo seis consultas de pré-natal durante toda a gravidez. A importância de realizar a primeira consulta até a vigésima semana garante uma captação precoce da gestante, evitando possíveis complicações como por exemplo malformações cardíacas e neurológicas, bem como tratar adequadamente as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e minimizar os agravos como diabetes e hipertensão gestacional.

Em 2019, o Ministério da Saúde instituiu o Programa Previne Brasil que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Esse programa baseia-se em indicadores de Desempenho e entre eles está a proporção de gestantes com pelo menos seis consultas de pré-natal realizadas, sendo a primeira consulta até a 20<sup>a</sup> semana de gestação.

## OBJETIVOS

Identificar gestantes de até vinte semanas que não fizeram a primeira consulta do pré-natal. Como também, fazer comparativo em relação ao número total de gestante com vinte semanas e com as que realizaram a primeira consulta no período de setembro de 2019 a abril de 2020.

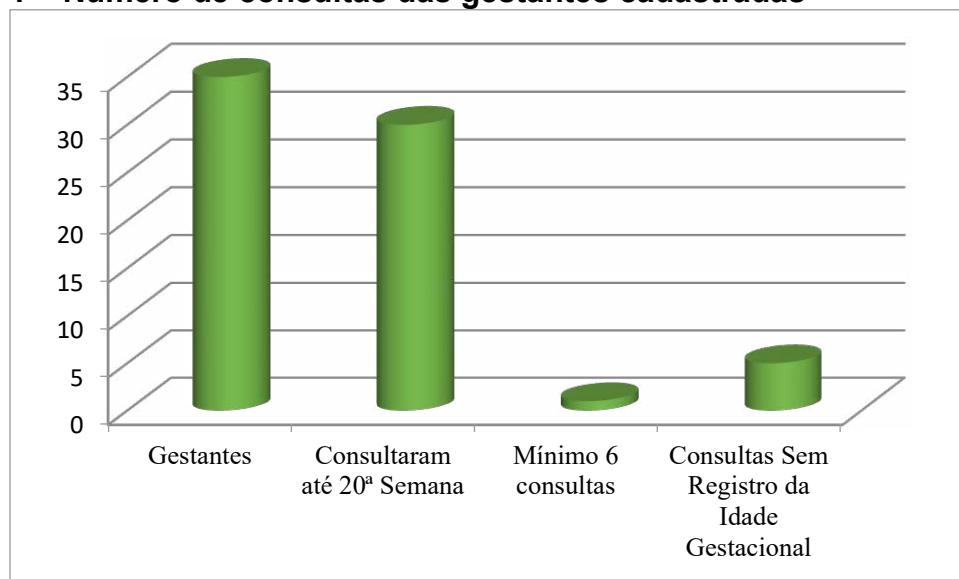
## METODOLOGIA

Estudo quantitativo, a partir dos dados fornecidos pelos relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do sistema informatizado do município, em que os dados são exportados mensalmente ao e-SUS. O trabalho engloba os meses de setembro de 2019 a abril de 2020, segundo relatórios de gestantes cadastradas em uma unidade básica de saúde de um município de Santa Catarina.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Gráfico 1 demonstra que em um total de 35 gestantes, trinta consultaram pelo menos uma vez até a 20<sup>a</sup> semana, isso representa 86% das grávidas em amostra desse dado. Entretanto, apenas 2,85% do total em estudo tiveram no mínimo seis consultas de Pré-natal. Porém, cinco dessas gestantes não apresentam registro da Idade Gestacional.

**Gráfico 1 – Número de consultas das gestantes cadastradas**



Fonte: As autoras (2020)

De acordo com a Portaria nº 570, de 1º de junho de 2000 – Ministério da Saúde deve-se realizar a primeira consulta de pré-natal até o quarto mês de gestação e no mínimo seis consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre. A partir da análise do gráfico, a maioria das gestantes enquadra-se nessa portaria preconizada pelo SUS em relação à primeira consulta até a 20<sup>a</sup> semana. Entretanto, das 35 mulheres cadastradas no estudo, somente uma realizou a quantidade mínima de consultas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde. Conclui-se que existe uma abordagem inicial, porém não há uma continuidade dos cuidados básicos do pré-natal, o que pode caracterizar uma alimentação incorreta do sistema de informação.

A Tabela 1 mostra os dados das consultas de pré-natal das gestantes cadastradas de uma Unidade Básica de Saúde em um município em Santa Catarina, a qual expressa a Idade Gestacional, o número respectivo de consultas e o número de gestantes que consultaram nesses períodos.

**Tabela 1 – Quantidade de gestantes que realizaram consultas de acordo com a idade gestacional**

Idade Gestacional	Número total de consultas	Número de gestantes
0 a 10 semanas	18	14

<b>10 a 20 semanas</b>	39	21
<b>Acima de 20 semanas</b>	29	17

Fonte: As autoras (2020)

A partir da análise da Tabela 1 percebe-se uma maior adesão das pacientes nas consultas entre a 10<sup>a</sup> e 20<sup>a</sup> semana de gestação. Fato, que reforça necessidade de mais estudos com relação ao cadastro dessas mulheres e acompanhamento pela equipe de saúde durante o pré-natal, pois quanto mais cedo a captação dessa gestante uma melhor intervenção poderá ser realizada, tanto de forma preventiva, educativa e terapêutica. De acordo com o Ministério da Saúde, o primeiro trimestre é o mais importante para o início do acompanhamento da gestante, devido as grandes mudanças embriológicas e um cuidado precoce.

## LIMITAÇÕES

O estudo realizado apresentou limitações importantes, devido as unidades básicas de saúde não estarem recebendo acadêmicos, o que tornou os dados mais restritos e fornecidos, assim, diretamente pela Secretaria Municipal da Saúde. Além disso, as informações disponibilizadas, como por exemplo, a idade gestacional não estava completa para algumas gestantes, dificultando a análise.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ursulla Vilella; SANTOS, Juliete Bispo; DUARTE, Caianá. **A percepção da gestante sobre a qualidade do atendimento pré-natal em UBS, Campo Grande, MS.** Revista Psicologia e Saúde, v. 11, n. 1, p. 53-61, 2019.

BALSELLS, Marianne Maia Dutra et al. **Avaliação do processo na assistência pré-natal de gestantes com risco habitual.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 31, n. 3, p. 247-254, 2018.

KRAUSE, Kelly de Moura Oliveira et al. **Percepção das gestantes sobre o pré-natal em um centro de atendimento do interior do sul do Brasil.** Aletheia, v. 50, n. 1 e 2, 2017.

LEAL, Maria do Carmo et al. **Assistência pré-natal na rede pública do Brasil.** Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 08, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA N° 570, DE 1º DE JUNHO DE 2000. Brasil, 2000 [INTERNET]. Acessado dia 18/06/2020. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570\\_01\\_06\\_2000\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570_01_06_2000_rep.html)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assistência Pré-natal, 1998. [INTERNET]. Acessado dia 21/06/2020. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre\\_natal.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre_natal.pdf)

NASCIMENTO, Marcos et al. **Saúde Materna: a importância da assistência pré-natal.** Cadernos UniFOA, v. 4, n. 1 (Esp.), p. 97-101, 2017.

SAMPAIO, Aline Fernanda Silva; ROCHA, Maria José Francalino da; LEAL, Elaine Azevedo Soares. **Gestação de alto risco: perfil clínico-epidemiológico das gestantes atendidas no serviço de pré-natal da maternidade pública de Rio Branco, Acre.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 18, n. 3, p. 559-566, 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, à coordenação do curso de Medicina, as professoras da disciplina de IESC e à Secretaria Municipal de Saúde do município.

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE

Ana Paula G. Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)  
 Letícia Rafaellen de Mattos [leticia.rafaellen@outlook.com](mailto:leticia.rafaellen@outlook.com)  
 Marcos Vinícius Folador [marcosvinicios63@hotmail.com](mailto:marcosvinicios63@hotmail.com)  
 Mylena Ribeiro da Silva [ribeiromylena@outlook.com](mailto:ribeiromylena@outlook.com)  
 Talita Czekster [talitaczekster@uniarp.edu.br](mailto:talitaczekster@uniarp.edu.br)

### RESUMO

O presente estudo tem como finalidade avaliar e quantificar o número de gestantes que realizaram exames para sífilis e HIV na rotina do pré-natal em uma Unidade Básica de Saúde do meio oeste catarinense. A realização destes exames nas primeiras consultas do pré-natal é imprescindível para identificar precocemente estas patologias bem como realizar o planejamento de um tratamento mais eficiente. O estudo com abordagem quantitativa descritiva referiu-se à verificação de relatórios advindos da coleta de dados realizada na UBS e apontou que 50 gestantes realizaram as consultas do pré-natal no período de 01 de setembro de 2019 a 30 de abril de 2020. Das 50 gestantes cadastradas, apenas 24 realizaram os exames para sífilis e HIV, correspondendo a apenas cerca de 48% da cobertura total. Dado o exposto, a obtenção de dados referentes a determinado indicador é prejudicada devido a dificuldade de coleta dos mesmos, escassez de profissionais para preencher a demanda e a inexistência de uma comunicação do Sistema Único de Saúde com os atendimentos em redes particulares.

**Palavras-chaves:** Gestação, Sífilis, HIV, Exames

### INTRODUÇÃO

A realização do pré-natal desde o início da gravidez é de suma importância para a identificação precoce de algumas patologias, sejam elas da mãe ou do feto, como também para maximizar a possibilidade de um desenvolvimento saudável do bebê e consequentemente reduzindo os riscos da gestante. A implantação de testes rápidos que são realizados nas primeiras consultas do pré-natal possibilita o diagnóstico precoce da infecção pelo HIV e também a triagem de sífilis dentro da Atenção Básica. Esse diagnóstico precoce abre caminhos para a equipe multidisciplinar da Unidade Básica atuar em prol da segurança do feto e da mãe. (CESAR, et al. 2020)

A sífilis gestacional é uma doença infecciosa que passa de forma vertical, da mãe para o feto. Cerca de três quartos dos recém nascidos são acometidos por meio da sífilis congênita, causando perda fetal, aborto espontâneo, baixo peso ao nascer e outros problemas neonatais. A detecção da mesma é feita por meio da triagem sorológica da gestante através de testes não treponêmicos, como o VDRL. E diante de um diagnóstico eficiente e pontual o manejo da paciente se torna mais fácil, sendo indicado o tratamento à base de penicilina benzatina e também um

acompanhamento durante o pré-natal e próximo a 30<sup>a</sup> semana de gestação. (CESAR, et al. 2020)

Além do diagnóstico da sífilis, o pré-natal possibilita a identificação de gestantes portadoras do vírus HIV, este que ataca as células do sistema imunológico destruindo os glóbulos brancos. A identificação da gestante com HIV é necessária devido ao risco de transmissão vertical para o seu RN, seja durante o trabalho de parto, intraútero essencialmente nas últimas semanas de gestação e no momento do aleitamento materno. A precocidade do diagnóstico possibilita um melhor planejamento para o decorrer da gravidez e também realizar o atendimento adequado a gestante. (LIMA, et al. 2016)

Criada em 12 de novembro de 2019, o Programa Previne Brasil, instituído pela portaria nº2.979, estabelece um novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. A ideia desse programa, é reestruturar a forma como o Governo Federal realiza a distribuição dos recursos, com isso, os municípios terão metas de qualidades para serem cumpridas. Ao todo, ficaram definidos 21 indicadores, definidos a partir da relevância epidemiológica e clínica do país, como doenças crônicas mais predominantes. A remuneração ocorrerá por desempenho, ou seja, será calculado com base nos resultados dos indicadores alcançados pelas equipes, cumprindo a meta para cada indicador e condicionado ao tipo de equipe. Um dos indicadores a serem observados é a proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, o qual vem a justificar essa pesquisa. (BRASIL, 2019)

## OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo e quantificar o número de gestantes que realizaram exames para sífilis e HIV de setembro de 2019 a abril de 2020 em uma Unidade Básica de Saúde do meio oeste catarinense. Identificar o número de gestantes cadastradas e comparar ainda com a média de consultas realizadas por elas.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa descritiva. O mesmo abordou a verificação de relatórios advindos da coleta de dados em uma Unidade Básica de Saúde de uma cidade do meio oeste catarinense, a fim de identificar a incidência de realização de testes rápidos para sífilis e HIV em gestantes no mês de setembro de 2019 a abril de 2020.

A população abordada no estudo se limitou às gestantes cadastradas que realizaram o pré-natal na Unidade Básica de Saúde alvo do estudo.

As informações obtidas são advindas da coleta de dados pelos profissionais de saúde dentro da UBS e alimentados dentro do sistema informatizado do município seguidos da exportação para o e-SUS, este que, tem a finalidade de reestruturar as informações da Atenção Primária nas três esferas governamentais.

## RESULTADOS

Os resultados analisados apontaram a realização do cadastramento no sistema do município de 50 gestantes do período de 01 de setembro de 2019 a 30

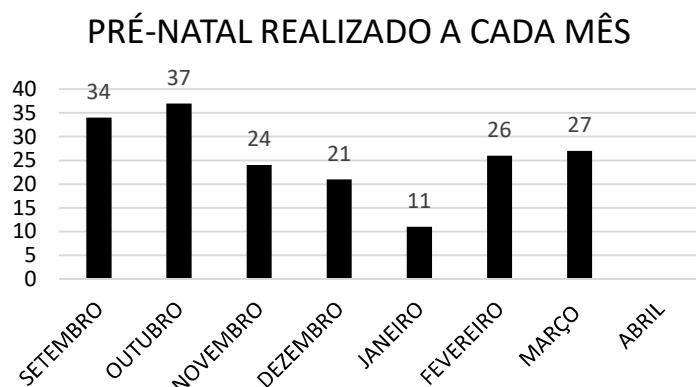
de abril de 2020, das quais apenas 24 gestantes realizaram os testes rápidos para sífilis e HIV, correspondendo a 48% do total. Esse número deixa clara a inconsistência entre as gestantes cadastradas no sistema do município e o número de testes rápidos que foram realizados na Unidade Básica de Saúde.

No período em que os dados foram coletados, as 50 gestantes realizaram 189 consultas do pré-natal, em média aproximadamente 4 consultas por gestantes. Apesar do grande número de gestantes que realizaram o pré-natal, houve uma baixa adesão na realização dos testes rápidos de sífilis e HIV.

No mês de setembro foram realizadas 34 consultas, representando 17,9% do total, e no mês de outubro esse número permaneceu constante, totalizando 37 consultas (19,57%). Em novembro e dezembro o número de consultas teve uma pequena queda, porém nada muito significativo, correspondendo a 24 consultas no mês de novembro e 21 no mês de dezembro.

Já no mês de janeiro a quantidade de consultas decaiu significativamente devido ao recesso de final de ano. Foram realizadas 11 consultas de pré-natal, correspondendo a 5,8% do total. Já nos dois meses seguintes, com o retorno das atividades da UBS o número de consultas voltou a crescer, chegando a 26 (13,75%) e 27(14,28%) consultas nos meses de fevereiro e março respectivamente.

Em abril as atividades das Unidade Básica de Saúde foram suspensas devido a pandemia do novo COVID-19 e assim o número de consultas do pré-natal caiu para 9, representando apenas 4,9% do total.



Fonte: os autores (2020).

No que tange aos motivos pelos quais os dados apresentam divergências em relação aos números agregados ao sistema, deve-se pautar alguns tópicos fundamentais para a dificuldade da obtenção de números mais exatos. O cadastramento desses números está diretamente ligado ao repasse governamental para o funcionamento da unidade, portanto, é imprescindível que esses dados sejam coletados de forma a identificar a realidade local.

A Unidade Básica de Saúde alvo do estudo, fica localizada numa região que abrange uma população de classe média a alta. Portanto, um dos fatores para o número de gestantes cadastradas pelos Agentes Comunitários de Saúde não corresponder ao número de gestantes que realizam o pré-natal na UBS se deve a preferência, na maioria das vezes, da realização do mesmo no âmbito particular. Sendo assim a realização dos testes rápidos e o acompanhamento da gestante, ficam prejudicados, afetando diretamente a coleta dos dados.

Além disso, a cobertura realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde não é eficaz. A escassez de profissionais que realizem a cobertura total do bairro prejudica diretamente na coleta de dados e dificulta a busca ativa por novas gestantes que necessitem do atendimento na Unidade Básica de Saúde. Por fim, é necessário frisar que a dificuldade de os profissionais de saúde compreenderem o funcionamento do sistema informatizado que coleta estes dados torna o procedimento mais complexo, propenso a erros, bem como ao desaparecimento de dados.

Dessa forma, o estudo evidencia que existem dificuldades significativas no funcionamento do Sistema Único de Saúde, mais especificamente na obtenção dos dados de seus indicadores. É relevante destacar a importância de melhorar a qualidade dos meios de obtenção de dados bem como aumentar o número de profissionais que realizem a busca ativa dos mesmos.

## **LIMITAÇÕES**

O referente estudo apresentou algumas limitações, visto que a obtenção de dados com informações sobre as condições de saúde do paciente apresentou possíveis incoerências entre os dados obtidos e a realidade encontrada, e assim, dificultando a quantificação reais dos dados. É importante ressaltar que devido a pandemia do COVID-19 e a suspensão das atividades das Unidades Básicas de Saúde, a obtenção de dados nesse período foi prejudicada, afetando diretamente a análise dos dados referentes neste estudo.

## **RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO**

Sugere-se que mais estudos na área sejam realizados e que possam abranger um número maior de gestantes em âmbito municipal.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Corrêa, Maria Suely Medeiros et al. Acolhimento no cuidado à saúde da mulher no puerpério. *Cadernos de Saúde Pública* [INTERNET]. 2017, v. 33, n. 3 [Acessado 26 Maio 2020] , e00136215. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00136215>>. Epub 03 Abr 2017. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00136215>.

DO NASCIMENTO GOUVÊA, et.al. Incidência de sífilis e HIV em gestantes privadas de liberdade no Rio de Janeiro/Incidence of syphilis and HIV in pregnant women deprived of liberty in Rio de Janeiro. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 2, n. 3, p. 1596-1603, 2019.

HOLANDA, Maria Tereza Costa Gomes de et al. Perfil epidemiológico da sífilis congênita no Município do Natal, Rio Grande do Norte-2004 a 2007. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 20, n. 2, p. 203-212, 2011.

MIRANDA, Angélica Espinosa et al . Prevalência de sífilis e HIV utilizando testes rápidos em parturientes atendidas nas maternidades públicas de Vitória, Estado do Espírito Santo. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba , v. 42, n. 4, p. 386-391, Aug. 2009 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822009000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822009000400006&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822009000400006>.

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador.

## **AGRADECIMENTOS**

Agrademos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina, Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC

**PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL  
AFERIDA EM CADA SEMESTRE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE UM MUNICÍPIO  
DO MEIO OESTE CATARINENSE**

Eduarda Faganello [duda.faganello@hotmail.com](mailto:duda.faganello@hotmail.com)<sup>1</sup>

Eudiane Tábita Zanchet [euudizanchet@hotmail.com](mailto:euudizanchet@hotmail.com)<sup>1</sup>

Joyce Kelly Busolin Jardim [joycekellybusolin@outlook.com](mailto:joycekellybusolin@outlook.com)<sup>1</sup>

Ana Paula G. Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane C. Borille [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Talita Czekster [talita.czektster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czektster@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Alunos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>2</sup> Professores do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

## RESUMO

A hipertensão arterial é uma patologia crônica muito presente no Brasil, na qual pormenoriza a pressão sanguínea com uma taxa elevada nas artérias. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar os dados de pessoas hipertensas, através de relatórios disponibilizados pela Secretaria de Saúde, referentes a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município do meio oeste catarinense, com dados de pacientes que tiveram sua pressão arterial aferida no período de setembro de 2019 a abril de 2020. Os resultados obtidos retratam que a aferição realizada em atendimentos na UBS é majoritariamente mais presente no sexo feminino, com uma diferença de 436 pessoas em relação ao sexo masculino. Sendo que, desses pacientes, os quais realizaram atendimento, o sexo feminino também apresenta uma elevação da taxa de assistência comparada aos homens, evidenciando um contraste de 111 indivíduos. Por conseguinte, as mulheres denotam uma taxa mais elevada de frequência na aferição da pressão arterial, sendo pertinente para um controle melhor da doença.

**PALAVRAS-CHAVE:** hipertensão arterial; doença crônica; pressão arterial; hipertensos; doença cardiovascular.

## INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial é considerada uma doença crônica e degenerativa, a qual é caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias. Ela ocorre quando os valores das pressões máxima e mínima são iguais ou superiores a 140/90 mmHg respectivamente. Esse agravo faz com que o coração tenha que exercer um esforço maior para que o sangue seja distribuído corretamente para os tecidos do corpo. Por ser considerada assintomática na maioria das vezes, é considerada um dos principais fatores de risco para doenças relacionadas ao acometimento cardíaco, renal, cerebral e vascular periférico (PASSOS et al, 2006).

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), atualmente no Brasil um em cada quatro adultos são acometidos pela hipertensão arterial, fato decorrente da modificação no perfil da população em relação a seus hábitos alimentares e de vida, os quais têm sido agravados pelas rotinas cada vez mais aceleradas e desgastantes, o que os faz deixar a saúde em segundo plano.

Frequentemente, a hipertensão arterial associa-se a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e estruturais de determinados órgãos-alvo e é progressivamente agravada pela presença de fatores de risco, com obesidade, Diabetes Mellitus e dislipidemia (MALACHIAS, et al, 2016). Pode ser detectada através de exames laboratoriais e aferição frequente da pressão arterial, porém deve ser sempre diagnosticada por médicos responsáveis (CAMARGO, et al, 2019).

A hipertensão arterial é herdada dos pais em 90 % dos casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019), mas há diversos fatores que influenciam nos níveis de pressão arterial, como o consumo excessivo de sódio, por exemplo. De acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE (POF 2008-2009), o brasileiro consome mais que o dobro (quase 12 g) da quantidade recomendada (5g) de sódio pela Organização Mundial de Saúde, esse excesso é decorrente dos nocivos hábitos alimentares adquiridos pela população nos dias de hoje.

Nesse viés, nos países em desenvolvimento como o Brasil, o crescimento da população idosa associado a mudanças nos padrões alimentares e estilo de vida possuem grande impacto sobre o padrão de morbimortalidade. Isso porque, o gradativo aumento de doenças crônicas como a hipertensão, tem favorecido o envelhecimento populacional e levado a uma constante redução na qualidade de vida dos indivíduos (PASSOS, et al, 2006).

Outro fator muito relevante é que mulheres e indivíduos com idades de 55 a 64 anos reconhecem mais sua condição de hipertensos quando comparados a homens e àqueles indivíduos situados na faixa etária de 35 a 44 anos, respectivamente. Isso induz ao fato de que mulheres e idosos buscam mais os serviços preventivos de saúde e possuem maior percepção de sinais e sintomas indicativos de doenças, comparativamente a homens e jovens (ANDRADE, et al, 2015).

Todavia, existem evidências médicas de que medidas de pressão arterial frequentes podem identificar adultos com maior risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, em razão da hipertensão. Desse modo, por ser considerada uma doença assintomática na maioria das vezes, ocasionando apenas breves sintomas em casos de crises hipertensivas, é inegável a importância do controle da pressão arterial ao menos uma vez no semestre, com o propósito de garantir seu controle (PASSOS, et al, 2006).

Diante do exposto, essa pesquisa visa trabalhar com as metas atribuídas pelo Ministério da Saúde através do Programa Previne Brasil, instituído em 2019 a partir de 7 indicadores de desempenho, sendo um deles atingir no mínimo 50% da população hipertensa de cada bairro com sua pressão arterial aferida no semestre. Dessa forma, níveis satisfatórios serão atingidos e consequentemente, haverá maior prevenção e controle desse agravio, a fim de garantir uma melhor qualidade de vida da população local e redução das doenças relacionadas a essa problemática.

## OBJETIVOS

Analizar o número de hipertensos cadastrados e acompanhados por meio da aferição de pressão arterial em uma unidade básica de saúde de um município do

meio oeste catarinense, através da frequência de aferição da pressão arterial no período de oito meses, além da divisão por faixa etária e sexo, fazendo um comparativo. Além disso, verificar a quantidade de aferições realizadas no período destacado e quantos pacientes foram atendidos.

## METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado a partir de um estudo quantitativo e descritivo dos hipertensos de uma Unidade Básica de Saúde de um município do oeste catarinense, no período entre setembro de 2019 a abril de 2020.

Fizeram parte do grupo estudado os hipertensos cadastrados na UBS que possuem a pressão arterial aferida regularmente. Os dados utilizados foram os disponíveis nos relatórios da Secretaria de Saúde do município, através do sistema informatizado, por meio do qual, as informações são exportadas mensalmente ao e-SUS.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram encontrados e selecionados 3 relatórios. Os critérios estabelecidos para a seleção foram baseados na quantidade de pacientes hipertensos cadastrados na Unidade Básica, quantas aferições foram realizadas no período, o total de pacientes atendidos com a pressão arterial aferida, a faixa etária e por fim, o sexo. Conforme o relatório referente a hipertensos cadastrados na Unidade, constatou-se um total de 502 pacientes, classificados conforme faixa etária. A quantidade de pacientes atendidos e de aferições realizadas, nos atendimentos, são mostradas na tabela 1.

**Tabela 1.** Número de atendimentos à pacientes hipertensos e número de aferições de pressão realizadas.

	Pacientes Atendidos	Aferições Realizadas em Atendimentos
<b>Sexo Masculino:</b>	161	636
<b>Sexo Feminino:</b>	272	1072
<b>Total:</b>	<b>433</b>	<b>1708</b>

Fonte: As autoras (2020)

Devido ao advento da pandemia do Coronavírus e a ausência de acadêmicos na Unidade Básica de Saúde, foi necessária uma coleta secundária de dados, sendo analisados através dos relatórios da Secretaria de Saúde do município. Diante disso, os dados disponibilizados apresentaram inconsistências nos valores, ocasionando dificuldade na interpretação e possíveis alterações não intencionais.

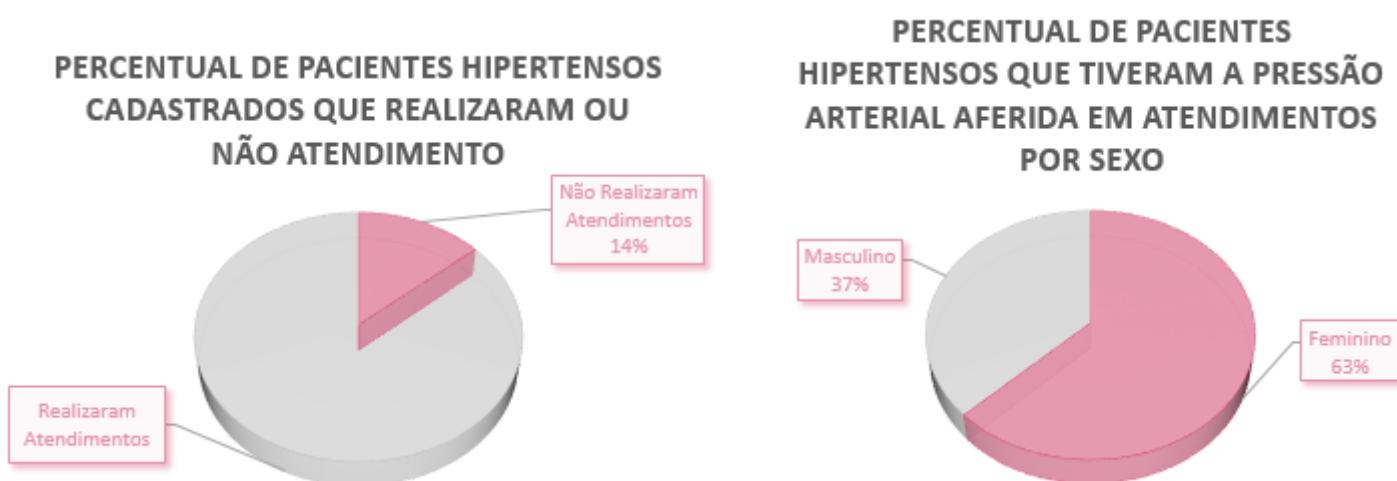
De acordo com os relatórios analisados, dentre os 502 pacientes hipertensos cadastrados na Unidade Básica, apenas 433 realizaram atendimento no período de um semestre, sendo feita também a aferição da pressão arterial. Esses pacientes cadastrados que realizaram consulta, encontraram-se separados conforme faixa etária e sexo. Referente a faixa etária, há 1 paciente menor que 1 ano de idade, 43 pacientes entre 20 e 40 anos, 394 pacientes entre 41 e 72 anos, 63 pacientes entre 73 e 100 anos e 1 paciente com mais de 100 anos. Levando-se em conta o sexo,

161 foram do sexo masculino e 272 do sexo feminino, resultando em uma diferença de 111 pacientes entre os sexos. Referindo-se também ao total de pacientes atendidos, houve 1708 aferições de pressão arterial nessa categoria, dentre elas, 1072 foram do sexo feminino e 636 do sexo masculino, resultando em uma diferença de 436 pessoas em relação ao sexo masculino. Referente ao total de pacientes hipertensos cadastrados na unidade, não houve relatórios com a divisão por sexo.

Analizando-se apenas o número de aferições realizadas no semestre, foi possível separar as aferições feitas na unidade, sendo 1747 aferições, e em domicílio 71 aferições, totalizando 1818. Referente a esse dado, não foi possível separar por faixa etária e sexo, ficando direcionado apenas aos números totais. Dentro desse dado, é possível relatar que comparando com o total de aferições em atendimentos, de 1708, há uma diferença de 39 aferições, dais quais foram realizadas sem que os pacientes comparecessem em uma consulta.

**Gráfico 1.** Hipertensos cadastrados e atendidos na unidade.

**Gráfico 2.** Hipertensos com pressão aferida por sexo.



Fonte: As autoras (2020)

Diante dos dados expostos, é possível inferir que a maioria dos pacientes que compareceram na Unidade Básica para consultas e que realizaram frequentemente a aferição da pressão, são do sexo feminino. Demonstrando assim, um maior cuidado em relação à hipertensão por parte das mulheres. Também, foi possível verificar que da totalidade de pacientes cadastrados na unidade, a maioria faz um acompanhamento adequado da condição crônica de saúde, já que os dados demonstraram a grande porcentagem de pacientes que foram atendidos no período, ficando claro que há um controle da pressão arterial por parte dessas pessoas. De acordo com a faixa etária, ficou evidente que a maior parte dos hipertensos se encontram entre 41 e 72 anos, havendo uma maior prevalência no sexo feminino.

Conforme a análise dos dados, é notório que há uma adesão eficiente dos hipertensos da unidade básica em controlar a pressão arterial frequentemente e realizar consultas periódicas, o que colabora para o controle da mesma. Com isso, os programas existentes, referente a pacientes hipertensos, ajudam a intensificar o controle da pressão arterial na população, promovendo um correto tratamento e melhoria da qualidade de vida, já que, ficou retratado que esse grande problema de saúde pública na região é controlado.

Contudo, os dados coletados na unidade podem ser melhor organizados pela Secretaria de Saúde, a fim de disponibilizar informações mais fidedignas que

permitam a compreensão da realidade da unidade de forma mais precisa. Desse modo, medidas necessárias podem ser tomadas com base em dados mais realísticos, como por exemplo, a separação por sexo dos pacientes hipertensos cadastrados na Unidade Básica, das aferições realizadas em domicílio e dos pacientes que não realizaram atendimento na UBS.

Por fim, é de suma necessidade intensificar a importância da aferição da pressão arterial de forma periódica, principalmente na população do sexo masculino, na qual apresentou os menores índices em relação ao sexo feminino, deixando evidente a pouca adesão dessas pessoas em controlar a condição clínica existente. É importante fazer essa intensificação não somente para pacientes que já apresentam a hipertensão arterial, mas também, para a população que está se inserindo na faixa etária em que os dados se mostraram mais acentuados. Feito isso, medidas de prevenção podem ser realizadas com antecedência, garantindo um melhor tratamento e controle da doença.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Silvânia Suely de Araújo et al. Prevalência de hipertensão arterial autorreferida na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 297-304, 2015.

MALACHIAS, Marcus Vinícius Bolívar et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1-Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 107, n. 3, p. 1-6, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. HIPERTENSÃO AFETA UM A CADA QUATRO ADULTOS NO BRASIL. BRASIL, 2020 [Internet] Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45394-hipertensao-afeta-um-a-cada-quatro-adultos-no-brasil> acesso em: 01 jun. 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE. HIPERTENSÃO (PRESSÃO ALTA): O QUE É, CAUSAS, SINTOMAS, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E PREVENÇÃO. BRASIL, 2020 [Internet] Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/hipertensao#:~:text=A%20press%C3%A3o%20alta%20%C3%A9%20um,h%C3%A1bitos%20de%20vida%20do%20indiv%C3%ADduo.> acesso em: 01 jun. 2020

PASSOS, Valéria Maria de Azeredo; ASSIS, Tiago Duarte; BARRETO, Sandhi Maria. Hipertensão arterial no Brasil: estimativa de prevalência a partir de estudos de base populacional. **Epidemiologia e serviços de Saúde**, v. 15, n. 1, p. 35-45, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA et al. VI Diretrizes brasileiras de hipertensão. **Arq bras cardiol**, v. 95, n. 1, p. 1-51, 2010.

## PROBLEMAS RELACIONADOS A AUTOMEDICAÇÃO

Ânari Pereira Pieczarka, [ani.pieczarka@gmail.com](mailto:ani.pieczarka@gmail.com)

Gabriela Bendlin Dias, [diasgabibd@outlook.com](mailto:diasgabibd@outlook.com)

Luiza Alves Daros, [luizaadaros@outlook.com](mailto:luizaadaros@outlook.com)

### RESUMO

O ato de tomar remédio por conta própria, a automedicação, é um problema que assola a sociedade brasileira. Visto como uma solução simples para o alívio de alguns sintomas, esse hábito pode trazer sérios problemas para a saúde, como manifestações clínicas mais leves, interferências em tratamentos, desordens na homeostase corporal e, em alguns casos mais graves, pode causar intoxicações e levar o paciente à óbito. Em função disso, destaca-se a importância de se ter um acompanhamento profissional adequado. Sendo ele responsável por orientar o paciente, de forma apropriada, sobre qual o medicamento deve ser utilizado e como usá-lo de maneira correta, além de seus possíveis efeitos colaterais. Objetiva-se nesta revisão de literatura, por meio da procura de informações em bases de dados científicos, buscar os principais problemas atribuídos como causas da automedicação e os danos que essa prática acarreta aos indivíduos. Os problemas mais expressivos da automedicação são aqueles relacionados com o baixo esclarecimento das pessoas, acerca dos riscos que essa ação oferece, com a falta de orientação profissional e a com a alta disponibilidade dos fármacos, mas, principalmente, com a precariedade no acesso ao sistema de saúde para consultas médicas.

**Palavras-Chave:** Uso de Medicamentos. Uso de Fármacos. Unidade de Saúde. Consequências. Prevalência.

### INTRODUÇÃO

A automedicação, prática de tomar remédios sem prescrição médica, foi normalizada na sociedade e o debate de seus riscos foram deixados de lado. A automedicação é determinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), quando pessoas utilizam da seleção e uso de medicamentos para tratar suas doenças autodiagnosticadas ou seus sintomas. Existe um lado responsável dessa prática, em razão de que, muitos indivíduos tratam sintomas simples com remédios que não necessitam de prescrição, mas usam com doses certas ou com orientação médica prévia. O maior problema está na prática imprudente, uma vez que muitas pessoas compram medicamentos e fazem seu uso sem ler as contraindicações, sem saber de fato a sua posologia ou pela recomendação de amigos e parentes. Tais pessoas agem de maneira inconsequente ou até mesmo por desinformação e pela falta de compreensão, que um medicamento, e a sua dose, pode ser eficaz para alguns e nocivo para outros.

Objetiva-se nesta breve revisão, realizar um levantamento bibliográfico simples e explicativo sobre os problemas relacionados a automedicação praticadas por indivíduos, sem a detenção dos saberes prévios sobre as complicações desse ato.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo se refere a uma breve revisão de literatura sobre os problemas relacionados com a automedicação. Buscou-se em bases de dados como Scielo, Bireme e Lilacs, utilizando descriptores livres, publicações sobre o assunto. Foram analisados os artigos publicados nos últimos vinte anos, em literatura da língua portuguesa.

Dentre os artigos observados, selecionou-se os que abordam a automedicação como principal tema. Ainda, incluiu-se as bibliografias que discutem sobre as consequências do uso de medicamentos sem prescrição médica, suas principais causas e os dados epidemiológicos dessa prática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A automedicação, prática em que o paciente decide qual o melhor remédio a ser utilizado, normalmente acontece com a crença de que esse lhe trará benefícios na cura de alguma doença ou seus sintomas. O uso indevido de medicamentos traz sérios riscos para a saúde dos seus usuários. Quando aliado à falta de informação, pode acarretar em diversos efeitos colaterais, desde dores de cabeça até graves intoxicações, em alguns casos pode levar até o paciente ao óbito.

Em pesquisa recente, Arrais et al. (2016), apontam que no Brasil, a automedicação é uma prática recorrente e tem como principais fármacos utilizados aqueles que não necessitam de prescrição. Ao falar que a maioria se automedica com medicamentos isentos de prescrição, muitos acham-nos inofensivos, mas, não se pode menosprezar às possíveis intoxicações e efeitos adversos, que esses medicamentos podem causar aos seus usuários.

Entre as principais consequências pelo uso de medicamentos isentos da instrução de um profissional capacitado, estão desde dores de cabeça, distúrbios gastrointestinais, reações alérgicas, efeitos renais a efeitos colaterais mais graves. Em alguns casos pode até causar intoxicações e levar ao óbito (ARRAIS et al., 2016). É de suma importância a orientação de um profissional da saúde, uma vez que apenas quem tem formação na área, tem conhecimento para orientar sobre o uso correto de cada fármaco e qual é a dose ideal em concordância com cada corpo e seu biotipo.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (2008), a manipulação incorreta de alguns medicamentos, pode potencializar a piora de uma doença, em virtude de que pode ocultar determinados sintomas importantes para seu diagnóstico. No caso dos antibióticos, o uso rotineiro aumenta a resistência dos microorganismos e inibe a conclusão dos tratamentos. Do mesmo modo a combinação indevida de fármacos traz riscos, pois pode interferir no efeito do outro.

Os fatores que, segundo Domingues et al. (2017), influenciam a prática da automedicação são vários, mas o principal é a venda indiscriminada de medicamentos. Da mesma maneira, evidencia-se a precariedade no acesso ao sistema de saúde e o alto custos dos planos e consultas médicas, o que torna mais fácil para o paciente requerer a automedicação do que procurar uma consulta.

Outro ponto a ser salientado é a propaganda massiva e sem responsabilidade, que faz parecer que pelo fácil acesso, esses medicamentos são livres de riscos. Muitas vezes, as reações indesejadas que os fármacos causam, não são expostas de forma clara, em suas embalagens, aos consumidores. Dessa maneira, esses fatores estimulam o uso desenfreado desses produtos. (AQUINO; BARROS; SILVA, 2010).

Com relação aos fármacos mais utilizados, os que aparecem com as maiores prevalências são analgésicos e antipiréticos, totalizando 56,2%, e anti-inflamatórios com 23,3% do total de medicamentos. Em menor resultado aparecem os antibacterianos e antissépticos com 4,8%, seguidos dos psicofármacos e medicamentos para o sistema respiratório superior que apresentam 4,0% cada (LOPES, 2001). Outra pesquisa, relatou uma prevalência de 25,8% para anti-inflamatórios e 9,1% para antibióticos (OLIVEIRA; PELOGIA, 2011).

Segundo Loyola Filho et al. (2002), a automedicação pode apresentar como principais fatores associados: ser do gênero feminino, estar em um relacionamento, escolaridade e renda familiar que impeça a cobertura de um plano de saúde. Visto que as famílias com maior acesso aos serviços de saúde e as consultas médicas apresentam um número reduzido na utilização de remédios sem orientação, pois quanto maior a facilidade em contato com um médico ou profissional da saúde, menor a necessidade de se automedicar.

Em pesquisa, Souza et al. (2018), indicam que, entre os fatores que contribuem para o aparecimento de reações adversas a medicamentos (RAM), estão a ausência de orientação sobre o tratamento do paciente e a indicação de fármacos inadequados. A inexistência da adesão ao tratamento, junto com a carência de acompanhamento terapêutico também podem levar à circunstância de RAM. Tal exposto mostra a necessidade de acompanhamento e prescrição médica ao utilizar fármacos, o que contraria mais uma vez a prática da automedicação desenfreada.

Relatos da Organização Mundial da Saúde (OMS) exibem que pelo menos metade dos medicamentos vendidos são receitados ou distribuídos de maneira indevida. Além disso, 50% dos pacientes não ingerem seus remédios de maneira apropriada. Os resultados apontam que no Brasil 29% das mortes são causadas por intoxicação medicamentosa. Inclusive os hospitais têm que gastar boa parte seus orçamentos (15% a 20%) tratando pacientes que tiveram complicações pelo mau uso de medicamentos. (ABRAHAO; GODOY; HALPERN, 2020).

É necessário ressaltar a escassez de dados que mostrem as características da população que pratica a automedicação e das necessidades de pesquisa no assunto (DOMINGUES et al., 2017). Dessa maneira, comprehende-se que o que impede ainda mais na solução desse problema é a dificuldade e a discrepância no acesso aos resultados sobre a automedicação. Portanto é evidente que há diversas regiões escassas que necessitam de mais pesquisas.

## CONCLUSÃO

Constata-se por meio da presente revisão, que os principais problemas relacionados com a automedicação são: a falta de informação da população

acerca do assunto, a propaganda massiva e sem responsabilidade, a insuficiência de orientações nas embalagens dos fármacos, além da precária orientação dos profissionais habilitados e a dificuldade no acesso ao sistema de saúde e consultas médicas.

Os dados encontrados na revisão relatam que as ações realizadas para a prevenção e promoção sobre o uso consciente de medicamentos, não são completamente eficazes. Ainda existe pouca relevância nas discussões sobre as consequências da automedicação na perspectiva de diretores e coordenadores de secretarias e órgãos de saúde, assim como nos de representantes governamentais.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAO, Rafaela Carvalho; GODOY, Julia Almeida; HALPERN, Ricardo. Automedicação e comportamento entre adolescentes em uma cidade do Rio Grande do Sul. **Aletheia**, n. 41, p. 134-153, 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942013000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 jun. 2020.

AQUINO, Daniela Silva de; BARROS, José Augusto Cabral de; SILVA, Maria Dolores Paes da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência de Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500027&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 abr. 2020.

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, supl. 2, 13s., 2016. Disponível em [https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt\\_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006117.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006117.pdf). Acesso em: 08 mai. 2020.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 319-330, 2017. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v26n2/2237-9622-ess-26-02-00319.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

LOPES, Noémia Mendes. Automedicação: algumas reflexões sociológicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 37, p. 141-165, 2001. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292001000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 jun. 2020.

LOYOLA FILHO, Antônio Ignácio de et al . Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 55-62, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 jun. 2020.

OLIVEIRA, A. L. M.; PELÓGIA, N. C. C. Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores. **Revista Dor**,

São Paulo, v. 12, n. 2, p. 99-103, jun. 2011.

PAULO, Luiz Gonçalves; ZANINI, Antonio Carlos. Automedicação no Brasil. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 34, p. 69-75, 1988. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IxisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=64037&indexSearch=ID>. Acesso em: 22 mai. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA – SBEM. **Os Perigos da Automedicação**, 2008. Disponível em: <https://www.endocrino.org.br/os-perigos-da-automedicacao/>. Acesso em 03 jun. 2020.

SOUZA, João Fábio R. de; MARINHO, Carmem L. C.; GUILAM, Maria Cristina R.. Consumo de medicamentos e internet: análise crítica de uma comunidade virtual. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 54, n. 3, p. 225-231, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302008000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302008000300015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 jun. 2020.

## TRÍPLICE VIRAL: A IMPORTÂNCIA DE MANTER A IMUNIDADE DE REBANHO NOS ACADÊMICOS DE MEDICINA

Maria Letícia Giusti da Silva, [gmaria.let@gmail.com](mailto:gmaria.let@gmail.com)  
Luiz Carlos Pereira da Silveira, [fisioluiz@hotmail.com](mailto:fisioluiz@hotmail.com)  
Júlia Schlösser Bernardy, [juliabernardy@hotmail.com](mailto:juliabernardy@hotmail.com)  
Gabriela Pontarolo Granemann Melo, [gabipgmelo@hotmail.com](mailto:gabipgmelo@hotmail.com)  
Amanda Eliz da Silva, [amandaaeliz@hotmail.com](mailto:amandaaeliz@hotmail.com)

### RESUMO

A imunidade de rebanho corresponde à taxa de imunização da população. Essa porcentagem deve ser atingida para que haja uma diminuição dos casos de determinadas doenças, assim, controlando possíveis surtos e epidemias. A vacina Tríplice Viral ou MMR é a forma de prevenção da caxumba, do sarampo e da rubéola, doenças altamente transmissíveis e que têm tido um aumento dos casos nos últimos anos. Dada sua importância, buscou-se analisar a cobertura vacinal nos acadêmicos de medicina da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe). A pesquisa analisa a cobertura vacinal, dosagens recebidas e posição do acadêmico frente a adesão ou recusa vacinal. Foi aplicada por meio de questionário eletrônico para um total de 226 acadêmicos em que se obteve 134 respondentes. Desses, 132 (98,5%) afirmaram possuir a vacina, 130 (97%) receberam todas as doses recomendadas, um (0,75%) afirmou não possuir a vacina, quatro (3%) afirmaram não terem recebido todas as doses e um acadêmico (0,75%) desconhece se possui a vacina. É observado que a imunização de rebanho foi atingida na amostra, e há um maior grupo que recebeu as todas as doses. Notou-se significativa presença de histórico das patologias prevenidas pela vacina nos acadêmicos mesmo imunizados.

**Palavras-chave:** Imunização massiva. Caxumba. Sarampo. Rubéola.

### INTRODUÇÃO

Segundo Lima (2007), todas as orientações sobre a importância da administração das vacinas apresentam conhecimento científico gerado por estudos imunológicos, baseados na segurança da epidemiologia das doenças imunopreveníveis. Baseia-se em números de morbidade, mortalidade, custo de tratamento e sequelas, analisando a monta das ações preventivas que incluem ou não imunizações. É possível a observação de riscos causados pela administração de vacinas, efeitos adversos em reações locais, e raros episódios graves na vida do imunizado. Entretanto, são inúmeros os benefícios relacionados a sua administração, proporcionando proteção completa ou parcial e melhora da qualidade de vida. Visionando um contexto social, a criação e manutenção da imunidade de rebanho diminui custos de assistência em saúde e prevenção de surtos e epidemias.

Ocasionalmente, profissionais médicos questionam a necessidade imunização contra doenças não mais vistas com frequência na rotina da prática. Lima (2007) observa que doenças como sarampo e caxumba não têm sido mais rotineiras, e devido a isso, alguns médicos alegam que os possíveis efeitos adversos causados pelas vacinas ocorreriam com mais frequência do que a própria doença por ela

prevenida, pactuando assim pela não imunização. Quando ocorre a redução da cobertura vacinal, é iminente o risco de retorno de patologias atualmente controladas ou erradicadas. A imunidade de rebanho é o que possibilita que essas doenças se mantenham fora de circulação, é de extrema importância para que não ocorram interpretações que ocasionem hesitação vacinal.

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) listou a recusa da vacinação como uma das dez ameaças à saúde a serem combatidas, sendo a vacinação a ferramenta com maior custo benefício para a prevenção de doenças. Isso se comprova quando, atualmente, há estimativa que cerca de 2 a 3 milhões de óbitos são prevenidos por ano. O objetivo de combate à hesitação vacinal é que por volta de 1,5 milhão de óbitos seriam evitados caso a cobertura global de vacinação fosse de maior alcance. Houve um registro de 30% de aumento nos casos de sarampo em todo o mundo, patologia essa, prevenível com a vacinação (OPAS BRASIL, 2019). Diversos são os motivos para a recusa vacinal, evidenciados por informações enganosas e sem comprovação científica lançadas em mídias sociais e com uma difusão rápida e exponencial.

Neste estudo, objetivou-se investigar o número de acadêmicos de medicina da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), unidade Caçador, que possuem a vacina Tríplice Viral, que contempla as doenças de rubéola, caxumba e sarampo. Buscou-se identificar se os acadêmicos de medicina já tiveram alguma das doenças que a vacina imuniza, relatando quais complicações das patologias que podem ser prevenidas através da imunização e identificar a frequência que os alunos verificam a sua carteira de vacinação.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, aplicada em campo através de questionário pela plataforma Google Forms, visando manutenção do sigilo e procedimento ético. O público alvo foram os alunos de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador-SC. Obteve-se 134 respondentes do questionário integral de um total de 226. A pesquisa procedeu com dez questões objetivas referentes à vacina Tríplice Viral, as dosagens recebidas e posição do acadêmico frente a adesão ou recusa vacinal. A metodologia de análise de dados ocorreu individualmente a cada pergunta, comparando-as e visando respostas homogêneas e interligadas. A apresentação dos resultados obtidos se deu por meio de gráficos e tabelas com os valores das respostas afirmativas e negativas, junto a uma discussão frente à relevância desses dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados da pesquisa, 98,5% afirmaram estar imunizados pela Tríplice Viral, sendo assim, atingiu-se a imunização de rebanho. De acordo com a Coordenação Técnica De Imunização (2019), a imunização de rebanho é atingida quando a cobertura da população imunizada atinge a faixa entre 90 e 96%, garantindo que a circulação viral seja interrompida.

Relacionando os dados obtidos com os questionamentos das dosagens da vacina Tríplice, se os entrevistados possuem todas as doses e o número de infectados por uma das três patologias, nota-se uma incoerência nos dados. É muito provável que os acadêmicos não tenham recebido todas ou nenhuma das doses para terem

adquirido uma das patologias. Dos entrevistados, 11 (8,2%) afirmaram já ter contraído caxumba. Outro fator a ressaltar é o número de casos de sarampo, marcando 16 (11,9%), por ser altamente contagioso. Houve dois (1,46%) casos que confirmaram rubéola, certificada como inexistente em território brasileiro (OPAS/OMS, 2015). Esses dados podem ser observados na Tabela 1. De acordo com Medeiros (2020), o sarampo teve crescimento do número casos no Brasil. O vírus chegou ao país por turistas e migrantes susceptíveis, encontrando baixa cobertura vacinal, inferior a 95%, na região Norte do país, o que possibilitou o surto no primeiro trimestre de 2019.

**Tabela 1-** Cobertura vacinal da Tríplice Viral nos acadêmicos de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e fatores associados

Questionamentos	Sim %	Não %	Não sabe responder %
Posse de carteira de vacinação	98,50	0,75	0,75
Posse de vacina Tríplice Viral	98,50	0,75	0,75
Posse de todas as doses da vacina	97,00	3,00	0,00
Histórico de caxumba	8,20	91,00	0,80
Histórico de sarampo	11,90	87,30	0,80
Histórico rubéola	1,46	97,80	0,73
Tem conhecimento sobre movimento antivacinas	100,00	0,00	0,00
Favorável ao movimento antivacinas	99,30	0,70	0,00

**Fonte:** Os Autores

Correlacionando as ações preventivas das visitas dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde, poucos os questionados afirmaram uma periodicidade mensal de visitas, apenas 37 (27,6%) afirmaram a ocorrência em um período variável entre 30 e 90 dias, como é ilustrado na Tabela 2. Esse é um dos fatores remetentes a vacina, visto que durante as visitas domiciliares há possibilidade de prática de medidas custos-efetivas de prevenção em saúde, como checagem da vacinação dos moradores e comunicação das campanhas vacinais em desenvolvimento. Paralelo a isso, foi possível observar que os indivíduos verificam a carteira de vacinação somente quando há a necessidade, visto na Tabela 3. Agregando ambos os eventos, reitera-se as ações preventivas na atenção básica como de suma importância na prevenção de doenças e agravos.

**Tabela 2-** Frequência relatada sobre as visitas do(a) Agente Comunitário(a) de Saúde

A cada 30 dias	A cada 60 dias	A cada 90 dias	Não recebe visitas/ Desconhece a informação
6,70%	9,00%	11,90%	72,40%

**Fonte:** Os Autores

**Tabela 3-** Frequência que os acadêmicos verificam a carteira de vacinação

Mensalmente	Trimestralmente	Quando há necessidade	Não verifica/Não possui carteira
1,50%	11,20%	85,80%	1,50%

**Fonte:** Os Autores

De acordo com a pesquisa todos os acadêmicos têm conhecimento sobre o movimento antivacina, que está em constante crescimento nacional e globalmente. Dos 134 entrevistados, um se mostrou favorável ao movimento, o motivo não é explicado pelo fato de se tratar de perguntas objetivas, mas existem várias

publicações a respeito que podem ter levado o acadêmico a defender o movimento. Segundo Smith (2018), um dos fatores que induzem os cidadãos a hesitação vacinal é o uso do timarosal, um conservante das vacinas a base de mercúrio apontado como causador do autismo. Entretanto, essa informação não é verídica. De acordo com a OMS esse fenômeno pode ser tratado como indecisão vacinal, termo empregado quando há uma recusa ou resistência à aceitação da vacinação ou adesão às campanhas propostas pelos serviços de saúde (OPAS BRASIL, 2019).

O Brasil conta com um Programa Nacional de Imunização (PNI), institucionalizado em 1973 e assistido pela Lei nº 6.259/75. Regido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), coordena e administra o calendário vacinal e atua frente a epidemiologia. É considerado referência em parâmetro internacional para políticas públicas em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Nos anos de 2008 e 2011 o PNI realizou o monitoramento das coberturas vacinais e pós-vacinação, sendo que no ano de 2008, a cobertura vacinal da vacina Tríplice Viral superou a marca de 95%, em 2011 elevou-se a 99,5% (TEIXEIRA; DOMINGUES, 2013).

O Brasil possui um certificado recebido pelo Ministério da Saúde (MS), concedido pela OMS, atestando que em território brasileiro, a rubéola e a síndrome da rubéola congênita estão eliminadas (OPAS/OMS, 2015). Em referência à campanha de vacinação, estendida ao longo de sete anos, que possibilitou a conquista, o Comitê da OMS e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) mencionam os registros de dados epidemiológicos observados no país, sendo o último caso de rubéola ocorrido no ano de 2008 e o de síndrome de rubéola congênita, em 2009. No primeiro semestre de 2015, a Região das Américas foi anunciada pelo Comitê Internacional como pioneira do mundo referindo-se a não ocorrência de transmissão endêmica. Considera-se uma região livre de transmissão endêmica quando há interrupção da propagação do vírus por um período igual ou superior a 12 meses.

A imunização de rebanho pela cobertura vacinal apresenta-se como forma eficaz para manutenção da saúde. Consta na 7ª edição do Guia de Vigilância Epidemiológica a orientação da população acerca dos sinais e sintomas envolvidos na doença, além dos hábitos, condições sanitárias, medidas anexas de controle e procedência adotada para que se realizem as medidas profiláticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Aderir à vacinação e cumprir o calendário vacinal permite a prevenção e o controle de doenças imunopreveníveis, sua eliminação e erradicação. Além disso, reduz a morbimortalidade por certos agravos, e é significativamente custo-efetiva (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – BVS APS, 2015).

## CONCLUSÃO

A imunização de rebanho foi atingida no grupo de respondentes, considerando apenas a afirmativas dos que possuem todas as doses recomendadas da vacina. Foi possível observar significativo índice de sarampo e caxumba, e dois pregressos de rubéola. Esses casos podem estar relacionados com a falta da vacina, das dosagens recomendadas ou estado de imunodepressão do organismo, configurando que a eficácia da vacina está subordinada a fatores do próprio organismo ou condições adversas da conservação e aplicação. Essa observação reafirma a importância das ações preventivas em saúde, por meio do trabalho dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde e incentivo à adesão de campanhas vacinais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – BVS APS. Quais orientações sobre vacinação o ACS pode fornecer para a comunidade? Biblioteca Virtual em Saúde da Atenção Primária à Saúde BVS APS. 2015. Disponível em: <<https://aps.bvs.br/aps/quais-orientacoes-sobre-vacinacao-o-acs-pode-fornecer-para-a-comunidade/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Coordenação Técnica de Imunização/DPSV/SMSA/PBH. Nota informativa sarampo - Nº II. Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/nota-informativa-atualizacao-trivial.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério Da Saúde. SVS/MS/Devep; Guia de Vigilância Epidemiológica/ 7ª ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

LIMA, Luiz A. A. Imunização: Imunizações em debate. **Brazilian Journal of Health and Biomedical Sciences**, v. 6, n.1, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://revista.hupe.uerj.br/?handler=artigo&id=221&lang=en>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. Entendendo o ressurgimento e o controle do sarampo no Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, 2020. Disponível em: <[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002020000100200](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100200)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS, OPAS/OMS. Dez ameaças à saúde que a OMS combaterá em 2019. OPAS BRASIL. 2019. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. OPAS/OMS entrega certificado de eliminação da rubéola para o brasil. OPAS BRASIL, 2 de dez. de 2015. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4958:opas-oms-entrega-certificado-de-eliminacao-da-rubeola-para-o-brasil&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4958:opas-oms-entrega-certificado-de-eliminacao-da-rubeola-para-o-brasil&Itemid=812)>. Acesso em: 22 de mai. de 2020.

SMITH, Michael Joseph.. Movimento antivacinação. Manual Merck de Diagnóstico e Terapia. 2018.

TEIXEIRA, Antonia Maria da Silva; DOMINGUES, Carla Magda Allan S.. Monitoramento rápido de coberturas vacinais pós-campanhas de vacinação no Brasil: 2008, 2011 e 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 4, p. 565-578, dez. 2013. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742013000400003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

## TRÍPLICE VIRAL: A IMPORTÂNCIA DE MANTER A IMUNIDADE DE REBANHO NOS ACADÊMICOS DE MEDICINA

Maria Letícia Giusti da Silva, [gmaria.let@gmail.com](mailto:gmaria.let@gmail.com)  
Luiz Carlos Pereira da Silveira, [fisioluiz@hotmail.com](mailto:fisioluiz@hotmail.com)  
Júlia Schlösser Bernardy, [juliabernardy@hotmail.com](mailto:juliabernardy@hotmail.com)  
Gabriela Pontarolo Granemann Melo, [gabipgmelo@hotmail.com](mailto:gabipgmelo@hotmail.com)  
Amanda Eliz da Silva, [amandaaeliz@hotmail.com](mailto:amandaaeliz@hotmail.com)

### RESUMO

A imunidade de rebanho corresponde à taxa de imunização da população. Essa porcentagem deve ser atingida para que haja uma diminuição dos casos de determinadas doenças, assim, controlando possíveis surtos e epidemias. A vacina Tríplice Viral ou MMR é a forma de prevenção da caxumba, do sarampo e da rubéola, doenças altamente transmissíveis e que têm tido um aumento dos casos nos últimos anos. Dada sua importância, buscou-se analisar a cobertura vacinal nos acadêmicos de medicina da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe). A pesquisa analisa a cobertura vacinal, dosagens recebidas e posição do acadêmico frente a adesão ou recusa vacinal. Foi aplicada por meio de questionário eletrônico para um total de 226 acadêmicos em que se obteve 134 respondentes. Desses, 132 (98,5%) afirmaram possuir a vacina, 130 (97%) receberam todas as doses recomendadas, um (0,75%) afirmou não possuir a vacina, quatro (3%) afirmaram não terem recebido todas as doses e um acadêmico (0,75%) desconhece se possui a vacina. É observado que a imunização de rebanho foi atingida na amostra, e há um maior grupo que recebeu as todas as doses. Notou-se significativa presença de histórico das patologias prevenidas pela vacina nos acadêmicos mesmo imunizados.

**Palavras-chave:** Imunização massiva. Caxumba. Sarampo. Rubéola.

### INTRODUÇÃO

Segundo Lima (2007), todas as orientações sobre a importância da administração das vacinas apresentam conhecimento científico gerado por estudos imunológicos, baseados na segurança da epidemiologia das doenças imunopreveníveis. Baseia-se em números de morbidade, mortalidade, custo de tratamento e sequelas, analisando a monta das ações preventivas que incluem ou não imunizações. É possível a observação de riscos causados pela administração de vacinas, efeitos adversos em reações locais, e raros episódios graves na vida do imunizado. Entretanto, são inúmeros os benefícios relacionados a sua administração, proporcionando proteção completa ou parcial e melhora da qualidade de vida. Visionando um contexto social, a criação e manutenção da imunidade de rebanho diminui custos de assistência em saúde e prevenção de surtos e epidemias.

Ocasionalmente, profissionais médicos questionam a necessidade imunização contra doenças não mais vistas com frequência na rotina da prática. Lima (2007) observa que doenças como sarampo e caxumba não têm sido mais rotineiras, e devido a isso, alguns médicos alegam que os possíveis efeitos adversos causados pelas vacinas ocorreriam com mais frequência do que a própria doença por ela

prevenida, pactuando assim pela não imunização. Quando ocorre a redução da cobertura vacinal, é iminente o risco de retorno de patologias atualmente controladas ou erradicadas. A imunidade de rebanho é o que possibilita que essas doenças se mantenham fora de circulação, é de extrema importância para que não ocorram interpretações que ocasionem hesitação vacinal.

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) listou a recusa da vacinação como uma das dez ameaças à saúde a serem combatidas, sendo a vacinação a ferramenta com maior custo benefício para a prevenção de doenças. Isso se comprova quando, atualmente, há estimativa que cerca de 2 a 3 milhões de óbitos são prevenidos por ano. O objetivo de combate à hesitação vacinal é que por volta de 1,5 milhão de óbitos seriam evitados caso a cobertura global de vacinação fosse de maior alcance. Houve um registro de 30% de aumento nos casos de sarampo em todo o mundo, patologia essa, prevenível com a vacinação (OPAS BRASIL, 2019). Diversos são os motivos para a recusa vacinal, evidenciados por informações enganosas e sem comprovação científica lançadas em mídias sociais e com uma difusão rápida e exponencial.

Neste estudo, objetivou-se investigar o número de acadêmicos de medicina da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), unidade Caçador, que possuem a vacina Tríplice Viral, que contempla as doenças de rubéola, caxumba e sarampo. Buscou-se identificar se os acadêmicos de medicina já tiveram alguma das doenças que a vacina imuniza, relatando quais complicações das patologias que podem ser prevenidas através da imunização e identificar a frequência que os alunos verificam a sua carteira de vacinação.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, aplicada em campo através de questionário pela plataforma Google Forms, visando manutenção do sigilo e procedimento ético. O público alvo foram os alunos de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador-SC. Obteve-se 134 respondentes do questionário integral de um total de 226. A pesquisa procedeu com dez questões objetivas referentes à vacina Tríplice Viral, as dosagens recebidas e posição do acadêmico frente a adesão ou recusa vacinal. A metodologia de análise de dados ocorreu individualmente a cada pergunta, comparando-as e visando respostas homogêneas e interligadas. A apresentação dos resultados obtidos se deu por meio de gráficos e tabelas com os valores das respostas afirmativas e negativas, junto a uma discussão frente à relevância desses dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados da pesquisa, 98,5% afirmaram estar imunizados pela Tríplice Viral, sendo assim, atingiu-se a imunização de rebanho. De acordo com a Coordenação Técnica De Imunização (2019), a imunização de rebanho é atingida quando a cobertura da população imunizada atinge a faixa entre 90 e 96%, garantindo que a circulação viral seja interrompida.

Relacionando os dados obtidos com os questionamentos das dosagens da vacina Tríplice, se os entrevistados possuem todas as doses e o número de infectados por uma das três patologias, nota-se uma incoerência nos dados. É muito provável que os acadêmicos não tenham recebido todas ou nenhuma das doses para terem

adquirido uma das patologias. Dos entrevistados, 11 (8,2%) afirmaram já ter contraído caxumba. Outro fator a ressaltar é o número de casos de sarampo, marcando 16 (11,9%), por ser altamente contagioso. Houve dois (1,46%) casos que confirmaram rubéola, certificada como inexistente em território brasileiro (OPAS/OMS, 2015). Esses dados podem ser observados na Tabela 1. De acordo com Medeiros (2020), o sarampo teve crescimento do número casos no Brasil. O vírus chegou ao país por turistas e migrantes susceptíveis, encontrando baixa cobertura vacinal, inferior a 95%, na região Norte do país, o que possibilitou o surto no primeiro trimestre de 2019.

**Tabela 1-** Cobertura vacinal da Tríplice Viral nos acadêmicos de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e fatores associados

Questionamentos	Sim %	Não %	Não sabe responder %
Posse de carteira de vacinação	98,50	0,75	0,75
Posse de vacina Tríplice Viral	98,50	0,75	0,75
Posse de todas as doses da vacina	97,00	3,00	0,00
Histórico de caxumba	8,20	91,00	0,80
Histórico de sarampo	11,90	87,30	0,80
Histórico rubéola	1,46	97,80	0,73
Tem conhecimento sobre movimento antivacinas	100,00	0,00	0,00
Favorável ao movimento antivacinas	99,30	0,70	0,00

**Fonte:** Os Autores

Correlacionando as ações preventivas das visitas dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde, poucos os questionados afirmaram uma periodicidade mensal de visitas, apenas 37 (27,6%) afirmaram a ocorrência em um período variável entre 30 e 90 dias, como é ilustrado na Tabela 2. Esse é um dos fatores remetentes a vacina, visto que durante as visitas domiciliares há possibilidade de prática de medidas custos-efetivas de prevenção em saúde, como checagem da vacinação dos moradores e comunicação das campanhas vacinais em desenvolvimento. Paralelo a isso, foi possível observar que os indivíduos verificam a carteira de vacinação somente quando há a necessidade, visto na Tabela 3. Agregando ambos os eventos, reitera-se as ações preventivas na atenção básica como de suma importância na prevenção de doenças e agravos.

**Tabela 2-** Frequência relatada sobre as visitas do(a) Agente Comunitário(a) de Saúde

A cada 30 dias	A cada 60 dias	A cada 90 dias	Não recebe visitas/ Desconhece a informação
6,70%	9,00%	11,90%	72,40%

**Fonte:** Os Autores

**Tabela 3-** Frequência que os acadêmicos verificam a carteira de vacinação

Mensalmente	Trimestralmente	Quando há necessidade	Não verifica/Não possui carteira
1,50%	11,20%	85,80%	1,50%

**Fonte:** Os Autores

De acordo com a pesquisa todos os acadêmicos têm conhecimento sobre o movimento antivacina, que está em constante crescimento nacional e globalmente. Dos 134 entrevistados, um se mostrou favorável ao movimento, o motivo não é explicado pelo fato de se tratar de perguntas objetivas, mas existem várias

publicações a respeito que podem ter levado o acadêmico a defender o movimento. Segundo Smith (2018), um dos fatores que induzem os cidadãos a hesitação vacinal é o uso do timarosal, um conservante das vacinas a base de mercúrio apontado como causador do autismo. Entretanto, essa informação não é verídica. De acordo com a OMS esse fenômeno pode ser tratado como indecisão vacinal, termo empregado quando há uma recusa ou resistência à aceitação da vacinação ou adesão às campanhas propostas pelos serviços de saúde (OPAS BRASIL, 2019).

O Brasil conta com um Programa Nacional de Imunização (PNI), institucionalizado em 1973 e assistido pela Lei nº 6.259/75. Regido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), coordena e administra o calendário vacinal e atua frente a epidemiologia. É considerado referência em parâmetro internacional para políticas públicas em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Nos anos de 2008 e 2011 o PNI realizou o monitoramento das coberturas vacinais e pós-vacinação, sendo que no ano de 2008, a cobertura vacinal da vacina Tríplice Viral superou a marca de 95%, em 2011 elevou-se a 99,5% (TEIXEIRA; DOMINGUES, 2013).

O Brasil possui um certificado recebido pelo Ministério da Saúde (MS), concedido pela OMS, atestando que em território brasileiro, a rubéola e a síndrome da rubéola congênita estão eliminadas (OPAS/OMS, 2015). Em referência à campanha de vacinação, estendida ao longo de sete anos, que possibilitou a conquista, o Comitê da OMS e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) mencionam os registros de dados epidemiológicos observados no país, sendo o último caso de rubéola ocorrido no ano de 2008 e o de síndrome de rubéola congênita, em 2009. No primeiro semestre de 2015, a Região das Américas foi anunciada pelo Comitê Internacional como pioneira do mundo referindo-se a não ocorrência de transmissão endêmica. Considera-se uma região livre de transmissão endêmica quando há interrupção da propagação do vírus por um período igual ou superior a 12 meses.

A imunização de rebanho pela cobertura vacinal apresenta-se como forma eficaz para manutenção da saúde. Consta na 7ª edição do Guia de Vigilância Epidemiológica a orientação da população acerca dos sinais e sintomas envolvidos na doença, além dos hábitos, condições sanitárias, medidas anexas de controle e procedência adotada para que se realizem as medidas profiláticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Aderir à vacinação e cumprir o calendário vacinal permite a prevenção e o controle de doenças imunopreveníveis, sua eliminação e erradicação. Além disso, reduz a morbimortalidade por certos agravos, e é significativamente custo-efetiva (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – BVS APS, 2015).

## CONCLUSÃO

A imunização de rebanho foi atingida no grupo de respondentes, considerando apenas a afirmativas dos que possuem todas as doses recomendadas da vacina. Foi possível observar significativo índice de sarampo e caxumba, e dois progressos de rubéola. Esses casos podem estar relacionados com a falta da vacina, das dosagens recomendadas ou estado de imunodepressão do organismo, configurando que a eficácia da vacina está subordinada a fatores do próprio organismo ou condições adversas da conservação e aplicação. Essa observação reafirma a importância das ações preventivas em saúde, por meio do trabalho dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde e incentivo à adesão de campanhas vacinais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – BVS APS. Quais orientações sobre vacinação o ACS pode fornecer para a comunidade? Biblioteca Virtual em Saúde da Atenção Primária à Saúde BVS APS. 2015. Disponível em: <<https://aps.bvs.br/aps/quais-orientacoes-sobre-vacinacao-o-acs-pode-fornecer-para-a-comunidade/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Coordenação Técnica de Imunização/DPSV/SMSA/PBH. Nota informativa sarampo - Nº II. Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/nota-informativa-atualizacao-trivial.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério Da Saúde. SVS/MS/Devep; Guia de Vigilância Epidemiológica/ 7ª ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

LIMA, Luiz A. A. Imunização: Imunizações em debate. **Brazilian Journal of Health and Biomedical Sciences**, v. 6, n.1, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://revista.hupe.uerj.br/?handler=artigo&id=221&lang=en>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. Entendendo o ressurgimento e o controle do sarampo no Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, 2020. Disponível em: <[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002020000100200](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100200)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS, OPAS/OMS. Dez ameaças à saúde que a OMS combaterá em 2019. OPAS BRASIL. 2019. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. OPAS/OMS entrega certificado de eliminação da rubéola para o brasil. OPAS BRASIL, 2 de dez. de 2015. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4958:opas-oms-entrega-certificado-de-eliminacao-da-rubeola-para-o-brasil&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4958:opas-oms-entrega-certificado-de-eliminacao-da-rubeola-para-o-brasil&Itemid=812)>. Acesso em: 22 de mai. de 2020.

SMITH, Michael Joseph.. Movimento antivacinação. Manual Merck de Diagnóstico e Terapia. 2018.

TEIXEIRA, Antonia Maria da Silva; DOMINGUES, Carla Magda Allan S.. Monitoramento rápido de coberturas vacinais pós-campanhas de vacinação no Brasil: 2008, 2011 e 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 4, p. 565-578, dez. 2013. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742013000400003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

## PRÉ-NATAL: COMPLICAÇÕES RELACIONADAS A NEGLIGÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO

Ana Paula Dellani [anapaula.dellani06@gmail.com](mailto:anapaula.dellani06@gmail.com)  
Gabriela L. V. Nicareta [gabrielanica15@gmail.com](mailto:gabrielanica15@gmail.com)  
Gabriela Picolo Pereira [gabrielapicolop@gmail.com](mailto:gabrielapicolop@gmail.com)  
Isabela Oliveira Moreira [isaomoreira@hotmail.com](mailto:isaomoreira@hotmail.com)

### RESUMO

O pré-natal é um dos momentos mais importantes da gestação, e deve ser realizado de maneira correta e ter início o mais breve possível, quanto antes começar mais chances de reconhecer possíveis problemas com a mãe e o feto. A importância do pré-natal, é objeto de pesquisa deste estudo, focado em gestantes que não realizam o mesmo e as complicações que tais mulheres e seus bebês enfrentam por ignorarem algo tão essencial para o acompanhamento do desenvolvimento do feto. Objetivou-se nesse estudo, a busca de possíveis doenças que afetam a mãe e podem passar para o bebê por falta de um tratamento específico e eficiente e analisar como a ausência de um pré-natal realizado de forma correta pode interferir em uma gravidez. Desenvolvendo uma pesquisa através de análises de artigos e manuais do Ministério da Saúde, elencando as principais etapas para uma realização efetiva de um pré-natal e as consequências da ausência do mesmo. Sendo assim, o pré-natal é um mecanismo de extrema importância para evitar doenças congênitas, bem como a morte prematura de mãe e bebê, que deve ser iniciado no início da gestação, primeiro trimestre, para que possa surtir efeitos positivos no final do período do puerpério.

**Palavras-chave:** Acompanhamento. Gestação. Doenças congênitas.

### INTRODUÇÃO

A atenção pré-natal prevê a promoção de saúde materno-infantil incluindo o tratamento dos problemas que, por desventura, ocorram nesse período. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2000), o pré-natal é a primeira etapa para que a gestante e o bebê tenham um parto e um nascimento saudável, ou seja, ele faz a promoção e a prevenção para um bem-estar físico e mental em todo o processo da gestante, além de contribuir com informações e orientar sobre a evolução da gestação e do trabalho de parto e de dar assistência em todas as suas necessidades como uma parturiente.

O acompanhamento do pré-natal deve iniciar ainda no primeiro trimestre da gestação, e as consultas devem seguir o manual do ministério da saúde com a quantidade de atendimentos relacionado ao tempo da gestação. Quando as consultas não são efetivadas da forma correta, o desenvolvimento do feto pode ser prejudicado, não permitindo a identificação de doenças que já estavam presentes no organismo, mas, evoluindo de forma silenciosa, como a hipertensão arterial, diabetes, doenças coronárias, anemias, sífilis, entre outras, sendo que o diagnóstico precoce dessas doenças permite medidas de tratamento que evitam maior prejuízo à mulher e ao feto. (GALLETA, 2000).

Dessa maneira, este estudo teve por objetivo investigar a importância de um pré-natal assistido adequadamente, sendo que diversos problemas gestacionais

podem ser controlados e evitados se o pré-natal for realizado corretamente. E com isso, analisar como a ausência de um pré-natal realizado de forma correta pode interferir em uma gravidez.

## MATERIAL E MÉTODOS

Está é uma pesquisa de natureza básica e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca manual, com pesquisadores independentes, nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (*Biblioteca Virtual em Saúde*) sendo considerados artigos e literaturas oficiais publicadas, além dos dados coletados na plataforma do Ministério da Saúde. Os descritores utilizados para a busca foram: “pré-natal”, “Qualidade nos cuidados de saúde”, “avaliação em saúde” e “Brasil”, “assistência pré-natal” e “Ministério da Saúde”, todos disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A expressão geral de busca utilizando os descritores combinados foi: “Pré-natal” and “Qualidade nos cuidados de saúde” and “avaliação em saúde” and “Brasil”. Utilizou-se ainda uma segunda expressão de busca mais ampla: “Pré-natal” and “Ministério da Saúde”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Promover a saúde materna contempla a recomendação do número ideal e da qualidade das consultas de pré-natal, o estabelecimento de programa de imunização materna e a prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças intercorrentes da gestação (CALDERON, CECATTI, VEJA, 2006).

A não realização do pré-natal se deve, principalmente, a fatores socioeconômicos (baixa renda familiar e escolaridade), de acesso às consultas (local de residência distante do serviço e custo para o deslocamento), de qualidade dos cuidados em saúde e de suporte social. Outros fatores potencialmente relacionados são: idade materna (adolescência e idade mais avançada), não convivência com companheiro, uso de álcool ou outras drogas na gravidez, multiparidade, não aceitação da gestação, falta de apoio familiar, contexto social adverso, experiências negativas de atendimento e concepções de descrédito sobre o pré-natal (ROSA, SILVEIRA, COSTA, 2020).

No contexto da promoção da saúde materna, são incluídos programas de imunização contra as principais doenças, individualizadas por regiões ou países e de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças intercorrentes mais comuns da gestação. Prevenir, diagnosticar e tratar a anemia materna, a hipertensão gestacional, a pré-eclâmpsia grave e eclâmpsia e os vários tipos de infecções intercorrentes na gestação e parto, incluindo as doenças sexualmente transmissíveis, as do trato urinário e o tétano do recém-nascido, são intervenções efetivas de comprovada evidência científica (CALDERON, CECATTI, VEJA, 2006). Com isso, os benefícios da realização do acompanhamento pré-natal têm ampla discussão no meio científico, com a redução da mortalidade materna e infantil sendo o principal.

A privação desse cuidado pode causar gestações prematuras, retardo do crescimento intrauterino, baixo peso ao nascer e óbitos maternos e infantis por afecções no período peri e pós-natal (REUFSM, 2020).

Após algumas pesquisas nas referências citadas e com base em experiências de campo, foi possível perceber a grande notoriedade do pré-natal na identificação de certas doenças congênitas de grande influência durante a vida embrionária e pós termo.

Com isso é possível entender ainda mais a preocupação dos médicos e enfermeiros com a identificação de gestantes, bem como o acompanhamento que é feito pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), as quais são responsáveis por dar maior ênfase na identificação de doenças que podem afetar a vida inicial do embrião. Para garantir a qualidade da assistência pré-natal, o Ministério da Saúde (2005) recomenda: investigar o risco obstétrico; realizar exame clínico e obstétrico, com especial atenção à presença de anemia e avaliação da idade gestacional, altura uterina e batimentos cardíaco-fetais; aferir os níveis pressóricos; reforçar e estimular a suplementação de ferro e ácido fólico; instruir a gestante sobre os sinais e os locais de atendimento de emergência e preencher a ficha de pré-natal de maneira adequada em todas as consultas de pré-natal.

Além destes procedimentos, acrescenta na primeira consulta o exame ginecológico completo, o cálculo da relação peso/altura, a solicitação de exames laboratoriais básicos, como dosagem de hemoglobina (Hb), sorológico para sífilis/DST, urinálise e tipagem sanguínea (ABO e Rh) e a primeira dose da vacina antitetânica (BRASIL, 2020).

Portanto, cada vez mais são necessários cuidados com as gestantes, para que assim seja possível propiciar um melhor acompanhamento no período gestacional, tanto para mãe como para o bebê (CALDERON, CECATTI, VEJA, 2006). Pode se concluir que a assistência pré-natal proporciona educação e esclarece as dúvidas inevitáveis, como por exemplo, as mudanças no corpo materno, o crescimento e desenvolvimento do bebê, os preparativos para o parto, os cuidados no pós-parto para a mulher e o recém-nascido.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto entende-se que o pré-natal bem efetuado é a melhor forma de monitorar o bem-estar do bebê, com ele é possível prever e evitar possíveis doenças que o feto apresentar e que se forem tratadas de forma rápida significará uma melhor qualidade de vida, bem como a sobrevivência do feto. Esse estudo de pesquisa mostrou a importância real dos cuidados do pré-natal, bem como seus efeitos positivos e negativos quando o mesmo não é realizado ou é feito de forma inconsistente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada-manual técnico.** 2005. Disponível em <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre-natal\\_puerperio\\_atencao\\_humanizada.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre-natal_puerperio_atencao_humanizada.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 569/GM, 1 de junho de 2000:** Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento e Implantação de Centrais de

Regulação Obstétrica e Neonatal. 2000. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000.html)  
Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Urgências e emergências maternas: guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna.** Brasília 2011.  
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0105urgencias.pdf> Acesso em: 30 abr. 2020.

CALDERON, Iracema de Mattos Paranhos; CECATTI, José Guilherme; VEGA, Carlos Eduardo Pereira. Intervenções benéficas no pré-natal para prevenção da mortalidade materna. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 5, p. 310-315, May 2006 . Disponível em  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-72032006000500008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032006000500008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 jun. 2020.

GALLETA, Marco Aurélio. A importância do pré-natal. **Copyright clube do bebê. WebDesign by Microted. www. clubedobebê. com. br**, 2000. Disponível em  
[http://www.pucgoias.edu.br/ucg/institutos/nepss/monografia/monografia\\_07.pdf](http://www.pucgoias.edu.br/ucg/institutos/nepss/monografia/monografia_07.pdf)  
Acesso em: 30 abr. 2020

MILECH, A. et al. Diretrizes da sociedade brasileira de diabetes 2015-2016: DIRETRIZES SBD| 2015-2016. 2016 ed. **Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional**, 2016.  
<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf> Acesso em: 14 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica 32: **Atenção ao pré-natal de baixo risco. 1ª edição.** Brasília – DF, 2012. Disponível em  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf) Acesso em: 9 jun. 2020.

PICCININI, Cesar Augusto et al . Percepções e sentimentos de gestantes sobre o pré-natal. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 27-33, mar. 2012 . Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-37722012000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-37722012000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 14 mai. 2020.

RODRIGUES, Edilene Matos; NASCIMENTO, Rafaella Gontijo do; ARAÚJO, Alisson. Protocolo na assistência pré-natal: ações, facilidades e dificuldades dos enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1041-1047, 2011. Disponível em  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000500002&script=sci\\_arttext&tlang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000500002&script=sci_arttext&tlang=pt). Acesso em: 30 abr. 2020.

ROSA, Cristiane Quadrado da; SILVEIRA, Denise Silva da; COSTA, Juvenal Soares Dias da. Fatores associados à não realização de pré-natal em município de grande porte. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 977-984, 2014. Disponível em <<https://www.scielosp.org/article/rsp/2014.v48n6/977-984/pt/>> Acesso em: 14 mai. 2020.

VETTORE, Marcelo Vianna et al. Avaliação do manejo da infecção urinária no pré-natal em gestantes do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 338-351, June 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2013000200338&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000200338&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

## FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES

Jessica Zilli Nunes, [jessicanzilli@gmail.com](mailto:jessicanzilli@gmail.com)  
Larissa Esbegen Marcelino, [larissa.esbegen@gmail.com](mailto:larissa.esbegen@gmail.com)  
Neuro Hilton Wolschick, [neuro@uniarp.edu.br](mailto:neuro@uniarp.edu.br)

### RESUMO

Doenças Cardiovasculares (DCV) são em sua maioria crônicas e normalmente estão ligadas à HAS, Diabetes Mellitus e ao uso de tabaco e outras drogas. Também o fator de cronicidade, juntamente a práticas não apropriadas de alimentação e atividade física, deliberam a dificuldade do pleno desempenho das funções cardíacas. Assim, o objetivo deste estudo foi compreender os principais fatores de piora e melhora em DCV's e buscar conhecer as atitudes que a poluição já possui, para que não fiquem à margem da ignorância em relação aos cuidados com a saúde. Para isso, foram realizadas uma revisão de literatura em base de dados como Scielo, Pubmed e algumas revistas de Cardiologia no intuito de explanar e desmistificar a temática. O estudo torna-se relevante à atual conjuntura de saúde coletiva da população, pois a doença cardíaca está entre as principais causas de morte no Brasil; tendo em vista que melhorias nas práticas diárias implicam em melhora potencial dessa patologia. Conclui-se que a atividade física regular melhora a capacidade aeróbia, reduzindo os sintomas relacionados às DCV's, quando o indivíduo possui metabolismo apurado é benéfico para o colesterol, e quando associada a mudanças no estilo de vida, gera impacto na diminuição da mortalidade.

**Palavras-chave:** Doenças cardiovasculares, fatores de risco, sedentarismo, hipertensão, diabetes.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 30% das mortes estão relacionadas com doenças cardiovasculares. Nesse contexto, as duas principais doenças são Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Doença Isquêmica do Coração (DIC). O AVC acomete mais os homens e, além de ser uma das principais causas de morte, é também uma das principais causas de incapacitação e internações em todo o mundo.

Essas comorbidades, representam gastos no sistema público para além dos cuidados com a doença durante o curso de vida do indivíduo acometido; mas também intitulam déficit nos ganhos públicos por se tratar de mortes durante a fase produtiva (18 a 65 anos). Além disso, o Sistema único de Saúde (SUS) direcionou em 2018 890 milhões de dólares aos gastos com Doenças Crônicas não transmissíveis, incluindo as DCV's.

Conjuntamente, o SUS, através das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), atribui sucesso a tratamentos não farmacológicos destinados a doenças do coração. Ao todo são 29 terapias complementares oferecidas pelo sistema público de saúde, entre eles a prática de ioga tem sido bastante aceita pela população em geral.

Desse modo, o objetivo desse trabalho foi compreender os principais determinantes e condicionantes em saúde do coração, visando alertar a população acometida por DCV's sobre as atitudes que podem ser adotadas diariamente que

modificam positivamente o curso da doença, melhorando a qualidade de vida desses indivíduos.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica. Sendo assim, não foi necessária aprovação de um Comitê de Ética e Pesquisa. A pesquisa foi realizada nas plataformas de bases de dados eletrônicos, como PubMed, Scielo e na Sociedade Brasileira de Cardiologia utilizando os seguintes descritores: doenças cardiovasculares, fatores de risco, sedentarismo, hipertensão, diabetes. A busca resultou em 20 publicações potencialmente relevantes, das quais 11 foram utilizadas. Os estudos selecionados estavam entre os anos de 2002 a 2020.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil os fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares correspondem a aproximadamente 30% das causas de óbitos de forma geral, excluindo a faixa etária e, inclusive, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a Doença Isquêmica do Coração (DIC) – são patologias que estão entre as primeiras causas de morte (OMS, 2017).

No caso do AVC, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), principalmente a sistólica, é o mais importante fator de risco. Ademais, entre as predisposições que mais influenciam estão o histórico familiar, a obesidade, o sedentarismo, o alcoolismo, triglicerídeos etnia e fatores psicossociais (MACHADO, 2012).

A HAS, considerada como um dos fatores principais para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares é, também, muito influenciada pela diabetes, o que torna a Diabetes Mellitus (DM) um cofator (SIQUEIRA, ALMEIDA-PITITTO 2007).

No caso do Diabetes Mellitus tipo II (DM II), quando presente, faz com que o risco de HAS seja elevado em três vezes em relação a quem não possui, tornando-se um aumento consideravelmente alto. Logo, as associações prejudiciais dessas duas condições podem causar efeitos deletérios no sistema cardiovascular, acelerando o processo de aterosclerose envolvido na DM II e na hipertensão (MACHADO, 2012).

Além disso, como consequência da diabetes, a resistência à insulina pode tornar-se um problema, pois leva a HAS quando a medicação estimula o sódio potássio adenosina trifosfatas e vários canais e bombas iônicas, aumentando a concentração intracelular de íons, sendo o aumento de cálcio intracelular um importante determinante de vaso constrição – diminuição dos vasos (MACHADO, 2012).

O tabagismo, além da HAS, encontra-se liderando os fatores de risco de DCV's (doenças cardiovasculares), quando está relacionado ao desenvolvimento da aterosclerose e pode levar a arritmias ventriculares e à morte súbita cardíaca (OMS, 2019).

Assim, conforme Kayali (2017), ao passo que a nicotina adentra a corrente sanguínea, aumentam os níveis de catecolaminas plasmáticas. Esse processo é responsável por aumentar a pressão arterial e a frequência cardíaca. Assim, essas variações resultam em um trabalho do miocárdio aumentado e maior demanda de oxigênio – o que corrobora ao surgimento de arritmias ventriculares. Dadas principais doenças e fatores que podem desencadear as DCV's, vale salientar que a

prevenção é fundamental, sendo, talvez, a principal fonte de conhecimento que a população em geral necessita.

Também a ingestão calórica diária é fator determinante de saúde; conhecer os alimentos que apresentam riscos, aprender sobre uma alimentação saudável e compreender a importância das atividades físicas regulares é primordial a manutenção da homeostasia plena. Assim sendo, o consumo de vegetais, frutas, grãos integrais, soja, azeite e peixes – ricos em fibras e antioxidantes – são essenciais para a prevenção de DCV's. Conjuntamente, o consumo de gorduras saturadas, ácidos graxos e gorduras trans devem ser evitados (OMS, 2019).

De acordo com Marcopito e Neumann (2017) é necessário manter uma ingestão diária de lipídios abaixo de 30%, quando esse índice deve ser alcançado com a utilização de boas fontes lipídicas, como por exemplo, frutos oleaginosos – castanhas e nozes – que são uma boa opção. Além disso, o uso excessivo de sal deve ser controlado, assim como de bebidas alcoólicas, quando esse último, em consumo moderado, pode ser benéfico, pois reduz a HAS – como exemplo uma taça de vinho seco ao dia (MARCOPITO; NEUMANN, 2017).

Também, destacam-se as atividades físicas semanais e, a grande novidade, centra-se na importância dos exercícios de resistência, como a musculação, sendo o principal foco em idosos – quando, a partir de certa idade, a perda de massa muscular aumenta, sendo necessário um equilíbrio, pois na redução de músculo esquelético há uma redução nas reservas de glicogênio. Também o exercício aeróbio é bastante benéfico e continua sendo o principal indicado pelos profissionais de saúde – no entanto, deve-se ter atenção aos os limites de cada organismo (RADOVANOVIC, 2014).

Dessa forma, a grande melhora pela prática de exercícios físicos está no perfil lipídico de cada indivíduo, quando esse metabolismo apurado é benéfico e se traduz no aumento do “bom” colesterol, o HDL, na melhora da resistência à insulina – para indivíduos sem diabetes – e na diminuição da HAS (RADOVANOVIC, 2014).

O mesmo autor aponta que em pessoas com DM os exercícios de alta intensidade, como 60% até 90% da frequência cardíaca máxima (FCM), são fundamentais – caso o indivíduo apresente condições físicas para tais. Quando consegue-se alcançar entre 60% e 70% da FCM, o organismo consegue melhorar a captação de glicose no músculo esquelético, já entre 80% e 90%, a sensibilidade a insulina também irá aumentar, tornando-se ainda mais vantajoso para o diabético. Portanto, dadas informações e estudos, percebe-se a real e urgente necessidade de conhecimento geral da população sobre os fatores de risco das doenças cardiovasculares e, antes disso, sobre a sua prevenção (RADOVANOVIC, 2014).

## CONCLUSÕES

A atividade física regular melhora a capacidade aeróbia, reduz os sintomas relacionados às DCV's, quando o indivíduo possui metabolismo apurado é benéfico e se traduz no aumento do “bom” colesterol, o HDL, na melhora da resistência à insulina – para indivíduos sem diabetes – e na diminuição da HAS e quando associada a mudanças no estilo de vida, gera impacto na diminuição da mortalidade.

## REFERÊNCIAS

BOURBON, Mafalda et al. Doenças Cardiovasculares. **Brasília: Instituto Nacional da Saúde Dr. Ricardo Jorge**; 2016. 24 p. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/3447>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CARVALHO, aca. Desenvolvimento de placas de ateroma em pacientes diabéticos e hipertensos. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 9, n. 1, p. 73-77, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/4736>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

RADOVANOVIC, Cremilde Aparecida Trindade et al. Hipertensão arterial e outros fatores de risco associados às doenças cardiovasculares em adultos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 547-553, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692014000400547&script=sci\\_abstract&tlang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692014000400547&script=sci_abstract&tlang=pt). Acesso em: 21 de abril de 2020. Acesso em: 30 de abril de 2020.

RIQUE, Ana Beatriz Ribeiro; SOARES, Eliane de Abreu; MEIRELLES, Claudia de Mello. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 8, n. 6, p. 244-254, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S151786922002000600006&tlang=en&nrm=iso&tlang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S151786922002000600006&tlang=en&nrm=iso&tlang=pt). Acesso em: 21 de abril de 2020.

ROCHA, RICARDO MOURILHE et al. Manual de prevenção cardiovascular. 2017. **Rio de Janeiro: Socerj**; 2017. 96 p. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066782X2019001000787&script=sci\\_arttext&tlang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066782X2019001000787&script=sci_arttext&tlang=pt). Acesso em: 22 de abril de 2020.

FERREIRA, Carla Cristina da Conceição et al. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em idosos usuários do Sistema Único de Saúde de Goiânia. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 95, n. 5, p. 621-628, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/10127/10618>. Acesso: em 25 de abril de 2020.

NEUMANN, Africa Isabel Cruz Perez et al. Padrões alimentares associados a fatores de risco para doenças cardiovasculares entre residentes de um município brasileiro. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 22, p. 329-339, 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2007.v22n5/329-339/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

SIQUEIRA, Alessandra de Sá Earp; SIQUEIRA-FILHO, Aristarco Gonçalves de; LAND, Marcelo Gerardin Poirot. Análise do impacto econômico das doenças cardiovasculares nos últimos cinco anos no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 109, n. 1, p. 39-46, 2017. Acesso em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2017000700039&tlang=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2017000700039&tlang=en&nrm=iso). Acesso em: 28 de junho de 2020.

SILVEIRA, Anderson Donelli da; STEIN, Ricardo. Terapias Alternativas com Base em Evidências que “Tocam o Coração”. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.

113, n. 6, p. 1059-1061, 2019. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2019001201059&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2019001201059&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 de junho de 2020

KAYALI, Seyma; DEMIR, Fadime. O tabagismo altera a repolarização ventricular em adolescentes. **Einstein (São Paulo)**, v. 15, n. 3, p. 251-255, 2017. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/o-tabagismo-altera-a-repolarizacao-ventricular-em-adolescentes-2/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes et al. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/abc.20170068>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

## COBERTURA DO EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC

Eliane Teixeira da Silva, [eliane.teixeiras@hotmail.com](mailto:eliane.teixeiras@hotmail.com)<sup>(1)</sup>  
 Gabriel de Oliveira Souza, [gabriel.oliveirasouza@hotmail.com](mailto:gabriel.oliveirasouza@hotmail.com)<sup>(1)</sup>  
 Patrick Costa de Sousa, [patrick23071998@hotmail.com](mailto:patrick23071998@hotmail.com)<sup>(1)</sup>  
 Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>(2)</sup>  
 Talita Czekster, [talita.czекster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czекster@uniarp.edu.br)<sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>(2)</sup> Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

### RESUMO

O exame citopatológico é um exame ginecológico indicado para mulheres a partir do início da atividade sexual e tem como objetivo detectar alterações e doenças no colo do útero, como inflamações, HPV e câncer. Esse exame é a principal estratégia para detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico da doença inicialmente, antes que a mulher tenha sintomas. Pode ser feito em postos ou unidades de saúde da rede pública que tenham profissionais capacitados. O exame preventivo é indolor, simples e rápido. Pode, no máximo, causar um pequeno desconforto ou pressão no interior da vagina enquanto é feito a raspagem das células do útero. Neste estudo, avaliou-se a cobertura de exames citopatológicos em uma estratégia de saúde da família de um município da região do meio oeste catarinense, com 599 pacientes residentes no local, porém apenas 31 delas com coleta do exame. Os dados foram colhidos através do Sistema de Informação próprio do município que exporta mensalmente ao e-SUS. Assim, entende-se a necessidade de promover ações de esclarecimento e educação em saúde para que as mulheres tenham consciência da importância e realizem o exame preventivo do câncer de colo de útero.

**Palavras-chaves:** Exame citopatológico. Doenças no colo do útero. Exame preventivo. Saúde da família.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde, 2013, no Brasil, o câncer de colo do útero, também chamado de câncer cervical, é o quarto tipo de câncer mais comum entre as mulheres. É o segundo mais incidente na população feminina brasileira, excetuando-se os casos de câncer de pele não melanoma. Impulsionado pelo Programa Viva Mulher, criado em 1996, o controle do câncer do colo do útero foi afirmado como prioridade na Política Nacional de Atenção Oncológica, no Pacto pela Saúde e no Plano de Fortalecimento de Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, em 2011. Da mesma forma, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), tem, dentre seus objetivos, a redução da morbimortalidade por esse tipo de câncer na população feminina, mediante a organização de redes de referência e contra referência para a condução do diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero (ROCHA, 2012).

O método de rastreamento do câncer do colo do útero no Brasil é o exame citopatológico (exame de Papanicolau), que deve ser disponibilizado às mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos e que já iniciaram a atividade sexual. Trata-se de um exame indolor, de baixo custo e eficaz, sendo realizado mediante coleta de material citológico (ROCHA, 2012).

A colpocitologia oncológica ou Papanicolaou é um método manual realizado por profissionais enfermeiros e médicos que permite a identificação de células sugestivas de pré-invasão até lesões malignas, através de coloração multicolorida de lâminas contendo células cervicais esfoliadas. O exame é realizado oportunamente nas consultas de planejamento familiar, pré-natal, ginecológica e outras (JORGE, 2011).

Com o intuito de otimizar os recursos disponíveis, o exame deve ser oferecido às mulheres entre 25 e 65 anos e às que iniciaram a atividade sexual antes dessa faixa etária, com ênfase entre 45 e 49 anos (período que corresponde ao pico de incidência das lesões precursoras e antecede o pico de mortalidade pelo câncer) (JORGE, 2011).

O exame Papanicolaou consiste no esfregaço de células oriundas da ectocervix e da endocervix, que são extraídas por raspagem do colo do útero. Embora ele represente o instrumento mais adequado, prático e de baixo custo para o rastreamento do câncer de colo de útero, devido à forte influência na redução da morbimortalidade por este tipo de câncer, a adesão ao exame ainda está distante da cobertura preconizada pelo Ministério da Saúde, que é de 80 a 85% (AGUILAR, 2015).

Após duas coletas anuais negativas, a periodicidade poderá ser trienal, permitindo identificar os casos nos quais possa ter ocorrido um resultado falso negativo (JORGE, 2011).

O controle do câncer do colo do útero representa um dos grandes desafios para a saúde pública, pelo fato da patologia acometer mulheres de várias regiões do mundo, mesmo apresentando alto potencial de cura quando diagnosticado precocemente. Nesse sentido, cabe aos profissionais da saúde orientar a população quanto à importância da realização periódica deste exame (ROCHA, 2012).

Além disso, atingir alta cobertura no rastreamento da população definida como alvo é o componente mais importante para que se obtenha significativa redução da incidência e da mortalidade por câncer de colo do útero. Estima-se que 12% a 20% das brasileiras entre 25 e 64 anos nunca realizaram o exame citopatológico, que é a principal estratégia de rastreamento do câncer de colo do útero e de suas lesões precursoras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

É atribuição da Atenção Básica prestar cuidado integral e conduzir ações de promoção à saúde, rastreamento e detecção precoce, bem como acompanhar o seguimento terapêutico das mulheres nos demais níveis de atenção, quando diante de resultado de citopatológico de colo do útero alterado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Entre os fatores supracitados, além da insuficiência de recursos humanos, a demora das mulheres ou sua ausência delas ao serviço para realizar ou tomar conhecimento do resultado do exame preventivo pode estar associada ao modo como o profissional acolhe a usuária e como esta percebe o exame preventivo (JORGE, 2011).

Além das portarias vigentes sobre o acolhimento e humanização, o Ministério da Saúde lança em 2019 o Programa Previne Brasil que trabalha com indicadores de pagamento por desempenho. Um desses indicadores, relevante ao presente trabalho, é a “Cobertura de exame citopatológico”, apresentando como meta 40% de

exames realizados frente à população de mulheres em idade fértil cadastradas nas unidades básicas de saúde.

Assim o objetivo deste estudo é avaliar a cobertura de exames citopatológicos em uma estratégia de saúde da família de um município do meio oeste catarinense, a fim de determinar o número de mulheres que realizaram o exame no período de setembro de 2019 a abril de 2020, comparando com o número de mulheres cadastradas na mesma unidade, assim como verificar a faixa etária de maior adesão.

## METODOLOGIA

O estudo realizado foi uma abordagem quantitativa e de caráter descritivo. A pesquisa foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde em um município da região do meio oeste catarinense.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi pelo Sistema de Informação próprio do município que exporta mensalmente ao e-SUS. A pesquisa aconteceu no período de setembro de 2019 à abril de 2020, com mulheres cadastradas na unidade básica de saúde que realizaram o exame citopatológico.

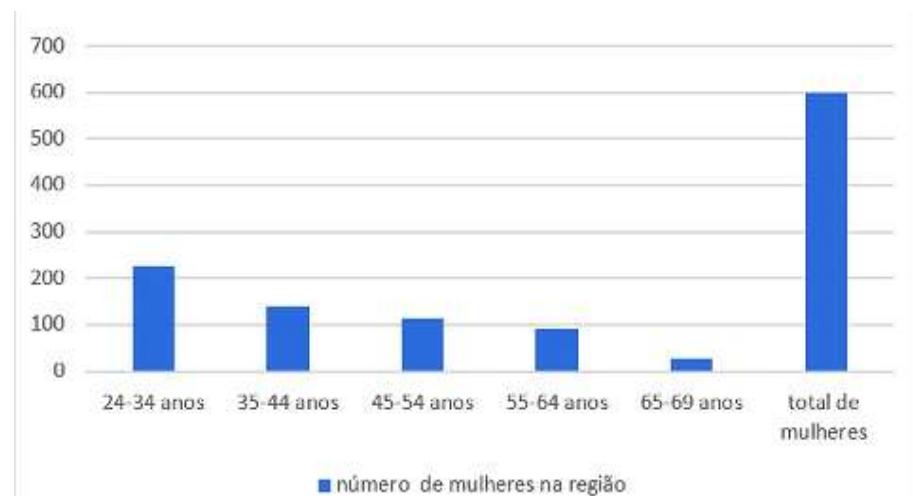
Após levantamento os mesmos foram à análise descritiva e estatística dos dados.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Comparação dos resultados e análise dos dados da cobertura de exames citopatológicos realizados no período de setembro de 2019 a abril de 2020 em uma Unidade Básica de Saúde de um município da região do meio oeste catarinense.

Resultados apontaram que, aproximadamente 599 mulheres residentes na região de abrangência da UBS pesquisada.

**Gráfico 1. Número total de mulheres cadastradas por faixa etária.**

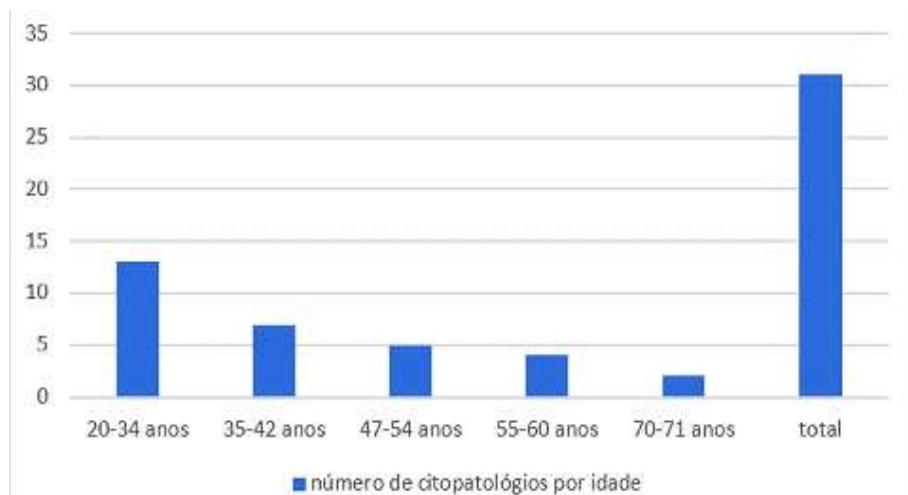


Fonte: Os autores (2020).

No que tange os dados sobre a faixa etária das mulheres que realizaram o exame citopatológico, 13 mulheres encontravam-se na faixa de 20 a 34 anos, 7

entre 35 a 42 anos, 5 entre 47 a 54 anos, 4 entre 55 a 60 anos e 2 entre 70 a 71 anos, com um total de 31 coletas de exame já citado. Também pode-se observar que a faixa etária com maior adesão ao exame citopatológico está entre os 20 e 34 anos.

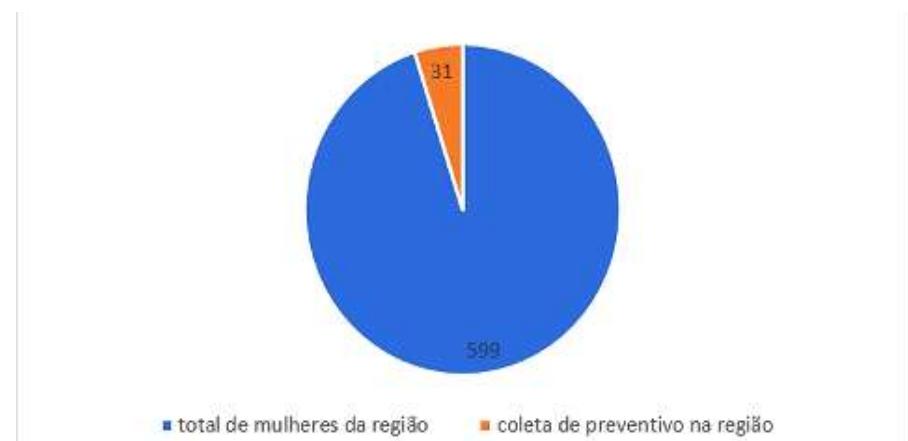
**Gráfico 2. Número de citopatológicos por idade.**



Fonte: Os autores (2020).

O programa Previne Brasil reformulou o financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS). Um dos componentes que fazem parte do repasse mensal aos municípios é o pagamento por desempenho, cujo incentivo financeiro é calculado com base nos resultados de indicadores de atendimento das equipes de saúde. Entre os temas a serem analisados, a cobertura do exame citopatológico é um deles. Assim, deve-se ser atingido um total de 40% da população do município, para que o repasse aconteça de forma mais efetiva. Logo, a UBS do meio oeste catarinense apresenta apenas um total de 5,17% de cobertura do exame na região estudada, não contribuindo para o repasse monetário.

**Gráfico 3. Número de mulheres vs número de coletas da região.**



Fonte: Os autores (2020).

A partir deste estudo, entende-se então que a prevenção e o diagnóstico do câncer de colo útero podem ser feitos pela coleta de material citopatológico, que detecta precocemente lesões pré-cancerosas, rastreando dessa maneira a população feminina que pode ser exposta a essa comorbidade (mulheres jovens, sexualmente ativas e em idade reprodutiva).

O exame deve ser realizado por todas as mulheres, sexualmente ativas ou não, uma vez ao ano. Caso o resultado seja negativo por três anos seguidos, o intervalo pode aumentar de acordo com a orientação médica.

Nesse sentido, nota-se a importância de ampliar o número de coletas de exames citopatológicos, com o intuito de detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico da doença precocemente, antes que a mulher tenha sintomas. Além disso, devem-se promover ações de esclarecimento e educação em saúde para que as mulheres tenham consciência da importância e realizem o exame preventivo do câncer de colo de útero. Melhorando assim os indicadores de saúde, possibilitando o tratamento precoce.

## LIMITAÇÕES

É preciso considerar algumas limitações do estudo, visto que foi realizado a distância, devido a pandemia do Covid-19. Os dados foram coletados pelo Sistema de Informação próprio do município, que nos encaminhou via e-mail. Os mesmos podem ser incertos por ser fonte secundária de coleta de dados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROCHA, Bruna D. da et al. Exame de papanicolau: conhecimento de usuárias de uma unidade básica de saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 3, p. 619 - 629, fevereiro 2013.

JORGE, Roberta J. B. et al. Exame Papanicolaou: sentimentos relatados por profissionais de enfermagem ao se submeterem a esse exame. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2443-2451, maio 2011.

AGUILAR, Rebeca P.; SOARES, Daniela A. Barreiras à realização do exame Papanicolaou: perspectivas de usuárias e profissionais da Estratégia de Saúde da Família da cidade de Vitória da Conquista-BA. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 359-379, junho 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2014: Incidência de câncer no Brasil**. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos da Atenção Básica, n. 13. **Controle de Câncer de Colo de Útero e de Mama**. BRASIL. Brasília, 2013.

## INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador.

## AGRADECIMENTOS

Agrademos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de Medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador – SC.

## LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE PRÉ-NATAL PRECONIZADO PELO SUS

Paloma Rosa Stempkowski Remus, [palomastempkowski@gmail.com](mailto:palomastempkowski@gmail.com)<sup>1</sup>  
Thalita Aparecida Rampon, [thalitarampon@hotmail.com](mailto:thalitarampon@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Talita Czekster, [talitaczecster@uniarp.com](mailto:talitaczecster@uniarp.com)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmicas do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Peixe – UNIARP

<sup>2</sup> Professores do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Peixe - UNIARP

### Resumo

Assim que a gravidez é confirmada, tem início os cuidados com a gestante e com o bebê. Então, a mulher passa a ter acesso às consultas de pré-natal, no qual recebe as orientações necessárias para o acompanhamento da gestação. Nas consultas, a gestante é examinada e encaminhada para realização de exames, vacinas e ecografias. São recomendadas, no mínimo, 6 consultas de pré-natal durante toda a gravidez. O ideal é iniciar no primeiro trimestre gestacional, visto que pode promover a redução dos partos prematuros e de cesárias desnecessárias, de crianças com baixo peso ao nascer, de complicações de hipertensão arterial na gestação, bem como da transmissão vertical de patologias como o HIV, sífilis e as hepatites. Neste estudo, avaliou-se a o número de consultas em uma estratégia de saúde da família (ESF) de um município da região do meio oeste catarinense, no qual foram acompanhadas 70 gestantes. Os dados foram colhidos através do Sistema de Informação próprio do município que exporta mensalmente ao e-SUS. Assim, comprehende-se a necessidade de promover ações de esclarecimento e educação em saúde para que as mulheres tenham consciência da importância e realizem pré-natal de forma adequada, visto a baixa adesão.

**Palavras-Chave:** indicadores, gestante, pré-natal, SUS.

### Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido diante de seus três princípios básicos: equidade, igualdade e universalidade. E ainda, outros três organizativos, que regem a disposição dos serviços disponibilizados pelo sistema, sendo eles: a regionalização e hierarquização, descentralização e comando único e a participação popular (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Conforme o princípio organizativo da hierarquização, qual divide os níveis de atenção e garante o acesso a complexidade necessária em cada caso e através da epidemiologia e estudos dentro do assunto o SUS envolve em seu compromisso de financiamento de gasto três esferas de governo - federal, estadual e municipal. Sendo assim, conforme publicado no portal de transparência, site pertencente a controladoria-geral da união o orçamento atual para a área da saúde em 2020 será de R\$ 136 bilhões de reais, desse montante

13,5% já foram gastos ainda no mês de março do mesmo ano. Seguindo o padrão de anos anteriores o mais significativo valor foi destinado a assistência hospitalar e ambulatorial, seguido pelos gastos com a atenção básica que conta com cerca de 20% do total (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

O pré-natal é essencial para a saúde da gestante e do feto, pois, além da suplementação necessária para um desenvolvimento esperado é através dele que se identifica possíveis más formações, síndromes, doenças e riscos gestacionais. Dessa forma, cada paciente possui um atendimento adaptado as condições apresentadas, proporcionando as parturientes condições para uma gestação saudável. Esse acompanhamento molda-se conforme o desenvolvimento fetal e a evolução gravídica de cada mulher (MEDEIROS et al., 2018). Sendo as principais vantagens do pré-natal, a permissão de identificar doenças preexistentes no organismo, como a hipertensão arterial identificando precocemente a pré-eclâmpsia, ou a presença de sífilis que gera danos incalculáveis ao bebe se não tratada, a detecção de problemas fetais, como más formações, sendo que algumas delas, em fases iniciais, permitem o tratamento intraútero que proporciona ao recém-nascido uma vida normal, ainda a avaliação dos aspectos relativos à placenta.

Além da prevenção e promoção da saúde, podemos citar o preparo da mulher para a maternidade com informações sobre puericultura e cuidados com a criança, orientações sobre hábitos de vida e higiene pré-natal, sobre a manutenção do estado nutricional apropriado, o alerta sobre o uso de medicações que possam afetar o feto ou o parto ou medidas que possam prejudicar o feto, o explanar das manifestações físicas próprias da gravidez e a orientação do profissional deverá atingir relação com dieta, higiene, sono, hábito intestinal, exercícios, vestuário, recreação, sexualidade, hábitos e vícios e ainda orientações sobre duvidas que possam surgir da paciente. Dentro da importância do pré-natal assertivo está a escolha do parto que deve ser da forma mais humanizada possível e de escolha exclusiva da parturiente, tendo seus direitos assegurados como escolha de parto e acompanhante durante todo o processo. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016)

Assim, o SUS conforme seus princípios de integralidade e equidade preconiza que o pré-natal adequado deve seguir a Portaria N°569 de junho de 2000, a qual deixa explícito que deve ser realizado no mínimo seis consultas, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre de gestação. Já na primeira consulta são realizados os testes rápidos, a classificação de risco gestacional e a avaliação da carteira vacinal. Dessa maneira, o controle do comparecimento das gestantes às consultas é dever dos serviços de saúde em especial da atenção básica, desse modo, sistema de vigilância que permita a busca ativa de gestantes faltosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Justificando assim a realização do presente trabalho com necessidade de buscar o número de gestantes acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, ainda, as que apresentam um pré-natal irregular. Seguindo os preceitos da Programa Previne Brasil, 2019 e os indicadores de pagamento por desempenho estipulados para 2020.

## Objetivos

Apresentar o levantamento do número de consultas realizadas e comparar com os indicadores de consultas ideais para o pré-natal preconizado pelo SUS, quantificando assim as gestantes que iniciaram o pré-natal conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. Enumerar as consultas realizadas. Estimar o número de gestantes que iniciaram o pré-natal de forma tardia – após 20 semanas de gestação. Calcular a média das consultas que a gestantes realizam durante os 3 trimestres e das consultas realizadas durante todo o pré-natal.

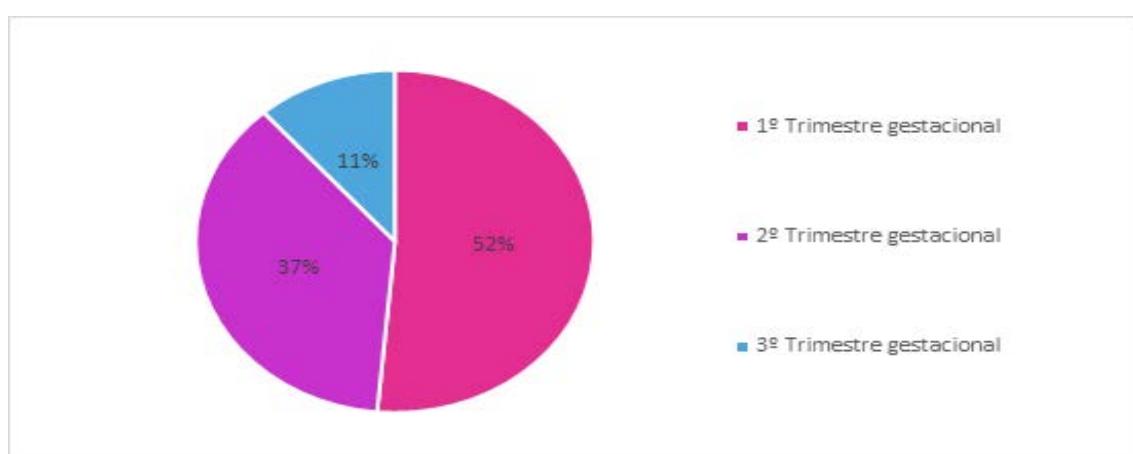
### Metodologia

A pesquisa de natureza quantitativa, utilizando registros do Sistema Informatizado do município, que exporta os dados mensalmente para o sistema central do SUS, disponibilizado pelo município as Unidades Básicas de Saúde. Foi observado qual a adesão das pacientes gestantes cadastradas em uma unidade de saúde. Dentro de um período desenhado como setembro de 2019 a abril de 2020.

### Resultados e conclusões

Os dados mostram que das 70 gestantes ativas no sistema da ESF, 48,5% delas iniciaram o pré-natal tardiamente, ou seja, após o primeiro trimestre gestacional, dentro dessas 8 iniciaram apenas no último semestre gestacional o que sumariamente a classifica como sendo de risco para o binômio mamãe-bebê. Concluindo que não existiu uma comunicação efetiva entre profissionais de saúde e população, sobre o que é ofertado pelo sistema.

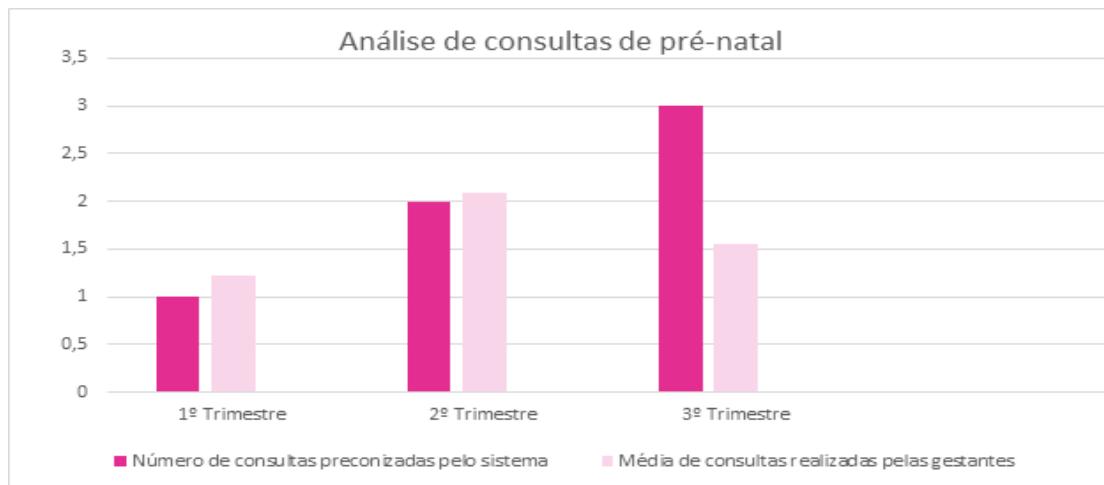
**Gráfico 1: Porcentagem de início do pré-natal em comparação com o trimestre gestacional.**



Fonte: As autoras (2020)

As usuárias do pré-natal classificam o sistema como uma assistência intermediária (FROZ et al.,2019), entre tanto, ao analisarmos os dados que contém os números de consultas realizados e compararmos com o preconizado pelo SUS a região estudada peca em 58,3% de falta, atingindo apenas uma média de 2,5 consultas por gestante em período igual ao que a rede cegonha-projeto de pré-natais implementado no sistema de saúde- preconiza, que é equivalente a 6 consultas durante o pré-natal.

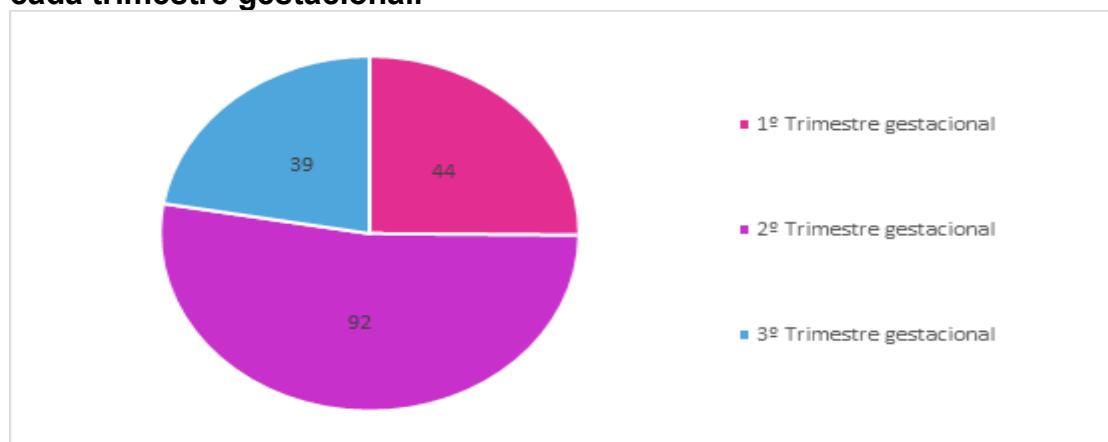
**Gráfico 2: Análise de consultas de pré-natal preconizadas pela SUS em comparação com a média realizadas pelas parturientes.**



Fonte: As autoras (2020)

O SUS preconiza uma consulta no primeiro trimestre gestacional. Superando o mínimo esperado, os dados analisados geram uma média de 1,22 consultas por gestante. Já no segundo trimestre é indicado o valor de duas consultas pré-natais e a média obtida foi de 2,09 atendimentos à parturiente. Entretanto, apesar dos dados da UBS suprirem as orientações do Ministério da Saúde, é notória a discrepância entre a quantidade real de consultas realizadas por cada paciente, pois, das 44 gestantes, 68% realizaram apenas uma consulta no 2º trimestre da gestação. Todavia, o terceiro trimestre mostra um déficit no número de consultas, visto que a média ficou menor do que a metade aconselhada pela SUS.

**Gráfico 3: Número de consultas total realizadas pelas pacientes dentro de cada trimestre gestacional.**



Fonte: As autoras (2020)

## Limitações

Dentre as limitações que encontramos ao realizar o projeto integrador, destacam-se a inconsistência e a desorganização de dados fornecidos pela Secretaria de saúde de Caçador.

Outro fator limitante é a pandemia relacionada ao COVID-19, a qual vivenciamos, visto que dificulta a confirmação dos dados inconsistentes.

### **Referências bibliográficas**

FONTANA MEDEIROS1, F.; CARVALHO LOURENÇO1, J.; HADDAD RODRIGUES1, M.; PIMENTA FERRARI, R. A.; SERAFIM, D.; MACIEL, A. A. Expectativa e satisfação do acompanhamento pré-natal em gestantes de alto risco. v. 2018.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA no 2.436.** Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta da Gestantes.** 2018. V. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/agosto/31/Caderneta-da-Gestante-2018.pdf>>. Acesso em 16 mar.2020.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA no 569, DE 1º DE JUNHO DE 2000.** Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

FRÓZ, Maryam Andrade et al. Avaliação da assistência ao pré-natal na atenção básica no Brasil. 2019. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2776>>. Acesso em 17 junho 2020.

### **Instituições financiadoras**

UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

### **Agradecimentos**

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de Medicina, à Secretaria Municipal de Saúde de Caçador e às orientadoras Ana Paula Pinculini, Dayane Carla Borille, Solange de Bortoli Beal e Talita Czekster.

## A IMPORTÂNCIA DA UBS NO CUIDADO A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Lucas Emanuel Santos Da Silveira (lucasessilveira@gmail.com),  
 Henrique Garcia Brod Lino (henriqueLino03@gmail.com),  
 Ana Paula G. Pinculini,  
 Dayane Carla Borille,  
 Solange de Bortoli Beal,  
 Talita Czekster

### RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica atinge grande parte da população brasileira, então por meio deste trabalho exemplificamos os riscos de quando esta não é tratada com a devida seriedade, acentuando os pontos importantes para que haja um melhor aproveitamento da consulta, visando a importância da estratégia de saúde da família (ESF) na vida desses pacientes. Tendo em vista essa preocupação o principal objetivo é verificar o número de hipertensos em uma ESF em determinado município de Santa Catarina. Trata-se de um estudo quantitativo realizado com hipertensos cadastrados em uma UBS no meio oeste catarinense, e para a coleta de dados foi utilizado o sistema de informação de dados do município. Em análise dos dados podemos observar quantitativamente que a idade do foco hipertensivo é entre 50 a 80 anos incompletos, totalizando 414 pessoas do total de 570 pessoas hipertensas cadastradas na UBS. A natureza da realização dos atendimentos é predominantemente na UBS quando comparamos com os atendimentos domiciliares. Entre os 570 pacientes hipertensos foram realizadas 379 consultas por profissionais de saúde. Por fim podemos reconhecer os pontos assertivos e as dificuldades apresentadas no atendimento a essa clientela da ESF no período de 8 meses.

**Palavras-chaves:** hipertensão arterial sistêmica; pressão arterial; saúde; atenção básica de saúde; assistência.

### INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição multifatorial, caracterizada por níveis elevados de pressão arterial (PA), maior ou igual a 140x90 mmHg, associa-se às alterações fisiológicas e anatômicas dos órgãos, sendo eles coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos. Os fatores de risco para desenvolvimento da HAS são idade, sexo e etnia, excesso de peso e obesidade, ingestão de sal, ingestão de álcool, sedentarismo, fatores socioeconômicos e genéticos. A associação da HAS a outros fatores de risco como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes mellitus, podem agravar a condição crônica da doença, aumentando o risco de eventos cardiovasculares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Ao se atender um paciente hipertenso, deve-se fazer uma avaliação inicial, confirmado o diagnóstico e investigado as possíveis causas secundárias da doença, e avaliação do risco dos órgãos-alvo e possível associação com outras patologias. Durante o exame físico é de suma importância realizar a palpação das artérias braquial e femoral e aferir a pressão de ambos os membros superiores, para avaliar

o estado do paciente e também a simetria da PA, comparando os dados obtidos com os dados das consultas previamente realizadas, tendo assim um meio para avaliar a eficácia do tratamento realizado. A auscultação possibilita a avaliação sonora das bulhas cardíacas, identificação do ritmo e frequência cardíaca, possíveis sopros, ruídos (atraito pericárdico, pericardite e murmurários venosos), cliques e estalidos, avaliando assim as condições patológicas e fisiológicas do coração e grandes vasos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016).

Outras características importantes a serem avaliadas nesses pacientes são: peso, altura, índice de massa corporal (IMC), presença de algum déficit neurológico (motores ou sensoriais), fundoscopia para avaliação da retina (extremamente importante em pacientes diabéticos devido a retinopatia diabética), palpação abdominal e palpação renal, o exame deve ser o mais completo possível dependendo da disponibilidade dos equipamentos. A avaliação em sua integralidade evita condições piores como morte súbita, acidente vascular encefálico (AVE), infarto agudo do miocárdio (IAM), insuficiência cardíaca (IC), doença arterial periférica (DAP) e doença renal crônica (DRC) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016).

A HAS é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Tendo isso em vista o Ministério da Saúde embasado nos princípios da lei nº 8080 lançou a Portaria/GM nº 16, de 03/01/2002 propondo o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, onde consta uma melhor organização da assistência, prevenção e promoção, vinculação a rede e educação permanente em hipertensão arterial e diabetes mellitus. Essa estratégia propôs o Hiperdia, um dia destinado a receber pacientes portadores dessas condições na unidade básica de saúde (UBS) que abrange a região de suas moradias (BRASIL, 2002).

A participação no Hiperdia demonstra a vinculação do paciente a UBS, onde é proporcionado uma educação contínua sobre a situação desses pacientes; por meio de palestras e reuniões que exemplificarão a patologia, será aferida a PA, aferição da glicemia e por fim passarão pela consulta médica onde poderão renovar as receitas ou adequar o tratamento. Esse modelo de participação, promove a interação social de um grupo, otimizando também a assistência dos profissionais da saúde (BRASIL, 2002).

Desse modo, observa-se que a UBS fornece o cuidado integral para pacientes portadores de HAS, envolvendo uma equipe multiprofissional no tratamento, retirando assim o foco no tratamento apenas medicamentoso. A avaliação integral da condição do paciente, sendo ele idoso, obeso, criança ou gestante, prevê a consulta com uma nutricionista para averiguar seus hábitos alimentares, programas de saúde física com um educador físico proporcionando exercícios corporais na medida das limitações e consulta geral com profissional odontológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O controle da PA é serviço essencial ofertado gratuitamente pela Atenção Básica de Saúde. Por fim, nota-se a extrema importância no controle e cuidado com a PA, para a saúde das pessoas acometidas por este agravio. Os usuários devem aproveitar esse atendimento, tanto no segmento de tratamento como de prevenção, visto que é gratuito e rápido, podendo fazer toda a diferença no cuidado com a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Reconhecendo a gravidade da doença supracitada, pode-se perceber durante as aulas práticas do IESC nas UBS do município, que nem todos os doentes

têm feito o acompanhamento correto do seu quadro, alguns por falta de informação sobre a doença ou por indisponibilidade de acompanhá-la corretamente o que pode levar à hospitalização e às consequências mais graves na saúde.

Em 2019 o Ministério da Saúde lançou o Programa Previne Brasil, que se baseia na avaliação de indicadores de pagamento por desempenho. Estes indicadores, traçados para o ano de 2020, contemplam o percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre.

Assim esta pesquisa tem o objetivo de verificar o número de hipertensos em uma estratégia de saúde da família em um município de Santa Catarina. Sendo a meta traçada pelo Ministério da Saúde o cadastro de 90 % de pessoas hipertensas e acompanhamento quadrimestral de pelo menos 50% destes. Desta maneira para melhor desenvolvimento da pesquisa os objetivos específicos propostos foram: Observar o quantitativo de hipertensos que realizaram aferição de pressão na unidade; Comparar o quantitativo de hipertensos atendidos no período de análise com o numero de hipertensos total; Verificar quantos pacientes usufruíram de atendimento em domicílio; Verificar o retorno desses pacientes no período analisado.

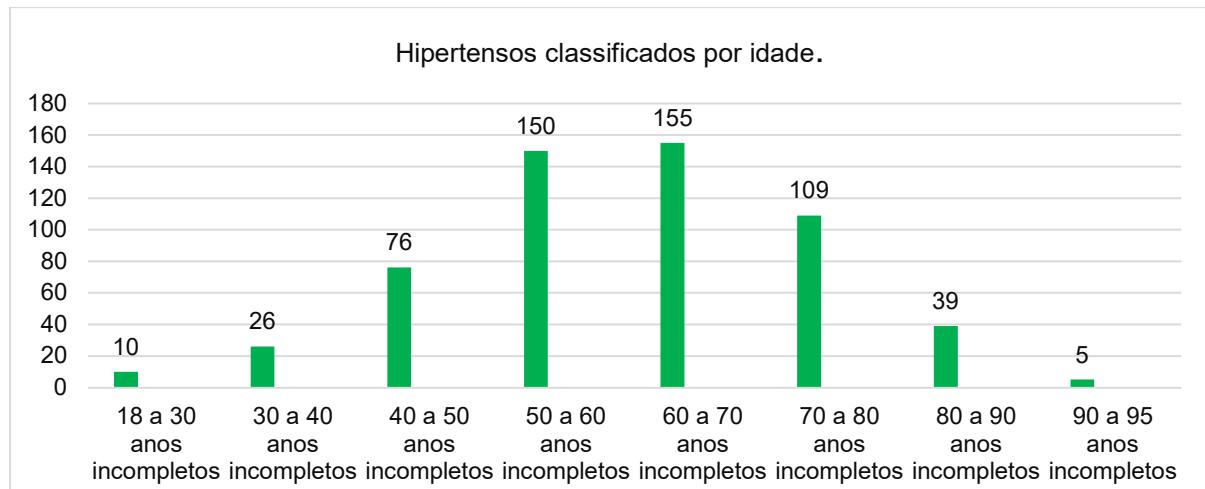
## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo realizado com hipertensos cadastrados em uma Estratégia da Saúde da Família da área de abrangência de uma unidade básica de saúde (UBS), em uma cidade do meio oeste catarinense, no período de setembro de 2019 a abril de 2020. Para a coleta de dados, foi utilizado o sistema de informação de dados do município, que produz relatórios de produção da UBS, exportados ao e-sus mensalmente. Os dados serão analisados mediante estatística simples.

## DISCUSSÃO

Primeiramente numa análise das informações, podemos perceber que o número de hipertensos total é 570, desta maneira organizaremos os pacientes hipertensos por faixa etária, dispondo então das seguintes informações:

Gráfico 1: Demonstra o número total de hipertensos classificados por idade.

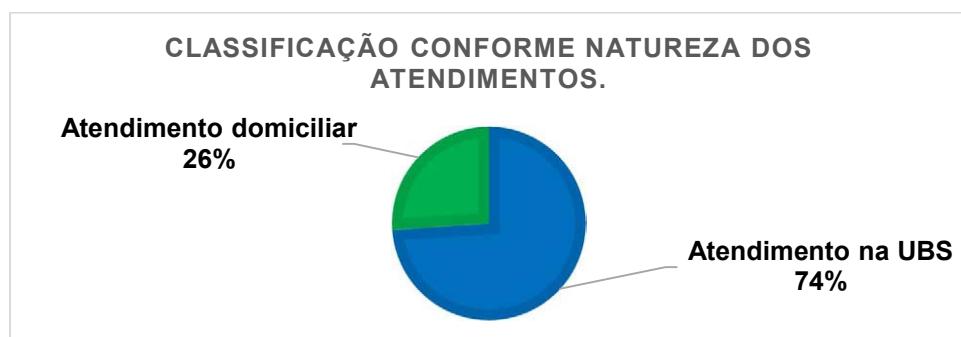


Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

Conforme o gráfico 1 podemos observar, que a idade mais acometida pela HAS está concentrada entre 50 a 80 anos incompletos, com 409 pacientes. Esses dados demonstram epidemiologicamente que o foco hipertensivo se manifesta principalmente em idosos, mas também atinge adultos dando enfoque aos adultos no período de transição, entre 50 a 60 anos incompletos.

Podemos realizar uma classificação em relação a natureza dos atendimentos, os quais se apresentam da seguinte maneira: o atendimento na UBS; e em casos específicos, quando o paciente não consegue se locomover até lá e se enquadra nas características necessárias ele então recebe o atendimento domiciliar.

GRÁFICO 2: Classificação dos atendimentos na UBS, conforme natureza, sendo 1769 os na UBS e 623 os domiciliares, totalizando 2392 atendimentos.

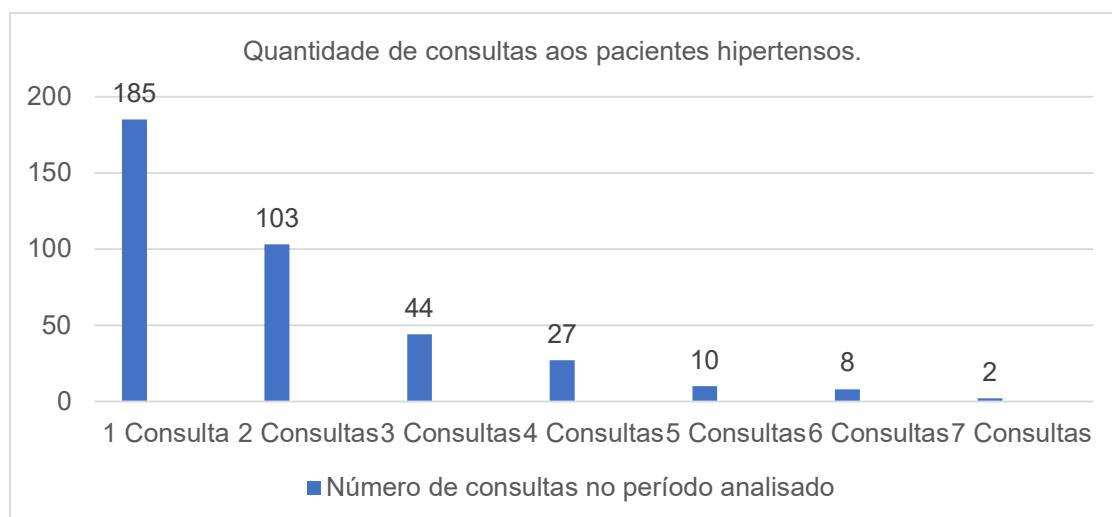


Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

A análise do gráfico 2 permite uma avaliação no que diz respeito ao alto número de atendimentos domiciliares em proporção aos atendimentos realizados na UBS, elencando assim a grande competência dos profissionais de saúde em tratar e avaliar seus pacientes, independente de onde o atendimento será realizado.

Outra análise cabível é a frequência com que os pacientes procuram o atendimento na UBS, tendo em vista que o padrão estabelecido pelo "Caderno de Atenção Básica 37- Hipertensão Arterial Sistêmica", o qual exclama que o paciente hipertenso sem qualquer agravo a sua condição, deve comparecer no mínimo em uma consulta médica a cada seis meses.

Grafico 3: Demonstra a quantidade de consultas aos pacientes portadores de HAS, no período analisado.



Fonte: Lucas Emanuel S. Silveira; Henrique G. Brod Lino (2020).

Conforme a análise do gráfico 3, percebe-se que do total de 570 pacientes a UBS realizou o atendimento com consulta profissional de 379 portadores de HAS. Evidencia-se que no período do levantamento de dados, temos 194 retornos de pacientes previamente atendidos. Podemos concluir então que 191 pacientes não procuraram atendimento, ou não foram atendidos no período de análise. O que denota não atendimento de 33,5% dos hipertensos.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o número total de hipertensos (570) temos registrados 379 atendimentos em consultas, o que em análise estatística é equivalente a 66,5%, para 8 meses de análise. Sendo que o Programa Previne Brasil preconiza o cadastro de 90 % de pessoas hipertensas e acompanhamento quadrimestral de pelo menos 50% destes.

Podemos concluir então que a UBS analisada está acima da porcentagem indicada, o que resulta de um bom esforço dos profissionais, e a eficiência dos programas propostos, o que fica comprovado pela porcentagem de atendimentos em domicílio.

Percebemos também a falta de retorno ao acompanhamento médico de alguns usuários, esse fator, que sofre interferência de muitas variantes como, não adesão ao tratamento e agenda médica lotada.

Juntamente a isso temos 33,5% dos pacientes que não foram atendidos no período de análise, demonstrando a necessidade de um cuidado maior. Por fim, nota-se que os dois últimos pontos supracitados precisam ser trabalhados e melhorados.

## REFERÊNCIAS

CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA 37, Hipertensão Arterial Sistêmica, Brasília: **Ministério da saúde**, 2013. Disponível em:  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_37.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf) acessado em 03 jun. 2020.

7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, Rio de Janeiro, **Sociedade Brasileira de Cardiologia**, 2016. Disponível em:  
[http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf) acessado em 03 jun. 2020.

PORTRARIA Nº 371, DE 04 DE MARÇO DE 2002, Brasília: **Ministério da saúde**, 2002. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0371\\_04\\_03\\_2002\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0371_04_03_2002_rep.html) acessado em 03 jun. 2020.

## INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL E HÁBITOS DE VIDA NA PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE

Anny Karoline Buzzi, [annykbuzzi@gmail.com](mailto:annykbuzzi@gmail.com)  
 Érica Caroline Strada, [ericacarolinestrada@hotmail.com](mailto:ericacarolinestrada@hotmail.com)

### RESUMO

A aterosclerose é uma condição ocasionada pelo acúmulo de placas de gordura no endotélio, a camada mais interna das paredes arteriais. O crescimento dessas placas faz com que ocorra o estreitamento do vaso lesionado, podendo chegar à obstrução completa devido a restrição do fluxo sanguíneo. Consequentemente, o território afetado tem suas funções comprometidas, podendo causar diversas doenças cardiovasculares. Em virtude da prevenção e tratamento estarem ao alcance da grande maioria da população, ou seja, que demandam pouco tempo e dinheiro, objetivou -se, de modo geral, identificar o motivo pelo qual os indivíduos não realizam a promoção à saúde a fim de evitar a doença aterosclerótica e melhorar a qualidade de vida. Iniciou-se o projeto com uma pesquisa bibliográfica e uma análise preliminar sobre o tema, através de uma pesquisa básica com caráter exploratório. Selecionou -se artigos e livros da área médica e buscou -se unir as informações e criar vínculos, relacionando o mundo globalizado, com os hábitos de vida e a doença aterosclerótica. Através dos resultados obtidos por meio da aplicação de um formulário, pode -se concluir que a ausência de hábitos saudáveis juntamente com o cansaço físico e mental oriundos da rotina, favorecem os fatores desencadeantes para o desenvolvimento da aterosclerose.

**Palavras-chave:** Doença aterosclerótica. Rotina alimentar. Prática de exercícios físicos. Promoção à saúde.

### INTRODUÇÃO

O cenário atual da saúde em nosso país é marcado pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como consequência do aumento da adoção de estilos de vida pouco saudáveis, com destaque para a alimentação inadequada e a inatividade física, decorrentes dos processos de industrialização e globalização. Dentre as doenças adquiridas devido ao estilo de vida pouco saudável, o projeto dá destaque a aterosclerose, que é a principal causa de morte no mundo ocidental (SBACV, 2020).

A doença aterosclerótica faz com que placas de gordura cresçam e ocorra o estreitamento do vaso lesionado, podendo chegar à obstrução completa, restringindo o fluxo sanguíneo na região. Com isso, o território afetado tem suas funções comprometidas. Essa complicaçāo é a causa de diversas doenças cardiovasculares, como infarto, morte súbita e acidentes vasculares (SBIBAE, 2020).

O tratamento e prevenção da doença aterosclerótica incluem resgate do padrão alimentar por meio do incentivo à alimentação saudável (SBC, 2017). De acordo com Neto, et al. (2008), o exercício físico pode atuar como mecanismo preventivo, pois além da melhora da função cardiovascular, ele também promove alterações bioquímicas e hemodinâmicas significativas.

Práticas educativas implementadas por equipes multidisciplinares que conscientizem a população da importância de hábitos alimentares saudáveis e a prática do exercício físico regular devem ser componentes prioritários nas estratégias

de Saúde Pública, a fim de deter o avanço das doenças em nosso país (Rique, Soares, Meirelles, 2002).

O projeto tem como objetivo identificar o motivo pelo qual os indivíduos não realizam a promoção à saúde a fim de evitar a doença aterosclerótica e melhorar a qualidade de vida.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa apresenta caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que se realizou um questionário com 9 questões objetivas e 1 descritiva.

A delimitação do universo tem como característica pessoas que possuem 18 anos ou mais, de variados estados de saúde, classes e grupos sociais, que preferencialmente estejam presentes no mercado de trabalho e/ou na graduação. Sendo assim, esses tornam-se os critérios de inclusão dos respondentes.

A pesquisa atingiu os municípios de Erechim (Rio Grande do Sul), Benedito Novo (Santa Catarina), Blumenau (Santa Catarina) e Caçador (Santa Catarina).

O critério de inclusão dos dados coletados foi que esses, estivessem com todas as perguntas respondidas e completas de acordo com o solicitado pelo formulário. O critério de exclusão dos dados foram respostas abertas incompletas.

Para a realização da coleta de dados, foi utilizado o formulário disponibilizado pelo Google Form, disponível pelo Google Drive. Esse, foi encaminhado para os respondentes através das seguintes redes sociais: Facebook, Whatsapp, Twitter e Instagram, em virtude da presente pandemia. Apresentou-se os resultados na forma descritiva e através de gráficos de pizza.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

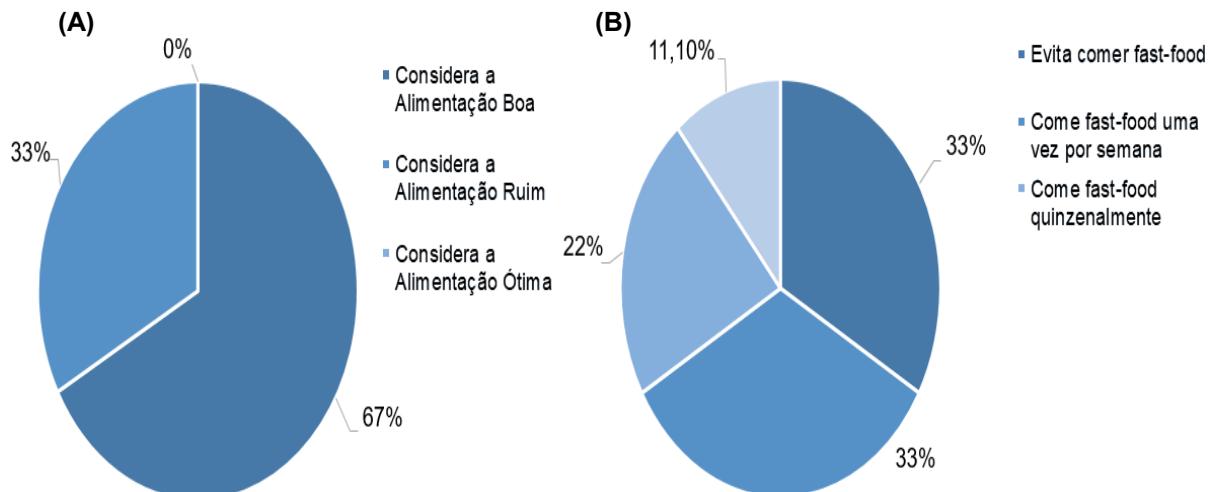
Strong et al. (2002) relataram novos resultados do estudo Pathobiological Determinants of Atherosclerosis in Youth (PDAY), totalizando 2876 indivíduos estudados, entre 15 e 34 anos de idade, mortos por causas externas, confirmado as observações anteriores e concluindo que a prevalência e extensão das lesões aumentam rapidamente entre essa idade e que a doença aterosclerótica deve ser prevenida desde a infância e adolescência.

De acordo com os resultados da pesquisa 27 indivíduos responderam ao questionário, sendo que 63% apresentavam de 18 a 22 anos, 25,9% de 23 a 28 anos e 11,1% tinham 39 ou mais, nenhuma pessoa de 29 a 38 anos respondeu ao questionário. Dos respondentes, 13 somente estudam, 8 somente trabalham e 6 são trabalham e estudam.

Conforme os resultados da pesquisa, 51,9% dos entrevistados consideram o exercício físico importante e realizam atividade física, já 48,1% consideram importante, mas não realizam por falta de tempo ou vontade. Nenhum dos entrevistados pensa que exercício físico não é importante ou que é importante somente para atingir os padrões de beleza.

Em relação a alimentação, 66,6% das pessoas consideram sua alimentação boa e 33,4% consideram ruim, nenhum dos entrevistados considerou a alimentação ótima. Porém, na pergunta que questiona a frequência com que ingere *fast-food*, obtivemos os seguintes resultados: 33,3% das pessoas evitam comer *fast-food*, 33,3% das pessoas come uma vez por semana, 22,2% come de 15 em 15 dias, 11,1% não tem controle da frequência com que ingerem (Figura 1).

**Figura 1.** Qualidade da Alimentação dos Respondentes (A) e Frequência de Consumo de Fast-Food dos Respondentes (B)



**Fonte:** Os autores

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar, (2008/2009 apaud POF/IBGE; FAVORETTTO, 2013, p. 5): o consumo mínimo recomendado de frutas, verduras e legumes é atingido por menos de 10% da população; a prevalência do consumo excessivo de açúcar e gordura saturada foi referido por 61% e 82% da população, respectivamente; 68% da população tem um consumo de fibras abaixo do recomendado e a ingestão de sódio acima do valor tolerável confirma-se em mais de 70% da população, evidenciando os grandes percentuais de inadequação da alimentação na população brasileira.

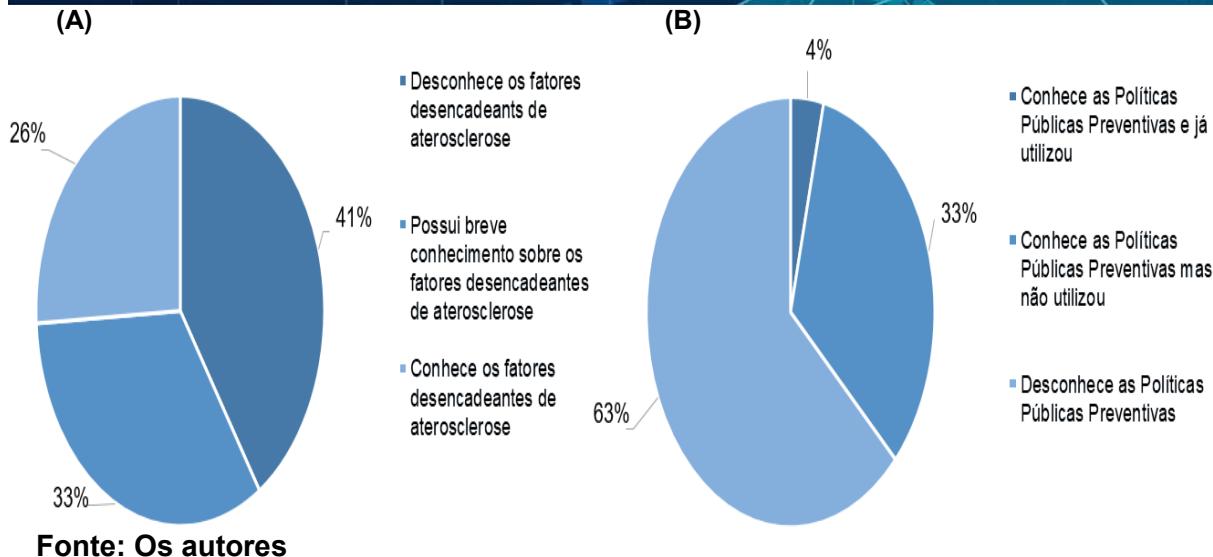
Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas e a frequência semanal em que são ingeridas, temos: 11 pessoas bebem pelo menos 1 vez por semana, 4 pessoas bebem pelo menos 2 vezes por semana, 4 pessoas bebem pelo menos 3 vezes por semana, 5 pessoas bebem quase todos os dias da semana e 3 pessoas não ingerem bebidas alcoólicas.

No quesito uso de drogas lícitas e ilícitas, 37% dos respondentes nunca fumou ou usou drogas, 55,5% já fumou ou usou drogas e 7,4% fuma ou utiliza drogas frequentemente.

Dos entrevistados, 40,7% desconhecem os fatores desencadeantes da aterosclerose, 33,3% possuem breve conhecimento, não tendo total certeza do assunto e somente 25,9% conhece os fatores desencadeantes da aterosclerose.

Sobre as políticas públicas preventivas, somente 1 pessoa conhece e já utilizou, 9 pessoas conhecem, mas não utilizaram e 17 desconhecem as políticas públicas preventivas (Figura 2).

**Figura 2.** Conhecimento dos Respondentes sobre os fatores desencadeantes de Aterosclerose (A) e Conhecimento dos Respondentes sobre as Políticas Públicas Preventivas (B)



Fonte: Os autores

A questão aberta abrangeu a interferência da rotina no estilo de vida e obteve-se 27 como respostas: 4 pessoas acham que a rotina não interfere no estilo de vida e 23 acreditam que interfere. As justificativas utilizadas para não mudar os hábitos e estilo de vida foram: tarefas diárias, estudos colocados como prioridade, falta de tempo e vontade, cansaço físico e mental, fadiga, desmotivação, falta de autocuidado, má administração do tempo, jornada de trabalho longa e cansativa e preferência por atividades de lazer.

O desenvolvimento econômico e a urbanização determinaram as modificações no estilo de vida da população, traduzidos por padrões alimentares discutíveis e por modelos de ocupação predominantemente sedentários, favorecendo a suscetibilidade a doenças crônicas (OLIVEIRA et al., 2003). O estudo de Bogalusa Heart Study reforçou que os fatores de risco estão relacionados ao desenvolvimento da aterosclerose e enfatizou a necessidade da prevenção cardiológica desde o início da vida.

## CONCLUSÃO

A aterosclerose é uma doença que pode ser prevenida e tratada com hábitos e estilo de vida saudáveis, ou seja, através de uma alimentação e equilibrada associada a uma rotina de exercícios físicos. De acordo com os resultados obtidos, pode-se concluir que os respondentes do formulário não possuem o hábito de exercitar-se e alimentar-se de forma saudável devido à interferência da rotina, que gera cansaço físico e mental. A doença aterosclerótica tem grandes chances de resolutividade se a população obter conhecimento sobre os fatores desencadeantes e sobre a assistência disponível por parte das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Luiz E.; MEDEIROS, Jorge L. Aterosclerose: o que é, como prevenir. **Academia Nacional de Medicina**. Disponível em: [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=2392&descricao=ATEROSCLEROS\\_E:+O+QUE+%C3%89,+COMO+PREVENIR](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2392&descricao=ATEROSCLEROS_E:+O+QUE+%C3%89,+COMO+PREVENIR). Acesso em: 05 jun. 2020.

FAVORETTO, Célia Mara Favoretto; WIERNETZ, Patrícia Los. Alimentação

sustentável e alimentos de fast food: o que a química e o meio ambiente têm a ver com isso? **Caderno Plano de Desenvolvimento da Escola, os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, Paraná, v.1, p. 5-6, 2013.

FRANÇOSO, Lucimar Aparecida; COATES, Veronica. Evidências Anatomopatológicas do Início da Aterosclerose na Infância e Adolescência. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, São Paulo, v. 78, nº 1, 131-136, 2002. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/abc/2002/7801/7801012.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

OLIVEIRA, Ana Mayra A. de; CERQUEIRA, Eneida M. M.; SOUZA, Josenira da Silva; OLIVEIRA, Antonio César de. Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em feira de santana, ba. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 47, n. 2, p. 144-150, abr. 2003.

RIQUE, Ana Beatriz Ribeiro; SOARES, Eliane de Abreu; MEIRELLES, Claudia de Mello. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, Niterói, v. 8, n. 6, p. 244-254, Dec. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-86922002000600006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922002000600006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

SBACV, Sociedade Brasileira de Angiologia de Cirurgia Vascular. **Aterosclerose**. Disponível em: <https://www.sbacv.org.br/artigos/medicos/aterosclerose>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SBC, Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e prevenção da Aterosclerose**. v. 109, n. 2, agosto, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v109n2s1/0066-782X-abc-109-02-s1-0001.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SBIBAE, Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. **Aterosclerose. Cardiologia**. Disponível em: <https://www.einstein.br/especialidades/cardiologia/doencas-sintomas/aterosclerose>. Acesso em: 15 jun. 2020.

XAVIER, H. T. et al. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, São Paulo, v. 101, n. 4, supl. 1, p. 1-20, out. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2013004100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013004100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

## COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE INATIVADA E DE PENTAVALENTE

Brenda Coelho de Souza Setti, brenda.setti@hotmail.com<sup>1</sup>  
 Gabriel Francisco Perdoncini Arcari, gabrielfparcari@gmail.com<sup>1</sup>  
 Matheus Gugel Pasquali, pasquali09@gmail.com<sup>1</sup>  
 Matheus Rodrigues Zanluca, matheuszanzluca@gmail.com<sup>1</sup>  
 Talita Czekster, talita.czekster@uniar.edu.br<sup>2</sup>

- 1- Alunos do curso de medicina da UNIARP
- 2- Professora do curso de medicina da UNIARP

### RESUMO

A cobertura vacinal é um dos maiores indicadores sociais atuais que corroboram para o desenvolvimento das políticas públicas promotoras da prevenção e promoção da saúde pública. Nesse ínterim, esse trabalho tem como objetivo demonstrar os dados relacionados à vacina da poliomielite inativada e pentavalente. Os dados foram coletados em Sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria Municipal de saúde, relacionados a vacinação das crianças com 6 anos, 11 meses e 29 dias - referentes à vacina da poliomielite - e 4 anos, 11 meses e 29 dias - referentes à vacina da pentavalente. Os dados são de apenas uma Unidade Básica de Saúde e são concernentes aos meses de setembro de 2019 a abril 2020. Na população adscrita em questão os resultados ficaram abaixo do esperado pela cobertura vacinal nacional. De 264 crianças que deveriam ser vacinadas para poliomielite, apenas 65 foram dessas foram, atingindo um percentual de 25%. Ademais, referente à cobertura vacinal para pentavalente, apenas 117 das 382 crianças se protegeram da forma adequada, contabilizando quase 70% de ausência.

**Palavras-chave:** Poliomielite, cobertura vacinal, meningite, tétano acidental, difteria, coqueluche e Hepatite B.

### INTRODUÇÃO

A vacinação tem por finalidade reduzir a morbimortalidade de doenças imunopreveníveis. A vacinação é cercada de cuidados, cuja responsabilidade de aplica-la é muito grande. Os cuidados com o manejo desse produto são adotados antes, durante e após a administração, e para que uma vacina possa agir no organismo e criar defesas ou anticorpos contra determinada doença, é preciso que a atividade de vacinação seja feita corretamente em todos os períodos. (VIEIRA, 2016)

O amplo sentido da vacinação vem, por percurso longitudinal, sendo incorporada ao conjunto de ações da atenção básica à saúde, sendo de responsabilidade de uma equipe ofertar esse serviço em saúde.

No Programa de Saúde da Família, o agente comunitário de saúde, profissional integrante da equipe, está envolvido com a atividade de vacinação, quando realiza a avaliação da caderneta e o encaminhamento da criança, gestante ou adulto para iniciar ou completar esquemas, conforme os calendários nacionais de vacinação do Ministério da Saúde. (VIEIRA, 2016).

Consoante ao trabalho da vacinação existe o cálculo do indicador nomeado de cobertura vacinal, que significa a porcentagem da população-alvo vacinada. Para calcular esse índice, utiliza-se o total de últimas doses do esquema da vacina de interesse, no numerador, dividido pela estimativa da população alvo, no denominador, multiplicado por 1000. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) recomenda pelo

menos 95% de cobertura vacinal para manutenção da erradicação, eliminação ou controle de doenças imunopreveníveis. As imunizações mediante vacinação seguem todo a risca protocolos e diretrizes, postulados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI). Sendo assim, entende-se por esquema completo a aplicação de todas as vacinas preconizadas pelo PNI, cujas doses foram aplicadas nas idades corretas (adequação epidemiológica) e com os intervalos corretos (adequação imunológica) (MORAES, 2003)

A vacina pentavalente é a combinação de cinco vacinas individuais em uma. Sendo elas: meningite, tétano acidental, difteria, coqueluche e Hepatite B. Objetivo é proteger as pessoas contra múltiplas doenças ao mesmo tempo. Desde 2012, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, oferta a vacina pentavalente na rotina do Calendário Nacional de Vacinação. As crianças devem tomar três doses da vacina: aos 2, aos 4 e aos 6 meses de vida. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

O Brasil adota em seu esquema vacinal básico a vacina antipólio oral no seguinte esquema: 1<sup>a</sup> dose, aos 2 meses; 2<sup>a</sup> dose, aos 4 meses; 3<sup>a</sup> dose, aos 6 meses; reforço, aos 15 meses. Entende-se por criança adequadamente vacinada aquela que recebeu três ou mais doses da vacina oral contra a Poliomielite, com um intervalo mínimo de 30 dias entre cada dose. Em ambas as atividades (vacinação de rotina e campanhas), devem ser alcançadas coberturas vacinais altas (95%) em todos os municípios. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO, 2020)

## OBJETIVOS

Identificar a cobertura vacinal de poliomielite inativada e pentavalente de uma população adscrita de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município do meio oeste catarinense.

Verificar o número de crianças cadastradas na unidade básica de saúde.

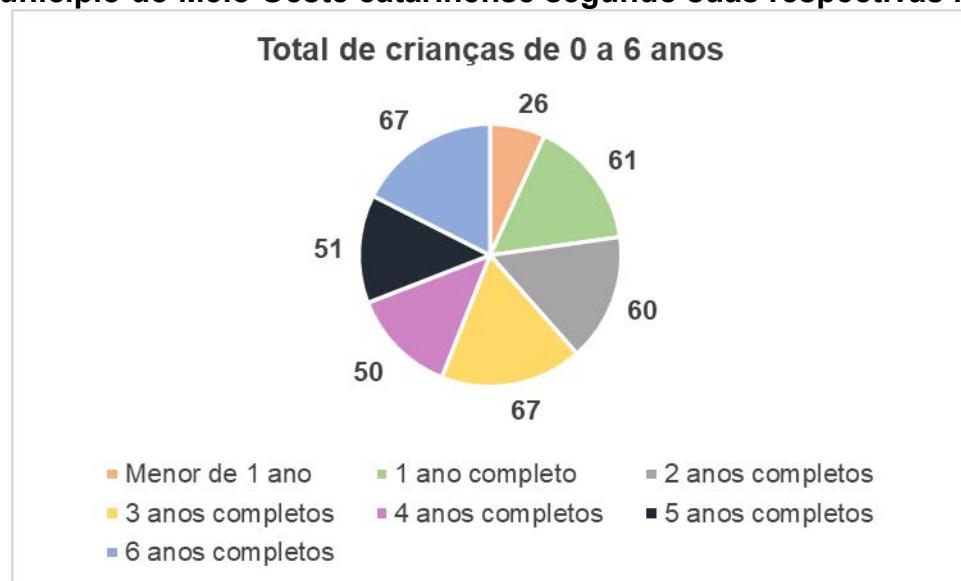
Verificar o número de doses aplicadas na mesma idade e relacionar o número de doses aplicadas e número de crianças que deveriam receber essas vacinas.

## METODOLOGIA

Inclui uma pesquisa quantitativa, organizada com dados brutos e, baseada nos relatórios da secretaria de saúde municipal, por intermédio do Sistema Informatizado do Município e a exportação de seus dados mensalmente ao e-SUS. O projeto estende-se de setembro de 2019 até abril de 2020 e é baseado no cadastro de crianças com 6 anos, 11 meses e 29 dias (para a vacina pentavalente) e 4 anos, 11 meses e 29 dias (para a vacina da poliomielite), pertencentes a uma Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste catarinense.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

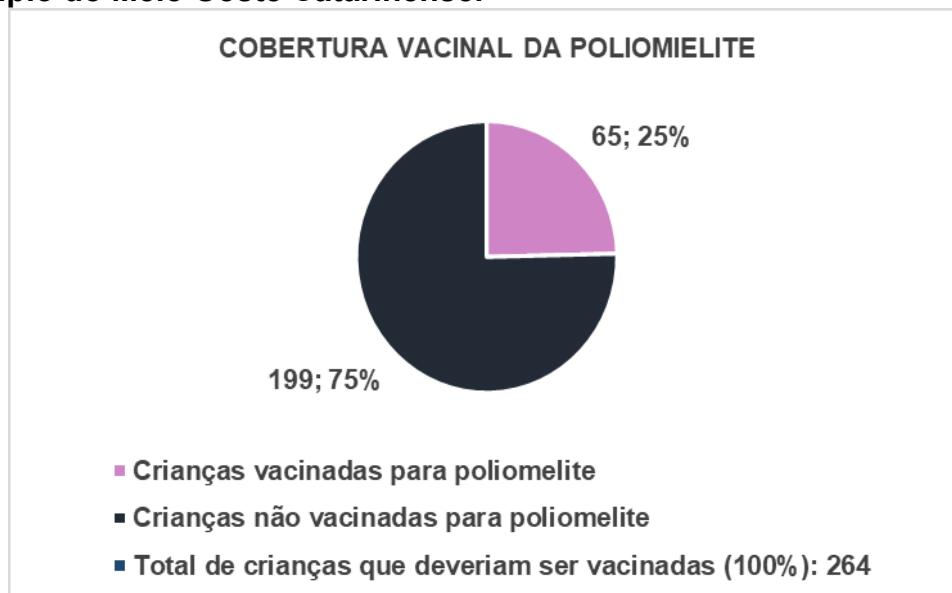
**Gráfico 1: Quantidade de crianças pertencentes a uma Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste catarinense segundo suas respectivas idades.**



Fonte: Os autores (2020).

Após a extração de dados do Sistema Informatizado do Município, observou-se que o público-alvo do programa de vacinação de poliomielite em crianças dessa UBS da região do Meio Oeste catarinense é um total de 264 crianças e sendo um total de 382 para a vacinação de pentavalente.

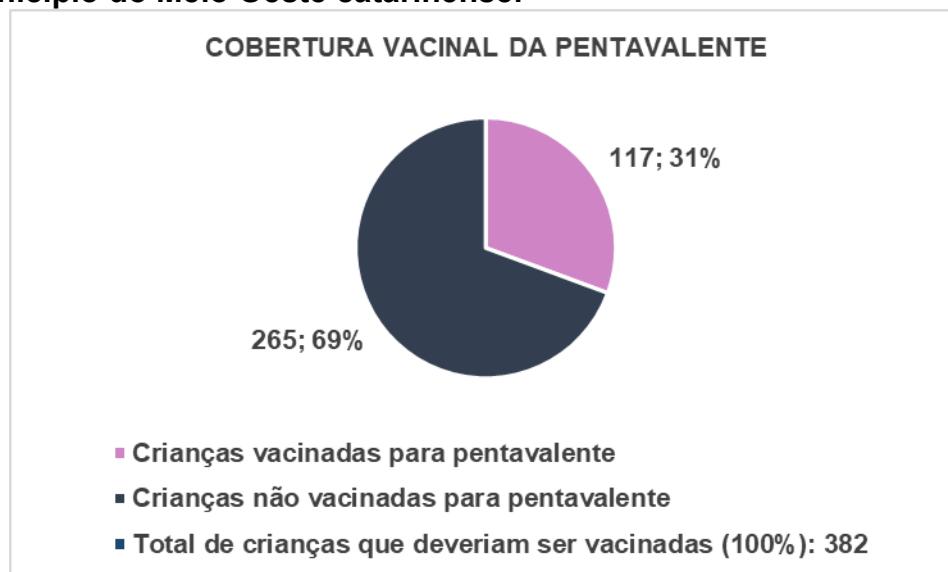
**Gráfico 2: Cobertura vacinal de poliomielite em uma Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste Catarinense.**



Fonte: Os autores (2020).

Constata-se consoante ao gráfico 2 que a cobertura vacinal de poliomielite foi de 25%.

**Gráfico 3: cobertura vacinal de pentavalente em uma Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste catarinense.**



Fonte: Os autores (2020).

Constata-se consoante ao gráfico 3 que a cobertura vacinal de pentavalente foi de 31%.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise sobre a cobertura vacinal e sua importância como um indicador para os índices públicos da saúde. Ao coletar os dados através do Sistema Informatizado do Município e a exportação de seus dados ao e-SUS, percebe-se que o número total da cobertura vacinal da poliomielite inativada e da pentavalente foram baixos, levando em consideração que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda pelo menos 95% da cobertura vacinal para ser tratada como eficaz. Esse déficit acarreta reflexos negativos sobre a saúde pública do município e estado em questão, visto que a falta da vacinação é, hoje, um dos maiores inimigos do bem-estar social e do índice de desenvolvimento humano local.

Nesse contexto, este déficit também prejudica a maneira como o programa Previne Brasil funciona no país, visto que o programa visa a distribuição dos recursos do Governo Federal de uma maneira que possa abranger mais pessoas. Entretanto, quando essa falha na distribuição vacinal acontece, percebe-se que os recursos governamentais condizentes às vacinas e destinados aos estados e municípios - através do ministério da saúde - não estão sendo aplicados corretamente e muitas pessoas acabam não tendo acesso à vacinação - como deveriam ter.

Justificou-se, nesse caso, que a quantidade repassada para a Unidade Básica de Saúde foi insuficiente para que o tratamento e a campanha de vacinação pudessem ser concluídos com sucesso. Deste modo, com o número baixo de vacinas disponibilizadas para a população, o percentual de crianças vacinadas apresentou um grande déficit comparado ao que deveria ter sido posto em prática, refletindo, assim, um aspecto que deve ser melhorado pelo ministério da saúde para que ambas as vacinas cheguem à realidade de todos, precavendo, assim, todos os malefícios que estas doenças trazem consigo.

Desta forma, conclui-se que a vacina da poliomielite inativada e pentavalente não atingiram os índices adequados para a Unidade Básica de Saúde e pode-se

relacionar que um dos fatores que interferiu foi a falta nos estoques disponibilizados para a população que usufrui do nível primário de saúde da comunidade.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Poliomielite: causas, sintomas, diagnóstico e vacinação.** Brasília. Ministério da Saúde, 2019  
Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/poliomielite>>.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vacina Pentavalente: o que é, quem deve tomar e orientações.** Brasília. Ministério da Saúde, 2019  
Disponível em: <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/pentavalente>>.

**DE MORAES, José Cássio et al . Qual é a cobertura vacinal real?**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v.12, n.3, p.147-153, set. 2003.  
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000300005>>.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO. Vacina tríplice bacteriana acelular do tipo adulto com poliomielite – dTpa-VIP.** Vacinas. São Paulo, abr. 2020  
Disponível em: <<https://familia.sbitm.org.br/vacinas/vacinas-disponiveis/vacina-triplice-bacteriana-acelular-do-adulto-com-poliomielite-dtpa-vip>>.

**VIEIRA, Ana Shirley et al . Entenda a importância da vacinação para a atenção básica.** iSaúde, jun. 2016.  
Disponível em: <<https://www.isaude.com.br/noticias/detalhe/noticia/entenda-a-importancia-da-vacinacao-para-a-atencao-basica/>>

11<sup>a</sup> EDIÇÃO

# SEDEPEX

SEMINÁRIO DE  
DESENVOLVIMENTO  
DO ENSINO, PESQUISA  
E EXTENSÃO

REALIZAÇÃO:



## COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE E PENTAVALENTE EM UMA ESF DO MEIO OESTE CATARINENSE

Ana Carla Lorenzzon, ana\_lorenzzon@hotmail.com

Ana Isa Oliveira Azevedo, anaisa.azevedoo@gmail.com

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br

Solange de Bortoli Beal, solange.bortoli@uniarp.edu.br

Talita Czekster, talita.czекster@uniarp.edu.br

Vanessa Aparecida Pivatto, vanespivatto@gmail.com

### RESUMO

Uma das formas mais efetivas de prevenção de doenças é a imunização e, desse modo, torna-se indispensável a monitorização da cobertura vacinal dentro das ESF. Assim, o objetivo é avaliar a assiduidade dos usuários através do instrumento da busca de indicadores vacinais da pentavalente e poliomielite de uma cidade do meio oeste catarinense. Por meio de análises de literatura referentes as vacinas citadas, associados aos dados fornecidos pelo Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) buscou-se apresentar informações essenciais acerca da imunização e alertar para a necessidade de aumento da adesão. Desse modo, constatou-se que não se atingiu a porcentagem ideal de cobertura vacinal da pentavalente e poliomielite (VIP/VOP) na ESF.

**Palavras-chave:** Poliomielite; Vacina Pentavalente; Sistema Único de Saúde; Cobertura Vacinal.

### INTRODUÇÃO

A imunização é uma das principais intervenções de saúde pública e tem como objetivo a prevenção de morbimortalidades e melhoria na qualidade de vida da população. Através do Programa Nacional de Imunização (PNI), as vacinas são disponibilizadas gratuitamente, entre elas a para prevenção da Poliomielite e a pentavalente, sendo a cobertura vacinal mínima exigida pelo programa de 95% para ambas vacinas. Entretanto, mesmo com as campanhas de vacinação e a distribuição gratuita dos imunológicos, ainda há resistência por parte da população em aderir adequadamente ao que é recomendado pelo Ministério da Saúde (SANTOS et al., 2019).

Contra poliomielite há duas espécies de imunização, a Vacina Inativada Poliomielite (VIP) e a Vacina Oral Poliomielite (VOP). A VIP é uma vacina composto por antígenos dos vírus da pólio tipos 1, 2 e 3, sendo assim é trivalente e com aplicação injetável. Por outro lado, a VOP é oral, atenuada e composta pelos vírus 1 e 3, sendo bivalente. No Sistema Único de Saúde ocorre a preconização da aplicação da VIP no início da vida, enquanto a VOP seria de maneira complementar e de reforço (SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES, 2020).

A pentavalente é uma vacina combinada que previne cinco tipos diferentes de doenças sendo elas: difteria, tétano, coqueluche (*pertussis*), hepatite B (*Haemophilus influenza* tipo B). O tétano e a difteria, coqueluche e influenza são

enfermidades causadas por bactéria *Clostridium tetani*, *Corynebacterium diphtheriae*, *Bordetella pertussis*, *Haemophilus influenza* tipo B respectivamente. Já a hepatite B é causada pelos vírus da família Hepadnaviridae (BRASIL, 2012).

Para a efetivação de maior abrangência, a Atenção Primária em Saúde (APS) exerce um papel fundamental no acompanhamento das crianças para que o calendário vacinal seja cumprido. A APS também é incumbida da busca ativa das crianças e responsáveis dentro do território e, em caso de não haver assiduidade, a equipe de saúde da família deve fazer a orientação sobre a importância da vacinação efetivando, assim, um dos princípios da rede de atenção em saúde (BRASIL, 2019).

Para subsidiar a campanha de vacinação, foi criada a portaria Nº 2.979 de 12 de novembro de 2019, Previne Brasil, que é um mecanismo de financiamento para Atenção Primária em Saúde. Sete indicadores de desempenho foram selecionados para receberem um incentivo de pagamento em 2020 e serão monitorados individualmente a cada quadrimestre, tendo como parâmetro uma abrangência para este indicador da Cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente maior ou igual a 95% (BRASIL, 2019).

## OBJETIVOS

Analizar os dados referentes a cobertura vacinal da poliomielite e pentavalente de uma Estratégia de Saúde da Família de uma cidade do meio oeste catarinense, para avaliar se a abrangência está condizente com porcentagem preconizada pelo Ministério da Saúde. Portanto o objetivo final é quantificar a assiduidade dos responsáveis em cumprir o esquema de vacinação da criança.

## REVISÃO DA LITERATURA

A poliomielite é causada por um enterovírus da família *Picornaviridae* que, em sua forma grave, inflama e destrói a parte cinzenta do sistema nervoso, principalmente os cornos anteriores da medula espinal. A destruição dos neurônios motores nesta região da medula, resulta em paralisia flácida. Assim, a Poliomielite pode ser dividida em três tipos: abortiva, paralítica e não-paralítica (SANTOS, 2008).

Em 1955, as primeiras doses da vacina inativada (Salk) foram aplicadas, porém com uma abrangência bem reduzida. Com isso posto, apenas nos anos 1980 que houve campanha nacional de vacinação e, como resultado da eficácia da imunização, o último caso no país ocorreu em 1989 (TAVARES; 2015). Atualmente, a Organização Mundial da Saúde orienta para a utilização da vacina inativada (VIP) no país, sempre que possível, sendo reforçada pela recomendação da Sociedade Brasileira de Imunizações para a preferência do uso da VIP nas três doses que são aplicadas nos 2, 4, 6 primeiros meses de vida (SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES, 2020).

A Pentavalente é uma vacina combinada disponibilizada pelo Ministério da Saúde desde o segundo semestre de 2012, aplicada em três doses, sendo aos 2, 4 e 6 meses de idade (BRASIL, 2012). Esse esquema básico deve ter um intervalo mínimo de 30 dias entre as doses, com reforço após 15 meses da aplicação da última dose e o segundo aos 4 anos. A recomendação é que seja aplicada até os 7 anos. Em relação a eficácia da pentavalente, o esquema de três doses fornece proteção superior a 80% contra a coqueluche, cuja imunidade não é permanente pois o número de anticorpos reduz aproximadamente de seis a 12 anos após a última dose. Já para o tétano, quando aplicado corretamente, o esquema fornece

proteção por pelo menos dez anos. Na difteria, a defesa imunitária é evidenciada apenas epidemiologicamente. A *Haemophilus Influenza* tipo B tem uma eficácia quase que perfeita podendo a chegar a 100%. Para a prevenção da Hepatite B, além do esquema do penta, também é realizado uma dose ao nascer, garantindo uma maior eficiência que pode chegar a 95% (CARVALHO; FARIA, 2014).

O tétano é uma enfermidade desencadeada pela ação de neurotoxinas produzidas pela *Clostridium tetani*, uma bactéria anaeróbica. Trata-se de uma doença não contagiosa, infecciosa aguda, que atinge o sistema nervoso central, causa paralisiação dos músculos levando a insuficiência respiratória e podendo, muitas vezes, levar ao óbito (TAVARES; 2015). A coqueluche é causada pela *Bordetella pertussis* e é uma doença de notificação compulsória caso exista suspeita clínica. É transmitida através de gotículas de salivas e atinge a via aérea com duração aproximada de 6 a 12 semanas e apresenta três estágios clínico sendo fase catarral, paroxística e de convalescência (MOTTA; CUNHA, 2012). A difteria é uma doença provocada *Corynebacterium diphtheriae* produtor de toxina diftérica que é uma potente exotoxina capaz de atuar em todos os tecidos majoritariamente no miocárdio, rins, suprarrenais e sistema nervoso (DIAS et al.; 2011). O *Haemophilus influenzae*, é uma bactéria Gram-negativa, desprovida de cápsula, se encontra nas vias respiratórias de forma saprófita, podendo causar infecções assintomáticas ou doenças não invasivas, tais como: bronquite, sinusites e otites, tanto em crianças como em adultos (BRASIL, 2014). O vírus da hepatite B (HBV) é envelopado, pertence à família *Hepadnaviridae* e possui tropismo por células hepáticas. Sua transmissão ocorre principalmente por via sexual ou parental, podendo ser transmitida também por via vertical (de mãe para filho, no nascimento), ferimentos cutâneos, transfusão sanguínea e outros tipos de exposições percutâneas (LOPES, SCHINONI; 2011).

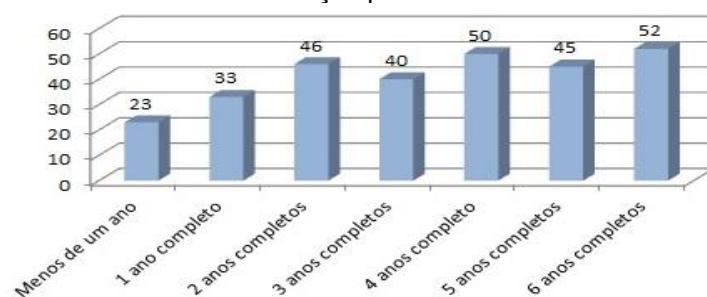
## METODOLOGIA

Efetuou-se um estudo quantitativo, com dados fornecidos pelo SI-PNI do município estudado, concordante com a lista dos números das vacinas da poliomielite e da pentavalente aplicadas até a data e público alvo de crianças de zero a 6 anos 11 meses e 29 dias. A partir desses dados, realizou-se uma correlação do número de crianças acompanhadas pela ESF escolhida e a quantidade de doses aplicadas das duas vacinas em estudo o primeiro quadrimestre do ano de 2020.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

O número total de crianças de zero até 6 anos 11 meses e 29 dias pertencentes a ESF estudada é de 289, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1- Número de crianças pertencentes a ESF estudada, por idade.



Fonte: Os autores (2020).

**Tabela 1-** Quantidade de vacina aplicadas, por mês.

Vacina	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	Total
VOP	15	8	1	9	36
VIP	17	11	11	22	41
PENTA	24	9	1	11	45
Total	59	28	13	42	142

**Fonte:** Os autores (2020).

**Tabela 2-** Quantidade de doses aplicadas no período estudo.

Vacina	1ª dose	2ª dose	3ª dose	1º reforço	2º reforço	Total
PENTA	26	29	12	-	-	67
VIP	7	7	19	-	-	33
VOP	-	-	-	25	17	42

**Fonte:** Os autores (2020).

Os dados apresentados do número total de crianças pertencentes a ESF estudada foram coletados pelo Sistema Informatizado do Município. Ademais, a quantidade de doses aplicadas no período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de abril de 2020 foram adquiridos através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI).

O Ministério da Saúde, através do programa Previne Brasil, estabelece que a cobertura ideal das vacinas em questão seja de 95% em crianças até 6 anos 11 meses e 29 dias. A partir disso, observa-se que a cobertura ideal ficou aquém do recomendado pois a porcentagem atingida foi de aproximadamente 49%. Supõe-se que a baixa adesão vacinal seja decorrente do desabastecimento ocorrido ao final de 2019. Associado a essa situação, a UBS estudada permaneceu fechada, do período de 19 de abril a 05 maio de 2020 devido a pandemia do Covid-19, conforme orientações da OMS.

Portanto, é indubitável a necessidade de promoção da saúde através de programas que incentivem a maior adesão à vacinação infantil. Algumas ações como elaboração de campanhas, esclarecimento da importância da vacinação, são algumas possibilidades viáveis para ampliar a cobertura vacinal na ESF.

## LIMITAÇÕES

A partir da atual conjuntura da sociedade houve uma leve redução da aplicabilidade das vacinas perante a pandemia provocado pelo vírus COVID-19. Outra limitação foi a falta de abastecimento da vacina da pentavalente, por aproximadamente 6 meses no ano de 2019. Por último, o provável movimento antivacina, a partir de *fakenews*, provocou confusão da mentalidade das pessoas acerca da funcionalidade das vacinas, criando um preconceito sobre o tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalho AP, Faria SM. Artigo de revisão: Vacinação da criança e adolescente. *Resid Pediatr*. 2014;4(3 Supl.1):S10-S22.

DE OLIVEIRA SANTOS, Norma Suely; ROMANOS, Maria Teresa Villela; WIGG, Marcia Dutra. **Introdução à virologia humana**. Guanabara Koogan, 2008.

Meningites. **Ministério da Saúde**, 2020.

DIAS, Alexandre Alves de Souza de et al. *Corynebacterium ulcerans diphtheria: an emerging zoonosis in Brazil and worldwide*. **Revista de saude publica**, v. 45, p. 1176-1191, 2011.

DO NASCIMENTO, Daniele Mateus et al. **POLIOMIELITE: UMA REVISÃO ACERCA DA PATOLOGIA**. *Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem*, v. 4, n. 2, 2019.

HAHN, Geisson Beck et al. *Bypass Gástrico em Y De Roux em Paciente Pós Poliomielite*. **Surgery for Obesity and Related Diseases**, v. 13, n. 10, p. S214, 2017.

LOPES, Taís Gardenia Santos Lemos; SCHINONI, Maria Isabel. Aspectos gerais da hepatite B. **Revista de ciências médicas e biológicas**, v. 10, n. 3, p. 337-344, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. NOTA TÉCNICA Nº 5/2020-DESF/SAPS/MS: Indicadores de pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil (2020). Brasília, 2019.

Ministério da Saúde reforça calendário de vacinação da criança. **Ministério da Saúde**, 2013. Disponível

em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/servicos/31092-31092-ministerio-da-saude-reforca-calendario-de-vacinacao-da-crianca>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

MOTTA, Fabrizio; CUNHA, Juarez. Coqueluche: revisão atual de uma antiga doença. **Bol. Cient. de Pediatr**, v. 1, n. 2, p. 42-6, 2012.

NETO TAVARES, Fernando. O início do fim da poliomielite: 60 anos do desenvolvimento da vacina. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 6, n. 3, p. 09-11, 2015.

TAVARES, W.; MARINHO, L. A. C. **Rotinas de Diagnóstico e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 4.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

Resumo para sala de vacina da pentavalente. **Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de Goiás**, 2012. Disponível em:

[http://www.hma.goias.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2012-06/resumo-para-sala-de-vacina-da-pentavalente.pdf](http://www.hma.goias.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2012-06/resumo-para-sala-de-vacina-da-pentavalente.pdf). Acesso em: 30 de mai. 2020.

Vacinas Poliomielite. **Sociedade Brasileira de Imunizações**, 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a persistência e união do grupo, que mesmo com as dificuldades presentes não desistiram da elaboração. Somos gratas a Edineia A.S. Batista, auxiliar de enfermagem da ESF pelo auxílio na coleta de dados.

## PERCENTUAL DE COBERTURA DO EXAME CITOPATOLÓGICO EM UMA UNIDADE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Bruna Campagnin Luiz, [brunnaci@hotmail.com](mailto:brunnaci@hotmail.com)<sup>1</sup>

Dayane Carla Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>3</sup>

Iohanna da Silva e Silva, [iohannasilva@hotmail.com](mailto:iohannasilva@hotmail.com)<sup>1</sup>

Katiana Spader, [katiana\\_spader@hotmail.com](mailto:katiana_spader@hotmail.com)<sup>1</sup>

Solange de Bortoli Beal, [solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

### RESUMO

O exame citopatológico, também conhecido como Papanicolau é de suma importância à detecção precoce de lesões e diagnóstico prévio do câncer do colo do útero. Este exame é indicado pelo Ministério da Saúde para mulheres com idade entre 25 e 64 anos e diz respeito a um importante problema de saúde pública. Este estudo é uma avaliação da adesão da população alvo ao exame citopatológico em uma Unidade Básica de Saúde de um município do meio-oeste do estado de Santa Catarina. Os dados são colhidos através do sistema próprio do município no período de setembro de 2019 a abril de 2020, considerando as mulheres cadastradas entre as idades de 24 a 69 anos de acordo com o que instituiu a portaria 3.222/2019. Dessa forma os resultados obtidos, de acordo com os dados epidemiológicos, apontam que 1.215 mulheres cadastradas na unidade básica de saúde, apenas 115 realizaram o exame citopatológico.

**Palavras-chaves:** Teste de Papanicolau, Epidemiologia, Neoplasias do Colo do Útero.

### INTRODUÇÃO

O Exame do Papanicolau é um teste realizado para detectar alterações nas células do colo do útero. Este exame também pode ser chamado de esfregaço cervicovaginal e colpocitologia oncotica cervical. Esse exame é a principal estratégia para detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico da doença bem no início, antes que a mulher tenha sintomas (INCA, 2020).

No Brasil, o rastreamento com citologia oncotica é recomendado para mulheres entre 25 e 64 anos e que já iniciaram atividade sexual. Antes dos 25 anos prevalecem as infecções por HPV e as lesões de baixo grau, que regredirão espontaneamente na maioria dos casos. Após os 65 anos, por outro lado, se a mulher tiver feito os exames preventivos regularmente, com resultados normais, o risco de desenvolvimento do câncer cervical é reduzido dada a sua lenta evolução. A rotina recomendada para o rastreamento no Brasil é a repetição do exame a cada três anos, após dois exames normais consecutivos

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>2</sup> Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>3</sup> Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

realizados com um intervalo de um ano. É importante destacar que a priorização de uma faixa etária não significa a impossibilidade da oferta do exame para as mulheres mais jovens ou mais velhas. Na prática assistencial, a anamnese adequada para reconhecimento dos fatores de risco envolvidos é fundamental para a indicação do exame de rastreamento (FEBRASGO, 2017).

A prevenção do câncer de colo uterino inclui a detecção precoce e a vacinação contra o HPV. Tanto a incidência como a mortalidade por câncer do colo do útero foram reduzidas significativamente em países desenvolvidos com programas organizados de rastreamento de base populacional com o exame citopatológico do colo do útero. Sua incidência nos países em desenvolvimento é cerca de 5 vezes maior do que em países mais ricos. Cerca de metade das pacientes com esta neoplasia relatam nunca terem feito o exame e a proporção daquelas que não fizeram regularmente é relevante (FEBRASGO, 2017).

Cabe à atenção básica realizar ações de prevenção do câncer de colo do útero respeitando hábitos e culturas locais; Realizar o procedimento de coleta do exame citopatológico de acordo com as recomendações do Caderno de Atenção Básica nº 13 - Controle dos Cânceres do Colo de Útero e da Mama, cujo acesso encontra-se disponível no sítio eletrônico [www.saude.gov.br/dab](http://www.saude.gov.br/dab), ou outro que venha a substituí-lo, ou conforme protocolos locais; Garantir o envio do material coletado para o Laboratório conforme periodicidade e fluxo definidos pelo gestor municipal de saúde; Realizar ações de rastreamento do câncer de colo do útero, de acordo com as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero vigente; Receber os laudos dos Laboratórios e organizar os fluxos de entrega de resultados para a usuária de acordo com a presença ou ausência de alterações; Acompanhar e ofertar cuidado para as usuárias que apresentarem alteração no exame, conforme os protocolos locais e /ou nacionais; Acompanhar o percentual de lâminas classificadas como coleta insatisfatória em relação ao total de coletas realizadas, a fim de planejar ações de educação permanente para a melhoria da coleta do exame nas unidades básicas de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A portaria nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013 redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. A QualiCito consiste na definição de padrões de qualidade e na avaliação da qualidade do exame citopatológico do colo do útero por meio do acompanhamento, pelos gestores do SUS, do desempenho dos laboratórios públicos e privados prestadores de serviços para o SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O câncer do colo do útero é causado pelo HPV transmitido por via sexual, que é a infecção viral mais comum do aparelho reprodutor. Praticamente todas as pessoas com vida sexual ativa serão infectadas pelo HPV em algum momento da vida e algumas destas pessoas serão infectadas repetidas vezes. O ponto máximo para infecção é logo após o início da vida sexual. A maioria das infecções pelo HPV se resolve espontaneamente e não causa sintomas nem doença. Porém, a infecção persistente por tipos específicos de HPV (mais comumente tipos 16 e 18) pode trazer como consequência lesões pré-cancerosas. Se não forem tratadas, essas lesões podem evoluir até o câncer do colo do útero (WHO, 2013).

Este trabalho tem como justificativa a portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, o qual estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Considerando a necessidade de implantação de ações estratégicas que atendam às necessidades e prioridades em saúde, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômicas e espacial (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

## OBJETIVOS

Avaliar a cobertura do Exame Citopatológico de colo uterino em uma Estratégia de Saúde da Família de um município do meio oeste do estado de Santa Catarina. Como também, determinar o número de mulheres cadastradas na Unidade de Saúde e, com isso, identificar a faixa etária de maior adesão ao exame citopatológico. Dessa forma, determinar o número de mulheres que realizaram o Exame Citopatológico no período de setembro de 2019 a abril de 2020.

## METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, realizada em uma Unidade Básica de Saúde de um município do meio oeste catarinense. Os relatórios foram coletados através de informações recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde do município em questão, através de seu sistema informatizado de saúde, que transmite os dados coletados mensalmente ao e-SUS. Os dados analisados abrangem o período do mês de setembro de 2019 ao mês de abril de 2020 e são referentes ao número de mulheres cadastradas na Unidade Básica de Saúde e, dentre essas, as que realizaram o exame citopatológico nesse período. Embora o Ministério da Saúde recomende a ação de tal teste na faixa etária compreendida entre 25 e 64 anos, a portaria 3222 publicada em 2019 requere uma análise de dados a idade selecionada de 24 a 69 anos.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

No período de setembro de 2019 a abril de 2020, foram realizados 115 exames citopatológicos nesta Unidade Básica de Saúde, de acordo com a análise dos dados a maior parte dos exames coletados (65,2 %) encontra-se na faixa etária de 35 a 60 anos. Por outro lado 11,3%, correspondem a mulheres com mais de 60 anos, enquanto 23,4% correspondem a mulheres de 24 a 34 anos.

Portanto, é perceptível que há um alcance inadequado de realizações do exame, pois, de acordo com o Programa Previne Brasil, a meta proposta é de abranger 40% de cobertura do teste nas mulheres cadastradas na Estratégia de Saúde da Família. Observando o período dos dados fornecidos, que corresponde a 8 meses, foi realizado uma média, levando em consideração o número de mulheres cadastradas (1.225), dividido por 12 meses. Para alcançar a média proposta de 40% de cobertura, em 8 meses, deveriam ter sido realizados

no mínimo 326,6 exames citopatológicos. Em contrapartida, os dados fornecidos apontaram que apenas 9,4% do total de mulheres realizaram o exame. Além disso, ficou evidente que há uma maior adesão para a realização entre as mulheres de 35 e 60 anos. Dessa forma, nota-se que há vestígios de influência cultural, bem como, da falta de informações sobre a importância desse exame para a saúde dessa população descrita.

Logo, a prevalência da realização do exame Papanicolaou por faixa etária se equipara a de outros estudos, até mesmo a nível nacional, onde os números da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apontaram que, para o país, a maioria das mulheres (cerca de 79%) que realizaram o exame citopatológico dos anos de 2010 a 2013, estavam na faixa etária dos 25 a 64 anos de idade. (DE OLIVEIRA, 2018).

Portanto, nota-se que o problema não se retrai apenas a esta Unidade de Saúde, mas sim, estende-se a nível nacional. Desse modo, para que a meta recomendada seja atingida, faz-se necessária a ampliação da cobertura de exames para todas as faixas etárias levantadas, visto que o número total de exames realizados foi insuficiente. Algumas ações podem auxiliar na promoção da saúde da mulher como grupos de orientação para o público feminino e ampliação de campanhas, não só no período do Outubro Rosa. Além disso, é viável a implementação de projetos de educação em saúde voltados às mulheres com menor adesão. Com isso, espera-se que ocorra um aumento na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde, diminuindo a mortalidade das mulheres diagnosticadas com câncer de colo de útero, a partir da sua detecção precoce.

## LIMITAÇÕES

É necessário considerar algumas limitações na realização do referente. Então, para que a meta recomendada seja atingida, faz-se necessária a ampliação da cobertura de exames para todas as faixas etárias levantadas, visto que o número total de exames realizados foi insuficiente. Algumas ações podem auxiliar na promoção da saúde da mulher como grupos de orientação para o público feminino e ampliação de campanhas, não só no período do Outubro Rosa. Além disso, é viável a implementação de projetos de educação em saúde voltados às mulheres com menor adesão. Com isso, espera-se que ocorra um aumento na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde, diminuindo a mortalidade das mulheres diagnosticadas com câncer de colo de útero, a partir da sua detecção precoce. Em virtude da execução do estudo ter sido concretizada em cima de dados fornecidos diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde, não foi possível o acompanhamento mais detalhado das informações recebidas, já que no período de fundamentação do mesmo as Unidades Básicas de Saúde não estavam autorizadas a receberem acadêmicos. Também, a preconização do Ministério da Saúde a respeito da periodização dos exames citopatológicos acaba interferindo na análise real de dados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AUTRAN, Raquel. Rastreamento para câncer de colo uterino: o que há de novo?. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, julho, 2017.**

**INCA. National Cancer Institute, 2020. [INTERNET]. Acessado dia 09/03/2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/en/node/1194>**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019. Brasil, 2019 [INTERNET]. Acessado dia 01/06/2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 3.388, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013. Brasil, 2013. [INTERNET]. Acessado dia 01/06/2020. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3388\\_30\\_12\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3388_30_12_2013.html)**

**OPAS. Organização Pan-Americana da saúde, 2019. [INTERNET]. Acessado dia 01/06/2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5634:folha-informativa-hpv-e-cancer-do-colo-do-uterio&Itemid=839#:~:text=O%20HPV%20%C3%A9%20transmitido%20principa,lmente,%C3%BAtero%20e%20les%C3%B5es%20pr%C3%A9%2Dcancerosas.](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5634:folha-informativa-hpv-e-cancer-do-colo-do-uterio&Itemid=839#:~:text=O%20HPV%20%C3%A9%20transmitido%20principa,lmente,%C3%BAtero%20e%20les%C3%B5es%20pr%C3%A9%2Dcancerosas.)**

**OLIVEIRA, Max Moura de et al. Cobertura de exame Papanicolaou em mulheres de 25 a 64 anos, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde e o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2013. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 21, p. e180014, 2018.**

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS**

**Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador.**

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, à coordenação do curso de medicina e à Secretaria Municipal de Saúde do município.**

## PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE

Gabriela Guglielmi, [gabriela.guglielmi@live.com](mailto:gabriela.guglielmi@live.com)<sup>1</sup>  
 Giulia de Oliveira Ambrozio, [giuliaambrozio@msn.com](mailto:giuliaambrozio@msn.com)<sup>1</sup>  
 Karla Maffessoni, [karlamaffessoni@hotmail.com](mailto:karlamaffessoni@hotmail.com)<sup>1</sup>  
 Solange de Bortoli Beal, [solangebeal@yahoo.com.br](mailto:solangebeal@yahoo.com.br)<sup>2</sup>  
 Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>2</sup>Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>3</sup>Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

### RESUMO

Para que ocorra um pré-natal adequado, é necessário que a parturiente realize três testes rápido (TR) para sífilis e HIV durante a gravidez, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Objetiva-se neste breve estudo realizar o levantamento acerca do número de TR para Sífilis e HIV realizados em uma determinada Unidade Básica de Saúde de um município do Meio Oeste catarinense a fim de averiguar se os índices atendem o que é preconizado pelo programa Previne Brasil. A coleta de dados deu-se através de relatórios disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Município, constando do período de setembro de 2019 até abril de 2020. Na análise dos dados, pode-se observar que na prática, as gestantes não realizam tais testes na totalidade recomendada, um fator preocupante. Por consequência, pode ocorrer uma transmissão vertical dessas doenças infecciosas, o que leva a uma gestação de alto risco.

**Palavras-chave:** Previne Brasil, sífilis congênita, cuidado pré-natal, gestantes, saúde pública.

### INTRODUÇÃO

A sífilis congênita é uma doença de notificação compulsória, provocada pela transmissão placentária da bactéria *Treponema pallidum*, em qualquer um dos três estágios da patologia. É importante destacar que é rara a transmissão pelo contato com lesão genital ou mamária, além de que não há transmissão através do aleitamento materno. O recém-nascido portador de sífilis congênita é oligo ou assintomático em 60% dos casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Quanto a sífilis sintomática, ela pode ser classificada como precoce ou tardia. Na forma congênita precoce, antes dos dois anos de vida, há o surgimento de sinais e sintomas como a redução do crescimento intrauterino, hepatoesplenomegalia, exantema maculopapular, rinite serossanguinolenta, dentre outras. Além disso, podem aparecer lesões ósseas, tal qual periostite, osteocondrite, osteite, pseudoparalisia de Parrot e achados laboratoriais de anemia e plaquetopenia. Já na sífilis congênita tardia, depois dos dois anos de vida, ocorrem manifestações neurológicas, ao exemplo da surdez, retardo mental e hidrocefalia, além de manifestações ósseas, como: fronte olímpica, nariz em sela, tibia em lâmina de sabre e articulações de Clutton (FEITOSA; ROCHA; COSTA, 2016).

Em virtude da gravidade dos sintomas da sífilis congênita, faz-se extremamente importante que a gestante realize o acompanhamento na Atenção Básica desde a descoberta da doença até o nascimento do bebê. Este acompanhamento tem o intuito

de minimizar os danos que a patologia causa embrião ou feto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Paralelo aos casos de sífilis, têm a transmissão perinatal do Vírus causador da Imunodeficiência Humana (HIV), associado ao tabagismo, uso de drogas ilícitas, infecções do trato genital e relações sexuais desprotegidas com múltiplos parceiros durante a gravidez. Uma alternativa para o controle de casos é a eliminação desses fatores de risco modificáveis que não só reduzem a transmissão perinatal do HIV como também melhoram a saúde materna (MELO et al., 2014).

Diante ao exposto, esta breve revisão de dados objetiva-se analisar o estado dos indicadores de saúde de sífilis e HIV para gestantes disponibilizados pela Secretaria de Saúde de um município localizado no Meio Oeste catarinense entre os meses de setembro de 2019 a abril de 2020.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quali-quantitativo, utilizando as informações fornecidas pela Secretaria de Saúde de um município, através de relatórios do sistema de informação, ou seja, base de dados que atualiza mensalmente o e- SUS. Nesse sentido, os dados utilizados são referentes ao testes rápidos de sífilis e HIV realizado pelas gestantes da Unidade Básica de Saúde, nos diferentes estágios da gravidez, entre os meses de setembro de 2019 até o mês de abril de 2020, dos quais analisar-se-ão os índices de exames atendidos e a qualidade dos dados através de análise crítica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, institui o Programa Previne Brasil e, estabeleceu um novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e também a Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019 que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil, sendo obrigatório as secretarias de saúde apresentar os dados referentes aos indicadores de saúde para 2020, dentre eles o de testes rápidos realizados por parturientes.

Para auxiliar no acompanhamento gestacional, o Governo Federal criou o programa Rede Cegonha (RC), com o intuito de assegurar às mulheres e crianças o direito à atenção humanizada durante o pré-natal, parto/nascimento, puerpério, em todos os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, reduzir a mortalidade materna e neonatal é o objetivo central da RC (NASCIMENTO et al., 2018).

Ao abordar a gestante, nas consultas de pré-natal, é necessário realizar um bom acolhimento com o objetivo de estabelecer vínculo, mapeamento de situações de vulnerabilidade e oferecer os testes rápidos. Essa etapa, conhecida como pré-teste, consiste em explicar quais são os benefícios do diagnóstico precoce das IST's na gravidez. Após a realização dos testes faz-se importante manter o sigilo sobre os resultados e explicar a gestante as consequências da negligência de um tratamento eficaz ou ainda da negligência da doença. O resultado deve ser anotado no cartão da gestante e no prontuário utilizado, em caso positivo deve ser identificado com o respectivo CID 10. Entretanto, vale ressaltar que cada gestante tem sua especificidade, sendo assim, as orientações devem levar em consideração a vida sexual, o uso de preservativos, as práticas sexuais sob o efeito de álcool e drogas ilícitas ou drogas injetáveis (BAGATANI et al., 2016).

Neste sentido, deve-se realizar os testes para HIV e sífilis na primeira consulta

do pré-natal (idealmente, no primeiro trimestre da gestação), no início do terceiro trimestre (28<sup>a</sup> semana) e no momento do parto ou aborto independentemente de exames anteriores, deve-se realizar novo teste (BRASIL, 2017).

Nos dados da ESF (Estratégia de Saúde da Família) analisada, de um total de 179 gestantes, cadastradas entre os meses de setembro de 2019 a abril de 2020, indiferente do seu trimestre gestacional bem como do teste realizado, foi observado um total de 333 testes rápidos executados, inferindo-se uma média de 2 testes para cada gestante, podendo assim sugerir como um teste de sífilis e um de HIV em pelo menos uma consulta de gestante.

De acordo com os dados do boletim epidemiológico HIV/Aids do Ministério da Saúde no Brasil, entre os anos 2000 até junho de 2019, foram notificadas 125.144 gestantes infectadas com HIV, observando um aumento de 38,1% de gestantes diagnosticadas. No ano de 2008 a taxa foi de 2,1 casos/mil nascidos vivos, em contrapartida, em 2018 esse número cresceu para 2,9/mil casos. Nesse sentido, esse aumento pode ser atribuído por meio da ampliação do diagnóstico no pré-natal e da conscientização do acompanhamento médico para prevenção da transmissão vertical (BRASIL, 2019).

Em relação aos dados de sífilis congênita, o Boletim Epidemiológico de Sífilis do ano de 2019, informa que em relação a sífilis adquirida, agravos de notificação compulsória desde 2010, aumentou 59,1 casos por 100.000 habitantes em 2017, e para 75,8 casos por 100.000 habitantes, em 2018. Ainda em 2018, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,4/1.000 nascidos vivos, a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 9,0/1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade por sífilis congênita foi de 8,2/100.000 nascidos vivos. (BRASIL, 2019a).

Em gestações planejadas, com intervenções realizadas adequadamente durante o pré-natal, parto e a amamentação, o risco de transmissão vertical do HIV é reduzido a menos de 2%. No entanto, sem o adequado planejamento e seguimento, está bem estabelecido que esse risco é de 15% a 45%. Em contrapartida, estima-se que na ausência de tratamento eficaz para Sifilis Congênita (SC), 11% das gestações resultarão em morte fetal a termo e 13%, em partos prematuros ou baixo peso ao nascer, além de pelo menos 20% de recém-nascidos (RN) que apresentarão sinais sugestivos de SC (BRASIL, 2019a).

Evidencia-se, portanto, a importância da realização do pré-natal pelas gestantes, uma vez que constatou-se baixa adesão aos testes rápidos nas Unidades Básicas de Saúde. Deste modo, sabe-se que quando diagnosticadas precocemente, as infecções sexualmente transmissíveis podem ser tratadas, e desta maneira, o risco da transmissão materno-fetal será reduzido conforme dados mencionados acima.

## CONSLUSÃO

A análise dos dados evidenciou a existência de dificuldades na adesão dos testes rápidos para HIV e sífilis pelas gestantes da Unidade Básica de Saúde observada, pois conforme preconiza o Ministério da Saúde, a gestante deve realizar três TR para HIV e Sífilis durante o pré-natal. O que não ocorreu visto que, em média, as parturientes realizaram apenas dois testes rápidos.

Os dados epidemiológicos são ferramentas importantes para os gestores e profissionais de saúde, assim como aos interessados na produção e análise epidemiológica. Os dados básicos sobre o HIV e sífilis em gestantes fornecem um acompanhamento da distribuição municipal dos principais indicadores epidemiológicos e operacionais, e por consequência direcionando melhor o recurso para o diagnóstico, tratamento, treinamento das equipes multiprofissionais, bem como detectar precocemente agravos e possibilitar o tratamento em tempo oportuno.

## REFERÊNCIAS

BAGATINI, Carmen Luísa Teixeira et al. Teste rápido para sífilis no pré-natal da atenção básica: avaliação institucional qualitativa e educação permanente em saúde. **Saúde em Redes. Porto Alegre. Vol. 2, n. 1 (2016), p. 81-95**, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids**. Brasília, DF; 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico Sífilis**. Brasília, DF; 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais**. Brasília, DF; 2017.

FEITOSA, José Antonio da Silva; ROCHA, Carlos Henrique Roriz da; COSTA, Fernanda Salustiano. Artigo de revisão: sífilis congênita. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, Brasília, v. 2, n. 5, p. 286-287, set. 2016.

MELO, Victor Hugo; BOTELHO, Ana Paula Machado; MAIA, Marcelle Marie Martins; CORREA JÚNIOR, Mário Dias; PINTO, Jorge Andrade. Uso de drogas ilícitas por gestantes infectadas pelo HIV. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 36, n. 12, p. 555-561, dez. 2014.

NASCIMENTO, Jucelia Salgueiro et al. Assistência à Mulher no Pré-Natal, Parto e Nascimento: Contribuições da Rede Cegonha. **Revista Portal: Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 694-709, 2018.

## VACINAÇÃO: DESCONHECIMENTO OU DESCRENÇA.

Ana Paula Schermack, [schermacka@gmail.com](mailto:schermacka@gmail.com)  
Andressa Fatima Konzler, [andressakonzler@outlook.com.br](mailto:andressakonzler@outlook.com.br)  
Débora Helena Bini, [deborabini31@gmail.com](mailto:deborabini31@gmail.com)  
Fabíola Giacomelli, [fabiolagiacomelli@outlook.com](mailto:fabiolagiacomelli@outlook.com)  
Lara Cardoso Gregório, [lara\\_cardoso10@hotmail.com](mailto:lara_cardoso10@hotmail.com)

### RESUMO

A vacinação é uma das maneiras mais efetivas de prevenção e controle de doenças, e tem o objetivo de estimular a produção de anticorpos responsáveis pela defesa do organismo contra agentes patogênicos. Entretanto, a falta de informação ou a difusão de informações errôneas têm sido apontadas como as principais causas que induzem os indivíduos a repudiarem as campanhas vacinais e, por conseguinte, reduzem o sucesso do Programa Nacional de Imunização (PNI). Objetivou-se nessa revisão literária, reconhecer os fatores que podem interferir na opção das pessoas a não aderirem as vacinas, por meio da busca de informações em bases de dados científicos como Biblioteca Virtual em saúde (BVS), Lilacs, EDICC5, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e PubMed, no período de fevereiro a maio de 2020. A análise da literatura nos permitiu inferir que a classe social que mais deixa de realizar as vacinas é a classe alta, principalmente por questões culturais, de modo que correlacionam as vacinas com reações adversas como algumas síndromes. Em contrapartida, a classe socioeconômica mais baixa é subimunizada devido a acessibilidade precária que a sua condição social impõe, o que dificulta a adesão vacinal. Conclui-se a necessidade de alcance da cobertura vacinal em todos os níveis sociais.

**Palavras-chaves:** Cobertura vacinal. Adesão a vacinação. Imunização. Movimento antivacina. Condição socioeconômica.

### INTRODUÇÃO

Segundo Pinto et al. (2010), as vacinas são uma das formas mais eficazes de imunização que atuam no controle de enfermidades e infecções, além de garantir a redução de riscos de doenças, diminuem também as ameaças de transmissão. Contudo, a eliminação de afecções imunopreveníveis criou uma barreira para a preservação das coberturas vacinais, visto que as pessoas deixam cada vez mais de perceber os riscos da não vacinação, pelo fato de não conviverem com as mortes e incapacidades de determinadas doenças. Nesse contexto, o receio de efeitos colaterais e o intenso fluxo de informações/notícias falsas relacionadas a medicamentos que agem no sistema imunológico, minimizam a efetivação das campanhas vacinais (DOMINGUES et al, 2019).

Aps (2018) afirma que os fatores históricos e sociais influenciam na decisão do indivíduo na não adesão da vacinação, tais como as políticas públicas, as questões

individuais ligadas a religiosidade e a moral e a relevância da vacinação na vida de cada indivíduo de acordo com o grau de informação adquirido ao longo da vida. Essas condições são, em grande parte, responsáveis pelas falhas existentes na cobertura vacinal e o seu conhecimento é imprescindível para a melhoria na elaboração de planos e ações voltados para a imunização. Contudo, as consequências da decisão da não vacinação não são individuais, e sim coletivas, minimizando a imunidade populacional que resulta em surtos localizados ou o surgimento de novas doenças na população.

Desse modo, objetivou-se na seguinte revisão bibliográfica fundamentar as principais causas relacionadas à decisão de aderir ou não à vacinação, dando ênfase aos aspectos culturais, sociais e econômicos, a divulgação de informações errôneas e o crescente movimento antivacina.

## MATERIAL E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre os fatores que poderiam influenciar os indivíduos a não realizarem as vacinações necessárias. A revisão literária analisou elementos contidos nas bases de dados científicos como Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Lilacs, EDICC 5, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, sendo considerados artigos em língua portuguesa e língua inglesa. Além disso, durante a busca realizada entre fevereiro e maio de 2020 foram utilizados os descritores: cobertura vacinal, adesão a vacinação, imunização, movimento antivacina, condição socioeconômica.

Dos documentos escolhidos estão aqueles com assuntos como a desigualdade social e sua relação com a cobertura vacinal, o movimento antivacina, a influência das mídias na adesão à imunização e também sobre a interferência de culturas e crenças em geral no alavancamento da promoção à saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Moraes e Ribeiro (2008) afirmam que a organização dos sistemas de saúde estabelecem os princípios da cobertura vacinal, o grau de estruturação das atividades relativas à vacinação e os usuários. A partir disso, expõe-se que, geralmente, a população que se encontra em níveis socioeconômicos mais baixos é a que tem os piores níveis relacionados à cobertura vacinal, porém há algum tempo este vínculo deixou de ser linear. Atualmente os programas de vacinação tem sido fortemente influenciados não mais pelos perfis patológicos da comunidade, mas sim pelos perfis individuais.

Apesar das vacinas serem rigorosamente testadas e controladas, ainda existem fatores individuais que interferem na decisão da não vacinação. À vista disso, Aps et al. (2018) destaca que, um dos fatores contribuintes para disseminação de doenças infecciosas em diversos lugares do mundo, é a falta de informação ou informação errônea que não são cientificamente comprovadas. Nesse viés, essa interferência na decisão não acarreta consequências somente para o indivíduo e, sim, para toda a sociedade ocasionando novos surtos.

Segundo Silva, Castiel e Griep (2015) através da análise dos registros de crianças, observou-se que alterações na epidemiologia de doenças preveníveis através da vacinação de pessoas de classe média são motivadas pelo receio dos eventos adversos da vacinação. Foi constatado que as crianças subimunizadas (crianças com a cobertura vacinal parcial) pertencem a regiões mais pobres e seguem um padrão de mães jovens e solteiras com baixo nível de escolaridade. Em contrapartida, sem imunização aparecem as crianças filhas de casais com alto grau de informação proveniente tanto de sua formação, quanto das mídias.

Shimizu (2018) leva em consideração que o grupo dos antivacinas é composto pelas classes altas e cita o infectologista Guido Carlos Levi (2013) que afirma que são pessoas que tem condições de manter tratamentos alternativos de saúde, o que significa recursos suficientes para garantir o bem-estar de seus filhos. A decisão da não imunização geralmente é argumentada com filosofia, medo de reações adversas e por motivos religiosos. Assim, a publicação de documentos como o artigo de Andrew Wakefield que relaciona a síndrome do autismo com a vacina tríplice viral, fez com que o grupo de adeptos ao movimento crescesse e que notícias falsas fossem espalhadas.

Diante desse cenário nacional, Barbieri, Couto e Aith (2017) relatam que apesar dos pais acreditarem estar realizando um benefício para os seus filhos, a prática da não vacinação é considerada uma negligência contra a saúde do menor, porque a recusa vacinal é compreendida como uma hesitação de um procedimento legitimado como favorável para a criança. Dessa forma, a falha na cobertura vacinal alerta o Ministério da Saúde devido à queda no índice de adesão das campanhas de imunização oferecidas pelo SUS.

Barata et al. (2012) compara as desigualdades da cobertura vacinal através da análise de diferenças existentes entre classes econômicas mais baixas com mais altas. Contrariando a pesquisa demográfica de saúde realizada em 1996 no Brasil, que constatou que a adesão vacinal é mais baixa quando relacionada com famílias de renda inferior, a atual pesquisa traz evidências de que nos setores de melhores condições socioeconômicas existe uma taxa de vacinação menor que a dos setores mais desfavorecidos.

Aps et al. (2018) diz que a falta de informação ou a informação errônea, as crenças e a aversão à sintomas prejudiciais provenientes da vacinação, como a condição neurológica do autismo constituem o perfil individual dos integrantes do movimento antivacina, que atrelados a condicionantes como o sistema de saúde (política), o grau de estruturação das atividades relativas à vacinação (prestadores de serviços e organização) e os usuários, são fatores que influenciam diretamente na adesão às campanhas de vacinação.

Além disso, Silva, Castiel e Griep (2015) apontam que a resistência em vacinar, quando motivadas pelo desconhecimento em relação ao autismo se deve ao impacto emocional que incide sobre os pais de crianças portadoras da doença, que torna pessoas próximas a eles vulneráveis ao tipo de discurso. Por fim, os autores buscam relacionar a expansão das informações errôneas através da internet à manipulação e aos perigos que personalidades influentes causam nas escolhas do indivíduo atualmente, o que se deve às mudanças sociais que uma sociedade midiatisada pode acarretar.

De acordo com Shimizu (2018), com o objetivo de identificar fatores que revelassem o motivo dessa postura antivacina, descobriu-se que a não vacinação geralmente parte de integrante das classes mais altas que possuem informação e recursos para manter tratamentos alternativos, e por motivação filosófica preferem não aderir às campanhas de vacinação. Por outro lado, a subimunização parte das classes mais baixas e se motiva por fatores determinantes mais do que por opção individual de cada núcleo familiar.

Por fim, os resultados da pesquisa sugerem que o programa de imunização no Brasil tem sido bem sucedido em alcançar alta cobertura, porém o ideal é mantê-la em todas as esferas sociais, reelaborando estratégias, tendo em vista que seja possível alcançar tanto as crianças em áreas mais ricas, quanto as em áreas marginalizadas e em situação de saúde precária, para que de fato haja uma melhor segurança da população, pois segundo CONNAS (2017), o fato de que nem todas as pessoas estão vacinadas pode provocar o adoecimento das mesmas e trazer de volta doenças já extintas juntamente com os problemas de saúde pública.

Desse modo, deve-se considerar não apenas fatores socioeconômicos e culturais, apesar de serem os maiores influenciadores da não imunização e da subimunização, deve-se também levar em consideração o medo de riscos e consequências das vacinas, como o desenvolvimento de síndromes, que fortalece o movimento antivacina. Além disso, é relevante o papel das mídias no fluxo de informação e a forma como ele induz a decisão individual e coletiva da população brasileira.

## CONCLUSÃO

Entende-se que a não vacinação geralmente parte de integrante das classes mais altas que possuem informação e recursos para manter tratamentos alternativos, e por motivação filosófica preferem não aderir às campanhas de vacinação. Por outro lado, a subimunização parte das classes mais baixas e se motiva por fatores determinantes mais do que por opção individual de cada núcleo familiar.

Por fim, os resultados da pesquisa sugerem que o programa de imunização no Brasil tem sido bem sucedido em alcançar alta cobertura, porém o ideal é mantê-la em todos os níveis sociais, sendo necessário a elaboração de estratégias, tendo em vista que seja possível alcançar tanto as crianças em áreas mais ricas, quanto as em áreas marginalizadas e em situação de saúde precária, para que de fato haja uma melhor segurança da população.

## REFERÊNCIAS

APS, Luana Raposo de Melo Moraes et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 1-13, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102018000100504&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102018000100504&lng=en&nrm=iso). Acesso em 19 de Março de 2020.

BARATA, Rita Barradas et al. Socioeconomic inequalities and vaccination coverage: results of an immunisation coverage survey in 27 Brazilian capitals, 2007 e 2008. **Journal of Epidemiology and Community Health**, São Paulo, p. 934-941, jan., 2012. Disponível em: [https://observatorio.fm.usp.br/bitstream/handle/OPI/33349/art\\_BARATA\\_Socioeconomic\\_inequalities\\_and\\_vaccination\\_coverage\\_results\\_of\\_an\\_2012.PDF?sequence=1&isAllowed=y](https://observatorio.fm.usp.br/bitstream/handle/OPI/33349/art_BARATA_Socioeconomic_inequalities_and_vaccination_coverage_results_of_an_2012.PDF?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 24 abr. 2020.

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza; AITH, Fernando Mussa Abujamra. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2017000205004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2017000205004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 mai. 2020.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONNAS). A queda da imunização no Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 28, n. 2, out., 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress-2019.v28n2/e20190223> . Acesso em: 10 de abr. 2020.

MORAES, José Cassio; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio. Desigualdades sociais e cobertura vacinal: uso de inquéritos domiciliares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113-124, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415790X2008000500011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2008000500011&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 19 de abr. 2020.

PINTO, Agnes Caroline Souza et al. Análise da susceptibilidade às doenças imunopreveníveis em profissionais de saúde a partir do status vacinal. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 104-110, jan./mar., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4162>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SHIMIZU, Natiely Rallo. Movimento antivacina: a memória funcionando no/pelo (per)curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade e-urbana. **Revista do Edicc**, Campinas, v. 5, n.1, p. 87-97, out., 2018. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5963/7310> . Acesso em: 09 de mai. 2020.

SILVA, Paulo Roberto Vasconcellos; CASTIEL, Luis David; GRIEP, Rosane Harter. A sociedade de risco midiatizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p. 607-116, 2015. (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015, p. 608). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n2/1413-8123-csc-20-02-0607.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

## EXAMES CITOPATOLOGICOS REALIZADOS EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Caroline Lehnen [carol.lehnen@outlook.com](mailto:carol.lehnen@outlook.com)

Igor Hoffmann [igorhoffmannsantos@hotmail.com](mailto:igorhoffmannsantos@hotmail.com)

Vanessa da Silva Barros [vanessa\\_sbarros@hotmail.com](mailto:vanessa_sbarros@hotmail.com)

Ana Paula G. [Pinculini.anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:Pinculini.anapaulapinculini@hotmail.com)

Talita Czekster [talita.czekster@uniarp.edu.br](mailto:talita.czekster@uniarp.edu.br)

Dayane C. [Borilledayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:Borilledayanecarla@uniarp.edu.br)

### RESUMO

O Instituto Nacional de Câncer informa que, no Brasil, o câncer de colo de útero constitui um dos mais importantes problemas de saúde pública, apresentando altas taxas de mortalidade em mulheres de várias faixas etárias. Após a realização do diagnóstico situacional do território estudado foi possível identificar os principais problemas encontrados nessa área de abrangência, dentre eles destacando-se a baixa adesão das mulheres ao exame citopatológico (Teste de Papanicolau). Através de uma parceria com a Secretaria de Saúde e utilizando os marcadores de saúde do Ministério da Saúde foi possível fazer um estudo analisando por 5 anos a taxa de adesão das mulheres de diferentes idades em uma UBS do meio oeste catarinense. Foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases de dados da SciELO e PUBMED com os descritores: Atenção Primária à Saúde, exame Papanicolau, câncer de colo de útero, esfregaço vaginal e saúde da mulher.

**Palavras chaves:** Citopatológico, Papanicolau, Câncer, Útero.

## INTRODUÇÃO

No Brasil existem cerca de seis milhões de mulheres entre 35 a 49 anos que nunca realizaram o exame citopatológico do colo do útero (Papanicolau), faixa etária onde mais ocorrem casos positivos de câncer do colo do útero. A consequência são milhares de novas vítimas a cada ano. Por isso, o Ministério da Saúde continua trabalhando para assegurar, ao maior número dessas mulheres, acesso às Unidades de Saúde e ao exame citopatológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2002).

A realização periódica do exame citopatológico continua sendo a estratégia mais adotada para o rastreamento do câncer do colo do útero (WHO, 2010).

O câncer do colo do útero inicia-se a partir de uma lesão precursora curável em quase totalidade dos casos. Trata-se de anormalidades epiteliais conhecidas como neoplasias intraepiteliais cervicais de graus II e III (NIC II/III), além do adenocarcinoma *in situ* (AIS). Apesar de muitas dessas lesões poderem regredir espontaneamente, sua probabilidade de progressão é maior o que justifica o seu tratamento. O câncer do colo do útero é passível de prevenção e cura quando diagnosticado precocemente e realizada intervenção oportuna. Ele é responsável por um grande número de mortes entre as mulheres principalmente em países em desenvolvimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2018).

O tipo histológico mais comum do câncer do colo do útero é o carcinoma de células escamosas, representando cerca de 85% a 90% dos casos, seguido pelo tipo adenocarcinoma. O principal fator de risco para o desenvolvimento de lesões intraepiteliais de alto grau (lesões precursoras do câncer do colo do útero) e do câncer do colo do útero é a infecção pelo papilomavírus humano (HPV). Contudo, essa infecção, por si só, não representa uma causa suficiente para o surgimento da neoplasia, faz-se necessária sua persistência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

O Instituto Nacional de Câncer informa que, no Brasil, o câncer de colo de útero (CA de colo útero) constitui um dos mais importantes problemas de saúde pública, apresentando altas taxas de mortalidade em mulheres de várias faixas etárias. Atualmente, este tipo de neoplasia maligna é considerado a terceira maior causa de morte da população feminina no mundo, sendo superada apenas pelo câncer de pele (não melanoma) e pelo câncer de mama (INCA, 2020).

Para o ano de 2020 o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) preconizou indicadores de saúde para que sejam efetuados os futuros repasses de recursos financeiro, entre esses indicadores está o exame citopatológico que deve ser realizados em no mínimo 40% das mulheres cadastradas no território que possuam idades entre 25 e 64 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2019).

Este trabalho foi realizado com o intuito de compreender melhor os dados de exames citopáticos em uma UBS no meio oeste catarinense, bem como, auxiliar na análise do indicador do Ministério da Saúde sobre a realização de exames citopatológicos e a partir da interpretação dos dados promover uma conduta de intervenção afim de melhorar os números e consequentemente a saúde das mulheres do meio oeste catarinense.

## OBJETIVOS GERAIS

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar o número de exames citopatológicos realizados em uma UBS de um município do Meio Oeste Catarinense, bem como propor uma intervenção de busca ativa para melhorar os índices.

## METODOLOGIA

A metodologia do trabalho compreende à um estudo quantitativo referente ao relatório de exames preventivos realizados das mulheres cadastradas na unidade básica de saúde, entre a faixa etária de 25 e 64 anos. A coleta de dados foi realizada nos meses de fevereiro a março de 2020, diretamente no caderno de registro interno da unidade básica, considerando a realização de exames Papanicola referentes ao período de 2014 a 2019, cujos dados são exportados mensalmente ao e-SUS pelo sistema informatizado do município. Ademais, o processo de coleta desses dados foi efetivado em uma sala privada, mantendo a integralidade de cada paciente.

## RESULTADOS

A principal estratégia de rastreamento do câncer do colo do útero e suas lesões precursoras pela sensibilidade e especificidade, é a realização periódica do exame citopatológico do colo do útero (CP), tem baixo custo, segurança na realização e aceitação pelas mulheres. O Ministério da Saúde brasileiro preconiza a realização trienal do CP em mulheres entre 25 e 64 anos, o equivalente a coberturas anuais de 33,3%, sendo fundamental o monitoramento e avaliação da cobertura desses exames nessa população (MANICA, 2016).

O número de mulheres cadastradas na UBS campo desse estudo é de 1020 mulheres. Desse modo, para atingir a meta, seriam necessárias 408 coletas anuais.

O gráfico 1 apresenta uma série histórica dos Exames Citopatológicos realizados entre os anos de 2014 e 2019, na Unidade Básica de Saúde estudada.

GRÁFICO 1



Fonte: Autores

A portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e recomenda a realização do exame por 40% das mulheres entre 25 e 64 anos. Esse indicador foi alcançado

nos anos de 2014 e 2015, quando foi registrado a realização de 478 e 411 exames, respectivamente.

No Brasil, o principal programa preventivo do Sistema Único de Saúde (SUS) para o câncer de colo uterino (CCU) prevê a garantia de acesso ao CP em mulheres de 25 a 64 anos, bem como a qualificação de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a cobertura da população de risco deve atingir cerca de 80% a 85%, pelo rastreamento, porém, a cobertura de mulheres beneficiadas com o CP representa apenas 8% da população feminina com idade superior a 20 anos (DALMOLIN, 2016).

O gráfico 2 apresenta o percentual de Exames Citopatológicos feitos em cada ano, em relação ao número total de mulheres (1020), ressaltando a meta preconizada pelo Ministério de Saúde de 40%.



Nos anos de 2016 e 2017, o alcance foi próximo a 25%, e nos anos de 2018 e 2019, foi de 30%. O que deixa claro que existe uma necessidade de conscientização e educação em saúde para que essas mulheres sejam sensibilizadas quanto a importância da realização continuada do exame citopatológico.

Para Dalmolin (2016), é necessário garantir a organização, a integridade e a qualidade do programa de rastreamento, bem como o acompanhamento das pacientes, levando em conta que, quando associado a ações educativas, a incidência e a mortalidade dessa doença podem ser controladas.

## CONCLUSÃO

Após a realização da coleta e análise dos dados, foi possível concluir que apenas nos anos de 2014 e 2015, as metas de cobertura foram alcançadas, onde o mínimo de 40% da população local de mulheres entre 25 e 64 anos realizaram exame citopatológico. Entre os anos de 2016 e 2019, as coletas ficaram abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde.

Segundo Dalmolin (2016), não podemos deixar de citar que é importante também o rastreamento do câncer de colo uterino em grupos específicos de mulheres, cujo risco estiver associado à não realização do exame, como aquelas não pertencentes à faixa

etária determinada pelo programa, solteiras, de baixa renda e baixa escolaridade, uma vez que estudos demonstraram que esses grupos são os menos prevalentes no rastreamento. Também é necessário o rastreamento das mulheres que nunca realizaram o citopatológico ou que não o realizam com a frequência adequada, para que se possa atender o aspecto da prevenção do câncer de colo uterino, melhorar a cobertura dos exames e, consequentemente, reduzir a mortalidade das mulheres.

Para que as metas sejam alcançadas na população específica do território estudado, a proposta de intervenção inicial, seria a entrega de panfletos informativos contendo informações sobre os riscos da não realização do exame citopatológico, os horários de realização do exame na UBS, bem como instrução de como é realizado o exame. A entrega destes panfletos seria feita através das Agentes Comunitárias de Saúde, durante as visitas domiciliares, na tentativa de sensibilização do público alvo para aumentar a cobertura atual dos exames.

## REFERÊNCIAS

Ministério da Saúde. Manual Técnico, Prevenção do Câncer do Colo do Útero 2002  
BRASIL. Ministério da Saúde. INCA. Dados sobre câncer do colo do útero. 2008  
BRASIL. Ministério da Saúde. Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama: Cadernos de Atenção Básica, nº 13. Brasília – DF, 2006.  
Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA): Plano de Ação para Redução da Incidência e Mortalidade por Câncer do Colo do Útero. Rio de Janeiro, RJ. 2014.  
Organização Mundial da Saúde (WHO)  
Site do Instituto Nacional de Câncer, acessado em 10/03/2020.  
[www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)  
Condutas para o rastreamento do câncer do colo do útero na Atenção Primária à Saúde - APS, 2018  
Conass Informa n. 197 – Publicada a Portaria 3222 que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil 2019.  
DALMOLIN, Suelen Pizzolatto; DEXHEIMER, G. M.; DELVING, L. K. O. B. Mulheres com exames citopatológicos alterados: Avaliação do seguimento de acordo com as condutas preconizadas pelo ministério da saúde. Revista Brasileira de Análises Clínicas, v. 48, p. 235-239, 2016.  
MANICA, Silvia Troyahn et al. Desigualdades socioeconômicas e regionais na cobertura de exames citopatológicos do colo do útero. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, n. 1, 2016.

## MOVIMENTO ANTIVACINA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC: FATORES QUE INFLUENCIAM NA RECUSA E HESITAÇÃO À VACINAÇÃO

Flávia Eduarda Cachoeira, [flaviadud@hotmail.com](mailto:flaviadud@hotmail.com)  
Kerolayne Lisa Thimoteo da Costa, [kerolayne\\_thimoteo32@outlook.com](mailto:kerolayne_thimoteo32@outlook.com)

### RESUMO

Doenças são manifestações patológicas que causam a falta ou a perturbação da saúde e não evoluem para uma cura espontânea. Todavia, muitas patologias são de fácil transmissão e rápida propagação, fazendo com que cientistas e médicos, no exercício legal da profissão, utilizem vacinas para erradicá-las. Entretanto, há críticos do movimento antivacina que recusam esse método, impactando de maneira expressiva na manifestação de doenças imunopreveníveis. Nesta perspectiva, este estudo teve por objetivo expor os principais fatores que influenciam na negação à aplicação de imunizações no município da Caçador-SC. A busca por informações deu-se através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scielo e BVS dos últimos cinco anos. Realizou-se também uma pesquisa de campo individual com questionamentos específicos no primeiro semestre de 2020. Observou-se que os principais fatores entre os caçadorenses na recusa e hesitação vacinal são: 33,3% de medo de efeitos adversos, 19% falta de conhecimentos e informações, 14,3% disponibilidade, 14,3% razões filosóficas, 11,9% alergias, 4,8% razões religiosas e 2,4% doenças imunossupressíveis. Concluiu-se, portanto, que há diversos fatores que corroboram para o movimento antivacina e que em sua grande maioria são influenciadas pela mídia, sendo assim, determinantes para o ressurgimento de doenças erradicadas e controladas.

**Palavras-chave:** Movimento contra vacinação. Hesitação vacinal. Doença. Medicina preventiva. Fatores desencadeantes.

### INTRODUÇÃO

A medicina preventiva é necessária para atingir o objetivo de expandir a capacidade de controle dos determinantes das condições de saúde. A prevenção é construída em conjunto com as ações da sociedade, através da imunização com vacinas (TESSER, NORMAN, 2019). Indubitavelmente, a vacinação é o meio mais eficaz, rápido e seguro para evitar que doenças epidêmicas ressurjam e tragam inúmeras consequências para a saúde global (NASSARALLA et al., 2019). Entretanto, há organizações contra esse meio de prevenção. O movimento antivacina é um fenômeno antigo que surgiu em decorrência de ações governamentais que estabeleceram através das leis pró-vacinação, a obrigatoriedade da imunização da população para a erradicação da varíola (JUNIOR, 2019).

Atualmente este movimento tem aumentado gradativamente. O trabalho publicado pelo médico Andrew Wakefield na reconhecida revista científica “*The Lancet*”, baseado em falsas informações sobre vacinas, atribuía o autismo a aplicação da vacina tríplice viral, contribuindo até nos dias atuais de forma significativa para o fator medo de efeitos adversos (WAKEFIELD, 1999). A falta de

conhecimento e informações, disponibilidade, alergias, razões filosóficas e religiosas também são fatores favoráveis ao movimento antivacina (MIZUTA et.al, 2019). Tais circunstâncias favorecem para o adoecimento individual e coletivo, contribuindo para a disseminação patológica pela comunidade (NASSARALLA et al., 2019).

Objetivou-se nesta pesquisa de campo elucidar os fatores contribuintes para o movimento antivacina em alguns moradores no município de Caçador-SC, bem como, a influência das mídias sociais na formação de opinião da população acerca da vacinação.

## MATERIAL E MÉTODOS

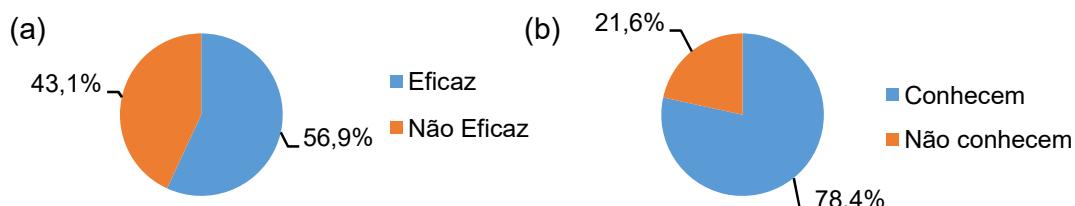
Trata-se de um estudo de pesquisa de campo realizado durante o mês de junho de 2020 com caçadorenses de gêneros e faixas etárias distintas. Com o propósito de constatar os fatores que influenciam na recusa vacinal no município de Caçador-SC, o levantamento de dados se constituiu na realização de questionários anônimos e individuais via online através da plataforma Google Forms. Os participantes foram questionados acerca do nível de escolaridade, da eficácia das divulgações das campanhas municipais de vacinação, do conhecimento a respeito de indivíduos que recusam as vacinas e seus respectivos motivos, da influência das mídias sociais na formação de opinião familiar, do conhecimento do movimento antivacina e da participação de pessoas nesta organização negacionista. Os resultados estão apresentados em valores percentuais e disponibilizados graficamente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa, obteve-se um total de 51 respondentes moradores do município de Caçador-SC. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o último censo realizado registrou uma população de 70.762 habitantes neste município. Assim sendo, os participantes correspondem a 0,07 % dos caçadorenses, dos quais 21,6% possuem ensino fundamental, 17,6% ensino médio, 21,6% ensino superior incompleto e 39,2% ensino superior completo.

Sobre a divulgação das campanhas de vacinação pelos órgãos municipais, expostas na figura 1(a), 43,1% julgaram as mesmas como não eficazes.

Figura 1 – (a) Eficácia das divulgações das campanhas vacinais em Caçador-SC. (b) Reconhecimento de indivíduos que aceitação ou negação à vacinação.

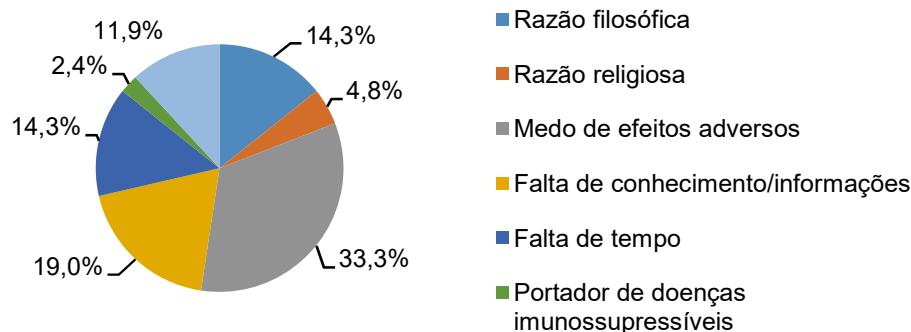


Fonte: Os autores, 2020.

Em relação à figura 1(b), 78,4% responderam conhecer indivíduos que recusam a vacinação. O gráfico 2, evidencia todos os fatores para a hesitação ou recusa vacinal: 33,3% medo de efeitos adversos, 19%, falta de conhecimentos ou

informações, 14,3% princípios filosóficos, 14,3% falta de tempo, 11,9% alergias, 4,8% princípios religiosos e 2,4% doenças imunossupressíveis.

Gráfico 2 - Fatores que influenciam no movimento antivacina no município de Caçador-SC.



Fonte: Os autores, 2020.

Quando questionados sobre a influência das mídias sociais, 94,1% responderam que a mesma influencia na formação de opinião da população, conforme demonstrado na figura 3 (a).

Figura 3 – (a) Influência das mídias sociais na formação de opinião. (b) Conhecimento acerca de indivíduos que participam do movimento antivacina.



Fonte: Os autores, 2020.

De acordo com o questionário, 80,4% relatam conhecer o movimento antivacina, enquanto que 19,6% expõem o desconhecimento acerca deste movimento. Ainda sobre esse movimento, 21,6% participam ou conhecem pessoas que participam do mesmo, conforme a figura 3 (b).

Em relação a divulgação das campanhas de vacinação, 43,1% dos caçadorenses relatam a ineficácia das divulgações das campanhas vacinais em Caçador-SC. Além disso, 78,4% revelam conhecer indivíduos que não se vacinam. Portanto, observa-se que o objetivo do Ministério da Saúde (2019) de atingir a imunização de rebanho, ou seja, vacinar 95% da população através do incentivo por campanhas vacinais, com olhar específico para este município, esta meta é inalcançada. Através desses dados, infere-se que este município está pré-disposto às consequências do movimento antivacina, a ocorrência manifestações de doenças imunopreveníveis, exposto por APS et.al (2018).

De acordo com a presente pesquisa, o medo de efeitos adversos exerce a maior influência na recusa à vacinação, com 33,3%. A partir desta observação, pode-se induzir que a população analisada está na perspectiva exposta por Lago (2018), visto que opiniões acerca do temor do autismo e da doença inflamatória intestinal existem. Esta perspectiva se deve à exposição de um artigo científico inverídico com falsas informações, cujo visava apenas o lucro e interesses pessoais.

Entretanto, efeitos pós-vacinação são de cunho natural, raros e não trazem danos ao organismo. Diante deste fato, pode-se afirmar que o mesmo decorre da falta de informações ou conhecimentos, que conforme Junior (2019), esta está entre as principais causas da negação à imunização no município, com 19%. A falta de disponibilidade da população apresenta influência de 14,3% para a hesitação vacinal, dados que corroboram com os apresentados por Succi (2018). Baseadas em crenças pessoais e tradições familiares, as razões filosóficas estão presentes nos caçadorenses com 14,3%. Estas causam preocupação na saúde pública devido ao fato de que raramente apresentam mudanças de pensamento em curto prazo.

Ao questionar-se o público-alvo da pesquisa, a opinião apontou-se que 94,1% expõem que os meios de comunicação influenciam na opinião da população acerca da vacinação. As mídias sociais com comunicação descuidada ou sensacionalista têm como consequências a má divulgação de pesquisa científicas gerando a recusa a vacinação (BROCKINGTON, MESQUITA, 2018).

Acerca do movimento antivacina, 84,1% conhecem o movimento antivacina. Esse resultado se mostrou coerente, haja visto que esse é um movimento em franca ascensão no mundo. Entretanto, quando questionados sobre a participação dos entrevistados neste movimento, 21,6% responderam afirmativamente. Este fato traz desequilíbrio na saúde municipal, visto que há a manifestações de doenças e suas consequências às pessoas e um sobrecusto no tratamento das enfermidades em comparação aos custos da vacinação.

## CONCLUSÃO

O movimento antivacina mostra-se presente nos moradores entrevistados no município de Caçador-SC. Os principais fatores constatados na recusa vacinal foram o medo de efeitos adversos e a falta de conhecimentos e informações. As campanhas municipais de vacinação necessitam ser aprimoradas, haja visto que uma parte expressiva dos entrevistados consideram as mesmas ineficazes. Conclui-se também que a divulgação de notícias falsas e de pesquisas não comprovadas cientificamente, desorientam a população e ocasionam dúvidas acerca das imunizações.

## REFERÊNCIAS

APS, Luana Raposo de Melo Moraes et al . Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.52, 40, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102018000100504&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102018000100504&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 mai. 2020.

BROCKINGTON, Guilherme; MESQUITA, Lucas. As consequências da má divulgação científica. **Revista da Biologia**, v. 15, n. 1, p. 29-34, 2016.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al . Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222019000200100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222019000200100&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 mai. 2020.

JUNIOR, V. L. P. (2019). Anti-vacinação, um movimento com várias faces e consequências. **Cadernos ibero-americanos de direito sanitário**, p.116-122, 2019.

LAGO, Eleonor G. Hesitação/recusa vacinal: um assunto em pauta-Editorial. **Scientia Medica**, v. 28, n. 4, p. 1, 2018.

MIZUTA, Amanda Hayashida et al. Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo , v. 37, n. 1, p. 34-40, 2019 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010305822019000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010305822019000100034&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

NASSARALLA, Anna Paula Amaral et al. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. **Revista educação em Saúde**, v. 7, n. 1, 2019.

SUCCI, Regina Célia de Menezes. Recusa vacinal - que é preciso saber. **Jornal Pediatrico (Rio Janeiro)**, Porto Alegre, v. 94, n. 6, p. 574-581, 2018.

TESSER, Charles Dalcanale; NORMAN, Armando Henrique. Geoffrey Rose e o princípio da precaução: para construir a prevenção quaternária na prevenção. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180435, 2019.

WAKEFIELD, Andrew J. MMR vaccination and autism. **The Lancet**, v. 354, n. 9182, p. 949-950, 1999.

## CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE OS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA DA UNIARP

Isadora Regina Machado Rosar, [isa\\_rosar@yahoo.com.br](mailto:isa_rosar@yahoo.com.br)  
 Juliana Floss, [juliana\\_floss@hotmail.com](mailto:juliana_floss@hotmail.com)  
 Míriam Gonçalves de Castro, [miriam990412@gmail.com](mailto:miriam990412@gmail.com)

### RESUMO

O ingresso na universidade traz inúmeras mudanças na vida dos acadêmicos, a saída de casa, o distanciamento familiar, a inclusão a um meio de diferentes culturas e rotina de estudos faz com que por vezes os alunos busquem formas para se adaptar, sendo comum, a ingestão de bebidas alcoólicas. O libar em excesso pode desencadear diversas consequências tanto físicas quanto psicológicas, e isso influencia diretamente no desempenho acadêmico. Esse estudo objetivou analisar o perfil dos estudantes que consomem álcool, a fim de evidenciar o tema para prevenir consequências negativas na vida acadêmica e futuramente como profissional. A pesquisa foi elaborada pelo plataforma do Google forms, com questões objetivas, sendo avaliado os determinantes que levam ao consumo de bebidas. Do total de 224 alunos matriculados no curso, obteve-se 186 participantes, mais de 40% dos alunos alegaram o aumento do consumo pós ingresso na faculdade, 29% desses consomem bebidas de 2 a 3 vezes na semana e consideram festas universitárias, período pós provas e dias estressantes como gatilhos, a partir dos resultados conclui-se que o álcool é ingerido pelos estudantes como forma de alívio dos estressores acadêmicos, sendo esse consumo frequente e em altas doses, fato que influencia diretamente na formação médica.

**Palavras-chave:** Ingestão. Álcool. Estressores. Universitários. Aprendizado.

### INTRODUÇÃO

O ingresso na instituição acadêmica inicia um período de grandes mudanças no estilo de vida dos estudantes, como a independência econômica tardia, carência do convívio familiar, pouco tempo de descanso, grade de estudos muito extensa e exigência de inúmeras responsabilidades. E como válvula de escape, o consumo de álcool pode estar associado a essas mudanças de vida, que são muitas vezes estressantes e angustiantes.

O consumo excessivo de bebidas alcoólicas se relaciona a diversas repercuções negativas, para a saúde mental e física destes jovens. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a bebida alcoólica é a SPA (Substâncias Psicoativas) mais consumida no planeta e sua ingestão aumentou nos últimos anos, especialmente nos países emergentes responsáveis majoritariamente pela parcela desse crescimento. Identifica-se que, quanto mais prematuro for o contato com esse tipo de substância, maior a tendência para se estabelecer dependência (ROCHA, 2011).

Existem não somente gatilhos estressantes no âmbito universitário, como também fora dele, a exemplo são os problemas encontrados na adaptação da nova vida acadêmica, visto que muitos jovens saem do conforto de suas casas para irem morar em outras cidades. Com isso, o tempo que o estudante possui para o estudo é diminuído e isso causa bastante estresse, visto que demandam não somente tempo, como também energia e animação. Portanto, são fatores que influenciam no

uso de bebidas alcoólicas, com o objetivo de escaparem dessa realidade conturbada (NEVES, 2015).

O consumo excessivo do álcool traz prejuízos amplos, como a ameaça à saúde individual, por meio do desenvolvimento de patologias, ao bem-estar da coletividade, relacionado ao aumento do potencial de violência, como também o desempenho acadêmico, que com o consumo repetitivo dessas substâncias, acaba diminuindo muito. O etilismo está associado também com diversos outros fatores, como a expectativa de maior sociabilidade, aumento do desejo sexual, maior autoconfiança e principalmente a redução de tensão, fato observado com significância na vida acadêmica (DELFINO, 2018).

Para os acadêmicos de medicina, é essencial ter conhecimento do cenário relacionado à ingestão de bebidas alcoólicas e seus reflexos negativos, se consumido sem moderação e como forma de escape, pois serão eles os futuros médicos que deverão orientar pacientes para adquirirem hábitos de vida mais saudáveis. Desse modo, é necessário que exista uma abordagem sobre esse tema para estimular a consciência desses estudantes (BARBOSA, 2013).

Portanto, o objetivo da pesquisa consistiu no levantamento de informações relacionadas a ingestão de bebidas alcoólicas no meio estudantil de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), focando em avaliar os determinantes acadêmicos, culturais, econômicos e sociais, a fim de trazer à tona esse tema, para discutirmos o papel do álcool na vida do estudante e como isso pode influenciar nos estudos acadêmicos, e mais tarde na profissão.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa que buscou informações a respeito do etilismo entre os estudantes de Medicina da UNIARP e seus determinantes.

Foi analisado o consumo alcoólico entre os acadêmicos a partir de coleta de dados utilizando a plataforma Google Forms. Esse questionário era composto por nove questões em relação à idade, sexo dos alunos, período da faculdade. Além disso, foram levantadas questões relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, frequência, quantidade em ml ingerido, o hábito de beber, situações propícias que levam a esse consumo e a consequência da bebida em relação a cumprimento de compromissos acadêmicos. As questões eram de resposta obrigatória, oito delas com uma alternativa a ser assinalada e uma questão com a permissão de assinalar várias opções. Dentre os 224 alunos matriculados no curso, 186 responderam o questionário, que corresponde a 83,03%.

Os dados obtidos foram gerados a partir da própria plataforma do Google Forms, por meio de gráficos e tabela.

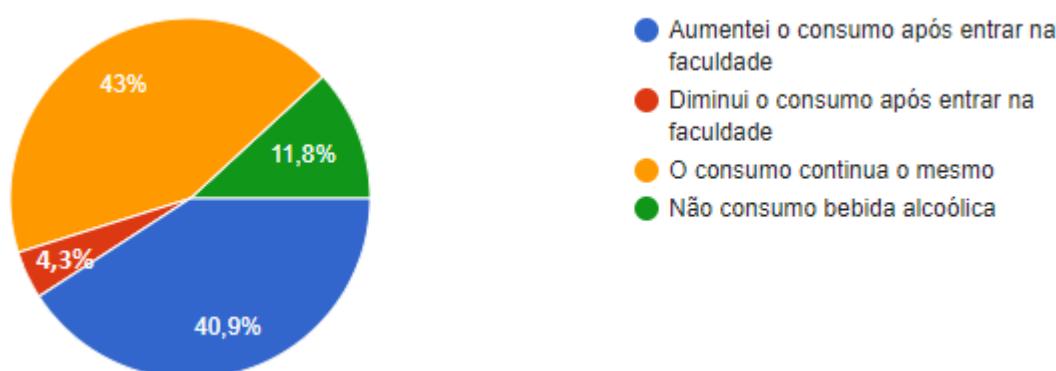
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 224 alunos inscritos no curso de medicina da UNIARP, durante o período de pesquisa, conseguiu-se uma amostra de 186, que corresponde a 83,03%, distribuídos entre os gêneros feminino e masculino com 79,6% e 20,4% respectivamente. Em relação à idade, 174 alunos (94,6%) se encontram na faixa etária de 18 a 25 anos, 6 (3,2%) entre 26 e 30 anos, 3 alunos (1,6%) acima de 30 anos e 1 (0,5%) menor de 18 anos. Quanto ao período da faculdade, 31,7% dos

alunos estavam no primeiro período, 43,5% estavam no segundo período e 24,7% no terceiro período. No tocante ao consumo de bebida alcoólica, 76,3% responderam que consomem algum tipo de bebida que contenha álcool.

Em relação à mudança no hábito de ingerir bebidas alcoólicas, 43% dos alunos declararam que o consumo permaneceu o mesmo depois do ingresso na faculdade, já 40,9% dos alunos declararam que aumentaram o consumo após o ingresso, 4,3% dos alunos alegam diminuição do consumo após ingresso e 11,8% não consumem bebidas alcoólicas (Gráfico 1). Segundo Barbosa et al. (2013), o consumo de álcool apresenta um aumento com o decorrer dos semestres, sendo possível a faculdade influenciar nesse consumo, após o ingresso e durante a vida acadêmica.

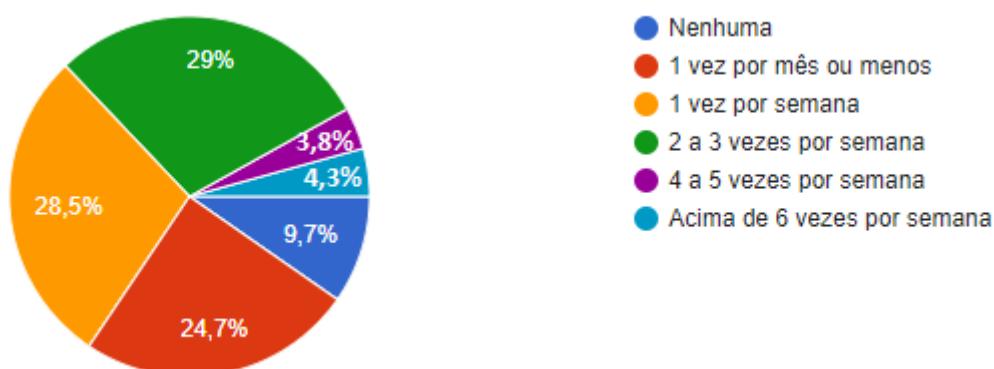
**Gráfico 1 - Sobre a mudança de hábitos no consumo de álcool**



**Fonte:** As autoras.

No quesito frequência em que consome bebidas alcoólicas, 9,7% dos alunos não consomem, 24,7% consomem 1 vez por mês ou menos, 28,5% ingerem bebida 1 vez por semana, 29% ingerem de 2 a 3 vezes por semana, 3,8% consomem álcool de 4 a 5 vezes por semana e 4,3% mais de 6 vezes por semana (Gráfico 2). Segundo o estudo de Rocha et al. (2011), os estudantes apresentam maior consumo entre uma ou até menos de uma vez por mês e 2 a 4 vezes por mês, valores que apresentam discrepância em comparação ao consumo de álcool entre os acadêmicos da UNIARP, fato preocupante, pois se apresenta maior que os dos estudos referenciados.

**Gráfico 2- Frequência em que os alunos consomem bebidas alcoólicas**



**Fonte:** As autoras.

Dentre os respondentes que se declararam consumidores de bebidas alcoólicas, 47,8% ingerem de 1 a 3 latas (350ml a 1050ml), 26,3% ingerem de 4 a 6 latas (1400ml a 2100ml), 6,5% ingerem de 7 a 9 latas (2450ml a 3150ml) e 6,5% acima de 10 latas (acima de 3500ml).

Quando analisado as situações propícias para o consumo de álcool, de modo que os alunos poderiam selecionar mais de uma opção, 77,4% dos alunos consideram propício em festas da faculdade, 69,9% após as provas, 48,4% alegam ser propício após um dia estressante, 29,6% após a aula e 13,4% em nenhum dos casos anteriormente abordados.

O consumo excessivo de álcool entre estudantes de Medicina é um fato preocupante, por conta dos prejuízos pessoais em relação ao desenvolvimento cognitivo-comportamental, como também no tocante as consequências negativas na atuação como futuros médicos (BARBOSA, 2013). No quesito frequência no último ano que os alunos não conseguiram cumprir algum compromisso da faculdade por causa da bebida, 84,4% dos alunos nunca deixaram de cumprir algum compromisso, 15,1% faltara algum compromisso acadêmico pelo menos 1 vez no mês ou menos e 0,5% não conseguiu cumprir compromissos de 2 a 3 vezes na semana. Um estudo de Rocha et al. (2011), observaram que os usuários de álcool faltaram mais às aulas nos últimos 12 meses do que os que não consomem, sendo possível relacionar com o presente estudo, visto que os resultados acima explicitam a associação do consumo de bebidas alcoólicas com o não cumprimento de atividades acadêmicas por uma parcela dos estudantes.

Os resultados do presente estudo revelam a situação alarmante em que os estudantes de medicina se encontram, pois baseia-se na suposição de que essas ações poderão interferir na formação acadêmica desses estudantes e no probabilidade desses se tornarem médicos dependentes ou com uso problemático de álcool (KERR-CORREA, 1999). Somando a isso, a influência da universidade nos hábitos do consumo, por conta da rotina por vezes desgastante, somado aos demais determinantes já citados. O hábito de consumir bebidas alcoólicas apresenta-se anterior ao ingresso na universidade, porém esse consumo tende a se intensificar com a entrada, por conta do uso do álcool como facilitador no processo de interação, como forma de aceitação e também como modo de aliviar tensões decorrentes do estresse acadêmico (BARROS, 2019).

## CONCLUSÃO

Como observado nos resultados, conclui-se que a bebida é utilizada como forma de aliviar as tensões causadas pela faculdade visto que o consumo se apresenta frequente na rotina dos estudantes e em altas doses, sendo esse consumo um fator de influência direta na formação acadêmica do médico.

Desse modo, o estudo evidencia o perfil do consumo de álcool entre os estudantes de medicina da UNIARP e percebe a necessidade da abordagem sobre o tema a fim de prevenir os riscos causados pelo alcoolismo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Felipe Lacerda et al. Uso de álcool entre estudantes de medicina da Universidade Federal do Maranhão. **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 89-95, Mar. 2013 . Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S0100-55022013000100013>. Acessado em: 16 junho 2020.

BARROS, Mariana Salles Motta Rodrigues de; COSTA, Luciana Scarlazzari. Perfil do consumo de álcool entre estudantes universitários\*. SMAD, **Revista Eletrônica de**

**Saúde Mental Álcool e Drogas**, (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 15, n. 1, p. 4-13, 2019 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.000353>. Acessado em: 03 julho 2020.

DELFINO, Nadine Hellmann et al. Expectativas e perfil do uso de álcool em acadêmicos de Medicina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 47, n. 4, p. 132-145, 2018. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/451>>. Acessado em: 16 junho 2020.

KERR-CORREA, Florence et al. Uso de álcool e drogas por estudantes de medicina da Unesp. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 95-100, June 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000200005>. Acessado em: 16 junho 2020.

NEVES, Keila do Carmo; TEIXEIRA, Maria Luiza de Oliveira; FERREIRA, Márcia de Assunção. Fatores e motivação para o consumo de bebidas alcoólicas na adolescência. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 286-291, June 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150038>. Acessado em: 16 junho 2020.

ROCHA, Leandro Augusto et al. Consumo de álcool entre estudantes de faculdades de Medicina de Minas Gerais, Brasil. **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 369-375, Sept. 2011 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-550220110003001>. Acessado em: 16 junho 2020.

## INCIDÊNCIA DE EXAMES CITOPATOLOGICOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

Bruna Maria Carvalho, [bruuna.carvalho@hotmail.com](mailto:bruuna.carvalho@hotmail.com)<sup>1</sup>

Laura Maria Brignoli, [Lauraamaria@hotmail.com](mailto:Lauraamaria@hotmail.com)<sup>1</sup>

Solange De Bortoli Beal, [Solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:Solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

Dayane C. Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Emyr Hiago Bellaver, [hi.agobellaver@hotmail.com](mailto:hi.agobellaver@hotmail.com)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>2</sup>Professoras do curso de Medicina da Univesidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

<sup>3</sup>Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

### RESUMO

O câncer de colo de útero é uma das causas frequentes de morte entre mulheres que vivem em países em desenvolvimento. O diagnóstico desta patologia é realizado pelo exame preventivo de câncer de colo de útero, conhecido como Papanicolaou, qual busca alterações celulares neoplásicas, além da observação do colo uterino na busca de lesões elementares. Objetivou-se neste breve trabalho averiguar a incidência da realização de exames citopatológicos em mulheres maiores de 25 anos, cadastradas em uma determinada UBS de um município localizado no Meio Oeste de Santa Catarina, através dos relatórios do sistema de saúde municipal. Na análise dos dados, pode-se inferir que a população entre os 45-50 anos, representou 26,5% do número total de mulheres cadastradas naquela UBS e, que a soma da frequência absolta de realização do exame preventivo do câncer do colo de útero foi de 31,9%, ou seja, apenas 37 mulheres de 249 na mesma faixa etária, realizaram o exame nos últimos 7 meses. O exame preventivo é indolor, simples e rápido, é fundamental que a equipe de saúde oriente todas as mulheres sobre a importância da realização deste exame. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para um melhor planejamento acerca da busca ativa para realização do exame citopatológico, atendendo um dos propósitos do Programa Previne Brasil.

**Palavras-chaves:** Neoplasias do Colo do Útero, Teste de Papanicolaou, Previne Brasil.

### INTRODUÇÃO

Alguns estudos apontam que o câncer de colo de útero é a segunda causa de morte por cânceres, entre as mulheres, no país e figura entre os cânceres mais incidentes no sexo feminino, ocupando, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares no mundo e no Brasil. Esses dados demonstram que o número de casos de câncer de colo de útero continua em progressão, confirmando as estimativas que previam o crescimento da morbidade e mortalidade por esse câncer (DALMOLIN; DEXHEIMER; DELVING, 2016). De acordo com o Ministério da Saúde (2012), entre os fatores responsáveis pelos altos níveis de câncer cérvico-uterino e a não adesão ao exame Papanicolaou no Brasil inclui-se o baixo nível de informações de saúde da

população em geral e insuficiência de informações necessárias ao planejamento das ações de saúde.

O diagnóstico precoce do câncer de colo do útero é realizado pelo rastreamento através do exame cito patológico, principal método e o mais amplamente utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero e para detecção das lesões precursoras (BRASIL, 2010). O exame preventivo é indolor, simples e rápido, é fundamental que a equipe de saúde oriente sobre a importância do exame, pois, sua realização periódica permite um diagnóstico precoce e maiores chances de sucesso contra o câncer de colo de útero (BRASIL, [s.d]). Cabe a equipe multidisciplinar realizar um acolhimento adequado, respeitando os anseios e buscando resolubilidade para o problema atual, porém, além disso, devem-se promover ações de esclarecimento e educação em saúde para que as mulheres tenham consciência da formação do processo saúde-doença e possam intervir sobre ela (SANTOS, 2017).

Justifica-se neste breve trabalho conscientizar sobre a prevenção de doenças, com cuidados diários, objetivando manter a qualidade de vida. Baseada nestas prerrogativas, a portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, que institui o Previne Brasil, programa do Ministério da Saúde, como novo modelo de repasse de recursos aos municípios baseado nas melhores evidências e experiências internacionais, como nos sistemas de saúde do Reino Unido e Canadá. O conjunto de indicadores do pagamento por desempenho a ser observado na atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP), para o ano de 2020, abrange as ações estratégicas de Saúde da Mulher, Pré-Natal, Saúde da Criança e Doenças Crônicas. Baseado nisso, objetiva-se, portanto, verificar o número de mulheres entre 25 a 60 anos que realizaram o exame preventivo nas unidades básicas de saúde de um determinado município do Meio Oeste de Santa Catarina.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo quali-quantitativo, baseado na análise de relatórios da secretaria municipal de saúde de um município do Meio Oeste do Estado de Santa Catarina, pelo sistema informatizado do municipal (WINSaúde), que são exportados mensalmente ao e-SUS. Os dados analisados são de setembro de 2019 a abril de 2020. Incluíram-se neste estudo os dados referentes a análise da realização do exame preventivo de câncer de colo uterino por mulheres entre 26 e 64 anos. As informações contidas foram digitadas, contemplando idade e número total de pacientes cadastradas na UBS. Por meio de tabelas, as informações do conjunto de mulheres foram categorizadas com a finalidade de se obter parâmetros da saúde feminina.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A prevenção do câncer de colo de útero pela realização do exame é uma das principais ações de cuidado à saúde da mulher. É fundamental para detectar lesões precocemente. A técnica de coleta adequada e no momento e condições oportunas garante uma melhor qualidade e fornece resultados mais confiáveis (BRASIL, 2016). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) preconiza que a cobertura desse exame alcance 80% das mulheres de 25 a 64 anos de idade, para o programa ser efetivo, e assim reduzir, em média, de 60 a 90% a incidência do câncer cervical invasivo (WHO, 2002).

O exame Papanicolaou deve ser oferecido às mulheres entre 25 e 65 anos e às que iniciaram a atividade sexual antes dessa faixa etária, devendo-se dar uma atenção especial para a faixa etária entre 45 e 50 anos (INCA, 2016). Após duas colheitas anuais de preventivo negativas, a periodicidade de realização do exame poderá ser trienal, permitindo identificar os casos nos quais possa ter ocorrido um resultado falso negativo (JORGE et al., 2011).

Ao analisarmos os dados da Tabela 1, no qual constam o número de mulheres e de exames preventivos do colo do útero realizados entre o mês de setembro de 2019 a abril de 2020, infere-se que as mulheres do grupo de 46 a 50 anos foram as que mais realizaram exames de preventivo, com uma frequência absoluta de 19,83%, ou seja, 1 entre 5 mulheres realizaram o preventivo nos meses referidos a coleta de dados, a população nessa faixa etária corresponde a 14% do total geral de mulheres cadastradas na UBS.

O pico de prevalência do câncer de colo de útero ocorre na faixa etária de 45 a 50 anos (INCA, 2020), ao analisarmos esta população, infere-se que os números totais de mulheres representam 26,5% do número total de mulheres cadastradas nesta UBS e, que a soma da frequência absoluta de realização do exame preventivo do câncer do colo de útero foi de 31,9%, ou seja, apenas 37 mulheres de 249 na mesma faixa etária, realizaram o exame nos últimos 7 meses.

**Tabela 1:** Análise descritiva da realização do exame preventivo do câncer de colo de útero em uma determinada UBS de um município do Meio Oeste de Santa Catarina

<b>Faixa Etária</b>	<b>Número de mulheres</b>	<b>Número de exames realizados</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Frequência absoluta (%)</b>
25 a 30 anos	181	18	0,16	15,52
31 a 35 anos	136	7	0,06	6,03
36 a 40 anos	125	18	0,16	15,52
41 a 45 anos	118	14	0,12	12,07
46 a 50 anos	131	23	0,20	19,83
51 a 55 anos	104	12	0,10	10,34
56 a 60 anos	99	21	0,18	18,10
61 a 64 anos	45	3	0,03	2,59
<b>Total</b>	<b>939</b>	<b>116</b>	<b>1,00</b>	<b>100</b>

O padrão predominante do rastreamento do câncer de colo de útero no Brasil é oportunístico, ou seja, as mulheres têm realizado o exame de Papanicolaou quando procuram os serviços de saúde por outras razões. Consequentemente, 20% a 25% dos exames têm sido realizados fora do grupo etário recomendado e aproximadamente metade deles com intervalo de um ano ou menos, quando o recomendado são três anos (BRASIL, 2016).

A realização periódica do exame citopatológico continua sendo a estratégia mais amplamente adotada para o rastreamento do câncer do colo do útero. Atingir alta cobertura da população definida como alvo é o componente mais importante no âmbito da atenção primária, para que se obtenha significativa redução da incidência e da mortalidade por câncer do colo do útero. Países com cobertura superior a 50% do exame citopatológico realizado a cada três a cinco anos apresentam taxas

inferiores a três mortes por 100 mil mulheres por ano e, para aqueles com cobertura superior a 70%, essa taxa é igual ou menor a duas mortes por 100 mil mulheres por ano. (BRASIL, 2016). Sendo assim, o Programa Previne Brasil tem como meta atingir 40% da população entre 25 e 64 anos.

## CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo poderão contribuir para um melhor planejamento acerca da busca ativa para realização do exame citopatológico, atendendo um dos propósitos do Programa Previne Brasil, no que concerne a prevenção do câncer de colo de útero. Portanto, ações como cartas e campanhas explicativas sobre o exame citopatológico e seus benefícios, além de maior distribuição de datas e horários flexíveis, campanhas de saúde e de conscientização são atitudes benéficas para maior cobertura da população alvo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a coordenação do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e aos professores Ana Paula G. Pinculini, Solange de Bortoli Beal, Talita Czekster, Dayane C. Borille e Hiago Bellaver pela ajuda e atenção na confecção deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Diretrizes Brasileiras para o rastreamento do câncer de colo de útero**. 2ed. Brasília, DF; 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Papanicolaou (exame preventivo de colo de útero)**. Biblioteca virtual em Saúde – BVMS; [s.d]. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2069-papanicolau-exame-preventivo-de-colo-de-uterio#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,cervicovaginal%20e%20colpocitologia%20onc%C3%B3ti%20cervical.>> Acesso em: 19 de jun.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos de Atenção Básica**: Saúde das Mulheres. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Ministério da Saúde, Brasília, DF; 2016b. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Rastreamento**. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Primária nº29. Ministério da Saúde, Brasília, DF; 2010.

DALMOLIN, Suelen Pizzolatto; DEXHEIMER, Geórgia Muccillo; DELVING, Luciana Knabben de Oliveira Becker. Mulheres com exames citopatológicos alterados: Avaliação do seguimento de acordo com as condutas preconizadas pelo Ministério da Saúde. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**: RBAC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 48, p. 235-239, abr. 2016.

DE SOUZA, Alda Rodrigues Duarte; DAS NEVES SANTOS, Flaviana; DOS SANTOS, Jirliane Martins. Competência Informacional do Enfermeiro na Promoção da Saúde: atuação na prevenção do câncer de colo do útero. **Ciência da Informação em Revista**, v. 1, n. 3, p. 41-51, 2014.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Controle do Câncer de Colo de útero**: Conceito e Magnitude. Ministério da Saúde. INCA. 2020. Disponível em: <[https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-utero/conceito-e-magnitude#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20do%20colo%20do%20%C3%BAtero%20%C3%A9%20raro%20em%20mulheres,conforme%20apresentado%20na%20figura%202.](https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-utero/conceito-e-magnitude#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20do%20colo%20do%20%C3%BAtero%20%C3%A9%20raro%20em%20mulheres,conforme%20apresentado%20na%20figura%202.>)> Acesso em: 17 jun.

JORGE, Roberta Jeane Bezerra et al. Exame Papanicolaou: sentimentos relatados por profissionais de enfermagem ao se submeterem a esse exame. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2443-2451, 2011.

SANTOS, C. F. DA S. **A importância do exame citopatológico do colo uterino na prevenção e diagnóstico precoce do câncer, na estratégia de saúde da família setor norte em Conceição do Araguaíapará - Pará**. Especialização em Saúde da Família Conceição do Araguaia - PA: Universidade Aberta do SUS - UNASUS, 2017.

WHO. World Health Organization. **National cancer control programmes**: policies and managerial guidelines. 2ed. World Health Organization, Genebra; 2002.

## COBERTURA DE EXAME CITOPATOLÓGICO, EM UMA UBS DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

Ana Paula G. Pinculini, [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)<sup>2</sup>

André Peluso Fezer, [andrefezer@hotmail.com](mailto:andrefezer@hotmail.com)<sup>1</sup>

Dayane C. Borille, [dayanecarla@uniarp.edu.br](mailto:dayanecarla@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

Gabriele Santos de Almeida, [gabrielealmeidacs@gmail.com](mailto:gabrielealmeidacs@gmail.com)<sup>1</sup>

Luiza Tauana Kuritza, [lutaiana@hotmail.com](mailto:lutaiana@hotmail.com)<sup>1</sup>

Solange De Bortoli Beal, [Solange.bortoli@uniarp.edu.br](mailto:Solange.bortoli@uniarp.edu.br)<sup>2</sup>

### RESUMO

O câncer do colo de útero pode acometer as mulheres em várias fases da vida, trazendo problemas sérios em sua saúde. O exame citopatológico usado principalmente para detecção de célula anormais no colo uterino, é um procedimento simples, rápido, que pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde com um profissional apto. Esse estudo objetivou analisar os dados relacionados ao exame Papanicolau efetuado em 8 meses em uma determinada UBS, para verificar se nessa área estudada a cobertura deste exame está satisfatório. Porém nosso estudo ficou limitado, pelo espaço de tempo não ter sido o ideal, por ter outros lugares para se fazer esse exame e pela recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em se fazer este a cada 3 anos, salvo exceções. Assim, ao analisar os dados obtidos percebeu uma baixa procura pelas mulheres cadastradas para realização do Papanicolau, essa baixa adesão pelo exame pode ter vários fatores como o desconhecimento da importância deste, por vergonha, falta de cuidado com a saúde, entre outros. Dessa forma, isso traz preocupações, pois a cobertura do exame citopatológico fica prejudicado sem conseguir alcançar o nível satisfatório proposto, consequentemente o diagnóstico de câncer do colo de útero fica cada vez mais tardio.

**Palavras-chave:** Papanicolau, exame, câncer, colo do útero, saúde da mulher, esfregaço vaginal.

### INTRODUÇÃO

O exame citopatológico é mais apropriado, mais fácil e possui baixo custo para a prevenção do câncer cervical. É analisado através de um esfregaço no colo uterino, com a coleta de células do epitélio, auxiliando para um adiantamento do diagnóstico e na diminuição de mortalidade referente ao câncer do colo de útero. Quando o diagnóstico é na etapa inicial da doença é suscetível a precaução e recuperação. Antecipar a precaução e a descoberta do câncer, ligado ao entendimento de seu perigo diminui da sua letalidade e seu choque na saúde pública (ZERLOTTI, et al, 2018).

O Brasil é um país que possui uma elevação na ocorrência de câncer do colo de útero com perigo considerado de 17 casos por 100 mil mulheres. Apesar de as informações serem alarmantes, enfermidades que acometem o colo uterino da mulher podem ser identificadas por meio do exame citopatológico, após raspagem do colo ou biópsia se houver algum tecido com lesão, que podem apontar modificação celulares possivelmente de contaminação pelo HPV (ZERLOTTI, et al, 2018).

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

<sup>2</sup>Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Por essa doença ser de progresso demorado, cerca de 10 anos para progredir, o Ministério da Saúde (2011) opta pela execução da análise do citopatológico cervical, em mulheres com idade acima de 25 anos (ou que já tenham começado a vida sexual) até os 64 anos, idade designada de público alvo para a investigação desta patologia. No ano de 2011 foi divulgado no Brasil o Plano de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, englobando o câncer do colo de útero. Os propósitos desse Plano estão desde garantir o alcance do exame citopatológico até a terapêutica das lesões (MOREIRA, et al, 2017).

O exame Papanicolaou é visto como adequado e eficiente, porém seu alcance ainda se torna insatisfatório, devido à variedade de causas, como religião, emoções, comportamentos, baixa renda e acesso. Nessa circunstância, a constatação da ação socioeconômica e cultura na percepção da importância do exame para precaução do Câncer do colo de útero e de sua acessibilidade na Atenção Básica à Saúde. (NASCIMENTO, et al, 2016)

A Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, estabelece o Programa Previne Brasil, este traça um total de 7 indicadores de pagamento por desempenho à Atenção Básica. Um desses indicadores diz respeito a cobertura do exame citopatológico pelas unidades básicas de saúde. Diante disso, justifica-se o olhar voltado para a situação atual do município, especificamente do bairro de atuação do grupo de estudo. Tendo como objetivo deste trabalho a análise dos números de coletas em mulheres para o exame citopatológico.

## OBJETIVOS

Analisar o número de coletas de exame citopatológicos realizado em mulheres em idade entre 24 a 69 anos em uma unidade básica de saúde. Ainda comparar o número de mulheres cadastradas na unidade básica de saúde com o número de coletas de exames citopatológicos realizados na unidade e relacionar os exames coletados na unidade de saúde com a idade da realização.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa no qual utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar informações para o determinado estudo. Foram levantados os dados nos relatórios da secretaria de saúde municipal de saúde (SMS) de um município localizado na região meio oeste do Estado de Santa Catarina sobre o número de mulheres na faixa etária de 24 a 69 anos de idade cadastradas nas unidades de saúde, que realizaram a coleta de exame citopatológico, recomendada pelo ministério da saúde que serve para prevenir riscos de doenças de maior letalidade como por exemplo o câncer de colo de útero. A pesquisa foi realizada a partir de dados fornecidos pelo sistema informatizado do município que exporta os dados mensalmente ao e-SUS. Os dados coletados dos meses de setembro de 2019 a abril de 2020 foram analisados por estatística descritiva simples.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados referente ao exame citopatológico em uma determinada Unidade Básica de Saúde, foi identificada uma discrepância nos resultados, os quais

trouxeram vários questionamentos para o nosso estudo. São 966 mulheres cadastradas nessa Unidade, e em aproximadamente 8 meses apenas 64 mulheres dentro da faixa etária de 24 anos a 69 anos realizaram esse procedimento, o que totaliza cerca de 7%. Diante desse fato, pode-se salientar dois cenários no que tange a responsabilidade do paciente, nota-se uma falta de interesse nas mulheres que frequentam a UBS e/ou até mesmo o desconhecimento sobre a importância desse exame na saúde da mulher.

Na faixa etária estabelecida para o estudo, nota-se que mulheres mais jovens, mesmo tendo mais acesso às informações sobre a importância da prevenção ficam a baixo em relação a mulheres mais velhas. A falta de adesão ao exame citopatológico por essas mulheres pode se correlacionar com descuido com a saúde, a falta de tempo, vergonha, falta de instruções sobre como funciona esse exame, entre outras. Esse fato faz com que haja uma falha no sistema de saúde, pois o rastreamento do câncer do colo de útero nessas mulheres não é tão eficaz.

Ademais, mesmo que os dados sejam apenas referentes a coletas durante 8 meses, já se evidencia a baixa adesão do exame pelas mulheres cadastradas na Unidade Básica referida ao estudo. Dessa forma, percebe-se que a baixa procura pelo procedimento é uma forma de mascarar e impossibilitar o rastreamento de doenças, como o câncer, por exemplo, que é uma doença muito agressiva e que pode e deve ser prevenido.

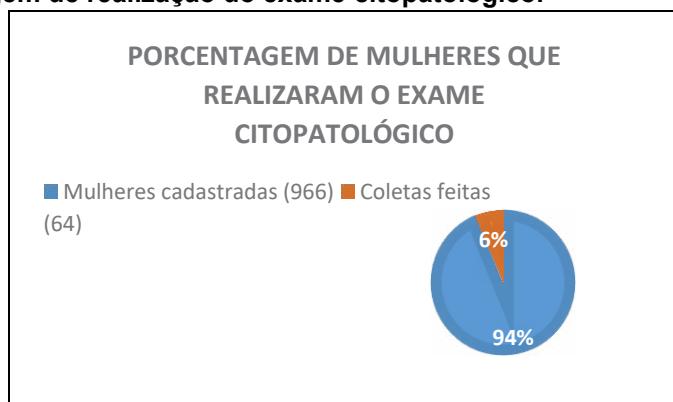
**TABELA 1. Dados das mulheres cadastradas e coletas realizadas**

IDADES	MULHERES CADASTRADAS	COLETAS REALIZADAS
24-34 ANOS	284	11
35-44 ANOS	240	19
45-54 ANOS	210	12
55-64 ANOS	178	13
65-69 ANOS	54	5

Fonte: Os autores (2020)

A tabela 1 representa uma quantidade de mulheres cadastradas das respectivas idades em uma faixa de 24 a 69 anos, e quantos exames citopatológico cada grupo realizou. O grupo de idade entre 35 e 44 anos, foi o que mais exames realizou, com 19 testes. Já a faixa etária dos 65 a 69 anos realizou apenas 5 testes.

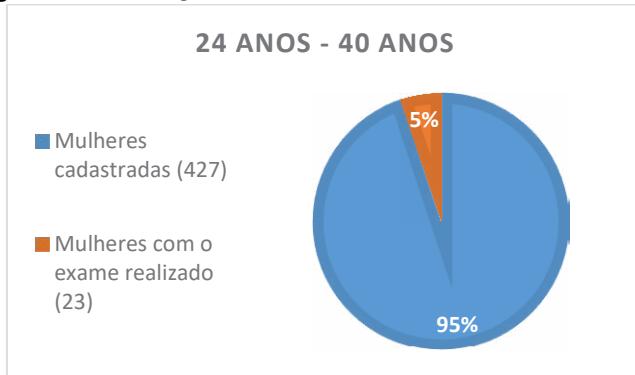
**Gráfico 1. Porcentagem de realização do exame citopatológico.**



Fonte: Os autores (2020)

O gráfico 1 revela que 966 mulheres foram cadastradas no sistema durante o período de 8 meses, porém apenas 64 delas realizaram o exame preventivo de colo uterino de acordo com os dados obtidos, totalizando apenas 6%. As 902 mulheres que não realizaram o preventivo correspondem a 94%. Ou seja, nota-se que a porcentagem de mulheres que realizaram o preventivo é baixa, evidenciando uma baixa adesão ao exame e, consequentemente, maior propensão de contrair doenças uterinas.

**Gráfico 2. Porcentagem de realização entre 24 anos a 40 anos.**



Fonte: Os autores (2020)

No gráfico 2, estão contidos os dados referentes ao número de mulheres cadastradas com idades entre 24 e 40 anos. Ressalta-se que apenas 23 (aproximadamente 5%) mulheres de um total de 427 realizaram o exame. Certamente esse número deveria ser mais elevado, haja vista que se deve começar o rastreamento de neoplasias por meio das coletas de preventivos a partir do início das relações sexuais.

**Gráfico 3. Porcentagem de realização entre 41 anos a 69 anos.**



Fonte: Os autores (2020)

A análise do gráfico 3 mostra a quantidade de mulheres entre as idades de 41 e 69 anos, totalizando 539 mulheres. Evidencia que 41 mulheres realizaram o exame citopatológico, correspondente a 7%, ou seja, pode-se notar uma quantidade maior de mulheres submetidas ao exame em relação ao gráfico 2. Ademais, juntamente com o

aumento considerável da mortalidade relacionada a neoplasias uterinas a partir dos 40 anos de idade, leva-se em conta o início da menopausa, o que pode gerar uma consciência e autocuidado maior na mulher no que tange a realização de exames preventivos.

## CONCLUSÃO

Portanto, ao analisar os dados obtidos por 8 meses nessa Unidade Básica de Saúde nossa pesquisa ficou limitada. Pois não foi levado em consideração alguns fatores que podem influenciar no resultado do trabalho. Como por exemplo, a realização do exame em três anos, realização a partir de dois exames feitos com intervalo de 1 ano sem alterações. Essa repetição em um ano após o primeiro teste tem como objetivo reduzir a possibilidade de um resultado falso-negativo na primeira rodada do rastreamento, que tem como fundamento a recomendação da OMS (Organização Mundial da Saúde) e as diretrizes de vários países com programa de rastreamento organizado. (INCA, 2002). Também existem outros lugares que essas mulheres cadastradas nessa unidade podem ter feito a coleta, como clínicas particulares e na Rede Feminina de Apoio do Município. Contudo, mesmo com a influência desses fatores, ainda a taxa de cobertura do exame nas mulheres cadastradas foi abaixo do esperado. Dessa forma, o rastreamento do câncer nessa área fica prejudicado.

A OMS ainda ressalta que a cobertura exemplar do grupo-alvo é de, no mínimo, 80% e a garantia de diagnóstico e tratamento correto dos casos alterados, é executável reduzir, em média, de 60 a 90% a ocorrência de câncer de colo de útero. (INCA, 2002).

## REFERÊNCIAS

DO INCA, NORMAS E. RECOMENDAÇÕES. Periodicidade de realização do exame preventivo do câncer do colo do útero. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 48, n. 1, p. 13-15, 2002.

DO NASCIMENTO CARVALHO, Igho Leonardo et al. Exame citopatológico: compreensão de mulheres rurais acerca da finalidade e do acesso. **Rev Rene**, v. 17, n. 5, p. 610-617, 2016.

MOREIRA, Tatiane Rafaelle et al. Perfil das mulheres usuárias do SUS com lesões intraepiteliais em um município do oeste do Paraná. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 21, n. 3, 2017.

RIBEIRO, Janara Caroline; ANDRADE, Selma Regina de. Vigilância em saúde e a cobertura de exame citopatológico do colo do útero: revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, n. 4, 2016.

ZERLOTTI, Lais Barbosa et al. Epidemiologia de exames e mortalidade presuntivos à infecção pelo papiloma vírus humano. **RBAC**, v. 50, n. 2, p. 124-9, 2018.

**PERCENTUAL DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL  
AFERIDA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019 ATÉ O MÊS DE ABRIL DE 2020 EM  
UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE  
CATARINENSE**

Ana Paula Pinculini [anapaulapinculini@hotmail.com](mailto:anapaulapinculini@hotmail.com)

Kendra Cavassola [kendracavassola@gmail.com](mailto:kendracavassola@gmail.com)

Luís Gustavo Marcolin de Souza [lgmarcolin@gmail.com](mailto:lgmarcolin@gmail.com)

Luiz Carlos Gomes Pereira [luiz.carlos\\_gomes789@hotmail.com](mailto:luiz.carlos_gomes789@hotmail.com)

Solange Beal Solange.bortoli@uniarp.edu.br

Talita Czekster [talita.czekster@uniar.edu.br](mailto:talita.czekster@uniar.edu.br)

## Resumo

A hipertensão arterial (HAS) é a elevação nos níveis de pressão sanguínea nas artérias, sendo uma das patologias mais presentes na população brasileira e mundial. O presente trabalho busca avaliar o número de hipertensos e a eficácia do acompanhamento das pessoas hipertensas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município do meio oeste catarinense. Durante a seleção de informações para a realização do estudo, verificou-se que a UBS utilizada para o estudo possui uma população adscrita de 2756 pessoas, estando dentro dos parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde. Dentre esses habitantes, 411 possuem o diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica (HAS). Entre esses usuários com HAS, 403 tiveram atendimentos prestados pelos profissionais da UBS pelo menos uma vez durante o período compreendido entre primeiro de setembro de dois mil e dezenove e trinta de abril de dois mil e vinte. Desta forma, é possível concluir que 98,05% dos hipertensos deste território foram atendidos pelo menos uma vez durante o período de oito meses, assim, demonstrando que as estratégias implantadas e desenvolvidas por esse estabelecimento de saúde estão sendo eficazes na captação e acompanhamento dos usuários portadores de doença hipertensiva.

**Palavras- chaves:** Hipertensão Arterial, Pressão Arterial, UBS, população.

## INTRODUÇÃO

Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a hipertensão arterial (HAS) é a condição clínica multifatorial caracterizada por elevação sustentada dos níveis pressóricos  $\geq 140$  e/ou  $90$  mmHg. No Brasil, a maior taxa de mortalidade é devido a doenças de origem cardiovascular, dentre essas, a HAS é uma das patologias que mais desencadeia complicações (MALACHIAS, 2016).

Os distúrbios da HAS afetam basicamente dois elementos, os vasos sanguíneos e o coração. As principais doenças ocasionadas são lesões vasculares, sendo a principal a aterosclerose, patogenia vascular mais incriminada nos eventos cardiovasculares que conferem morbidade e mortalidade a população. Além disso,

cardiopatia hipertensiva (hipertrofia ventricular esquerda, disfunção diastólica, cardiopatia dilatada – disfunção sistólica e doença coronariana), doença cerebrovascular, nefropatia e retinopatia hipertensiva, são outros desfechos circulatórios (NOBRE, 2010).

As Diretrizes Brasileiras de Hipertensão VI (2016) conceituam HAS como "uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial (PA). Associa-se frequentemente a alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo (coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos) e a alterações metabólicas, com consequente aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais e não-fatais".

Dados preliminares do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, também mostram que, em 2017, o Brasil registrou 141.878 mortes devido a hipertensão ou a causas atribuíveis a ela. Esse número revela uma realidade preocupante: todos os dias 388,7 pessoas se tornam vítimas fatais da doença, o que significa 16,2 óbitos a cada hora. Grande parte dessas mortes é evitável e 37% dessas mortes são precoces, ou seja, em pessoas com menos de 70 anos de idade. (Ministério da Saúde, 2019).

Os fatores de risco associado a HAS, são de extrema importância para o desenvolvimento da doença. Sendo eles: a idade, com mais prevalência da doença em idosos, em mulheres e pessoas de cor/raça negra, a obesidade associada com o sedentarismo também é um fator importante, pois a hipertensão arterial é mais prevalente em pessoas com o IMC acima de 25 kg/m<sup>2</sup>. Além disso, o fator nutricional é um dos pilares para a manutenção de uma PA que não cause efeitos danosos no organismo, sendo o sódio, quando em excesso, o principal mineral associado ao aumento da pressão arterial (MALACHIAS, 2016).

Cabe destacar que no Brasil, o álcool é uma substância bastante presente no cotidiano das pessoas, porém esse quando ingerido em excesso e consumido por longo período é um dos agravantes da HAS. Além do mais, os fatores genéticos e socioeconômicos também interferem no aparecimento da doença (MALACHIAS, 2016).

A portaria 2.979 de 12 de novembro de 2019 tem como objetivo além de estabelecer um novo modelo de financiamento da atenção primária, implementar ações estratégicas que atendam às necessidades e prioridades em saúde, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômicas e espacial do país. Diante disso, a portaria implementa 7 indicadores de saúde que buscam avaliar a situação da saúde da população, sendo uma delas a proporção de pacientes hipertensos que realizaram o controle pressórico durante o semestre, justificando o presente trabalho a partir da busca da eficácia deste indicador (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

## 1 OBJETIVOS

Devido ao grande número de pessoas hipertensas no Brasil e as várias complicações desencadeadas, muitas vezes, por um controle ineficaz, o presente estudo busca avaliar tanto o número de hipertensos na área de abrangência da UBS, quanto avaliar a eficácia das ações do SUS na assistência dos pacientes portadores dessa doença crônica através da frequência com que realizam a aferição da HAS.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo quantitativo, com foco em hipertensos cadastrados em uma unidade de saúde de um município do meio oeste catarinense. Onde se realizou a verificação de relatórios do sistema informatizado de um município, que alimenta mensalmente o sistema e-SUS, com o intuito de identificar o percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida entre setembro de 2019 a abril de 2020.

## RESULTADOS

Constata-se que a população adscrita da UBS é de 2.756 pessoas. Entre todos esses habitantes pertencentes a área de abrangência da UBS, 411 possuem o diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica (HAS) e estão cadastrados na UBS.

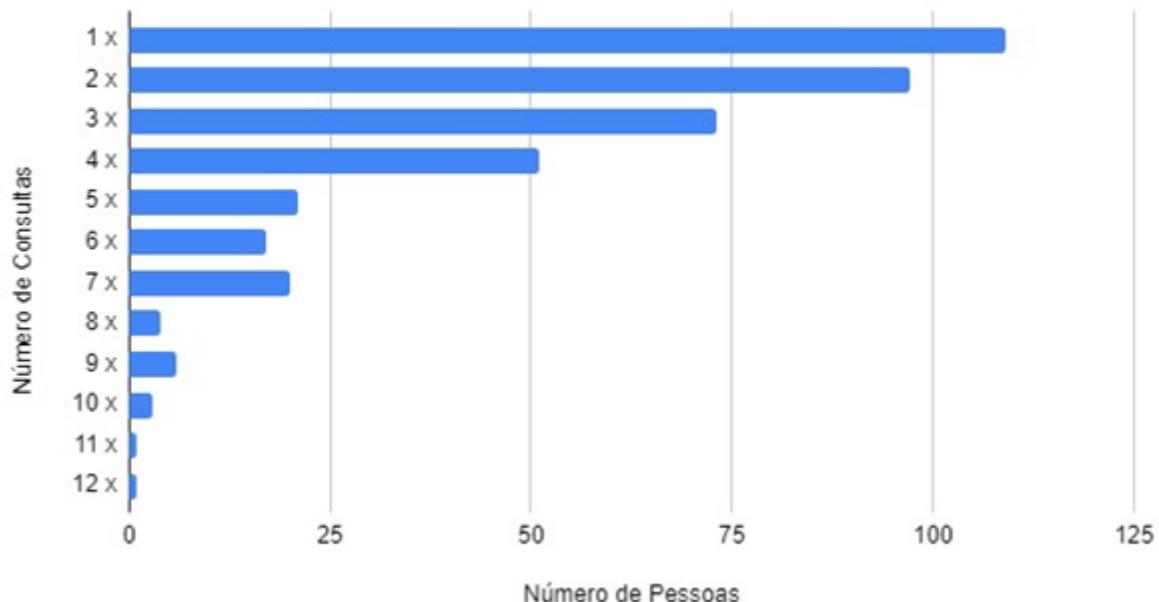
Durante o período de 01/09/2019 à 30/04/2020 foram realizadas 1.309 aferições de PA em hipertensos da UBS, sendo que, 1.251 dessas aferições foram realizadas no ambiente da UBS e 58 em visitas domiciliares.

Pode-se observar ainda que dos 1.309 atendimentos de aferição de pressão arterial, 1.210 também passaram por consulta pro profissional de saúde, desta forma, podemos concluir que em apenas 99 casos houve apenas a aferição da pressão arterial, sem que o paciente tivesse realizado consulta médica.

**Gráfico demonstrando o número de hipertensos que foram atendidos durante o período de 01/09/2019 á 30/04/2020 e o número de consultas prestadas**

**Gráfico 1. Frequência de consultas médicas em hipertensos.**

Número de Pessoas versus Número de Consultas

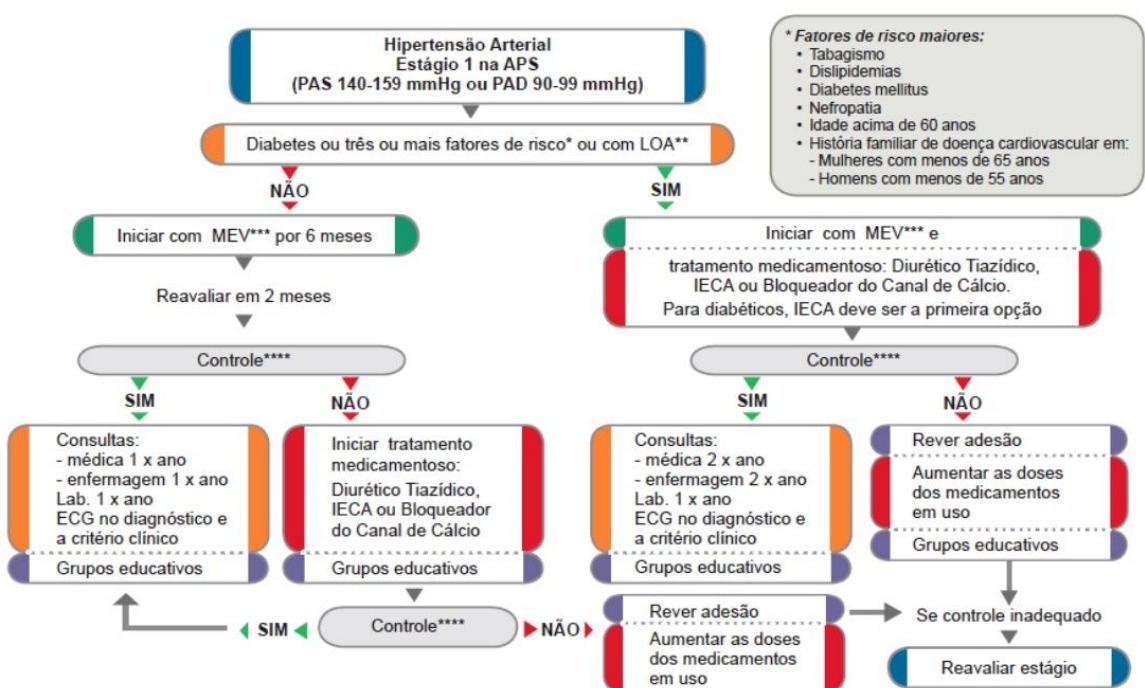


**FONTE: Os autores (2020)**

Ao analisar-se o gráfico á cima, nota-se que 403 pacientes tiveram consultas prestadas pelos profissionais da UBS pelo menos uma vez durante o período estudado. Desses praticamente 1/4 foi atendido em consulta somente uma vez nesse período e apenas 15 hipertensos consultaram com uma frequência média de uma vez ou mais por mês.

Através disso, recomenda-se novos estudos que sejam capazes de avaliar a eficaz do controle da PA nesses pacientes, pois segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, o número de consultas é de acordo com controle da pressão. Segue a baixo, fluxograma de como deve ocorrer as consultas.

### Recomendação de consultas para hipertensos, segundo o Ministério da Saúde:



### CONCLUSÃO

Os dados obtidos demonstram que a população hipertensa, a qual pertence ao território da UBS está sendo assistida pelos profissionais, pois, durante o período de 8 meses apenas 8 pessoas com diagnóstico de HAS não foram atendidas em consultas pelo menos 1 vez. Ainda, esses 8 pacientes que não passaram por consulta, podem ter passado por procedimentos de aferição da pressão (esse dado não foi possível levantar). Certamente essas informações são de extrema importância para acompanhar e criar novas estratégias de cuidado a pessoas hipertensas, porém, não trazem conclusões sólidas sem o cruzamento com dados que demonstrem como está o controle da PA de cada paciente e se o número de consultas está de acordo para cada caso.

De acordo com o exposto, ressalta - se a importância de médicos da família realizarem de forma correta a abordagem do paciente, pois, segundo as recomendações do Ministério da Saúde, o número de consultas que o paciente com HAS precisa realizar é de acordo com os seus fatores de riscos, ou seja, analisar o

paciente com integralidade é fundamental parar conseguir com êxito o controle da HAS nos pacientes.

O programa Previne Brasil, estabelece como meta a aferição de PA em pelo menos 50% dos pacientes com HAS, á cada semestre. Desta forma, pode se observar que 98,05 % dos hipertensos da unidade tiveram a PA aferida durante o período de 8 meses, um número bem expressivo em comparação aos objetivos do novo financiamento.

Sendo assim, recomenda-se novos estudos para avaliar a eficácia das ações no controle dos valores da pressão arterial nessas pessoas e desta forma em conjunto estabelecer o nível de efetividade das ações.

## **Limitações**

É preciso considerar algumas limitações do estudo, visto que, a coleta dos dados precisou ser realizada por fonte secundária pelo fato de não haver possibilidade de estágios na UBS, devido a pandemia do Covid-19.

## **Recomendações de estudo**

Sugere-se que mais estudos na área sejam realizados.

## **Referências bibliográficas**

CUNHA, Cláudio L. Pereira da. Influência da Atividade Física na Hipertensão Arterial em Trabalhadores. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 114, n. 5, p. 762-763, May 2020 .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Hipertensão é diagnosticada em 24,7% da população, segundo a pesquisa Vigitel. BRASIL, 2019. [INTERNET]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45446-no-brasil-388-pessoas-morrem-por-dia-por-hipertensao#:~:text=Dados%20preliminares%20do%20Sistema%20de,a%20causas%20atribu%C3%ADveis%20a%20ela>. Acessado dia: 02 de junho de2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Superintendência de Atenção Primária. Guia de Referência Rápida: Hipertensão- Manejo Clínico da Hipertensão em adultos (versão profissional) adaptado de NICE (NationalInstitute for Health anClinicalExcellence, NHS- Reino Unido) / Rio de Janeiro: SMSDC, 2013. <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4446958/4111924/GuiaHA.pdf>

MALACHIAS, Marcus Vinícius Bolívar et al. 7<sup>a</sup> Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1-Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 107, n. 3, p. 1-6, 2016.

NOBRE, Fernando et al. VI Diretrizes brasileiras de hipertensão. *ArqBrasCardiol*, v. 95, n. 1, p. 1-51, 2010.

### **Instituições financiadoras**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, campus Caçador.

### **Agradecimentos**

Agrademos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ao curso de graduação de medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de Caçador-SC

## ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL

Maria Eduarda Kleis, [mariaeduardakleis@hotmail.com](mailto:mariaeduardakleis@hotmail.com)

### RESUMO

A sífilis é uma doença infectocontagiosa sistêmica causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que tem como vias de transmissão a sexual e vertical. É uma IST de grande relevância, que possui estágios da doença, sendo a sífilis secundária e terciária as formas mais graves da doença que se não tratada pode levar a morte, uma vez que, pode afetar diretamente o desenvolvimento de um feto, já que na transmissão vertical a infecção ultrapassa a barreira placentária e atinge o feto, podendo ocorrer em qualquer estágio clínico da doença da mãe e em qualquer momento da gravidez. A transmissão via mãe para feto é de grande relevância em questões de mortalidade dos nascidos, uma vez que, a sífilis congênita gera graves consequências ao RN, como: aborto espontâneo, baixo peso ao nascer, prematuridade e morte neonatal precoce. O quadro clínico da sífilis congênita varia de acordo a alguns fatores, como: a exposição fetal a bactéria, a virulência e o curso do tratamento da infecção materna. Este estudo temporal realizou uma revisão de literatura sobre os casos de sífilis em gestantes no país por meio de pesquisa aplicada na Biblioteca Virtual em Saúde. Trata-se de uma pesquisa básica e qualitativa em que os dados foram analisados e descritos a partir das conclusões tiradas. Contudo, nos últimos anos, as notificações de sífilis no Brasil aumentaram de maneira significativa, fato que pode ser explicado pela redução no uso de preservativos pela população, baixa adesão ao pré-natal e o aprimoramento do sistema de vigilância, além do aumento da realização de testes rápidos na Atenção Básica.

**Palavras-chave:** IST. *Treponema pallidum*. Parturientes. Prevalência. Agravos.

### INTRODUÇÃO

A sífilis é uma IST de grande relevância, que possui estágios da doença, sendo a sífilis secundária e terciária as formas mais graves que se não tratada pode levar a morte, além de que, pode afetar diretamente o desenvolvimento de um feto, pois uma das formas de contaminação é a via vertical, em que a infecção ultrapassa a barreira placentária e atinge o feto, podendo ocorrer em qualquer estágio clínico da doença da mãe e em qualquer momento da gravidez. A sífilis primária se caracteriza pelo surgimento do cancro duro, que pode evoluir para sífilis secundária caso não seja tratada. Na fase secundária, os sintomas aparecem de quatro a dez dias posteriormente o surgimento do cancro primário, pela dispersão da bactéria no sistema linfático e sanguíneo, podendo evoluir para sífilis latente, com ausência de manifestações. Já na sífilis terciária, a infecção acomete pele e mucosas podendo provocar lesões no sistema nervoso e cardiovascular, ocorrendo nessa fase, a formação do granuloma destrutivo (RAMOS et al. 2018).

De acordo com a OMS, 12 milhões de pessoas por ano são infectadas com o *Treponema pallidum*, e um milhão de gestantes por ano apresentam sorologia

positiva para a infecção, ocasionando 300 mil mortes fetais, além de outros problemas, como prematuridade e baixo peso ao nascer (HOLZTRATTNER, LINCH, PAZ, GOUVEIA E COELHO, 2019).

O quadro clínico da sífilis congênita varia de acordo a alguns fatores, como: a exposição fetal a bactéria, a virulência e o curso do tratamento da infecção materna. Nos últimos anos as notificações de sífilis no Brasil aumentaram de maneira significativa, fato que pode ser explicado pela redução no uso de preservativos pela população e o aprimoramento do sistema de vigilância, além do aumento da realização de testes rápidos na Atenção Básica, caracterizando a sífilis como uma doença reemergente, necessitando de rastreamento e tratamento em tempo hábil a fim de conter a infecção (LAFETÁ et al., 2014).

O elevado índice de gestantes portadoras de sífilis revela a importância da detecção precoce da doença e o tratamento adequado, mesmo que os modos de prevenção e o tratamento sejam conhecidos o controle da doença ainda é um grande desafio da saúde pública, o que se justifica pela baixa adesão ao pré-natal e uso de preservativos (LAFETÁ et al., 2014). , além do que, as mulheres mais atingidas pela doença são as que possuem baixa instrução e nível socioeconômico reduzido, sendo que esse agravo contudo ainda está relacionado as desigualdades sociais e regionais no país (CUNHA; MERCHAN-HAMANN, 2015).

Objetivou-se nesta pequena revisão elucidar os motivos do aumento dos números de sífilis em gestantes no país e apontar para as características que estão envolvidas nessa questão.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão de literatura sobre a prevalência dos casos de sífilis em gestantes. A pesquisa de bibliografia deu-se com publicações científicas dos últimos cinco anos, publicadas em bases de dados científicos como Scielo, e também dados estatísticos do Ministério da Saúde, sendo considerados artigos e literaturas oficiais publicadas em língua portuguesa.

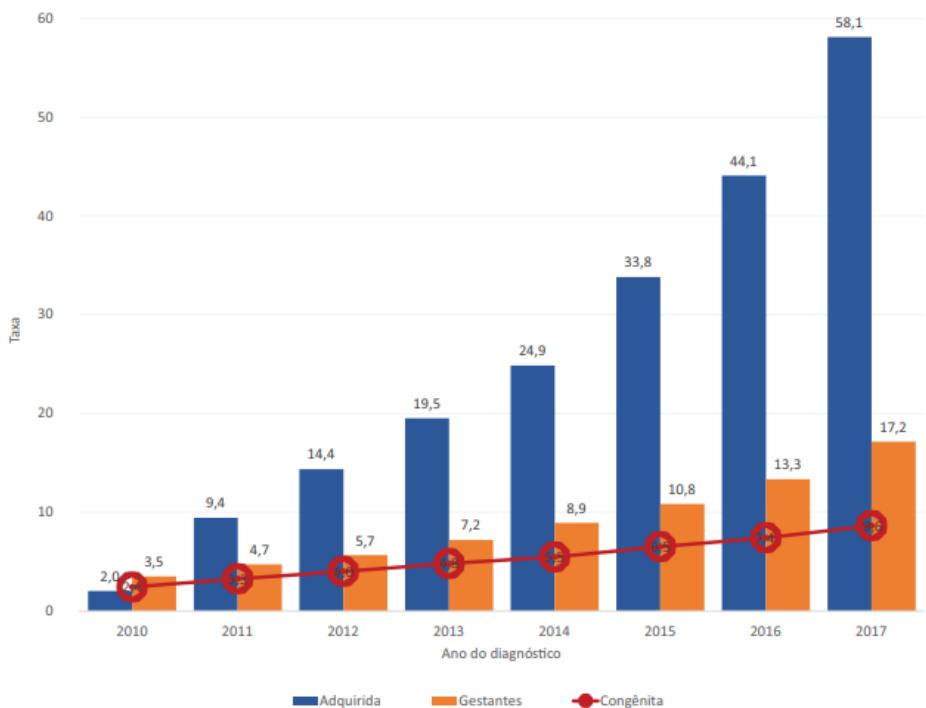
Incluiu-se neste estudo literaturas que faziam menção aos casos de gestantes portadoras de sífilis, sífilis congênita e as razões pelas quais existe o aumento no número de casos de sífilis, excluindo todas as literaturas que não se enquadram nos quesitos citados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados estão expressos na figura 1 e mostram os casos notificados de sífilis no território nacional.

De acordo com a figura 1, percebe-se um aumento significativo em relação a gestantes com sífilis e sífilis congênita, fato que apresenta a necessidade de melhora na assistência ao pré-natal (RAMOS et al., 2018). A principal forma de se estabelecer o diagnóstico da sífilis, de acordo com o Ministério da Saúde, é a realização de testes sorológicos, sendo o VDRL o principal teste não treponêmico utilizado, pois segundo Ramos et al. (2018), a infecção se apresenta assintomática na gestação, justificando a necessidade do seu rastreio sorológico.

**Figura 1-** Taxa de detecção de sífilis adquirida, taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita, segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2017.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2018.

#### **Fonte: Sistema de informação de Agravos de Notificação (Sinan)**

Contudo, de acordo com o estudo de Ramos *et al.* (2018), a estimativa de sífilis congênita no Brasil é de 12 mil recém-nascidos portadores da doença a cada ano, não apresentando diferenças quando comparado às regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste, deste modo a difusão vertical da doença ainda se mantém constante, tendo como explicação uma qualidade reduzida na atenção pré-natal. Além do mais, segundo Cardoso *et al.* (2016) a idade das gestantes também é um fator preocupante, visto que 85% são jovens, entre 15 e 20 anos de idade.

A baixa adesão ao pré-natal e tratamento adequado são fatores que culminam para o crescente número de casos no país, todavia, o tratamento com penicilina é muito eficaz no combate à sífilis, porém, muitos parceiros não são tratados, favorecendo a reinfecção materna e possível desenvolvimento de sífilis congênita pelo feto, pelo fato de que o sexo masculino é o mais acometido pela doença. (CARDOSO *et al.*, 2016).

Estima-se que 250.000 casos de sífilis congênita ocorram na América Latina por ano, e no Brasil, o aumento no número de casos de sífilis gestacional e congênita é de grande preocupação, tanto que, há alguns anos o Ministério da Saúde incluiu essas doenças no quadro de doenças de notificação compulsória para ter maior conhecimento da situação da doença no país e implantou também a Rede Cegonha que tem como intuito cuidar da assistência pré-natal, da mãe e da criança. Porém, apesar da cobertura de pré-natal no Brasil ser superior a 90%, a qualidade da assistência à gestante está abaixo das necessidades.

De acordo com estudo de Cardoso *et al.* (2016), no Brasil, entre os anos de 2005 e 2014, foram notificados 100.790 casos de sífilis gestacional e 104.853 de sífilis congênita o que aponta para um problema na assistência pré-natal e falta de instrução materna, além de tratamento inadequado de parceiros em alguns estados

do Brasil e elevada incidência em adolescentes fato que culmina para uma falta de planejamento e baixa adesão ao pré-natal.

## CONCLUSÃO

Com base na presente revisão, observa-se que o amento dos casos de sífilis em gestantes, em sua grande maioria, ocorrem devido a uma assistência pré-natal inadequada, uma vez que, o número de casos de gestantes portadoras de sífilis diminui à medida que as consultas do pré-natal são realizadas, isso pelo fato de ter o diagnóstico precoce e início do tratamento adequado. Todavia, as mulheres que são mais acometidas com sífilis são as que possuem nível socioeconômico mais baixo, e consequentemente, menos instrução em relação à prevenção, por isso, o número de casos de sífilis em gestantes é uma crescente no país.

Contudo, percebe-se que há uma necessidade de melhora na estrutura do pré-natal para receber essas gestantes e incluir educação sexual nas escolas do país como uma maneira de prevenção de ISTs e gravidez precoce.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. INDICADORES E DADOS BÁSICOS DA SÍFILIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. 2019. Disponível em: <http://indicadoressimilis.aids.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2020.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: Sífilis 2018.** 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/part/Downloads/boletim\\_similis\\_04122018.pdf](file:///C:/Users/part/Downloads/boletim_similis_04122018.pdf). Acesso em: 01 maio 2020.

CUNHA, Alessandro Ricardo Caruso da; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Sífilis em parturientes no Brasil: prevalência e fatores associados, 2010 a 2011. 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpss/2015.v38n6/479-486/>. Acesso em: 01 maio 2020.

CARDOSO, Ana Rita Paulo *et al.* Análise dos casos de sífilis gestacional e congênita nos anos de 2008 a 2010 em Fortaleza, Ceará, Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n2/1413-8123-csc-23-02-0563.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

HOLZTRATTNER, Jéssica Strube; LINCH, Graciele Fernanda da Costa; PAZ, Adriana Aparecida; GOUVEIA, Helga Geremias; COELHO, Débora Fernandes. SÍFILIS CONGÊNITA: REALIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL E TRATAMENTO DA GESTANTE E DE SEU PARCEIRO. 2019. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/ce/v24/1414-8536-ce-24-e59316.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

LAFETÁ, Kátia Regina Gandra *et al.* Sífilis materna e congênita, subnotificação e difícil controle. 2014. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rbepid/2016.v19n1/63-74/>. Acesso em: 13 jun. 2020.



RAMOS, Michelli Gouveia *et al.* PREVALÊNCIA DA SÍFILIS GESTACIONAL E CONGÊNITA NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - PR. 2018. Disponível em: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/02/970791/12\\_6695-michelli-ramos\\_port\\_norm.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/02/970791/12_6695-michelli-ramos_port_norm.pdf). Acesso em: 01 maio 2020.

## UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Luiza Santos e Silva, [luizasantosesilva1@gmail.com](mailto:luizasantosesilva1@gmail.com)  
Renan Lucas Carminatti Valsoler, [renanlucascarminatti@hotmail.com](mailto:renanlucascarminatti@hotmail.com)  
Tyfani Miréia Stortti, [tyfani29@gmail.com](mailto:tyfani29@gmail.com)

### RESUMO

A depressão é caracterizada pelo desequilíbrio na bioquímica do cérebro, devido à diminuição de neurotransmissores relacionados à sensação de bem-estar como a serotonina, e pode ser tratada com o uso de medicamentos tradicionais e terapias alternativas. As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são métodos terapêuticos disponíveis no SUS, ao exemplo da homeopatia, acupuntura e meditação, que utilizam terapias embasadas em conhecimentos tradicionais, objetivando principalmente prevenir algumas doenças, como a depressão. Objetivou-se nesta revisão apresentar qualitativamente os principais resultados da utilização das PICS para tratar a depressão, por meio de pesquisas em bases de dados científicos em maio e junho de 2020. Também visa-se a disseminação de informações objetivas e claras sobre o tema, facilitando o entendimento da sociedade no tocante à tratamentos não medicamentosos no tratamento da depressão, promovendo, desta forma, melhores conhecimentos relacionados à tratamentos para depressão. A acupuntura tem se mostrado eficaz, entretanto ainda são necessários dados com melhores e maiores embasamentos para melhor comprovação. A meditação pode ser utilizada em quadros de depressão leve e associada à farmacologia em casos moderados e graves, porém necessita-se de mais estudos para melhor comprovação. A homeopatia apresenta eficácia afirmada em um estudo de caso individualizado com homeopático a base de *Platinum Metallicum*.

**Palavras-chave:** Homeopatia. Meditação. Acupuntura. Sistema Único de Saúde.

### INTRODUÇÃO

A depressão apresenta diversos tipos de tratamentos, porém, muitos não são totalmente efetivos, visto que, não abrangem toda a realidade do paciente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2017, 322 milhões de pessoas no mundo sofrem com depressão.

Um dos métodos para tratar a depressão é o uso das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), que utilizam apenas recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais. O número de profissionais qualificados nessa área é crescente, gerando maior valorização dos conhecimentos tradicionais e populares da comunidade, que é de onde se originam grande parte dessas práticas.

Este projeto abordou formas menos invasivas para o tratamento da depressão e analisou quais os principais resultados da utilização das práticas integrativas e complementares (PICS) no tratamento da depressão e apresentar dados, em especial sobre a meditação, acupuntura e homeopatia, associados ou não ao tratamento medicamentoso. O tema é de fundamental importância pois as PICS são reconhecidas como práticas utilizadas na promoção da saúde, pois visam mudanças de hábitos a

longo prazo, promovendo assim, uma autonomia para o paciente lidar melhor com a doença, tendo relação direta com o Sistema Único de Saúde, pois é a partir dele que as práticas integrativas e complementares tem contato com a comunidade.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, ou seja, foi elaborada baseada em materiais já existentes. Os dados dos resultados serão apresentados de forma qualitativa e quantitativas. A pesquisa bibliográfica teve como bases de dados as seguintes plataformas disponíveis: Google Acadêmico, SciELO e BVS. Como palavras-chaves foram utilizados os descritores: “terapias complementares”; “homeopatia”; “meditação”; “depressão” e “acupuntura”. A pesquisa teve como critérios de inclusão: todo o tipo de artigo científico; disponibilidade do texto na íntegra e preferencialmente disponibilizado em PDF; artigos publicados entre os anos de 2000 a 2020 que forem coerentes com o tema proposto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Orlandi e Acorsi (2018), atualmente, a depressão está entre os principais problemas de saúde pública. Os transtornos depressivos são de alta prevalência e causam impactos psicossociais negativos, sendo as mulheres as mais vulneráveis à essa doença. O uso de medicamentos psicotrópicos surge como solução, pois é uma maneira de reduzir os problemas enfrentados no cotidiano. No entanto, a realização de práticas alternativas podem reduzir o uso de medicamentos psicoativos, além de empoderar mulheres no tratamento coadjuvante da depressão.

As Práticas Integrativas e Complementares utilizam recursos terapêuticos embasados em conhecimentos fora do meio farmacológico, formadas por um conjunto de terapias que buscam métodos naturais de prevenção e recuperação da saúde e trabalha com uma interação complexa de aspectos sociais, mentais, físicos, emocionais e espirituais (ROSA; QUEIROZ; ZANELLA, 2020). Tendo como objetivo a prevenção e o auxílio na melhora de diversas doenças, como a depressão.

Nesse contexto, as PICs contribuem no processo de incentivo à participação popular e à qualificação dos profissionais da Atenção Básica para a realização dessas práticas que vem sendo difundidas desde 2006 e, atualmente, são reconhecidas como parte constituinte do Sistema Único de Saúde. A utilização das PICs estimulam a promoção da saúde e a adesão à prevenção e ao tratamento, bem como a transformação de hábitos de vida, permite uma maior conexão espiritual, biológica e mental, contribuindo na promoção da saúde através de práticas corporais e meditativas, contribuindo assim, para a melhora da qualidade de vida e a redução da medicalização.

Atualmente, o SUS oferece, desde 2006, de forma completa e gratuita, 29 diferentes tipos de PICs à população. O Brasil é referência mundial na esfera de práticas integrativas e complementares na atenção básica, apresentando abrangência do serviço à 19% das instituições de Atenção Básica, oferecidos em 3.173 municípios (BRASIL, 2020).

Uma das principais PICs, a homeopatia, foi estudada e desenvolvida inicialmente pelo médico alemão Cristian Frederico Samuel Hahnemann (1755 – 1843), que acreditava na cura do semelhante pelo próprio semelhante. No Brasil, passou a ser reconhecida como especialidade médica no ano de 1980.

A homeopatia é uma prática individualizada e pode ser compreendida como um tratamento que consiste na prescrição a um doente, sob uma forma diluída e em doses muito pequenas, uma substância que, em doses altas, é capaz de produzir em uma pessoa saudável sinais e sintomas iguais aos da enfermidade que se objetiva combater. Podendo ser extraída de fontes vegetais, minerais ou animais. Relatos de casos clínicos são os primeiros passos da evidência clínica, a caminho de estudos controlados, pois a melhora percebida nos casos relatados pode ser em decorrência da remissão espontânea do episódio depressivo, ou mesmo do efeito placebo (ADLER, 2008).

Segundo estudo realizado pela médica Camila Suman Rudge de Oliveira, publicado pela Associação Paulista de Homeopatia (2019), executado com uma mulher de 89 anos, em consultório particular, há evidências de que a homeopatia auxiliou na melhora do quadro depressivo da paciente. Os dados foram embasados a partir da Escala de Depressão Geriátrica, que constatou resultado positivo no quadro depressivo da analisada, sendo acompanhada, em sua maioria trimestralmente, pelos profissionais de saúde no período de aproximadamente 2 anos. O medicamento homeopático utilizado foi o *Platinum metallicum*, o qual possui indicações bem específicas, como sintomas mentais, depressão, melancolia, sentimento de orgulho, e ótima opinião sobre si, com desprezo pelas outras pessoas.

O tratamento homeopático de *Platinum metallicum* foi administrado em diferentes doses, sendo inicialmente utilizadas 5 gotas sublinguais à uma concentração de 12 CH, e finalmente com a mesma quantidade, apenas aumentada a concentração para 142 CH.

Outra PIC muito utilizada é a meditação, que aparecem como uma das práticas alternativas que possuem efeitos significativos no tratamento de depressão e outras doenças psiquiátricas, dentre estas técnicas, destaca-se a *mindfulness* (do inglês, significa atenção plena) que visa a concentração no momento atual e sem julgamentos, priorizando o desenvolvimento intelectual. Pode ser entendida como uma técnica onde o praticante é o expectador do seu interior, observando seus pensamentos e sentimentos surgirem e desaparecerem, mas não criará nenhum vínculo, seja de ordem afetuosa ou dolorosa (SANTOS, 2012). De acordo com os estudos de Gonçalves; Pereira; Basto, (2012), a meditação pode agir no eixo hipotálamo hipófise suprarrenal, apresentando um melhor controle do nível de cortisol corporal, possuindo mecanismo similar ao dos antidepressivos Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (IRSS), aumentando a disponibilidade de serotonina no cérebro.

Se considerarmos que tanto a meditação, quanto a medicação para depressão ativam iguais mecanismos, associar as duas práticas em casos graves e moderados de depressão, pode-se potencializar efeitos antidepressivos. Portanto, a meditação *mindfulness* pode ser uma opção de tratamento em quadros de depressão leve onde a farmacologia não é indicada ou associada à farmacologia em casos moderados e graves, porém, mais estudos são necessários para que essa prática seja incluída em protocolos médicos para o tratamento da depressão.

Além da homeopatia e da meditação, a acupuntura é outra PIC muito conhecida, que possui grande influência da medicina tradicional chinesa (MTC), afirmando ser um estado de saúde mantido pelo equilíbrio de energia no corpo (SILVA, 2010). Existem vários estilos de acupuntura, como a tradicional/clássica, a auricular, a de pontos de gatilho e a de ponto único. Em estudo publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (2015), há evidências claras de que a acupuntura apresentou efeitos

antidepressivos semelhantes ao fármaco amitriptilina, colaborando para a melhora de quadros de depressão e ansiedade em pacientes estudados.

No entanto, segundo dados publicados pela Cochrane (2018), um estudo incluindo 7.104 participantes, relatou que os dados publicados até hoje, são insuficientes para mostrar o tipo ideal de acupuntura, pois, devido à falta de acompanhamento de médio e longo prazo em ensaios clínicos e a falta de informações importantes para análise, representaram uma limitação significativa da base de evidências, sugerindo ainda que, mais ensaios clínicos são necessários para avaliar a eficácia da acupuntura no tratamento de indivíduos com depressão.

## CONCLUSÃO

A homeopatia possui eficácia comprovada em estudo de caso individualizado com homeopático a base de *Platinum Metallicum*. A meditação pode ser utilizada em quadros de depressão leve e associada à farmacologia em casos moderados e graves, porém necessita-se de mais estudos para melhor comprovação. A acupuntura apresenta eficácia comprovada em estudo publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (2015), no qual há evidências claras de que a acupuntura apresentou efeitos semelhantes ao fármaco amitriptilina, colaborando para a melhora de quadros de depressão e ansiedade, porém necessita-se de dados com melhores e maiores embasamentos para melhor comprovação.

## REFERÊNCIAS

ADLER. Ubiratan. Cardinalli. et al. ; Tratamento homeopático da depressão: relato de série de casos. **Revista Psiquiátrica Clínica**. Ed. 35; São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpc/v35n2/a05v35n2.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL, 2020. Práticas Integrativas e Complementares (PICS): quais são e para que servem. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>. Acesso em: 23 mai. 2020.

OLIVEIRA, Camila Suman Rudge de.; Depressão em Idosos e tratamento homeopático. São Paulo, 2019. Monografia – ALPHA / APH, **Curso de Especialização em Homeopatia**. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1009508/depressao-em-idosos-camila-sumatcc-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ORLANDI, Simone Roberta.; ACORSI, Ana Cristina. A importância da inserção das práticas integrativas e complementares na atenção básica como tratamento coadjuvante da depressão em mulheres. Chapecó, 2018. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-da-saude/especializacao-2/875-a-importancia-da-insercao-das-praticas-integrativas-e-complementares-na-atencao-basica-como-tratamento-coadjuvante-da-depressao-em-mulheres/file>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ROSA, Natalie da.; ROSA, Natálie Queiroz da; ZANELLA, Ângela Kemel. Perfil de mulheres com enxaqueca no projeto ambulatório de práticas integrativas e complementares no SUS. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 3, 14 fev. 2020.

Disponível em:

<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/87205>. Acesso em: 23 mai. 2020.

SILVA, Gisléa Kândida Ferreira da.; Efetividade das medicinas tradicionais e complementares para os transtornos mentais comuns: uma revisão. Recife, 2015.

**Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.** Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/18617/2/TCR%20Gisl%C3%A9a%20K%C3%A2ndida%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SILVA, André Luiz Picolli da. O tratamento da ansiedade por intermédio da acupuntura: um estudo de caso. **Psicologia ciência e profissão**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 200-211, 2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 jun. 2020.

WILLHELM, Alice Rodrigues.; ANDRETTA, Ilana; UNGARETTI, Mariana Steiger. Importância das técnicas de relaxamento na terapia cognitiva para ansiedade.

**Contextos Clínicos**, v. 8, n. 1, p. 79-86, 2015. Disponível em:  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2015.81.08>. Acesso em: 10 abr. 2020.

## FATORES DE INFLUÊNCIA PARA A ALTA INCIDÊNCIA DO USO DE ANSIOLÍTOCOS POR ACADÊMICOS DE MEDICINA

Gabriel Chiela Casaril, [gabrielcasaril@outlook.com](mailto:gabrielcasaril@outlook.com)

Maria Eduarda Wilvert, [mariawilvert@gmail.com](mailto:mariawilvert@gmail.com)

Morgiana Costenaro de Souza, [morgi\\_costenaro@hotmail.com](mailto:morgi_costenaro@hotmail.com)

Nathallia Martins Marton Moraes, [nathalliamarton@hotmail.com](mailto:nathalliamarton@hotmail.com)

### RESUMO

Os ansiolíticos são uma classe de fármacos que funcionam como calmantes e tranquilizantes e são utilizados para combater a ansiedade e tensão. A alta taxa de uso desses medicamentos é observada principalmente pelos acadêmicos de universidades, que empregam o uso do ansiolítico como uma escapatória para a rotina exaustiva e exigente. Nesse viés, objetivou-se nessa rápida revisão verificar os fatores de influência para a alta incidência do uso de ansiolíticos por estudantes de medicina da UNIARP, através de uma pesquisa descritiva e experimental em bases de dados científicos e questionários realizados de forma online com a população alvo entre os meses de maio e junho do ano de 2020, buscando-se relacionar quais são os benefícios e malefícios do uso, sua incidência no ambiente universitário, e se o curso de Medicina é um fator que contribui ou não para o consumo dessas drogas. A pesquisa evidenciou que 64,6% dos estudantes já fez uso de medicamentos da classe Ansiolíticos, sendo destes 60,8% afirmaram que o uso teve influência da sua vida acadêmica e, 10,1% relatou que talvez influenciasse 29,1% dos acadêmicos relata que o curso não influenciou para a tomada do medicamento. Referente à recomendação médica, 59,3% afirmou que usaram o medicamento com recomendação, e 40,7% não tiveram recomendações. Conclui-se que grande parte desses alunos utiliza ansiolíticos e que a vida acadêmica foi um fator decisivo de influência. Visto isso, os acadêmicos devem compreender que os efeitos do uso prolongado podem trazer prejuízos ao organismo, assim como se utilizados sem a orientação e prescrição de um médico.

**Palavras-chave:** Drogas. Ansiedade. Estresse. Medicamentos. Distúrbios mentais.

### INTRODUÇÃO

Os distúrbios relacionados com a saúde mental dos acadêmicos de Medicina são frequentes. Nesse sentido, diversos pesquisadores consideram que o uso de drogas ansiolíticas por essa população não se reduzem a um único fator mas sim a uma complexa rede de fenômenos, que abrange desde motivos psicológicos aos socioeconômicos e culturais (LUNA, 2018). Esses medicamentos possuem um mecanismo de ação capaz de gerar dependência e diversas reações como a alteração do comportamento e das funções motora e autônoma, o sono, o apetite e a cognição de seus consumidores.

Nota-se que os estudantes que assumem um distúrbio mental, mesmo quando dispõe de suporte, relutam em buscar ajuda geralmente por temerem o estigma associado à essa vulnerabilidade (VASCONCELOS, 2015). A busca por uma adaptação para traçar estratégias que possibilitem a superação da situação leva o indivíduo a procurar alguma ajuda, sendo frequente o início do uso de psicofármacos. Desse modo, tornou-se uma preocupação a forma de obtenção dos

medicamentos psicoativos, uma vez que nem todas as receitam apresentam a real necessidade do uso do medicamento (LUNA, 2018).

O mercado de trabalho torna-se mais competitivo à medida que as tecnologias avançam, exigindo cada vez mais uma capacitação maior dos profissionais. Sendo assim, muitas vezes os indivíduos necessitam adaptarem-se as mudanças envolvendo-se de forma totalitária em seu trabalho (MACIEL, 2017). Nesse âmbito, percebe-se que as dificuldades vivenciadas no período universitário possuem consequências futuras e repetem-se à medida que a profissionalização acontece, tornando-se um fator preocupante, haja visto que o bem-estar geral do profissional é necessário para um bom atendimento aos pacientes no futuro.

O cotidiano dos tempos modernos envolvem diversas características que levam as pessoas à busca de soluções para contornar a ansiedade decorrente delas. Cobranças por produtividade, excesso de atividades, pressão psicológica, indisciplina e a velocidade das mudanças são exemplos das situações vivenciadas pela totalidade dos indivíduos. Dessa maneira, sugere-se que o uso indiscriminado de medicamentos como forma de sanar as situações rotineiras tornou-se um problema de saúde pública.

Em razão disso, essa pesquisa dentro da temática “Fatores de influência para a alta incidência do uso de ansiolíticos por acadêmicos de medicina” busca investigar e aprofundar conhecimentos a respeito da incidência da utilização dos psicoativos por graduandos de medicina, tendo em vista que os estudantes passaram a ocupar um lugar significativo na cadeia de consumo desses medicamentos.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva e experimental referente às altas taxas de incidência do uso de ansiolíticos por acadêmicos de medicina. A pesquisa deu-se através de um questionário online aplicado na plataforma do Google Forms. O questionário possuía seis questões, entre elas três direcionadas ao gênero e idade do participante e o período acadêmico. E, além das citadas, as demais questionavam se o estudante utiliza ou utilizou ansiolíticos em sua vida, se possuía recomendação médica e se acredita na influência da vivência universitária para a utilização dos psicofármacos.

A população em estudo foi constituída de 96 estudantes matriculados no curso de medicina de um total de 226 estudantes, sendo que a amostra foi formada por alunos do primeiro ao terceiro período da graduação na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina. Essa amostra foi composta por 34 alunos do primeiro período, 45 alunos do segundo período e 17 alunos do terceiro período, de ambos os gêneros, os resultados serão apresentados em forma de gráficos ilustrativos. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho do ano de 2020. Além da pesquisa realizada pelos autores, foram utilizados artigos científicos na mesma temática para o aprofundamento da investigação e comparação dos resultados obtidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico da amostra dos 96 estudantes participantes caracteriza-se por: Indivíduos do gênero feminino e masculino, entre uma ampla faixa etária, predominando entre 19 e 21 anos (62,5%), da categoria dos acadêmicos de medicina, entre o primeiro e o segundo ano de graduação.

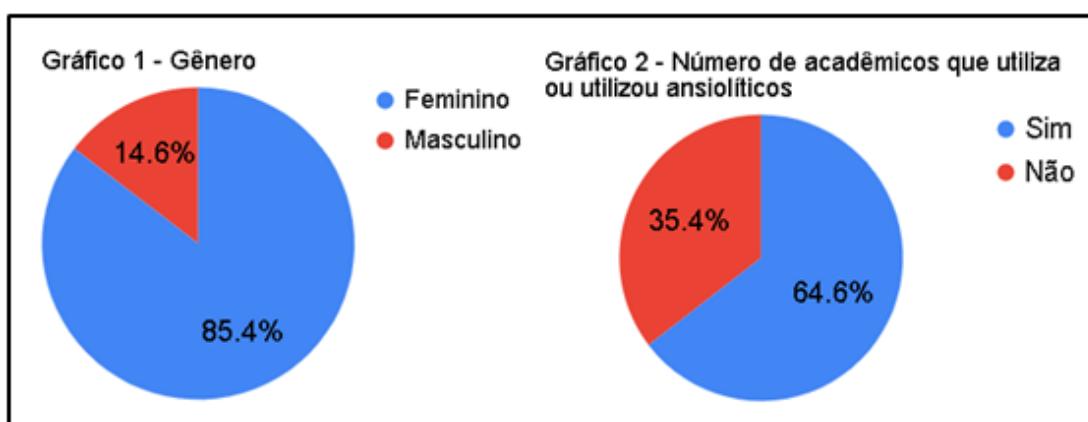
Por meio do questionário, verificou-se que 64,6% dos estudantes já fez uso de medicamentos da classe Ansiolíticos, ou seja, em algum momento da jornada universitária estiveram em contato com essa droga. Desse número, 60,8% afirmou que o uso teve influência da sua vida acadêmica. Nesse sentido, a vida acadêmica dos estudantes universitários exige dedicação de muitas horas de estudos, os estudos encontrados na literatura descrevem que além da graduação, a rotina médica é considerada atividade de alta pressão e tensão psicológicas, influenciando no desempenho do estudante. Muitos jovens, então, para suportar o estresse e cansaço utilizam medicamentos controlados para atenuar a ansiedade e preocupação gerada (LUNA, 2018).

Visto isso, é muito comum à correlação de sintomas depressivos, como a ansiedade, em estudantes de medicina, isso porque o curso em si possui muitos fatores que causam estresse como alta exigência para bons resultados, falta de tempo para lazer, o contato com pacientes e a competição que existe entre os colegas (RIBEIRO, 2014). Além disso, a presente pesquisa revelou que 10,1% indicaram que a vida acadêmica talvez influenciasse na decisão, e por fim, do total de participantes, apenas 29,1% dos estudantes garantiram que esse não foi um fator de influência.

Referente à recomendação médica, 59,3% afirmaram que usaram o medicamento com recomendação, ou seja, foram acompanhados por um profissional formado em medicina, e 40,7% não tiveram recomendações médicas, isto é, tiveram acesso através de amigos, colegas ou familiares. O artigo publicado na revista da Universidade do Oeste Paulista corrobora o que foi abordado nesta pesquisa, afirmando que os estudantes que participaram da pesquisa conseguiram as receitas médicas pela consulta em si e também por amigos ou familiares que estão inseridos no meio e que, por esta razão, demonstra que ocorre a automedicação, isso indica que não houve, de fato, a indicação de um profissional avaliando as particularidades do paciente, isso pode levar a fatores negativos tais como medicação descontrolada, excessiva e, em alguns casos desnecessários, submetendo o paciente a drogas que causam certa dependência, o que pode gerar outro problema no futuro (LUNA, 2018).

De acordo com o Quadro 1, Gráfico 1, a maior parte dos estudantes que fazem o uso de ansiolíticos é do gênero feminino, dentro desse resultado, temos que mais da metade dos acadêmicos utilizaram essas drogas, representado pelo Gráfico 2.

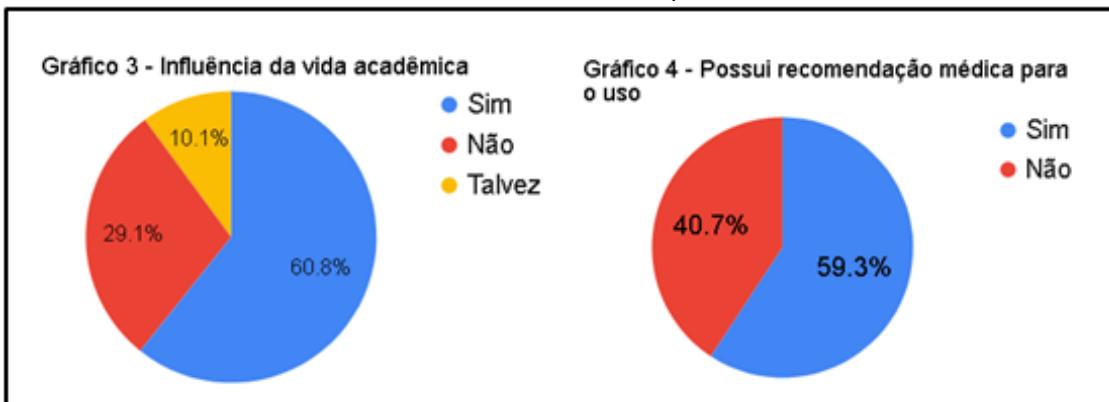
Quadro 1: gênero e número dos acadêmicos que utiliza ou utilizaram ansiolíticos.



Fonte: dos autores

Dentro do questionário foi abordado sobre a questão que influenciou no consumo desses medicamentos e foi confirmado que mais da metade dos participantes alegaram que a vida acadêmica influenciou na procura pela droga, representado pelo Quadro 2, Gráfico 3. Visto isso, foi informado que a maior parte dos estudantes possui recomendação médica para utilizarem, ilustrados no Gráfico 4.

Quadro 2: vida acadêmica como influência e recomendação médica.



Fonte: dos autores

Os resultados expostos acima em comparação com uma pesquisa realizada pela UNOESTE sobre o consumo de psicofármacos entre os alunos de medicina do primeiro e sexto período da universidade, mostraram-se coerentes. Conforme os resultados do artigo em questão, alguns alunos do primeiro ano afirmaram que, durante a coleta de dados, utilizavam algum tipo de psicofármaco e, desse grupo, mais da metade era do gênero feminino. Já entre os alunos do sexto ano, a maioria era do gênero masculino e a metade desse grupo afirmou que também fizeram uso dessas drogas no período em que a pesquisa foi realizada (LUNA, 2018).

Portanto, os resultados apresentados e discutidos demonstram que mais da metade dos acadêmicos já fez o uso de algum ansiolítico, tendo seu uso grande relação com a pesada vida acadêmica de um estudante de medicina, mostrando assim uma alarmante consequência da rotina de estudos desgastante, alta exigência da profissão e pouco sono causando transtornos psicossociais, levando ao uso do ansiolítico, e em muitos casos sem o acompanhamento e a recomendação médica o que torna mais preocupante, essa automedicação. Isso se agrava na rotina médica, visto que alguns profissionais afirmam que não possuem recomendação para comprar e utilizar esse tipo de medicação e que fazem o uso sempre que sentem necessidade, reforçando o potencial que essas drogas têm de criar dependência, assim como ilustrando os perigos que a automedicação pode trazer (MACIEL, 2017).

Sendo assim, a analogia entre a investigação realizada na pesquisa “Fatores de influência para a alta incidência do uso de ansiolíticos por acadêmicos de medicina” e o artigo publicado anteriormente pela UNOESTE “Consumo de psicofármacos entre alunos de medicina do primeiro e sexto ano de uma Universidade do estado de São Paulo” mostram que a vida acadêmica dos estudantes de medicina possui influência no uso de ansiolíticos, podendo observar que a adesão aos ansiolíticos tende a aumentar conforme o avanço das fases do curso.

## CONCLUSÃO

Conforme os dados apresentados nesse estudo e em outros utilizados como bases e referências, pode-se concluir que a vida acadêmica tem influência na maior parte dos casos de estudantes que fazem a utilização dos ansiolíticos. Dentro disso pode-se citar a rotina caótica, exaustiva e de grande pressão sob os alunos, que, muitas vezes não possuem o apoio familiar e do colegiado para a melhoria e descarrego da ansiedade e sensações de impotência em seus cotidianos. Portanto, os ansiolíticos passaram a ocupar um lugar essencial na vida de muitos jovens estudantes e a sua utilização tornou-se popular no meio universitário.

## REFERÊNCIAS

LUNA, Ilanna Sobral de et al. Consumo de psicofármacos entre alunos de medicina do primeiro e sexto ano de uma universidade do estado de São Paulo. 29 jan. 2018.

**Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC).** Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5747/cv.2018.v10.n1.v216>. Acesso em: 17 mai. 2020.

RIBEIRO, Aline Granada; CRUZ, Ligiane Paula da; MARCHI, Kátia Colombo; TIRAPELLI, Carlos Renato; MIASSO, Adriana Inocenti. Antidepressivos: uso, adesão e conhecimento entre estudantes de medicina. : uso, adesão e conhecimento entre estudantes de medicina. **Ciência & Saúde Coletiva**. Jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014196.06332013>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SOLDERA, Meire et al. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. **Revista de saúde pública**. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102004000200018&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102004000200018&script=sci_arttext). Acesso em: 15 mai. 2020.

MACIEL, Maria da Piedade Gomes de Souza et al. Uso de medicamentos psicoativos entre profissionais da saúde. **Revista de Enfermagem**, Maceió. Jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10177/19195>. Acesso em: 17 mai. 2020.

VASCONCELOS, Tatheane Couto de et al. Prevalência de Sintomas de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 135-142, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e00042014>. Acesso em: 17 mai. 2020.

## DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: VISÃO DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE EM CAÇADOR/SC

Andréa Morais Marques, [moraismarques7@gmail.com](mailto:moraismarques7@gmail.com)  
Débora Cristina Gonçalves Mota, [dehcrisq@gmail.com](mailto:dehcrisq@gmail.com)  
Érica da Silva Anselmo, [erianselmo@gmail.com](mailto:erianselmo@gmail.com)  
Grazielle de Souza Caldas, [grazieledesouzacaldas@gmail.com](mailto:grazieledesouzacaldas@gmail.com)  
João Marcos Nunes Wanzeller, [joao.wanzeller6@gmail.com](mailto:joao.wanzeller6@gmail.com)

### RESUMO

A doação de órgãos é um processo que envolve desde a captação até o transplante de um doador vivo (intervivo) ou um doador falecido diagnosticado com morte encefálica. O ato de doar envolve diversos aspectos e diferentes opiniões, dentre os quais, vale-se ressaltar a possibilidade de rejeição do órgão e os riscos relacionados aos processos pelos quais o doador (intervivo), será submetido. Diante disso, profissionais e estudantes da área da saúde exercem um papel fundamental em todo esse processo, pois são mediadores de informações à população leiga, a qual, por diversos motivos como desinformação ou até mesmo medo sentem uma dificuldade em aceitar a doação de órgãos, tanto os próprios quanto de familiares. Objetivou-se por meio dessa pesquisa à análise dos motivos de aceitação e rejeição para doação de órgãos, além de averiguar o entendimento sobre os riscos do transplante, o conhecimento dos pacientes em relação à morte encefálica e o transplante de órgãos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa analítica através de um questionário com questões objetivas feito a partir da plataforma do Google Forms tendo como respondentes estudantes e profissionais da área da saúde no município de Caçador/SC. A partir disso, os resultados obtidos são favoráveis em relação ao tema, tendo 99,1% dos participantes a intenção de doar. Dessa forma, conclui-se que, embora existam um número considerável de doadores, os principais entraves para os não doadores são aspectos como a desinformação (17,7%), medo (23,5%) e o desinteresse (35,3%).

**Palavras-chaves:** Aceitação. Morte encefálica. Resistência. Transplante de órgãos. Transplante intervivo.

### INTRODUÇÃO

O transplante de órgãos é um procedimento avançado da medicina moderna. Esse método tornou-se uma opção de tratamento que possibilita melhorar a qualidade de vida para indivíduos de qualquer idade, com doença crônica irreversível e em estágio final (MENDES, 2012). As inúmeras iniciativas estimuladas em nível mundial de doação e captação, tanto de doadores falecidos quanto de doadores vivos, têm sido elementos chaves para a ascensão dos programas de transplante de todo tipo. Apesar de todas essas iniciativas, vários fatores têm sido obstáculos para a obtenção de resultados esperados em matéria de provisão e disponibilidade de órgãos, tendo como resultado uma quantidade crescente de pessoas em lista de espera.

Conforme Alencar (2016), a atitude de doar órgãos e tecidos, em geral, é considerada um ato de solidariedade e amor dos familiares. No entanto, a decisão exige que a escolha seja feita em um momento de dor e tristeza motivadas pelo impacto da notícia da morte e pelo sentimento de perda, o que faz com que a doação de órgãos seja um assunto delicado e não tão bem aceito por parte da família. Segundo a Revista da associação médica (2003) a melhor forma de um indivíduo se tornar doador após a

morte é avisar os familiares, manifestando, em vida, este desejo. Quando isto ocorre, a família sempre concorda com a doação para satisfazer o "último desejo" deste indivíduo.

De acordo com Mercado-Martinez (2015), o sucesso ou fracasso dos programas de doação tem como elemento importante, a atuação dos profissionais de saúde. Suas atitudes e opiniões sobre o processo de doação são considerados facilitadores para o encontro de potenciais doadores e de grande influência no modo de pensar da população sobre todo o processo de captação e transplante. Com isso, questiona-se sua aceitação e influência no processo de doação.

Objetivou-se nesta pesquisa, analisar os motivos de aceitação e resistência sobre doação de órgãos, com ênfase na visão de profissionais e estudantes de saúde em Caçador/SC.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo analítico sobre os motivos de aceitação e de resistência de estudantes, da Uniarp, e profissionais da área da saúde frente à doação de órgãos realizado no município de Caçador/SC. Os dados foram coletados através de um questionário virtual e estruturado. O questionário foi aplicado de maneira virtual utilizando ferramentas online como redes sociais e será realizado com estudantes, da Uniarp, e profissionais da área da saúde. Estavam presentes no questionário perguntas objetivas e uma discursiva, onde serão abordados entre outros assuntos a ocupação, a opinião do participante sobre o tema e perguntas de caráter pessoal.

Trata-se de uma metodologia de pesquisa qualitativa, a qual buscou os motivos da aceitação e resistência, visando a análise de tal problema. Tais informações foram obtidas através da plataforma do Google Forms tendo como respondentes estudantes e profissionais da área da saúde no município de Caçador/SC.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados na tabela 1, no qual obteve-se 172 respondentes, dos quais, 136 são estudantes da área da saúde e 36 são profissionais da área da saúde.

Pode-se perceber que entre os respondentes 11,6% avaliam seus conhecimentos sobre doação de órgãos como ótimo, 55,8% avaliam como bom, 27,3% como regular e 5,2% como ruim. 99,1% têm a intenção de doar, enquanto 9,9% não doariam. Dentre esses 9,9%, 23,5% não doariam por motivo de medo, 17,7% não doariam por desinformação, 35,5% simplesmente não quer, 0% não doariam por motivos religiosos e 23,5% dos indivíduos não doariam por outros motivos. De acordo com Pessoa, et al. (2013), o pouco conhecimento da população em geral e da área da saúde sobre a doação de órgãos é vista como sendo um dos motivos que levam os familiares a se recusarem a fazer tal ato, isso, concomitantemente relacionado com medo, levam a não intenção de doação de órgãos.

Em relação a influência do grau de formação dos doadores e a influência disso na contribuição para um maior nível de conhecimento sobre o tema doação de órgãos, e qual foi a influência desse aprofundamento na decisão de doar, uma vez que uma educação específica sobre a questão influi de forma positiva, e resulta em uma maior adesão ao processo. Dessa forma a graduação proporcionou a mudança de pensamento a respeito do assunto para 31,9 dos participantes. Diante disso, nota-se que uma educação centrada na doação, contribui para uma maior adesão e num crescimento nos números de dados sobre doação de órgãos (MORAIS, 2012).

Conforme os resultados apresentados na tabela 1, 5,8% não estimulariam pacientes a doação de órgãos, contudo, tendo como causa a falta de conhecimento em

relação ao diagnóstico de morte encefálica, onde Pessoa et al. (2013) e Morais (2014) relatam como interferência negativa a falta de conhecimento sobre morte encefálica. A falta de compreensão sobre esse tema afeta a confiança no diagnóstico de morte encefálica e na capacidade do médico de realizar o diagnóstico, e interfere negativamente na doação de órgãos, por meio da pesquisa, um total de 92,4% de pessoas consideraram conhecer o tema, contra 7,6% que o desconhecem.

Já em relação a possibilidade de doação de órgãos para algum familiar, 87,2% se dizem favoráveis, outros 12,2% dos respondentes responderam talvez e 0,6% não são favoráveis. Apenas 6,5% não autorizaria a doação de órgão de algum familiar. Conforme a Aranda et al. (2018) literatura, um dos fatores que contribuem para a recusa dos familiares na hora da autorização da doação de órgãos é o desconhecimento da vontade do familiar e o escasso debate sobre o assunto, além do despreparo e desconhecimento do profissional de saúde na hora da abordagem e entrevista com a família, a qual é considerada a etapa essencial para a concretização do processo.

**Tabela 1- Resultados do questionário aplicado aos estudantes e profissionais da área da saúde**

Questionamentos	Variável	Nº	%
Ocupação	Estudantes da área da saúde	136	79,1
	Profissional da área da saúde	36	20,9
Conhecimento sobre doação de órgãos	Ótimo	20	11,6
	Bom	96	55,8
	Regular	47	27,3
	Ruim	9	5,2
Intenção de doação	Sim	155	99,1
	Não	17	9,9
Motivos para não doação	Religioso	0	0,0
	Medo	4	23,5
	Desinformação	3	17,7
	Simplesmente não quer	6	35,3
	Outros	4	23,5
Mudança de pensamento pela graduação	Sim	55	32,0
	Não	117	68,0
Estimularia algum paciente à doar	Sim	162	94,2
	Não	10	5,8
Conhecimento sobre conceito de Morte Encefálica	Sim	159	92,4
	Não	13	7,6
Doaria órgão para algum familiar	Sim	150	87,2
	Não	1	0,6
	Talvez	21	12,2
Autoriza doação de órgão de algum familiar	Sim	157	93,5
	Não	11	6,5
Doador intervivo	Sim	105	60,5
	Não	5	2,9
	Talvez	63	36,6
Conhecimento dos riscos do transplante	Sim	102	59,3
	Não	70	40,7

**Fonte:** Os autores

Dentre os 172 respondentes, 104 indivíduos participariam de uma doação intervivo, 63 indivíduos talvez participariam e apenas 5 não. Com relação a esse tipo de

doação, 59,3% conhecem os riscos de um transplante intervivo e 40,7% não. De acordo com Sousa (2014), a maioria dos indivíduos tem receio de como esses riscos vão afetar sua vida, preocupando-se principalmente com o pós-cirúrgico, se o órgão recebido não irá sofrer rejeição e com as sequelas de uma anestesia geral.

Dos 172 sujeitos respondentes, 155 apresentaram a intenção de ser doador de órgãos, no entanto, 17, manifestaram intenção contraria a doação. De acordo com Morais (2012), os principais motivos para não doação estão o medo e a desinformação ou “simplesmente não quer”. Diante disso, percebe-se que embora ainda existam entraves em relação ao assunto, o resultado foi positivo e excedeu às expectativas.

## CONCLUSÃO

A doação de órgãos é uma prática que vem ganhando espaço e adeptos em todo o Brasil, bem como em Caçador/SC, visto que esta é uma terapêutica que tem por objetivo melhorar e prolongar a vivência. Frente à essa realidade, embora exista um número considerável de doadores, os principais entraves para os não doadores são aspectos como a desinformação, medo e o desinteresse.

## REFERÊNCIAS

ARANDA, Renata Souza; et al. Perfil e motivos de negativas de familiares para doação de órgãos e tecidos para transplante. **Revista Baiana de Enfermagem**, [s.l.], v. 32, n. 0, p. 1-18, 27 dez. 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.27560.> Acesso em: 12 jun. 2020.

DE SOUSA, Daniely Pereira; GUIMARÃES, Celma Martins. Doação de Órgãos Intervivos: atuação do enfermeiro. **Estudos**, v. 41, p. 165-181, 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SAsXsWSdiMwJ:seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/3816/2180+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso et al. Transplante de órgãos e tecidos: responsabilidades do enfermeiro. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, n. 4, p. 945-953, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000400027&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000400027&script=sci_arttext). Acesso em: 19 jun. 2020

MERCADO-MARTINEZ, Francisco Javier et al . Visão dos profissionais de saúde com relação à doação de órgãos e transplantes: revisão de literatura. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 24, n. 2, p. 574-583, June 2015 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072015000200574&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200574&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 June 2020.

MORAIS, Taise Ribeiro; MORAIS, Maricelma Ribeiro. Doação de órgãos: é preciso educar para avançar. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 633-639, Dec. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042012000400015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400015&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 June 2020.

PESSOA, João Luis Erbs; SCHIRMER, Janine; ROZA, Bartira de Aguiar. Avaliação das causas de recusa familiar a doação de órgãos e tecidos. **Acta paulista enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 323-330, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002013000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000400005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Transplantes de órgãos no Brasil. **Revista Associação Médica Brasileira**, São Paulo , v. 49, n. 1, p. 1, Jan. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302003000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302003000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302003000100001>.

**PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>**Aldemira Dias Ferreira<sup>2</sup>Keirin Pereira de Freitas<sup>2</sup>Natanael Nizer<sup>2</sup>Roselene Pedroso<sup>2</sup>

Patrícia Santos

Mário Bandiera<sup>3</sup>**RESUMO**

Ao analisarmos a questão da história da educação da infância, verificamos a caminhada percorrida, desde a época em que se considerava a criança como um adulto em miniatura, sendo que atualmente se aceita a concepção de que ela vive em um mundo próprio, cabendo ao adulto compreendê-la. A criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir, que lhes são características de cada idade, como sujeito social e histórico ela estabelece a sua identidade de dona e protagonista de sua história e sua cultura. Na Declaração Universal dos Direitos da Criança proclamada pela ONU, está descrito que os anos mais importantes para o desenvolvimento da criança são os seis primeiros.

Quando a criança chega aos seis anos, ela já passou por várias experiências antagônicas: o amor ou a rejeição, o carinho ou a agressão, o cuidado ou a descuido, a certeza ou a dúvida, a alegria ou a tristeza. É neste período que se consolida a formação da personalidade infantil. Portanto, criança tem o direito de ser criança, pois do contrário estaremos prejudicando o seu desenvolvimento emocional.

O estudo do comportamento da criança do zero aos 12 anos é de suma importância, pela formação emocional, social e intelectual. Além disso, quando se fala em processo educacional, esta etapa é a base da alfabetização, sendo necessário trabalhar com a coordenação motora ampla e fina, com a percepção de tempo e de espaço, a codificação e decodificação de símbolos, o lúdico, a percepção visual e a percepção auditiva.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado.

A Educação Infantil é a base para a formação da criança, que precisa aprender a participar ativamente de interações que vão além dos conhecimentos científicos, mas que orientem para o belo, o lúdico e as sensações de prazer e respeito mútuo.

**PALAVRAS CHAVE:** Infância, Educação, Legislação.

## 01 – Introdução

Este trabalho foi proposto aos acadêmicos do Curso de Pedagogia 2020, envolvendo os componentes curriculares de Fundamentos Metodológicos da Educação infantil, Fundamentos Metodológicos da Alfabetização, História da Educação, Psicologia da Educação e Introdução às Ciências Pedagógicas. Os princípios científicos para educação na infância, tema proposto têm por objetivo responder como os diferentes componentes curriculares contribuem para a compreensão da educação na infância, e conhecer um pouco sobre sua história, princípios, processos, conceitos bem como conhecer e compreender seus principais pontos, apresentando seus princípios e respostas onde irão identificar a base da aprendizagem, promovendo a integração e a interdisciplinaridade, em busca do conhecimento.

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisas de crianças, sob o ponto de vista dos adultos, como pessoas sérias que não dispõem mais de tempo para tais práticas. Mas nem sempre as brincadeiras e jogos infantis foram consideradas como atividades de crianças. Em um período compreendido como idade média século XIII, estes jogos e brincadeiras eram brincadeiras também de adultos.

## 02 - História da infância

Na antiguidade não se tratava da infância na educação, sendo que a criança era considerada como um adulto em miniatura. Com o passar dos anos e após muitos estudos, começou a se entender que a **criança** tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são próprias. Surgem os primeiros Jardins de Infância, nos quais destacava-se ser importante cultivar as almas infantis e para isso o fundamental era a atividade das crianças. Nos jardins de infância, as crianças eram consideradas como pequenas sementes, que adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente desabrochariam em um clima de

---

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao SEDEPEX.

<sup>2</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia da segunda Fase.

<sup>3</sup> Professor da Uniarp, Orientador da equipe.

amor, simpatia e encorajamento e que estariam livres para aprender sobre o mundo, orientadas pelas professoras que eram consideradas como jardineiras.

## **CONCEITO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Segundo Marafom (2013) O conceito de Educação Infantil se modificou do que foi chamado de “educação pré escolar”, e que era entendida como todo o atendimento fora da família prestado à crianças que não frequentavam o que se considerava escola. A Educação Infantil sofreu várias transformações; primeiro tinha o caráter familiar de atendimento à criança pequena, as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto, como o termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio, e o termo italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga. Depois, passou a ter atendimento assistencialista ou compensatório, em decorrência da forte industrialização e do grande número de mulheres que deixaram seus lares para trabalhar nas fábricas. A discussão que iniciamos como base para a construção do corpo teórico de análise das concepções de criança e de educação infantil tem como objetivo evidenciar a necessidade de estar construindo múltiplos olhares sobre a criança e a infância. Pois, quando falamos de criança muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos históricos, econômicos, cultural, político, entre outros, que colaboraram para a construção de tais significados e concepções.

Em relação ao conceito de educação infantil, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Até muito recentemente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos era visto como tendo caráter apenas médico e assistencial e grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.

Ao longo do tempo a concepção a educação infantil foi marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

## 03 - Psicologia na infância

A Psicologia Infantil é o estudo do comportamento da criança, do zero aos 12 anos, incluindo a análise das características físicas, cognitivas, motoras, linguísticas, perceptivas, sociais e emocionais, desde o nascimento até a adolescência. Testes de inteligência (Stanford Binet), análise de comportamentos, comparação de desenvolvimento físico e intelectual (Gesell), variáveis ambientais (Watson), variáveis psicológicas, da percepção e cognição (Piaget) e a importância do comportamento dos pais no desenvolvimento dos filhos (Freud). Ou seja, a psicologia da educação busca meios de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. O estudo da motivação representa a busca de explicações para o próprio objetivo da psicologia: o comportamento humano, já a emoção é um complexo de estado de excitação de que participa o organismo todo e é usado para significar os sentimentos e os estados afetivos em geral. Na psicologia da Gestalt toda percepção é um todo que não pode ser compreendido pela separação em partes. O comportamento emocional também é definido como "afetos e reações desordenadas".

## 04 - Alfabetização na infância

A alfabetização é uma mágica na infância: a criança que chegou da Educação Infantil e só reconhecia as letras do alfabeto, de repente passa a unir sílabas, codificar e decodificar sílabas e compreender o sentido das palavras e frases. Começa a ler em voz alta todas as palavras que encontra, em todos os lugares onde vai. Por isso esta etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste momento tão marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores.

Pode-se entender a alfabetização como o domínio da técnica da leitura e da escrita, quando a criança entende a relação entre letra e som e começa a escrever com autonomia, incluindo-se a leitura como parte do processo formal da alfabetização, que pode iniciar durante os anos finais da Educação Infantil, sendo um marco que deve ser respeitado, pois, a partir dos seis ou sete anos o sistema nervoso já está amadurecido e as células nervosas estão com uma camada que as amadurece e as deixa prontas para absorver essas informações. Quando se fala em alfabetização, deve-se analisar que para dominar a escrita, é preciso trabalhar, com a criança a sua coordenação motora fina, a noção de tempo e de espaço, a decodificação de símbolos, a percepção visual e a capacidade de discriminar sons.

O Ensino Fundamental de nove anos ampliou um ano dos anos iniciais, para dar para a criança um período mais longo para as aprendizagens próprias desta fase, inclusive a introdução à alfabetização. A alfabetização não é só reconhecer

letras e sons, mas também saber utilizá-los em um contexto, compreendendo os significados e o contexto.

## 05 - Princípios Metodológicos da Educação Infantil

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisa de criança, e sob o ponto de vista dos adultos, não havia tempo para tais práticas. Mas nem sempre a brincadeira e jogos infantis foram brincadeiras de crianças. Em um período compreendido como idade média, em torno do século XIII, os jogos e brincadeiras eram também praticados pelos adultos.

Os brinquedos de uso particular no caso das meninas medievais têm levado aos historiadores dos brinquedos e aos colecionadores de bonecas e de brinquedos miniaturas, uma enorme dificuldade em separar o que seria uma boneca de brinquedo de outras imagens e estatuetas que nos têm sido mostradas depois de muitos séculos, pois as bonecas, de acordo com Áries (1981), sempre tiveram uma significação religiosa. A mistura das brincadeiras entre crianças e adultos seria uma forma na qual poderiam perceber que eram iguais. Um sentimento não existente quanto a criança, como ser diferente e frágil. As brincadeiras populares se envolviam em jogos de azar o que não era visto de maneira reprovada, pois as crianças e os adultos viviam de forma igual, sendo que o mundo adulto era o mundo que a criança estava inserida como igual.

Durante esta evolução histórica, surge a compreensão da infância, como um período especial, caracterizado entre a gestação e a faixa etária de zero aos 12 anos de idade, sendo de suma importância olhar para o desenvolvimento dessa fase com uma maneira diferenciada, uma vez que as experiências deste período influenciarão no bem estar físico, emocional e cognitivo da criança, refletindo em toda a sua trajetória de vida e construção da sua identidade, valorizando os seguintes aspectos: **desenvolvimento integral que se refere ao desenvolvimento físico, social, cognitivo e emocional, bem como aos processos de aprendizagem, de crescimento, de maturação e de aquisições significativas Individualidade e subjetividade: é o processo de constituição e pertencimento do indivíduo, desenvolvendo as características sociais e geneticamente transmitidas e adquiridas. Exposição ao mundo das regras: é a apresentação das crianças ao mundo de espaço e de tempo, com limites, disciplinas e horários, organizando a rotina das crianças.**

O investimento envolve todos os cuidados e as responsabilidades dos pais e do estado que deve prover políticas públicas voltadas para a melhoria e qualidade da saúde e da vida maternal e infantil. Brincar é uma das melhores ferramentas para o alcance do desenvolvimento saudável e da educação integral da criança, proporcionando a ela um mundo que esteja acima do real e favorecendo a criatividade, a afetividade e o vínculo afetivo e emocional.

A criança é considerada um ser dependente, pois necessita de cuidados físicos, psíquicos e emocionais, não podendo ser confundida com passividade, pois ela vai se desenvolvendo a partir do seu crescimento e do seu contato com o mundo.

Portanto é imprescindível que a família, os educadores e a sociedade analisem o que a criança pode, sabe e quer fazer, bem como para o que ela pode demonstrar nos diferentes momentos de sua vida, preparando-se para a jornada de tornar-se adulto.

## 06 - Introdução à ciência pedagógica

A Educação Infantil passa por intenso desenvolvimento teórico, que pode ser resumido em três pilares lógicos, indicados na Resolução no 01/1999 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado. .

Da Educação Infantil deve irradiar a cultura da tolerância e do reconhecimento das riquezas da diversidade cultural, identitária e religiosa, de modo que a liberdade vital da criança seja conquistada mediante à incorporação de normas de conduta que se apoiam na lógica de equidade, justiça e isonomia.

A Educação Infantil valoriza direitos de cidadania, o pensamento crítico e o respeito à ordem democrática. Os princípios políticos se desdobram a partir dos valores essenciais da democracia, que correspondem a uma cultura geral de tolerância, criticidade e responsabilidade. Para funcionar adequadamente na ordem político-democrática, a criança precisa ser educada para a cidadania. A Educação Infantil não é um simples repositório de conhecimento científico, para que se torne cidadã apta a participar criticamente da construção de uma ordem social norteada pela liberdade e pela justiça. O que distingue o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade. A criança precisa aprender a participar ativamente de interações que transcendam as dimensões racional e política e se orientem por categorias que exprimam o belo, o lúdico e as sensações mais nucleares do espírito.

A arte é um capítulo fundamental da educação de crianças, que se aperfeiçoam na medida em que desenvolvem a capacidade de projetar sensações e ideias em objetos externos (trabalhos) e apreender a linguagem estética. Por fim, a liberdade de expressão, que no plano político se relaciona com o direito de manifestação, no aspecto estético significa a plena capacidade de exprimir-se artisticamente, o que é uma característica de adequado desenvolvimento da identidade.

## 07 - Considerações finais

Neste trabalho, podemos perceber que nos primeiros Jardins de Infância, tinham como destaque a importância de cultivar o espírito infantil, sendo que para isso era fundamental a atividade dos infantes. Os aspectos do desenvolvimento infantil colocando o crescimento físico e as mudanças psicológicas, o equilíbrio emocional e a adaptação social, dependentes de condições genéticas e de circunstâncias ambientais que agem sobre todo o processo de equilíbrio da personalidade, assim como o crescimento físico dependendo da saúde e da atividade motora, a estruturação da linguagem desenvolvem-se através do contato da criança com o mundo exterior e a formação da personalidade é considerada um processo pelo qual as crianças aprendem a evitar os conflitos e a administrá-los quando aparecem, está etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste processo marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores. Compreendendo a alfabetização com o domínio das técnicas da leitura e da escrita, quando as crianças entendem a relação entre letra e sons e começam a escrever com autonomia, reunindo a leitura como parte do processo formal, durante os anos finais da infância. Os brinquedos de usos particulares no caso das meninas medievais, levaram os historiadores a chamarem brinquedos e os colecionadores de miniaturas, uma enorme dificuldade de porcentagem em separar o que seria uma boneca de brinquedo, de outras imagens e estatuetas que nos tem sido apresentadas depois de muitos séculos, as misturas das brincadeiras entre crianças e adultos são uma forma na qual aplicaram para perceberem que eram iguais. A Educação Infantil aumentou no Brasil e no mundo, para acompanhar a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças estruturais das famílias, para a sociedade era mais importante cuidar da primeira infância nas escolas, a expansão da educação infantil tornou-se um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos. Por fim, o que diferencia o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade.

## REFERÊNCIAS

MARAFON, Daniele et al. **Infância, Criança e Professores do Município De Paranaguá - Um Estudo De Caso.** 2013. 1 1 f. Tese (Doutorado) -, Paraná, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1\\_OI\\_51\\_5252.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1_OI_51_5252.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

**KISHIMOTO, Tizuko Mochida.** História da infância Referenciais: Jogos Tradicionais *Infantis*. Primeira edição são Paulo, Editora vozes, 1993

**HAMZE, Amélia.** Prof.<sup>a</sup> da FEB/CETEC, FISO e ISEB Barretos são Paulo

**CARVALHO, Romulo da Silva** **Psicologia da educação.1952** na Atlântida Editora (Coimbra),

**PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>**Aldemira Dias Ferreira<sup>2</sup>Keirin Pereira de Freitas<sup>2</sup>Natanael Nizer<sup>2</sup>Roselene Pedroso<sup>2</sup>Mário Bandiera<sup>3</sup>**RESUMO**

Ao analisarmos a questão da história da educação da infância, verificamos a caminhada percorrida, desde a época em que se considerava a criança como um adulto em miniatura, sendo que atualmente se aceita a concepção de que ela vive em um mundo próprio, cabendo ao adulto compreendê-la. A criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir, que lhes são características de cada idade, como sujeito social e histórico ela estabelece a sua identidade de dona e protagonista de sua história e sua cultura. Na Declaração Universal dos Direitos da Criança proclamada pela ONU, está descrito que os anos mais importantes para o desenvolvimento da criança são os seis primeiros.

Quando a criança chega aos seis anos, ela já passou por várias experiências antagônicas: o amor ou a rejeição, o carinho ou a agressão, o cuidado ou a descuido, a certeza ou a dúvida, a alegria ou a tristeza. É neste período que se consolida a formação da personalidade infantil. Portanto, criança tem o direito de ser criança, pois do contrário estaremos prejudicando o seu desenvolvimento emocional.

O estudo do comportamento da criança do zero aos 12 anos é de suma importância, pela formação emocional, social e intelectual. Além disso, quando se fala em processo educacional, esta etapa é a base da alfabetização, sendo necessário trabalhar com a coordenação motora ampla e fina, com a percepção de tempo e de espaço, a codificação e decodificação de símbolos, o lúdico, a percepção visual e a percepção auditiva.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado.

1

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao SEDEPEX.

<sup>2</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia da segunda Fase.

<sup>3</sup> Professor da Uniarp, Orientador da equipe.

A Educação Infantil é a base para a formação da criança, que precisa aprender a participar ativamente de interações que vão além dos conhecimentos científicos, mas que orientem para o belo, o lúdico e as sensações de prazer e respeito mútuo.

**PALAVRAS CHAVE:** Infância, Educação, Legislação.

## 01 – Introdução

Este trabalho foi proposto aos acadêmicos do Curso de Pedagogia 2020, envolvendo os componentes curriculares de Fundamentos Metodológicos da Educação infantil, Fundamentos Metodológicos da Alfabetização, História da Educação, Psicologia da Educação e Introdução às Ciências Pedagógicas. Os princípios científicos para educação na infância, tema proposto têm por objetivo responder como os diferentes componentes curriculares contribuem para a compreensão da educação na infância, e conhecer um pouco sobre sua história, princípios, processos, conceitos bem como conhecer e compreender seus principais pontos, apresentando seus princípios e respostas onde irão identificar a base da aprendizagem, promovendo a integração e a interdisciplinaridade, em busca do conhecimento.

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisas de crianças, sob o ponto de vista dos adultos, como pessoas sérias que não dispõem mais de tempo para tais práticas. Mas nem sempre as brincadeiras e jogos infantis foram consideradas como atividades de crianças. Em um período compreendido como idade média século XIII, estes jogos e brincadeiras eram brincadeiras também de adultos.

## 02 - História da infância

Na antiguidade não se tratava da infância na educação, sendo que a criança era considerada como um adulto em miniatura. Com o passar dos anos e após muitos estudos, começou a se entender que a criança tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são próprias. Surgem os primeiros Jardins de Infância, nos quais destacava-se ser importante cultivar as almas infantis e para isso o fundamental era a atividade das crianças. Nos jardins de infância, as crianças eram consideradas como pequenas sementes, que adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente desabrochariam em um clima de amor, simpatia e encorajamento e que estariam livres para aprender sobre o mundo, orientadas pelas professoras que eram consideradas como jardineiras.

## CONCEITO EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Marafom (2013) O conceito de Educação Infantil se modificou do que foi chamado de “educação pré escolar”, e que era entendida como todo o atendimento fora da família prestado à crianças que não frequentavam o que se considerava escola. A Educação Infantil sofreu várias transformações; primeiro tinha o caráter familiar de atendimento à criança pequena, as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto, como o termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio, e o termo italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga. Depois, passou a ter atendimento assistencialista ou compensatório, em decorrência da forte industrialização e do grande número de mulheres que deixaram seus lares para trabalhar nas fábricas.

A discussão que iniciamos como base para a construção do corpo teórico de análise das concepções de criança e de educação infantil tem como objetivo evidenciar a necessidade de estar construindo múltiplos olhares sobre a criança e a infância. Pois, quando falamos de criança muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos históricos, econômicos, cultural, político, entre outros, que colaboram para a construção de tais significados e concepções.

Em relação ao conceito de educação infantil, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Até muito recentemente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos era visto como tendo caráter apenas médico e assistencial e grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.

Ao longo do tempo a concepção a educação infantil foi marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

## 03 - Psicologia na infância

A Psicologia Infantil é o estudo do comportamento da criança, do zero aos 12 anos, incluindo a análise das características físicas, cognitivas, motoras, linguísticas, perceptivas, sociais e emocionais, desde o nascimento até a adolescência. Testes de inteligência (Stanford Binet), análise de comportamentos, comparação de desenvolvimento físico e intelectual (Gesell), variáveis ambientais (Watson), variáveis psicológicas, da percepção e cognição (Piaget) e a importância do comportamento dos pais no desenvolvimento dos filhos (Freud). Ou seja, a psicologia da educação busca meios de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. O estudo da motivação representa a busca de explicações para o próprio objetivo da psicologia: o comportamento humano, já a emoção é um complexo de estado de excitação de que participa o organismo todo e é usado para significar os sentimentos e os estados afetivos em geral. Na psicologia da Gestalt toda percepção é um todo que não pode ser compreendido pela separação em partes. O comportamento emocional também é definido como " afetos e reações desordenadas".

## 04 - Alfabetização na infância

A alfabetização é uma mágica na infância: a criança que chegou da Educação Infantil e só reconhecia as letras do alfabeto, de repente passa a unir sílabas, codificar e decodificar sílabas e compreender o sentido das palavras e frases. Começa a ler em voz alta todas as palavras que encontra, em todos os lugares onde vai. Por isso esta etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste momento tão marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores.

Pode-se entender a alfabetização como o domínio da técnica da leitura e da escrita, quando a criança entende a relação entre letra e som e começa a escrever com autonomia, incluindo-se a leitura como parte do processo formal da alfabetização, que pode iniciar durante os anos finais da Educação Infantil, sendo um marco que deve ser respeitado, pois, a partir dos seis ou sete anos o sistema nervoso já está amadurecido e as células nervosas estão com uma camada que as amadurece e as deixa prontas para absorver essas informações. Quando se fala em alfabetização, deve-se analisar que para dominar a escrita, é preciso trabalhar, com a criança a sua coordenação motora fina, a noção de tempo e de espaço, a decodificação de símbolos, a percepção visual e a capacidade de discriminar sons.

O Ensino Fundamental de nove anos ampliou um ano dos anos iniciais, para dar para a criança um período mais longo para as aprendizagens próprias desta fase, inclusive a introdução à alfabetização. A alfabetização não é só reconhecer letras e sons, mas também saber utilizá-los em um contexto, compreendendo os significados e o contexto.

## 05 - Princípios Metodológicos da Educação Infantil

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisa de criança, e sob o ponto de vista dos adultos, não havia tempo para tais práticas. Mas nem sempre a brincadeira e jogos infantis foram brincadeiras de crianças. Em um período compreendido como idade média, em torno do século XIII, os jogos e brincadeiras eram também praticados pelos adultos.

Os brinquedos de uso particulares no caso das meninas medievais têm levado aos historiadores dos brinquedos e aos colecionadores de bonecas e de brinquedos miniaturas, uma enorme dificuldade em separar o que seria uma boneca de brinquedo de outras imagens e estatuetas que nos têm sido mostradas depois de muitos séculos, pois as bonecas, de acordo com Áries (1981), sempre tiveram uma significação religiosa. A mistura das brincadeiras entre crianças e adultos seria uma forma na qual poderiam perceber que eram iguais. Um sentimento não existente quanto a criança, como ser diferente e frágil. As brincadeiras populares se envolviam em jogos de azar o que não era visto de maneira reprovada, pois as crianças e os adultos viviam de forma igual, sendo que o mundo adulto era o mundo que a criança estava inserida como igual.

Durante esta evolução histórica, surge a compreensão da infância, como um período especial, caracterizado entre a gestação e a faixa etária de zero aos 12 anos de idade, sendo de suma importância olhar para o desenvolvimento dessa fase com uma maneira diferenciada, uma vez que as experiências deste período influenciarão no bem estar físico, emocional e cognitivo da criança, refletindo em toda a sua trajetória de vida e construção da sua identidade, valorizando os seguintes aspectos: desenvolvimento integral que se refere ao desenvolvimento físico, social, cognitivo e emocional, bem como aos processos de aprendizagem, de crescimento, de maturação e de aquisições significativas. Individualidade e subjetividade: é o processo de constituição e pertencimento do indivíduo, desenvolvendo as características sociais e geneticamente transmitidas e adquiridas. Exposição ao mundo das regras: é a apresentação das crianças ao mundo de espaço e de tempo, com limites, disciplinas e horários, organizando a rotina das crianças.

O investimento envolve todos os cuidados e as responsabilidades dos pais e do estado que deve prover políticas públicas voltadas para a melhoria e qualidade da saúde e da vida maternal e infantil. Brincar é uma das melhores ferramentas para o alcance do desenvolvimento saudável e da educação integral da criança, proporcionando a ela um mundo que esteja acima do real e favorecendo a criatividade, a afetividade e o vínculo afetivo e emocional.

A criança é considerada um ser dependente, pois necessita de cuidados físicos, psíquicos e emocionais, não podendo ser confundida com passividade, pois ela vai se desenvolvendo a partir do seu crescimento e do seu contato com o mundo.

Portanto é imprescindível que a família, os educadores e a sociedade analisem o que a criança pode, sabe e quer fazer, bem como para o que ela pode demonstrar nos diferentes momentos de sua vida, preparando-se para a jornada de tornar-se adulto.

## 06 - Introdução à ciência pedagógica

A Educação Infantil passa por intenso desenvolvimento teórico, que pode ser resumido em três pilares lógicos, indicados na Resolução no 01/1999 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado. .

Da Educação Infantil deve irradiar a cultura da tolerância e do reconhecimento das riquezas da diversidade cultural, identitária e religiosa, de modo que a liberdade vital da criança seja conquistada mediante à incorporação de normas de conduta que se apoiam na lógica de equidade, justiça e isonomia.

A Educação Infantil valoriza direitos de cidadania, o pensamento crítico e o respeito à ordem democrática. Os princípios políticos se desdobram a partir dos valores essenciais da democracia, que correspondem a uma cultura geral de tolerância, criticidade e responsabilidade. Para funcionar adequadamente na ordem político-democrática, a criança precisa ser educada para a cidadania. A Educação Infantil não é um simples repositório de conhecimento científico, para que se torne cidadã apta a participar criticamente da construção de uma ordem social norteada pela liberdade e pela justiça. O que distingue o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade.

A criança precisa aprender a participar ativamente de interações que transcendam as dimensões racional e política e se orientem por categorias que exprimam o belo, o lúdico e as sensações mais nucleares do espírito. A arte é um capítulo fundamental da educação de crianças, que se aperfeiçoam na medida em que desenvolvem a capacidade de projetar sensações e ideias em objetos externos (trabalhos) e apreender a linguagem estética. Por fim, a liberdade de expressão, que no plano político se relaciona com o direito de manifestação, no aspecto estético significa a plena capacidade de exprimir-se artisticamente, o que é uma característica de adequado desenvolvimento da identidade.

## 07 - Considerações finais

Neste trabalho, podemos perceber que nos primeiros Jardins de Infância, tinham como destaque a importância de cultivar o espírito infantil, sendo que para isso era fundamental a atividade dos infantes. Os aspectos do desenvolvimento infantil colocando o crescimento físico e as mudanças psicológicas, o equilíbrio emocional e a adaptação social, dependentes de condições genéticas e de circunstâncias ambientais que agem sobre todo o processo de equilíbrio da personalidade, assim como o crescimento físico dependendo da saúde e da atividade motora, a estruturação da linguagem desenvolvem-se através do contato da criança com o mundo exterior e a formação da personalidade é considerada um processo pelo qual as crianças aprendem a evitar os conflitos e a administrá-los quando aparecem, está etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste processo marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores.

Compreendendo a alfabetização com o domínio das técnicas da leitura e da escrita, quando as crianças entendem a relação entre letra e sons e começam a escrever com autonomia, reunindo a leitura como parte do processo formal, durante os anos finais da infância. Os brinquedos de usos particulares no caso das meninas medievais, levaram os historiadores a chamarem brinquedos e os colecionadores de miniaturas, uma enorme dificuldade de porcentagem em separar o que seria uma boneca de brinquedo, de outras imagens e estatuetas que nos tem sido apresentadas depois de muitos séculos, as misturas das brincadeiras entre crianças e adultos são uma forma na qual aplicaram para perceberem que eram iguais.

A Educação Infantil aumentou no Brasil e no mundo, para acompanhar a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças estruturais das famílias, para a sociedade era mais importante cuidar da primeira infância nas escolas, a expansão da educação infantil tornou-se um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos. Por fim, o que diferencia o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade.

## REFERÊNCIAS

MARAFON, Daniele et al. **Infância, Criança e Professores do Município De Paranaguá - Um Estudo De Caso.** 2013. 1 1 f. Tese (Doutorado) -, Paraná, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1 OI 51 \\_5252.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1 OI 51 _5252.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

KISHIMOTO, Tizuko Morschida. **História da infância Referenciais: Jogos Tradicionais Infantis.**

HAMZE, Amélia. Prof.<sup>a</sup> da FEB/CETEC, FISO e ISEB

*CARVALHO, Romulo da Silva Psicologia da educação*

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Andressa dos Santos Souza<sup>2</sup>

Andrieli Gladun<sup>2</sup>

Kelly Luana dos Santos<sup>2</sup>

Michele Aparecida Fogues Batista<sup>2</sup>

Beatriz Coscodai<sup>3</sup>

### RESUMO

Na segunda fase do Curso de Pedagogia, os princípios científicos na Educação da Infância podem ser conhecidos através dos componentes da história, da psicologia, da alfabetização, da Introdução aos conceitos e da metodologia da Educação Infantil. O objetivo deste artigo é identificar como os componentes curriculares da segunda fase de Pedagogia da UNIARP, contribuem para a compreensão da educação na Infância. Trata-se de um estudo quantitativo, de caráter analítico-descritivo acerca das literaturas básicas e complementares abordadas por cada componente curricular – História e Psicologia da Educação, Alfabetização, Introdução à Pedagogia e Metodologia da Educação Infantil. Conclui-se que a Educação Infantil é um processo que passa por diversas etapas extremamente importantes para o desenvolvimento da criança. Por isso é importante que se paute em princípios científicos utilizando várias ciências afins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Ciência; Infância.

### INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é compreender como os componentes curriculares que compõem a 2ª Fase do Curso de Pedagogia da UNIARP contribuem para a compreensão da educação na infância.

Entre estes componentes estão: a História da Educação; Introdução à Ciência; Psicologia da Educação; Metodologia da Educação Infantil e Metodologia da Alfabetização. Apesar de suas especificidades, todos estão interligados e direcionam-se à formação do pedagogo para a educação infantil.

O Estudo é de natureza qualitativa, do tipo descritivo com base nos materiais bibliográficos básicos utilizados e na literatura complementar sugerida por cada componente curricular.<sup>1</sup>

### DESENVOLVIMENTO

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao SedepeX

<sup>2</sup> acadêmicas do Curso de Pedagogia – Fase II

<sup>3</sup> Professora Orientadora.

## **História da educação**

Como o conceito de infância é algo bastante recente, sendo inexistente em boa parte da história, compreender a sua trajetória é de extrema importância para compreensão de toda produção teórica sobre a educação infantil como também as práticas a ela destinadas.

Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram muito precárias, o que gerava um alto índice de mortalidade infantil. Contudo, isso não resultava em nenhum problema social ou familiar.

[...] a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87)

E, ainda assim, as crianças que conseguiam atingir uma certa idade não possuíam identidade própria, só vindo a tê-la quando conseguissem fazer coisas semelhantes àquelas realizadas pelos adultos, com as quais viviam de maneira semelhante. Aos adultos que lidavam com as crianças não era exigida nenhuma preparação. Tal atendimento contava com as chamadas criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias.

Vale ressaltar também que o tratamento dado a uma criança do sexo masculino era, em muitos casos, diferente do tratamento recebido por uma criança do sexo feminino, pois “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição” (HEYWOOD, 2004, p.76). A respeito disso, basta verificarmos que desde o século XII até início do século XX, a sociedade vem criando conceitos e modelos para infância, além de mecanismos que a valorizem, principalmente a infância pobre e desvalida, pois de acordo com a obra de Aries, o sentimento sobre a infância se dá nas camadas mais nobres da sociedade.

## **Introdução à ciência pedagógica**

O ato de educar e aprender é intrínseco ao ser humano. Não há como viver sem educação, ela faz parte de nossas vidas. Todas as civilizações desenvolveram suas formas próprias de ensinar e aprender, tornando a educação um processo amplo e inerente aos espaços da família, da escola e de toda a vida social. Ele “ocorre no ônibus, em casa, na igreja, na família e todos nós fazemos parte deste processo” (BRANDÃO, 1985, p.7).

Além da amplitude relativa aos espaços onde ocorre este aprender, as concepções de educação também foram se tornando cada vez mais vastas de acordo com a expressão de cada cultura e suas ideologias. A diversidade e infinitude de conceitos sobre educação decorre, em grande parte, da maneira como a sociedade produz sua existência e suas relações sociais, bem como do papel atribuído a esta educação neste processo.

Para Hubert (1996) a educação “é conjunto das ações e das influências exercidas

voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente adulto em jovem" (p.94). Já para Brandão (1985: p.85), a educação "é todo conhecimento adquirido com a vivência em sociedade, seja ela qual for. [...] não existe um modelo para se educar, não existe uma única maneira". Numa perspectiva mais pragmatista, o filósofo John Dewey concebia a educação "como um processo de contínua reconstrução da experiência [...]" (DEWEY apud COTRIM, 1987, p..225).

Pensando no campo da infância, a educação pode ser definida como o processo de socialização dos indivíduos, que visa o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. Neste sentido, a educação não se limita a instrução ou a transmissão do conhecimento, mas torna possível o desenvolvimento da autonomia e também do pensamento crítico, aperfeiçoando habilidades e competências desenvolvidas no decorrer de nossas vidas. Educar na Infância significa, portanto,

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23-24).

## A Psicologia da educação na Infância

Ao falar sobre a infância, são significativas as contribuições também da psicologia, principalmente em relação ao desenvolvimento infantil. Um dos grandes teóricos desta área é o suíço Jean Piaget (1896-1980) que, ao estudar o desenvolvimento cognitivo das crianças desde seu nascimento, definiu quatro estágios para caracterizar cada período deste: **o estágio sensório-motor**, que vai do nascimento aos dois anos; **o pré-operacional**, que vai dos dois aos sete anos; **o operacional concreto**, que vai dos sete aos onze anos; e, por fim, **o operacional formal**, que segue dos onze anos em diante. Naturalmente, estas faixas etárias não são estanques e podem sofrer alguma variação.

De acordo com Rappaport, o desenvolvimento cognitivo, não consiste em produzir cópias internalizadas da realidade externa, mas sim, em produzir estruturas lógicas que permitam ao indivíduo atuar sobre o mundo de formas cada vez mais flexíveis e complexas. A autora também descreve os componentes de cada estágio

(...) o primeiro estágio diz respeito ao descobrimento do mundo pela criança por meio dos seus órgãos sensoriais e, consequentemente, às habilidades adquiridas a partir desta interação. O segundo, tem relação com a capacidade da criança de internalizar as informações sensoriais por meio da imaginação. O terceiro, tem a ver com a presença dos objetos concretos no raciocínio. E, por fim, o quarto estágio é o período em que a criança tem habilidade suficiente para produzir esquemas mentais abstratos. (1981, p.52)

Neste sentido, cabe à educação conhecer e organizar sua prática pedagógica de forma a estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo de maneira a gerar maturações que permitam à criança ir avançando em seu conhecimento através da sua interação com a realidade que a cerca.

## Metodologia da Educação Infantil

Considera-se fundamental que a educação da Infância esteja organizada em torno de quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Nesta organização, além destes fundamentos, também é imprescindível que no trabalho pedagógico esteja muito presente o cuidar, o educar e o brincar no cotidiano das instituições e escolas, favorecendo a "vivência e a experimentação, o ensino globalizado, a participação ativa da criança, a magia, a ludicidade, o movimento, o afeto a autonomia e a criatividade infantil" (MORENO, 2007 p. 56).

A atividade lúdica é essencial porque através dela a criança amplia seu espaço de interação e aprende brincando. O ambiente lúdico é mais aconchegante e mais estimulador para o seu aprendizado. As crianças, quando bem cuidadas, são sementes de amor, paz e esperança. Não existe ser mais incrível, mais justo, mais solidário e sem preconceitos que nossos pequenos.

### **Os processos de alfabetização na Infância**

Quando a Pedagogia aborda a Infância, seu olhar correlaciona práticas escolares com ações educativas no sentido de compreender e intervir em alguns processos, dentre os quais se destaca alfabetização.

Kramer e Abramovay (1985, p.104-105) afirmam que: "a alfabetização não é um momento que se inicia repentinamente, mas é um processo em construção". Isto quer dizer, entre outras coisas, que a alfabetização não se dá apenas num momento estanque, dentro da escola, na primeira série dos anos iniciais, mas é uma construção social, que começa mesmo antes da escola. "Além disso, prossegue ao longo de todo o ensino regular ou fora dele" (KRAMER E ABRAMOVAY, 1985, p.109). Emília Ferreiro também partilha desta visão, quando afirma que a psicogênese da escrita é, também, formativa. A autora parte, na área da alfabetização, da ideia de que as crianças formam hipóteses sobre o texto escrito e que o educador precisa levar em consideração o que ela apresenta

Além disto, no que diz respeito à alfabetização, considera que há pelo menos dois níveis de aprendizagem, a saber: o pré-silábico e o silábico. De acordo com Ferreiro (1999), o primeiro é um momento de descobertas e tentativas; é o momento em que se situam as hipóteses sobre o texto escrito de que se falou no parágrafo anterior: a criança desenha, rabisca, mas não faz necessariamente conexões entre a escrita e a pronúncia. Já no segundo, o nível silábico, diz respeito ao momento em que a criança passa a identificar a letra com o som e, assim, vai gradativamente construindo seu processo de alfabetização.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Infantil é um processo que passa por diversas etapas extremamente importantes para o desenvolvimento da criança e que serão decisivas na sua fase adulta. Por esta razão, a extrema importância de que o pensamento científico seja norteador de toda prática do educador valendo-se das mais diferentes áreas do conhecimento com o propósito maior de orientar e subsidiar as intervenções pedagógicas ao longo do processo da Educação na Infância.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. & KRAMER, S. "O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola." In: **Cadernos CEDES**. Número 9. São Paulo: Cortez, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Referência curricular para a educação**. MEC, 1998.

COTRIM, Gilberto. Educação para uma escola democrática. São Paulo, Saraiva, 1987.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUBERT, René. **Educação e formação**. 1996. Disponível em: <http://supervisaoclinicanaenfermagem.wikidot.com/educacao-e-formacao> . Acessado em 15/06/2020.

MORENO, Lupion Gilmara. "Organização do Trabalho Pedagógico na Instituição de Educação Infantil." In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. Londrina: Humanidades, 2007,

RAPPAPORT, Clara Regina et al. **Psicologia do desenvolvimento - conceitos fundamentais**. São Paulo: EPU – 1981(V.1).

ROCHA, Semíramis. **Memorial do grupo de estudos em saúde da criança e do adolescente: 1991 a 2002**. Ribeirão Preto (SP): FIERP, 2002.

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA

Angélica Aparecida de Oliveira1

Janaína Tasca Mryglod2

Caroline Pozza3

Lilian da Silva4

Rozineide Francisca de Quadra5

Professora orientadora :Ana Paula Carneiro Canalle

**Área Temática: Multidisciplinar**

**Resumo:** Tendo em vista os altos índices de fracasso escolar, principalmente se tratando da alfabetização, surge a necessidade da criação de uma nova teoria, a Psicogênese da escrita. Essa teoria foi desenvolvida por Jean Piaget, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, com o objetivo de mostrar como a criança constrói hipóteses sobre a escrita, antes mesmo de compreender o sistema alfabetico, dessa forma, dá-se peso excessivo para um aspecto exterior da escrita, a compreensão de sua natureza e sua organização. Essa idéia chegou ao Brasil aproximadamente na década de 80 e, a princípio foram chamadas erroneamente, de um novo método de alfabetização. Dentre suas características é possível destacar a negação ao uso de cartilhas no processo de alfabetização, a simpatia pelo uso de textos na alfabetização e o caráter construtivista da teoria. A Psicogênese da escrita é dividida em quatro níveis: pré-silábico, silábico, silábico-alfabetico e alfabetico. O nível pré-silábico ocorre quando a criança tem por volta de seis anos e está no início do primeiro ano, nesta fase o aluno já é capaz de diferenciar letras, números e desenhos, mas não reconhece os sons das letras (grafema e fonema). Sendo assim, mistura a posição das letras e acredita que apenas com três letras quaisquer já formou uma frase. Quando ocorre a passagem para o nível silábico, o aluno passa a atribuir apenas uma letra para o som de cada sílaba. Por exemplo, a palavra "bala" pode ser escrita apenas com duas vogais formando "aa" ou apenas duas consoantes "bl", vindo a formar palavras monossílabas sem sentido algum. É válido ressaltar que nesta hipótese, a criança pode acertar o som da letra, ou não. Para que ocorra a passagem de um nível a outro de forma adequada, respeitando as limitações da criança, o estímulo do professor é

muito importante. O professor pode auxiliar fornecendo atividades que estimulem a criança a criar hipóteses de escrita e expandi-las. Além de aperfeiçoar a oralidade, a construção de palavras desperta para a leitura, para que no fim haja a concepção da escrita.

**Palavras -chave:** Criança; Psicogênese e Alfabetização .

### **Introdução :**

Diante os altos índices de fracasso escolar, principalmente na fase de alfabetização, surge na necessidade da criação de uma nova teoria, a Psicogênese da escrita. Juntando os conhecimentos da psicolinguística e a teoria psicológica e epistemológica de Jean Piaget, Emília Ferreiro e Ana Teberosky mostraram como a criança constrói diferentes hipóteses sobre o sistema de escrita, antes mesmo de chegar a compreender o sistema alfabetico. Suas ideias chegaram ao Brasil na década de 80 e, a princípio, foram consideradas, erroneamente, como um novo método de alfabetização.

A teoria da psicogênese julga a prontidão das crianças para o aprendizado da leitura e da escrita por meio de avaliações de percepção (capacidade de discriminar sons e sinais, por exemplo) e de motricidade (coordenação, orientação espacial etc.). Dessa forma, dá-se peso excessivo para um aspecto exterior da escrita (saber desenhar as letras e deixar de lado suas características conceituais, ou seja, a compreensão da natureza da escrita e sua organização).

A alfabetização não ocorre desligada do conteúdo da escrita. Métodos tradicionais insistem em introduzir os alunos à leitura com palavras aparentemente simples e sonoras (como babá, bebê, papa), mas que, do ponto de vista da assimilação das crianças, simplesmente não se ligam a nada. Segundo Emilia Ferreiro, a alfabetização também é uma forma de se apropriar das funções sociais da escrita. De acordo com suas conclusões, desempenhos díspares apresentados por crianças de classes sociais diferentes na alfabetização não revelam capacidades desiguais, mas o acesso maior ou menor a textos lidos e escritos desde os primeiros anos de vida

Emilia Ferreiro recusa o uso de cartilhas na alfabetização. Segundo ela a função social deve ser estimulada com o uso de textos de atualidade.

Numa proposta construtivista de ensino, a sala de aula se transforma totalmente, criando-se o que se chama de ambiente alfabetizador. Na busca de alternativas e respostas a tantos questionamentos. Ela afirma que todos os conhecimentos têm uma gênese, explicitando quais são as formas iniciais de conhecimento da língua escrita.

Por meio de sua teoria, explica como as crianças chegam a ser leitores, antes de sê-lo. Ao contrapor-se à concepção associacionista da alfabetização, a Psicogênese da Língua Escrita apresenta um suporte teórico construtivista, no qual o conhecimento aparece como algo a ser produzido pelo indivíduo, que passa a ser visto como sujeito e não como objeto do processo de aprendizagem. A psicogênese da escrita é dividida em quatro níveis: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético respectivamente.

### **Os níveis da psicogênese:**

Por volta dos seis anos quando a criança está entrando no primeiro ano, ela já consegue diferenciar letras, números e desenhos, mas, ainda, não entende os sons das letras (fonema e grafema). Sendo assim, mistura a posição das letras e acredita que com três letras quaisquer ela já formou uma palavra, então as monossílabas (palavras que possuem apenas uma sílaba) ficam difícil de entender, e também na mentalidade dela essas letras não podem se repetir para formar a palavra e nem as sílabas.

No nível silábico, existem algumas versões, isto é, o aluno poderá atribuir apenas uma letra pelo som da sílaba, como, por exemplo, a palavra “bala” ele pode escrever apenas as duas vogais “aa” sendo a primeira letra “a” para “ba” e a segunda letra “a” para “la”, ou apenas as duas consoantes “bl” sendo “b” para “ba” e “l” para “la”, ou apenas a primeira sílaba “ba” sendo “b” para “ba” e “a” para “la”, ou “al” sendo que a letra “a” representa a sílaba “ba” e a letra “l” representa a sílaba “la”, ou sem valor quando ele usa uma letra qualquer e atribui a ela um som que ele não sabe o qual, e também ele pode acertar o som da letra ou não, que no caso fica sem valor.

Para que a criança realize a passagem de nível a outros, absorvendo o máximo de aprendizado possível e respeitando seus limites é muito importante que o professor dê suporte ao aluno. Este suporte pode ser prestado a partir da proposição de atividades que estimulem os alunos a

desenvolver cada vez mais a escrita, respeitando as necessidades de cada um. Há uma grande variedade de atividades que podem ser propostas tanto no nível pré-silábico quanto silábico, entre elas:

- 1- Atividades para a passagem do nível pré-silábico para o silábico:
  - a) **Palavras na colher:** utilizando colheres plásticas com figuras de objetos e animais e outras com sílabas, a criança pode tentar formar palavras utilizando as colheres com as sílabas e depois tentar indicar qual palavras formou, utilizando as colheres com as gravuras. Atividades como essa podem estimular a criança a estabelecer relação entre os grafemas e fonemas. Além disso, ao unir as sílabas, a criança estará tomando consciência da ordem dos sons nas palavras
  - b) **Escrita na farinha:** utilizando cartões com as letras do alfabeto e farinha de milho (ou areia), e crianças irá realizar uma tentativa de escrita. A criança deverá escolher um cartão aleatoriamente, e reescrever a letra contida nele na farinha de milho e posteriormente tentar formar palavras com esse mesmo método. Essa atividade poderá ter grande influência no desenvolvimento da escrita das crianças, estimulando-as a praticar a gráfica das letras e realizar tentativas de construção de sílabas e palavras.

1-) Atividades para a passagem do nível silábico para silábico alfabético:

- a) **Jogo dos dígrafos:** a professora irá dispor à criança uma caixa onde estarão vários cartões embaralhados, nesses cartões estarão diversos dígrafos. Ao escolher um cartão, a criança irá tentar escrever uma palavra que contenha o dígrafo escolhido. Esta atividade poderá auxiliar a criança no reconhecimento dos sons e na construção de palavras.
- b) **Sequência de palavras:** inicialmente, o aluno irá formar uma tabela com números e sílabas, onde cada número corresponde a uma sílaba. Posteriormente, o professor irá impor uma sequência de números, cuja união formará uma palavra. Feito isso, o aluno deverá unir as sílabas e pronunciar a palavra escrita. A realização desta atividade irá auxiliar os alunos na decodificação das palavras, o fato de visualizá-la em parte fará com que ela adquira maior noção sobre a composição das palavras.

**Considerações finais :**

Tendo em vista os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky ,podemos afirmar que o surgimento da Psicogênese da escrita teve grande importância na compreensão do processo de alfabetização.Ajudando a diferenciar cada etapa e como prosseguir diante as adversidades encontradas. Além disso,podemos enfatizar a importância de prestar suporte aos alunos,para que eles possam avançar as etapas absorvendo o máximo de aprendizado possível.

#### **Referências :**

**COMO ENSINAR AS LETRAS - MÉTODO SENSORIAL.** Taise Agostini. **YouTube.** 22 jun. 2018. 5min10s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=opNjuhV-nS4&t=2s>> 03 jul. de 2020.

**DICAS PARA O SILÁBICO AVANÇAR NA HIPÓTESE DA ESCRITA** .Janaina Spolidorio .**Youtube.**10 de out.2017.8min07s.Disponível em :<<https://youtu.be/gA58AAj6Ths>> Acesso em:16 de jun.2020 .

**FERREIRO, Emília.** **Estudiosa que revolucionou a alfabetização.** Nova escola, 2020.

**FERREIRO, Emília.** **Psicogênese da língua escrita.** Portal educação, 2020**NÍVEIS DA ESCRITA.Certa Mente Educação.****Youtube.**07de dez. 2017.3min34s.Disponível em < <https://youtu.be/V2VUxtNaLN4>> Acesso em :26 de jun. 2020 .

**5 IDEIAS EFICAZES PARA APRENDIZAGEM - COLHERES DESCARTÁVEIS.** Taise Agostini. **YouTube.** 26 set. 2017. 2min40s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hd0Xd9ZEL74&t=20s>> 03 jul. de 2020.

**PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>**Ester Wolff Ferreira<sup>2</sup>Kênia Fernanda Paes Nascimento<sup>2</sup>Raquel Moura Tibes<sup>2</sup>Neiva Terezinha Rodrigues da Silva<sup>2</sup>Ilse Behrens<sup>3</sup>**RESUMO**

Inúmeros estudos realizados na área da Educação têm nos levado a conhecer e desenvolver conceitos científicos, históricos, metodológicos e psicológicos da educação na infância, entendendo que a infância compreende o período de 0 aos 12 anos, de acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente/1990. O presente artigo objetiva refletir sobre alguns aspectos da infância, na área da Educação. Desde a Antiguidade até os dias atuais aconteceram muitas mudanças referentes à concepção de Infância e da Criança. Houve uma grande evolução, até o momento atual, onde as leis passaram a colocar a criança numa posição de destaque. A Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base Nacional Comum Curricular enfatizam a infância como o principal período do desenvolvimento humano, valorizando a criança e buscando proporcionar a ela uma educação de qualidade. As vivências, experiências e conceitos que o ser humano absorve na infância, formarão as bases para toda a sua vivência futura. Portanto, a Pedagogia deve buscar e desenvolver conhecimentos para compreender o desenvolvimento humano, desde a mais tenra infância, buscando entender as fases que se relacionam sob os aspectos científicos, históricos, psicológicos, linguísticos e metodológicos, desenvolvendo as funções emocionais e intelectuais, produzindo saberes, e auxiliando a criança no seu desenvolvimento, com qualidade de vida e felicidade.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, Infância, Alfabetização.

**INTRODUÇÃO<sup>1</sup>**

O objetivo deste artigo é levantar uma discussão envolvendo conceitos científicos, históricos, metodológicos e psicológicos da educação na infância, compreendendo a idade de zero aos 12 anos.

Esta fase pode ser considerada a fase mais importante do desenvolvimento do ser humano, sendo que durante muitos séculos foi desconsiderada e atualmente precisamos buscar novos conhecimentos para compreender o desenvolvimento dos conceitos científicos, na busca de métodos adequados para auxiliar a criança em seu processo de desenvolvimento.

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao SedepeX.

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia – Fase II

<sup>3</sup> Professora da Uniarp – Curso de Pedagogia - [behrens@conection.com.br](mailto:behrens@conection.com.br)

Com o passar dos séculos a concepção da criança e da infância foi se modificando e a própria legislação foi se adaptando, no sentido de valorizar a criança em seu processo de desenvolvimento. Num passado sombrio poucas crianças tinham acesso à educação formal e atualmente a escola é considerada um direito de todos, ao menos pelo que prescreve a legislação. A família e a escola devem estar mais unidas nesta fase do desenvolvimento infantil, sendo que há um melhor entendimento sobre a importância desta fase, com suas características próprias, com seus sonhos e a busca da felicidade.

## **História da Infância**

Na sociedade medieval tradicional não se via a criança com bons olhos. Nesta época não existia valorização da família ela existia somente para conservação dos bens ,as crianças tinham que trabalhar desde cedo, sendo considerados como adultos em miniatura “[...]para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos ,mediante a aquisição de conhecimento e experiências práticas”(Mendonça,2012,p,17) dessa forma , não era possibilitada a criação de sentimento entre pais e filhos Não havia distinção entre crianças e adultos, ambos usavam o mesmo tipo de roupa, a mesma linguagem e frequentavam os mesmos lugares.

Essa visão passou a se modificar após a Idade Moderna, com a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Constituição dos Laicos. Mas uma coisa deve ser considerada neste período: apenas a criança nobre era tratada melhor, em detrimento da criança pobre. Neste contexto histórico e social surge a figura do pedagogo que era o escravo que conduzia a criança até a escola. A criança, numa nova perspectiva passa a ser considerada de grande relevância na sociedade, com direitos e com necessidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais a serem supridas.

Atualmente a infância exige especialistas na área da educação, sendo que a noção de infância na modernidade se articula dentro de uma política de verdade, amparada pela autoridade do saber e pela legislação. A maneira como a infância é vista atualmente é mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília 1998), que vem afirmar que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Portanto, durante o processo de construção do conhecimento as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens utilizando a capacidade de terem ideias e hipóteses sobre o que querem conhecer, sendo este um trabalho de criação, significação e ressignificação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ressalta a importância da educação infantil, tornando-a primeira etapa da educação básica, apoiado pela criação do Conselho da Criança e do Adolescente no ano1990, sendo relevante citar também o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular.

## **Psicologia da Educação na Infância**

A psicologia infantil é a área da saúde mental das crianças, isso mesmo, a psicologia infantil estuda as fases do desenvolvimento físico e psicológico de uma criança, os possíveis conflitos que essas fases podem trazer, os comportamentos esperados para cada idade, e os inesperados também.

Além disso, conta com intervenções e métodos específicos para o atendimento, e diagnóstico de possíveis transtornos e comportamentos infantis.

O estudo da psicologia infantil começa desde o nascimento da criança, até os 16 anos, que é quando o indivíduo passa a se enquadrar na psicologia do adolescente. Já os atendimentos dos psicólogos infantis são destinados a crianças de 1 ano e meio de idade, até crianças de 16 anos.

Existem muitos questionamentos acerca do papel do psicólogo na instituição educacional. Algumas práticas do passado perduram ainda hoje e, em busca de uma identidade profissional, muitas atuações do psicólogo no espaço escolar ficaram restritas a uma aplicação dos conhecimentos psicológicos na educação (uma psicologia da aprendizagem aplicada à educação, uma psicologia do desenvolvimento aplicada à educação...). Uma posição diferenciada deste profissional implica um “olhar” para além do âmbito educativo, ou seja, perceber as questões históricas, econômicas, políticas e sociais que engendram a instituição educativa. Partindo da compreensão de que o homem é social e historicamente constituído, a intervenção do psicólogo deve estar centrada para as situações educativas, considerando o indivíduo em todos os aspectos (físicos, afetivos, sociais, cognitivos).

Perante este posicionamento, o profissional da Psicologia não atua somente diante das dificuldades que surgem, mas também na prevenção de que tais dificuldades possam emergir do contexto escolar. O psicólogo na instituição educativa pode trabalhar diversos aspectos que fazem parte do contexto educacional. Sua intervenção pode se dar na contribuição de conhecimentos para a formação dos profissionais que atuam neste nível de ensino; auxiliar a formação de uma proposta pedagógica que promova o desenvolvimento infantil por meio de um ambiente escolar adequado; analisar e formular uma rotina de atividades considerando as interações criança-criança e criança-adulto, entre outros. Isto mostra o profissional da Psicologia como membro da equipe da Educação disponibilizando os conhecimentos psicológicos para serem utilizados no espaço educativo.

## **Educação Infantil: preparando para Alfabetização**

A alfabetização é um processo que começa muito antes da entrada da criança na escola, onde é submetida a mecanismos formais de aprendizagem da leitura e da escrita, sendo um processo pelo qual se adquire o domínio de um sistema linguístico e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, dominar as ferramentas e o conjunto de técnicas necessárias para exercer a arte e a ciência da escrita e da leitura. Tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas, pois enquanto a alfabetização se preocupa com a aquisição da escrita, o letramento é muito mais amplo, se preocupando com a função social da leitura e da escrita.

A expressão letramento aparece junto da alfabetização pois o domínio mecânico da leitura e da escrita torna-se insuficiente na sociedade atual e a escola se vê na obrigação de introduzir seus alunos no uso social da leitura e da escrita, não se satisfazendo mais com a habilidade de codificar/decodificar a escrita.

Portanto, é fundamental mais do que apresentar as letras, relacioná-las com os sons, com as palavras, com as frases e seus significados. Desta forma, é preciso trabalhar com textos que estimulem a leitura e a escrita dos diversos gêneros textuais analisando as finalidades da leitura e da escrita.

Araújo (1996) divide a história da alfabetização em três grandes períodos, mas podemos acrescentar mais um: o primeiro inclui a Antiguidade e a Idade Média, quando predominou a soletração; o segundo teve início entre os séculos XVI e XVIII, e se estendeu até a década de 1960, caracterizando-se pela criação de novos métodos sintéticos e analíticos; e o terceiro período iniciou em meados da década de 1980 com a divulgação da teoria da Psicogênese da língua escrita, desenvolvendo apenas a sua função social, em detrimento dos conhecimentos indispensáveis ao domínio da leitura e da escrita. Pode-se acrescentar um quarto período da reinvenção da alfabetização, que surgiu em decorrência do fracasso da utilização da teoria construtivista à alfabetização. Sabe-se, por meio de pesquisas institucionais que, hoje, no Brasil, apenas 15% dos alunos concluem a Educação Básica sabendo ler e escrever (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009). Nesse contexto, propõe-se a organização do trabalho da alfabetização com o letramento, partindo da realidade do aluno, valorizando sua oralidade e trabalhando conteúdos específicos, leitura de textos de qualidade, interpretação e produção textual, estratégias para o desenvolvimento de aspectos próprios da alfabetização aliados à sua função social.

É necessário estimular o desenvolvimento cognitivo dos alunos, desafiando-os, pois as crianças têm preferência por atividades diferentes e cada uma tem um ritmo próprio para o desenvolvimento das atividades psicomotoras, para o relacionamento com os outros, no desenvolvimento da fala e outras formas de comunicação. As crianças reagem de forma diferente umas das outras, por isso o ambiente alfabetizador precisa ser organizado e assimilar hábitos de trabalho que contribuam para a independência de cada uma. A sala de aula deve estar preparada de forma a despertar o interesse pela leitura, pela escrita e pelo manuseio do material didático.

### **Princípios Metodológicos da Educação Infantil**

A metodologia é o estudo dos métodos, ou seja, dos processos utilizados para o estudo ou apresentação de um determinado assunto. A função do professor é ajudar a criança a desenvolver suas primeiras noções e isso se dará através de diversos caminhos e formas diferenciadas para cada criança. Os instrumentos de trabalho utilizados na alfabetização são diversos e também variam de acordo com a faixa etária: livros, giz, lápis colorido, tintas, jogos, brincadeiras, cantigas, entre outras. O professor tem o papel mais importante nessa fase de formação da criança, em que é necessário desenvolver atividades que fortaleçam a capacidade motora, emocional, cognitiva e social, inserindo a criança na sociedade. Nesse processo de construção do conhecimento, é imprescindível que o lúdico esteja presente, através de brincadeiras e o faz-de-conta. Deve-se utilizar as mais variadas técnicas para envolver e ensinar as crianças, através da observação, pesquisa de campo, revisões bibliográficas, a partir da análise de dados e observação a ser realizado.

As crianças desenvolvem atos cooperativos, imitações, disputa por objetos, diálogos. É a partir daí que a criança terá grande desenvolvimento em situações que vão aparecer no cotidiano da creche, da pré-escola e no ambiente familiar. Compete ao professor organizar situações de aprendizagem nas quais sejam oferecidas às crianças momentos de conversa, brincadeiras e experimentações, exploração de objetos, interação com crianças de idades diferentes e da mesma idade, vivenciados em espaços e ambientes diferenciados, respeitando a individualidade das crianças. O professor deve considerar em suas práticas os conhecimentos prévios das crianças ver o que implica utilizar alguns instrumentos no etológico que favoreçam essa

investigação iniciando pela observação cuidadosa mais atento deve estar o professor visto que não se comunicam verbalmente." (Salgado Souza, 2012, p.23)  
O aprendizado de uma criança é como uma escada cada passo apreendido é um degrau que ela sobe.

### **Ciência Pedagógica na Infância**

Estudos voltados à Ciência Pedagógica no contexto educacional infantil são relevantes para contribuir, significativamente no desenvolvimento integral da criança. Ensinar cientificamente possibilita o contato com o mundo das ciências, construções de identidade e, posteriormente, conhecimentos sobre o lugar no qual a criança está inserida. A educação infantil corresponde à primeira etapa da educação básica que atende crianças de zero a 5 anos em creches e pré-escolas. Encontra-se regulamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, documento de grande valia no Brasil, dá suporte ao atendimento à criança pequena (BRASIL, 2010). Em 2013 com a lei nº12.796 houve reformulação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), quando a educação Infantil se tornou uma obrigatoriedade. Diante da complexidade do mundo em que vivemos, com discussões que passam por diferentes áreas do conhecimento, como a Ciência e a Tecnologia, a educação científica vem sendo discutida, necessitando de todo um amparado social, familiar e educacional para a construção de conhecimentos que levem à compreensão da educação científica partindo da realidade onde as crianças vivem.

Os docentes precisam reconhecer a Educação Científica como um suporte para o desenvolvimento integral da criança, compreendendo que o início da formação escolar é mais importante do que ensino superior, pois dá a base para a sua formação. A Educação Científica dá oportunidade para as crianças explorarem e entenderem o que a rodeia, sob os aspectos humano, social e cultural. A função do educador infantil na educação científica é de criar condições para que o aluno, desde muito cedo, aprenda a pesquisar, criar uma prática de produções e socializações do seu conhecimento, buscando a autonomia e tornando-se um ser com independência intelectual. Os educadores infantis precisam educar de forma estimuladora, despertando a criatividade dos educandos, visando torná-los críticos e ativos no processo educacional e não passivos decoradores de conteúdo. Eles irão construir seu conhecimento aliando a teoria e a prática que estará bem distante do repasse de conteúdos Pré organizados, tendo direito a questionamentos e reflexões, atendendo as demandas da sociedade atual. A educação não pode mais ser vista sob o prisma assistencialista e a criança não pode mais ser considerada uma tábua rasa, como se acreditava no século XIX (ARIÈS, 1981), sendo necessário considerar as experiências e a maturidade da criança, tendo o professor como mediador nesse processo.

A Educação Infantil, primeira etapa da escolaridade básica, do ponto de vista legal, "tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art.29). (BRASIL, 2013, p.83). Por isso torna-se importante aproveitar o conhecimento prévio das crianças, que chegam à escola com suas vivências e experiências e cultura que lhes é própria e que podem ser aproveitadas e compartilhadas com todo o grupo.

A criança quando chega à escola, traz consigo suas histórias e experiências de vida, que são as suas primeiras aprendizagens, nem sempre felizes e prazerosas. Entra

nesto ponto a importância da mediação do professor no processo, aproveitando o que a criança já conhece e dando sentido ao seu conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a importância do desenvolvimento da criança na educação infantil e também levando-se em conta que ela já chega na escola com uma certa bagagem de conhecimento, a dúvida de suas vivências e convivências até então, cabe ao pedagogo ter sabedoria e muito tato, para dar continuidade a esse processo de aprendizagem e aquisição de conhecimento. O professor e o psicólogo, quando for necessário irão intervir para da melhor forma possível ajudar essa criança em seu crescimento intelectual, social e emocional, pois com esse apoio ela terá um desenvolvimento adequado para atingir os objetivos propostos. Muito importante também o apoio da família num esforço conjunto dos pontos família e escola.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, M. C. de C. S. **Perspectiva histórica da alfabetização.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1996.

ARIES Philosophes. **História social da criança e da família** Rio Janeiro, Zahar, 1978

MENDONÇA, Fernando Wolf, **Teorias e práticas na Educação Infantil**

BRASIL. Ministério da Educação do Desporto **Referencial curricular nacional para educação infantil.** Brasília DF: MEC, 1998

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1999.

Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa**

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Brasil 2009 indicador de analfabetismo funcional: principais resultados.** São Paulo. Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/ipmap/relatorios/relatorio\\_inaf\\_2009.pdf](http://www.ibope.com.br/ipmap/relatorios/relatorio_inaf_2009.pdf)>. Acesso em: 20 de. 2010.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. **Alfabetização - Método Sociolinguístico: consciência social, silábica.**

## PRINCIPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFANCIÁ

**MORGANA LETICIA CHAVES**  
**YASMIN FREISLEBEN**

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a Educação Científica e a importância de sua inserção no ambiente escolar a partir da Educação Infantil.

Segundo o dicionário, Ciência tem dois significados: primeiro; conhecimento atento e aprofundado de algo. Segundo; corpos de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente.(DICIO. Dicionário online de português.)

Educação infantil nada mais é do que à primeira etapa da educação básica regulamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Estudos voltados à Educação Científica na educação infantil são importantes para contribuir, significativamente, no desenvolvimento da criança. Ensinar de modo científico possibilita o contato com o mundo das ciências, construções de identidade e, contribui com conhecimentos sobre o lugar no qual o aluno está vivendo, precisamos compreender que a sociedade está mudando constantemente por essa perspectiva, a Educação Científica é de suma importância para a contribuição dos avanços cognitivos das crianças, tornando-as construtoras do próprio conhecimento científico desde o início de sua escolaridade.

O papel do professor nesse princípio de educação é essencial para o bom aprendizado de nossas crianças, ele precisa criar condições para que o aluno aprenda a pesquisar e também estimulá-lo, no processo para que assuma, posteriormente, sua experiência educativa como fonte de conhecimento. Essa concepção torna a pesquisa uma prática de produções e socializações, conhecimento e também um caminho que permite orientar a aprendizagem, visando a autonomia do aluno, tornando-o um ser com maior independência intelectual. Para que haja avanços nesse contexto, é preciso oportunizar formações e compreender que o início da formação escolar é tão importante quanto o ensino superior, uma vez que insere o estudante no mundo científico.

## 1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

### PEDAGOGIA DO MUNDO: AFIRMANDO O COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO E A RENOVAÇÃO DO MUNDO

A educação científica nada mais é do que uma área de pesquisa que se dedica ao compartilhamento de informações relacionadas à Ciência com indivíduos que não são tradicionalmente considerados “cientistas”. O campo da educação científica compreende o conteúdo da ciência, dentro da proposta da Educação Científica, busca-se proporcionar ao aluno a capacidade de aprender utilizando métodos diferentes com planejamento e desenvolvimento de pesquisa onde o aluno passa a conhecer melhor as situações e objetos de seu próprio dia a dia, que acaba proporcionando a capacidade de argumentação e a contra argumentação. Através desta premissa, possibilita ao aluno a conquista da cidadania, através da capacidade de saber pensar.

A ciência é o melhor caminho para se entender o mundo. O conhecimento científico é o capital mais importante do mundo civilizado. Investir na educação científica quanto mais cedo, melhor, a sua busca significa investir na qualidade de vida da sociedade. O investimento na pesquisa científica tem como principal objetivo o conhecimento de tudo nos cerca.

A educação científica em conjunto com a educação social e ambiental dá a oportunidade para as crianças explorarem e entenderem o que existe ao seu redor nas diferentes dimensões: humana, material, social e cultural. A educação científica desenvolve habilidades, define conceitos e conhecimentos estimulando a criança a observar, questionar, investigar e entender de maneira lógica os seres vivos, o meio em que vivem considerando suas infinitas relações e os eventos do dia a dia. Além disso, estimula a curiosidade e imaginação e o entendimento do processo de construção do conhecimento. Investir no conhecimento científico contribuirá para que os seus resultados estejam ao alcance de todos.

Segundo Paulo Freire, na educação científica tem-se a possibilidade de participar de forma crítica, tendo compreensão dos processos da ciência e tecnologia no mundo em que vivemos. Desta forma a escola tem um novo papel nesse cenário, a de proporcionar uma Educação Científica efetiva. Para atingir essa meta, o modelo de ensino na escola tradicional deve sofrer algumas

mudanças, deixando de usar o argumento da autoridade e priorizando a argumentação e o dialogo numa busca criativa nas tomadas de decisões. Em consonância, ao acima exposto, assim se expressou, o grande educador brasileiro Paulo freire:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. [...] É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de recebedor da que lhe seja transferida pelo professor (FREIRE, 2003, p. 124)

Muitos poderão nos perguntar, mas porque é tão importante assim trabalhar a Educação Cientifica já nos anos iniciais? Para estes, é salutar lembrar, que o processo de formação de inteligência do ser humano se dá muito antes da criança chegar à escola. Wallon (2008) destaca que a criança é essencialmente emocional e gradualmente vai constituindo em um ser sociocognitivo. Wallon argumenta que as trocas relacionais da criança com os outros são fundamentais para o seu desenvolvimento. Pois até os três anos de idade ela é totalmente dependente dos outros, para descobrir o mundo em que vive.

Ainda que o conhecimento, parte da ação e retorna a ela, nesta interação entre formação da inteligência e elaboração do conhecimento os conceitos vão se acomodando no intelecto infantil fazendo com que a criança aprenda de maneira mais significativa e carregará esse conhecimento consigo pelo resto da vida. Assim, se expressou Jean Piaget; O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas.

A educação científica trabalhada no ensino infantil possibilitará uma aproximação da criança à ciência, ou seja, ela não irá ver a ciência, durante sua vida escolar como algo inalcançável. Ela saberá o que é ciência, não pelo fato de decorar o significado ou os conceitos, mas por entender que ciência é uma prática e uma linguagem usada por homens e mulheres para entender o mundo que o cerca. Realizando o objetivo maior de não apenas a criança absorver o conhecimento por outros produzidos, mas vivê-lo, afim de estar preparada a não apenas, dizer respostas prontas, mas ter um raciocínio lógico sobre as diferentes circunstâncias que a cerca. O ensino de ciências naturais ajuda a criança a desenvolver, de maneira lógica e racional, facilitando o desenvolvimento de sua

razão para os fatos do cotidiano e a resolução dos problemas, que serão enfrentados pela criança ao longo de sua vida.

Trabalhando com os conceitos científicos, sempre interagindo com o conhecimento prévio, desde a educação infantil, fará com que o aluno, nas séries posteriores tenha amadurecimento para desenvolver seu raciocínio lógico, aumentando sua visão de mundo, alargando as fronteiras de conhecimento.

Trabalhar a educação científica com a criança não é simples, já que ela possui algo muito importante para o fazer da ciência: A curiosidade extrema e isso é um valor inestimável na condição do ser criança. Não queremos dizer que os adultos não tenham dúvidas, no entanto, as dúvidas das crianças são diferentes, já que elas ainda não foram “maltratadas” com as forças coercitivas da sociedade.

As crianças de 0 a 6 anos, por exemplo, ainda, não sentem de maneira intensa essas forças externas. Elas querem saber o porquê, querem descobrir, querem entender. Isso é uma ferramenta importante para aqueles que almejam trabalhar a educação científica na educação infantil, usando as dúvidas das crianças em prol do conhecimento; questionando, instigando, sempre trabalhando de maneira que leve a criança a investigar aquilo que tem curiosidade. A fantasia, o irreal, o maravilhoso ainda fazem parte do mundo da criança, por isso, ao trabalhar, por exemplo, conceito científico, pensa-se que o uso da literatura é de estrema importância, de maneira que a criança entrará em mundo imaginário, no qual toda sua atenção estará envolvida.

Cabe ao professor reconhecer e entender essa especificidade da criança para trabalhar a educação científica.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o estudo da ciência com método adequado, na Educação Infantil é de suma importância no desenvolvimento da criança.

Ensinar de modo científico possibilita colocar a criança em contato com o mundo das ciências, além de contribuir muito no desenvolvimento da identidade da criança, e ajudá-la a despertar, ainda mais, a curiosidade e ampliar o entendimento sobre o lugar onde está vivendo.

A educação científica nada mais é do que uma área de pesquisa que se dedica ao compartilhamento de informações, metodologias, didáticas e conteúdos relacionadas à Ciência com indivíduos que não são tradicionalmente considerados "cientistas". Ela é uma área de conhecimento muito importante para o desenvolvimento da criança, e é nesse período em que o educador tem que estar trabalhando das formas mais próxima do mundo "real" através de técnicas e atividades sempre atualizadas.

A ciência é o melhor caminho para se entender o mundo. Além de quanto mais cedo será observado esse processo de desenvolvimento na criança, mais cedo ela irá começar a observar, questionar e entender a maneira lógica dos seres vivos e das infinitas e complexas relações existentes ao seu redor.

Investir em um conhecimento científico ainda na educação infantil é algo maravilhoso, pois isso além de trazer muitos benefícios momentâneos, também estarão trazendo benefícios tanto no presente como no futuro, ajudando na compreensão dos conteúdos nos anos escolares futuros, uma criança muito mais madura para desenvolver seu raciocínio, e o principal, aumentando sua visão de mundo. Lembrando que apesar de ser algo de suma importância na vida de um estudante, cabe ao professor apresentar essa forma de aprendizado "Educação científica" ao aluno.

Estamos conscientes, que neste pequeno artigo, em apenas um semestre, ainda mais, nas circunstâncias de pandemia que estamos vivendo, com todas as limitações que nos trouxe, por estarmos apenas na segunda fase do curso de Pedagogia, nos sentimos, pois de fato estamos, com muitas limitações. Mas conseguimos sentir o quanto é apaixonante trabalhar essa relação entre a ciência e a educação infantil. Porém, de qualquer forma, estamos

gratificados e satisfeitos com a oportunidade de, nos aprofundarmos, ao menos, um pouco neste desafio apaixonante.

Esperamos ter contribuído um pouco e temos certeza da necessidade de explorar, principalmente quanto às didáticas e metodologias compatíveis para efetivação de uma educação científica para educação na infância.

## **BIBLIOGRAFIA**

[https://books.google.com.br/books/about/Pedagogia\\_da\\_autonomia.html?id=Ae4nAwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Pedagogia_da_autonomia.html?id=Ae4nAwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

[http://coral.ufsm.br/lec/02\\_00/CintiaL&C4.htm](http://coral.ufsm.br/lec/02_00/CintiaL&C4.htm)

<https://www.dicio.com.br/ciencia/>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Educação\\_científica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_científica)

## PRINCIPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFANCIÁ

**MORGANA LETICIA CHAVES  
YASMIN FREISLEBEN**

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a Educação Científica e a importância de sua inserção no ambiente escolar a partir da Educação Infantil.

Segundo o dicionário, Ciência tem dois significados: primeiro; conhecimento atento e aprofundado de algo. Segundo; corpos de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente.(DICIO. Dicionário online de português.)

Educação infantil nada mais é do que à primeira etapa da educação básica regulamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Estudos voltados à Educação Científica na educação infantil são importantes para contribuir, significativamente, no desenvolvimento da criança. Ensinar de modo científico possibilita o contato com o mundo das ciências, construções de identidade e, contribui com conhecimentos sobre o lugar no qual o aluno está vivendo, precisamos compreender que a sociedade está mudando constantemente por essa perspectiva, a Educação Científica é de suma importância para a contribuição dos avanços cognitivos das crianças, tornando-as construtoras do próprio conhecimento científico desde o início de sua escolaridade.

O papel do professor nesse princípio de educação é essencial para o bom aprendizado de nossas crianças, ele precisa criar condições para que o aluno aprenda a pesquisar e também estimulá-lo, no processo para que assuma, posteriormente, sua experiência educativa como fonte de conhecimento. Essa concepção torna a pesquisa uma prática de produções e socializações, conhecimento e também um caminho que permite orientar a aprendizagem, visando a autonomia do aluno, tornando-o um ser com maior independência intelectual. Para que haja avanços nesse contexto, é preciso oportunizar formações e compreender que o início da formação escolar é tão importante quanto o ensino superior, uma vez que insere o estudante no mundo científico.

## 1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

### PEDAGOGIA DO MUNDO: AFIRMANDO O COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO E A RENOVAÇÃO DO MUNDO

A educação científica nada mais é do que uma área de pesquisa que se dedica ao compartilhamento de informações relacionadas à Ciência com indivíduos que não são tradicionalmente considerados “cientistas”. O campo da educação científica compreende o conteúdo da ciência, dentro da proposta da Educação Científica, busca-se proporcionar ao aluno a capacidade de aprender utilizando métodos diferentes com planejamento e desenvolvimento de pesquisa onde o aluno passa a conhecer melhor as situações e objetos de seu próprio dia a dia, que acaba proporcionando a capacidade de argumentação e a contra argumentação. Através desta premissa, possibilita ao aluno a conquista da cidadania, através da capacidade de saber pensar.

A ciência é o melhor caminho para se entender o mundo. O conhecimento científico é o capital mais importante do mundo civilizado. Investir na educação científica quanto mais cedo, melhor, a sua busca significa investir na qualidade de vida da sociedade. O investimento na pesquisa científica tem como principal objetivo o conhecimento de tudo nos cerca.

A educação científica em conjunto com a educação social e ambiental dá a oportunidade para as crianças explorarem e entenderem o que existe ao seu redor nas diferentes dimensões: humana, material, social e cultural. A educação científica desenvolve habilidades, define conceitos e conhecimentos estimulando a criança a observar, questionar, investigar e entender de maneira lógica os seres vivos, o meio em que vivem considerando suas infinitas relações e os eventos do dia a dia. Além disso, estimula a curiosidade e imaginação e o entendimento do processo de construção do conhecimento. Investir no conhecimento científico contribuirá para que os seus resultados estejam ao alcance de todos.

Segundo Paulo Freire, na educação científica tem-se a possibilidade de participar de forma crítica, tendo compreensão dos processos da ciência e tecnologia no mundo em que vivemos. Desta forma a escola tem um novo papel nesse cenário, a de proporcionar uma Educação Científica efetiva. Para atingir essa meta, o modelo de ensino na escola tradicional deve sofrer algumas

mudanças, deixando de usar o argumento da autoridade e priorizando a argumentação e o dialogo numa busca criativa nas tomadas de decisões. Em consonância, ao acima exposto, assim se expressou, o grande educador brasileiro Paulo freire:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. [...] É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de recebedor da que lhe seja transferida pelo professor (FREIRE, 2003, p. 124)

Muitos poderão nos perguntar, mas porque é tão importante assim trabalhar a Educação Cientifica já nos anos iniciais? Para estes, é salutar lembrar, que o processo de formação de inteligência do ser humano se dá muito antes da criança chegar à escola. Wallon (2008) destaca que a criança é essencialmente emocional e gradualmente vai constituindo em um ser sociocognitivo. Wallon argumenta que as trocas relacionais da criança com os outros são fundamentais para o seu desenvolvimento. Pois até os três anos de idade ela é totalmente dependente dos outros, para descobrir o mundo em que vive.

Ainda que o conhecimento, parte da ação e retorna a ela, nesta interação entre formação da inteligência e elaboração do conhecimento os conceitos vão se acomodando no intelecto infantil fazendo com que a criança aprenda de maneira mais significativa e carregará esse conhecimento consigo pelo resto da vida. Assim, se expressou Jean Piaget; O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas.

A educação científica trabalhada no ensino infantil possibilitará uma aproximação da criança à ciência, ou seja, ela não irá ver a ciência, durante sua vida escolar como algo inalcançável. Ela saberá o que é ciência, não pelo fato de decorar o significado ou os conceitos, mas por entender que ciência é uma prática e uma linguagem usada por homens e mulheres para entender o mundo que o cerca. Realizando o objetivo maior de não apenas a criança absorver o conhecimento por outros produzidos, mas vivê-lo, afim de estar preparada a não apenas, dizer respostas prontas, mas ter um raciocínio lógico sobre as diferentes circunstâncias que a cerca. O ensino de ciências naturais ajuda a criança a desenvolver, de maneira lógica e racional, facilitando o desenvolvimento de sua

razão para os fatos do cotidiano e a resolução dos problemas, que serão enfrentados pela criança ao longo de sua vida.

Trabalhando com os conceitos científicos, sempre interagindo com o conhecimento prévio, desde a educação infantil, fará com que o aluno, nas séries posteriores tenha amadurecimento para desenvolver seu raciocínio lógico, aumentando sua visão de mundo, alargando as fronteiras de conhecimento.

Trabalhar a educação científica com a criança não é simples, já que ela possui algo muito importante para o fazer da ciência: A curiosidade extrema e isso é um valor inestimável na condição do ser criança. Não queremos dizer que os adultos não tenham dúvidas, no entanto, as dúvidas das crianças são diferentes, já que elas ainda não foram “maltratadas” com as forças coercitivas da sociedade.

As crianças de 0 a 6 anos, por exemplo, ainda, não sentem de maneira intensa essas forças externas. Elas querem saber o porquê, querem descobrir, querem entender. Isso é uma ferramenta importante para aqueles que almejam trabalhar a educação científica na educação infantil, usando as dúvidas das crianças em prol do conhecimento; questionando, instigando, sempre trabalhando de maneira que leve a criança a investigar aquilo que tem curiosidade. A fantasia, o irreal, o maravilhoso ainda fazem parte do mundo da criança, por isso, ao trabalhar, por exemplo, conceito científico, pensa-se que o uso da literatura é de estrema importância, de maneira que a criança entrará em mundo imaginário, no qual toda sua atenção estará envolvida.

Cabe ao professor reconhecer e entender essa especificidade da criança para trabalhar a educação científica.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o estudo da ciência com método adequado, na Educação Infantil é de suma importância no desenvolvimento da criança.

Ensinar de modo científico possibilita colocar a criança em contato com o mundo das ciências, além de contribuir muito no desenvolvimento da identidade da criança, e ajudá-la a despertar, ainda mais, a curiosidade e ampliar o entendimento sobre o lugar onde está vivendo.

A educação científica nada mais é do que uma área de pesquisa que se dedica ao compartilhamento de informações, metodologias, didáticas e conteúdos relacionadas à Ciência com indivíduos que não são tradicionalmente considerados "cientistas". Ela é uma área de conhecimento muito importante para o desenvolvimento da criança, e é nesse período em que o educador tem que estar trabalhando das formas mais próxima do mundo "real" através de técnicas e atividades sempre atualizadas.

A ciência é o melhor caminho para se entender o mundo. Além de quanto mais cedo será observado esse processo de desenvolvimento na criança, mais cedo ela irá começar a observar, questionar e entender a maneira lógica dos seres vivos e das infinitas e complexas relações existentes ao seu redor.

Investir em um conhecimento científico ainda na educação infantil é algo maravilhoso, pois isso além de trazer muitos benefícios momentâneos, também estarão trazendo benefícios tanto no presente como no futuro, ajudando na compreensão dos conteúdos nos anos escolares futuros, uma criança muito mais madura para desenvolver seu raciocínio, e o principal, aumentando sua visão de mundo. Lembrando que apesar de ser algo de suma importância na vida de um estudante, cabe ao professor apresentar essa forma de aprendizado "Educação científica" ao aluno.

Estamos conscientes, que neste pequeno artigo, em apenas um semestre, ainda mais, nas circunstâncias de pandemia que estamos vivendo, com todas as limitações que nos trouxe, por estarmos apenas na segunda fase do curso de Pedagogia, nos sentimos, pois de fato estamos, com muitas limitações. Mas conseguimos sentir o quanto é apaixonante trabalhar essa relação entre a ciência e a educação infantil. Porém, de qualquer forma, estamos

gratificados e satisfeitos com a oportunidade de, nos aprofundarmos, ao menos, um pouco neste desafio apaixonante.

Esperamos ter contribuído um pouco e temos certeza da necessidade de explorar, principalmente quanto às didáticas e metodologias compatíveis para efetivação de uma educação científica para educação na infância.

## **BIBLIOGRAFIA**

[https://books.google.com.br/books/about/Pedagogia\\_da\\_autonomia.html?id=Ae4nAwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Pedagogia_da_autonomia.html?id=Ae4nAwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

[http://coral.ufsm.br/lec/02\\_00/CintiaL&C4.htm](http://coral.ufsm.br/lec/02_00/CintiaL&C4.htm)

<https://www.dicio.com.br/ciencia/>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Educação\\_científica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_científica)

## OS CONCEITOS CIENTÍFICOS, HISTÓRICOS E PSICOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA DE 0 A 12 ANOS

*Débora Furquim, Jenifer Gomes e Maristela Camargo<sup>1</sup>*

*Ilse Behrens<sup>2</sup>*

### RESUMO

Através de estudos realizados buscamos desenvolver conceitos científicos, históricos, metodológicos e psicológicos da educação na infância, compreendendo-se a fase de 0 aos 12 anos, de acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente - ECA. O objetivo do presente artigo envolve uma reflexão sobre aspectos históricos, psicológicos e metodológicos da educação na infância, analisando igualmente, os princípios da educação e da alfabetização da criança. Houveram grandes transformações na trajetória da Educação da Infância, da Antiguidade até a atualidade, desde que a criança era quase ignorada, e aos poucos a realidade foi se modificando e foram criando leis, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e finalmente a Base Nacional Comum Curricular, para que a criança fosse valorizada e pudesse frequentar uma escola, com educação de qualidade. Entendemos que os conceitos que a criança adquire na infância, a relação entre esses conceitos e cada objeto, e a mediação por cada ideia são as bases para toda a vivência futura. Neste estudo buscaremos conhecimentos necessários para compreender o desenvolvimento infantil, buscando alternativas para entender determinadas fases que fazem ligação entre os conceitos científicos, psicológicos, linguísticos e metodológicos, para desenvolver as funções intelectuais na produção de saberes, propondo um entendimento pedagógico sobre a infância, fazendo com que a criança seja feliz e adquira um desenvolvimento de qualidade.

**Palavras Chave:** Conhecimento, Educação, Infância.

<sup>1</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia, Fase II

<sup>2</sup> Professora da Uniarp, Orientadora do Artigo. behrens@conection.com.br

### ABSTRACT

Through research done, we report scientific, historical and psychological concepts in education and childhood from 0 to 12 years old. In order to reflect on the topics

covered. That in the history of early childhood education, there have been major changes to the present day, that the child was seen as a slave, and little by little it was changing and creating laws such as the Statute of the Child and Adolescent, so that the child was valued and attended a school. We will understand the concepts that the child acquires in childhood, the relationship between these concepts and each object, and the mediation for each idea. In this study we will seek the necessary knowledge to understand the development looking for methods to understand certain phases that link scientific and psychological, to develop their intellectual functions in the production of knowledge, proposing a pedagogical understanding about childhood. And thus making the child acquire quality development.

Keyword: Knowledge, Education, Childhood.

## INTRODUÇÃO

Este artigo estará apresentando uma discussão sobre os conceitos científicos, históricos, metodológicos e psicológicos da educação na infância de 0 aos 12 anos. Para alcançar estes conhecimentos é necessário compreender o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, sendo assim, procuramos métodos apropriados para auxiliar no desenvolvimento da criança, neste processo contamos também com a psicologia, que tem um papel essencial para verificar os conhecimentos sobre a infância.

A infância como conhecemos hoje, não era caracterizada dessa forma há alguns anos, sendo que a criança era vista quase que como escrava. Antes do século XVII as crianças eram encaradas como adultos em miniatura e eram tratadas como tal. Somente a partir do século XVIII o conceito de infância foi ganhando outra definição e alguns estudiosos defendiam que as crianças tinham mentes diferentes da dos adultos. A partir do século XX foram homologadas importantes leis, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, passando-se a valorizar e defender a criança, dentro de suas etapas de desenvolvimento. A partir da nova legislação passa a ser dever da criança frequentar uma escola, onde ela possa estar adquirindo conhecimentos para uma vida futura.

Atualmente existem novos conceitos sobre a infância e cada etapa do seu desenvolvimento apresenta suas características próprias e a escola e a família devem estar integrados nestas etapas, auxiliando, incentivando e apoiando a criança, na busca dos seus sonhos.

## DESENVOLVIMENTO

### Conceitos Científicos da Educação Infantil

Os conceitos científicos são objeto de vários estudos, principalmente na área pedagógica, porque, com seu sistema hierárquico de inter-relações - um conceito supra ordenado, e uma série de conceitos subordinados -, "parecem" constituir, para

Vygotsky, o meio no qual a consciência reflexiva se desenvolve. Desde o início, eles contêm relações de generalidade, por suas características essenciais. Mereceram atenção especial, também, porque a aprendizagem escolar exerce papel importante em sua aquisição. Segundo ele, nas experiências cotidianas, a criança centra-se nos objetos e não tem consciência de seus conceitos (por ex. usa corretamente a conjunção *porque*, mas não é capaz de fazê-lo numa situação experimental), ao passo que nos conceitos aprendidos na escola, em colaboração com o adulto, consegue resolver melhor problemas que envolvem o uso consciente do conceito. No entanto, seus estudos confirmaram a hipótese de que os conceitos espontâneos e os conceitos científicos, inicialmente afastados porque se desenvolvem em direções contrárias, terminam por se encontrar.

A criança adquire consciência dos seus conceitos espontâneos relativamente tarde; a capacidade de defini-los por meio de palavras, de operar com eles à vontade, aparece muito tempo depois de ter adquirido os conceitos. Ela possui o conceito, mas não está consciente do seu próprio ato de pensamento. O desenvolvimento de um conceito científico, por outro lado, geralmente começa com sua definição verbal e com sua aplicação em operações não espontâneas. Poder-se dizer que o desenvolvimento dos conceitos espontâneos da criança é ascendente, (indutivo) enquanto o desenvolvimento dos seus conceitos científicos é descendente (dedutivo) (VYGOTSKY, 1991, p.93).

Contudo, Vygotsky afirma que é necessário que o conceito espontâneo tenha alcançado um certo nível para que o conceito científico correspondente seja internalizado (por ex. conceitos históricos dependem da utilização de passado nos acontecimentos cotidianos). Eles dependem e se constroem a partir dos conceitos cotidianos, desde o início da vida da criança.

A comparação que Vygotsky estabelece entre a aquisição de conceitos científicos e aprendizagem de uma língua estrangeira é bastante elucidativa; na língua materna, aprendemos a partir da nomeação direta dos objetos enquanto, para uma língua estrangeira, a mediação da língua materna substitui o objeto.

A aprendizagem dos conceitos científicos ou da segunda língua na escola baseia-se num conjunto de significados da palavra, desenvolvidos previamente e originários das experiências cotidianas da criança. Este conhecimento espontaneamente adquirido medeia à aprendizagem do novo. Assim, os conceitos cotidianos estão 'entre o sistema conceitual e o mundo dos objetos' exatamente da mesma maneira que a primeira língua de cada um medeia os pensamentos e a segunda língua (PANOFSKY et al., 1996, p.245-6).

Vários estudos vêm sendo realizados após os trabalhos experimentais de Vygotsky. Alguns também experimentais, mas outros etnográficos e, principalmente, na área biológica, confirmam e ampliam alguns resultados obtidos por ele e refutam outros (como a inexistência de conflitos entre os conceitos espontâneos e científicos).

Antes de ingressar numa instituição escolar, a criança já construiu um conjunto de conhecimentos informais, produto do desenvolvimento ontogenético a partir de suas

experiências e que constitui o seu sistema de crenças sobre o mundo, a influenciar profundamente a obtenção do conhecimento formal, que se dará de forma planejada pela aprendizagem escolar.

Considerando, então, que o aluno traz uma riqueza de conhecimentos sobre o mundo e seu funcionamento, que na maioria das vezes entram em conflito com o que é imposto pela escola e tem de ser aprendido, como o professor pode agir para que os estudantes não rejeitem esses conhecimentos, não tenham dificuldades em assimilá-los ou, ainda e principalmente, não deem "*respostas corretas*" apenas para cumprir tarefas escolares sem sentido e inúteis?

Vale salientar que é de suma importância lembrar que o ensino sistemático e explícito na escola deve levar o aluno a reconceitualizações e, principalmente, desenvolver formas de pensar que se estendam para outras áreas e para situações que transcendem a sala de aula, aplicando-se na vida.

### **Conceitos Históricos da Educação da Infância**

No Brasil dos escravos, a criança escrava entre 6 e 12 anos já começava a fazer pequenas atividades como auxiliar. A partir dos 12 anos era vista como adulto tanto para o trabalho quanto para a vida sexual. A criança branca, aos 6 anos era iniciada nos primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras e vestia os mesmos trajes dos adultos. As primeiras iniciativas voltadas para a criança tiveram um caráter higienista.

O trabalho era realizado por médicos e damas benfeiteiros, e se voltava contra o alto índice de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores e a falta de educação física, moral e intelectual das mães. Com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, a sociedade brasileira abre as portas para uma nova realidade, impregnada de ideias capitalistas e urban-industriais. Neste período, o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto aos problemas relacionados às crianças.

O surgimento das creches no Brasil foi um pouco diferente do restante do mundo, onde a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias. No Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda.

Em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade sobre os menores caberia ao Estado, mas este departamento era mantido, na realidade, por doações. Esse Departamento possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação a proteção à infância no Brasil. A partir deste momento, a criança passa a ser valorizada como um ser em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e

jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940, Instituto Nacional de Assistência, em 1942, o Projeto Casulo e vários outros na sequência.

Na década de 60 e meados de 70 do século XX, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência, etc. Na educação, o nível básico passa a ser obrigatório e gratuito, o que consta na Constituição da República Federativa do Brasil/1988. Antes disso, há a extensão obrigatória para oito anos desse nível, em 1971, sendo que neste mesmo ano, a lei 5.692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começam esse processo sem a ajuda do Estado e da União.

Conforme a Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino, tanto para creches como para escolas. A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado, da Família e um direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria social e econômica.

Com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei 8.069/90, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta, ao longo da história, concepção bastante divergente sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e programas de pré-escolas como estratégia para combater a pobreza e resolver os problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para existência de atendimento de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos humanos e materiais, precariedade de instalações, formações insuficientes de profissionais e altas proporções de crianças a serem atendidas por adultos.

Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para poucos e selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade tidos por todos nas mesmas condições.

## **Conceitos Psicológicos na Infância**

Até completar dois anos de vida a criança estará apta a falar e, como um ser social, não tardará a se envolver nos mais diferentes tipos de atividades grupais. Ao

descobrir que é capaz de realizar uma coisa nova, ela emprega sua habilidade recém adquirida de forma tão exagerada que chega a incomodar os adultos. Quando, por exemplo, descobre que pode fazer perguntas e obter respostas, chega a embriagar seu interlocutor com tantas perguntas. No entanto, com o decorrer do tempo, o que era novo e absorvente perde o poder de fascinação e passa a ser apenas uma característica do comportamento geral. Nos dois primeiros anos de vida a criança tem como tarefa principal a descoberta do mundo físico e de si mesma como um objeto desse mundo. O processo de aprendizagem de um indivíduo para conhecer o mundo e a si próprio começa com a percepção, que é a capacidade que a consciência tem de captar os fenômenos interiores e exteriores.

Com o aparecimento da linguagem, como função simbólica, ocorre a formação dos primeiros conceitos, o que permite que a criança represente pessoas e objetos ausentes e imagine situações que não estão em sua realidade próxima.

Durante a idade pré-escolar há uma expansão da curiosidade intelectual. Nas perguntas da criança pode-se observar uma necessidade de conceituar o cotidiano, sempre com um enfoque social, pois raramente são isoladas. E as perguntas vão brotando: "O que é isso? ", "Por quê? ", "Como? ", "Para quê? ".

As ações das crianças passam a ser fruto de suas conclusões e raciocínio. No entanto, sua forma de solucionar problemas é bastante primitiva. O raciocínio da criança desta fase dois aos quatro anos de idade, é muito influenciado por suas próprias vontades e desejos, sendo que suas percepções e explicações refletem apenas um ponto de vista: o seu. Por isso, seus julgamentos são sempre absolutos e ela é insensível aos argumentos contrários às suas afirmações.

As crianças desta fase têm uma tendência a pensar que cada um dos seus sentimentos, motivos ou explicações é também o das outras pessoas. Dentro do seu egocentrismo elas acreditam que tais sentimentos e motivos podem ser perfeitamente compreendidos por todos. Por exemplo, se uma delas estiver brincando com um adulto e, depois de certo tempo, este mostrar sinais de cansaço, ela permitirá apenas alguns segundos de descanso e imediatamente recomeçará a brincadeira, se para ela alguns segundos são suficientes para recuperar suas forças, para a outra também será, com certeza.

Até os quatro anos de idade a criança ainda é muito dependente de seus pais, apesar de ter adquirido muita autonomia. Seu desejo de autoafirmação pode colidir com sua necessidade de auxílio para executar tarefas cotidianas, tais como comer, ir para a cama, vestir-se, fazer a higiene pessoal e usar o banheiro.

Um reflexo do grau de dependência da criança em relação aos seus pais, é a dificuldade de adaptação a ambientes novos, como, por exemplo, escolas maternais, sendo que os pais têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia. Se eles encorajarem as iniciativas da criança, elogiarem o sucesso, derem tarefas que não excedam as capacidades da criança, forem coerentes em suas exigências e aceitarem o fracasso, estarão contribuindo para o aparecimento do sentimento de autoconfiança e autoestima e a formação da identidade, da personalidade e do caráter da criança.

Neste período o processo de socialização exige que a criança entre no mundo dos adultos, com a aprendizagem de habilidades que lhe serão úteis nos anos seguintes. Por outro lado, a criança de idade escolar não é ainda capaz de resistir às pressões externas. Por isso, seu autoconceito baseia-se naquilo que os outros dizem a seu respeito. Se estes lhe comunicarem que ela é esperta e inteligente, ela se sentirá

assim e se comportará de forma a corresponder às expectativas. Porém, se lhe disserem que é feia ou incapaz, ela passará a se identificar com essas afirmações e a comportar-se de acordo com elas. Neste sentido, a escola torna-se um fator importante no processo de identidade.

A interação do professor com seus alunos e a dinâmica social na escola são muito mais complexas do que os relacionamentos familiares. A criança deve aprender a comportar-se em um grupo no qual a vida de todos é controlada por regras de convivência social e da escola. Deve ainda adaptar-se às exigências do professor, conviver com a competição e as críticas dos colegas. A partir dos sete anos de idade, aparece na criança a necessidade de ter amizades mais duradouras e de convivência com companheiros. Muitas vezes, duas ou mais crianças que têm necessidades ou interesses comuns se agrupam e surge uma forte amizade entre elas.

Um aspecto importante do desenvolvimento psicológico desta etapa é o aparecimento da cooperação. No entanto, a competição aparece como um impulso intenso. O desejo de sobrepujar as outras crianças e a motivação para exibir-se a fim de obter aprovação e prestígio são fatores que contribuem para o aparecimento da competição, levando a criança a descobrir capacidades que de outra forma não teria percebido. Algumas vezes a competição a ajuda a estabelecer limites para sua rebeldia e suas iniciativas. Por outro lado, a competição pode se tornar prejudicial quando dá origem a sentimentos de inferioridade ou quando dá oportunidade para humilhar ou desmerecer os companheiros. A competição leva a criança a abandonar o egocentrismo e a buscar o diálogo e o respeito a regras estabelecidas. As atividades de grupo ajudam o processo de socialização e colaboraram para a autonomia moral, na medida em que proporcionam vivências de liderança, de justiça e de solidariedade.

### **Conceitos Metodológicos da Educação na Infância**

A necessidade de intervenções pedagógicas de cunho interdisciplinar tem sido preocupação crescente entre educadores de diferentes níveis, sendo que nas últimas décadas a interdisciplinaridade tem ocupado papel de destaque nos estudos e pesquisas realizados na área da educação. É experimental porque há um espírito de novidade, de criatividade, de ir mais a fundo, porque há interesse, gozo na produção do conhecimento, mas ao mesmo tempo há sistematização, há transmissão, há compromisso com o que se sabe sobre os conteúdos, há conservação das experiências passadas.

A Interdisciplinaridade compreende a busca constante de novos caminhos, outras realidades, novos desafios, a ousadia da busca e do construir. Quando em uma sala de aula todos se encaixam num todo maior, ocorre o envolvimento expresso através do respeito e da responsabilidade, a obrigação é alternada pela satisfação, a arrogância pela humildade, a solidão pela cooperação, a especialização pela generalidade, o grupo homogêneo pelo heterogêneo, a reprodução pelo questionamento.

Nas escolas tradicionais as aulas eram centradas no professor e os exercícios eram de fixação. Já na Escola Renovada a metodologia era centradas no aluno e se selecionava conteúdo a partir de seus interesses e o professor era o facilitador da aprendizagem. Já na escola tecnicista o professor controlava e dirigia as atividades. Hoje em nossa atual sociedade o professor é um orientador, mediador do

conhecimento e o educando é o centro do processo educacional. Diante dessa reflexão o ensino hoje deve auxiliar o aluno a um estudo real e aprofundado das verdadeiras necessidades de nossa sociedade e da situação sócio-econômica regional do país.

A importância da atitude interdisciplinar pode ser constatada pela ousadia na busca de novas soluções, da transformação das práticas docentes, da pesquisa e da construção dos projetos fundamentados na participação de todos, que levem o grupo a rever suas crenças a respeito da educação, da escola, do papel do professor e do papel dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar que os conceitos descritos neste artigo, tendo em vista que estes assuntos têm um contexto muito rico em diversas áreas do conhecimento, a história da educação infantil passou por grandes transformações para chegar até nos dias atuais. Estudos e pesquisas mostram que a tarefa de educar não é fácil, temos conceitos para isso, mas é muito importante para que um processo se forme e consigamos uma prática pedagógica adequada para entender a formação de ideias em vários momentos da aprendizagem.

A partir do momento em que foi aceito que a infância existia e que era totalmente diferente da vida adulta, foi possível analisar todas as fases, desde o nascimento até a entrada para a vida adulta. Dessa forma se percebe que existe muita diferença da infância e a vida adulta, necessitando que o ser humano passe por todas essas fases de forma saudável e correta, desde criança. Para que após se tenha um bom desenvolvimento e assim possa aprender e adquirir todas as suas habilidades, de forma adequada, para obter grandes sucessos em sua vida adulta.

## **RREFERÊNCIAS**

**NÉBIAS Cleide. Formação dos conceitos científicos e práticas pedagógicas.**

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32831999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831999000100011)

EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 19 - Nº 192 - Maio de 2014.

<https://www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm>

**CARVALHO CUNHA Mara Nila. Psicologia da Infância e Adolescência.**

<https://md.uninta.edu.br/geral/psicologia-da-infancia-e-adolescencia/>

**SANTOS dos Selma Maria. A interdisciplinaridade na Educação Infantil.**

Monografia. [http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20140227105041.pdf](http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20140227105041.pdf)

## A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Camila Maboni<sup>i</sup>, Eliane Matoso de Lima<sup>1</sup>, Joice de Paula<sup>1</sup> Marilena Loss Bier<sup>ii</sup>

### Resumo:

O presente artigo apresenta um breve estudo, através de pesquisa bibliográfica, a respeito da temática ambiental nas instituições de ensino. A educação ambiental foi desenvolvida para ser uma aliada na busca de um desenvolvimento sustentável, devido às condições em que a natureza se encontra e a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento humano. A educação ambiental é uma disciplina que pode ser utilizada dentro e fora das escolas, de modo formal e informal. O objetivo principal deste artigo é demonstrar opções de atividades e de como abordar a temática ambiental nas salas de aula da educação fundamental. É necessário trabalhar atividades que realmente vão trazer benefícios para o modo de vida dos alunos, que lhe façam refletir sobre as suas atitudes perante o meio ambiente e consequentemente estejam em prol dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação Fundamental.

### Objetivo

Exemplificar atividades e temas que poderão ser utilizados para trabalhar a educação ambiental nas instituições de ensino. Como forma de incentivar o desenvolvimento sustentável e a aquisição de uma consciência preservacionista em prol do meio ambiente.

### A educação ambiental

O homem com o passar do tempo começou a mudar sua consciência referente às suas atitudes perante o meio ambiente. Apesar de esta mudança acontecer em passos lentos, ao contrário do que deveria ser, a sociedade passou a adotar novas posturas e visualizando a sua realidade e em que deveriam alterar suas práticas. A educação ambiental deverá agir nesse empasse, como uma forma de propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global sobre a situação dos ecossistemas e formar valores e atitudes que adotem uma posição consciente e participativa nestas questões. Com foco na melhoria da qualidade de vida, conservar o meio ambiente, eliminar problemas relacionados ao capitalismo, como o consumismo desenfreado (COSTA, 2020).

Podemos dizer que a educação ambiental surgiu com o objetivo de trazer a consciência ecológica para o ser humano e para ser aplicado em suas ações sobre o meio ambiente, através da aquisição de conhecimento fazer com que houvesse uma mudança de comportamento voltado à proteção da natureza. Fazendo assim com que a educação ambiental ganhasse forma e espaço nas relações humanas (CASTRO, 2008).

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 foi aprovada e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, definindo a como processos que os indivíduos constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências relacionadas à conservação do meio ambiente. É definido que a educação ambiental deverá estar presente de forma obrigatória e articulada em todas as modalidades de

ensino. Além de definições apresentam direitos e deveres, sendo dever do poder público definir políticas públicas em prol da educação ambiental como forma de incentivar a conservação e recuperação do meio. Deveres que devem ser compartilhados com as instituições de ensino, órgãos relacionados ao meio ambiente, meios de comunicação, empresas e a sociedade em geral. Com princípios de enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, considerando o meio ambiente em sua totalidade, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, ética e práticas sociais, entre outras. Com objetivos focados no desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente e o fortalecimento de práticas focadas na democracia e cidadania (BRASIL, 1999).

### **A educação ambiental nas escolas**

A Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos (CARVALHO, 2006 apud CUBA, 2010).

Entre as atividades que poderão ser feitas visando incluir a educação ambiental nas instituições de educação estão às trilhas ecológicas em meio a fragmentos de mata característica do local que ainda persistam na comunidade e/ou em áreas de preservação próximas, a fim de um contato maior com os seres presentes neste ambiente. Também se torna de grande importância analisar criticamente o ambiente ao redor do aluno, assim, a realização de passeios por dentro do bairro, percebendo a coexistência de plantas, animais e recantos são importantes para a percepção de que o ambiente urbano também se constitui em um complexo ecossistema. Onde devemos considerar não somente o meio ambiente natural, mas também a nossa comunidade que vive nesse conjunto (VASCONCELLOS 1997 apud POLLI E SIGNORINE, 2012).

Questões relacionadas aos resíduos sólidos também pode ser uma opção de atividade a ser realizada com as crianças, visto que atualmente é um dos maiores problemas enfrentados nos centros urbanos. Cada vez consumindo mais e produzindo um maior número de lixo por habitante, as atitudes de reciclar e reaproveitar os resíduos não reduz apenas a quantidade de lixo que será encaminhado para os aterros, mas também recupera produtos já fabricados, gera economia de matéria prima e energia, gera vagas de trabalho, cria uma cultura mais ecologicamente equilibrada além de diminuir a degradação do meio (CASTRO, 2008).

O meio ambiente não deixa de ser o local onde vivemos, nossa casa e o entorno dos locais que temos contato. É possível realizar um mapeamento da cidade juntamente com os alunos localizando as indústrias existentes, destacando o tipo de atividade industrial, a geração de empregos, e a importância econômica e social dessas empresas para a cidade. Neste ponto também é possível solicitar que verifiquem a questão ambiental na empresa, quais são os controles de poluição, como o meio ambiente é tratado, quais resíduos são gerados, etc. No caso de uma empresa ser visivelmente poluidora, é interessante abrir um espaço para a discussão sobre os efeitos dessa poluição e buscar alternativas para resolver o problema. Existindo a possibilidade os próprios funcionários da empresa poderão realizar uma palestra ou uma roda de conversa com os alunos para explicar estas questões (FELLENERG, 2003 apud POLLI E SIGNORINE, 2012).

## **Material e métodos**

O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem do problema, qualitativa (SILVEIRA; FLÔR; MACHADO, 2011).

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se ao longo de uma série de etapas: escolha do assunto; delimitação do tema; formulação do problema, levantamento bibliográfico; justificativa; objetivos; definição da metodologia; coleta dos dados; leitura do material; organização lógica do assunto e redação do texto.

Para elaboração da revisão de literatura foram utilizados principalmente artigos científicos, onde a maior parte desse material foi encontrada em sites de busca e na base de dados do SciELO – Scientific Electronic Library Online, devido a importância que esta base de dados possui no meio científico. Para pesquisa nos sites de busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: educação ambiental, desenvolvimento sustentável, ensino fundamental, meio ambiente, onde os cadernos de meio ambiente do SciELO foram os mais pesquisados.

As conclusões foram encontradas principalmente através de Leis e Decretos, assim como, estudos universitários publicados, sendo que a pesquisa teve por objetivo encontrar opções de temas a serem aplicados nas instituições de ensino para trabalhar a educação ambiental como forma de conscientização.

## **Considerações finais**

O assunto estudado no presente artigo é de extrema importância para podermos proporcionar melhores condições de vida às futuras gerações, a educação é responsável pela formação do indivíduo e consequentemente da sociedade, gerando um sistema dinâmico e abrangente.

A educação ambiental propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo, procura ensinar ao aluno uma consciência crítica sobre as problemáticas ambientais, compreendendo os processos de reversão dos danos ao meio ambiente, com esse trabalho, dentro e fora da escola, incluindo projetos que envolvam os alunos em sala de aula, torna-os multiplicadores de atitudes sustentáveis.

Entendemos que o papel principal da educação ambiental é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar, seja a escola, a rua, o bairro, a cidade, enfim, o lugar das relações que mantém no seu cotidiano.

A escola é um ambiente que propicia à educação formal e ao mesmo tempo passa a orientar sobre o pleno exercício da cidadania. Por sua vez compete à equipe escolar construir um projeto político pedagógico amparando o planejamento anual de ensino que contemple a educação ambiental no seu contexto.

Mais do que apresentar o assunto em sala de aula este artigo e, assim como, o principal objetivo de trazer a educação ambiental para o currículo educacional é realmente mudar a consciência dos alunos e a sua postura em frente às atitudes tidas com a natureza. Não apenas abordar o tema como um assunto isolado, mas demonstrar a importância de tratar e entender sobre a temática, que fazemos parte de um ambiente que é indissociável e que dependemos do mesmo para nossa sobrevivência.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abri de 1999.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm) Acesso em: 25 abr. 2020.

CASTRO, Mauriceia Aparecida de. **A reciclagem no contexto escolar.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/448-4.pdf> Acesso em: 23 mai. 2020.

COSTA, Marcos Juliano da. A importância da aplicação do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental no Corpo de Bombeiros do Paraná. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 05, Ed. 01, Vol. 05, pp. 93-113. Janeiro de 2020. Disponível em:  
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/meio-ambiente/importancia-da-aplicacao> Acesso em: 25 abr. 2020.

CUBA, Antonio Marcos. **Educação Ambiental nas Escolas.2010.** Disponivel em:  
[file:///C:/Users/F/Downloads/607-Texto%20do%20artigo-1240-1-10-20180401%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/F/Downloads/607-Texto%20do%20artigo-1240-1-10-20180401%20(3).pdf) Acesso em 26.abr.2020.

POLLI, Anderson; SIGNORINI, Tiago: **A inserção da educação ambiental na prática pedagógica, Ambiente & Educação V. 17/ Nº 2 / 2012.** Disponível em:  
<file:///C:/Users/F/Downloads/2595-10061-1-PB.pdf> Acesso em: 29 abr. 2020

SILVEIRA, Cláudia Regina; FLÔR, Rita de Cássia; MACHADO, Rosanhi Ramos. **Metodologia da Pesquisa.** Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011.

---

<sup>1</sup> Acadêmicas do curso de Pedagogia – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. E-mails: [camilamaboni@gmail.com](mailto:camilamaboni@gmail.com), [elimatoso27@gmail.com](mailto:elimatoso27@gmail.com), [joice.paula2010@bol.com.br](mailto:joice.paula2010@bol.com.br),

<sup>ii</sup> Professora Mestra, titular da disciplina de *Redação Resumo, Resenha e Artigos* da 7<sup>a</sup> fase do Curso de Pedagogia da UNIARP – Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe.

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Bruna Eduarda Rodrigues<sup>2</sup>  
Jessica Moura Fernandes<sup>2</sup>  
Karina Dias dos Santos<sup>2</sup>  
Lussara Adriana dos Santos<sup>2</sup>  
Jennifer Mayer Ribeiro<sup>2</sup>  
Ana Paula Carneiro Canalle<sup>3</sup>

### RESUMO

Por meio desta atividade, pretende-se contribuir acerca da compreensão da educação na infância, bem como tratar a respeito da alfabetização.

Para isso, será abordado a respeito da elaboração da psicogênese da escrita, demonstrando como Emilia Ferreiro e Ana Teberosky chegaram a essa teoria. Além disso, pretende-se expor, brevemente, sobre os níveis silábico-alfabético e alfabetico, bem como as suas características, como pensa a escrita e o que sabe e ainda não sabe a respeito dessa técnica. Para finalizar, pretende-se elaborar uma atividade a fim de estimular a criança a passar da hipótese silábico-alfabética para alfabetica e da alfabetica para a ortográfica, descrevendo os seus objetivos e como deve ser aplicada em sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** alfabetização, teoria da psicogênese, hipótese silábico-alfabética e alfabetica.

### INTRODUÇÃO

Emilia Ferreiro, psicóloga argentina, propôs uma nova visão para a alfabetização. Suas ideias originaram uma nova teoria, a qual se denomina psicogênese da língua escrita. As pesquisas foram realizadas na Argentina e no México, juntamente com Ana Teberosky, devido ao fracasso escolar ocorrido nesses países.

Para a realização desse estudo, as pesquisadoras supracitadas mantiveram contato direto com crianças de diferentes partes do continente, visando encontrar uma resposta para essa questão. Assim, uniram conhecimentos de psicolinguística e a teoria psicológica e epistemológica de Jean Piaget, demonstrando que o infante tenta compreender, diretamente, a natureza da língua falada no ambiente em que vive, constrói diferentes hipóteses de escrita, mesmo antes de compreender o sistema alfabetico e reconstrói a linguagem. Essas ideias chegaram ao Brasil na década de 80, sendo consideradas, equivocadamente, como um novo método de alfabetização.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao SedepeX

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia, Fase II

<sup>3</sup> Professora Da Uniarp, Orientadora do Artigo.

Desse modo, defende-se a ideia de que a psicogênese da língua escrita possui um suporte construtivista, ou seja, o conhecimento é produzido pela criança. Sendo assim, ela é um sujeito desse processo e não objeto da aprendizagem, pois apropria-se, usa e produz a escrita. A partir disso, demonstrou que o ato de escrever está ligado à fala, porém, os sons emitidos não têm uma relação direta com o modo como as palavras são escritas, isto é, grafemas e fonemas e mesmo depois que a criança já foi alfabetizada, ela não estabelece essa relação entre os sons e as letras.

Através dessa teoria, propõe-se que a alfabetização não deve ocorrer de forma mecânica, isto é, utilizar-se de métodos para decifrar o texto, bem como a resposta sonora para estímulos gráficos.

"Ler não é decifrar, escrever não é copiar". (Emilia Ferreiro)

Para que a criança seja alfabetizada, ocorrem diferentes hipóteses. Aqui, aborda-se acerca das hipóteses silábico-alfabética e alfabetica, as quais serão caracterizadas a seguir.

Na hipótese silábico-alfabética, a criança já estabelece uma relação direta entre a fala e a escrita, percebe a necessidade de mais de uma letra para a representação da maior parte das sílabas, reconhece o som das letras, na escrita pode enfatizar as vogais ou as consoantes, atribui o valor do fonema em algumas letras. Exemplo: cabelo, kblo.

Nessa etapa, a criança vive os seguintes conflitos: a sua escrita precisa ser lida por outras pessoas, precisa Separar as palavras, sendo que isso não acontece durante a fala e adequar à escrita com a quantidade necessária de letras.

Para resolvê-los, é preciso utilizar mais de uma letra para representar o fonema se houver necessidade e atribuir um valor sonoro às letras.

Segundo Emilia Ferreiro, na hipótese alfabetica é possível que a criança reproduza, adequadamente, todos os fonemas de uma palavra o que representa, uma escrita, ou seja, a criança já domina o código escrito, distinguindo letras, palavras e frases. Ela comprehende que a escrita tem função social, comprehende a construção do código da escrita e apresenta as seguintes características: comprehende o uso social da escrita, ou seja, a comunicação, conhece o valor sonoro de todas ou quase todas as letras, apresenta estabilidade na escrita das palavras, comprehende que cada letra corresponde aos menores valores sonoros da sílaba, promove adequação da escrita à fala, inicia a preocupação com as questões ortográficas, separa as palavras quando escreve e produz textos de forma convencional.

Para que a acriança possa atingir essa hipótese de escrita, o alfabetizador tem por objetivo desenvolver, atividades compatíveis com o nível a ser alcançado.

Abaixo, segue a descrição de uma possível atividade com essa intenção:

Esta atividade denomina-se telescópio mágico, cujo objetivo é contribuir para a evolução de uma hipótese para a outra, tendo como referência as letras do alfabeto e a formação de palavras.

Para a sua realização, contou-se com a colaboração de três crianças, com idades de quatro, seis e sete anos. A infante de sete anos escreveu facilmente; a de quatro anos demonstrou dificuldade para desenvolvê-la. Por isso, necessitou de auxílio. Sendo assim, pediu-se que escrevesse o seu próprio nome, situação pela qual já estava habituada. E, por fim, retornou à atividade inicial, percebendo-se que a mesma conseguia assimilar melhor, visto que tratava-se de uma atividade diferenciada; e, finalmente, a infante de seis anos, encontrou dificuldades para fazê-la, porém realizou diversas tentativas, demonstrando divertir-se na ocasião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa atividade, buscou-se enfatizar acerca da elaboração da teoria da psicogênese, bem como as suas contribuições no processo de alfabetização.

Desse modo, abordou-se a respeito das hipóteses de escrita vivenciadas pelas crianças, visto que as hipóteses aqui mencionadas são a silábico-alfabética e alfabetica.

Para observar melhor o que propõe a psicogênese, elaboraram-se atividades que visaram à evolução da criança de um nível para outro e, posteriormente, que se torne gráfica.

Para isso, demonstra-se a importância do aprendizado por meio de jogos e brincadeiras, além de promover a participação da criança, seja durante a elaboração da atividade, a sua aplicação, bem como a interação entre os demais colegas.

Assim, conclui-se que é muito mais fácil aprender por meio de atividades lúdicas, considerando a hipótese vivenciada pelo infante.

## REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da Língua Escrita**. Disponível em: <https://www.siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/emilia-ferreira-e-a-psicogenese-da-lingua-escrita/32498>. Acesso em: 29 de Abril de 2020.

MULTIEDUCAÇÃO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. MULTIRIO. Disponível em: [http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/ME02/ME02\\_010.html](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/ME02/ME02_010.html).

PICOLLI, Luciana. CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Porto Alegre: Edelbra, 2013. Publicado em 09 de junho de 2015.

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Aline Amaro Maeberg<sup>2</sup>

Cheila Roberta de Oliveira<sup>2</sup>

Jaíne Oliveira Ribeiro<sup>2</sup>

Maele Muze Frarão Pires<sup>2</sup>

Ilse Behrens<sup>3</sup>

A história da educação nos apresenta conhecimentos e acontecimentos que ocorreram no passado e a evolução até hoje, tanto da infância da criança quanto da educação em geral. É uma das principais fontes de estudo para sabermos o que ocorreu há décadas, estudando os seres através do tempo, como era o ensino e o tratamento das crianças nos povos antigos, países e suas culturas. A história contribui muito para os dias atuais, é uma base para a inovação e a possibilidade de sabermos do passado, fazer as nossas comparações e melhoramentos da infância para o futuro.

A Psicologia é a ciência que trata do comportamento humano e dos vários processos que o influenciam, estudando como funcionam os processos mentais, o que determina, o que motiva e o que sustenta o comportamento. Para explorar o ser humano, a Psicologia estuda as emoções, a inteligência, as percepções e até mesmo o processo de aprendizagem. Portanto, a Psicologia é considerada um estudo amplo sobre o comportamento humano no estudo do comportamento infantil. É nessa fase que a personalidade, a identidade e o caráter estão em processo de formação, assim como as características cognitivas, físicas e linguísticas, influenciando diretamente nas qualidades do adulto que ele se formará.

A alfabetização na educação Infantil deve proporcionar atividades que levem as crianças ao conhecimento direto da escrita e do letramento. A aprendizagem é fundamental sendo mais voltada para a comunicação onde é trabalhada a oralidade, através de atividades lúdicas e exercícios interativos que exploram a escuta, a fala e a imaginação.

O exercício mais adequado para a aprendizagem na educação infantil é realizar atividades onde se estimule a curiosidade dos pequenos: as músicas, as brincadeiras e qualquer outra atividade que mantenha o interesse da criança em aprender. O brincar tem uma extrema importância para o desenvolvimento infantil desde os primeiros anos da vida. Contar histórias para os pequenos estimula muito a imaginação da criança, podendo oferecer a ela um universo mágico, ilimitado de imagens, sons e palavras, onde irão fazer um grande sentido no universo infantil.

Na educação Infantil a criança vai ter os primeiros contatos com o mundo, com pessoas que não são de sua família onde atividades individuais e coletivas serão realizadas. As atividades lúdicas, liberdade, confiança, interação com outras crianças, dignidade entre outras coisas são proporcionadas desde a primeira fase. Na educação Infantil deve ser ampliado os conhecimentos, respeito, princípios éticos e habilidades para prepará-los da infância para a vida.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao SEDEPEX

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia – Fase II

<sup>3</sup> Professora da Uniarp – behrens@conection.com.br

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA

Fernanda Pellizzaro  
Marianne Navroski

Thainá Paris

Orientadora: Msc. Beatriz Terezinha Coscodai

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal analisar os princípios científicos para a Educação na Infância articulando conhecimentos dos componentes curriculares da segunda fase do Curso de Pedagogia da Uniarp. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa do tipo analítico-descritivo, no qual foram utilizadas as referências básicas e complementares de cada componente curricular – História da Educação, Introdução à Pedagogia, Psicologia, Metodologia da Educação Infantil e Alfabetização.

**Palavras-chave:** Educação, História, Infância, Alfabetização, Psicologia Infantil, Metodologia.

### 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, tem como objetivo descrever os princípios científicos da educação na infância, explorando os conhecimentos desenvolvidos pelos componentes curriculares que integraram o segundo semestre do referido Curso.

Na Introdução a Pedagogia, são analisados os conceitos de infância produzidos no decorrer da história, bem como as ações do meio sobre este sujeito. Através da história da educação, foi conhecido como a infância surgiu e como foi vista ao longo dos anos. Os Fundamentos Metodológicos permitem compreender o que e como ensinar na primeira infância. Já os princípios da Psicologia auxiliam na compreensão do próprio desenvolvimento da infância em seus aspectos motor, cognitivo e afetivo. Por fim, a Alfabetização, permitindo compreender e percorrer todo o seu processo.

O Estudo se caracteriza pela sua natureza qualitativa, do tipo analítico-descritivo baseado na literatura estudada durante o semestre e complementar indicada por cada componente curricular.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1 A Construção Histórica da Infância

Desde a antiguidade até a sociedade moderna, a concepção de criança e educação infantil era inexistente, sendo estes termos considerados sem significados. No tocante às suas vestimentas, essas eram iguais a dos adultos, apenas em tamanhos menores. De modo geral as pessoas não sabiam sua data de nascimento, sua idade e a fase da vida em que se encontravam.

A vida era a continuidade inevitável, cíclica, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas as idades da vida naquelas épocas de grande mortalidade. (ARIÈS, 1997, p.39).

Havia muitas crianças nascendo com marcadores de altos índices de natalidade, mas também muitas crianças morrendo. Segundo Heywood, muitas morriam antes dos dois anos de vida, sendo logo substituídas e preenchidas por outras. Somente a partir do século XVIII com o surgimento do Malthusianismo e com as práticas de controle da natalidade é que a ideia do “desperdício necessário” começou a ser alterada.

Na modernidade a sociedade vem dar importância para a infância. Novos costumes começam a surgir como: vestimentas apropriadas, preocupação com a educação e a diferenciação entre as idades. Porém, durante o século XIX com a Revolução Industrial, a mão-de-obra infantil abre espaço na sociedade e muitas crianças passam a ser discriminadas e exploradas.

Em 1988, surge a Educação Infantil no Brasil, passando a ser reconhecida e ter direitos sociais pela Constituição. Por fim, em 1990, surge o ECA- Estatuto da Criança e Adolescente destinados à proteção da infância.

## 2.2 Conceituando a Educação na Infância

Com o reconhecimento da educação infantil em 1988, a legislação começa a orientar para que crianças de 0 a 5 anos estejam presentes na escola. Torna-se direito da criança e obrigação do Estado, oferecer o serviço de educação infantil como também contratar educadores tanto na rede pública como na rede privada, no Brasil.

Segundo Bandão (1981), a educação é o domínio de ideias e práticas regidas pelas diferenças entre as realidades sociais.

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação). cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. Quando aparecem a escola, o aluno e o professor de quem começo a falar daqui para frente. (BRANDÃO, 1981, pg. 26)

Já a Educação Infantil, levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é a fase em que ocorre o desenvolvimento integral da criança e é definida como a primeira etapa de educação básica no Brasil, envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade com intervenções pedagógicas que levem em consideração todos os seus aspectos: motor, cognitivo, social, afetivo e intelectual. Esta educação vem complementar a educação iniciada na família.

## 2.3 Os Princípios Metodológicos da Educação Infantil

As intervenções pedagógicas pautadas na ludicidade são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Segundo Huizinga (2000), a atividade lúdica é manifestada através de jogos (sérios ou não), cujo objetivo é de educar.

Para Delors há quatro pilares de educação no processo de conhecimento e aprendizagem: aprender e conhecer, aprender e fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Depois vem em encontro ao executar e arriscar as ideias na busca do acerto, acompanhado do conceito da convivência e do aprendizado.

À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele. (DELORS, 1998, pg. 89).

Delors considera ainda, com maior peso, o objetivo de viver e ser o que aprendeu durante o caminho, apontando como principal meio de informação na educação para a sociedade.

Na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também prioriza diferentes aprendizagens e considera as experiências das crianças objetivando

ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar) (BNCC, 2018, p,36).

Estes campos de experiências são apresentados como “o eu, outro e o nós; corpo gesto e movimento; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidade, relações e transformações”. (BNCC 2017).

## 2.4 A Educação da Infância e seus pressupostos Psicológicos

Como a Base Nacional Comum Curricular, salienta que a inteligência emocional deve ser apresentada e transmitida nas escolas, a psicóloga Camila Cury, diz que a BNCC é suma importância para a educação do país. Ela ressalta a importância de desenvolver a habilidade emocional principalmente na Educação Infantil. Além de estimular interações com outras crianças, conhecendo o que lhe cerca, além de construir afetividade, autonomia, conhecimento e socialização,

“[...] a criança deve ser estudada na sucessão das etapas de desenvolvimento caracterizadas pelos domínios funcionais da afetividade, do ato motor e do conhecimento, entendidos como sendo desenvolvidos primordialmente pelo meio social.” (YOKOY, Tatiana; PEDROZA, Regina, 2005, pg. 96).

O conhecimento da psicologia da Infância auxilia o pedagogo a trabalhar com a criança de forma que ela possa desenvolver suas capacidades e habilidades já na mais tenra idade de forma individual e coletiva de acordo com as necessidades que forem surgindo.

Além disso, de posse do conhecimento das fases e etapas do desenvolvimento infantil, o pedagogo pode organizar suas intervenções de forma que permita a criança evoluir adquirindo as maturações necessárias para avançar em seu desenvolvimento e realizar novas aprendizagens.

## 2.5 Infância e Alfabetização: processos e perspectivas

A alfabetização escolar no Brasil mostra uma trajetória de muitas mudanças de conceitos e de metodologias. Atualmente estão ocorrendo novamente mudanças com a BNCC. Em um primeiro momento devemos compreender a definição de letramento e alfabetização, como coloca Magda Soares:

[...] é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se

tanto em relação aos objetivos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. (SOARES, 2004, p.97).

Ferreiro, assim como Magda Soares Escudeiro, também traz as suas contribuições, tornando-se referência para o ensino brasileiro. Em sua obra, ela mostra os processos de aprendizagem da criança, trazendo questionamentos sobre os métodos tradicionais até então trabalhados e concluindo que as crianças são construtoras de seu próprio conhecimento. Na teoria da Psicogênese, Emília Ferreiro e Ana Teberosky colocam que toda criança passa por quatro fases até a sua alfabetização:

[...] pré-silábica: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; silábica: interpreta de sua maneira, atribuindo valor a cada sílaba; silábico-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de cada silaba; alfabética: domina o valor das letras e sílabas. (ESCUDERO, et al. 2012).

Torna-se importante compreender que a alfabetização vem passando por muitas mudanças, e que a Alfabetização e letramentos ainda trazem muitos desafios. O que mais precisa ser levado em conta nisso tudo é que o aluno é protagonista de seu conhecimento.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância ganhando cenário na sociedade, abre-se espaço para uma educação complementar a da família. Uma educação direcionada especialmente ao público infantil como as creches e pré-escolas, caracterizadas hoje no sistema educacional como Educação Infantil. Essa educação apresenta objetivos e finalidades muito bem definidos visando o desenvolvimento integral da criança.

E sendo assim, é de suma importância que o profissional que venha a trabalhar nesta área sejam muito bem capacitadas para promover a educação que é necessária nessa fase primordial do desenvolvimento humano.

Ao finalizar este estudo pode-se verificar que os componentes curriculares do Curso foram se articulando e contribuindo para a formação do Pedagogo em ralação a compreensão da educação na Infância de maneira muito positiva.

#### 4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Analedy. **A Concepção de Infância na visão de Philippe Ariès e sua Relação com as Políticas Públicas para a Infância.** 2013. Disponível em:<<https://revista.ufrj.br/examapaku/article/view/1456>>. Acesso em: 14/04/2020.

ESCUDERO, Ana Carolina, et al. **Psicologia da Aprendizagem: Método de EnsinoEmilia Ferreiro. Psicologado.**2012. Disponível em:<<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/psicologia-da-aprendizagem-metodo-de-ensino-emilia-ferreiro>> Acesso em: 03/06/2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminho e descaminhos.** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, São Paulo. Disponível em:<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>> Acesso em: 03/06/2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.**1981. Disponível em: <[https://www.academia.edu/22890196/O\\_que\\_%C3%A9Educa%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Carlos\\_Rodrigues\\_Brand%C3%A3o](https://www.academia.edu/22890196/O_que_%C3%A9Educa%C3%A7%C3%A3o_-_Carlos_Rodrigues_Brand%C3%A3o)> Acesso em: 01/06/2020.

Educação Infantil. **Educação Infantil: história, conceito e prática.** 2019. Disponível em:<<https://educacao-infantil.aix.com.br/wp-content/uploads/2019/10/educacao-infantil-historia-conceito-e-pratica.pdf>>. Acesso em: 06/06/2020.

Centro de Referências em ensino integral. Infância, 2018. Disponível em:<<https://educacaointegral.org.br/glossario/infancia/>>. Acesso em: 06/06/2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Ministério da educação.** 2020. Disponível em:<<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica>>. Acesso em: 07/06/2020.

EDUCAÇÃO INFANTIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 07/06/2020.

VOKOY Tatiana, PEDROZA L.S Regina. **Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação.**2005. Disponível em:<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572005000100009&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572005000100009&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em:15/06/2020.

AIX SISTEMAS. **Educação Infantil: história, conceito e prática.** 2019. Disponível em: <<https://educacao-infantil.aix.com.br/educacao-infantil/>>. Acesso em: 21/06/2020.

WIGGERS Verena. **Conceito de Educação e de Educação Infantil: uma análise a partir das publicações acadêmicas relacionadas a matemática.** 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1775>. Acesso em: 21/06/2020.

PHOMENTA. **O papel das brincadeiras no desenvolvimento infantil.** 2019. Disponível em:<[https://phomenta.com.br/papel-brincadeiras-desenvolvimento-infantil/?gclid=Cj0KCQjwirz3BRD\\_ARIsAImf7LNA4ay2EH53S4UieVy9oi0P\\_I\\_1pE0bolZx-KULuMq3ESq2HRw8fhgaAkWCEALw\\_wcB](https://phomenta.com.br/papel-brincadeiras-desenvolvimento-infantil/?gclid=Cj0KCQjwirz3BRD_ARIsAImf7LNA4ay2EH53S4UieVy9oi0P_I_1pE0bolZx-KULuMq3ESq2HRw8fhgaAkWCEALw_wcB)>. Acesso em: 21/06/2020.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Karoline Copetti, Ramaeli S. dos Santos, Thayná C. Ponzoni  
Marilena Loss Bier

### **Resumo:**

A Educação Ambiental leva em consideração a preservação da vida humana e dos demais seres, respeitando as diferenças, de forma que possamos promover uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, para que haja assim um mundo melhor e conservado para as futuras gerações. O presente artigo tem como tema principal a Educação Ambiental e como a mesma ocorre no ambiente escolar, principalmente no Ensino Fundamental I. Apresenta-se a importância de se ter a Educação Ambiental debatida, estimulada e fundamentada nas escolas, pois seu ensino é pautado em lei e deve ser seguido e respeitado.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental I, Educação Ambiental, Prática Escolar

### **Introdução**

A Educação Ambiental é essencial para o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seu papel no meio ambiente, saber utilizar dos recursos naturais sem extinguí-los é cada vez mais importante na sociedade atual, onde a poluição e o aquecimento global são assuntos cada vez mais preocupantes, pensar em desenvolvimento sustentável e consciência ecológica se torna o método mais eficaz contra o desmatamento e as questões ambientais, é desde a infância que o ser humano deve aprender a valorizar a mãe natureza, isso porque as futuras gerações dependerão da que nós deixaremos para eles.

O presente artigo tem por objetivo aprofundar e expor conhecimentos sobre a Educação Ambiental, explanando um pouco sobre sua evolução histórica, leis que a fundamentam e a importância da mesma na educação formal e informal, mais precisamente nas instituições de ensino e sob os parâmetros da Proposta Curricular de Santa Catarina.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente artigo é a pesquisa bibliográfica de livros e artigos disponíveis em sites na internet, tendo como base principal os documentos de Educação Ambiental Políticas e Práticas Pedagógicas e a Proposta Curricular de Santa Catarina.

A pesquisa reflete a importância da consciência ecológica e do desenvolvimento sustentável, para que isso ocorra da melhor forma possível, diversos documentos sobre a temática de Educação Ambiental foram desenvolvidos ao longo dos anos e ainda estão sendo atualizados para condizer com o cenário atual de nossa sociedade.

### **TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

As principais conferências ambientais ocorreram entre 1972 e 2012. Em 1972 aconteceu a Conferência de Estocolmo, onde foi tratado sobre os problemas ambientais e seus prejuízos para o planeta. Uns dos resultados da mesma, foi a

criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Segundo o que consta na Declaração de Estocolmo,

"A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos." (ESTOCOLMO, Declaração, art.2, 1972).

Em 1983, houve a criação da Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ocorreu uma avaliação sobre as propostas da Conferência apresentada anteriormente e uma discussão entre os representantes e líderes. O Relatório de Brundtland, foi resultado dessa Comissão, onde pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável apareceu, debates relacionados ao desmatamento, agroquímicos, 5rs e ao consumo racional da água também ganharam voz. O Desenvolvimento Sustentável ocorre quando algo é construído sem destruir as demais coisas. Como reafirma o Relatório de Brundtland em 1987, "O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades."

No Rio de Janeiro em 1992, decorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi tratado sobre a perda da biodiversidade e os impactos do buraco na camada de ozônio. Ficaram estabelecidos 27 princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável. Como resultado, foi criado a Declaração sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, entre outros.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, onde define a EA como um meio de preservação do meio ambiente, para que ocorra a preservação se torna necessário a construção de valores, atitudes, habilidades e competências. A mesma deve ser trabalhada nas escolas de maneira articulada e integrada, não se tornando uma disciplina específica, individual e distinta, mas sim envolvida e interligada com as demais. No seu capítulo um, art.1 define:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Em 2002, na cidade do Rio de Janeiro, adveio a Conferência Rio + 10, onde foi estimado como meta a redução da pobreza em até 50%, devendo ser atingida até 2015. A pobreza se tornou um assunto debatido com frequência nas Conferências e atualmente é um problema social que interfere na prática da EA, se a diminuição da mesma ocorresse, os indivíduos se tornariam mais conscientes. Em 2012, realizou-se a Conferência RIO+20. O conceito de Economia Verde foi apresentado, onde tinha por objetivo o uso consciente dos recursos da natureza sem trazer prejuízos para a mesma.

A questão ambiental vem sido comentada com frequência nos últimos anos, pelo surgimento de diversos desastres ambientais, a falta de recursos naturais pela má utilização dos mesmos, a poluição, o consumo excessivo, o excesso de lixo

descartado de maneira incorreta, a emissão de gases na atmosfera, são alguns dos problemas que estão acabando com o nosso planeta e estão cada vez mais visíveis pelos indivíduos da sociedade, que são os próprios causadores desses malefícios. A Educação Ambiental entra como uma forma de conscientização para ajudar a termos melhorias significativas nesses problemas ambientais, pois a educação é libertadora, logo nos tornarmos agentes transformadores do meio em que vivemos.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A Educação Ambiental é um processo contínuo e deve ser iniciado desde que nascemos, ela ocorre de duas maneiras, da maneira formal: dentro das instituições educacionais, e da maneira informal: no contexto familiar, na comunidade em que a criança está inserida, devendo uma ser complementar a outra.

Sendo um processo contínuo, é necessário despertar a sensibilização, o amor e o cuidado pelo local em que se vive, pois só se ama, preserva e conserva aquilo que a gente conhece, por isso é importante que a criança entenda o ser humano como um agente transformador social, isso pode ocorrer para transformações positivas ou negativas.

Somos parte do ambiente no qual vivemos, por isso o documento Educação Ambiental – Políticas e Práticas Pedagógicas afirma,

“Educar para transformar requer compreender o ambiente em sua potencialidade para o bem-estar de todos. Assim, a Educação Ambiental que desenvolvemos deve assumir eticamente um compromisso forte com um presente que redimensiona as relações entre sociedade e natureza” (SANTA CATARINA, Educação Ambiental – Políticas e Práticas Pedagógicas p. 8)

A Educação Ambiental deve estar inserida no currículo escolar, de modo a favorecer a reflexão sobre o meio ambiente, buscando sempre mudanças positivas, pensando nisso, o estado de Santa Catarina é pioneiro em ter a Educação Ambiental na Proposta Curricular para a rede de ensino desde 1991.

Buscando contemplar a legislação vigente, Santa Catarina possui um documento específico que norteia a Educação Ambiental nas escolas, o documento Educação Ambiental – Políticas e Práticas Pedagógicas, visando concretizar a educação ambiental preconizada pela Proposta Curricular de Santa Catarina.

O PPP de cada escola também deve contemplar uma parte destinada a educação ambiental, com metas e objetivos a serem alcançados pela instituição junto aos alunos e a comunidade.

A Lei nº 9.795/99, artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe que a Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, devendo ser contemplada e complementada pelos estabelecimentos de ensino como uma parte diversificada do currículo, incentivando a busca de alternativas que contemplem a formação humana frente aos desafios socioambientais.

“A lei identifica a EA como um processo educativo, que incorpora novos significados sociais e científicos, devendo despertar as pessoas, desde a sua infância, para um olhar crítico frente aos desafios socioambientais da atualidade, de modo a escolher caminhos integrados e coerentes, sob o ponto de vista da preservação/conservação e justiça.” (BRASIL, apud Educação Ambiental – Políticas e Práticas Pedagógicas p. 16)

Em novembro de 2005, Santa Catarina sancionou a Lei nº 13.558, que trata sobre a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), trazendo a EA como um componente essencial e permanente da educação estadual, em conformidade com o PNEA.

Depois das políticas, surgiram os programas Nacional e Estadual de Educação Ambiental, o Programa Nacional é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, e estabeleceu quatro diretrizes para assegurar a integração da sustentabilidade, são: a transversalidade, o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, a sustentabilidade e a participação e controle social.

Porém, mesmo com todos os documentos norteadores da Educação Ambiental, as escolas ainda encontram dificuldades em sua aplicação prática, entre estas dificuldades estão: a falta de capacitação de professores, que não conseguem inovar suas práticas pedagógicas; pouca inserção da interdisciplinaridade e transversalidade, e até mesmo falta de conhecimento sobre o assunto; a utilização de Projetos sem continuidade, que acabam antes mesmo de atingirem seus objetivos ou são abandonados na metade, e a dificuldade em adequar os currículos escolares para a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental não é apenas para a conservação do meio ambiente, mas também para o desenvolvimento de atitudes e valores, porém, infelizmente nas escolas brasileiras, alguns professores e gestores estão mais preocupados com as notas de provas do que com o desenvolvimento de cidadãos de bem, que possuam consciência ecológica e entendimento de questões como a sustentabilidade, as notas de provas quantitativas ainda são muito significativas para algumas instituições, por isso são consideradas como prioridade.

Mudar esta prática é um processo difícil, a Educação Ambiental evoluiu muito nos últimos anos e conseguiu destaque na educação, mas isso não significa que já atingiu seus objetivos plenamente, há um longo caminho a percorrer, mas juntos, não é impossível. Medidas como formação continuada e reuniões que ajudem os professores a entender como trabalhar de forma interdisciplinar e transdisciplinar podem ser de grande valia.

## COMO TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Como já apontamos no referido artigo, a educação ambiental é de suma importância tratarmos com nossos pequenos, e de grande importância ela está constante desenvolvimento na formação dos cidadãos conscientes de seu papel de mundo.

Na lei que já foi citada, lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental deve estar presente e ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privado, que engloba desde a educação infantil ao ensino superior.

A educação ambiental deve estar presente, permeando todas as relações e atividades escolares, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar, para refletir questões atuais e pensar qual mundo queremos, e então, por em prática um pensamento ecologista. A educação ambiental não deve se destinar como uma nova disciplina do currículo escolar, precisa ser uma aliada do currículo, na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento.

Sendo assim, é importante que sejam apresentadas práticas ecologicamente corretas para inculcar uma conscientização a cerca do meio ambiente desde cedo, e a escola tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma

educação ambiental de qualidade, estabelecendo o meio ambiente como patrimônio de todos, desenvolvendo atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, projetos, etc., conduzindo os alunos a serem agentes ativos e não passivos e meros espectadores.

Encontramos muitas dificuldades de colocar a teoria na prática, muitos professores têm pouco conhecimento sobre educação ambiental e tentam colocar em algum projeto, um tema distinto para trabalhar uma semana, uma tarde, e não tratam o tema como transversal, cuidar da natureza é algo para a vida e não em uma semana vai mudar o planeta!

Outra dificuldade que encontramos é a falta de material didático e a falta de apoio por parte da comunidade em entender o tema como algo enriquecedor, cuidar da natureza não é o hoje mas deixa-lo útil para que as outras gerações possam usá-lo da mesma forma que nós, se não da melhor maneira, e isto começa hoje.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por mais bonita e agradável que seja falar da educação ambiental, precisamos nos atentar da maneira que é tratada, ativamente ou passivamente? Ativamente, eu faço com que meu aluno saia para fora, plante árvore, separe o lixo, saiba argumentar sobre os impactos de cada ação negativa que temos em relação a natureza. Passivamente um aluno vai saber da importância de preservar a natureza, mas para quê? Preservar em que sentido?

Ser um professor que apesar de não ter recurso material na escola disponível, peça ajuda de seus alunos e seus pais, realize um trabalho em equipe, una escola e família nesta tarefa que cada vez mais é discutida mas pouco se faz. Coloque seus projetos em prática, projetos com objetivos diários, um trabalho de um ano inteiro, com amor e dedicação, fazer valer a pena nossas leis e PCN's, que inclusive nosso estado é pioneiro no quesito educação ambiental, que grande orgulho! Vamos fazer a diferença em pequenas atitudes.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Poder Civil. **Constituição de 1988**. Brasil, 1988.

CETESB, Governo do Estado de São Paulo. **Conferências Internacionais**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/>. Acesso em: Maio, 2020.

NAÇÕES UNIDAS, Conferência. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: [https://apambiente.pt/\\_data/Politicas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_de\\_Estocolmo.pdf](https://apambiente.pt/_data/Politicas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_de_Estocolmo.pdf). Acesso em: Maio, 2020.

SANTA CATARINA, 2018. **Educação Ambiental - Políticas e Práticas Pedagógicas**.

UNESCO-UNEP. **Estratégia internacional de ação no campo da educação e formação ambiental para os anos 1990**. Paris: UNESCO e Nairóbi. 1987.

# PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Francieli Ortiz de Souza<sup>2</sup>

Ilse Behrens<sup>3</sup>

## RESUMO

A infância foi regulamentada no Brasil a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, que a definiu na idade de zero a doze anos, fundamentada na Constituição da República Federativa do Brasil/1988. Quando se fala em infância através da História, deve-se considerar que na Antiguidade a criança era vista como um ser insignificante, sem direitos ou valores. A partir dos sete anos era inserida no mundo do trabalho, passando a conviver com os adultos e vivenciar das mesmas experiências. A Psicologia teve um papel fundamental no estudo da Infância, analisando a formação e o desenvolvimento emocional, intelectual e psicológico da criança. Quando se fala em educação Infantil, não se pode deixar de falar das metodologias, das ciências e da alfabetização, que tem como base as primeiras interpretações que ocorrem nesta fase tão importante da vida.

## INTRODUÇÃO

Ao se falar de Educação Infantil, primeiramente precisamos fazer uma análise da História da Educação Infantil, sendo que essa percorreu um caminho longo, demorado e difícil, o qual ainda tem muito a percorrer, até que a Legislação começou a transformá-la em algo mais real.

A criança na era medieval não era considerada um indivíduo, e sua educação acontecia na prática, reproduzindo os trabalhos domésticos, já a partir dos sete anos. Uma característica marcante desse período com relação à criança, era que os pais não possuíam laços afetivos com seus filhos, principalmente com os menores. As salas de aulas, quando existiam, eram frequentadas por crianças de diversas faixas etárias, somente os nobres, recebendo a mesma educação.

Após a Revolução Industrial, a criança passou a receber um novo tratamento, considerado melhor. Porém esse tratamento não era para todos, ele era direcionado a criança nobre. É nesse contexto que surge a figura do Pedagogo, que era o escravo que tinha um pouco de conhecimento e tinha a função de conduzir as crianças para a Escola. Neste artigo estaremos expondo alguns aspectos referentes à Educação Infantil e sua importância.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Sedepex.

<sup>2</sup> Acadêmica da segunda Fase do Curso de Pedagogia

<sup>3</sup> Professora da Uniarp – Orientadora do Artigo. [behrens@conection.com.br](mailto:behrens@conection.com.br)

## **DESENVOLVIMENTO**

### **História da Educação**

A criança, através da história, só passou a ser um ser com direitos, tendo suas necessidades físicas e cognitivas supridas, após muitos séculos de ignorância e sacrifício. A legislação foi considerada um grande avanço, pois a partir de algumas leis as crianças obtiveram mais atenção e importância, principalmente as menores. No Brasil a Educação Infantil só passou a ser realmente considerada importante depois da Constituição Federal de 1988. Antes desse período a Educação Infantil era destinada para filhos de mães que precisavam trabalhar e era feita muitas vezes por voluntários, que não tinham formação alguma, e acabavam desistindo da função. Não era exigida formação, e era desenvolvida uma educação voltada a apenas retirar das ruas as crianças que eram consideradas menores delinquentes.

O MEC (Ministério da Educação), criado em 1930 pelo presidente Getúlio Vargas, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, durante muitos anos tratou de todos os assuntos que envolviam a Educação, a Saúde Pública e assistência hospitalar, sem se referir à Educação Infantil.

Este tipo de educação que o Brasil adotou nesta época, considerava a criança como um ser incapaz de assimilar conhecimento, pois era carente, e vinha de famílias desestruturadas, muitas vezes com pais alcoólatras. Essas crianças eram atendidas como menores delinquentes, ou com potencial para a delinquência, e dessa forma não responderia a estímulos passados pela escola.

Devido a pressão popular nos anos 80, houve uma grande conquista para todos, a Constituição Federal. Essa tornou a Educação um direito da criança e dever do Estado, com o seguinte texto:

Art. 205. A Educação, Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988.)

Atualmente a criança tem seus direitos reconhecidos e assegurados e a educação passou a ser para todos, pelo menos na lei. Em 1990 é homologado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deixando ainda mais claro quais seriam os direitos e deveres da criança, da família e do Estado. E para regulamentar todas essas mudanças redigiu-se a LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases), que regulamentou a educação brasileira, tendo como base a Constituição Federal.

### **Psicologia da Educação e a Infância**

A Psicologia da Educação teve um papel fundamental no reconhecimento da importância da infância no desenvolvimento emocional, psicológico e intelectual do ser humano. Pode-se questionar o que é ser criança, quais seus entendimentos, como ela pensa, o que ela sente e como ela interpreta a vida. Esses questionamentos não são fáceis de serem respondidos e analisados. Cohn (2005), em sua obra *Antropologia da Criança*, escreve sobre uma imagem negativa da criança, deixada por muitos escritores. A brincadeira infantil, o lúdico e a fantasia podem preencher um espaço entre a infância e a idade adulta, na busca de ser por si mesmo. A Psicologia tenta explicar e encontrar caminhos para a transição entre

a fase da dependência infantil e a busca da independência do adulto, na busca pelo reconhecimento individual do seu ser, dentro de um processo de construção que tem seu marco inicial no nascimento e percorre um caminho de buscas e paradoxos que envolvem muitas lutas e culminam com a morte.

## **A Alfabetização e a Infância**

A Alfabetização é um processo bastante complexo, que envolve uma caminhada ampla e diversificada. Quanto antes iniciar o processo de compreensão, interpretação, motricidade, lateralidade e visão de mundo, melhor será o desempenho da criança no momento de se alfabetizar.

A **alfabetização** consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação, e apropriação do sistema de escrita, e pressupõe a compreensão do princípio alfabetico, indispensável ao domínio da leitura e escrita<sup>[1]</sup>. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações, sendo chamada de alfabetismo a capacidade de ler, compreender, e escrever textos, e operar números. (UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura. [http://portugalmun.iscsp.utl.pt/downloads/guias\\_estudo/Guia\\_Estudo\\_UNESCO.doc](http://portugalmun.iscsp.utl.pt/downloads/guias_estudo/Guia_Estudo_UNESCO.doc))

A alfabetização envolve também o letramento, sendo que o processo formal se inicia nos primeiros anos do ensino fundamental, quando se considera que o aluno já pode ser um leitor, com capacidade de interpretação de textos e ideias. Portanto, considera-se a leitura um processo de reconhecimento e de compreensão de letras, de palavras e de frases, que tenham significado para a criança, auxiliando em seu processo de comunicação e entendimento de mundo.

## **Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil**

A Educação Infantil necessita de olhares diferenciados no que se refere às metodologias a serem aplicadas durante o processo de ensino e aprendizagem, desde o início do processo. Os professores e as crianças precisam estar sintonizados, sendo que a Educação Infantil é a primeira fase da Educação Básica e representa o primeiro contato da criança com o mundo externo.

A Educação Infantil comprehende a idade do zero aos cinco anos de idade e deve ter como principal objetivo o estímulo ao conhecimento e às relações sociais. Portanto, a Educação Infantil deve ter como alicerce o Brincar, o Cuidar e o Educar, incentivando a linguagem, a comunicação, as expressões emocionais, a autonomia e a iniciativa.

## **Educação Infantil e a Ciência Pedagógica**

Todo conhecimento científico é um conhecimento em constante movimento, na busca de normas e definição de bases teóricas e descoberta de novos fenômenos sociais, emocionais e intelectuais. A Pedagogia é uma ciência da prática educativa, que induz à reflexão, possibilitando o fazer educativo, abrangendo as práticas sociais.

Desta forma, as instituições de educação infantil não devem se limitar ao domínio do conhecimento, mas devem se deter na análise da socialização, da educação e do cuidado, tendo como objeto as relações educativas e pedagógicas que envolvem as crianças até os cinco anos de idade.

É preciso ter um olhar multidisciplinar para desenvolver uma Pedagogia da Educação Infantil envolvendo muito além dos aspectos cognitivos, abrangendo a capacidade de expressão, o lúdico, a criatividade, as relações afetivas, os aspectos da alimentação e saúde nutricional, a parte médica e todos os conceitos que estejam relacionados ao desenvolvimento saudável do ser humano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como o conhecimento é algo dinâmico, não se pode concluir um estudo como este, onde se analisam os princípios científicos para a Educação na Infância. Como futuros educadores precisamos adquirir muitos conhecimentos de todas as áreas, numa perspectiva multidisciplinar, buscando cada vez mais uma proposta adequada para o trabalho com a Educação das crianças, visando seu pleno desenvolvimento e formação, como seres humanos.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9394. Brasília: Senado Federal, 1997.

**COHN, C. Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

**FREITAS, Marcos Cézar (org.). História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

**SANTA CATARINA. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Florianópolis: SJC, 2001.

**UNESCO.** Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

[http://portugalmun.iscsp.utl.pt/downloads/guias\\_estudo/Guia\\_Estudo\\_UNESCO.doc](http://portugalmun.iscsp.utl.pt/downloads/guias_estudo/Guia_Estudo_UNESCO.doc)

# PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Carla Monteiro da Silva<sup>2</sup>

Andressa Monteiro da Silva<sup>2</sup>

Sandra Mara Rodrigues De Oliveira<sup>2</sup>

Itamar Fávero<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre o contexto da criança e suas concepções dentro da história e evolução da educação infantil até os dias atuais. A criança não era vista nem valorizada como indivíduo que faz parte da vida familiar e da sociedade. A criança era tratada como adulto em miniatura que não tinha necessidades, fragilidades e logo que crescia um pouco, era vestida como adulto e tinha que trabalhar, aprendendo tarefas domésticas e valores humanos. A criança não era distinguida do adulto e sua educação na Idade Média era juntamente com todas as faixas etárias. Após a Revolução Industrial esse quadro muda, mas apenas a criança nobre passa a ser tratada diferente, sendo conduzida à escola, passando a receber ensinamentos da sociedade elitista, passando a ter valores e direitos reconhecidos. No Brasil, graças à Constituição Federal/1988, a criança foi colocada como indivíduo com direitos e a educação infantil passa a ser incluída no sistema educacional, com atendimento prioritário voltado para suprir suas necessidades. A Lei de Diretrizes e Bases/1996 incorpora a Educação Infantil no nível básico da educação, frisando o desenvolvimento humano e social da criança, podendo evoluir e desenvolver sua cognição, suas capacidades e necessidades.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, Infância, Sociedade.<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao estudar a educação e a infância percebemos suas significativas mudanças e transformações ao longo do período histórico. A criança nem sempre foi vista e valorizada como indivíduo e não era analisada sua importância na sociedade. A criança era vista como um adulto em tamanho reduzido e seus cuidados eram por conta somente da mãe ou da ama de leite. É no período da infância que ocorre a fase mais importante do desenvolvimento da criança, com suas

---

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao Sedepex.

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia – Fase II.

<sup>3</sup> Professor da Uniarp – Orientador do Projeto.

descobertas e a estimulação para ouvir, sentir, falar, tocar e descobrir o mundo, mas nem sempre foi assim.

Por muito tempo essa fase não era de fragilidade, apenas tratada como diferente de um adulto em tamanho e força, mas já preparada para crescer e enfrentar as dificuldades da vida como adulto.

### **História da Infância**

Na Antiguidade havia alto índice de mortalidade entre crianças até doze anos de idade, pois eram obrigadas a trabalhar como adultos e não tinham direito à escola. “[...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturado aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (Áries, 1978, p. 11).

Com a urbanização e a revolução Industrial esse processo começa a mudar, criando-se as creches para que as mães pudessem trabalhar na indústria e desenvolver serviços domésticos. De acordo com Piaget (1966) a criança não pode ser considerada como um pequeno adulto. Ser criança em relação ao adulto não se assemelha à maquete em relação ao prédio que ela representa.

No Brasil a Lei 5692/71 instituiu a pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, para que a criança pudesse se desenvolver de forma integral, tanto no aspecto físico, intelectual, psicológico e social. A Constituição Federal/1988, em seu artigo 203, apresenta a Educação Infantil como um direito da criança e um dever do Estado. Mais tarde o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, em seu artigo 3º afirma que a Criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo asseguradas todas as oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inseriu a Educação Infantil no Sistema Educacional, como uma etapa da Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular/2017 estabeleceu os seguintes direitos fundamentais da criança: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

### **Psicologia Aplicada na Infância**

Desde o nascimento da Pedagogia como ciência, se elegeu a Psicologia como uma fundamental aliada, exatamente por se tratar de ciência que estuda o comportamento humano e vários processos que o influenciam. Ela pode ser uma ferramenta importantíssima no processo de aprendizagem no ambiente escolar, principalmente na educação infantil. A psicologia vem para entendermos cada vez mais o que nos motiva e como trabalharmos com nossas fraquezas e no nosso autoconhecimento. Em sua obra Piaget (1966) preocupava-se com o desenvolvimento intelectual da criança, afirmando que apenas o conhecimento traz para alguém a possibilidade de se adaptar ao meio ambiente e dominar novas situações estando assim preparado para enfrentar e solucionar problemas.

Vygotsky (in OLIVEIRA, 2011), acredita no desenvolvimento humano e nos processos psicológicos de cada indivíduo. Para ele o aprendizado produz processos internos no desenvolvimento com o contato do indivíduo e o ambiente cultural. Ele enfatizava o processo histórico e social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. A este processo ele chamava de Mediação, pois a criança adquire o conhecimento a partir das relações intra e interpessoais, realizando trocas com o meio onde vive.

Dentro da escola, um educador pode e deve usar dessa ferramenta com seus alunos, para preparar atividades de aula e melhorar a aprendizagem. Além do conhecimento do professor ou até mesmo de um profissional de psicologia, é fato que ela deve ser aplicada nas situações sociais dentro do ambiente escolar fortalecendo relações, resolvendo conflitos e garantindo um melhor desempenho para educadores, família e escola.

### **Alfabetização na Educação Infantil**

Os primeiros anos na educação infantil, é a etapa do desenvolvimento da criança onde ela entra no processo de alfabetização e recomenda-se que nesse processo de aprendizagem seja estimulada, principalmente a curiosidade dos pequenos de forma lúdica e sensorial. A importância da alfabetização na vida de uma criança objetiva a torna-la um indivíduo mais seguro futuramente, pois ela o aproxima ao mundo letrado e desenvolve seus conhecimentos e competências.

A mão que escreve e o olho que lê estão sob comando de um cérebro que pensa sobre a escrita que existe em seu meio social e com o qual toma contato através de sua própria participação em atos que envolvem o ler e o escrever em práticas sociais mediadas para a escrita. (Emília FERREIRO, 1999 <https://novaescola.org.br/guias/1/alfabetizacao>)

Ao nascer a criança já manifesta a capacidade de ouvir, tanto uma história quanto uma canção e a principal condição necessária para que uma criança seja capaz de compreender adequadamente o funcionamento da língua escrita é que ele perceba que a língua escrita é um sistema de signos que não tem significados entre si, funciona como um suporte para a memória e a transmissão de ideias e conceitos. A criança deve se apropriar desde cedo dos usos da língua escrita presente em seu mundo ampliando seus horizontes e conhecimentos.

Crianças não podem deixar de brincar na educação infantil, mas devem ter contato com a escrita e a leitura para que desenvolvam os conhecimentos e habilidades de ler e escrever, abrindo caminhos de conhecimento no amplo processo de alfabetização.

### **Metodologia da Educação Infantil**

A escola, hoje, consegue fazer uso de conhecimentos já sistematizados e socializados nos meios acadêmicos, sobre diferentes metodologias que ajudam aos professores na condução da arte de educar. Assim, a escola é hoje, possuidora de um caráter formador, aprimorando valores, atitudes e

desenvolvendo na criança a curiosidade intelectual, as suas capacidades de absorver informações e observar tudo a sua volta permitindo a sua construção para sua vida social. Bem como, no cuidado e desenvolvimento do seu próprio corpo.

A Constituição Federativa do Brasil, principalmente em seus artigos 205 até o artigo 214, trata da educação escolar, de um modo geral. Dentro deste contexto, apresenta a Educação Infantil como um dever do Estado e um direito da criança. Todas as crianças, independente de faixa etária e classe social, deveriam receber uma educação de qualidade visando seu pleno desenvolvimento físico, psíquico, social, moral, cultural e político. Vale ressaltar que na LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases) especificamente nos seus artigos 29, 30 e 31, coloca a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Desta forma, constatam-se muitas transformações que já foram conquistadas, garantindo oportunidades para que as crianças possam expressar seus anseios, limitações, executar ações, enfim, se desenvolver de uma forma mais ampla para viver em sociedade. As experiências, os estudos em relação à infância são contínuos, proporcionando a aplicação de diferentes novos métodos, assim, constatamos mudanças constantes, o que causaram em algumas escolas uma metodologia qualitativamente diferenciada voltada para a Educação Infantil, aprimorando valores, estimulando o lúdico, buscando nos princípios fundamentais da educação os processos de desenvolvimento da aprendizagem infantil. A prática pedagógica na Educação Infantil, tem o papel de capacitar o indivíduo a ter autonomia, conhecer-se e poder trilhar seu próprio caminho sendo um sujeito ativo, capaz de construir conhecimento estabelecendo relações através de suas vivências e experiências. A preocupação para fazer uma escola diferenciada, vem de uma proposta de novas metodologias onde as manifestações livres das crianças estão em primeiro lugar, com atividades espontâneas, liberdade nas escolhas de tarefas a serem realizadas, espaços enriquecedores no ambiente escolar, trabalhando o lúdico, a autonomia, a autoestima, comunicação, cooperação, compartilhando experiências e também sua individualidade, pois cada criança é um ser único com suas capacidades, vivências sociais e culturais. As brincadeiras dentro das práticas pedagógicas, proporcionam, aulas mais prazerosas às crianças, a sala organizada de forma alegre, atrativa. Tudo isso contribui para as práticas enriquecedoras das atividades com as crianças e nesse aspecto a construção de seus objetivos para a execução das metodologias atuais na Educação Infantil.

### **Conceitos da Educação na Infância**

A LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, intelectual, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. O conceito de infância e criança é um fruto de processo histórico atrelado a diferentes formas de organização da sociedade. Dessa forma, não há como desvincular o conceito de criança e infância no âmbito social, uma vez que tais conceitos são coletivos, com a sua cultura, com a sua história. O processo

inicial de socialização dessas crianças, está sendo realizado em instituições educativas especializadas conhecidas com várias denominações: jardim de infância, maternal, creches ou pré-escolas ou centros de educação infantil e, por outro lado, a importância da educação em relação as primeiras etapas do desenvolvimento humano. A população infantil que recebe este tipo de educação, está dividida em duas faixas etárias: - as crianças de 0 a 3 anos nas creches; - as crianças de 4 a 5 anos nas pré-escolas. Quanto a socialização dessas crianças, está voltada a estratégias que dependem de uma série de conhecimentos adquiridos por seus professores, nos anos acadêmicos específicos no curso de pedagogia para anos iniciais. A capacitação dos docentes incorpora também materiais de estudo como a música, a metodologia do jogo as técnicas de alfabetização, além de uma psicologia geral, do desenvolvimento e da aprendizagem, dando suporte no atendimento às crianças, educação artística, empatia dos profissionais, educação em saúde, estímulo das criatividades e o máximo de possibilidades onde a socialização nesta criança vai além das portas da escola. Tudo isso vai de encontro ao ambiente criativo, participativo e incorporado ao lúdico, estando assim, possibilitando o desenvolvendo a evolução da criança em seu aspecto mais peculiar. Atualmente a tendência mais comum é uma prática pedagógica inclusiva, baseada no respeito à diversidade social, econômica e cultural e das mais diversas condições, sejam físicas emocionais ou sociais de qualquer natureza. Essa condição, promove a convivência e interação com todos, a igualdade e a solidariedade, fazendo assim, com que as crianças aprendam dentro do ambiente escolar, princípios de respeito, regras e valores. Nos últimos anos o debate acerca da educação, valorização da criança e da infância, cresceu consideravelmente a partir de uma compreensão da criança como um ser único e integral, atentando para as peculiaridades inerentes a esta fase da vida humana.

Não podemos deixar de citar o grande avanço na educação infantil com a aprovação pelo Ministério da Educação da BNCC, (Base Nacional Comum Curricular) no ano de 2017. Que trouxe uma série de conteúdos, que em muito ajudarão no avanço, ainda mais acelerado no desenvolvimento das crianças que fazem parte da educação infantil, tais como: Os campos de desenvolvimento, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil e a transição da educação infantil para o ensino fundamental, só exemplificando.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após este estudo, podemos constatar que o conceito de infância é amplamente ligado à Educação Infantil, tendo sua evolução marcada por transformações ao longo do período histórico, originando outra visão que todas as crianças e

adolescentes sejam amparadas pela lei com pleno direito a infância e à educação.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: zahar,1978. MENDONÇA, Fernando Wolff. Teoria e prática na Educação Infantil. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013. VIGOTSKY, Lev. Lei nº9.394. De 20 de dezembro de 1996. Art. 3. Sete Jus Brasil.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

PIAGET, J. (1966). **O nascimento da inteligência na criança** (Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara. (Trabalho original publicado em 1936).

PIAGET, J. (2005). **A representação do mundo na criança** (Á. Cabral, Trad.) São Paulo: Ideias e Letras.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky Aprendizado e Desenvolvimento um processo Histórico**. SP: Scipione, 2011.

SANTA CATARINA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: SJC, 2001.

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/PsicologiadaEducacao/educacao-inf.pdf>. Acesso em 22 de Junho de 2020.

<https://novaescola.org.br/guias/1/alfabetizacao>. Acesso em 22 de Junho de 2020.

## DIREITO À PROPRIEDADE NO BRASIL: UM ESTUDO ACERCA DO EFEITO VINCULANTE DA DECISÃO EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE REFLETIDO NA AÇÃO DE USUCAPIÃO

**Autores:** Aline Silveira Bottcher, Antonio Luciano Ceron, Jackson Adriano Pontes, Jean Bottcher, Marcos Perondi, Nathiara Borges, Renan Antunes e Sonia Moreira.

**RESUMO:** O presente estudo pretende compreender a importância do direito à propriedade no Brasil. Trata-se de direito fundamental, constitucionalmente garantido, entretanto condicionado a uma função social. A ação de usucapião atende tais requisitos e é especificamente pela função social que se constitui. Dessa forma, é de suma importância que tal direito constitucional seja amplamente protegido, uma das formas para que isso ocorra é através da força vinculante da decisão tomada em controle abstrato de constitucionalidade. Para os fins buscados, quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e bibliográfico do tipo narrativo.

**Palavras Chave:** Direito à propriedade, ação de usucapião, função social, direito fundamental.

### 1. INTRODUÇÃO

O estudo do direito à propriedade teve seus pilares fixados no conhecimento romano antigo desenvolvido por Justiniano, sucedido pela Idade Média, que promoveu análise e aplicação do conhecimento existente. Posteriormente a Europa, com sua visão civilista, inspirou a criação do Código Civil Francês. Até então a propriedade era entendida como direito fundamental do ser humano, o qual lhe era garantido para que utilizasse da forma mais conveniente a ele, salvo disposição em contrário da lei.

Com o advento da Revolução Industrial o entendimento acerca do tema alterou-se. A propriedade passou a ser entendida não somente como direito da pessoa, mas de toda uma coletividade, devendo atender a uma função social. É nesse contexto que surge a ação de usucapião.

Tal ação visa transferir a propriedade para o nome daquele que há mais de dez anos, utilizando-se de boa-fé, dá o valor social concernente ao bem imóvel. Sob tal perspectiva, é necessário que haja normas reguladoras do direito, para que não ocorram abusos ou edição de outras leis que vão de encontro ao direito fundamental.

Por essa razão, o objetivo geral do estudo em questão é discorrer sobre a importância do efeito vinculante da decisão tomada em controle abstrato de constitucionalidade no âmbito do direito à propriedade, mais especificamente na ação de usucapião, pois evita os excessos e garante o pleno exercício do direito. Como objetivos específicos destaca-se a apresentação do direito à propriedade desde sua concepção histórica, conceituação e características; apresentar, suscintamente o instituto de aquisição originária de usucapião; demonstrar como o controle abstrato de constitucionalidade, por meio de julgados, pode evitar excessos no exercício do direito de usucapir.

O presente trabalho teve como finalidade a apresentação em projeto integrador da oitava fase do curso de direito e utilizou-se do método indutivo, bem como a normalização da UNIARP. Participaram da construção deste projeto integrador os acadêmicos Aline Silveira Bottcher, Antonio Luciano Ceron, Jackson Adriano Pontes,

Jean Bottcher, Marcos Perondi, Nathiara Borges, Renan Antunes e Sonia Moreira.

## 2. HISTORICIDADE DO DIREITO À PROPRIEDADE

As reflexões sobre o direito à propriedade no Brasil têm se pautado em uma visão da tradição civilista herdada da Europa continental. Tal perspectiva, concebida entre os séculos XVIII e XIX, culminou ainda com a edição do Código Civil Francês. Todavia, foi a partir do conhecimento romano antigo e ideias desenvolvidas por Justiniano, que os pilares desse direito foram fixados. Deduziu-se na Idade Média, com base no conhecimento romano, que a propriedade seria o direito de usar e abusar da coisa sua e também uma faculdade natural de se fazer o que se quiser sobre a coisa, exceto aquilo que é vedado pela força do direito (NUNES, 2017).

O Código Civil francês, conhecido também como Código Napoleônico, foi escrito mais de mil anos após o período de Justiniano, mas ainda carrega semelhante entendimento. Observe-se o artigo 544 da referida lei: “A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta, desde que não sejam utilizadas de uma forma proibida pelas leis ou estatutos”. As ideias iluministas também foram contempladas por tal percepção (NUNES, 2017).

Assim, a propriedade é o direito que alguém possui em relação a um bem determinado. Trata-se de um direito fundamental, protegido no art. 5º, inc. XXII, da Constituição Federal, mas que deve atender a uma função social, em prol de toda a coletividade. A propriedade é preenchida a partir dos atributos que constam do Código Civil de 2002 (art. 1228), sem perder de vista outros direitos, sobretudo aqueles com substrato constitucional (Tartuce, 2016, p. 119).

O entendimento acerca do direito à propriedade sofreu alterações com o advento da Revolução Industrial, na qual a propriedade passou de direito absoluto individual para função social de caráter coletivo, tal perspectiva é aceita ainda na atualidade e aplicada ao direito civil-constitucional brasileiro.

## 3. O DIREITO À PROPRIEDADE NO BRASIL

A propriedade é constituída como direito fundamental pelo disposto no artigo 5º, inciso XXII da Constituição Federal brasileira de 1988. A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem semelhante entendimento acerca da temática, dispõe em seu artigo 17 que: “Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade”, e ainda “Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”. Sobre o tema:

Tendo, pois, propriedades quando em sociedade, cabe aos homens tal direito aos bens que lhes pertencem, que ninguém tem o direito de lhos tirar, em todo ou em parte, sem o seu consentimento; sem isso, não haveria nenhuma propriedade verdadeira, uma vez que outros tivessem o direito de tirá-la quando lhe aprouvesse, sem consentimento. (LOCKE, 2011, p. 94)

O direito de propriedade pode ser entendido como o direito que uma pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites legais, de usar, gozar e dispor de um bem, incorpóreo ou corpóreo, como também de reivindica-lo de quem o detenha de maneira injusta. Assim sendo, o proprietário pode utilizar ou colocar à disposição o seu bem, aproveitar os frutos ou rendimentos a ele inerentes, pode ainda o vender, doar ou mesmo trocar (DINIZ, 2006).

#### 4. DA AÇÃO DE USUCAPIÃO

A posse de terra que atende não apenas ao interesse do proprietário, mas ao de toda uma coletividade possui função social e é chamada de posse qualificada. Adquirir terra por meio de usucapião é um exemplo de posse qualificada, pois tal ação transfere a propriedade a quem lhe atribui valor (NEVES, 2015).

CIVIL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. MUTAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA POSSE ORIGINÁRIA. POSSIBILIDADE.

O usucapião extraordinário — art. 55, CC — reclama, tão-somente: a) posse mansa e pacífica, ininterrupta, exercida com *animus domini*; b) (...) c) presunção *juris et de jure* de boa-fé e justo título, “que não só dispensa a exibição desse documento como também proíbe que se demonstre sua inexistência”. E, segundo o ensinamento da melhor doutrina, “nada impede que o caráter originário da posse se modifique”, motivo pelo qual o fato de ter havido no início da posse da autora um vínculo locatício, não é embaraço ao reconhecimento de que, a partir de um determinado momento, essa mesma mudou de natureza e assumiu a feição de posse em nome próprio, sem subordinação ao antigo dono e, por isso mesmo, com força ad usucaptionem. Precedentes. Ação de usucapião procedente.

Recurso especial conhecido, com base na letra “c” do permissivo constitucional, e provido (STJ. REsp 154.733. Rel. Min. Cesar Asfor Rocha. Quarta Turma; J. 05/12/2000. DJ. 19/03/2001).

O Código Civil brasileiro estabelece em seu Capítulo II do Título III os requisitos necessários para alegação de usucapião. Inclusive, o artigo 1242 e parágrafo único<sup>1</sup> estabelecem também o tempo de usufruto necessário e de boa-fé para aquisição do bem imóvel. Dessa forma é possível entender que a função social da terra é requisito fundamental da posse, capaz de mudar a natureza jurídica da posse originária (NEVES, 2015).

#### 5. EFICÁCIA DO PRECEDENTE

O STF apresenta controvérsias sobre a temática da reclamação com base em violação aos motivos determinantes contidos em decisão proveniente de controle abstrato de constitucionalidade (GONZALEZ, 2016).

A hipótese de cabimento da reclamação constitucional visa combater o desrespeito à eficácia *erga omnes* da decisão tomada em controle abstrato de constitucionalidade, já que, enquanto a decisão eliminou a crise de certeza quanto à constitucionalidade ou compatibilidade de determinado ato normativo, o ato impugnado na reclamação constitucional continuaria a aplicá-lo, não obstante o decidido. Portanto, é um desrespeito à parte dispositiva da decisão paradigma (GONZALEZ, 2016).

A eficácia vinculante dos precedentes judiciais envolve a obrigatoriedade de certos sujeitos em obedecer à interpretação do direito dada por determinados

<sup>1</sup> Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.

Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

órgãos judiciais ao apreciarem casos concretos, aplicando-a a demandas similares (GONZALEZ, p. 5, 2016).

Para elucidar o caso imagine-se que o estado do Paraná promulga uma lei que define o prazo para constituição de usucapião em três anos. Tal lei será objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sob o fundamento de violar o art. 22 *caput* e inciso I<sup>2</sup> o STF declara a inconstitucionalidade da referida lei.

Passado algum tempo o Estado de Santa Catarina edita outra lei que versa também sobre usucapião, estipulando prazo diverso do constante no Código Civil, circunstância em que poderá ser utilizada a mesma fundamentação da decisão paranaense. Sobre o efeito vinculante da decisão proferida em ADI observe-se:

RECLAMAÇÃO. CABIMENTO. AFRONTA À DECISÃO PROFERIDA NA ADI 1662-SP. SEQÜESTRO DE VERBAS PÚBLICAS. PRECATÓRIO. VENCIMENTO DO PRAZO PARA PAGAMENTO. EMENDA CONSTITUCIONAL 30/00. PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Preliminar. Cabimento. Admissibilidade da reclamação contra qualquer ato, administrativo ou judicial, que desafie a exegese constitucional consagrada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ainda que a ofensa se dê de forma oblíqua. 2. Ordem de sequestro deferida em razão do vencimento do prazo para pagamento de precatório alimentar, com base nas modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 30/2000. Decisão tida por violada – ADI 1662-SP, Maurício Corrêa, DJ de 19/09/2003: Prejudicialidade da ação rejeitada, tendo em vista que a superveniência da EC 30/00 não provocou alteração substancial na regra prevista no § 2º do artigo 100 da Constituição Federal. 3. (...) 4. Ausente a existência de preterição, que autorize o sequestro, revela-se evidente a violação ao conteúdo essencial do acórdão proferido na mencionada ação direta, que possui eficácia erga omnes e efeito vinculante. A decisão do Tribunal, em substância, teve sua autoridade desrespeitada de forma a legitimar o uso do instituto da reclamação. Hipótese a justificar a transcendência sobre a parte dispositiva dos motivos que embasaram a decisão e dos princípios por ela consagrados, uma vez que os fundamentos resultantes da interpretação da Constituição devem ser observados por todos os tribunais e autoridades, contexto que contribui para a preservação e desenvolvimento da ordem constitucional. 5. Mérito. Vencimento do prazo para pagamento de precatório. Circunstância insuficiente para legitimar a determinação de sequestro. Contrariedade à autoridade da decisão proferida na ADI 1662. Reclamação admitida e julgada procedente (STF – Rcl: 1987 DF, Relator: Maurício Corrêa. Tribunal Pleno. DJ 21/05/2004).

Em tal situação, segundo elucidado na jurisprudência acima, pode o réu se valer de reclamação constitucional afim de cassar a sentença que violou a fundamentação da decisão proferida em ADI.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível compreender que a propriedade no Brasil se constitui direito fundamental garantido aos cidadãos. Toda pessoa, dessa forma, poderá usar, gozar e dispor de seu bem imóvel, respeitando os limites impostos por lei. Todavia, após a Revolução Industrial, fixou-se entendimento no sentido de que

<sup>2</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

além de ser um direito do ser humano a propriedade também possui valor de ordem coletiva, devendo, portanto, cumprir sua função social.

Nesse contexto, a ação de usucapião, objeto do presente estudo, elucida muito bem o que se pretende mostrar, a função social do bem imóvel é fundamental, sendo capaz de mudar a natureza jurídica da posse originária. Como direito fundamental, é necessário que a propriedade seja amplamente protegida, por isso o efeito vinculante da decisão tomada em controle abstrato de constitucionalidade é de importância singular.

Ela garante que os estados, ou mesmo municípios, não editem normas ou profiram entendimentos que vão de encontro ao direito constitucionalmente atribuído a pessoa humana, dessa forma, evita os excessos e garante o pleno exercício do direito. Assim sendo é possível afirmar que o direito à propriedade é fundamental e, por esse motivo, merece atenção especial e individualizada.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** São Paulo: Saraiva, 2010.

**BRASIL.** Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

GONZALEZ, Gabriel Araújo. O posicionamento vacilante do STF sobre a reclamação constitucional por violação à eficácia vinculante da decisão tomada em controle abstrato de constitucionalidade. **Âmbito Jurídico**. São Paulo, 01 de julho de 2016. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-posicionamento-vacilante-do-stf-sobre-a-reclamacao-constitucional>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

NEVES, Gustavo Kloh Muller. Direito de propriedade. **Fundação Getúlio Vargas – FGV**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<[https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/direito\\_de\\_propriedade\\_2015-1.pdf](https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/direito_de_propriedade_2015-1.pdf)>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

NUNES, Raphael Marcelino de Almeida. O modelo democrático de propriedade no Brasil. **Universidade de Brasília – UnB**. Brasília, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23581>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito brasileiro, v.4: direito das coisas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

STF – Rcl: 1987 DF, Relator: Maurício Corrêa. Tribunal Pleno. DJ 21/05/2004.

STJ. REsp 154.733. Rel. Min. Cesar Asfor Rocha. Quarta Turma; J. 05/12/2000. DJ. 19/03/2001.

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP****Direito Processual Constitucional****O impacto e a aplicabilidade da alteração do nome e do gênero na vida civil do transexual após a ADI 4275<sup>1</sup>**

**Giulia Maciel Ribeiro, Lillian Carolini Vieceli, Karine Ribeiro de Souza, Rosa Aparecida Pit Gatti, Sara Yasmin dos Santos;**<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo no que se refere a dignidade da pessoa humana, com relação à possibilidade trazida pela ADI 4275 de alteração de seu nome e gênero no seu registro de nascimento sem que haja a realização de um procedimento cirúrgico de transgenitalização. A referida ADI visa trazer igualdade, no que tange a alteração da identidade civil do transgênero ou transexual, para o reconhecimento da personalidade jurídica, liberdade pessoal, honra e dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Direito Constitucional; Transgênero; Transexual; Dignidade da pessoa humana;

**Introdução**

Na Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana é um dos princípios constitucionais mais relevantes. O direito à alteração do nome e do gênero no registro civil trazido pelo julgamento na ADI 4275 foi uma grande conquista para as pessoas transexuais e surgiu no ordenamento jurídico brasileiro com a finalidade de solucionar conflitos de ordem civil, priorizando o princípio da dignidade humana.

O Supremo Tribunal Federal, reconheceu esse direito pela ADI 4275, sobre a qual iremos tratar no decorrer deste resumo, mas que inicialmente falando, trouxe benefícios aos transexuais, por facilitar a adequação de seu registro civil com a sua identidade de gênero, sem obrigatoriedade de prévia autorização judicial, ou seja, diretamente pela via administrativa, e sem a necessidade de ter sido realizado previamente o procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado como requisito para elaboração do Projeto Integrador 2020/I, com base na matéria de Direito Processual Constitucional, orientado pelo Professor André Damaceno.

<sup>2</sup> Acadêmicas da 8ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) – Fraiburgo - SC.

## 1. O TRANSEXUAL, O TRANSGÊNERO E A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

As reflexões sobre a formação do gênero compreendem, além da autoconsciência de cada pessoa sobre o seu corpo, como as repercussões e influências da sociedade (VELOSO; SOARES; DE JESUS, 2020).

Para a conceituação da identidade de gênero é necessário entender que o gênero é uma forma de determinismo social dos atributos de masculinidade e feminilidade (VELOSO; SOARES; DE JESUS, 2020).

O transexual é aquele que deseja alterar sua constituição biológica e fazer a mudança de sexo, sendo a cirurgia a única forma de se sentirem totalmente identificados e correspondidos na identidade de gênero que sentem pertencer, mas que não foi biologicamente atribuída (SEGAT, 2019).

Já o transgênero tem um sexo, mas se identifica com o sexo oposto e espera ser reconhecido e aceito como tal (SEGAT, 2019).

De acordo com o Código Civil de 2002, tem-se que o nome é o que individualiza o ser ou cada pessoa civil na sociedade, sendo considerado um direito de personalidade (BRASIL, 2002).

O registro civil consta o nome e o gênero do indivíduo, os quais são determinados pelo sexo biológico. Assim, no caso do transexual, seu nome e gênero não estão adequados a forma na qual se identifica, como reconhece a si mesmo, tornando-se imperiosa uma adequação do registro civil com a realidade vivida pelo transexual (VELOSO; SOARES; DE JESUS, 2020).

Nas palavras de VELÓSO; SOARES; DE JESUS; 2020: “impor ao indivíduo tal procedimento mostra-se contrário aos princípios constitucionais, especificamente, a dignidade da pessoa humana”.

Nos dizeres do ministro Fachin (2014):

(...) o direito ao próprio corpo deve ser tomado em uma ampla acepção, de modo que envolve tantas ações quanto omissões, ou melhor dizendo, trata-se de poder fazer ou deixar de fazer algo com o próprio corpo, sem que haja qualquer punição pela escolha deliberada (...).

Neste viés, conclui-se que a elaboração de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o presente tema foi de fundamental importância para que os direitos constitucionais do indivíduo pudessem ser respeitados, fazendo com que a pessoa transexual ou transgênero enfrente com menos dificuldade as questões sociais e personalíssimas inerentes à sua condição, prevalecendo seu direito primordial à dignidade da pessoa humana.

## 2. A NORMA ANTES DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Anteriormente à ADI ser julgada procedente os transgêneros / transexuais enfrentavam a obrigatoriedade de submeter-se a uma cirurgia de transgenitalização para poderem alterar o registro civil. Além disso, deveria

constar em seu registro o termo “transexual”, e muitas vezes este processo levava anos (POMPEU, 2018).

A tese definida sob o regime de repercussão geral, foi a seguinte:

O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa (STF, 2018).

Tal norma ia contra o direito de personalidade e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Fica claro que a identidade psicossocial prevalece em relação à identidade biológica, não sendo a intervenção médica nos órgãos sexuais um requisito para a alteração de gênero em documento público (COELHO, 2018).

### 3. O PROCESSO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), possui disposição legal nos artigos 102, I, “a” e 103, da CF, bem como legislação específica de número 9868/99 dispondo sobre o seu processo e julgamento perante o STF.

Sua finalidade precípua, como bem assevera a doutrina de GOMES apud MORAES: “[...] é a de retirar do ordenamento jurídico lei ou ato normativo incompatível com a ordem constitucional, constituindo-se, pois, uma finalidade de legislador negativo do Supremo Tribunal Federal”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

A ministra Carmen Lúcia, estabeleceu que o julgamento “marca mais um passo na caminhada pela efetivação material do princípio da igualdade, no sentido da não discriminação e do não preconceito (STF, 2018)”.

Ela baseou seu voto no direito à honra, à imagem, à vida privada, nos princípios constitucionais da igualdade material, da liberdade, da dignidade e no direito de ser diferente, entre outros.

A Ministra votou pela procedência da ação, a fim de reconhecer aos transgêneros que desejarem o direito à alteração de nome e gênero no assento de registro civil, independentemente da cirurgia. Para esta, não existe a necessidade de autorização judicial (SFT, 2018).

### 4. OS EFEITOS DA ADI 4275 NA VIDA DOS TRANSGÊNEROS

A ADI 4275 é um exemplo de meio pelo qual se busca a aplicação dos direitos fundamentais da pessoa humana no caso concreto da vida de um homem ou mulher trans.

Tal decisão propiciou um avanço imensurável para a comunidade dos transgêneros. Para pessoas heterossexuais, que não têm qualquer disforia em relação ao seu corpo, pode parecer irrelevante, contudo, para um indivíduo que já passou por tantos constrangimentos e discriminações apenas pelo fato de

“ser quem é”, ter em sua vida civil a possibilidade de identificar-se como realmente se vê apenas declarando sua vontade é uma vitória gigantesca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o assunto exposto neste artigo, denota-se que o novo entendimento do STF trouxe garantias aos homens e mulheres trans, no que tange ao direito à alteração de registro civil, mesmo sem cirurgia de transgenitalização. Fato este que representa um significativo avanço para o grupo em questão.

Portanto, conjectura-se que é necessário buscar garantias de direitos para que todos os grupos sociais vivam de forma equitativa, ou, ao menos, tenham os mesmos direitos e deveres em um determinado contexto social, e para isso, é fundamental que as leis se adequem às novas realidades sociais.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 de junho de 2020.

**BRASIL.** LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 11 de junho de 2020.

**BRASIL.** LEI N° 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm). Acesso em: 11 de junho de 2020.

**BRASIL.** Supremo Tribunal Federal - STF. ADI nº 4275/DF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 14 junho de 2020.

**COELHO**, Gabriela. STF define tese autorizando pessoa trans a mudar nome sem cirurgia. Disponível em : <https://www.conjur.com.br/2018-ago-15/stf-define-tese-autorizando-pessoa-trans-mudar-nome-cirurgia> . Acesso em: 12 de junho 2020.

**FACHIN**. Luiz Edson. O Corpo do Registro no Registro do Corpo; Mudança de Nome e Sexo sem Cirurgia de Redesignação. 2014. Revista Brasileira de Direito Civil. Instituto Brasileira de Direito Civil. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

**GOMES**, Gustavo Henrique Comparim. Teoria geral do controle de constitucionalidade brasileiro: doutrina e jurisprudência. Revista Jus Navigandi,

ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3668, 17 jul. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24839>. Acesso em: 3 jul. 2020.

**POMPEU, ANA.** STF autoriza pessoas transando a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

**SEGAT, Luciana.** Transgênero, transexual e travesti, você sabe a diferença entre esses termos? Disponível em: <https://vitallogy.com/feed/Transgenero%2C+transexual+e+travesti%2C+voce+sabe+a+diferenca+entre+esses+termos%3F/485>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

**VELOSO, Patrícia; SOARES, Laila; DE JESUS, Geicielly.** Mudança do nome e retificação do gênero no registro civil. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/07/13/artigo-mudanca-do-nome-e-retificacao-do-genero-no-registro-civil-por-patricia-veloso-laila-soares-geicielly-de-jesus/>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

## Direito Processual Constitucional

### A Decisão em Controle Concentrado de Inconstitucionalidade: sobre a discriminação e a proteção da saúde na doação de sangue por homossexuais

**Deimisom Mello, Franciely Macedo Milani, Mariana Kokowicz Cabral e Matheus da Rosa Camargo.**

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

**Resumo:** o trabalho tem como escopo a temática do direito a saúde em confronto com as situações discriminatórias experimentadas por homossexuais na doação de sangue que ensejando a inconstitucionalidade do artigo 64, IV da portaria 158/2016 do Ministério da Saúde, a qual ocasiona discriminação de gênero em decorrência da orientação sexual do doador masculino que mantém relações sexuais com outros homens. E a decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou a inconstitucionalidade em abstrato do artigo que restringia a doação de sangue, discriminando aqueles cidadãos que já são ridicularizados e marginalizados pela sociedade preconceituosa.

**Palavras-chave:** Igualdade de Gêneros, Direito a saúde, Discriminação.

### Introdução

Apesar da Constituição Federal, expressar em seu art. 5º que todos são iguais perante a lei, ainda assim existem situações discriminatórias no Direito Brasileiro e essa matéria fica mais evidente quando o assunto é a doação de sangue por homossexuais, que são considerados inaptos a prática de doar sangue pelo fato de manterem relações sexuais com pessoas de mesmo sexo.

Essa vedação do art. 64, IV da Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde, que dispõem:

Art. 64. Considerar-se-á inapto temporário por 12 (doze) meses o candidato que tenha sido exposto a qualquer uma das situações abaixo:

[...]

IV - homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes; (BRASIL, 2016)

A discriminação trazida pela redação da Portaria 158/2016, ocasiona grandes debates envolvendo a comunidade LGBT e os requisitos de aptidão de doação de sangue por homossexuais, ocasionando discussões sobre sua inconstitucionalidade, frente a contrariedade da Constituição da República que repudia qualquer ato que atente contra dignidade da pessoa humana e o

tratamento equânime entre todos os cidadãos brasileiros ou vivendo no país. (CARBONARI, 2019)

E nesse contexto, de embate de direitos que o trabalho abordará a decisão *erga omnes* da ADI 5543, que discutia a validade do Art. 64, IV, que restringia a doação de sangue de homossexuais, de forma discriminatória sobre o argumento de zelar pela proteção técnica e sanitária dos receptores sanguíneos.

### As justificativas das partes

A discussão quanto a vedação de receber sangue de homossexuais nos hemocentros segue as normas técnicas epidemiológicas atinentes a segurança transfusional para os receptores, que não serão expostos a vírus como o HIV, decorrentes de relações sexualmente transmissíveis. Que tem índices elevados entre homossexuais.

Conforme publicado no site de notícias BBC, a Organização Mundial de Saúde em seu “Manual de Doação de Seleção de Doadores”, os homossexuais têm um grau de 19,3 de serem suscetíveis portadores de HIV, contudo a própria OMS declarou que os dados não estão atualizados, podendo existir equívocos. (BARRUCHO, 2020)

No próprio site da BBC Brasil, a Anvisa diz que a inaptidão dos homossexuais é baseada em dados que comprovam que o risco é de infecção por vírus é maior por se tratar de homens que mantém relação com outros homens.

Outrossim, o Ministério da Saúde afirma que a vedação é apenas temporária, não restrição perpetua, apenas sendo respeitado temporária de 12 meses sem relações sexuais entre homossexuais, conforme extraído do relatório da ADI 5543:

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária sustentou fundar-se a vedação em evidências epidemiológicas e técnico-científicas e visar ao interesse coletivo na garantia máxima da qualidade e segurança transfusional para o receptor de sangue. Asseverou que tanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) recomendam inaptidão de 12 meses para doação de sangue por homens que tiverem relações sexuais com outros homens, em razão de envolverem riscos maiores de infecção por doenças sexualmente transmissíveis. Informou que diversos países possuem regramentos similares ou mais restritivos do que o do Brasil (peças 77, 78 e 80 a 129). (BRASIL, 2020)

Por outro lado, a comunidade se posiciona de que a imposição da redação do artigo 64, IV, é um ato de discriminação que contraria a ordem constitucional, que restringe a igualdade legal de todos serem respeitados independente de sua orientação sexual.

O Próprio Partido Político PSB, patrono e legitimado para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade afirma que “a restrição é um tratamento absurdo por tratar discriminadamente doadores de sangue pela sua opção sexual.”

De igual forma o Art. 64, IV é uma contradição da própria disposição geral da portaria 158/2016, *in verbis*:

Art. 2º [...]

§ 3º Os serviços de hemoterapia promoverão a melhoria da atenção e acolhimento aos candidatos à doação, realizando a triagem clínica com vistas à segurança do receptor, **porém com isenção de manifestações de juízo de valor, preconceito e discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, hábitos de vida, atividade profissional, condição socioeconômica, cor ou etnia, dentre outras, sem prejuízo à segurança do receptor.** (BRASIL, 2016) Grifo nosso.

Notadamente a resolução é uma contradição frente a Constituição Federal de 1988, bem como pela própria resolução que veda a discriminação dos doadores por sua opção sexual, em vista de que atualmente os exames clínicos de testagem do sangue doado são avançados, sem ter a necessidade de espera de doze meses conforme dispõem a resolução.

## Do Controle de Constitucionalidade

O controle de constitucionalidade no Brasil ocorre de duas formas a constitucionalidade formal, que diz respeito ao modo de elaboração da norma e o controle material, o qual a lei editada deverá estar em consonância com a Lei Maior, ou seja, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Caso a norma editada não esteja dentro dos parâmetros estabelecidos pela Constituição está será inconstitucional, conforme leciona o Professor Gilmar Mendes:

[...] a lei só poderá ser inconstitucional se estiver em litígio com a Constituição sob cujo pátio agiu o legislador. A correção do ato legislativo, ou sua incompatibilidade com a lei maior, que o macula, há de ser conferida com a Constituição que delimita os poderes do Poder Legislativo que elabora a lei, e a cujo império o legislador será sujeito. E em relação a nenhuma outra. (MENDES. 2017, p.1049)

Sendo assim, o Pretório Excelso, pôs fim à discussão da ADI 5543, que tinha como escopo a inconstitucionalidade do cerceamento e violação da dignidade da pessoa humana, levada à baila pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, que é uma das figuras que possui legitimidade ativa para propor ADI em controle concentrado, conforme dispõem o Art. 103, VIII, da Constituição Federal.

Por se tratar de um tema bastante polêmico e que exigia bastante cautela dos Ministros do Pretório, que a discussão se arrastou desde 2016 até o dia 08 de maio de 2020, ficou declarado a Inconstitucionalidade que o Art. 64, IV, da Portaria 158/2016, pelo conteúdo contraditório frente a Constituição Federal de 1988.

O Relator da Ação 5543, Ministro Edson Fachin, destacou que a resolução por mais que não tivesse a intenção de ofender a dignidade dos cidadãos homossexuais, ela o faz por restringir a doação de sangue desses em razão de sua orientação sexual e não pelos critérios clínicos. O próprio relator enfatizou que a inaptidão imposta pelo artigo é senão uma “discriminação injustificável e inconstitucional”.

A ministra Rosa Weber, acompanhando o voto do relator, também indagou que a restrição normativa também é desconforme com o princípio basilar da proporcionalidade, visto que a normativa não considera fatores e informações para avaliação dos riscos do sangue do doador.

Nesse mesmo sentido, o Ministro Luiz Fux, sugeriu em seu voto que sejam adotados critérios de riscos para que não haja mais discriminações, preservando assim os riscos de contaminação pela transfusão de sangue.

Contrário a maioria dos Ministros, Alexandre de Moraes, disse que a leitura do dispositivo não é uma afronta discriminatória. E que os homossexuais podem sim doar sangue, mas que o sangue deverá ser testado antes que o receptor o receba.

Nota-se que tanto a decisão de um ou de outro ministro fazem referência a adoção de critérios de testagem clínicas e não a exclusão pela orientação sexual daqueles cidadãos homossexuais.

Por fim, a decisão tomada em abstrato pelo Pretório não só atinge aqueles possíveis doadores homossexuais que querem contribuir solidariamente na doação sanguínea abastecendo os bancos de sangue dos hemocentros, mas também aqueles pacientes que necessitam da transfusão de sangue periodicamente.

## Considerações Finais

A locução do art. 64, IV, da portaria 158/2016, trazia consigo uma discriminação desatualizada de critérios clínicos, cerceando a vontade de doar sangue dos homossexuais, lesando o direito solidário desses e ferindo sua dignidade humana.

Por outro lado, era dever do Estado preservar também a saúde do receptor, impondo critérios para que receba “sangue bom”, sem a condenação desses em contrair algum vírus ou doença sexual transmitida pelo sangue recebido.

Pois bem, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, atendeu não só a dignidade e igualdade de direitos sem distinção ou discriminação dos homossexuais que tem relações sexuais com seus parceiros.

A decisão da ADI 5543 em abstrato não só reconheceu da constitucionalidade do Art. 46, IV, mas estendeu efeito a todos os profissionais dos hemocentros, doadores e a toda sociedade como um todo, seja pela doação, recepção do sangue ou no momento da coleta, pelos profissionais da saúde que antes ficavam responsáveis pela negativa de receber e dispensar os doadores homossexuais que respondiam ter relações sexuais a no período de 12 meses. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2020)

Considerada uma exorbitância desproporcional a janela imunológica de 12 meses, é uma discriminação, maculada de constitucionalidade material que não merece respaldo na ordem democrática de direitos contemplada pela Constituição Federal de 1988.

Em atenção a eficácia da ordem judicial da decisão do julgado da ADI 5543 a mesma foi prontamente respeitada pelo Ministério da Saúde, que publicou em seu próprio site uma observação destacada sobre a constitucionalidade do art. 64, conforme extrai-se o comunicado:

A Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados/MS comunica que, considerando a publicação em 22/05/2020 da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5543, que **declarou inconstitucional o inciso IV do art. 64 do Anexo IV da Portaria de Consolidação nº 5/2017**, este critério de inaptidão não mais deverá ser aplicado na triagem clínica de candidatos à doação de sangue. (BRASIL, 2020)

Posto isso, é importante denotar que a ordem constitucional e o controle concentrado não só tornaram o art. 64, IV, inconstitucional, mas também demandou a decisão judicial em abstrato uma eficácia plena, sendo obrigatória para todos os cidadãos e também para órgãos de saúde brasileiro conforme destaca o Ministério da Saúde em seu site.

## Referências

ANJOS, Anna Beatriz. **Homossexuais não podem doar sangue no Brasil?**. Pragmatismo Político. 15 de abril de 2014. Disponível em:<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/homossexuais-nao-podem-doir-sangue-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BARRUCHO, Luis. **Ministério da Saúde mantém proibição de doação de sangue por gays, apesar de estoques baixos por coronavírus**. 09 abril 2020. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52210094>>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doação de sangue: como doar, quem pode doar, impedimentos**. 2020. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doacao-de-sangue>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

BRASIL. Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016 - **Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos**. Disponível em:<<https://bvsms.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal Federal – STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 5543 de 08 de maio de 2020**. Disponível em:<<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4996495>>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

CARBONARI, Pâmela. **Brasil desperdiça 18 milhões de litros de sangue ao ano por preconceito**. 17 Maio 2019. Disponível em:<<https://super.abril.com.br/saude/brasil-desperdica-18-milhoes-de-litros-de-sangue-ao-ano-por-preconceito/>>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional** / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonçalves Branco. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017. – (Série IDP).



## A LARANJA MECÂNICA E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO CONSTITUCIONAL

Antônio Rosa de Lima  
Daniel Galvão  
Eva Simone Thomaz da Silva  
Mauro Ribeiro de Mello  
Nedilson Ribeiro  
Orientador: Luiz Fernando Vescovi

### RESUMO

A obra literária Laranja Mecânica, do autor Anthony Burgess, foi publicada pela primeira vez em 1962 no Reino Unido. Originalmente na língua inglesa, com 192 páginas e 21 capítulos, a edição brasileira foi lançada pela editora Aleph com tradução de Fábio Fernandes com 200 páginas, a primeira edição em 1970 e a última em 2004. Os gêneros encontrados no texto são; romance, drama, sátira, novela, ficção científica, humor negro, ação e ficção distópica. Alex é o protagonista da obra, um jovem que mora com seus pais na Inglaterra de um futuro próximo, de classe média amante de música clássica (principalmente de Ludwig Van Beethoven) e líder de uma gangue integrada por seus amigos que, ele os chama de druguês, sendo eles: Tapado, Georgie e Pete. Todos os dias durante a noite eles saem em busca de diversão ou ultraviolência, com orgias e drogas. Em um determinado momento Alex é traído por seus pares, durante um roubo, e é preso pela polícia. Na prisão, passa por momentos de dificuldades com alguns prisioneiros. Sua vontade de ser livre novamente faz com que ele opte por ser cobaia em um tratamento criado pelo Estado chamado de Ludovico. O tratamento consiste em medicamentos ou drogas que, acreditam os criadores refreasse a vontade de cometer crimes, ou seja, tirando-lhe o livre arbítrio. Após se submeter ao tratamento, Alex experimenta sensações jamais sentidas. A sua vida muda drasticamente para pior tentando até mesmo o suicídio. Ao final depois de ser atendido em um hospital, fica claro a trama em que ele foi envolvido e as autoridades são obrigadas a recuar com o procedimento visto que não gerou o resultado esperado. Alex, depois de tudo retoma a sua vida com sequelas irreparáveis.

### 1 INTRODUÇÃO

A presente obra é um clássico, um marco, um livro de ficção científica que relata a vida mundana e violenta de um adolescente e seus “amigos”, comparsas que vivem descontroladamente uma vida dúbia, em que seus pais não se importam com as numerosas faltas na escola e suposto trabalho à noite era tratado com grande

indiferença por aqueles que deveria lhe dar muita atenção e amor. Uma história fascinante, brilhante e altamente perturbada onde imaginam uma sociedade futurista, cheia de violência com proporções gigantescas, instigando a agressividade da sociedade e do governo com sua força coercitiva.

Alex, o jovem adolescente, personagem principal da obra, juntamente com sua gangue, pratica roubos, espancamentos, estupros e, muita violência por onde passa, somente pelo prazer em praticar atos ilícitos. Grande admirador da música clássica (Ludwig van Beethoven), o infrator, traído pelos companheiros, cai nas mãos da polícia. Uma vez preso, Alex é colocado para fazer parte do método Ludovico, uma experiência criada pelo Estado para refrear os delinquentes da sociedade. De volta à sociedade, o jovem “reformado” sofre com aqueles que por hora, foram suas vítimas.

Esse método “Ludovico” consistia em sessões diárias de filmes violentos, cinema, cenas extremamente violentas com as mais variadas atrocidades. E, com o filme, era colocada uma música com volume muito alto, que implementava a discórdia. O preso era amarrado, ou seja, Alex era amarrado numa cadeira com fios presos à sua cabeça e ao seu corpo, com os olhos abertos por pinças para que não pudesse piscar. O objetivo era fazer com que a maldade do rapaz fosse excluída de sua vida. Tão forte e poderoso seria esse “tratamento”, esperava-se que o indivíduo não poderia mais ver, ouvir ou pensar em qualquer tipo de violência, que seu corpo reagiria com vômitos e náuseas e assim, sairia da prisão.

A sociedade da época, decadente, proibia a venda de álcool, porém permitia o uso de outras drogas, um mundo onde os pobres viveriam separados dos mais privilegiados financeiramente, os ricos. A polícia tratava a violência com mais violência, tornando assim, o chamado “círculo vicioso”, onde grupos menores de aruaceiros tinham a liberdade, ou pelo menos, achavam no direito de praticar delitos, atos infracionais, decadência moral e também social do ser humano.

Laranja Mecânica causa um certo estranhamento nos leitores, tendo em vista o vocabulário usado pelos jovens que fazem parte da gangue, usam muitas gírias, termos diferentes e desconhecidos, muitas palavras que exigem dedução para poder entender. Choca pela violência, impacta por todos os conflitos éticos em que os personagens viviam na época. Apesar de ser antiga a obra é tão atual, que parece representar a sociedade em que vivemos neste século.

## **2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E DA ORGANIZAÇÃO**

Procuramos propor uma breve explanação sobre o filme “Laranja Mecânica”, e sua importância para a reflexão e a compreensão das relações humanas, em que Alex, o personagem principal é submetido a uma experiência resultando em situações indesejáveis. Alex liderava uma gangue, que promovia uma série de confusões, vandalismo e, algumas vezes estupros e morte. Não demorou muito, acabou sendo preso. Durante este tempo na prisão, sofria com a violência e o comportamento dos outros presos.

Num determinado momento, Alex soube que o governo estava promovendo um tratamento inovador a fim de restaurar as pessoas delinquentes, mesmo sabendo que

o tratamento estava ainda em caráter experimental e que envolvia sérios perigos, assim mesmo, se prontificou ao experimento.

O Diretor da prisão, antes de transferir Alex, comentou que o tratamento se denominava “Método Ludovico” e que era contra esse experimento, mas que o governo estava firme em transformar o mal em bem.

Alex foi transferido para uma clínica, onde recebia uma espécie de droga injetável, depois era levado a uma sala de vídeos, onde assistia várias sessões de filmes violentos acompanhados de músicas com alto volume e assim passou vários dias até que, em certos momentos durante as sessões tinha acessos delirantes e seguidos de náuseas.

Em certo momento, Alex implorava aos médicos pesquisadores que suspendessem o tratamento, pois ele já se sentia curado, mas antes de liberá-lo foi ainda submetido a última sessão, a qual passou pela humilhação de ser espancado, também foi apresentado a uma mulher seminua para lhe provocar sexualmente, diante de tudo isso, Alex se manteve inerte, assim a comissão de tratamento considerou o resultado altamente positivo e liberaram Alex para o convívio social.

Ao chegar em casa, foi surpreendido por um estranho que estava morando com seus pais e que pagava aluguel do seu quarto. Desta forma, Alex foi expulso de casa. Nas ruas sofreu todo tipo de violência, desde um senhor de idade até os seus ex-amigos que aliás se tornaram policiais. Estes mesmos, que eram seus companheiros antigamente nas delinquências, agora policiais, levaram Alex para um lugar deserto o torturaram, seguidamente, deixando-o abandonado. Assim, caminhando com muita dificuldade, Alex foi parar na casa de um senhor que, coincidentemente, foi, no passado, atacado. Sua esposa foi estuprada e este senhor ficou paraplégico devido aos espancamentos provocados pela gangue.

Na situação atual, na casa desse senhor, Alex foi torturado por música alta, a mesma música que ouvia na clínica, não suportando, acabou por se jogar de uma das janelas tentando assim o suicídio, mas acabou sobrevivendo, praticamente com todo o corpo quebrado, ficou internado num hospital, com o passar do tempo ficou praticamente recuperado.

Seu caso foi comentando pela imprensa, acusavam o governo de interferir na saúde mental de Alex, trazendo traumas e graves transtornos mentais. O Governo para se redimir e não causar ainda mais repercussão, propôs-se a dar os cuidados necessários a fim de restabelecer integralmente a sua saúde física e mental, porém o dano já estava feito e Alex nunca mais seria o mesmo.

### **3 RESULTADOS**

#### **LARANJA MECÂNICA / CONSTITUCIONAL**

O livro Laranja Mecânica conta a história de Alex, um menino inteligente, que faz parte de uma gangue com mais três jovens delinquentes, que passam suas noites cometendo crimes como vandalismo, roubos e diversão. Alex foi preso em flagrante e condenado, já na prisão, o jovem esquia-se do assédio e também da violência dos

outros prisioneiros diariamente. Para garantir sua liberdade imediata, submete-se a uma técnica nova chamada LUDOVICO, aceitou ser cobaia, pois estava em experimentação, essa técnica essa consistia em tratamento de choque em que o indivíduo era submetido a sessões de filmes com muita violência, e também a injeções que causavam sensação de mal-estar, náuseas e até vômitos, com objetivo de que entendesse que a violência era errada.

### **CITAÇÕES DO QUE É A TÉCNICA**

Essas sessões foram aplicadas para manipular e mudar o pensamento e atitude de Alex, pois essas terapias tinham a intenção de fazer com q o indivíduo passasse a não suportar mais qualquer tipo de violência, pois cada vez que ele pensasse em cometer algum crime iria lembrar das terapias e dores quase que insuportáveis, então não prosseguiria com os crimes, assim criando um certo bloqueio nas suas atitudes, tornando –se refém de suas sensações físicas. Essa técnica foi uma resposta igualmente agressiva de um governo totalitário, para parar a ultraviolência que o jovem cometia, uma forma opressiva, manipuladora e de privação. Alex foi domado, depois do experimento, seu direito de livre-arbítrio foi ceifado, um tratamento desumano, o jovem foi tratado como um objeto pelo Estado.

### **TÉCNICA LUDOVICO**

É uma terapia fictícia de aversão assistida mediante o uso de drogas que obriga o paciente a assistir imagens violentas por longos períodos de tempo o que provoca uma experiência de quase morte. Ao obrigar visualizações de imagens de vários crimes e atos de violência o paciente tornava-se a incapacitado de realizar ou simplesmente testemunhar tais atos de violência.

### **4 CONCLUSÃO**

Por meio deste trabalho, pôde-se observar as influências que o meio exerce sobre o indivíduo e como esse meio influencia na construção do romance trabalhado. Na história é possível notar como o indivíduo é esculpido pela sociedade e como isso influencia em suas relações sociais e em suas ideologias.

As mazelas do poder governamental dos anos de 1950 e 1960 estão presentes na obra por meio das atitudes e ideologias do protagonista Alex. O personagem representa o governo da Inglaterra no período pós Segunda Guerra Mundial. Ele é opressor, desprovido de culpa, violento e corrupto assim como o governo do período de escrita da obra. Através deste personagem pode-se ver como o sistema político inglês do período de Burgess se comportava e quais eram as suas estratégias para se manter no poder.

Burgess evidencia a representação do estado inglês dos anos 50 e 60 diante dos fatos que ocorriam nesta sociedade na segunda metade do século XX. Portanto, foi possível chegar à conclusão de que houve reflexos sociais na construção do

personagem Alex e esses reflexos são consequência de uma Inglaterra deteriorada por problemas sociais causados pela Segunda Guerra Mundial e por um governo ineficiente e hostil que contribui diretamente para a alienação dos indivíduos.

## REFERÊNCIA

BURGESS, Anthony. **Laranja Mecânica**. São Paulo: Aleph, 2004.

## A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO: UMA VISÃO A PARTIR DA OBRA DE ANTHONY BURGESS

ALDAIR MARCONDES<sup>1</sup>, ALLAN FANTIN<sup>2</sup>, ANTÔNIO LUCIANO<sup>3</sup>, JAQUELYNE GUIMARÃES<sup>4</sup>, SAMUEL HERBERT<sup>5</sup>, SÔNIA PEREIRA MOREIRA<sup>6</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Fraiburgo, Brasil

**Resumo:** Partindo de uma visão embasada na obra de Anthony Burgess – “Laranja Mecânica” –, o presente trabalho busca compreender até que ponto o Estado interfere no comportamento e na vida de um indivíduo inserido na sociedade, buscando entender melhor sobre o livre arbítrio. A vida em sociedade traz grandes desafios, e para que todos tenham um convívio tranquilo e respeitador, surge o Estado com poder e força para afastamento das violências, fazendo-se necessário estabelecer princípios e leis que visam o bem estar comum. A sociedade está em constante mudança, o isso afeta de maneira única o comportamento de cada pessoa, sobretudo em como irá se relacionar com o ambiente à sua volta, e com tantas mudanças de comportamentos e opiniões próprias, o Estado acaba elevando o grau de controle na vida pública e privada de cada um.

**Palavras-chave:** Violência, Comportamento, Interferência Estatal.

### INTRODUÇÃO

Desde a concepção se tem a garantia de diversos direitos, num rol que aumenta diante do nascimento com vida; entretanto, frente a uma relação tão extensa, sobrevém diversos deveres. Somos ensinados que direitos e deveres não podem andar separados, pois quando são cumpridas as obrigações impostas, contribui-se para uma sociedade mais equilibrada. Mas todos esses direitos e deveres são ditados pelo Estado; sendo assim, percebe-se naturalmente que ele sempre interferiu no comportamento dos indivíduos, obrigando-os a se moldarem conforme leis impostas, e em caso de descumprimento destas, sofrerão as suas consequências, fundadas em restrições e punições.

Essa interferência será analisada melhor, tendo-se por base a transformação de um indivíduo em especial, que é o adolescente Alex, protagonista da obra “Laranja Mecânica”, de Anthony Burgess.

Mesmo que a obra dê conta de uma história ocorrida numa sociedade futurista, aquela violência promovida por alguns adolescentes perturbados, se destaca também através da agressiva resposta dada pelo Estado.

Assim, embora num outro tempo, há de se refletir sobre alguns conceitos como liberdade, violência, e os limites da ação do Estado em relação aos indivíduos.

<sup>1</sup> Aldair Marcondes - [aldair.marcondes@hotmail.com](mailto:aldair.marcondes@hotmail.com)

<sup>2</sup> Allan Fantin - [anaexpert@hotmail.com](mailto:anaexpert@hotmail.com)

<sup>3</sup> Antônio Luciano - [alucianoceron@gmail.com](mailto:alucianoceron@gmail.com)

<sup>4</sup> Jaquelyne Guimarães - [jaquelynegaumaraes2@hotmail.com](mailto:jaquelynegaumaraes2@hotmail.com)

<sup>5</sup> Samuel Herbert - [samuh258@gmail.com](mailto:samuh258@gmail.com)

<sup>6</sup> Sônia Pereira Moreira - [sonia.p.moreira@outlook.com](mailto:sonia.p.moreira@outlook.com)

## O ESTADO E O CONTROLE MASSIVO ATRAVÉS DA MÍDIA

Os programas de TV passam por inferência do Estado? trazem as notícias como realmente são, ou sofrem algum tipo de manipulação até chegar ao cidadão?

Há muito é perceptível que o Estado se aproveitou de toda a tecnologia e tornou a TV sua aliada para manipulação dos indivíduos. Um exemplo disso é o regime totalitário, onde o Estado usou e abusou dos programas de televisão, tornando a mídia um importante veículo de ideias; assim sendo, o programa governamental passou a ser usado como ferramenta para a manipulação do povo, de modo que o Estado regula a imprensa para promover o governo vigente, e ao mesmo tempo censura as notícias desfavoráveis ao poder. Enfim, apenas se permite que as pessoas saibam daquilo que é conveniente ao Estado (CARLEIAL, 2020).

Ainda nos dias atuais se vê coisas assim, pois o Estado continua reprimindo conteúdos e manipulando a população através da mídia, sendo que com notícias distorcidas da realidade, exerce o controle em massa. Por mais que hoje a imprensa reaja com mais enfrentamento às manipulações e censuras, publicando e trazendo entrevistas mais realistas, ainda há um caminho muito longo para percorrer, pois está engessada ao regime totalitário escondido pelos panos de um governo que se diz ser democrático (CARLEIAL, 2020).

## O LIMITE DO INTERVENCIONISMO ESTATAL

A intervenção do Estado deve existir apenas quando uma das partes, envolvida em determinada situação, tiver seus direitos cerceados. O Estado tem por função a defesa do indivíduo e da sociedade, mas não pode violar os princípios fundamentais presentes na Carta Magna. O Estado, em sua essência, tem por obrigação a proteção do cidadão, mas como se é consabido, muitas vezes ele age de maneira que o poder por si exercido, mantenha os seus cidadãos sobre controle (CARVALHO, 2011).

O caminho ideal para a satisfação dos cidadãos, num sentido amplo, é a intervenção mínima do Estado, pois em regra o governo deve agir para suprir os anseios de toda a coletividade, não apenas de determinada classe social, ou ainda, de um número reduzido de pessoas (NICÉAS, 2014).

## VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE

A violência acompanha a história da humanidade, como se vê relatado no Livro de Gênesis, quando Cain tira a vida do próprio irmão, Abel (BIBLIA, 1990).

O fato é que a violência toma corpo e passa a ser conhecida como um fenômeno, tornando-se um grande problema para a saúde mundial por prejudicar o ciclo da vida e da vivência em sociedade. Para a Organização Pan-Americana de Saúde, a violência se torna um problema de saúde pública pelo grande número de afetados e prejudicados, tanto de maneira física como emocional (OPAS, 2017).

Pode-se dizer que nos últimos 30 anos o setor de saúde tem sido participante ativo de iniciativas e movimentos para identificação de vítimas da violência, fazendo-se visível que dentre as lutas mundialmente conhecidas para esse combate, se destacam aquelas em proteção às mulheres, pois via de regra, estas são as mais afetadas, e por isso se faz esta abordagem pontual. Segundo Minayo (2004), têm-se um marco histórico na proteção aos direitos das mulheres:

Na década de 1970 foi aprovada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher que representou um novo marco

histórico para o compromisso dos governos com a promoção e a proteção dos direitos das mulheres. Entretanto, foi somente em 1990 que o setor de saúde começou a assumir oficialmente a violência não só como questão social, mas de saúde pública.

De acordo com Matos (2012), pode-se perceber a necessidade de algo mais concreto ou uma defesa mais estruturada e eficaz, a fim das mulheres serem melhor asseguradas nos seus direitos e também em sua liberdade, sendo necessário que o Estado reforce sobre a importância das mulheres para a nossa sociedade. se faz necessária a implementação de políticas públicas cada vez mais específicas para o combate e prevenção nesse tipo de violência, para que quando ela ocorra, se tenha um atendimento adequado.

Em 07 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), um grande avanço, que forma métodos para impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher, à qual diga-se, se faz muito atuante nos dias atuais.

## **CAMINHOS PARA DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE NO CONTEXTO SOCIAL**

Como mencionado acima, a violência se demonstra inerente ao viver social; daí, decorrente dela ou sem ela, surge o termo criminalidade e os seus números, aos quais se pode dizer irem bem além daqueles dados estatísticos que elencam as modalidades delitivas. O contexto social envolvido numa gama de situações, muitas vezes apontam a solução; neste norte, de acordo com Garrido (2016), para resolver o problema da criminalidade, primeiramente deve-se buscar a resolução de questões sociais, que é o gatilho para a maioria dos números que elevam tais dados.

No entanto, mais que analisar as questões sob a visão do Direito Penal, há de se verificar suas causas, e em assim sendo, se estará direcionando o olhar por um outro prisma, o da criminologia. Sobre esta terminologia, de modo muito singelo, traz-se a definição esclarecedora de Penteado Filho (2012), que assim diz:

Pode-se conceituar criminologia como a ciência empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas.

Enfim, o Estado Democrático de Direito tem fundamento em nossa Constituição Federal, onde a construção de uma sociedade livre, justa e solidária irá garantir o desenvolvimento social, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e promovendo o bem-estar de todos (SILVA, 2017).

## **NORMAS: FERRAMENTAS DE REPRESSÃO, NÃO DE RECUPERAÇÃO**

O ordenamento jurídico pátrio adota a teoria mista ou unificada da pena, como se pode compreender pela extração da parte final do artigo 59 do Código Penal. Trata-se de teoria que configura a junção das teorias absoluta e preventiva (ARAUJO, 2014).

O indivíduo tem a capacidade e liberdade para tomar suas decisões, mas sempre devendo estar ciente de que seus atos não podem ir contra o bem social defendido pelo Estado, e não pode praticar infração explícita na legislação. Caso não cumpra as normas impostas pelo Estado, será julgado, condenado e sofrerá punição.

A partir da condenação, o Estado não consegue cumprir com sua obrigação de prestar ressocialização ao apenado, e as prisões que são para pensar no crime

cometido, numa tentativa de ressocialização, servem mais como fábricas de bandidos (ARAUJO, 2014).

## O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Como antecipado, o sistema prisional brasileiro é precário e desumano, e o encarceramento executado no Brasil é ineficiente para a reintegração social do detento. Na teoria, a Lei de execução penal além de ter um caráter de punição, também tem como função a reeducação; ela deve fazer com que o preso cumpra sua pena, respeitando-se o princípio da dignidade humana e os direitos fundamentais que lhe são inerentes. Porém, o que acontece nos presídios brasileiros é a omissão do Estado, que não cumpre com suas obrigações de ressocializar, e a prova disso são as cadeias superlotadas, violência, tráfico e rebeliões dentro das unidades prisionais; o cidadão preso não tem o mínimo de dignidade, pois o Estado não investe nas condições básicas (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Para corroborar isso, vale-se aqui da visão de Coelho (2020), o qual destaca:

A nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé.

Quando os cidadãos estão inseridos na sociedade, o Estado impõe leis que estabelecem alguns direitos e muitos deveres a serem respeitados; contudo, diante da violação das obrigações, a consequência basilar é a perda da liberdade, onde o Estado “esquece-se” de garantir os direitos fundamentais.

## CONCLUSÃO

Retomando o caso de Alex, verifica-se que, diferentemente do tratamento hoje dispensado aos encarcerados brasileiros, que na maioria do tempo de confinamento ficam “ociosos” e “livres” para se profissionalizarem na marginalidade, aquele jovem foi colocado em tratamento de choque pelo Estado, a ponto de ter sua personalidade transformada, criando aversão por qualquer tipo de violência. Contudo, aquele mesmo Estado que diante de uma ação violenta transformou (reeducou) Alex, foi omissivo em relação à violência social, devolvendo uma pessoa transformada (reeducada) a uma sociedade doentia que não o poupará.

Aqui, resta sabido que o Estado busca um controle cada vez maior sobre a vida dos indivíduos, seja no âmbito público ou privado, e, infelizmente, como a maioria das pessoas vivem em total alienação aos acontecimentos importantes, acabam deixando que os desmandos continuem ocorrendo.

Embora tenhamos um Estado invasivo e controlador, que atua diretamente sobre o comportamento dos indivíduos “livertos”, quando se fala dos encarcerados, é omissivo. Desta forma, traçando um paralelo entre os dois Estados, o da obra e o nosso, observa-se que suas atuações e controle operam em pontos totalmente divergentes.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Renato Carvalho de. **O sistema prisional segundo a teoria da finalidade da pena.** (2014). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28548/o-sistema-prisional-segundo-a-teoria-da-finalidade-da-pena>>. Acesso em 14 jun. 2020.

BÍBLIA SAGRADA. **Edição pastoral**. São Paulo: Paulus, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso: 27 jun.2020.

BURGESS, Anthony. **Laranja Mecânica**. Trad. Fábio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2015.

CARLEIAL. Bernardino Mendonça. **A televisão e a formação da personalidade**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/psicologia/televisao-formacao-personalidade.htm>> Acesso em: 14 jun. 2020.

CARVALHO, Dimas Messias. **Os limites da intervenção do Estado na vida privada**. (2011). Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4652/Os+limites+da+interven%C3%A7%C3%A3o+do+Estado+na+vida+privada>> Acesso em: 11 jun. 2020.

COELHO, Daniel Vasconcelos. **A crise no sistema penitenciário brasileiro**. Disponível em: <<https://neofito.com.br/direito-penal/a-crise-no-sistema-penitenciario-brasileiro/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

GARRIDO, Adriana Cristina Oliver. **Fatores Sociais de Criminalidade**. (2016). Disponível em: <[http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/fatores\\_sociais\\_de\\_criminalidade\\_.pdf](http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/fatores_sociais_de_criminalidade_.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MATOS, Marlene et al. **Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia**. Aná. Psicológica, v. 30, n.1-2, Lisboa, jan. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312012000100008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100008)>. Acesso em 15 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 646-7, maio/jun. 2004.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 13. núm. 1, jan-abril. 2013. pp. 93-117. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/742/74227897007.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

NICÉAS, Giovane Andrade. **Colisão entre a atuação do Estado e a vida privada: Limites do Intervencionismo**. (2014). Disponível em: <<https://giovaneandreas.jusbrasil.com.br/artigos/144430825/colisao-entre-a-atuacao-do-estado-e-a-vida-privada-limites-do-intervencionismo>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Violência contra as mulheres**. (2017). Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820)>. Acesso em 16 jun. 2020.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

## Direito Processual Penal

### A eficácia das decisões judiciais abstratas – Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro

**Álvaro João Pedroso, Aydir Fátima Baveldi, Marco Hideaki Nagano, Nilce Pinz,  
Paulo Sérgio Kasper e Vinicius de Moraes Antunes.**

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Fraiburgo, Brasil.

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um estudo acerca da eficácia das Decisões Judiciais Abstratas em relação ao Código de Trânsito Brasileiro com especial atenção aos Artigos 306 a 310 da Lei 9.503/97 e alterações promovidas pelas Leis nº 11.705/08 e nº 12.760/12. Pretende-se demonstrar através da pesquisa bibliográfica em leis, julgados e doutrinas as interpretações acerca da norma de trânsito e sua aplicabilidade, a qual tem como intuito a proteção de nosso bem jurídico maior, a vida, amparada pela legalidade, obedecendo os princípios previstos por nossa Carta Magna. Em vista do elevado número de acidentes de trânsito, muitos com vítimas fatais e motivados pela anterior ingestão de álcool pelo motorista, em 2008 o legislador fez editar a Lei nº 11.705, que foi denominada de “Lei Seca”, numa tentativa de recrudescer a ação estatal nesse campo e prevenir a prática dessa conduta.

**Palavras-chave:** Lei seca, Legalidade, Eficácia, Perigo Abstrato.

#### **Introdução**

Em 2012, nova alteração no CTB através da Lei nº 12.760, instituiu-se penalidades mais severas em relação a condutas previstas para a condução de veículos sob influência de álcool.

Tais condutas são consideradas crimes de perigo abstrato, ou de mera conduta perigosa, tratando de uma presunção legislativa de perigo. Assim, o legislador parte de uma determinada conduta e a considera, por si só, como lesiva ou potencialmente perigosa ao bem jurídico e a descreve, na norma penal, como conduta criminosa, sendo que, para a sua configuração não se exige a comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Por fim, o estudo apresenta alguns Julgados sobre o entendimento dos magistrados sobre a questão em foco, bem como alguns dados estatísticos de infrações de trânsito, com destaque para as infrações cujos crimes são de perigo abstrato, que levaram o legislador a elaboração do Código de Trânsito Brasileiro.

#### **O Código de Trânsito Brasileiro**

O desenfreado aumento de acidentes de trânsito no Brasil, ocorridos antes da lei 9.503/97, nos colocavam na posição de campeões mundiais do genocídio motorizado.

Dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal, no decorrer de um século de introdução automobilística, os acidentes de trânsito representam a segunda maior causa das mortes entre os brasileiros ficando atrás apenas das doenças do aparelho

circulatório, sendo milhares as vidas ceifadas de forma prematura, além dos prejuízos de grande monta decorrentes de tais acontecimentos.

O grande número de acidentes de trânsitos tornou-se um importante problema de saúde pública e sobrecarregava o setor, em função dos elevados percentuais de internação e dos altos custos hospitalares, além de gerar problemas para a sociedade, tais como perdas materiais, despesas previdenciárias e grande sofrimento para as vítimas e seus familiares. Foi neste cenário que foi criado o Código de Trânsito Brasileiro, através da lei nº 9.503/97, a qual posteriormente sofreu importantes alterações com as leis 11.705/08 e nº 12.760/12.

Dentre os dispositivos alterados, o art. 306, merece especial atenção, pois criminaliza a conduta de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa, crime conhecido como embriaguez ao volante.

### Crime de Perigo

O Código Nacional de Trânsito Brasileiro, lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997 em seu artigo 306 trazia a seguinte redação:

Artigo 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

Para Valente *apud* Gomes, 2010, os crimes de trânsito deviam ser classificados de acordo com a doutrina tradicional, mas são de perigo concreto. Para este autor, os crimes de trânsito dos artigos 304, 306, 308, 309, 310 e 311 não são de perigo abstrato isto é:

Não basta ao acusador apenas comprovar que o sujeito dirigia embriagado (art. 306) ou sem habilitação (art. 309) ou que participava de 'racha' (art. 308), etc.

[...]

Doravante exige-se algo mais para a caracterização do perigo pressuposto pelo legislador. Esse algo mais consiste na comprovação de que a conduta do agente (desvalor da ação), concretamente, revelou-se efetivamente perigosa para o bem jurídico protegido.

Ao se presumir, prévia e abstratamente, o perigo, resulta que, em última análise, perigo não existe, de modo que acaba por se criminalizar simples atividades, ferindo de morte modernos princípios de direito penal. (VALENTE, 2010).

Vislumbra-se, então, que tentando dar uma resposta radical aos novos riscos e desafios criados pela sociedade contemporânea, o Direito Criminal é chamado "em primeira mão", e levado a trabalhar cada vez mais com os crimes de perigo abstrato, que abrangem no muito das vezes situações prévias ao crime (punem o pré-delito).

No entanto, este alargamento do uso de tipos preventivos, constitui-se em notória contradição aos princípios do Direito Penal Liberal, que primam sempre pela punição do resultado efetivamente lesivo ao bem jurídico tutelado.

## Perigo Abstrato

Quanto aos crimes de perigo abstrato, ou de mera conduta perigosa, tratam de uma presunção legislativa de perigo. O legislador parte de uma determinada conduta e a considera, por si só, como lesiva ou potencialmente perigosa ao bem jurídico e a descreve, na norma penal, como conduta criminosa, sendo que, para a sua configuração não se exige a comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Miguel Reale Júnior (1997, p.66) destaca que a construção do modelo típico dos crimes de perigo abstrato, o legislador, adstrito à realidade e à experiência, torna puníveis condutas que, necessariamente, atendida a natureza das coisas, trazem ínsito um perigo ao bem objeto de tutela.

## O Crime de Perigo Abstrato

O crime previsto no *caput* do art. 306 do CTB possui natureza de perigo abstrato, bastando para a sua tipificação a comprovação de que o condutor do veículo automotor seja flagrado com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, tratando-se o perigo de dano de presunção legal.

Com efeito, quanto à ausência da realização do exame pericial ante a recusa do acusado, com o advento da Lei n. 12.760/12, que modificou o art. 306 do Código de Trânsito, foi reconhecido ser despicienda a submissão do acusado a teste de etilômetro, tendo passado a ser admitida a comprovação da embriaguez por vídeo, testemunhos ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

Oportunamente, extrai-se da Resolução nº 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito - órgão máximo normativo do Sistema Nacional de Trânsito, definiu os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa:

Art. 5º. Os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por:

I - exame clínico com laudo conclusivo e firmado por médico perito; ou

II - constatação, pelo agente da Autoridade de Trânsito, dos sinais de alteração da capacidade psicomotora nos termos do Anexo II.

§ 1º Para confirmação da alteração da capacidade psicomotora pelo agente da Autoridade de Trânsito, deverá ser considerado não somente um sinal, mas um conjunto de sinais que comprovem a situação do condutor.

§ 2º Os sinais de alteração da capacidade psicomotora de que trata o inciso II deverão ser descritos no auto de infração ou em termo específico que contenha as informações mínimas indicadas no Anexo II, o qual deverá acompanhar o auto de infração

No que se refere ao uso do bafômetro, colhe-se da doutrina de Guilherme de Souza Nucci (2019, p.1069):

Não é exigível, pois ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Entretanto, o Estado não perde o poder de polícia por conta disso. Se um motorista for flagrado colocando em risco a segurança viária, sob a suspeita de estar dirigindo influenciado pelo álcool, pode ser impedido de prosseguir. A atual redação do art. 306, particularmente no tocante ao descrito nos §§ 1º

e 2º, permite demonstrar a prática do crime por variados meios. O motorista pode ser compelido a sair do veículo, fazer testes de equilíbrio emocional e motor, respondendo a perguntas, pois cabe ao poder de polícia do Estado verificar o seu estado.

E sobre os sinais de alteração da capacidade psicomotora, assevera Nucci (2019, p.1070)

Há vários indícios de alteração da capacidade mental para controlar os movimentos corporais, tais como modificação na fala, incapacidade de se equilibrar, tremor nas mãos, linguagem desconexa etc. Não há necessidade de se disciplinar pelo Contran, pois o disposto pelo § 1º diz respeito a processo penal, vale dizer, como comprovar o previsto no caput. Em nosso entendimento, os dois incisos pretendem evidenciar o desnecessário em matéria penal, tendo em vista que o tipo básico é mais que suficiente para compreensão do delito. Ademais, não cabe a nenhum órgão de trânsito estipular, por meio de ato administrativo, como se comprova um crime.

Ainda, a respeito da concentração de álcool no sangue, estabelece o mesmo doutrinador (2019, p.1070):

É inteiramente dispensável inserir, neste tipo penal, níveis de álcool por litro de sangue (ou por litro de ar alveolar), afinal, a conduta descrita no caput cuida da direção de veículo automotor sob influência do álcool, pouco importando o volume. Está influenciado pelo álcool quem apresenta 0,1 ou 0,9, por exemplo. Diante disso, a previsão feita no § 1º, I, diz respeito a quem se submete a exame de sangue ou soprar o etilômetro (bafômetro), por conduta voluntária, apresentando níveis superiores ao indicado. Noutros termos, mesmo que o motorista dirija corretamente, sem demonstrar perturbação, constatado tal nível, configura-se o delito.

Como já vimos, o crime previsto no art. 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro, é de perigo abstrato, o que torna prescindível a demonstração da potencialidade lesiva da conduta praticada pelo acusado, bastando a comprovação de que dirigia veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, sendo desnecessário ainda, que a conduta tenha efetiva potencialidade lesiva.

### **Considerações Finais**

O crime previsto no art. 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro, é de perigo abstrato, o que torna prescindível a demonstração da potencialidade lesiva da conduta praticada pelo acusado, bastando a comprovação de que dirigia veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, sendo desnecessário ainda, que a conduta tenha efetiva potencialidade lesiva.

Assim também, os delitos de trânsito, tipificados nos artigos 306 a 310, do Código de Trânsito Brasileiro, são considerados como crime de perigo abstrato, de modo que não se exige comprovação da possibilidade de eventual dano. Em se tratando de crime formal, não se exige resultado naturalístico, tampouco de prova da ocorrência do dano, porquanto de perigo abstrato.

Observa-se que com a alteração da lei, algumas condutas passaram a ser

tratadas como crime de perigo abstrato, ou seja; são crimes que não exigem a lesão de um bem jurídico ou a sua colocação em risco real e concreto, parte da premissa de que tal conduta, por si só é lesiva e perigosa ao bem jurídico, não exigindo comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Por fim, entende-se que pouco adianta criar normas mais severas para punir o mal condutor, pois, se este não tiver uma compreensão maior e uma conscientização dos riscos de conduzir veículos desrespeitando tais normas, as infrações continuarão a acontecer. Por isso a importância de realizar campanhas e orientações sobre educação no trânsito para crianças e adolescentes é de grande importância para formar adultos responsáveis no trânsito. Ressalte-se ainda, que a educação no trânsito não se limita apenas a ensinar regras de circulação, mas também deve contribuir para formar cidadãos conscientes, autônomos e comprometidos com a preservação da vida.

## Referências

BRASIL. Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei 12.760 de 20 de dezembro de 2012**, que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Resolução CONTRAN nº 432 de 23 de janeiro de 2013.** Disponível em [www.legisweb.com.br/](http://www.legisweb.com.br/). Acesso em 20 de junho de 2020.

NUCCI. Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas.** 12ª Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

REALE JÚNIOR. Miguel. **Problemas Penais Concretos.** São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

VALENTE. Fabiano Augusto. **Artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro: Uma análise crítica.** Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

## Direito Processual Penal

### A eficácia das decisões judiciais abstratas – Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro

**Álvaro João Pedroso, Aydir Fátima Baveldi, Marco Hideaki Nagano, Nilce Pinz,  
Paulo Sérgio Kasper e Vinicius de Moraes Antunes.**

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Fraiburgo, Brasil.

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um estudo acerca da eficácia das Decisões Judiciais Abstratas em relação ao Código de Trânsito Brasileiro com especial atenção aos Artigos 306 a 310 da Lei 9.503/97 e alterações promovidas pelas Leis nº 11.705/08 e nº 12.760/12. Pretende-se demonstrar através da pesquisa bibliográfica em leis, julgados e doutrinas as interpretações acerca da norma de trânsito e sua aplicabilidade, a qual tem como intuito a proteção de nosso bem jurídico maior, a vida, amparada pela legalidade, obedecendo os princípios previstos por nossa Carta Magna. Em vista do elevado número de acidentes de trânsito, muitos com vítimas fatais e motivados pela anterior ingestão de álcool pelo motorista, em 2008 o legislador fez editar a Lei nº 11.705, que foi denominada de “Lei Seca”, numa tentativa de recrudescer a ação estatal nesse campo e prevenir a prática dessa conduta.

**Palavras-chave:** Lei seca, Legalidade, Eficácia, Perigo Abstrato.

#### **Introdução**

Em 2012, nova alteração no CTB através da Lei nº 12.760, instituiu-se penalidades mais severas em relação a condutas previstas para a condução de veículos sob influência de álcool.

Tais condutas são consideradas crimes de perigo abstrato, ou de mera conduta perigosa, tratando de uma presunção legislativa de perigo. Assim, o legislador parte de uma determinada conduta e a considera, por si só, como lesiva ou potencialmente perigosa ao bem jurídico e a descreve, na norma penal, como conduta criminosa, sendo que, para a sua configuração não se exige a comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Por fim, o estudo apresenta alguns Julgados sobre o entendimento dos magistrados sobre a questão em foco, bem como alguns dados estatísticos de infrações de trânsito, com destaque para as infrações cujos crimes são de perigo abstrato, que levaram o legislador a elaboração do Código de Trânsito Brasileiro.

#### **O Código de Trânsito Brasileiro**

O desenfreado aumento de acidentes de trânsito no Brasil, ocorridos antes da lei 9.503/97, nos colocavam na posição de campeões mundiais do genocídio motorizado.

Dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal, no decorrer de um século de introdução automobilística, os acidentes de trânsito representam a segunda maior causa das mortes entre os brasileiros ficando atrás apenas das doenças do aparelho

circulatório, sendo milhares as vidas ceifadas de forma prematura, além dos prejuízos de grande monta decorrentes de tais acontecimentos.

O grande número de acidentes de trânsitos tornou-se um importante problema de saúde pública e sobrecarregava o setor, em função dos elevados percentuais de internação e dos altos custos hospitalares, além de gerar problemas para a sociedade, tais como perdas materiais, despesas previdenciárias e grande sofrimento para as vítimas e seus familiares. Foi neste cenário que foi criado o Código de Trânsito Brasileiro, através da lei nº 9.503/97, a qual posteriormente sofreu importantes alterações com as leis 11.705/08 e nº 12.760/12.

Dentre os dispositivos alterados, o art. 306, merece especial atenção, pois criminaliza a conduta de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa, crime conhecido como embriaguez ao volante.

### Crime de Perigo

O Código Nacional de Trânsito Brasileiro, lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997 em seu artigo 306 trazia a seguinte redação:

Artigo 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

Para Valente *apud* Gomes, 2010, os crimes de trânsito deviam ser classificados de acordo com a doutrina tradicional, mas são de perigo concreto. Para este autor, os crimes de trânsito dos artigos 304, 306, 308, 309, 310 e 311 não são de perigo abstrato isto é:

Não basta ao acusador apenas comprovar que o sujeito dirigia embriagado (art. 306) ou sem habilitação (art. 309) ou que participava de 'racha' (art. 308), etc.

[...]

Doravante exige-se algo mais para a caracterização do perigo pressuposto pelo legislador. Esse algo mais consiste na comprovação de que a conduta do agente (desvalor da ação), concretamente, revelou-se efetivamente perigosa para o bem jurídico protegido.

Ao se presumir, prévia e abstratamente, o perigo, resulta que, em última análise, perigo não existe, de modo que acaba por se criminalizar simples atividades, ferindo de morte modernos princípios de direito penal. (VALENTE, 2010).

Vislumbra-se, então, que tentando dar uma resposta radical aos novos riscos e desafios criados pela sociedade contemporânea, o Direito Criminal é chamado "em primeira mão", e levado a trabalhar cada vez mais com os crimes de perigo abstrato, que abrangem no muito das vezes situações prévias ao crime (punem o pré-delito).

No entanto, este alargamento do uso de tipos preventivos, constitui-se em notória contradição aos princípios do Direito Penal Liberal, que primam sempre pela punição do resultado efetivamente lesivo ao bem jurídico tutelado.

## Perigo Abstrato

Quanto aos crimes de perigo abstrato, ou de mera conduta perigosa, tratam de uma presunção legislativa de perigo. O legislador parte de uma determinada conduta e a considera, por si só, como lesiva ou potencialmente perigosa ao bem jurídico e a descreve, na norma penal, como conduta criminosa, sendo que, para a sua configuração não se exige a comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Miguel Reale Júnior (1997, p.66) destaca que a construção do modelo típico dos crimes de perigo abstrato, o legislador, adstrito à realidade e à experiência, torna puníveis condutas que, necessariamente, atendida a natureza das coisas, trazem ínsito um perigo ao bem objeto de tutela.

### O Crime de Perigo Abstrato

O crime previsto no *caput* do art. 306 do CTB possui natureza de perigo abstrato, bastando para a sua tipificação a comprovação de que o condutor do veículo automotor seja flagrado com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, tratando-se o perigo de dano de presunção legal.

Com efeito, quanto à ausência da realização do exame pericial ante a recusa do acusado, com o advento da Lei n. 12.760/12, que modificou o art. 306 do Código de Trânsito, foi reconhecido ser despicienda a submissão do acusado a teste de etilômetro, tendo passado a ser admitida a comprovação da embriaguez por vídeo, testemunhos ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

Oportunamente, extrai-se da Resolução nº 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito - órgão máximo normativo do Sistema Nacional de Trânsito, definiu os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa:

Art. 5º. Os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por:

I - exame clínico com laudo conclusivo e firmado por médico perito; ou

II - constatação, pelo agente da Autoridade de Trânsito, dos sinais de alteração da capacidade psicomotora nos termos do Anexo II.

§ 1º Para confirmação da alteração da capacidade psicomotora pelo agente da Autoridade de Trânsito, deverá ser considerado não somente um sinal, mas um conjunto de sinais que comprovem a situação do condutor.

§ 2º Os sinais de alteração da capacidade psicomotora de que trata o inciso II deverão ser descritos no auto de infração ou em termo específico que contenha as informações mínimas indicadas no Anexo II, o qual deverá acompanhar o auto de infração

No que se refere ao uso do bafômetro, colhe-se da doutrina de Guilherme de Souza Nucci (2019, p.1069):

Não é exigível, pois ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Entretanto, o Estado não perde o poder de polícia por conta disso. Se um motorista for flagrado colocando em risco a segurança viária, sob a suspeita de estar dirigindo influenciado pelo álcool, pode ser impedido de prosseguir. A atual redação do art. 306, particularmente no tocante ao descrito nos §§ 1º

e 2º, permite demonstrar a prática do crime por variados meios. O motorista pode ser compelido a sair do veículo, fazer testes de equilíbrio emocional e motor, respondendo a perguntas, pois cabe ao poder de polícia do Estado verificar o seu estado.

E sobre os sinais de alteração da capacidade psicomotora, assevera Nucci (2019, p.1070)

Há vários indícios de alteração da capacidade mental para controlar os movimentos corporais, tais como modificação na fala, incapacidade de se equilibrar, tremor nas mãos, linguagem desconexa etc. Não há necessidade de se disciplinar pelo Contran, pois o disposto pelo § 1º diz respeito a processo penal, vale dizer, como comprovar o previsto no caput. Em nosso entendimento, os dois incisos pretendem evidenciar o desnecessário em matéria penal, tendo em vista que o tipo básico é mais que suficiente para compreensão do delito. Ademais, não cabe a nenhum órgão de trânsito estipular, por meio de ato administrativo, como se comprova um crime.

Ainda, a respeito da concentração de álcool no sangue, estabelece o mesmo doutrinador (2019, p.1070):

É inteiramente dispensável inserir, neste tipo penal, níveis de álcool por litro de sangue (ou por litro de ar alveolar), afinal, a conduta descrita no caput cuida da direção de veículo automotor sob influência do álcool, pouco importando o volume. Está influenciado pelo álcool quem apresenta 0,1 ou 0,9, por exemplo. Diante disso, a previsão feita no § 1º, I, diz respeito a quem se submete a exame de sangue ou soprar o etilômetro (bafômetro), por conduta voluntária, apresentando níveis superiores ao indicado. Noutros termos, mesmo que o motorista dirija corretamente, sem demonstrar perturbação, constatado tal nível, configura-se o delito.

Como já vimos, o crime previsto no art. 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro, é de perigo abstrato, o que torna prescindível a demonstração da potencialidade lesiva da conduta praticada pelo acusado, bastando a comprovação de que dirigia veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, sendo desnecessário ainda, que a conduta tenha efetiva potencialidade lesiva.

### Considerações Finais

O crime previsto no art. 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro, é de perigo abstrato, o que torna prescindível a demonstração da potencialidade lesiva da conduta praticada pelo acusado, bastando a comprovação de que dirigia veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, sendo desnecessário ainda, que a conduta tenha efetiva potencialidade lesiva.

Assim também, os delitos de trânsito, tipificados nos artigos 306 a 310, do Código de Trânsito Brasileiro, são considerados como crime de perigo abstrato, de modo que não se exige comprovação da possibilidade de eventual dano. Em se tratando de crime formal, não se exige resultado naturalístico, tampouco de prova da ocorrência do dano, porquanto de perigo abstrato.

Observa-se que com a alteração da lei, algumas condutas passaram a ser

tratadas como crime de perigo abstrato, ou seja; são crimes que não exigem a lesão de um bem jurídico ou a sua colocação em risco real e concreto, parte da premissa de que tal conduta, por si só é lesiva e perigosa ao bem jurídico, não exigindo comprovação do perigo real, pois este é presumido pela norma.

Por fim, entende-se que pouco adianta criar normas mais severas para punir o mal condutor, pois, se este não tiver uma compreensão maior e uma conscientização dos riscos de conduzir veículos desrespeitando tais normas, as infrações continuarão a acontecer. Por isso a importância de realizar campanhas e orientações sobre educação no trânsito para crianças e adolescentes é de grande importância para formar adultos responsáveis no trânsito. Ressalte-se ainda, que a educação no trânsito não se limita apenas a ensinar regras de circulação, mas também deve contribuir para formar cidadãos conscientes, autônomos e comprometidos com a preservação da vida.

## Referências

BRASIL. Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei 12.760 de 20 de dezembro de 2012**, que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Resolução CONTRAN nº 432 de 23 de janeiro de 2013.** Disponível em [www.legisweb.com.br/](http://www.legisweb.com.br/). Acesso em 20 de junho de 2020.

NUCCI. Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas.** 12ª Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

REALE JÚNIOR. Miguel. **Problemas Penais Concretos.** São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

VALENTE. Fabiano Augusto. **Artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro: Uma análise crítica.** Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

## RESUMO EXPANDIDO

**SPA DE PÉS NA MELHORIA DA SÁUDE FÍSICA E MENTAL**

BIANCA ALVES RIBEIRO<sup>1</sup>; ESTER PINHEIRO PACHECO<sup>1</sup>; FABÍOLA CORRÊA MOREIRA<sup>1</sup>; MARIANE PROCÓPIO DA SILVA<sup>1</sup>, PÂMELA REGINA RIZZOLLI<sup>1</sup>, AGHATA KONRAD DA ROZA<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

<sup>2</sup> Docente do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

**RESUMO:** A busca por terapias e tratamentos alternativos na área da estética tem aumentado a cada dia tendo em vista que as pessoas sentem a necessidade de buscar formas de relaxamento e algo para se sentir bem. O spa é um grande aliado para quem busca isso. O Spa é um atendimento personalizado, voltado para saúde e bem-estar. Além dos benefícios estéticos oferecidos, ele apresenta grandes resultados para a saúde mental e relaxamento. Visa uma melhoria na qualidade de vida dos pacientes, ou até mesmo resgatando a autoestima utilizando de terapias alternativas. Além dos serviços oferecidos no spa, ele pode ser realizado em casa, como por exemplo um spa de pés, com o objetivo de relaxamento ao final de um dia cansativo, combinado com chás e ervas relaxantes. O presente trabalho tem como objetivo destacar a contribuição do spa de pés para a saúde e o bem-estar.

**PALAVRAS-CHAVE** spa de pés, bem-estar, saúde.

**INTRODUÇÃO:** Recentemente existe um aumento gradativo no número de pessoas que buscam as terapias alternativas, sendo comum a prática de tratamentos estéticos aliados a Spa de pés. Essas terapias conexas buscam o equilíbrio do indivíduo em vários aspectos, como por exemplo: físicos, sociais, mentais e espirituais. Essa técnica visa além da prevenção das enfermidades, proporcionar um ótimo bem-estar, causando assim uma melhora na longevidade de vida dos pacientes. (SANTOS et al, 2009). Todavia em um mundo conturbado onde o trabalho e a rotina do dia a dia são as principais causas do estresse, trazendo consigo vários tipos de problemas, tanto em nível de saúde física como emocional, vem de encontro com a necessidade da implantação de um novo conceito para se viver bem. Os serviços oferecidos pelos Spas têm grande eficácia e eficiência contra stress, cansaço, causando um relaxamento aos clientes promovendo benefícios emocionais. O termo tempo livre para cuidar de si se tornou um artigo de luxo e a ideia de reservar um tempo só para cuidar da saúde, beleza e o seu bem-estar tem sido muito valorizado pela sociedade atual (MILL, 2003). Spa é uma expressão reduzida que traduz Serviço Personalizado de Atendimento. Este termo provém do latim “salute per aqua”, que tem o sentido literal de “saúde pela água”. Atualmente, o termo é utilizado para espaços comerciais que oferecem serviços de saúde diversos. (FREITAS, 2006). O presente trabalho foi realizado no curso de Tecnologia em Estética e Cosmética como parte das atividades das disciplinas de Aromaterapia e Cromoterapia Aplicada à Estética, Cosmética Aplicada, Estética Avançada e Técnicas Alternativas Aplicadas à Estética Facial e Corporal. E tem como objetivo destacar a contribuição do spa de pés para a saúde e o bem-estar.

**MATERIAIS E MÉTODOS:** Este estudo baseou-se em revisões de literatura bibliográfica e através de pesquisas realizadas em publicações científicas no período de junho de 2020. Os

descritores utilizados para busca foram Spa de pés e bem-estar, com combinações entre estes, em cada base de dados. Foram utilizados como critérios de inclusão artigos completos captados gratuitamente e textos disponíveis no idioma de português. Foram excluídos do estudo dissertações, monografias, teses e artigos científicos repetidos.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atualmente o número de pessoas que buscam terapias alternativas para melhoria de sua saúde vem aumentando, sendo comum a prática de tratamentos estéticos aliados a Spa de pés. As terapias complementares buscam o equilíbrio do indivíduo nos aspectos físicos, sociais, mental e espiritual. Onde o bem-estar está ligado além da prevenção de enfermidades, mas também na qualidade de vida, obtendo uma longevidade das pessoas e erradicação de enfermidades. (SANTOS et al, 2009). Dentre as Terapias Alternativas e Complementares que possuem funções de promover assistência na saúde de cada indivíduo em forma de tratamento ou cura, considerando a mente, o corpo e o espírito, encontramos terapias com escaldas pés que tem função de aliviar dores, diminuir edemas, insônia, depressão, irritabilidade, problemas respiratórios e o principal que é promover relaxamento para a pessoa que está recebendo (TROVO; SILVA; LEÃO, 2003). Já para um tratamento mais profundo onde será possível ativar o sistema imunológico pode ser utilizado sulfato de magnésio ou sal magro. (TROVO; SILVA; LEÃO, 2003). Ainda em tratamentos na região dos pés, encontra-se a Reflexologia Podal, sendo uma técnica de massagem terapêutica, é composta de uma estrutura holística que reflete elementos, sendo eles vísceras ou órgãos, em vários pontos do corpo, como os pés, orelhas, a íris e em vinte e sete pontos na pele. Cada conjunto de ponto recebe o nome de Microssistema pela Medicina Tradicional Chinesa. É utilizada para tratamentos de doenças e manutenção da saúde, prevenindo doenças e tratando para que elas não se agravem com o passar do tempo, proporcionando bem-estar corporal. É feita através de estímulos com pressões em terminais nervosos dos pés estimulando a capacidade curativa do organismo (FOGAÇA; CARVALHO; VERRESCHI, 2006). A estimulação exercida na superfície provoca a vascularização do membro e proporciona a oxigenação para as células que tem função de manter a pele úmida, hidratada, com coloração, textura e espessura eutróficas (FOGAÇA; CARVALHO; VERRESCHI, 2006). Quando ocorre a pressão necessária nos pontos, irá atingir reflexamente os órgãos correspondentes, o qual provocará mudanças fisiológicas no corpo, reequilibrando o organismo buscando corrigir distúrbios físicos e emocionais (JEONGSOON et al, 2011). Encontramos também em spas terapias como a cromoterapia que possui objetivos de tratar doenças pelas cores, que irão influenciar diretamente e indireta nas emoções e sentimentos, melhorando o funcionamento do organismo (GUSMAN, 2002). Além da aromaterapia que utilizam essências que são absorvidas pela inalação, pela pele ou via gastrointestinal, possuem propriedades bactericidas, fungicidas, expectorantes, relaxantes, antivirais, antissépticas, além de seus efeitos sobre os estados emocionais e mentais tratando vários tipos de doenças (HUDSON, 2011), (CANNARD, 2006). De forma geral, os óleos são utilizados pela aromaterapia para melhora do humor, sintomas moderados de distúrbios de estresse induzido pela ansiedade, depressão e dores crônicas, além de ser terapeuticamente efetivo tanto para efeitos psicológicos do odor quanto para os efeitos fisiológicos da inalação de seus componentes voláteis (BAGETTA et al, 2010). Na técnica do escaldas pés os materiais utilizados na prática são simples e de fácil acesso para qualquer indivíduo que queira fazer em benefício próprio, serão usados baldes, toalhas, bolas de gude, sal grosso, água aquecida, além de sais de banho, bath bombs, rosas, ervas medicinais calmantes, óleos essenciais ou essências e velas para decoração, mantendo assim um ambiente tranquilo e confortável, promovendo uma sensação de relaxamento durante a imersão dos pés (PAGNOL, 2015).

**CONCLUSÃO:** Todos os indivíduos em alguma fase da sua vida deveriam procurar terapias alternativas para manter seu bem-estar, saúde física e emocional, tratando doenças de forma mais natural. Atualmente as pessoas vem valorizando esses tipos de tratamentos pois é onde as terapias

são capazes de induzir o relaxamento depois de um dia conturbado, exigente e agitado causado pela rotina do dia a dia. Os spas podem ser definidos como um espaço dedicado ao bem-estar geral através de uma variedade de serviços profissionais que estimulam o relaxamento e a renovação da mente, corpo e espírito. Aumentando cada vez mais a importância desse setor, pois ajudam os indivíduos a se desconectar da sua rotina do dia a dia, sendo uma forma de lazer alternativa, além de associar a área da beleza e da saúde. É necessário ter um bom relacionamento para ter bons resultados, saber compartilhar e cuidar, trabalhar pelas pessoas, não para elas. Agindo como instrumentos os pacientes irão se motivar e acreditar que será possível realizar o milagre, pela busca de uma vida saudável, com uma qualidade de vida e bem-estar, alcançando um ótimo favorecimento do trabalho de cada esteticista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGETTA, G. et al. Neuropharmacology of the essential oil of bergamot. *Fitoterapia*, v. 81, n. 6, p. 453-61, Sep 2010. ISSN 0367-326X.

CANNARD, G. The effect of aromatherapy in promoting relaxation and stress reduction in a general hospital. *Complementary Therapies in Nursing and Midwifery*, v. 2, p. 38-40, 1996.

FOGAÇA, M. C, CARVALHO, W. B, VERRESCHI, I. T. N. Estimulação tátil-cinestésica: uma integração entre pele e sistema endócrino? *Rev Bras Saúde Materno Infantil*. v. 6; n. 3; p. 277-83, 2006.

FREITAS, Ronald. Época: Projeto Quatro Varas. Fortaleza, n.446, p.1, dez.2006.

GUSMAN, Ludmila. Sob influência das cores: para cada ambiente a energia de um tom. Maio. 2002. Disponível em: <http://www.acessa.com/jfimoveis/arquivo/dicas/2002/05/03-cores/>.

HUDSON, Clare. Aromaterapia e massagem. São Paulo: Callis editora LTDA, 2001.

JEONGSOON, N.L; HAN, M; CHUNG, N.G.Y; KIM, J; CHOI, J. Effects of foot reflexology on fatigue, sleep and pain: a systematic review and meta-analysis. *J Korean Acad Nurs.*; v. 41; n. 6; p. 821-33, 2011.

MILL, R. C. Resort: administração e operação; Tradutor: Sônia Kall. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAGNOL, C. A. et al. Escalda-pés: cuidando da enfermagem no Centro de Material e Esterilização. *Rev. SOBECC*, v. 20, n. 1, p. 45-52, 2015.

SANTOS, A. M. et al. Práticas complementares: uma nova visão holística de enfermagem para atenção básica em saúde. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES PARA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE (SENABS), v. 2, 2009

TROVO, M. M, SILVA, M. J. P.; LEÃO, E. R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. *Rev Latino-am Enfermagem*, julho-agosto; v.11, n.4, p.483-9.2003.

## A UTILIZAÇÃO DA AROMATERAPIA NA MELHORA DO BEM-ESTAR FÍSICO E EMOCIONAL

Vilma Szymks Pierdoná<sup>1</sup>, Amanda Caroline Odila Maestri Miguel Padilha<sup>2</sup>, Sabrina Konflanz Pessoa<sup>3</sup>, Renata Vitória Sartori<sup>4</sup>, Aline Ribeiro<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Especialista em Estética e Dermocosmética, professora no curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Caçador/SC. Email: vilma@uniarp.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, 6<sup>a</sup> fase, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Fraiburgo/SC. Email: amandacarolinamaestri@gmail.com;

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, 6<sup>a</sup> fase, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Fraiburgo/SC. Email: sabrinakonflanz@hotmail.com;

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, 6<sup>a</sup> fase, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Fraiburgo/SC. Email: renatavitóriasartori@hotmail.com;

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, 6<sup>a</sup> fase, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Fraiburgo/SC. Email: allineribeiro130@gmail.com.

**RESUMO:** A aromaterapia é utilizada como prática integrativa e complementar para diversos tratamentos na esfera da saúde, entre eles estão os tratamentos estéticos e de bem-estar físico e emocional. A massagem aplicada individualmente em terapias tem como objetivo tratar de tensões, promover alívio de dores e melhorar a saúde do organismo, quando aliada a aromaterapia traz ao paciente ainda mais relaxamento e melhora o bem-estar físico e emocional. O objetivo desse estudo é buscar na aplicação de massagem e aromaterapia a efetividade para tratamentos que visam o bem-estar geral do indivíduo, melhorando tanto parâmetros físicos como psicológicos. Vários autores encontraram bons resultados para a aplicação da aromaterapia como adjuvante para melhora no bem-estar físico e emocional, em contrapartida, outros autores observaram apenas melhora nos parâmetros biofísicos, sem índices que demonstrassem melhora no âmbito psicoemocional, o que incita a necessidade de avanços no estudo das terapias complementares relacionadas a tratamentos contra ansiedade e estresse. O estudo ainda revela a importância de incluir a aromaterapia como adjuvante em tratamentos cuja finalidade leve ao alívio de tensões físicas e emocionais, e melhora da qualidade de vida do paciente, para a integração de técnicas naturais e menos invasivas aos pacientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** aromaterapia; saúde; bem-estar.

**INTRODUÇÃO:** Considerada como uma prática complementar, a aromaterapia faz o uso intencional de óleos essenciais como proposta alternativa para tratar diversos agravos à saúde, demonstrando perspectivas positivas para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida (CARVALHO et al., 2012, GNATTA et al., 2016). A aromaterapia é classificada como parte das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, a qual vem sendo fortemente estimulado pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS) (GNATTA, DORNELLAS e SILVA, 2011). Os óleos essenciais são substâncias complexas, voláteis e de fragrância variável, provenientes de qualquer parte da planta e resultantes do metabolismo secundário das plantas aromáticas (BUCHEBAUER, 2004). A aromaterapia pode ser oferecida concomitantemente com a massagem ou por meio da aplicação suave diretamente na pele. Para os autores Smith e Kyle (2008), os óleos essenciais podem criar uma sensação de harmonia com o meio ambiente por serem elementos orgânicos que trabalham em consonância com o corpo. Atualmente, há um grande número de pessoas que buscam terapias que melhorem a saúde, assim como nas civilizações gregas e romanas em que se buscava a cura das enfermidades por meio do bem estar físico e emocional. (SANTOS et al., 2016). A massagem como recurso terapêutico vem sendo reconhecida como uma das terapias mais eficazes para alívio de dores e prevenção de doenças. Tem como proposta, dentro de uma visão holística, tornar o indivíduo consciente do seu corpo, das suas tensões, da sua respiração e das suas cargas emocionais, bem como

melhorar a nutrição dos tecidos pelo aumento da circulação sanguínea e linfática, além de trazer benefícios físicos e emocionais. (SEUBERT e VERONESE, 2008).

**MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo corresponde a uma revisão bibliográfica realizado no período de junho de 2020. Para tal, foram selecionados os seguintes bancos de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, com admissão de publicações no modelo de artigo científico e anais. Devido a falta de literatura sobre o assunto abordado, o estudo foi composto de publicações com datas de 2004 a 2018. À estratégia de busca, utilizaram-se os descriptores “Aromaterapia”, “Massagem”, “Bem-estar” e “Autoestima”.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em pesquisa de campo utilizando a massagem com aromaterapia para saúde mental os autores Domingos e Braga (2014) realizaram 6 sessões de massagem em 22 participantes (sendo 18 deles do sexo feminino e 4 do sexo masculino) em internação psiquiátrica com diagnóstico de Transtorno de Personalidade, com idade entre 18 a 60 anos e com uma média de idade de 34,6 anos. A técnica alisamento ou *enffleurage* na região de trapézio foi a escolhida para a realização do estudo, e os óleos essenciais eleitos foram lavanda (*Lavandula angustifolia*) e gerânio (*Pelargonium graveolens*), os dois a 0,5% de concentração diluídos em gel neutro, esses óleos foram escolhidos, pois possuem ação tranquilizante e calmante, sendo ambos indicados para situações ansiogênicas. Os resultados obtidos no estudo comprovaram uma melhora significativa dos pacientes em diversas esferas, como bem-estar psicológico e físico, melhora no padrão de sono e a possibilidade de uma autorreflexão, gerando autoconhecimento e auxiliando no controle de sintomas. Foi considerada também diversas limitações para a pesquisa, como a escassez de literatura sobre o assunto abordado, a influência da relação terapeuta-paciente e a concomitância dos tratamentos medicamentosos dos pacientes. No entanto ressalta-se que todos os participantes faziam uso de medicamentos ansiolíticos antes do estudo e, ainda assim, relatavam episódios ansiosos. Posto isso, foram evidentes os benefícios da massagem com aromaterapia a partir do momento em que os participantes referiram a diminuição dos sintomas ansiosos, físicos e psíquicos, e na melhoria do padrão de sono. Esses resultados já haviam sido apontados em outros estudos, entretanto sem foco direto na concepção do usuário (autorrelato) sobre tais melhorias. Os mesmos autores (DOMINGOS e BRAGA, 2015), em outro estudo publicado posteriormente, realizaram a pesquisa utilizando 50 pacientes diagnosticados com Transtorno de Personalidade que estavam em internação psiquiátrica, utilizando a mesma metodologia, entretanto, além da massagem na região trapezoidal, foi realizada massagem na região de tórax posterior, aferição de frequência cardíaca e respiratória no início e final do estudo para fins comparativos e aplicação do Inventário de Ansiedade Traço Estado (IDATE), subescala Estado (IDATE-Estado), uma escala internacional e validada nacionalmente, e amplamente utilizada para pacientes e população em geral. Nesse estudo os resultados demonstram-se efetivos para a diminuição da ansiedade, considerando a diminuição significativa da frequência cardíaca e respiratória, assim como em relação ao IDATE-Estado, em que houve uma diminuição estatisticamente significante da média das pontuações obtidas após a intervenção. Já Montibeler, et al. (2018), em sua pesquisa de campo realizou a mesma metodologia de aplicação do estudo citado anteriormente, realizando 6 sessões de massagem por alisamento ou *enffleurage* com óleos essenciais de lavanda (*Lavandula angustifolia*) e gerânio (*Pelargonium graveolens*), porém com a concentração de cada óleo em 1%. Nesse estudo os autores encontraram como resultado que essa abordagem apresentou apenas efetividade para parâmetros biofisiológicos (redução de pressão arterial e frequência cardíaca), não havendo diferença estatisticamente significante para diminuição de estresse. Em outro estudo mais antigo (GNATTA, et al., 2011), os autores tiveram como objetivo verificar se a inalação dos óleos essenciais de rosa e de ylang-ylang alteravam a percepção da autoestima e compararam a eficácia dos mesmos. Participaram 43 funcionários dos setores de Higienização e da Central de Materiais e Esterilização. Os sujeitos foram randomizados em três grupos: dois que receberem os óleos essenciais (um de rosas e o outro ylang-ylang) e outro que recebeu placebo (essência de rosa). A avaliação da autoestima foi feita através da escala de autoestima de Dela Coleta. Esta escala, já validada pelo autor, é composta por 15 afirmações do tipo certo-errado, sendo que as mesmas resultam num escore de autoestima do participante após a aplicação de um gabarito, sendo

aplicada antes do uso dos aromas, depois de 30 dias de uso e ao completar 60 dias. Como resultado, os autores verificaram que a amostra era constituída por 88,6% de indivíduos com autoestima média e alta e que os óleos essenciais em questão não alteraram de forma significativa a percepção da autoestima.

**CONCLUSÃO:** Os resultados apresentados pelo estudo revelam a limitada utilização da aromaterapia para tratamentos da saúde psicoemocional, consequentemente gerando resultados clínicos escassos para dar base a pesquisa. Esse fato leva a uma grande divergência de resultados observado pelos autores citados. Em relação a parâmetros biofísicos a utilização de massagem e aromaterapia demonstrou ser efetiva positivamente para os pacientes, já em questão aos parâmetros psicoemocionais, houve discordância sobre a efetividade da terapia. É necessário, nesse caso, ressaltar a falta de literatura sobre o assunto abordado, o que incita a necessidade de avanços e novas pesquisas que compreendam as terapias complementares relacionadas a aromaterapia e tratamentos contra ansiedade, estresse e fatores psicoemocionais. Os resultados também sugerem um maior incentivo da inclusão da aromaterapia como adjuvante em tratamentos que visem uma melhora de qualidade de vida geral ao paciente e profissionais, com técnicas naturais e menos agressivas ao organismo. Essa prática é prevista pela Política de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde (SUS), mas ainda não muito explorada devido à falta de comprovações clínicas de sua eficácia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCHBAUER, Gerhard. On the biological properties of fragrance compounds and essential oils. *Wien Med Wochenschr*, v. 154 n. 21-22, p. 539-547, 2004.

CARVALHO, Brígida Gimenez; PEDUZZI, Marina; MANDU, Edir Nei Teixeira; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Work and Inter-subjectivity: a theoretical reflection on its dialectics in the field of health and nursing. *Rev Latino Am Enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 19-26, 2012.

DOMINGOS, Thiago da Silva; BRAGA, Eliana Mara. Significado da massagem com aromaterapia em saúde mental. *Acta paul. enferm.* São Paulo, v. 27, n. 6, p. 579-584, 2014.

DOMINGOS, Thiago da Silva; BRAGA, Eliana Mara. Massagem com aromaterapia: efetividade sobre a ansiedade de usuários com transtornos de personalidade em internação psiquiátrica. *Rev. esc. enferm. USP*. São Paulo, v. 49, n. 3, p. 450-456. 2015.

GNATTA, Juliana Rizzo; KUREBAYASHI, Leonice Fumiko Sato; TURRINI Ruth Natalia Teres; SILVA, Maria Julia Paes. Aromaterapia e enfermagem: concepção histórico-teórica. *Rev Esc Enferm USP*. São Paulo, v. 50 n. 1, p. 130-136, 2016.

GNATTA, Juliana Rizzo; ZOTELLI, Maria Filomena Mourão; CARMO, Dulce Regina Batista; LOPES, Cristiane de Lion Botero Couto; ROGENSKI, Noemi Marisa Brunet; SILVA, Maria Júlia Paes. O uso da aromaterapia na melhora da autoestima. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1113-1120, 2011.

MONTIBELER, Juliana; DOMINGOS, Thiago da Silva; BRAGA, Eliana Mara; GNATTA, Juliana Rizzo; KUREBAYASHI, Leonice Fumiko Sato; KUREBAYASHI, Alberto Keidi. Efetividade da massagem com aromaterapia no estresse da equipe de enfermagem do centro cirúrgico: estudo-piloto. *Rev. esc. enferm. USP*. São Paulo, v. 52, 03348, 2018.

SANTOS, Jaqueline Donata Figueiredo; CORREA, Tânia Viana; CARVALHO, Alexandra Azevedo. SPA SOCIAL. *Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 48-59, 2016.

SEUBERT, Fabiano; VERONESE; Liane. A massagem terapêutica auxiliando na prevenção e tratamento das doenças físicas e psicológicas. ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, XIII, VIII, II, 2008. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2008.

SMITH, Marlaine C.; KYLE, Laraine. Holistic Foundations of Aromatherapy for Nursing. **Holistic Nursing Practice**. V. 22, n. 1 – p. 3-9, 2008